

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL CARDOSO DE MELLO

**NOS LIMITES DA CIVILIZAÇÃO: INTERIORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE
EDUCAÇÃO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP (1889-1930)**

RIBEIRÃO PRETO

2023

RAFAEL CARDOSO DE MELLO

**Nos limites da civilização: interiorização dos processos de educação na região de
Ribeirão Preto/SP (1889-1930)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Sérgio César da Fonseca

RIBEIRÃO PRETO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Mello, Rafael Cardoso de

Nos limites da civilização: interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto/SP (1889-1930). Ribeirão Preto, 2023.

541 p. : il. ; 30 cm

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: História da educação.

Orientador: Fonseca, Sérgio César da.

1. Interiorização. 2. Educação. 3. Grupo escolar. 4. Ribeirão Preto. 5. Modernidade.

MELLO, R. C. de. Nos limites da civilização: interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto/SP (1889-1930). Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2023.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.: Sérgio César da Fonseca

Instituição: FFCLRP/USP

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Marcus Vinicius da Cunha

Instituição: FFCLRP/USP

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Marcelo Lapuente Mahl

Instituição: UFU

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Felipe Ziotti Narita

Instituição: Centro Universitário Barão de Mauá

Julgamento: _____

Respeitosamente à função que cumpro enquanto pesquisador no Brasil na década de 2020, dedico este trabalho, principalmente, a sociedade brasileira, desejoso de que faça parte de um coro maior, atento às necessidades de sua transformação.

E depois, aos colegas que insistem, mesmo diante da falta de investimentos e/ou questionamentos científicos, no universo da pesquisa acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Demonstrar gratidão; oferecer graças; reconhecer um bem feito por outra pessoa: agradecer um presente; agradeça-lhe pelo avô; agradecer à santa uma graça adquirida; com um sorriso, agradeceu. Dar uma compensação de mesmo valor ou importância; retribuir: agradecer um favor. (Dicio – dicionário online de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/agradece-3/>. Acesso em: 22 jan. 2022).

Agradeço primeiramente ao prof. Dr. Sérgio César da Fonseca, orientador e parceiro da empreita, ouvido atento e generoso pela semente da pesquisa e da possibilidade de executá-la. Faltam muitas lições mais a aprender, principalmente a tirar de todos os cafés, uma boa conversa. Obrigado.

Aos professores Dr. Marcus Vinicius da Cunha e Dr. Marcelo Lapuente Mahl pela séria, generosa e propositiva banca de qualificação. Somadas as orientações do prof. Sérgio, as ideias ali nascidas ecoaram durante a metade final da pesquisa e levaram ao produto final, resultado possível dos atendimentos as demandas levantadas. Somados a estes três, insiro a presença do professor Dr. Felipe Ziotti Narita, compondo a banca de defesa. Ao professor Felipe, meus agradecimentos pela parceria e pelos diversos ensinamentos.

A professora Maria Angela Borges Salvadori pelos empréstimos de Thompson, Ginzburg e DeCerteau. Ao professor e geógrafo Cleber Martins, companheiro nas produções cartográficas aqui apresentadas, meu reconhecimento.

Aos grupos de pesquisa de que participei ao longo destes últimos 23 anos (GEHCULT, CEMUMC, CIER, ELO, GEPALLE), em especial, o LEPINJE (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Juventude) alocado na USP/Ribeirão Preto, cujos membros, muitas vezes cúmplices e comparsas deste texto, foram fundamentais para o avanço das leituras e da interpretação dos dados.

Aos alunos (em especial, os orientandos) do curso de graduação em História e da pós-graduação em “História, Cultura e Sociedade” do Centro Universitário Barão de Mauá que tive a sorte e o privilégio de acompanhar desde 2002. Graças as pesquisas de vocês pude encontrar uma posição “diferente” para produzir as questões aqui levantadas e encontrar meios para respondê-las.

Às instituições aqui citadas como salvaguarda da memória e seus funcionários. Em especial, os, tomados aqui como parceiros na pesquisa e na esperança de viver de ciência no Brasil. Sem estas pessoas os pesquisadores não poderiam realizar seu ofício. Infelizmente, esta pesquisa foi desenvolvida em período que parte considerável destes espaços careceram de atenção do poder público e de valorização por parte da sociedade civil. Sem citar nomes, aplico a forma institucional para lembrar cada memória em cada espaço aqui visitado: Arquivo da Casa da Cultura de Jardinópolis, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, MIS (Ribeirão Preto), Arquivo do Estado de São Paulo, Biblioteca Nacional, Centro de Memória Unicamp, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, Museu Histórico Municipal de Franca, Centro Municipal de Memória (Sertãozinho). Faço votos de que outros pesquisadores também tenham experiência positiva e fértil nos diversos espaços em que a documentação foi disponibilizada para consulta.

Com um pé dentro e outro fora da academia, agradeço aos amigos: Marcos, Pacano, Rodrigo e Lauro, pela “verdadeira amizade” e pelos cafés na “Familiare”; Lucas, Cláudio, Priscila, Yuri,

Will, Bill, David, Jorge e Lúcia, pelos encontros e pela persistência na amizade feita no curso de História, Filosofia e Pedagogia; Calsani, Thiago e Ângela (GEHCULT); Nelson e Olívio por me ajudarem a falhar sempre e falhar melhor, agora, na Psicologia. A professora Mary Del Priore pelo carinho e atenção de sempre. Ao amigo Michelangelo Giampaoli, pela Antropologia e pela alegria italiana. A professora Dulce Maria Pamplona Guimarães, pelos ensinamentos mais importantes, principalmente aqueles que foram e são para a vida. Por fim, aos colegas e amigos historiadores Nainôra, Rodrigo, Lucas Rosa, Faustino, Yuri e Lucas Romero y Galvaniz, pela generosidade com que estabeleceram diálogos durante a escrita da tese. E, penso ser injusto não me recordar de alguns nomes aos quais contribuíram demais para minha formação - agradeço, *in memoriam*, aos professores José E. Doin e Sandra J. Pesavento.

A meu pai Luiz, enquanto escrevo observo a foto dele sorrindo. Em 2023 faria 100 anos. A Cida, Flávio, Socorro e Alice (mãe, irmão, sogra e filha) por me acompanharem e suportarem as minhas idiossincrasias e, por fim, a Sorte que escolheu pousar nos meus ombros quando Thereza aceitou ser a minha parceira – “sobramos um para o outro”.

Eu mantenho seis honestos trabalhadores:
(Eles me ensinaram tudo que sei)
Seus nomes são “O quê” e “Onde” e “Quando”
E “Como” e “Por quê” e “Quem”.
Eu os enviei por mar e terra,
Os enviei para leste e oeste;
Mas depois que eles trabalharam para mim,
Eu os deixei descansar.

(The Elephant's Child, autoria de Rudyard Kipling - 1865-1936, tradução nossa)¹

¹ No original, “*I keep six honest serving-men: (They taught me all I knew), Their names are What and Where and When, And How and Why and Who. I send them over land and sea, I send them east and west; But after they have worked for me, I give them all a rest.*” (*The Elephant's Child*, autoria de Rudyard Kipling - 1865-1936).

RESUMO

MELLO, Rafael Cardoso de. Nos limites da civilização: interiorização dos processos de educação em Ribeirão Preto e região (1889-1930). Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2023.

Esta tese tem como objetivo principal compreender a gênese e o percurso das representações e discursos que envolvem a educação na cidade de Ribeirão Preto e região, tanto no seu sentido comum - o escolar, como em outras formas mais complexas – manifestadas na civilização dos corpos, nos códigos de postura urbano, nas definições de “normalidade”, cidadania, moral, etc., com vistas a investigar uma das dimensões do processo de interiorização da educação escolar no território paulista. Para tal, utilizamos como referencial teórico e metodológico as contribuições de Braudel (1996a; 1996b; 1996c) e Wallerstein (1990), em especial, análise do sistema-mundo criada pelo segundo autor. Do ponto de vista documental, salientamos a presença de um vasto e complexo conjunto de fontes primárias (plantas urbanas, códigos de postura, processos-crime, periódicos, fotografias, entre outras) que nos permite realizar tal empreita, uma vez que pretendemos interpretar a escola (pública e privada, urbana e rural) tanto na sua lógica interna (códigos, rituais, cultura escolar) como extramuros. Posto este objetivo maior, salientamos como específico o nosso interesse pela interiorização dos grupos escolares pelas cidades da região, em especial, Ribeirão Preto, considerada central nesta porção regional durante a transição dos séculos XIX-XX, por isso, potencializamos a análise da massa documental proveniente dos relatórios da “Delegacia Regional do Ensino” (de atenção local e datados de 1890 a 1930) e os “Anuários de ensino do Estado de São Paulo” (já com observação e mapeamento das escolas de todo o território paulista, cujos anos datam de 1907 a 1922, mais os exemplares de 1926 e 1936), diante da identificação das estratégias e negociações do poder público para controlar e administrar uma população nova, multifacetada e potencialmente perigosa. No limite, o texto configura interpretação do movimento de interiorização do capital (cafeeiro) como excludente, mesmo na inclusão proposta pelo *ethos* escolar e pelos desejos de uma Re(s)pública recém-chegada no contexto de transição dos séculos XIX-XX.

Palavras-chave: Interiorização. Educação. Grupo escolar. Ribeirão Preto. Modernidade.

ABSTRACT

MELLO, Rafael Cardoso de. On the boundaries of civilization: interiorization of education processes in Ribeirão Preto e region (1889-1930). Thesis (Doctorate in Education) - Graduate Program in Education at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo. Ribeirão Preto, 2023.

The main objective of this thesis is to understand the genesis and course of representations and discourses that involve education in Ribeirão Preto and region, both in its common sense - the school, as in other more complex forms - manifested in the civilization of bodies, in the codes of urban posture, in the definitions of “normality”, citizenship, morals, etc., with a view to investigating one of the dimensions of the process of internalization of school education in the territory of São Paulo. To this end, we used as a theoretical and methodological framework the contributions of Braudel (1996a; 1996b; 1996c) and Wallerstein (1990), in particular, the analysis of the world-system created by the second author. From the documentary point of view, we emphasize the presence of a vast and complex set of primary sources (urban plans, codes of posture, criminal proceedings, periodicals, photographs, among others) that allow us to carry out such an undertaking, since we intend to interpret the school (public and private, urban and rural) both in its internal logic (codes, rituals, school culture) and outside the walls. Given this major objective, we emphasize as specific our interest in the internalization of school groups by the cities of the Northeast of São Paulo, especially in the city of Ribeirão Preto, considered central in this regional portion during the transition from the 19th to the 20th centuries. from the mass of documents from the reports of the “Delegacia Regional do Ensino” (local attention and dated from 1890 to 1930) and the “Annuários de Ensino do Estado de São Paulo” (already with observation and mapping of schools throughout the territory of São Paulo, whose years date from 1907 to 1922, plus the copies from 1926 and 1936), in view of the identification of strategies and negotiations of the public power to control and manage a new, multifaceted and potentially dangerous population. In the limit, the text configures an interpretation of the movement of interiorization of capital (coffee) as excluding, even in the inclusion proposed by the school ethos and the desires of a newly arrived Republic in the transition context of the 19th-20th centuries.

Keywords: Interiorization. Education. School group. Ribeirão Preto. Modernity.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Regiões geográficas do estado de São Paulo.....	25
Mapa 2 – Migrações internas da China no século XVIII.....	44
Mapa 3 – Mapa das Capitânicas Hereditárias (1534-1536)	77
Mapa 4 – Principais regiões de São Paulo no início do século XIX.....	121
Mapa 5 - Mappa Corographico da Província de São Paulo (1837)	129
Mapas 6, 7, 8, 9 e 10 – Localização dos municípios paulistas em 1827, 1838, 1854, 1872 e 1886.....	144
Mapas 11, 12, 13, 14 e 15 – Localização dos municípios paulistas em 1827, 1838, 1854, 1872 e 1886.....	149
Mapas 16 e 17 – População das localidades e regiões, segundo nível de desenvolvimento – Minas Gerais – Década de 1830 e 1870.....	174
Mapa 18 – Mapa da Estrada de Ferro Mogiana no estado de São Paulo.....	243
Mapa 19– Mapa da Estrada de Ferro Araraquara no estado de São Paulo.....	243
Mapa 20 – Mapa dos Troncos das Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana e Santos-Jundiaí no estado de São Paulo.....	244
Mapa 21 – Mapa sobre as ferrovias na Província de São Paulo em 1878.....	245
Mapas 22, 23, 24, 25 e 26 – Localização dos grupos escolares paulistas entre os anos 1890 – 1920.	377
Mapa 27 – Localização dos municípios (1890 – 1920). Edifícios escolares construídos no Estado de São Paulo.....	382

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas privilegiados nas pesquisas da RBHE.....	29
Quadro 2 - Aspectos definidores do Sistema-Mundo.....	65
Quadro 3 – Comparação da população geral paulista segundo a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi (1998).....	131
Quadro 4 – Povoamento das cidades do planalto paulista: capital e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	135
Quadro 5 – Povoamento das cidades do litoral (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	136
Quadro 6 – Povoamento das cidades da região do Vale do Paraíba e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	137
Quadro 7 – Povoamento das cidades da região do Caminho do sul e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	139
Quadro 8 – Povoamento das cidades da região do Oeste Paulista e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	142
Quadro 9 – Povoamento das cidades da região nordeste da Província de São Paulo Paulista (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)	293
Quadro 10 – Comparativo das iniciativas de transformações urbanas entre São Simão, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jardinópolis, Sertãozinho e Orlandia.....	295
Quadro 11 – Síntese da criação e desenvolvimento das Escolas Normais no Brasil – Império.....	321
Quadro 12 - Análise dos Mappas dos estabelecimentos publicos de instrução primaria e secundaria da Província de São Paulo nos annos de 1851 à 1880	338
Quadro 13 – Comparativo das iniciativas de transformações urbanas entre São Simão, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jardinópolis, Sertãozinho e Orlandia somada a cronologia da instalação de grupos escolares	431
Quadro 14 – Número de matrículas nas cidades da região de Ribeirão Preto em 1909.	442
Quadro 15 – Estabelecimentos ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938.....	465

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologia da criação de comarcas na América portuguesa (séculos XVI-XVIII)	88
Tabela 2 – Proprietários e índios, região de São Paulo, 1600-1729 segundo os inventários dos bens.....	103
Tabela 3 – Número de habitantes da região de São Paulo, 1600-1700.....	105
Tabela 4 – Relação entre número proprietários de plantéis de índios cativos, índios capturados e de habitantes da vila de São Paulo entre 1600-1700.....	106
Tabela 5 – População e riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1777.....	122
Tabela 6 – Pés de café por produção, por safra.....	253
Tabela 7 - População total dos municípios da Mogiana (1874-1920)	266
Tabela 8 – Tabela comparativa das denominações dos logradouros de Ribeirão Preto (1874-1932)	297
Tabela 9 – Grupos escolares instalados na cidade de São Paulo – 1890-1910.....	371
Tabela 10 – Grupos escolares instalados no interior do Estado de São Paulo – 1894-1908.....	374
Tabela 11 – Tipologias arquitetônicas dos grupos escolares e das escolas normais paulistas (1893-1919)	403
Tabela 12 – Simultaneidades transnacionais do trabalho educacional metodista.....	455

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte região da cidade de Ribeirão Preto, a partir do mapa 1 “Regiões geográficas do estado de São Paulo”	26
Figura 2 – Eixos da pesquisa e interseção dos espaços de discussão.....	41
Figura 3 – Progresso Americano, 1872. Por John Gast.....	45
Figuras 4, 5 e 6 – Visão noturna por satélites dos Estados Unidos, Brasil e China, respectivamente.....	56
Figura 7 - Atlas de Diogo Homem, de 1558. Fl.12, em transparência.....	72
Figura 8 – Representação de São Vicente (1586)	92
Figuras 9, 10, 11 e 12 – Capitania de São Vicente segundo João Teixeira Albernaz (1631)	93
Figura 13 – Capitania de Santo Amaro segundo João Teixeira Albernaz (1631)	94
Figura 14 – Principais rotas de comércio e localidades de São Paulo no século XVIII	98
Figura 15 – Expansão dos centros de povoamento nos lugares de serra acima entre 1625 e aproximadamente 1675.....	102
Figura 16 - Itinerários das principais expedições oficiais, que partiam do litoral do nordeste (“entradas”, em pontilhado), e das expedições que saíam da região de São Paulo (“bandeiras”, em traço contínuo)	114
Figura 17 - A Passagem Bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais.....	116
Figura 18 – Carta da Província de São Paulo nas últimas décadas do século XIX	130
Figura 19 – Itinerários das Principaes Estradas da Província	157
Figura 20 – Evolução da franja pioneira por períodos	158
Figura 21 – Carta Topografica da capitania de S. Paulo e seus certos.....	166
Figura 22 – Sítios e pousos do Caminho de Goiás citados nos maços de população e nos registros de Batismo.....	167
Figura 23 – Estado de São Paulo e Localização da Área de Estudo.....	187
Figura 24. Victor Meirelles, Primeira missa no Brasil, 1860, em transparência.....	1931
Figura 24 – Teatro Municipal de Franca.....	209

Figura 25 – Teatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto.....	209
Figura 26 – Theatro Pedro II em Ribeirão Preto.....	210
Figura 27 – <i>The Opera House, Paris, France ca. 1890-1900</i>	211
Figura 28 – Teatro Municipal em São Paulo, capital (1910)	218
Figura 29 – Teatro Municipal do Rio de Janeiro (vista lateral, 1910)	218
Figura 30 – Teatro Municipal de Belo Horizonte (1906)	219
Figura 31 – Panorama de Manaus, com destaque para o Teatro Amazonas (1896)	219
Figuras 32 e 33 – As cidades de Franca e Campinas em 1827 segundo obra de William John Burchell.....	226
Figura 34 e 35 – Theatro Carlos Gomes, em Campinas, antes da inauguração e Teatro Municipal de Araraquara, s/data	227
Figura 36 – A vista do alto da <i>Rue Champlain</i> , no <i>20° arrondissement</i> (1877)	234
Figura 37 – Dois dias depois, a inauguração da estação de Ribeirão Preto segundo “O Correio Paulistano”	246
Figuras 38 e 39 – Edital para construção da ferrovia e festividades para o início da construção da linha da Mogiana na cidade de Franca.....	247
Figura 40 – Linha Tronco e principais ramais da Estrada de Ferro Mogiana	251
Figura 41 – Ideias defendidas para o prolongamento da Mogiana entre São Simão e Igarapava	252
Figura 42 – Praça Eloy Lima – Espaço A – Nuporanga (1910-1920)	254
Figura 43 – Coreto da Praça A (Orlândia).....	254
Figuras 44 e 45 – Bandeiras dos municípios de Franca e Ribeirão Preto.....	263
Figuras 46 – A cidade de Ribeirão Preto de 1874	267
Figuras 47 – A cidade de Ribeirão Preto de 1900	278
Figura 48 – Mapa do patrimônio da “Fabrica da Matriz” de Ribeirão Preto, 1932.....	269
Figura 49 - Área urbana de Jardinópolis, 1910	270
Figura 50 – Foto aérea de Orândia em 1922	270

Figura 51 – Vista aérea de Batatais em que se observa o plano geométrico espacial da cidade em forma de tabuleiro de xadrez (1915)	271
Figura 52 – Vista aérea de Batatais na década de 20, com destaque para o largo da matriz e o traçado retilíneo e ortogonal de suas ruas centrais	271
Figura 53 - Setor Central de Brodowski, nos seus primórdios	272
Figura 54 – Esboço da planta da cidade Franca de 1912	272
Figura 55 – Planta da cidade de Jaboticabal, 1879	273
Figura 56 - Transporte de madeira para a serraria de Gustavo Vielhaber no centro puxada por uma espécie de carro-de-boi em Ribeirão Preto (1900)	276
Figura 57 - Rua da Estação em Franca (1902)	277
Figura 58 - Rua Américo Brasiliense em Nuporanga (1905)	277
Figuras 59 e 60 - Rua do Teatro (1896) e trecho da antiga rua da Quitanda antes da reforma de 1898, em Batatais	278
Figura 61 – Rua Américo Sales em Jardinópolis (1912)	278
Figura 62 – Casa de Câmara e Cadeira de Ribeirão Preto (início da década de 1910).	282
Figura 63 - O Mercado Municipal de Ribeirão Preto, construído em 1902	282
Figura 64 – A esquerda, o Palacete Innechi e a direita a Sociedade Recreativa de Esportes de Ribeirão Preto, 1930.....	283
Figura 65 - Trecho antigo da rua Barão de Cotegipe, atual Leandro Cavalcanti, em Batatais, 1915.....	284
Figura 66 – Mercado Municipal de Batatais, 1900	285
Figura 67 - Prédio da antiga Cadeia de Batatais, 1891	285
Figura 68 – Cadeia Pública, Franca (1913)	288
Figura 69 - Mercado Municipal em Franca (anos 1920)	288
Figura 70 – Vista da Rua Major Claudiano, esquina com a Rua Voluntários da Franca, centro de Franca (início da década de 1930)	289
Figura 71 – Praça Nossa Senhora da Conceição em Franca (1909)	289
Figura 72 – Hospital de isolamento Lazareto (1910)	291
Figura 73 – Santa Casa de Misericórdia em Sertãozinho (1904)	292

Figura 74 – Igreja Matriz em Ribeirão Preto (1890)	306
Figura 75 – Primeira Igreja de Orlandia (s/data)	306
Figura 76 – Igreja Matriz em Franca (s/data)	307
Figura 77– Igreja Matriz em Campinas (1908)	307
Figura 78 – Trechos da lei de 1827: currículo escolar mais enxuto para as meninas	325
Figura 79 – A cidade de Batatais segundo o Almanak da Província de São Paulo para 1873.....	357
Figura 80 – Contrato de fornecimento de energia para o Salão Santa Cecília e nota de materiais e serviços prestados ao salão (Batatais, 1911)	358
Figura 81 – Mappa das escolas primarias, publicas e particulares, e seus alunos no Imperio, em 1878.....	364
Figura 82 – Escola Normal Caetano de Campos (1905).....	370
Figura 83 – Área urbanizada do município de São Paulo (1882-1914)	373
Figura 84 – Fachada da Escola Normal Caetano de Campos, s/data.....	386
Figura 85 – Planta com o primeiro desenho da Escola Normal Caetano de Campos em que se apresentam a seção feminina do lado esquerdo e a masculina do direito.....	386
Figura 86 – Pátio da Escola Normal Caetano de Campos em 1895.....	388
Figura 87 – Pátio com a entrada masculina da Escola Normal Caetano de Campos em 1895.....	388
Figuras 88 e 89 – Aulas de ginástica para meninas e meninos. Escola Normal “Caetano de Campos” em 1895 na cidade de São Paulo.....	390
Figura 90 – Aula de costura para as meninas na Escola Normal Caetano de Campos em 1895.....	390
Figuras 91 e 92 – À esquerda, porão com sala para modelagem (1895) e, à direita, aula de modelagem da Escola Normal Caetano de Campos em 1908.....	391
Figura 93 – Aula de marcenaria com serra (apenas para meninos) na Escola Normal Caetano de Campos em 1908.....	391
Figuras 94 e 95 – A esquerda, sala de armas no porão e, à direita, aula com armas de fogo na Escola Normal “Caetano de Campos” em 1895 na cidade de São Paulo.....	392

Figuras 96 e 97 – Evolução militar na aula de ginástica e aula de esgrima na Escola Normal Caetano de Campos em 1895 (exclusiva para meninos).....	392
Figura 98 – Ladeira do Carmo e aterrado do Braz (1862)	395
Figura 99 – Ladeira do Carmo (1887)	396
Figura 100 – Ladeira do Carmo (1914)	396
Figura 101 – Grupo Escolar de Santa Barbara (1923)	400
Figura 102 – Grupo Escolar da Villa Rezende, Piracicaba	400
Figura 103 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Piracicaba	401
Figura 104 – Grupo Escolar Moraes Barros, Piracicaba (entre 1890-1920)	401
Figura 105 – 1º Grupo Escolar, Campinas (década de 1910)	402
Figura 106 – 2º Grupo Escolar, Campinas (1923)	402
Figura 107, 108 e 109 – Perspectiva dos Grupos Escolares de Botucatu, de Espírito Santo do Pinhal e de Piracicaba, fachadas desenhadas por Victor Dubugras, para a mesma planta tipo	407
Figura 110 – Grupo Escolar de Araraquara (tipologia Botucatu) em 1898	408
Figura 111 e 112 – À esquerda, o Grupo Escolar de Taubaté e, à direita, Grupo Escolar de Jaboticabal (ambos de tipologia Botucatu), s/data	410
Figura 113 – Dr. Padua Salles, Washington Luís., Olavo Egydio, Ramos de Azevedo e José von Humbeeck citados no jornal Correio Paulistano, 1910	410
Figuras 114 e 115 – Grupos Escolares de Mococa em 1906 e em Ribeirão Bonito em 1909.....	412
Figuras 116, 117 e 118 – Grupos Escolares de Lorena, Monte Alto e Ribeirão Preto, s/data	413
Figura 119 - Primeiro Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1910	414
Figura 120 – Planta do edificio do Grupo Escolar de Campinas, s/data.....	415
Figura 121 – Planta do edificio do Grupo Escolar de Botucatu, s/data.....	416
Figura 122 – Planta do edificio do Grupo Escolar do Braz, s/data.....	416
Figura 123 – Planta do edificio do Grupo Escolar de Iguape, s/data.....	417
Figura 124 – Planta do edificio do Grupo Escolar de Santos, s/data.....	417

Figura 125 – Planta do edifício do Grupo Escolar de São João da Boa Vista, s/data.....	418
Figura 126 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Amparo, s/data.....	418
Figura 127 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Mogi- Mirim, s/data.....	419
Figura 128 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Itapira, s/data.....	419
Figura 129 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Tietê, s/data.....	420
Figura 130 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Guaratinguetá, s/data.....	420
Figura 131 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Iguape, s/data.....	422
Figuras 132 e 133 – Plantas dos edifícios dos Grupos Escolares de Pindamonhangaba, à esquerda, e Caçapava, à direita, s/data.....	422
Figura 134 - Primeiro Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1910.....	433
Figura 135 - Inauguração do prédio do 1º Grupo Escolar de Ribeirão Preto José Guimarães Junior (1907)	439
Figura 136 – Resumo das visitas feitas pelos inspetores aos grupos da Capital e do interior, em 1909	441
Figura 137 – Primeira sede do Ginásio do Estado, Ribeirão Preto, 1919	449
Figura 138 – Ginásio do Estado, Ribeirão Preto (1935)	450
Figura 139 - Segundo Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1922	452
Figura 140 - Igreja Matriz e Largo da igreja entre as ruas General Osório (esquerda), Tibiriçá (direita) e Álvares Cabral (fundo).....	453
Figura 141 – Prédio do Colégio Methodista em Ribeirão Preto, 1915.....	459
Figura 142 – <i>Scarritt Bible and Training School</i> , Kansas City, EUA, 1907.....	460
Figura 143 - Anúncio do Collegio Methodista em 1918.....	461
Figura 144 – Foto da fachada do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Ribeirão Preto”, 1918.....	463
Figura 145 e 146 – Fachada principal e vista geral do Asylo Anália Franca, 1925.....	467
Figura 147 – Requisição do Asylo Anália Franco à Fábio Barreto, 1927.....	470

Figura 148 e 149 - Plantas dos Grupos Escolares da cidade de Ribeirão Preto. À direita, o Primeiro Grupo Escolar Guimarães Junior, à esquerda o Segundo Grupo Escolar (s/data)	472
Figura 150 – Cartão postal da Estação e parte do pátio de Ribeirão Preto, entre os anos de 1900 e 1905.....	473
Figura 151 – Companhia Antarctica Paulista em obras, Ribeirão Preto, 1911.....	474
Figura 152 – Terceiro Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1935.....	476
Figura 153 - Praça Coração de Maria na Vila Tibério, Ribeirão Preto, s/data.....	476
Figura 154 - Manuscrito de relatório do Intendente Washington Luís de 1.º de abril de 1898.....	479
Figura 155 – Grupos Escolar de Jaboticabal, s/data.....	484
Figura 156 – Grupos Escolar de Jaboticabal, s/data.....	485
Figura 157 – Grupo Escolar, recém construído (Orlândia).....	490
Figura 158 – Turma de 1939 do Grupo Escolar de Bento Quirino (São Simão).....	491
Figuras 159 e 160 – Fachada e pátio da EEPG Simão da Silva.....	491
Figura 161 e 162 – Anúncio e propaganda do “Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto” de 1913	494
Figura 163 – “ <i>Exclusión</i> ” de Pablo Suárez, 1999.....	501
Figura 164 – Detalhe de “ <i>Exclusión</i> ” de Pablo Suárez, 1999.....	502

LISTA DE SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACaMRP – Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto
- ACMB - Arquivo da Câmara Municipal de Batatais
- AESP – Arquivo do Estado de São Paulo
- AHMF – Arquivo Histórico Municipal de Franca
- APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto
- ANPUH – Associação Nacional de História
- ASM – Análise do Sistema Mundo
- ASV – Arquivo Secreto do Vaticano
- BN – Biblioteca Nacional
- CEMM – Centro Municipal de Memória (Sertãozinho)
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CONDEPHATT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
- CMU/UNICAMP – Centro de Memória Unicamp
- EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
- EPSM – Economia Política do Sistema Mundo
- EUA – Estados Unidos da América
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IHGSP – Instituto Histórico Geográfico de São Paulo
- MALBA – Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires
- MECS – *Methodist Episcopal Church, South* (Igreja Metodista Episcopal do Sul)
- MHMF - Museu Histórico Municipal de Franca
- MHS – Museu Histórico Simonense Alaur da Mata
- PRP – Partido Republicano Paulista
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

1. Introdução.....	24
1.1. Apresentação.....	24
1.2. Os objetivos desta pesquisa e as fontes selecionadas.....	37
1.3 Referenciais teóricos e metodológicos.....	42
1.3.1 Teóricos: a interiorização, a economia-mundo e o sistema-mundo.....	42
1.3.2 Metodológicos: a análise do sistema-mundo como prática e campo do saber.....	58
PARTE I – VIDA MATERIAL.....	72
2. Civilização material: do sertão desconhecido colonial às fazendas de café do Império.....	73
2.1. Por uma longa duração da interiorização do território paulista: limites de uma discussão acerca da formação territorial (séculos XVI e XVII)	73
2.2. Sobre as interiorizações e as velocidades com que se ampliam as novas fronteiras (séculos XVII e XVIII)	101
2.3. Fronteiras algures, interiorização acelerada: o território paulista adentra no século XIX.....	124
2.4. O novo Oeste na Província: entre mineiros e paulistas, o sertão revelado para o mundo do café.....	161
2.5. Breves considerações sobre a interiorização do sertão paulista.....	184
PARTE II – EDUCAÇÃO.....	190
3. Processos de educação no sertão paulista durante a transição dos séculos XIX-XX.....	191
3.1 Os processos de educação enquanto práticas de civilização e moralidade.....	195
3.2. Astúcias da ordem e ilusões do progresso cafeeiro: a chegada da ferrovia e de certas modernidades no sertão de São Paulo.....	203
3.3 O teatro da modernidade nas cidades do sertão: os processos de educação da modernidade.....	259
3.4 A pedagogia do urbano e a construção da normalidade.....	280

PARTE III – O CAPITALISMO: AVANÇO DO SISTEMA-MUNDO E INSTALAÇÃO DE MALHA ESCOLAR NO SERTÃO PAULISTA.....	310
4. Em busca da interiorização dos processos de educação no Brasil do século XIX.....	311
4.1 A construção da malha escolar no território paulista no século XIX.....	335
4.2 O processo de criação do sistema escolar público paulista a partir da Reforma da Instrução Pública de 1892.....	359
4.3 A interiorização dos grupos escolares: um olhar comparativo entre a capital e o interior.....	384
4.4 – Uma periferia de nuances centrais ou o centro de uma região periférica? Ribeirão Preto e a experiência dos processos de educação no sertão paulista na transição dos séculos XIX-XX.....	424
4.5 – Consequências da interiorização dos processos de educação em Ribeirão Preto	492
Considerações finais.....	497
Fontes.....	505
REFERÊNCIAS	510

1. INTRODUÇÃO

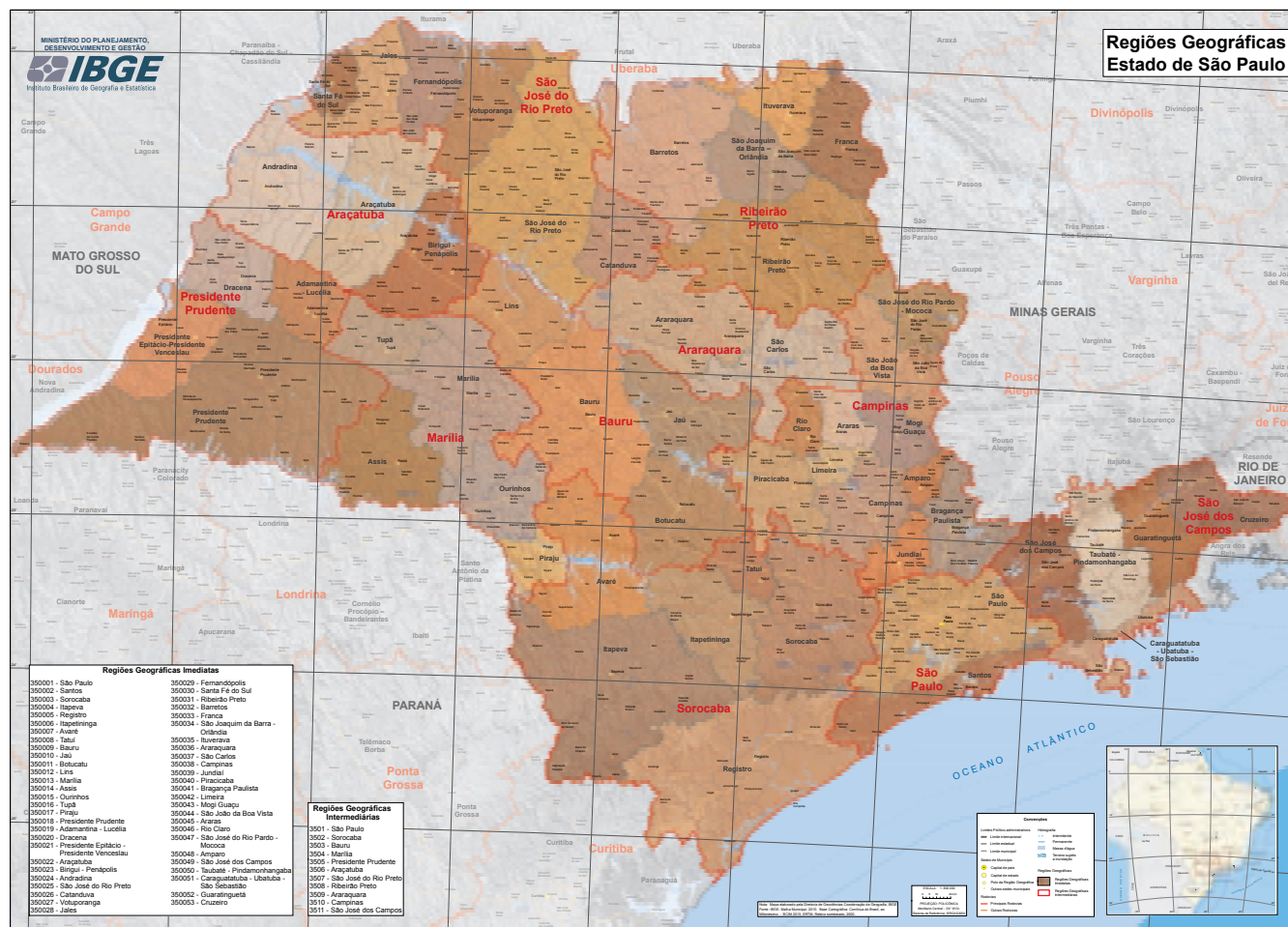
1.1 Apresentação

A presente pesquisa pretende compreender a gênese e o percurso das representações e discursos que envolvem a educação no território que atualmente concebemos como a cidade de Ribeirão Preto e demais localidades pertencentes a região posicionada na parte nordestina do território paulista, tanto no seu sentido comum - o escolar, como em outras formas mais complexas – manifestadas na civilização dos corpos, nos códigos de postura urbano, nas definições de “normalidade”, cidadania, moral, etc., com vistas a investigar uma dimensão do processo de interiorização da educação escolar de São Paulo. De modo mais específico, o propósito da presente investigação prioriza o processo de ingresso, assentamento e atuação da escola e da educação escolar sobre um grupo de cidades expressivas da região nordeste do estado, a fim de apontar algumas das dinâmicas de sobreposição das normas, padrões, modelos e práticas preconizadas pela escola sobre as diferentes populações e formações sociais locais, principalmente em Ribeirão Preto, espaço central na região citada, no contexto de experiências de modernidade e modernização acentuadas durante o período correspondente à Primeira República.

Dado este parágrafo inicial, cabe-se recortar com maior acuidade esta faixa territorial, evitando equívocos conceituais entre as naturezas histórica e geográfica da região pesquisada. Segundo a Divisão Regional do Brasil² publicada pelo IBGE em 2017, o estado de São Paulo possui 15 mesorregiões divididas por códigos. Podemos visualizar esta divisão observando o mapa 1 e relacionando a uma leitura mais atenta por meio da figura 1:

² “A Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos.” (IBGE, disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>, acessado em 22/01/2022).

Mapa 1 – Regiões geográficas do estado de São Paulo



Fonte: IBGE (disponível em https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/35_regioes_geograficas_sao_paulo.pdf, acesso em 22/01/2022).

Figura 1 – Recorte da região da cidade de Ribeirão Preto, a partir do mapa 1 “Regiões geográficas do estado de São Paulo”



Fonte: IBGE (disponível em https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/35_regioes_geograficas_sao_paulo.pdf, acesso em 22/01/2022).

A região selecionada para estudo é o território que hoje o IBGE classifica como mesorregião de Ribeirão Preto, cujas microrregiões abarcadas indicam presença de municípios como Barretos, Ituverava, Franca, São Joaquim da Barra, Jaboticabal e Batatais³. Cada uma destas cidades apresenta, como sabemos, histórias e experiências diferentes para a análise, porém, enquanto porção territorial a ser analisada, nos oferecem condição espacial (e especial) para a tese e seus objetivos de compreensão pela interiorização – cada cidade será um palco diferente para experiências igualmente singulares.

Segundo Maria Helena Palmer Lima (et al, 2002), o conceito de mesorregião geográfica pode ser compreendido como “conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação” (p.05):

que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 8).

³ Esta mesorregião, segundo a divisão realizada pelo IBGE, corresponde ao todo 66 municípios. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_S%C3%A3o_Paulo#Mesorregi%C3%A3o_de_Ribeir%C3%A3o_Preto. Acesso em 22 jan. 2022.

Municípios como Ribeirão Preto, Franca e Batatais, por exemplo, produziram ao longo de sua história infinidades de redes de comunicação, relações socioeconômicas, disputas políticas e culturais que dinamizaram parte da história do estado de São Paulo e do Brasil, principalmente se atentarmos ao contexto histórico do ciclo cafeeiro (transição dos séculos XIX para o XX), marco do desenvolvimento e urbanização destes centros urbanos como veremos na tese.

A título de atualização, esta mesorregião “Ribeirão Preto” hoje pode ser reconhecida (a grosso modo) como “Região Metropolitana de Ribeirão Preto”, formada por 33 municípios incluindo a própria cidade. São eles: Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antnio, Mococa, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antnio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiúva, Tambaú, e Taquaral.⁴ Parte significativa destes centros urbanos não existiam ou ainda não eram oficializados durante a transio dos séculos XIX-XX, por isso, cremos que esta apreciao geográfica inicial permita o leitor a aproximao necessária a ciência do objeto visando proceder com os demais desejos da pesquisa.

Reconhecendo as limitaoes de uma tese que visa compreender o todo (projeto educacional brasileiro) pela parte (realidade de uma região da província e/ou estado), buscamos pensar o projeto educacional nacional republicano em uma região de destaque no ciclo cafeeiro, cuja efervescência econômica se desdobrou em desenvolvimento social, cultural, político, logo, educacional. Portanto, identificar no seio da economia promovida pelo café os desejos de um Estado republicano nascente, permitirá contornar este processo de interiorizao da educao em consonância com o de construo de uma nao civilizada (SEVCENKO, 1999). Por conta disto, iniciamos a percepo da baliza temporal com a chegada dos trilhos da ferrovia Mogiana nesta região (data início de 1883) coincidentemente tempo de transio entre a Monarquia e a República brasileiras, até o ocaso deste ciclo, simbolicamente demarcado pela quebra de bolsa de 1929.

Assumimos a presença de influências da perspectiva braudeliana (utópica na prática, ideal em desejo), marcas significativas que nos fizeram refletir o exercício que o feito do

⁴ Disponível em <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/ibge-estima-populacao-de-ribeirao-preto-em-720116-pessoas>, acessado em 22/01/2022.

historiador francês ao observar o meio para analisar os homens. Tomaremos, com a necessária humildade que cabe aqui, a região estudada como um pequeno mar mediterrâneo.⁵

Como sabemos, na obra “O Mediterrâneo e mundo mediterrânico na Época de Felipe II”, o personagem principal de sua obra não é o rei, mas sim o mar. Tal qual ensina o historiador Fernand Braudel, os acontecimentos históricos dizem muito pouco sobre o que passou, são como vagalumes que iluminam a noite escura sem nunca nos dar o todo do passado (1984). Esta perspectiva busca a compreensão de movimentos estruturantes profundos e permanentes, dinamizados na “longa duração”. Para nós, a região de Ribeirão Preto ocupa função análoga ao mediterrâneo braudeliiano cuja historicidade respeita movimentos seculares, ainda que a sensação da mudança dos tempos tenha sido potencializada no período de destaque – transição dos séculos XIX-XX.

Assim, questionamos: qual realidade, nos seus matizes ribeirãopretano ou mesmo de outras urbes da região, a escola republicana quis civilizar? De que maneira, a instituição escolar oportunizou transformações da realidade social, da vida destes sujeitos, do tempo e do espaço deste território? Em que medida esta experiência de interiorização significou a ampliação das fronteiras do sistema capitalista, convidando-nos a compreender este período histórico diante de novos limites da civilização, como o título da tese sugere?

Recuperar via História da Educação a trajetória destas experiências e da implementação dos seus primeiros grupos escolares (debates, conflitos, interesses, etc.) nos levou a considerar a percepção das mudanças dos ritmos de vida destes “paulistas sertanejos”. Neste sentido, buscando apresentar mais uma voz a este rico diálogo entre os pesquisadores da História e da História da Educação, produzimos uma narrativa acerca da história da região de Ribeirão Preto tendo como fio condutor o aparecimento da instituição “escola” e as mudanças provocadas na sociedade.

Entendemos que posicionar este tipo de pesquisa entre os pares é passo fundamental. Para refletir a natureza desta pesquisa, avaliamos a posição de investigações semelhantes em relação as demais pesquisas de mesma área no Brasil, a partir de análise dos principais eventos e periódicos nacionais em História da Educação. Se tomarmos os artigos da Revista Brasileira de História da Educação nos últimos anos (em especial, entre os idos de 2001 e 2007) perceberemos a seguinte repetição de temas (GALVÃO; MORAES; GONDRA; BICCAS, 2008):

⁵ Tal analogia propõe potencializar a influência braudeliiana e, de forma alguma, comparar a tese ao texto do historiador francês.

Quadro 1 – Temas privilegiados nas pesquisas da RBHE

Temas	Número de artigos	Porcentagem
Ideias educacionais, sistemas de pensamento e intelectuais da educação	17	17,4
Historiografia da educação	15	15,3
Sistemas escolares e políticas educacionais	14	14,3
Impressos educacionais	10	10,2
Profissão docente	10	10,2
Cultura material	7	7,2
Disciplinas escolares	5	5,1
Cultura escolar (tempos escolares)	5	5,1
Questões étnico-raciais e educação	4	4,1
Instituições escolares	4	4,1
Infância	2	2,0
Escolarização em âmbito mundial	2	2,0
Ensino de história da educação	2	2,0
História da educação feminina	1	1,0
Total	98	100

Fonte: GALVÃO; MORAES; GONDRA; BICCAS, 2008, p.199.

Ao observarmos o Quadro 1 nota-se a presença significativa de pesquisas sobre as ideias educacionais, sistema de pensamento e reflexões sobre os intelectuais da educação; historiografia da educação; sistemas escolares e políticas educacionais – estas três grandes áreas temáticas corresponderam juntas a praticamente metade das publicações (47%). Em comparação, notamos que a “cultura escolar” (tempos, disciplinas e a própria institucionalização), as questões que envolvem etnia e gênero, a infância como problema e a escolarização em âmbito mundial não configuram, juntas, um quarto dos trabalhos (23,4% dos artigos).

O objetivo deste trabalho parece-nos mais próximo da segunda opção. Pesquisas como a nossa, em que a compreensão da interiorização dos processos de educação, articulada a uma noção de educação plural (institucionalizada e não), responsável pela alteração do ritmo das vidas e dos sentidos atribuídos a realidade social pelos envolvidos, não demonstram ocupar posição privilegiada nas publicações. O que se pode depreender, indiciariamente, é que os pesquisadores da área não demonstraram, ao longo dos últimos anos, interesse significativo em trabalhos com esta temática. Cremos, portanto, que o desejo aqui descrito se apresenta como

propositivo nas ausências constatadas e, ao mesmo tempo, desafiador, posto não poder comungar e compartilhar (facilmente) resultados com outros e diversos pesquisadores⁶.

Rosa Fátima de Souza-Chaloba, pesquisadora da história dos grupos escolares no Brasil, não questiona os dados acima, porém, ressalta aumento do interesse em objetos como “seminários, academias, liceus de artes e ofícios, colégios confessionais ou públicos, masculinos ou femininos, patronatos, escolas normais, faculdades” (2019, p.02), com diferentes formas e abordagens historiográficas. Confirmando a pesquisadora, pode-se notar que no período entre os anos 1996 e 2018, encontram-se no banco de Teses da Capes, ao utilizar os descritores “grupos escolares” e “grupo escolar”, 155 trabalhos, dos quais 27 são teses e 128 são dissertações (2019, p.02).

Esmiuçando um pouco mais este objetivo, pausemos o olhar sobre estes dois movimentos/conceitos articulados na expressão “interiorização de processos de educação”. Talvez, por compreendê-los com mais cores e complexidade possamos articulá-los as áreas identificadas no Quadro 1.

Primeiramente, quanto a este movimento de interiorização da educação no território paulista, a pesquisa parte de uma leitura de interiorização que reconhece, entre outros, o clássico trabalho do geógrafo francês Pierre Monbeig (1984), responsável por perceber no século XIX uma mudança gigantesca da paisagem nacional, a contar do exemplo da província de São Paulo e do movimento de ocupação do interior. Interiorizar-se, para nós, significa este “algo a mais” que uma visualização das mudanças cartográficas da ocupação do território, mas uma interpretação de vetores deste movimento e de seus interesses em teia, de forma complexa e sistêmica, como abordaremos durante a apresentação do referencial teórico e epistemológico.

Alguns exemplos desta mudança podem ser percebidos por comparações entre o princípio do século XIX e o avançar das décadas. Em 1811 a população paulista contava com mais de 165 mil pessoas e em 1852, o número ultrapassava 468 mil. Para o fim do século, Monbeig contabilizou 2.282.279 pessoas a partir dos censos federais (MONBEIG, 1984, p.24). O número de povoamentos também chama a atenção, 15 municípios em 1832 e 40 em 1872 (1984, p.25). Motivados pelo ciclo cafeeiro em expansão, este aumento significativo de

⁶ Tomamos alguns pesquisadores como fundamentais pelas pesquisas e desbravamentos de ordem documental, histórica, teórica e metodológica. Contudo, são na totalidade dos casos, articuladores de interpretações locais e, portanto, não configuram trabalhos de perfil regional semelhante. A saber, registramos importância de pesquisas como a do professor Marcus Vinicius da Cunha (1988), Lucia Jayme (2007), Jorge França (2013) e Vasni de Almeida (1997), sobre Ribeirão Preto, além de Cacila Lima (2007) e Wagner Teixeira (2000) estudiosos da educação na cidade de Franca. Exceção, ainda que cautelosa, ao recente trabalho organizado por Souza e Furtado (2020) cuja natureza coletânea propõe um mosaico de experiências educacionais na região como comentado na nota de rodapé 2.

peças, mercadorias e vilas sofreu mais mudanças diante da crescente produção de café: se em 1836 a província produzia mais de 147 mil sacas de café, o autor nos informa que em 1870 o crescimento da produção alcançou 1.043.112 em 1870 (1984, p.24).

Para o geógrafo francês, estes novos territórios foram convidados a uma nova temporalidade e cultura, marcada notadamente pelas negociações efetuadas pelos agentes do capital – os fazendeiros:

A riqueza, os laços com a corte, a política, impeliram os grandes fazendeiros a relação de negócios e uma vida mundana que os punham em contato com os europeus: com os representantes diplomáticos, os financistas e os pequenos comerciantes do Rio de Janeiro, primeiramente; com a própria Europa em seguida. Estavam eles, pois, a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha. Era normal que se inspirassem nelas ou a delas tirar partido. Nada se ignorava dos movimentos de imigração para a América do Norte, bem como dos progressos da rede ferroviária e da indústria europeia. Imitar tais exemplos, associando-se aos europeus que vinham para o Brasil, impunha-se a esses proprietários-negociantes, ao mesmo tempo como dever nacional e como excelente ocasião de consolidar suas fortunas (1984, pp. 96-97).

O ciclo cafeeiro, a convite desta civilização material, impulsionou, portanto, a desejo da própria alimentação do sistema econômico, o crescimento das fazendas, das plantações, dos braços (a princípio negros escravizados, depois imigrantes), vilas, cidades, ferrovias, luz elétrica, hospitais, cemitérios, escolas, etc. A interiorização da agricultura extensiva (cafeeira) promoveu a alteração da paisagem, da região, do território e dos lugares, categorias geográficas respectivamente articuladas aos aspectos físicos naturais, aos elementos de comparação para definição identitária a outros espaços, às fronteiras e às marcas territoriais, às experiências humanas e à produção de nova história-memória.

O século XIX desembocou de forma transbordante no interior paulista graças ao ciclo cafeeiro. Neste processo de interiorização, cabe imaginarmos as ferrovias serpenteando os verdes cafezais buscando grãos de café (este “ouro verde”) e trazendo imigrantes europeus e suas experiências humanas distintas. Aos que ali viviam, sertanejos do interior, o mundo se mostrava por meio das máquinas (luz elétrica, cinema e outros elementos da revolução industrial), do trem e pelo convite evidente por uma nova alteridade, na presença impositiva e numerosa dos imigrantes, a princípio nas fazendas e depois nos centros urbanos.

Não devemos nos esquecer que a entrada da região no ciclo cafeeiro é concomitante a um contexto de revolução industrial na Europa, de transição de regimes políticos e suas tensões e principalmente de interesses locais e regionais. Portanto, a compreensão deste processo de

interiorização da cafeicultura deve levar em consideração a realidade construída sócio historicamente e que passou a ser receptora de tal movimento. Articulando o comentário a pergunta anterior, retomamos: a que realidade sertaneja esta interiorização sobrepõe? Foi diante desta percepção da interiorização do capital, vinculada ao ciclo cafeeiro e a uma economia mundial, que compreenderemos o movimento de interiorização das escolas e dos processos de educação por estas cidades paulistas.

Diante deste cenário de grandes sertões e veredas dentro do território paulista, não há uma versão única e final sobre as dinâmicas de interiorização do estado. O que se espera na primeira metade desta obra é compreender como o processo de ocupação desta região se deu, principalmente diante das necessidades sócio-políticas do contexto. Em outras palavras, o interior de São Paulo tem seus processos de interiorização em temporalidades diferentes. É sabido, por exemplo, que o Caminho dos Goyases (ou Guaiases, ou ainda caminho do Anhanguera) ligava a capitania de São Paulo as minas de Goiás desde o princípio do século XVIII (SANCHES, 2011), “eixo em torno do qual foram concedidas 67 sesmarias entre 1727 e 1737” (LAGES, 1996, p.24). Este caminho, iniciado na região de Mogi-Mirim, perpassava sítios e pousos necessários para o abastecimento, descanso e outras necessidades dos viajantes (LAGES, 1996, p.38) e “perpassava o que hoje conhecemos como as cidades de Mojimirim, Mojiguaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, Igarapava, até o Rio Grande” (CHIACHIRI FILHO, 1982, p.49).

Há, portanto, na transição dos séculos XVIII para o XIX uma grande transformação na paisagem do interior paulista: o Caminho dos Goyases e sua vida bandeirante em busca do ouro das Minas Gerais dá lugar a ferrovia Mogiana de Estradas de Ferro, com seus braços imigrantes para cultivar o ouro verde dos cafezais.

Em Franca, a aproximação com as Minas Gerais promovia dinâmica mais intensa. Desde 1801 os francanos tinham como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária e a mineração. O comércio era ativo e em 1820 os historiadores já capturaram por meio de documentos a presença de negociantes e comerciantes de sal (OLIVEIRA, 2011; CUNHA, 2015). Outra prática que nos chama a atenção na região é a criação de gado; em 1829, 688 criadores possuíam mais de 37.768 cabeças de gado (ASSENTAMENTO DE GADOS, 1829 *apud* CUNHA, 2015, p.119).

Segundo a historiadora Maísa Cunha, essa região já demonstrava crescimento econômico e demográfico em pleno século XIX, mesmo antes da chegada dos trilhos da Companhia Mogiana no ano de 1887, seguindo o movimento da cafeicultura, após os anos 1890 (2015, p.117).

Mesmo que tardia, a formação da cidade de Ribeirão Preto não fugiu a regra. Como nos recorda José Antônio Lages, a região em que hoje se localiza a cidade de Ribeirão Preto foi ocupada no princípio do século XIX por entrantes mineiros, migrantes que viram no fim do ciclo aurífero oportunidade para reorganizar a vida nas terras ao sul de Minas Gerais⁷. A região de Ribeirão Preto até hoje guarda registros desta presença mineira que desde 1830 já deixava marcas nas pequenas propriedades rurais: eram majoritariamente sujeitos católicos, possuíam poucos escravos, realizavam economia de subsistência com criação de porcos e comercializavam mais com as cidades do sul de Minas Gerais do que com a capital paulista. É nesta cidade de temporalidade rural que o ciclo cafeeiro adentrou a partir de 1860. As primeiras fazendas de café inseriram a região no mundo. A doação de terras de alguns fazendeiros marca a fundação da cidade em 1856 e o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional foi nítido a partir da chegada da ferrovia Mogiana no ano de 1883 (LAGES, 1996).

Quanto aos trilhos da ferrovia Mogiana, é sabido que seu processo de interiorização começou em 1872, com a concessão para a sua construção com sede na cidade de Campinas. A primeira etapa foi concluída em 1875, ligando Campinas a Jaguari (atual Jaguariúna) e três meses depois à Mogi-Mirim; em 1878 a ferrovia chegou em Casa Branca e apenas em 1883 na cidade de Ribeirão Preto. Próximo a Ribeirão Preto, o ramal de São Simão foi construído em 1884. O ramal de Poços de Caldas foi concluído em 1886, já o rio Grande foi atingido apenas em 1888 e a cidade de Franca, 1889 (BEM, 1998).

Para Sueli Ferreira de Bem (1998) a ferrovia transformou a paisagem, a vida e a forma de sentir o tempo na província de São Paulo:

A ferrovia transformou o panorama paulista - ligou pontos estratégicos, transportou riquezas, mudou a feição de muitas cidades e deu origem a tantas outras. Imbricada ao processo evolutivo brasileiro, instalou-se na segunda metade do século 19, em meio à atividades como extração da borracha, cultura do algodão, tratamento do açúcar nas usinas, implantação de fábricas, expansão da monocultura do café, interrupção do fluxo de escravos e organização da propriedade imobiliária. Deu início a um novo período de urbanização, possibilitando a criação de extensa rede de caminhos e revelando a todos um país muito maior que aquele conhecido. Promoveu sensíveis alterações geográficas permitindo circular populações e riquezas materiais, estimulando a concentração de habitantes em áreas urbanas e tornando possível a formação de cidades de maior porte em terras do interior. Alargando as possibilidades de penetração no território, os *caminhos de ferro* levaram o trabalho a lugares desconhecidos e a facilidade do transporte significou ao produtor boa condição para composição de custos dos resultados da sua atividade econômica (1998, p.304).

⁷ Importante destacar que a presença de bandeirantes, viajantes, e principalmente dos indígenas caiapós antes do século XVIII (LAGES, 1996, MELLO, 2009).

Com a ferrovia, estas cidades e fazendas se integraram ao mundo em uma velocidade assustadora: imigrantes, ideias, moda, novos ofícios, novos problemas, novas soluções. Com a mudança republicana, os municípios se articularam a um novo meio de fazer política. Os logradouros públicos passaram a homenagear os “grandes nomes” do novo tempo: Marechal Deodoro, Duque de Caxias, Floriano Peixoto, São Sebastião, nomes que celebram os novos “heróis republicanos” e aqueles que também sustentam a tradição católica (ROSA, REGISTRO; *et al*, 2007).

No caso desta região, podemos citar o investimento em obras de urbanização: calçamento, luz elétrica, ajardinamento urbano, código de posturas... tudo o que uma cidade precisa para abraçar a modernidade! Inclusive e, em especial, as escolas. Educar todos e todas dentro e fora das salas de aula. Frente ao capital cafeeiro, a interiorização da região do nordeste da Província de São Paulo foi potencializada com a introdução da malha férrea, porém, nosso texto caminha nas indagações: o quanto se pode avaliar sobre a importância dos processos de educação neste processo? Se pensarmos o binômio trem-ferrovia, o quanto se relacionam como dois monumentos da civilização deste território?

Por mais que a historiografia sobre a interiorização do estado já tenha demonstrado parte significativa desta complexa rede de interesses, nossa pesquisa acredita que a percepção deste movimento de ocupação do território brasileiro precisa ser melhor compreendida a luz das concepções teóricas contemporâneas.⁸ Por isso, “Nos limites da civilização”, título da tese, guarda profunda relação com a proposta braudeliana e wallersteiniana de conceber o universo material e o desenvolvimento do sistema capitalista, como abordaremos à frente.

As nuances do desenvolvimento do capital pelo globo e seus desdobramentos no sistema-mundo foram contornados numericamente, interpretados a partir de dados provenientes de quadros e tabelas, para, no fim, construir a visualização cartográfica como registro final de nosso intento. A influência braudeliana inspirou a construção de uma narrativa de longa duração sobre a ocupação do território paulista, para que pudéssemos nos ancorar melhor em interpretações acerca das razões (e consequências) da interiorização dos processos de educação. Assim, esta história da interiorização da educação nos exigiu a compreensão da

⁸ A interiorização é tema de pesquisas de pesquisadores conhecidos. É o caso de Maria Odila Dias cujo escrito abaixo se aproxima de nossa empreita, posto que defende a não existência de estudos sobre a interiorização dos territórios metropolitanos diante do pós-independência. Segundo a autora: “Ainda estão por ser estudados o processo de enraizamento da metrópole na colônia, principalmente pela organização do comércio de abastecimento do Rio de Janeiro e consequente integração do Centro-Sul; as inter-relações de interesses comerciais e agrários, os casamentos em famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou no comércio de tropas e mares do Sul, no negócio do charque... processo esse presidido e marcado pela burocracia da Corte, os privilégios administrativos e o nepotismo do Monarca” (2005, p.20).

história da ocupação e interiorização do próprio território paulista. Diante da noção de uma certa civilização material da província, compreendemos o igualmente complexo universo da “educação” - ou, como passaremos a chamar a partir de agora, os chamados “processos de educação”.

Tomaremos a palavra educação não como um corpo de regras e sentidos articulados apenas ao campo educacional escolar – institucional. Ou ainda, um conjunto de práticas e conhecimentos de mundo vivificadas positivamente em expectativas sociais de “fino trato”, “bom gosto”, civilizado, objeto de discriminação daqueles “bem-educados” e “mal-educados”. Tampouco concordamos com a interpretação de que a educação seria sinônimo de erudição e, portanto, os eruditos (cultos) seriam seres privilegiados (diferenciados) na medida em que saberiam mais e melhor que os não eruditos (LARAIA, 2001).

Educação é para nós uma realidade maior. De acordo com Sérgio César da Fonseca, trata-se de “um processo pelo qual nós humanos ensinamos nossos semelhantes mais novos a assimilarem o quanto puderem do conhecimento e da experiência coletivos” (2010, p.33). Um projeto que abraça muitas definições ao mesmo tempo em que abre espaço para questioná-las, um campo de saber que permite o pesquisador compreender as ações, pensamentos, planos, economia, política, divisões sociais, influências religiosas, posto seu potencial de revelar tais esferas na “pedagogização do mundo”. Tomo aqui emprestado as propositivas palavras de Felipe Ziotti Narita:

... educação, aqui, não significa apenas educação nem ensino. Trata-se, antes, de um conjunto difuso de preceitos e práticas sociais que, mobilizando diversos agentes e espaços... organização social em campos de intervenção e moralização. Por isso, chamo este conjunto descentrado de processos de educação. (NARITA, 2016, p.18).

Desse modo, os processos de educação nestas cidades do ciclo cafeeiro concebem várias esferas da vida cotidiana, tais como a educação escolar (educação formal, dos conteúdos, para o mercado de trabalho, para uma certa cidadania), a educação do corpo (o trato dos corpos e das manifestações do pensamento, como vestir, olhar, falar, etc.) e a educação do espírito (a legitimação e o policiamento dos desejos, as concepções e práticas que nascem da relação entre o mundo material e imaterial, as igrejas, templos, centros, terreiros, etc.). Eis os “processos de educação” que pretendemos abarcar.

Se somarmos as contribuições de Norbert Elias (1993) a esta discussão teórica, nos defrontaremos com a noção de “segunda natureza”, expressa na obra “O processo civilizador”. Uma “verdade” do sujeito que é ensinada pela repetição de valores, pela sintonização, “desde

a infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole” (ELIAS, 1993, p.197), marca de um Estado que carrega, segundo o autor, o monopólio da força física acompanhado de uma crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade.

Por isso, podemos acrescentar ao nosso horizonte de atenção este aspecto de “processos de educação” aos “processos de controle” por parte do Estado. Nesta perspectiva de Norbert Elias, encaramos este controle sobre o indivíduo revelado tanto por meio das leis, como pelo controle exercido pelos outros indivíduos dentro do convívio social. Ou ainda, como sugere o autor - o autocontrole, esta manifestação psíquica e social que conduz tão fortemente o indivíduo a ponto de confundir cultura (externo) a essência/natureza (interno); confusão que torna esta “segunda natureza” elemento constituinte dele próprio, agindo normativamente até quando não se sente vigiado por outros (ELIAS, 1993).

Somamos a estes teóricos a contribuição da proposta de consciência histórica de Jörn Rüsen (2007). Para o autor, a construção da identidade perpassa a cosmovisão histórica, portanto, a consciência histórica que, de alguma forma, é compartilhada em uma comunidade. Em seu entendimento, a consciência histórica é mais que uma “mentalidade coletiva”, ou memória compartilhada sobre o passado, mas é a constituição de sentido da experiência no tempo (RÜSEN, 2007, p.104). É a capacidade cognitiva de evocação do conhecimento de tempos pretéritos frente as múltiplas demandas do presente dos sujeitos, incorporado pelo aprendizado histórico na vida, em espaços formais ou não formais de ensino. Em outras palavras, é o movimento do tempo presente de buscar no passado a memória que o signifique e o represente, para que a realidade possa fazer sentido e que as identidades possam ser construídas (RÜSEN, 2007).

Articulando as propostas de Fonseca (2010) ao que trouxemos de Narita (2016), Elias (1993) e Rüsen (2007), podemos apresentar melhor o que concebemos por processos de educação. Trata-se, fundamentalmente, da vida em movimento, deste campo de experiências de aprendizado que se articula dentro e fora dos espaços e instituições educacionais e que visa, por modelo e por moral, estabelecer o “bem e o mal”, o “certo e o errado”, o adequado e o inadequado, o científico e não científico, etc. Por isso, a tese busca ir “além” de uma visão específica de educação institucional, mas abraçar as capacidades de uma região de produzir cultura(s) própria(s). Aqui, faz-se propositivo um provérbio africano muito curioso: “para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira” (JACOMELI, BARAO, GONÇALVES, 2017, p.48), por isso, a tese leva em consideração inúmeros instrumentos desenvolvidos pelo Estado, mas também fora dele (iniciativas privadas), no intuito de perceber como muitas “aldeias” educaram seus cidadãos.

Ao juntarmos o desejo de compreender o movimento de interiorização desta noção de processos de educação, o objetivo do trabalho pode ser melhor percebido: de que forma estas cidades receberam as novidades educacionais do “velho mundo europeu”? Indícios iniciais já são percebidos pela historiografia – o capital internacional e as fazendas de café rumaram ao interior, depois chegaram cidades, ruas, automóveis, comportamentos, teatros, escolas, etc., logo, o dia a dia destes sujeitos passou a ser vigiado e conformado segundo uma nova lógica, um novo tempo e uma nova experiência.

1.2 Os objetivos desta pesquisa e as fontes selecionadas

Como lido anteriormente, este projeto tem por objetivo geral compreender a interiorização dos processos de educação, manifestadas tanto no âmbito escolar como fora dele, priorizando o processo de ingresso, assentamento e atuação da escola e da educação escolar sobre um grupo de cidades expressivas em cidades da região de Ribeirão Preto, na parte nordeste do estado de São Paulo, durante a transição dos séculos XIX-XX. Como exposto, tal objetivo leva consigo um desdobramento direto, posto que para tal, será necessário identificar algumas das dinâmicas de sobreposição das normas, padrões, modelos e práticas preconizadas pela escola sobre as diferentes populações e formações sociais destas localidades, transformadas pelo capital cafeeiro e inflamadas pelos novos ares republicanos.

Por concordamos com a premissa de que todas as ações humanas são históricas e que toda manifestação cultural é uma possível fonte de captura do passado (BLOCH, 2001), nos enveredamos a um estudo da interiorização dos processos de educação por meio de uma vasta gama documental, disposta em duas dimensões distintas e interligadas.

Buscamos, a princípio, compreender os processos de educação descritos em fontes geradas pelo aparato estatal. Tais documentos oficiais são reveladores (ainda que lidos com cautela necessária) de um interesse do Estado para com a instalação de um certo projeto (coeso ou não) de educação, de construção de uma certa cidadania, valores, moral, etc. Assim, temos como base a percepção deste movimento de interesses da máquina pública quanto ao processo de interiorização de um projeto civilizador para o território em questão. São leis, decretos e atos que organizaram a burocracia do Estado para organização da educação na Primeira República.

Neste aspecto, identificamos os seguintes documentos como fontes primárias importantes para nossa investigação. Em primeiro plano, indicamos os censos demográficos e estudos de natureza estatística, tais como o “Anuario Estadístico de São Paulo (Brasil) de

1907⁹, a obra “A estatística da Imperial província de São Paulo: com várias anotações do Tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística” de 1827, de autoria de José Antônio Teixeira (2009), os estudos organizados por Bassanezi (et al, 1998) intitulados “São Paulo do passado: dados demográficos” e a obra de Daniel Pedro Müller denominada “Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837.” (1978). Tais documentos organizam a percepção populacional da interiorização a partir da observação da quantidade de população nas diversas realidades urbanas (e rurais) do estado ao longo do século XIX.

Quanto a observação das fontes da província (e do estado) de São Paulo enquanto organizador da realidade educacional imperial (e republicana), identificamos análise dos Relatórios sobre o estado da instrução pública, entre os anos de 1853 e 1910. Todos estão digitalizados e disponíveis gratuitamente na internet¹⁰. Como parte das análises, utilizamos relatórios de outras instituições e/ou organizações de práticas pedagógicas, por exemplo, o “Relatório dos anos 1924 e 1925 referente as atividades realizadas no Asylo de Orphans “Analia Franco” da Loja Maçônica “Estrela D’Oeste” (1925), na cidade de Ribeirão Preto.

Quanto aos jornais, citamos os periódicos referentes a localidade de Ribeirão Preto, tais como “A Cidade” (de 1909 a 1918) e o “Diário de Notícias” de 1956, localizados na Biblioteca Nacional (BN) e no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), respectivamente. Outro periódico encontrado, digitalizado entre as edições de 1900 e 1911 foi o “Correio Paulistano”, também disponível gratuita e virtualmente na BN.

Foram utilizados documentos de ordem propagandística, como revistas e almanaques do contexto. O “Almanak da Província de São Paulo para 1873”, organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca em 1873 (BN) e o “Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887) de Militão Azevedo, publicado em 1914 nos oferecerão dados da realidade da capital da província e de como este olhar “central” compreendia o espaço interioriano; o texto escrito por João Emboaba da Costa: “Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto” (1956), o “Almanach Illustrado de Ribeirão Preto” de 1913 (APHRP); o texto “Monographia – Município de Sertãozinho” (1903) e “Negócio municipais de Sertãozinho” (1912-1913), ofertados gratuita e virtualmente a todos pelo Centro Municipal de Memória (CEMM) auxiliaram a nossa empreita na percepção da

9

Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=1&opcao=8&busca=2&tipoFiltro=periodo&filtro=%271910%27&descFiltro=1910>. Acesso em: 3 jan. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

interiorização de certas formas de educação no princípio do século XX na comparação capital-interior.

Sobre a cidade de Ribeirão Preto, citamos ainda os “Códigos de Posturas de Ribeirão Preto” de 1902, encontrado no APHRP, além do “Álbum de fotografias da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908”, disponibilizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), muitos deles citados em obras como em SANCHES (2003) e GAIOLI (2016). Quanto a documentação relativa as cidades de Franca e Batatais, por exemplo, chamamos a atenção para os documentos disponíveis no Arquivo da Câmara Municipal de Batatais (ACMB), Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF) e no CEDAPH (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica da UNESP/Franca).¹¹

Em uma segunda dimensão, as ações que contrariam ou fogem os desejos estatais estão no nosso radar. Posto que o discurso de interiorização dos processos de educação e a prática desta experiência histórica não necessariamente andarem consoantes, desejamos observar os “bárbaros”, “não-civilizados”, “maus alunos”, “mendigos”, “prostitutas”, “criminosos”, enfim, sujeitos classificados como *outsiders*, desarticulados por opção (ou não) deste movimento civilizatório. No linguajar de Elias, aqueles que negaram a segunda natureza.

Para tal, consideramos as mesmas referências listadas acima nos itens “historiadores locais e memorialistas” e “jornais, revistas e demais periódicos”, acrescidos dos processos-crime que estão disponíveis no AESP e no APHRP.

Com estas duas dimensões documentais, procederemos uma comparação entre os desejos do poder público e as reações/experiências históricas deste movimento entre os diversos grupos sociais destas cidades do interior. Em uma perspectiva dialética, este movimento configurará a realidade dos processos de interiorização, não apenas pelos desejos do capital e do ciclo cafeeiro, mas também pela resistência dos grupos marginalizados que dele (nele) viveram e trabalharam.

Admitimos, entretanto, que a região estudada é resultado de interesses e limitações da pesquisa. Como escreveu Braudel sobre o seu Mediterrâneo, “... Penso que o melhor documento sobre o passado do mar é ele próprio, tal como cada um o pode ver – e amar” (1983, p.21). E isso nos recoloca em uma condição humana da pesquisa, entre escolhas e renúncias que, até então, não nos assusta.

¹¹ Mesmo fora de nossa atenção direta, citamos a presença de dados importantes para a pesquisa encontrados em cidades próximas de Ribeirão Preto, tal como Araraquara, localizada na região central do estado. Por exemplo, citamos o Livro de atas n. 17 da Câmara Municipal de Araraquara e o Livro de Recenseamento de Araraquara de 1902 (Cf. MARQUES, 2009).

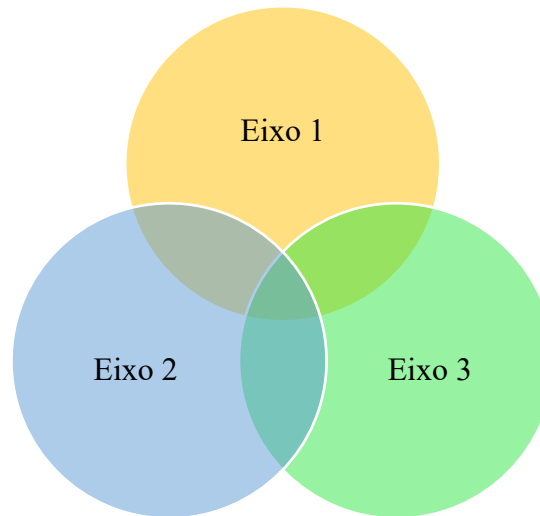
Por fim, destacamos que a pesquisa é norteada por três grandes eixos, propostos e desenvolvidos nas seções. O primeiro nomeado aqui por “A que realidade a escola se sobrepõe?” visa compreender o que de fato se constituiu como realidade(s) sertaneza(s) paulista(s). Escrito de outra forma, como Ribeirão Preto e suas urbes vizinhas foram concebidas como representações deste espaço, mediante suas naturezas e historicidades distintas, suas condições (semi)periféricas de cores mais ou menos centrais de acordo com os documentos e o período histórico. Esta discussão se encontra majoritariamente na seção dois e recuperada frequentemente nas demais.

O segundo eixo chamamos de “A educação republicana e as cidades do interior: o processo de sobreposição” e é responsável pela história destes núcleos (urbanos, rodeados de fazendas e bairros rurais) na transição dos séculos XIX-XX. Neste eixo, se realiza a reflexão sobre o campo dos interesses sócio-político-religioso e cultural que envolveu a fundação e a consolidação destas identidades locais e a concomitância do choque da imposição deste universo alienígena neste território historicizado. As escolas destas cidades do interior foram instaladas em nome de algum projeto e de algum interesse, naturalmente conjugado por algum grupo de pessoas e/ou instituições. Atentos ao planejamento e ao campo estratégico do poder institucionalizado, buscaremos valorizar os processos de educação via interiorização diante das vitórias da civilização – “aquilo que perdurou” ou “aquilo que a memória decidiu manter vivo”, porém, a pergunta “como o cotidiano destes sujeitos sertanejos revelou as múltiplas experiências do grupo escolar e do ginásio, seja em jornais, nos textos dos memorialistas, nas fotos, nos almanaques, etc.?” deverá ser respondida na terceira seção.

E, por fim, o terceiro eixo que chamamos de “O Grupo Escolar: a interiorização da escola na região de Ribeirão Preto” parte de uma atenção especial com o caráter estratégico e racional do Estado brasileiro de inserir estes edifícios disciplinares como instituições responsáveis pela educação legítima, estatal, aparelhada material e imaterialmente com o capital e com as ideias responsáveis pela construção de espaços institucionais de nivelamento e conjugação dos elementos diferentes (brancos e negros, imigrantes e não... etc) em sociedade. Neste eixo, desenvolvido na quarta seção, cabe a nós a investigação das escolas paulistas (notoriamente da região nordeste do estado) e seus códigos, os conteúdos, o currículo diante das tradições da cultura em que foram inseridas.

A imagem que segue apresenta a proposta de encontros destes eixos levando em consideração suas singularidades e áreas comuns de reflexão:

Figura 2 – Eixos da pesquisa e interseção dos espaços de discussão



Legenda: Eixo 1 – “A que realidade a escola se sobrepõe?”; eixo 2 – “A educação republicana e as cidades do interior: o processo de sobreposição” e eixo 3 – “O Grupo Escolar: a interiorização da escola na região de Ribeirão Preto”.

Fonte: do autor.

A opção pelo diagrama de Venn-Euler corresponde a complexidade das relações entre os eixos. Se pensarmos a história de longa duração do território paulista (e brasileiro) diante do contexto republicano sob os olhares educacionais da moralidade e da civilização, temos um encontro específico entre os eixos um e dois, na medida em que a tradição da região e a presença de suas identidades nos convidam a criação de hipótese de verificação de um campo de negociações bastante rico durante o movimento de interiorização dos processos de educação na região. De um lado, os desejos do Estado e de seus representantes locais (assim como sua rede de apoiadores), de outro, grupos resistentes às novidades, por motivos diversos: religiosos avessos à modernidade, não católicos contrários às propostas destoantes do Vaticano, grupos subjugados pela condição étnica, cultural, de gênero, etc. Nesta primeira intersecção, a nossa busca pelo conflito não se propõe exercício de captura de realidade homogênea como já se indicia.

Quanto ao encontro entre os eixos um e três, vimos a mesma longa duração histórica agora diante da presença institucional dos Grupos escolares. Ao compararmos com a intersecção anterior, reconhecemos maior acuidade na reflexão: em que medida o campo discursivo progressista da educação na sua versão kantiana de *sapere aude* encontrou resistência entre os sujeitos da região citada?

Por fim, a terceira intersecção que envolve os eixos dois e três nos leva a perceber certa pedagogização dos corpos e da consciência atravessando os muros escolares e impondo, aos

cidadãos, nas praças, nos teatros e em outros monumentos civilizacionais novas formas de conceber o tempo e o espaço, o pensamento e as suas identidades. Neste sentido, atendendo este movimento de encontro entre os três eixos, apresento o plano de trabalho da tese.

Nas próximas páginas apresentaremos ainda os referenciais teórico e metodológico, para além dos contornos das balizas espacial e temporal e as fontes de pesquisa.

Quanto a seção dois, primeiro momento de desdobramentos da chamada “Vida Material (parte I), intitula-se “Civilização material: do sertão desconhecido colonial as fazendas de café do Império”. Neste espaço pretendemos desenvolver o conceito interiorização e compreendê-lo historicamente no território paulista visando responder as questões do primeiro eixo.

A seção três, “Processos de educação na região de Ribeirão Preto durante a transição dos séculos XIX-XX”, convida a um esforço teórico importante sobre como entendemos alguns conceitos, tais como “Educação” e “Modernidade e modernização”. Diante destes expostos, partimos para a percepção de como ocorreu a interiorização do modelo civilizatório europeu nestas terras, dado conjunto de fontes diverso.

Por fim, estabeleceu-se como título da seção final “O capitalismo”, comunicando, mais uma vez, relação direta com o desejo braudeliano em recuperarmos a vida diante da “vida material”, “educação” (como civilização) e “o capitalismo”. Uma vez a civilização material desenvolvida e a educação apresentada, caberá perceber os nexos e o funcionamento do capitalismo diante de sua interiorização no território estudado. Esperamos conquistar o encontro entre os três eixos e experimentar o “limite da civilização”, como o título da pesquisa provoca.

Ao cabo, as considerações finais e reflexão acerca do cumprimento dos objetivos e de como a pesquisa pode (ou não) organizar novas questões diante da trajetória percorrida.

1.3 Referenciais teórico-metodológicos da pesquisa

1.3.1 Teóricos: a interiorização por meio da economia-mundo e do sistema-mundo

Compreender o termo interiorização no campo da história, não é tarefa rápida ou superficial. Exige de nós uma atenção com sua complexidade tanto no seu aspecto teórico quanto nas apropriações das regiões centrais e periféricas do sistema capitalista, sem contar suas especificidades brasileiras e a reconfiguração da relação capital—interior paulistas, atenção especial de nossa empreita.

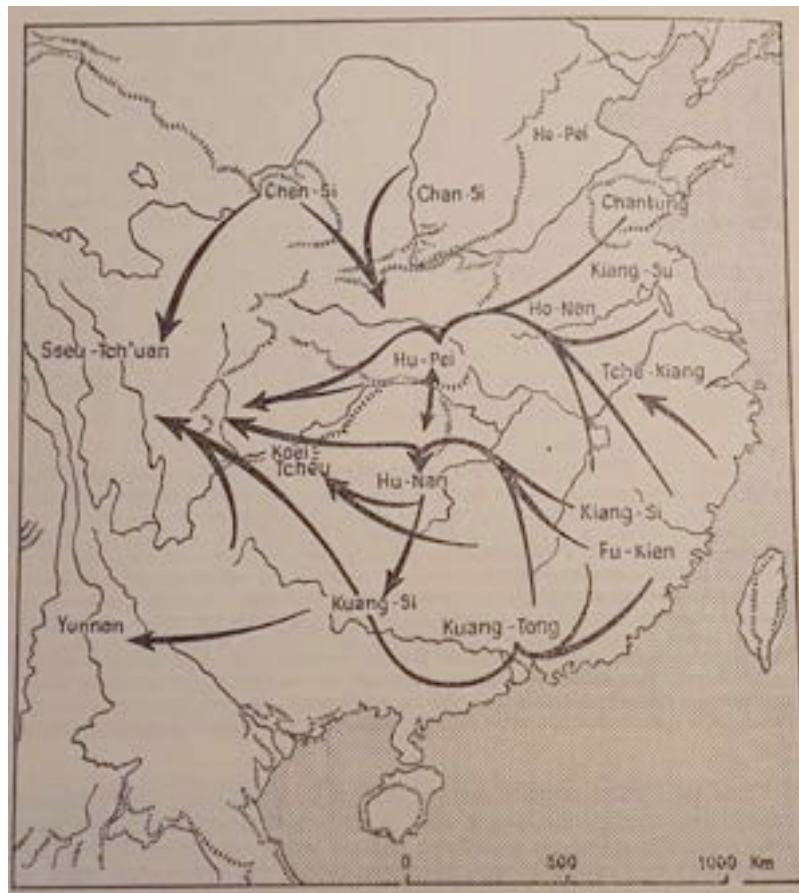
Interiorizar-se, para esta pesquisa, significa algo mais que “movimentar-se para o interior”. O termo carrega certa polissemia que exige cautela de nossa parte. Seus possíveis

sentidos são constituídos diferentemente em países cujas histórias resultam de particularismo distintos, seja por serem afetados diretamente por marcas da presença de acidentes geográficos, catástrofes naturais ou a consolidação de seus territórios mediante guerras de conquista e/ou expulsão de invasores.

José de Souza Martins nos recorda que o estudo sobre o movimentos e deslocamentos das fronteiras, pelo mundo afora, é marcado por conflitos e alteridades. São revoltas, sonhos, protestos e esperanças que guiaram as ações humanas para tal. Por exemplo, a história contemporânea da fronteira, no Brasil, é notoriamente a narrativa das lutas étnicas e sociais, sobretudo os embates entre indígenas e latifundiários (MARTINS, 1996, p.26).

Se pensarmos exemplos de movimento de interiorizações pelo mundo, encontraremos experiências muitas distintas. Por exemplo, se tomarmos a chinesa dos séculos XVII e XVIII descrita por Fernand Braudel na obra “Civilização material e capitalismo”, perceberemos que houve uma espantosa curva de crescimento demográfico chinês entre os idos de 1680 e 1850, tendo em vista as contribuições tecnológicas e o domínio das questões ambientais que impossibilitaram a expansão territorial chinesa à Sibéria, à Mongólia, ao Turquestão e ao Tibete (BRAUDEL, 1970, p.29). A interiorização chinesa foi, desta forma, influenciada pela colonização europeia, posto que em decorrência do contato tecnológico conseguiu vencer os problemas de ocupação das terras baixas e das áreas montanhosas, gerando o aparecimento da cultura do amendoim, da batata doce, da batata e do milho. Como resultado deste movimento histórico, a população chinesa passou de 120 milhões em 1680 para 165 milhões em 1740, 300 milhões em 1790 e 430 milhões em 1850. O mapa citado por Braudel na obra é revelador da necessidade de interiorizar aquela população para as “novas áreas cultiváveis”:

MAPA 2 – Migrações internas da China no século XVIII



Fonte: Extraído de L. Dermigny, *Le commerce à Canton au XVIIIe. Siècle* (apud BRAUDEL, 1970, p.30).

O Mapa 2 nos oferece a espacialização desta interiorização, cujo intenso movimento demográfico do século XVIII ferve e irrompe, de certa maneira, migrações que respeitam a direção litoral-interior e também internas, interior-interior. Este exemplo de interiorização é rico em movimentos, o que não necessariamente ocorre em outros territórios.

Os movimentos de interiorização do território norte-americano e do brasileiro podem ser comparados pelas grandes extensões de terra. Se compararmos a natureza das duas ocupações, nesse sentido, teremos muitas aproximações: ambas colônias europeias, constituídas pela presença de índios originários, brancos civilizadores e mão-de-obra escravizada, além de terem carregado sua própria “marcha para o Oeste” como constituição de seu território de proporções continentais. Contudo, há de se pontuar que a ocupação branca do oeste, em ambos casos durante o século XIX, se deu mediante singularidades.

No caso da região do extremo oeste norte-americano, pedimos ajuda ao artista John Gast, responsável pelo quadro *American Progress* de 1872:

Figura 3 – Progresso Americano, 1872. Por John Gast.



Fonte: (COSTA, 2011, p.2.273).

Por meio da obra de John Gast, pode-se refletir as bases da interiorização estadunidense demarcada mediante processos variados e interesses claros. Uma interiorização do “progresso” racional, técnico, branco e cristão, de consequências violentas (genocidas) autorizadas e legitimadas pelo Estado. Os traços do artista nos convidam a isso: a direita, a luz da civilização europeia, a racionalidade técnico-científica, filosófica-iluminista, confundindo-se tranquilamente com o próprio progresso, cuja versão feminina abre alas empunhando os cabos de energia elétrica, ferrovias, modelos e costumes modernos. A modernidade guiando os homens brancos colonizadores e serenamente expulsando os indígenas e sua natureza selvagem (búfalos) para o além-pintura. Da direita para a esquerda (do leste para o oeste) o progresso americano significou a conquista e o império da civilização.

A interiorização retratada por John Gast coloca em oposição luz e sombra, tão largamente reproduzida nos filmes hollywoodianos e eternizada nos *westerns*, cuja natureza moral remete as figuras branca e indígena respectivamente atreladas ao bem e ao mal, visualizadas como mocinhos e vilões; aqueles que matavam em nome do progresso e os que roubavam, estupravam e tiravam escalpos por maldade. Em leitura de cunho evolucionista do

século XIX, dada a impressão de hierarquia e etapa de desenvolvimento e natureza das raças, a marcha para o oeste se deu no embate destes polos antagônicos, de interesses e sentidos diferentes da palavra progresso.

Estas marcas de interiorização ocuparam o imaginário dos cientistas estadunidenses. Assim, receosos de que o nosso texto possa flertar com uma noção única ou de um certo tipo ideal de interiorização do capital, a reflexão proposta sobre os processos de interiorização leve em conta cada constituição histórica relacionada a natureza de sua trajetória. Se para os chineses, a relação com a interiorização é proposta via de regra por um choque de suas tradições com a cultura e a tecnologia europeia, os norte americanos compreendem “interiorizar” pelo movimento de ocupação do oeste em função da vitória de seus habitantes (brancos) frente a natureza e seus obstáculos para o progresso – o índio, por exemplo. Assim, um dos primeiros aspectos que levaremos em conta nesta discussão acerca da interiorização é que percepção a intelectualidade brasileira tem de sua própria dinâmica histórica, dada nossas tragédias, nossos limites territoriais e natureza de nossa compreensão cartográfica.

Parafraseando Caio Prado Jr., é sabido que a história do Brasil é apenas um capítulo da história do sistema capitalista (1996). A própria condição de “nascimento do território” a luz da percepção lusa se deu mediante a presença do olhar colonizatório, condição de existência de um povo e de um território que se forma mediante o encontro indígena-luso (RIBEIRO, 2004).

O historiador José Evaldo de Mello Doin compreendeu este capitalismo singular, desdobrado pela colonização lusa, como complexo e lacunar, tendo em vista as muitas dificuldades de implementação e acomodação da estrutura portuguesa, “seja de questões de consciência ou de fé, seja de ordenamento político ou de negócios” (2001, p.03). Ou seja, de antemão, antecipando as discussões sobre o movimento de interiorização do território paulista e nacional, devemos compreender o caráter complexo do capitalismo desenvolvido em terras brasileiras.

Os índios foram vítimas deste processo. O genocídio indígena mensurado por Darcy Ribeiro (2004) é assustador, uma vez que o autor denunciou a morte de 2.500.000 índios dos 5.000.000 originais nos três primeiros séculos de colonização. Estes dados nos permitem avaliar nosso desejo de compreender a interiorização sem nos ausentarmos de um compromisso ético de apontar, mesmo indiciariamente, suas consequências nefastas, tendo em vista que nossa baliza temporal específica não acompanhará diretamente este movimento de interiorização dos primeiros séculos de colonização. Em outras palavras, não devemos esquecer questões fundamentais que acompanharão esta investigação sobre a interiorização: a

quem serviu(e) a interiorização do capital? Quais são seus agentes e com qual estrutura ela se desenvolveu(e) no Brasil? De que maneira a história da interiorização paulista nos permite(irá) refletir a ocupação do interior do estado?

Fica evidente, a partir dos exemplos dados, que estes processos de interiorização não estão desarticulados de uma dinâmica global. A contar da Idade Moderna, a percepção de uma rede de interiorizações do capital, promovidas a princípio na Europa e lentamente espraiadas pelos litorais da América, África, Ásia e Oceania, de alguma maneira, recontam a própria história das grandes navegações, do mercantilismo, do colonialismo, do pacto colonial, do sistema capitalista, etc.

A noção de sistema-mundo do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, tributária da percepção de economia-mundo de Fernand Braudel, se faz importante para compreendermos este aparato “em rede”, tanto como fotografia do sistema-mundo como o funcionamento da economia-mundo, respectivamente. Enfim, a interiorização do capital não está fora da dinâmica das estruturas capitalistas mundiais cujos contornos são específicos nos diferentes territórios citados.

A título de compreensão do campo teórico que ampara a interiorização, chamamos a atenção para a concepção braudeliiana de economia-mundo, para depois passarmos a analisar o conceito de Wallerstein, o sistema mundial moderno. Para tanto, peço a paciência do leitor para investigarmos com calma os pensamentos dos dois autores.

Para Fernand Braudel, os universos da vida material, da economia e do capitalismo devem ser vistos como andares distintos de uma casa (a totalidade social). No princípio do segundo volume de sua obra mestra, “Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas”, o historiador francês relembra que em primeira instância a vida material deve ser concebida como uma economia muito elementar ou até mesmo uma não-economia; para depois percebermos este universo econômico como conjunto de práticas desta natureza propriamente ditas e, por último, o capitalismo como um conceito representativo do andar mais elevado (1996, pp.07-09).

O referencial teórico braudeliiano influencia fortemente a tese. Nosso intento em recuperar os processos de educação desta região articulados ao sistema mundial capitalista é amparado pela relação entre os termos “civilização material”, “economia” e “capitalismo”, formadores de uma tríade complexa capaz de construção de uma certa totalidade. Para nós, a face educacional deste todo social ganhará destaque na relação com os espaços das práticas econômicas, tomando como prática última do cotidiano destes sertanejos, homens do interior de São Paulo, os processos de educação já citados.

Sobre esses termos, contidos no título de outra obra do mesmo autor (1970) “Civilização e capitalismo”, percebemos descrição mais objetiva destas mesmas diferenças:

... Vida material, a expressão designará pois de preferência, gestos repetidos, processos empíricos, receitas muito antigas, soluções vinda da noite dos tempos, como a moeda ou a separação das cidades e dos campos. Uma vida elementar que contudo não é inteiramente suportada, nem sobretudo imóvel. Tem as suas acelerações, por vezes as suas surpresas: há plantas novas que se aclimatam, técnicas que se tornam melhores, que se espalham, a arte do ferrador, do tecelão e sobretudo a do mineiro ou do construtor de barcos modificam-se, lentamente é verdade, mas modificam-se. A moeda e as cidades não deixam de desenvolver o seu papel, e algumas inovações são decisivas (p.10).

Por vida econômica, designaremos, em princípio, um grau superior, privilegiado, da vida quotidiana, de raio maior: o cálculo e a atenção têm nela a sua parte constante. Filha da troca, dos transportes, das estruturas diferenciadas dos mercados, do jogo entre países já industrializados e países primitivos ou subdesenvolvidos, entre ricos e pobres, credores e devedores, economias monetárias e pré-monetárias, é já em si própria quase um sistema. (p.10).

Dito isso, a palavra capitalismo, tão embaraçosa, pode ajudar-nos a designar um terceiro grau? Este termo recente, inventado o mais tardar em 1870, só se tornou usual nos debates políticos e sociais, depois científicos, nos princípios do nosso século. Karl Marx ignorou-o. A palavra, desde então, conheceu um destino ruidoso, sem dúvida abusivo... (BRAUDEL, 1970, p.10).

O primeiro degrau, a vida material, ao rés do chão, é marcado pela permuta, pelo autoconsumo e pela vida elementar que se materializa no cotidiano, no hábito, na rotina, ao passo da longa duração, das repetições de uma lenta mobilidade (ou até imobilidade). Já a economia de mercado, o segundo degrau, é revelada pela troca de excedentes, espaço e tempo em que percebemos a racionalidade e estratégia dos lucros, da regularidade, do mercado, do choque dos interesses e das negociações.

No que tange o terceiro degrau, se tomarmos o substantivo “capitalismo” nos textos de Marx e dos demais teóricos do século XIX, não o encontraremos na mesma quantidade e nos mesmos sentidos compartilhados nos séculos XX e XXI. Inegável nos textos marxistas a utilização de termos como “capital” e “capitalista”. Braudel chama a atenção para o fato de que este substantivo se popularizou depois de Marx, tal como a compreensão de um sistema capitalista dominante. Como ensina o professor Felipe Ziotti Narita, o desejo em Marx em produzir uma crítica da economia política, perpassou a interpretação da relação social a partir do capital, não necessariamente o capitalismo como entendemos hoje. Por isso, o “ignorar” de Marx no texto braudeliiano.

Braudel, por sua vez, valorizou as experiências materiais, a economia e o sistema responsável pela sua existência e significação, visualizando no continente europeu a constituição do próprio capitalismo na sua historicidade, como comentado anteriormente. O capitalismo estaria “situado no alto da cadeia mercantil, ficando as ações de maior lucratividade e vantagens comerciais restritas a uma pequena parcela do tecido social” (FONTANARI, TOSI, 2013, p.11), transformando-se, como o historiador francês escreveu, em um superlativo, posto que os pesquisadores passaram a se referir a sistema capitalista como apenas os níveis superiores (BRAUDEL, 1996c, p.577-585).

Na obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II” (1984) fica evidente este olhar dinâmico, sistêmico e secular. A escolha do personagem principal – não o rei e sim o mar, fez com que passássemos a observar o Mediterrâneo como objeto de análise em que a vida material, as trocas comerciais, a política, as guerras, a linguagem e a cultura se desenvolvessem mediante estruturas socioeconômicas cuja temporalidade foi maior que a percebida por um único tempo de vida humana. Desdobrava-se historiograficamente ali os conceitos de “economia-mundo” e de “longa duração”.

A nossa busca de um outro “Mediterrâneo”, muito diferente em área e na qualidade das tensões capitalistas, se baseia no recorte espacial deste território nordestino paulista. Região banhada por inúmeros rios, córregos e, a partir do século XIX, cortada pelas estradas de ferro da Companhia Mogiana, se constituiu em território que serviu a uma rede de conexões e experiências humanas articulada a uma economia-mundo e a um sistema-mundo europeus.

Para Braudel, “economia-mundo” não deve ser confundida com economia mundial. Economia-mundo se constitui como um universo característico de uma ordem das trocas e das relações entre regiões, ainda que tal território não apresente contornos precisos desta ordem. Em suas palavras, “toda economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que impulsiona as outras e estabelece, só por si, a unidade que está em causa” (BRAUDEL, 1983, p.433) e “envolve um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1996c, p.12). Como exemplo, o Mediterrâneo do século XVI apresenta um quadrilátero urbano, formado por Veneza, Milão, Gênova e Florença, em que cada cidade articulada e atenta as suas singularidades, rivalidades, pesos e realidades diversas (VIEIRA, 2011, p.04). A economia mundial seria outra coisa, tomaria uma extensão planetária – a “terra inteira”, uma interpretação macroeconômica, geral, uma expressão racional de compreensão e contorno de práticas econômicas globais.

No início do terceiro volume da obra “Civilização material, economia e capitalismo”, percebemos a exigência do historiador com estas diferenças. A lição braudeliana nos leva a compreender que as economias-mundo transcendem as fronteiras impostas pelos pelo universo político dos impérios ou pelas tradições da cultura:

Ora, a característica dessa economia-mundo particular cujo esquema evocamos – o Mediterrâneo do século XVI – é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual ao seu modo, fragmentam e diferenciam o universo mediterrâneo. Assim, em 1500, os mercadores cristãos estão na Síria, no Egito, em Istambul, no norte da África; os mercadores levantinos, turcos, armênios, espalhar-se-ão mais tarde pelo Adriático. Invasora, a economia, que forja as moedas e as trocas, tende a criar uma certa unidade enquanto tudo, por outro lado, atua a favor de blocos diferenciados. Até a sociedade mediterrânica se dividiria, grosso modo, segundo dois espaços: de um lado a sociedade cristã em maior parte senhorial, do outro a sociedade muçulmana com predomínio de um sistema de benefícios, de senhorios de título vitalício, recompensas para todo aquele que fosse capaz de se distinguir e servir na guerra. Com a morte do titular, o benefício ou o encargo voltavam para o Estado e eram distribuídos novamente. Resumindo, do exame de um caso particular deduzimos que uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela; que a economia-mundo representa uma enorme superfície (em princípio é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada pelo globo); que, habitualmente, ela transcende os limites dos outros grupos maciços da história (BRAUDEL, 1996c, p.14).

É nesta concepção braudeliana que entendemos o espaço que chamamos de região de Ribeirão Preto como uma regionalidade inventada, lentamente, no século XIX, fruto de um movimento de articulação com uma economia-mundo cafeeira que proporcionou seus mercadores espalhados pelo mundo a fora. Por isso, Braudel é para nós a grande referência historiográfica de compreensão do espaço e de tempo (longa duração).

Já para Immanuel Wallerstein a partir da obra “*The world modern-system*” (O sistema mundial moderno), publicada em seu primeiro volume em 1974, a compreensão desta relação entre as economias e os continentes está condicionada a um sistema-mundial, igualmente dinâmico e complexo, configura pelo centro e suas periferias, a partir das diferentes posições que ocupam na dinâmica capitalista.

Filho de seu tempo, o autor percebeu durante o período intelectualmente frutífero de maio de 1968 uma forte descrença na economia, no Estado e na cultura em geral. Segundo Walter L. Goldfrank, Wallerstein foi profundamente envolvido pelas questões daquele contexto dos anos 1960, tomando partido em querelas estudantis e sofrendo severas consequências pelas decisões de defesa à esquerda. Uma delas, em especial, pode ser citada como a sua mudança

para Montreal e seu retorno à Nova Iorque na *State University of New York* (SUNY) em 1976, onde contribuiu com a fundação do *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems e Civilizations* além do periódico *Review*, responsáveis diretos pelas produções do grupo de pesquisas que estava envolvido (GOLDFRANK, 2000, p.158; CAIXETA, 2018, pp.26-27).

A ciência e a educação, em especial, fortemente questionadas por intelectuais como Foucault, Deleuze, Bourdieu e Passeron, provocaram no sociólogo questionamentos sobre a forma com que os seus pares investigavam a relação entre os campos da política e da economia no desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, a análise dos sistema-mundo não se realizou apenas como teoria, mas sim “um intento questionador à forma com que se estuda a realidade social” (CAIXETA, 2018, p.45).

Outros pesquisadores seguiram a análise dos sistemas-mundo nos últimos 40 anos. Além do próprio Wallerstein, citamos Giovanni Arrighi, Andre Gunder Frank, Terence K. Hopkins, Samir Amin, Richard Lee, Dale Tomich, Robert Bach, entre outros. Muitos deles tiveram algum tipo de relação com Wallerstein e com o instituto e o periódico citados.

As principais influências no desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo foram as teorias de modernização, da dependência, o marxismo e a perspectiva histórica braudeliana para análise das relações entre os territórios no globo. Já, segundo Goldfrank, podemos diminuir para três perspectivas: a história econômica alemã, a perspectiva braudeliana de história e o marxismo.

Das influências da escola alemã, Goldfrank cita a princípio Max Weber. Não necessariamente os avanços obtidos por meio de a “Ética protestante e o espírito do capitalismo” ou das questões que tocaram as formas de dominação e autoridade legítima, mas sim as perspectivas de um imperialismo urbano em relação ao mundo rural e aos grupos diferenciados em poder e status concebidos por meio do materialismo (GOLDFRANK, 2000, 160).¹² Somado a Weber, autores como Karl Bucher e Gustav Schmoller foram importantes para a reflexão dos processos de produção; Joseph Schumpeter, cuja crítica postulava que o sistema capitalista estava plantado por sementes de sua própria destruição; além do húngaro Karl Polanyi, a partir dos três modos básicos de organização econômica: recíproco, redistributivo e de mercado. Deste último, Wallerstein ressignificou suas três totalidades: minissistemas, impérios mundiais e economias mundiais (GOLDFRANK, 2000, 161).

¹² A tradução livre do trecho de Goldfrank. No original, “From the German tradition comes first of all the imprint of Max Weber, not the Weber of the Protestant Ethic nor of legitimate authority, but the Weber of urban imperialism vis-a-vis the countryside and of status groups reconceived in a materialist vein.” (2000, p.160).

Da influência de Fernand Braudel, recuperamos a noção de economia-mundo e a percepção da longa duração como importantes para o sociólogo. A aproximação com a crítica episódica e a não defesa de um estruturalismo dos “eternos” seduziu Wallerstein. Na introdução de “O sistema mundial moderno”, encontramos de início o trecho: “A mudança é eterna. Nada muda, nunca. Ambos estes clichés são verdadeiros..., Mas mesmo as estruturas nascem, desenvolvem-se e morrem” (WALLERSTEIN, 1990, p.15). Em outras palavras, a combinação de Braudel e Polanyi permitiu ao autor propor uma totalidade sistêmica composta por regiões geográfica e historicamente distintas.

Aqui, destaca-se um ponto muito interessante de aproximação entre a nossa pesquisa e esta perspectiva braudeliana, principalmente o olhar mais cauteloso com o universo rural. Para Goldfrank, esta percepção atenta a história rural foi importante porque distanciou Wallerstein das perspectivas liberal e marxista centradas no Estado e na economia, geralmente atentas ao universo urbano e suas novidades modernas.

Aqui, chamamos a atenção para as qualidades do objeto por nós estudado e a sua aproximação com o referencial teórico. Na medida em que se buscou recuperar a história da interiorização do território paulista por meio da longa duração com ênfase no século XIX, consideramos a natureza predominantemente rural deste território, articulado por caminhos indígenas, depois por mulas e por trens. A expansão do capital, revelados pelos vetores da interiorização é, na leitura de Wallerstein e de Braudel, a própria expansão capitalista.

Ampliando as influências braudeliana em Wallerstein, o conceito economia-mundo para o autor se relaciona mais com as causas e as consequências econômicas do que as políticas. Ao lermos trecho sobre esta distinção, fica mais evidente as fronteiras entre as razões políticas e econômicas da formação do sistema-mundo capitalista europeu no século XVI:

Por que teria o capitalismo, um fenômeno que não conhecia fronteiras, sido apoiado pelo desenvolvimento de estados fortes? Esta é uma pergunta que não tem uma resposta única. Mas não é um paradoxo; muito pelo contrário. A característica distintiva de uma economia-mundo capitalista é a de que as decisões econômicas estão orientadas primariamente para a arena da economia-mundo, enquanto as decisões políticas estão primariamente orientadas para as estruturas mais pequenas que têm controle legal, os estados (nações-estados, cidades-estados, impérios) dentro da economia-mundo (WALLERSTEIN, 1990, p.73).

A percepção do Estado e de suas preocupações passaram a um lugar secundário na leitura do sociólogo, motivo que nos levou a potencializarmos as dimensões econômicas da longa duração da região. Por isso, registramos o desejo de recuperar a interiorização mediante

a percepção da expansão da vida material, da economia-mundo e do capitalismo por este território, para compreendermos interiorização dos processos de educação via análise do sistema mundo.

Ainda buscando conceber o sistema-mundo wallersteiniano, podemos perceber a presença de influências marxistas. A elas, Goldfrank cita seis perspectivas: a) o conflito (a luta de classes) tendo em vista a base material, b) a noção de totalidade, c) a transitoriedade das formas, d) as teorias sociais envolvidas, e) a importância econômica da acumulação e suas consequências no socioeconômicas, e, por fim, f) a dialética (2000, pp.163-164).

Julgamos como coerente este desejo de totalidade sistêmica e suas relações com a obra de Marx. Porém, no léxico do sociólogo norte-americano, é o próprio conceito “sistema-mundo” que se impõe como um vasto sistema social, de “limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência” (WALLERSTEIN, 1974, p.337). Aqui, chamamos a atenção para o papel que os processos de educação carregam na significação do sistema sócio-político-econômico-cultural. Nossa esfera de ação, ou seja, a interpretação da interiorização dos processos de educação acaba de ser ampliada conceitualmente pelo avanço compreensivo da teoria do “sistema-mundo” e nos convida a tomarmos a experiência desta introdução de um certo modelo de educação diante de um sistema-mundo que o convida para que seu significado tenha sentidos interessantes aos grupos hegemônicos.

Desta sorte, estamos a contar uma história repetida. A economia-mundo capitalista moderna tem seu nascimento com o ocaso do feudalismo na Europa ocidental¹³. Não houve na leitura de Wallerstein uma articulação econômica suficiente no sistema feudal para ser considerado um sistema-mundial. A partir da cristandade poderíamos considerar um conjunto de valores que organizaram as ações sociais europeias. Como escreveu o autor: “A Europa feudal foi uma “civilização”, mas não um sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1990, p.28), com a modernidade, o desenvolvimento do capitalismo carregou três características fundamentais para a consolidação de um sistema-mundo, a

expansão com a dimensão geográfica do mundo em questão, o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo e a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os

¹³ Há um ponto de discordância entre Wallerstein e Braudel quanto a origem do capitalismo. Segundo Braudel, “ele é formado principalmente por relações mercantis e financeiras das quais também participa, eventualmente, o Estado; enquanto para Wallerstein, a formação do mercado mundial, do Estado Moderno e das classes sociais são faces de um mesmo processo histórico em que essas dimensões se entrelaçam e se interpenetram.” (FONTANARI, ROSI, 2013, p.9).

estados centrais desta economia-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 1990, pp.45-46).

Esta configuração da economia mundo europeia tinha seus traços mais latentes não apenas na península ibérica, parte central e na região do Báltico (WALLERSTEIN, 1990, p.74) mas, via expansões marítimas na conexão com as América, a África e a Ásia. Na América, o autor cita a Nova Espanha, as Antilhas, a Terraferma, o Peru, o Chile, e o próprio Brasil. Em suas palavras, se sistema capitalista não havia avançado pelos continentes na sua totalidade, pelo menos em “partes dessas regiões que estavam submetidas a um controle administrativo eficaz por parte dos espanhóis e dos portugueses” (WALLERSTEIN, 1990, p.74). Condições precisas que nos levarão considerar a reflexão de como e quando pesarmos nossos esforços de percepção histórica da interiorização do território paulista.

Nesse momento, passamos a relacionar a interiorização do Brasil (e do território paulista) neste movimento do capital. Para Wallerstein, a expansão dos sistema carece de condições específicas, uma vez que a capacidade para execução bem sucedida deste movimento demanda “manter uma relativa solidariedade social interna (função por seu turno dos mecanismos de distribuição de recompensas)”, ou “as disposições que possam ser tomadas para utilizar trabalho barato em paragens longínquas (sendo sobremaneira importante que este seja tanto mais barato quanto mais longínquo for, devido aos custos do transporte)” (1990, p.90).

Retomando as comparações iniciais com os processos de interiorização chinesa e norte-americana, reinterpretamos as condições de interiorização visto os contextos e condições singulares. Como visto no caso chinês, as tecnologias para ocupação e o plantio das terras baixas e montanhosas possibilitaram a construção de vilas que conduziram a uma circulação da vida material (BRAUDEL, 1970, p.32), e já no exemplo americano, antes da guerra civil a interiorização ocorreu segundo a lógica de cada região - nas colônias do norte a historiografia demarcou a interiorização por meio da divisão da propriedade e nas terras ao sul por meio do latifúndio; porém, no pós guerra civil a ocupação das terras do oeste mediante o *Homestead Act* (programa destinado a conceder terras públicas a fazendeiros por baixo custo) a interiorização se desenvolveu diante de condições diversas: os solicitantes deveriam ser chefes de família, maiores de 21 anos, garantia de trabalho na terra por cinco anos adquirida e, caso queira antecipar o prazo e obter a posse/propriedade, deveriam pagar 1,25 dólares por acre após seis meses de iniciada a lavoura. Como salienta Emília Viotti da Costa, a solução para os problemas norte-americanos para a “pobreza urbana e o desemprego não parecia ser nem a caridade, nem as greves, mas sim a migração para o Oeste.” (COSTA, 1999, p.187).

Quanto a esta comparação China - Estados Unidos, Fernand Braudel escreveu que

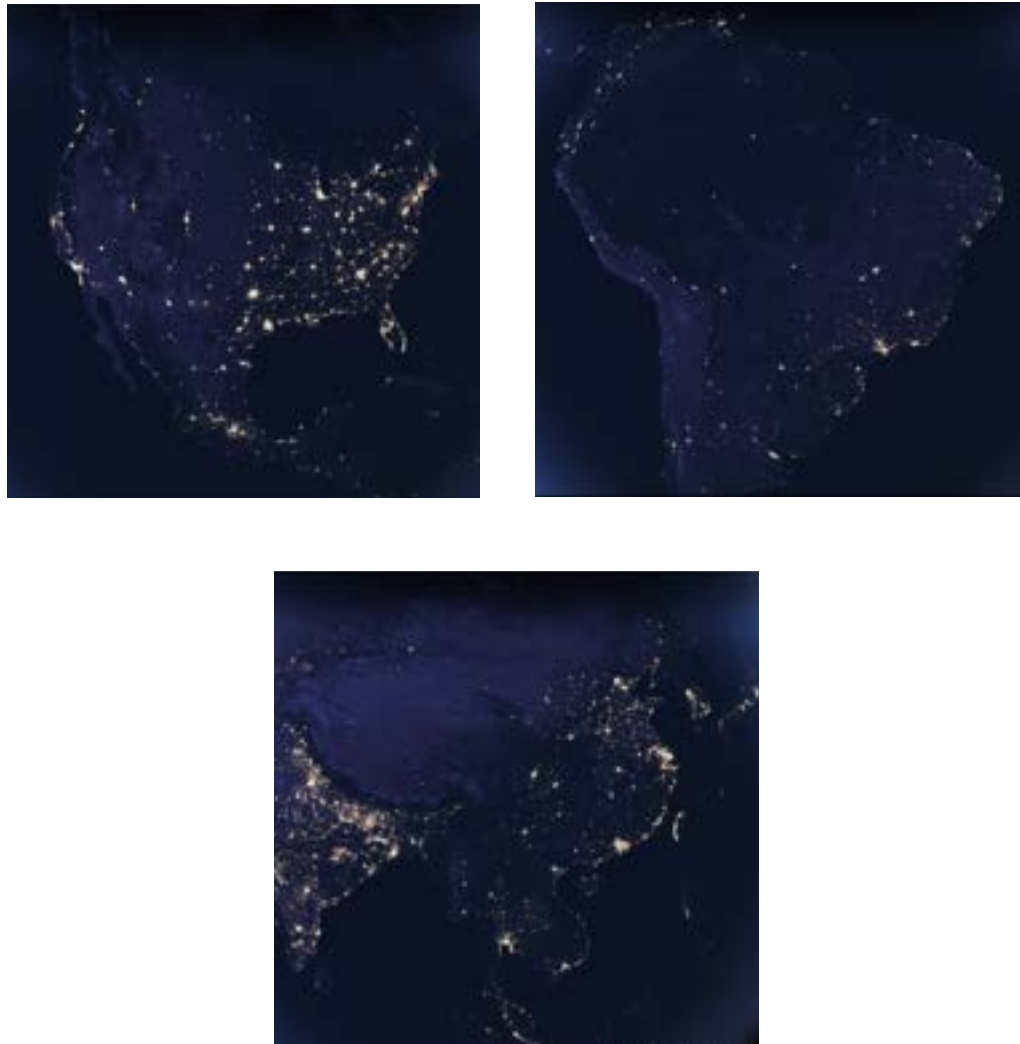
Por paradoxal que pareça, escrevia René Grousset, se fosse preciso comparar a história da China com outra qualquer grande coletividade humana, é na história do Canadá ou na dos Estados Unidos que se deveria pensar. Nos dois casos, trata-se essencialmente, para além das vicissitudes políticas, da conquista de imensos territórios virgens por um povo de agricultores que só encontraram diante deles pobres populações semi-nômades. E esta expansão continua, ou antes recomeça, com o século XVIII.

Todavia, se há uma nova expansão, geral, através do mundo, é porque o número dos homens aumentou. Mais do que uma causa, trata-se de uma consequência. (BRAUDEL, 1970, p.33).

É nesse sentido que o sistema mundial moderno se realizou(a) com a interiorização (ou expansão) das redes e conexões das regiões centrais. Tendo em vista que a história do Brasil nasceu “quando os primeiros pés lusos pisaram nas areias fofas de Porto Seguro” (DOIN, 2001, p.08) e desde então ela respeitou movimentos de ocupação litorânea para lentamente se desenvolver rumo ao interior, a velocidade deste processo se deu no tocante ao atendimento dos interesses dos centros políticos e econômicos e não do interior.

A resposta histórica é o presente e ele é estonteante. Vejamos fotos de satélites de 2021 e comparemos os territórios norte-americano, brasileiro e chinês por meios de imagens noturnas oportunizadas pelos satélites do programa *Google Earth*. A partir das formas e da quantidade das luzes conseguimos perceber a concentração urbana e a distribuição das pessoas ao longo dos territórios. Não estamos aqui a abraçar a cartografia dos postes de iluminação como uma resultante direta de um sistema-mundo, mas projetando a longa duração do sistema e de suas áreas (centros, periferias e semi-periferias) como um componente importante de análise para explicação da realidade. Curiosamente, a frase de Braudel retorna poeticamente, posto que os acontecimentos históricos dizem muito pouco sobre o passado e são como vagalumes que iluminam a noite escura sem nunca nos dar o todo do passado (1984).

Figuras 4, 5 e 6 – Visão noturna por satélites dos Estados Unidos, Brasil e China, respectivamente.



Fonte: Google Earth, 2021. ¹⁴

Quais dimensões nossa interiorização alcançou? Produzida em geral nos séculos XVI à XIX pelos interesses metropolitanos europeus e, a partir do último século, por norte-americanos, que mundo resultou deste sistema mundial? Se pensarmos o embate entre as economias norte-americana e chinesa no princípio do século XXI, o jogo de imagens se torna provocativo: que interiorização atende aos centros do dólar e do yen? Uma pesquisa revela sempre seu presente, como já escreveu o historiador e filósofo alemão Jorn Rüsen.

Reconhecemos de antemão que ao implementarmos os conceitos “economia-mundo” e “sistema-mundo”, somos forçados a assumir em nome de uma certa totalidade histórica alguns

¹⁴ Cf. <https://earth.google.com/web/@25.784827,98.70600198,-386.69555136a,8916836.92033052d,35y,0h,0t,0r/data=CiQSIhIlgMGY3ZTJkYzdlOGExMTFjnk5MGQ2ZjgxOGQ2OWE2ZTc?hl=pt-BR>, acessado em 21/01/2021.

procedimentos e suas consequências lacunares. A percepção da vitória do sistema-mundo capitalista e sua força reprodutora da vida material, da economia e do capitalismo em terras brasileiras nos convida a considerar, muitas vezes com pouca atenção, a ocupação pré-colombiana em todo o território colonizado em tempos anteriores a economia e sistemas-mundos de base europeia. Outro ponto a ser observado está na reflexão da interiorização mediante a percepção da vida material e das fontes selecionadas, condições que nos ofereceram certa visão, parcial e condicionada na incompletude, em uma visualização de certa cartografia da expansão capitalista. Tal como no caso norte-americano, a ocupação inicial no território brasileiro de natureza litorânea trouxe uma dimensão sócio-política-econômica privilegiada para a região em contato com o mar, respeitando as articulações administrativas e os interesses comerciais conhecidos e registrados na historiografia.

Registra-se também na ordem do contorno de certos limites de pesquisa alguns questionamentos quanto ao uso do termo interiorização. Ao nos questionarmos acerca da natureza da interiorização, o lugar de observação do movimento é importante, posto a diferença de leituras entre o “como os europeus colonizaram o território americano” e “de como os povos americanos vivenciaram a colonização europeia”. De nossa parte, por mais que o movimento de interiorização esteja articulado ao motor europeu, é preciso considerar os desejos moventes/limites e obstáculos promovidos pelos sertões de São Paulo.

Portanto, nos questionamos: qual relação se estabelece entre estas respostas e o sentido da interiorização – materializações desta expansão do centro articulador-motor da economia e do sistema-mundo? Até que ponto podemos inferir as diferenças entre pesquisas sobre a interiorização/expansão dos interesses centrais rumo a periferias do capital em países que não viveram a espacialização litoral-interior? Nos parece que ao selecionarmos a discussão de interiorização no referencial teórico-epistemológico da economia-mundo e do sistema-mundo, a gama de situações que nos cerca, finita pela dinâmica sistêmica, nos convida a repetir a não definição da interiorização apenas pela ocupação do território ou pela ampliação das fronteiras, mas sim pelas experiências do movimento em si, articulando (pelo menos) estas duas naturezas deste movimento: o primeiro como movimento da interiorização por parte dos interesses da regiões centrais tal como sua articulação com agentes periféricos e, o segundo, a percepção das resistências promovidas pela realidade que, mesmo muitas vezes desejantes das novidades da civilização, se impuseram como conservadoras de sua identidade e tradição.

Por conta disto, ao tomarmos os óculos de Braudel e Wallerstein para enxergarmos a economia-mundo cafeeicultora e o sistema-mundo capitalista no século XIX, tomamos os processos de educação como mecanismo de percepção da relação local-global, ou “glocal”

como escrevem os geógrafos Milton Santos e Georges Benko (SANTOS, 2006, p.213). É na percepção do contato e da relação entre as duas naturezas da interiorização que poderemos perceber o quanto as dimensões locais e globais se revelam nos processos de educação do território sertanejo de São Paulo.

Por fim, como já enunciado, a tese apresenta um plano de trabalho dividido em três partes: a primeira, chamada de “Vida material”, visa construir a “economia-mundo” e o “sistema-mundo” desta região sertaneja na sua longa duração, principalmente aquela experimentada durante a transição dos séculos XIX-XX. A seção dois recebeu o título “Civilização material: do sertão desconhecido colonial às fazendas de café do Império” e organiza cinco subseções nesta perspectiva.

Já, a segunda parte – “Educação”, referente aos processos de educação, leva em consideração a historicidade desta região e, conseqüentemente, sua sobreposição a partir da chegada do aparato institucional escolar e não escolar. Foi destacado para tal a seção três, intitulada “Processos de educação no sertão paulista durante a transição dos séculos XIX-XX” e organiza quatro subseções para tal.

Por fim, a terceira parte – “O capitalismo: avanço do sistema-mundo e instalação de malha escolar no sertão paulista” nomeia o último espaço da tese. A narrativa resultado dialético entre as duas primeiras partes, já que a vida material e os processos de educação se articulam, segundo a leitura braudeliana e wallersteiniana, a economia (e ao capitalismo). Sustentados a economia-mundo cafeeira e dinamizados no sistema-mundo capitalista, estes processos de educação significam a realidade, dão propósitos e, em última instância, dão existência a vida social, alterando a própria maneira com que estes sujeitos pesquisados viveram (e vivem) a vida material.

1.3.2 Metodológicos: a análise do sistema-mundo como prática e campo do saber

Como já apontado anteriormente, compreender a história de como estes processos educacionais impuseram e manifestaram poder sobre as cidades interioranas de São Paulo nos levou a colorir as escalas dos territórios com matizes centrais e periféricas, diante de economias e sistemas-mundo. Se teoricamente o sistema-mundo se apresentou como óculos, metodologicamente a perspectiva da “análise do sistema-mundo” se revela como caminho.

A ASM, proposta recente nas ciências sociais brasileiras e cunhada pelo sociólogo norte-americano Immanuel Maurice Wallerstein¹⁵ nasceu nos Estados Unidos dos anos 1970, e visou compreender a realidade socioeconômica e cultural por meio de uma perspectiva não apenas de interligação entre regiões de diferentes posições hierárquicas no sistema capitalista, mas que permitissem pensar esta relação sincrônica e diacrônica dos territórios frente ao sistema capitalista tanto a partir da longa duração como em velocidades e interesses diferentes.

Recuperando o campo das influências do campo teórico, reiteramos a necessidade de percebermos esta trajetória conceitual com especificidades metodológicas, tendo em vista que quatro foram as explicações sobre a dinâmica do capitalismo que Wallerstein entendeu como insatisfatórias quando elaborou esta metodologia¹⁶. A primeira teoria deixada de lado foi a da modernização. Na leitura do sociólogo, esta leitura dividiu do globo entre os vitoriosos civilizados ocidentais e o resto, os bárbaros. Entre os adeptos desta corrente havia a possibilidade de os países subdesenvolvidos alcançarem o patamar de civilização europeu desde que alterassem seus modelos e configurações socioculturais copiando o modelo “vencedor” branco e técnico-científico.

Outra explicação insuficiente adveio dos pesquisadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) na chamada teoria da dependência. Nesta segunda visão, o desenvolvimento do sistema capitalista foi contornado mediante a percepção das diferenças dos espaços e de suas historicidades. No caso dos países subdesenvolvidos, havia uma temporalidade diferente, um “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como escreveu Gunder Frank (*apud* WALLERSTEIN, 2012, p.19). A rapidez e a velocidade dos territórios com que “entravam no bonde” do desenvolvimento capitalista tinham lógicas próprias atendendo as demandas de suas estruturas políticas e econômicas.

A terceira foi a produzida entre os marxistas. Nesta, em especial, Wallerstein salienta duas perspectivas, sendo a primeira similar a teoria da modernização, tomando a URSS como modelo civilizacional e não os EUA; já a segunda, e possivelmente a mais importante para este debate, a promoção de um caminho (muitas vezes nomotético) das sociedades em conflito que rumaram a revolução socialista como solução para a luta de classes. Esta perspectiva ideográfica, respeitosa as singularidades nacionais, contribuiu para o desenvolvimento de uma percepção das realidades não europeias por meio de suas questões singulares.

¹⁵ As perspectivas teórica e metodológica caminham juntas. A perspectiva historiográfica da economia-mundo braudeliana e o conceito sistema-mundo de Wallerstein são base teórica da análise sistêmica explicitada neste tópico em específico. Por isso, a retomada conceitual para o desenvolvimento da metodologia.

¹⁶ Quanto as discussões acerca do sistema-mundial moderno, o professor Pedro Antonio Vieira adverte que Wallerstein iniciou uma perspectiva de análise e não uma teoria, e que está longe ser acabada (2012, p.208).

A quarta e mais significativa proposta advém da Escola dos *Annales*, movimento historiográfico francês representado aqui pelas obras do historiador Fernand Braudel. Por meio do desenvolvimento de conceitos como “economia-mundo” e “longa duração” citados anteriormente, Braudel teria ampliado o olhar do autor em relação perspectivas anteriores. A noção de compreensão das realidades socioeconômicas do globo passou a compor uma relação sistêmica e não mais um quase-mosaico desarticulado, cuja natureza decisória dos destinos estava pautada no Estado ou na complexidade social.

As três primeiras teorias tratavam os espaços como realidades relativamente autônomas em níveis civilizacionais, econômicos ou em temporalidades diferentes/paralelas, muitas vezes de destinos previsíveis. Na leitura de Wallerstein, estas propostas impediram a análise do mundo globalizado em relações sistêmicas, dando a Braudel um caráter inovador, porém, lacunar (WALLESTEIN, 2012, p.21).

A limitação do caminho braudeliano foi que seus praticantes tenderam a confinar seu trabalho à análise dos séculos XV ao XVIII e estavam amplamente despreparados para olhar tanto para o tempo presente quanto para o longo itinerário de mudança histórica através dos milênios.

O que desfez o relativo sucesso de todas as quatro formas de revisionismo foi revolução mundial de 1968. Para sermos exatos, a primeira preocupação dos estudantes e da juventude que lideraram as diversas rebeliões que nós associamos a 1968 não eram as estruturas do saber. Em seus ataques às várias estruturas de autoridade, eles estavam acima de tudo preocupados com o que eles viam como as execráveis consequências da hegemonia dos EUA, bem como com o que muitos (talvez a maioria) deles consideravam o conluio soviético com os Estados Unidos. Em segundo lugar, eles estavam preocupados com o fracasso dos movimentos antissistêmicos históricos em chegar ao segundo passo da sua estratégia de dois passos – primeiro chegar ao poder do estado, para então mudar o mundo – adotada por estes movimentos no final do século XIX. De fato, eles disseram a estes movimentos: vocês mais ou menos alcançaram o poder do estado (para a maioria nos anos 1950 e 1960), mas definitivamente vocês não mudaram o mundo (WALLERSTEIN, 2012, p.21).

A influência do contexto de maio de 1968 foi fundamental para promoção deste cenário de críticas da análise do sistema mundo. Enquanto os jovens de 68 questionavam o poder estatal nas ruas, percebemos o desejo de Wallerstein em problematizar as teorias que entronaram o Estado como ente promotor da dinâmica socioeconômica do sistema mundo. A metodologia de análise do sistema-mundo propõe a análise sistêmica das realidades territoriais do globo buscando a compreensão da dinâmica das relações entre os territórios sem posicionar o trinômio Estado/sociedade/formação social como principal ente analítico em sua perspectiva, mas sim na unidade de um sistema-mundo complexo. Em outras palavras, os

Estados/sociedades nacionais representam simultaneamente um conteúdo geral e singular (MARIUTTI, 2012, p.47). Não surpresas a presença de práticas e influências em sua natureza investigativa advinda das quatro abordagens citadas, em especial, da braudeliana.

Insistimos em lembrar que o conceito “sistema-mundo” não é válido para a leitura da totalidade mundial como um único sistema global, mas sim o tomamos como “uma unidade suficientemente grande (em termos de área e população) no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho, produzindo dinâmica própria, interna e autocontida. Estamos falando de ‘um’ mundo, não ‘do’ mundo, como diria Fernand Braudel (WALLESRTEIN, 2012, p.22). O território que envolve Ribeirão Preto e as cidades circunvizinhas ganha assim condições em ser observado mediante conexões com o todo sistêmico sem perder suas fronteiras periféricas e semiperiféricas.

Outro ponto que devemos considerar é a existência temporal dos sistemas-mundo. A compreensão de sua historicidade supõe a finitude das coisas, das vidas e dos próprios sistemas. A necessidade da reconstrução histórica, prevista para o próximo capítulo, nasce da condução desta narrativa de introdução da região paulista no sistema-mundo capitalista e da consolidação de uma vida (semi)periférica a serviço das áreas centrais. Espera-se, portanto, por coerência aos planos teórico e metodológico, a tratativa lenta e cautelosa da interiorização do território na seção intitulada “vida material” (nomeada também de “Civilização material: do sertão desconhecido colonial às fazendas de café do Império”).

Por fim, cremos ser importante destacar que esta metodologia adquire certo distanciamento de uma noção de ciência positivista (ou mesmo aristotélica) dividida entre os extremos nomotético-ideográfico, na medida em que desrespeita as fronteiras/trincheiras das ciências (e dos cientistas) para compreender o homem de acordo com as coerências do labor acadêmico. Para o economista Paulo Mariutti, professor do Instituto de Economia da Unicamp,

na batalha entre a generalização absoluta e o particularismo, as ciências sociais, estimuladas pelas ciências naturais, tenderam para uma posição nomotética, que só podia se realizar segmentando a realidade social em esferas da existência autônomas, fato que caminhou a par com a burocratização da Universidade, dividida em departamentos e faculdades especializadas nos novos ramos do conhecimento. É este modelo, gestado essencialmente na França, EUA, Grã-Bretanha e, de certo modo, na Alemanha, que tendeu a se difundir na segunda metade do século XX, nas condições excepcionais criadas nos “Anos Dourados” (MARIUTTI, 2012, p.47).

Este último ponto, para esta tese, carece de comentário. Estamos entre historiadores da educação, analisando textos filosóficos, antropológicos e sociológicos, sobre questões políticas

e econômicas em uma pesquisa realizada dentro das diretrizes propostas por um Departamento de Pós-graduação em Educação. Queremos crer que a seriedade com que realizamos os encontros e preocupação com a manutenção de coerência nas citações, proposições, além pelo zelo as normas acadêmicas apenas confirma o posicionamento de Wallerstein (e o nosso) em abraçar as potencialidades da análise do sistema-mundo e sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar.

A postura de Wallerstein ao abrir a pluralidade de ações e práticas da análise do sistema-mundo, apesar de bem vista entre seus entusiastas, pode gerar algum desconforto entre os critérios mínimos de sua definição. O próprio economista adverte que é preciso garantir certos pressupostos comuns entre os analistas desta seara: “a fusão entre o tempo e o espaço na demarcação dos limites do sistema-mundo (qualquer que seja ele) e a tipologia básica em que as análises se sustentam: a distinção entre economia-mundo e império-mundo” (MARIUTTI, 2012, p.31).

Ainda em Wallerstein, devemos também reconhecer algumas singularidades de sua obra. Por exemplo, o autor propõe a existência de duas formas de totalidades sistêmicas na observação da história: os minissistemas e os sistemas-mundo.

Os minissistemas, “pequenos agrupamentos tribais organizados com base numa divisão do trabalho orgânica articulada fundamentalmente pelo princípio da reciprocidade” (ACCO, 2018, p.713) familiar ou conveniência e proximidade, constituía uma unidade política e cultural em seu interior. Foram absorvidos pelas formas expansionistas de sistemas-mundo fossem eles “impérios-mundo” ou “economia-mundo capitalista”.

Como salientou Shmuel Eisentadt, o império chinês, egípcio e romano possuía territórios extensos cujo poder político centralizado, personificado no imperador e/ou instituições representativas desta natureza constituía uma unidade autônoma (1968 apud WALLERSTEIN, 1990, p.25). A centralização política que era sua força e fraqueza simultaneamente, demonstrava em sua face positiva que as decisões políticas garantiriam a vida do “centro” em detrimento do vida periférica, viabilizando fluxos econômicos de abastecimento central; já, de outro lado, a negativa revelava aparato burocrático necessário para acompanhamento e fiscalização dos fluxos socioeconômicos, responsáveis por absorver grande parte dos lucros, ainda mais em tempos de revoltas e do conseqüente gasto com as despesas militares (WALLERSTEIN, 1990, p. 26).

Para o professor Marco Antonio Acco, os impérios se revelaram incapazes de gerir as crises vivenciadas, revelando-se, muitas vezes, dispendiosos, centralizadores das decisões e pouco adaptáveis as mudanças nas formas de produção, tendo em vista a necessidade de

“submeter a complexidade das diferentes culturas recém conquistadas a uma unidade política central, com custos crescentes de ocupação e manutenção desses novos territórios” (2018, p.713).

Na perspectiva de Wallerstein, diversas economias-mundo se realizaram como impérios, mas a economia-mundo capitalista não. Nascida da Baixa Idade Média, de uma civilização feudal decadente, a experiência capitalista materializou-se mediante a expansão geográfica (cartográfico) do mundo, o desenvolvimento dos métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos em diferentes regiões do globo e “a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 1990, p.46), em outras palavras Acco comenta:

a transição do feudalismo ao capitalismo teria envolvido antes de tudo (lógica e historicamente) a constituição de uma *economia-mundo*, ou seja, de uma divisão de trabalho que emergiu no século XVI, cobrindo inicialmente a maior parte da Europa, a partir da transição de um mercado de longa distância, restrito às *mercadorias de luxo*, para mercados de longa distância agora calcados em *mercadorias essenciais* para a plena reprodução do sistema-mundo. Estas mercadorias estariam conectadas por circuitos produtivos e distributivos interdependentes, porém dispersos em cadeias mercantis de longa distância que perpassam fronteiras nacionais e que são apoiadas por Estados nacionais, reconhecidos enquanto tal por um sistema interestatal. Na interpretação de Wallerstein, o sistema interestatal, por sua vez, emerge de modo concomitante com a ascensão do capitalismo, e tem como um de seus momentos mais marcantes o Tratado de Westphalia, firmado em 1648. (ACCO, 2018, p.714).

As expansões capitalistas pelo globo a partir do século XVI tomadas como um sistema mundial moderno, mediante tecnologias da economia-mundo capitalista, produziram em Wallerstein essa apreensão de um (e não do) mundo capitalista/ economia-mundo em sistema. Um sistema que articula, como vimos, uma unidade territorial suficientemente grande no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho, produzindo dinâmica própria, interna e autocontida.

Marco Acco relembra que, segundo o sociólogo, questionar a relativa soberania dos Estados Nacionais foi fundamental para a possibilidade da instalação dos espaços regionais no sistema-mundial. Os movimentos entre os Estados respeitaram as vontades do plano econômico, não permitindo autonomia e soberania completa. Aos Estados centrais percebeu-se a prioridade da perpetuação do poder e do domínio das áreas periféricas; já aos Estados periféricos, o que se viu foi o jogo entre as instalações dos tentáculos centrais e a anexação

destes novos territórios aos interesses da economia-mundo capitalista: eis a interiorização na perspectiva wallersteiniana. A região de Ribeirão Preto, portanto, foi observada nestas duas possibilidades – a de servir ao sistema-mundo, além das suas capacidades de lê-lo e interiorizá-lo atendendo suas próprias dinâmicas.

Como resultado desta sistemática, as regiões do globo ganharam contornos desiguais. A princípio, enquanto as regiões centrais integradas a economia-mundo sofreram mudanças e se beneficiaram dos ritmos e ciclos do tempo histórico capitalista, seus Estados nacionais igualmente se adaptaram as lógicas dominantes (revoluções burguesas). As regiões periféricas, inseridas em um lugar próprio da lógica sistêmica, cederam metais preciosos, mão-de-obra barata, matéria-prima, etc. A divisão econômica e social do trabalho respeitou as condições com que o centro e a periferia se retroalimentaram em desigualdades.

Para Wallerstein é razoavelmente fácil identificar o centro e a periferia da economia-mundo capitalista europeia e as colônias pelos demais continentes no processo de instalação do sistema-mundial moderno, porém é importante destacar a dificuldade de explicitar as relações de poder das regiões do velho mundo. Como escreve o autor: “O centro dominava a periferia. Mas o centro era tão vasto!” (1990, p. 131). Teriam sido os genoveses que utilizaram o império espanhol ou o imperialismo espanhol absorveu parte da Itália? Florença dominou Lyon ou a França a Lombardia? Ou as duas coisas? As respostas dependem das estruturas políticas que seguem em cada contexto e em cada lugar, alternadas no sistema e nas suas crises, oportunizadas pelos ciclos da própria economia-mundo capitalista.

Como proposta de finalização deste movimento de conceituação do sistema-mundial moderno, o autor ainda cita as chamadas semiperiferias, regiões mundiais que ocupam posição estratégica na economia-mundo como “emergentes” ou “em desenvolvimento”. Sua natureza seria similar a da classe média, na medida em que orienta as regiões periféricas para o sonho do desenvolvimento (WALLERSTEIN, 1990), “legitimando e autorizando” o sistema em seu funcionamento “meritocrático” (ARRIGHI, 1997). Neste sentido, salienta Braudel, a semelhança entre as leituras indica “a proximidade das estruturas sociais que regem o “macrocosmo e o microcosmo” da economia-mundo” (LOURENÇO, 2005, p.178), ou ao reconhecer a divisão destas regionalidades em sua obra “Civilização material, economia e capitalismo”:

Uma economia-mundo um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenham-se no local três ‘áreas’, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastantes desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. E, obrigatoriamente, as qualidades e

características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para a outra. Estamos perante uma explicação de grande alcance, a mesma que serviu a Immanuel Wallerstein para construir toda a sua obra, *The modern World-system* (1974). (1996, p.29).

Na leitura do historiador francês, quando Amsterdã tomou o lugar de “entreposto” do mundo, as Províncias Unidas eram zona central; e quando Londres impôs sua supremacia, a Inglaterra e as ilhas britânicas eram o coração do mundo. No século XVI, quando a Antuérpia gozava de prestígio comercial, os Países Baixos tomaram seu lugar como seus “subúrbios” (1996, p.29).

Observemos a natureza destas regionalidades a partir do Quadro 2, desenvolvido pelo sociólogo José Ricardo Martins:

Quadro 2 - Aspectos definidores do Sistema-Mundo.

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi- periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semiespecializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: MARTINS, 2015, p.100.

O quadro 2 nos possibilita visualizar uma leitura de Martins sobre as naturezas das regionalidades de Wallerstein. Mesmo propositiva e fundamental, a abordagem indica uma significativa perspectiva estruturante, e isso, não nos parece ser totalmente adequado. Na avaliação de Martins, a concepção do sistema-mundo de Wallerstein nos levaria a uma “teoria sistêmica e estruturalista, como o fizeram Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Enzo

Faletto, André Gunther Frank e Theotônio dos Santos” (2015, p.100) articuladores da Teoria da Dependência. Por estruturalismo, o autor articula a relação dos países/estados-nacionais com a estrutura do sistema-mundo e compara com a abordagem hegeliana desenvolvida por “etapas de progresso” (2015, p.101).

Outro ponto de desconforto ao uso livre destas categorias nasceu a partir dos textos do economista André Luiz Cabral de Lourenço. O autor nos convida a perceber a dificuldade dos contornos destas regionalidades tendo em vista as similaridades das práticas mercantis existentes entre as regiões centrais e periféricas, simultaneamente. As regiões semiperiféricas nem sempre estão inferiorizadas em condições materiais à realidade do centro e muitas vezes se movimentam na direção de tentar juntar-se a elas, pressionando-as neste esforço muitas vezes unilateral, “por vezes recém-saídas das zonas periféricas silenciosas e miseráveis” (2005, p.178). E, de forma contundente, apresentou argumento importante para a pesquisa – a ausência de uma definição teórica objetiva, uma localização descritiva que não se materializa em A ou B, mas fica “no meio”, tal como o conceberam Wallerstein e Braudel (LOURENÇO, 2005, p.178-179).

Creemos aqui em uma leitura menos inflexível e, portanto, mais fértil. Entendemos que as categorias centro, semiperiferia e periferia nos permitem verificar para além da espacialidade das desigualdades enunciadas, tais como a divisão internacional do trabalho, as formas de governo, as práticas culturais (em especial, os processos de educação), compreender a dinâmica e o movimento destas articulações hierarquicamente produzidas, reproduzidas e alteradas pelo e para o sistema-mundo. Em nossa pesquisa, não compreendemos as categorias acima essencializadas, mas ao passo em que propõem posições diante do sistema-mundo (levando em conta as ressalvas expressas estas posições guardam natureza estrutural) são ao mesmo tempo dinâmicas, uma vez que se pautam em relações econômicas (divisão axial do trabalho, acumulação, etc.) e na sua condição relacional e histórica (longa duração). Por conta disso, não há como prever um destino periférico eterno para as regiões de maior exclusão ou um *status* de centralidade para as regiões que gozam de poder na economia-mundo capitalista.

Quanto ao argumento de Lourenço, o economista italiano Giovanni Arrighi nos oportuniza parte da resposta. Para Arrighi, a interpretação da regionalidade semiperiférica pela desarticulação dos polos econômico e político, invalida a noção sistêmica inicial. Será necessário, enquanto articularmos a posição do Brasil e do estado de São Paulo na economia-mundo capitalista, verificar o contexto histórico econômico e político, as trocas comerciais e a participação do Estado, em um casamento de interesses para articulação e interiorização dos tentáculos centrais no sertão paulista.

Para Arrighi, devemos utilizar a terminologia semiperiférica “exclusivamente para nos referirmos a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho e nunca para nos referirmos a uma posição no sistema inter-Estados.” (1997, p. 144). Para o autor, não devemos privilegiar o universo econômico sobre o político, mas compreender a separação das dimensões e comandos das arenas econômica e política como peculiaridade da economia-mundo capitalista (não mais dos impérios) e “que deve ser submetida a um detalhado exame empírico e teórico, em vez de ser suposta através da postulação de sua identidade” (1997, p.144).

No caso brasileiro, há de se pontuar que André Loureço indica uma relação singular. O Brasil operou basicamente no sentido de facilitar a periferização dos processos de produção em seu território, e, como sugeriu Wallerstein, garantiu fluxos de mais-valia para a Europa e Estados Unidos, sempre acompanhando os interesses internacionais, alcançando (como veremos) status de semiperiférico mais por questões de ordem política do que econômica.

Diante do exposto, consideramos coerente a decisão de compreender o movimento de interiorização do território paulista a luz das mudanças produzidas pelo complexo cafeeiro e reveladas diante a documentação relacionada ao universo educacional mediante análise sistêmica. A constituição deste complexo cafeeiro que atende a uma fração do território centro-sul brasileiro entre os séculos XIX-XX se configurou como uma economia-mundo rica em desenvolvimento de cidades, ferrovia, luz elétrica, imigração, ideias, moda, enfim, processos de educação.

O que podemos compreender por interiorização, a partir desta metodologia? A resposta nos permite construir a narrativa futura com balizas mais assertivas, uma vez que a forma com que concebemos os desejos do capital, dos interesses das regiões centrais e da construção das desigualdades capitalistas nos parece a consequência direta do movimento de interiorização do sistema-mundo. O desenvolvimento do sistema em busca de novos contatos periféricos e semiperiféricos carece da interiorização, logo, compreender esta história da ocupação do território paulista (ou mesmo da interiorização do país) significou, para a nossa pesquisa, a percepção da materialidade deste sertão na lógica perversa do sistema-mundo. É esta a natureza do sistema, como apontou Arrighi, uma vez que seu traço mais essencial “é a recompensa desigual por esforços iguais e oportunidades desiguais do uso de recursos escassos” (LOURENÇO, 2005, p.183), enquanto as vitórias de experiências capitalistas proliferam práticas excludentes e exploradoras dos Estados centrais, aprofundando mais o abismo entre as regiões hierarquicamente produzidas.

Sendo assim, a estratégia para que os Estados semiperiféricos possam manter sua posição e *status* ou mesmo procurar vencer a exploração e a exclusão promovida pelas regiões

centrais é “uma luta por um nicho comparativamente seguro na divisão internacional do trabalho” (ARRIGHI, 1997, p.218) refazendo a opressão periférica e alimentando o sistema com novos contornos mais interessantes ao capital.

Para os autores citados os contornos da economia de terceiro mundo foram produzidos no debate entre estas duas concepções. A publicação da obra de Wallerstein em 1974 e a metodologia de análise sistêmica enfrentaram um contexto desfavorável para frutificar pesquisas no último quartel do século XX. Na América Latina também houve um lento processo de apropriação da metodologia, por exemplo, no México, Carlos Antônio Aguirre Rojas é citado por Pedro Antonio Vieira como contribuição relevante (2012, p.10).

Se pensarmos os pesquisadores brasileiros, podemos verificar certas nuances de pesquisas de iniciativa teórica e metodológica semelhante. Segundo Pedro Antônio Vieira, Rosângela de Lima Vieira e Felipe Amin Filomeno, esta metodologia de análise sistêmica também não entrou rapidamente nas pesquisas em ciências sociais no Brasil. Marcadas por um dualismo, as propostas de reflexão do universo econômico nacional estiveram contornadas a partir do fim da II Guerra Mundial pela vertente do cepalismo-desenvolvimentista ou pela perspectiva dos socialistas (2012, p.10).

Como os modelos desenvolvimentista e socialista partem de uma compreensão do Estado nacional como agente prioritário na dinâmica da economia, não é à toa encontrarmos dificuldade para esta apropriação. Outro obstáculo, segundo os autores, é tendência científica unidisciplinar, teórica e metodológica, condição entrave para “experimentalismos” que questionem o *status quo* da academia. Estes elementos indiciam motivações ou justificativas para a não publicação dos quatro volumes de Immanuel Wallerstein, *The modern world-system*, em uma versão brasileira.¹⁷

Entre os autores nacionais que utilizaram a análise de sistema-mundo (ou como alguns autores chamam, a EPSM – Economia Política do Sistema Mundo) para pesquisas históricas, podemos citar Pedro Antonio Vieira (2010), Rosangela de Lima Vieira (2011) e Felipe Amin Filomeno (VIERA, VIEIRA, FILOMENO, 2012). Mesmo não assumindo a perspectiva sistêmica de Wallerstein, destacam-se ainda Fernando Novais, Luís Felipe de Alencastro, Pedro Puntoni (VEIRA, 2010 p.501), além de Gustavo Acioli e Maximiliano Mens (2008), autores que utilizam conceito economia-mundo em suas investigações.

Este estado da arte é difuso e complexo. O historiador Cristiano Addario de Abreu (2013; 2014) assumiu em suas pesquisas os ganhos de uma interpretação via Arrighi e Braudel

¹⁷ Para Vieira (et al, 2012) os dois primeiros volumes foram traduzidos para a língua portuguesa pelas Edições Afrontamentos, estando esgotados.

por meio dos “ciclos sistêmicos de acumulação” ao pensar a política monetária nacional no contexto do Encilhamento. O pesquisador Déberson Ferriera de Jesus (2013) em seu estudo sobre a análise dos sistema-mundo a partir do Sistema Agroindustrial da cana-de-açúcar brasileiro também nos convidou a perceber a dimensão rica e propositiva da leitura sistêmica por viés semelhante.

Dos autores por nós estudados, especial atenção daremos aqueles que se debruçaram sobre o mesmo território e tempo histórico. Citamos os trabalhos de Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi como importantes para contornar realidades do complexo cafeeiro no Oeste Paulista na transição dos séculos XIX-XX (FONTANARI, TOSI, 2013).

Antes de encerrarmos esta apresentação do campo teórico-metodológico, assumimos a necessidade de mais alguns contornos importantes. O primeiro ponto toca a resposta braudeliana sobre a percepção de sistema-mundo de Wallerstein. Para o historiador francês, a perspectiva analítica era fecunda e propositiva ainda que sistematizasse, por demais, a análise histórica. E, nesse sentido, talvez Braudel estivesse certo e a opção metodológica aqui devesse conter esta ressalva, porém, propomos aqui algo diferente.

Utilizaremos um exemplo advindo de outra área do conhecimento. Na década de 1970, por ocasião de auto avaliação do campo metodológico de suas pesquisas e práticas psicanalíticas, o inglês Wilfred R. Bion propôs aos seus leitores refletirem sobre a natureza do instrumental analítico entre seus pares:

... Um instrumento não é uma teoria. É feito de teorias, exatamente do mesmo modo que uma régua, que é marcada em polegadas e centímetros foi feita em conformidade com um número de teorias. Mas a régua pode ser usada por pessoas diferentes para todo tipo de propósito. Quando eu era um garoto na escola o professor podia dizer: ‘Estenda sua mão’ e então usar a régua para bater na palma – isso doía. Não era para isso que a régua foi feita ou porque era marcada em polegadas e centímetros, mas funcionava. Isto é tudo a respeito do qual eu posso pretender para a grade. Algumas pessoas podem estar aptas para usá-la para diferentes propósitos (1974, p. 53).¹⁸

As palavras de Bion convidam ressignificação (ou ampliação) de nosso relacionamento com o campo teórico e metodológico da análise sistêmica de Wallerstein. Por meio deste convite, proponho considerarmos alguns desejos do sociólogo ainda não revelados.

¹⁸ No original, o autor escreveu: “... An instrument is not a theory. It is made up out of theories, just in the same way as a ruler, which is marked in inches and centimetres, has been made in conformity with a number of theories. But the ruler can be used by different people for all sorts of purposes. When I was a boy at school the teacher would say, “Hold out your hand” and then use the ruler to strike the palm – it hurt. It was not really what the ruler was made for, or why it was marked in inches and centimetres, but it worked. That is about all I can claim for the Grid. Some people may be able to use it for different purposes.” (BION, 1974, p.53).

Wallerstein propõe em um dos seus últimos textos publicados em vida entendermos a metodologia de análise do sistema-mundo diante de uma dupla natureza, a primeira de ordem prática e a segunda como um movimento do saber. Quanto a primeira, a articulação teórica e metodológica desta introdução responde, já a segunda, percebe-se no caráter desafiador proveniente da oposição entre a condição interdisciplinar que se quer realizar e o *status quo* acadêmico, cujas práticas tradicionalmente postuladas pela academia pouco contribuem para o encontro entre diferentes (2012, p.22). Um desafio científico de aproximar as áreas do saber e romper com as especificidades que inviabilizam a comunicação entre pesquisas entrincheiradas. Por isso o subtítulo escolhido para esta seção – a análise do sistema-mundo como prática (científica) e como um (novo) campo do saber.

Entre os leitores e pesquisadores que tomaram Wallerstein como articulador teórico-metodológico, VIEIRA (et al, 2012) ensaia os motivos que explicam as dificuldades de inserção desta opção metodológica nas instituições de pesquisa no Brasil:

No Brasil, embora fossem lidos, Wallerstein e Arrighi não tinham inspirado programas de pesquisas consistentes. Por quê? Se temos em mente seus quatro princípios metodológicos, é compreensível que a ASM enfrentasse grandes barreiras. Começamos pelas resistências mais gerais, quer dizer, não exclusivas do Brasil.

Em primeiro lugar, assim como em todos os processos de trabalho, também no labor científico, instalou-se uma divisão do trabalho, que, ao se revelar tão eficiente na geração de conhecimento quanto na de objetos, foi se reproduzindo e se constituindo em uma sólida estrutura - neste caso, uma estrutura do saber da economia-mundo capitalista (LEE, 1998). E as estruturas limitam e condicionam as ações humanas. No caso das Ciências Sociais, esta divisão do trabalho não só se expressa na separação entre as diversas disciplinas – Economia, Sociologia, Ciências política, História, Antropologia, entre outras – como também em especializações dentro de cada uma delas. Além das universidades, esta organização do trabalho científico é replicada nas agências governamentais de fomento à pesquisa, dando lugar a uma rede de interesses (cargos, prestígio, complementações salariais, financiamentos etc.) que pode dificultar e mesmo sufocar propostas metodológicas que desafiem o *status quo* (2012, p.09).

A aposta realizada nesta tese se baseia na natureza das Ciências da Educação. Como exposto em parágrafos atrás, estamos entre historiadores da educação, analisando textos filosóficos, antropológicos e sociológicos, sobre questões políticas e econômicas em uma pesquisa realizada em um Departamento de Pós-graduação em Educação. As diferentes áreas do conhecimento são chamadas à nossa pesquisa diante das demandas levantadas na interpretação das fontes, mediada pelos nossos interesses frente as relações que o objeto (processos de educação) desenvolveu com a interiorização e com o sistema-mundo, sem se

desvencilhar de uma postura ética científica, posto que o desafio teórico-metodológico também se manifesta na vontade de perscrutar este mistério prometido para as próximas páginas: de que maneira a região que envolve as cidades próximas a Ribeirão Preto viveu o mundo e se solidarizou com a exclusão.¹⁹

Assim, estas cidades analisadas são sintoma dos movimentos de interiorização experienciados no *fin de siècle* e, ao seu modo, reconfiguraram as tratativas de urbanização, industrialização, ciclo cafeeiro, imigração, enfim, em processos de educação. Se “cada lugar é ao seu modo o mundo” (SANTOS, 1996, p.213), a investigação sistêmica sobre estes espaços significará contornar as materialidades e imaterialidades destes fenômenos locais.

Parafraseando Braudel, nas considerações finais do terceiro volume de “Civilização material, economia e capitalismo”, indagamos se teríamos razão na escolha dos referenciais teórico-metodológico ao fazer desta tese uma perspectiva sistêmica e multissecular. A resposta é promissora: “Um modelo, isto é, uma espécie de navio construído em terra e depois lançado ao mar. Ele flutua? Navega? Então a explicação que ele sustenta pode ser válida” (BRAUDEL, 1996c, p.575). Que venham a economia-mundo que tocou este território específico paulista e a interiorização dos processos de educação!

¹⁹ Como nos convida e provoca o texto “Arcaísmo como projeto” de João Fragoso e Manolo Florentino (1993).



PARTE I – VIDA MATERIAL

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte. (ROSA, Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 14 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980, p.7).

Fonte: Figura 7 - Atlas de Diogo Homem, de 1558. Fl.12, em transparência. (PINTO, 2016, p.313).

2. Civilização material: do sertão desconhecido colonial as fazendas de café do Império

2.1. Por uma longa duração da interiorização do território paulista: limites de uma discussão acerca da formação territorial (séculos XVI e XVII)

Refletir sobre o movimento de interiorização significou para nós perceber a relação de forças de muitas naturezas, hierarquicamente distintas, presentes e vivas em tempos igualmente diferentes. Este conjunto de diversas camadas socioculturais, políticas, econômicas e religiosas produziu densidade de experiências singulares de formação em espaços abertos, conquistados ou desbravados, sejam em regiões deslocadas dos grandes centros urbanos, motivados (ou não) pela expansão de zonas de ocupação/colonização para além das faixas litorâneas ou ainda em espaços primeiros do assentamento colonial moderno.

Sua interpretação implica também reconhecer um feixe temático em que pressões culturais, relações sociais, projetos de desenvolvimento econômico vinculados a configuração de políticas para a capilaridade estatal, assim como o governo das novas territorialidades estão dinamicamente inter-relacionados. Por isso, a proposta aqui assumida da análise do sistema-mundo se justifica. Levar em consideração este universo complexo da interiorização do território paulista vai ao encontro daquilo que preconizado nas páginas anteriores, compreende o movimento de ocupação de um certo “sertão desconhecido” em suas múltiplas realidades, dinamizadas na expansão do sistema-mundo e na experiência de sua execução.

A discussão sobre interiorização entre os geógrafos nos parece ser um bom início para esta seção. Tendo em vista que as dimensões conceituais do espaço, objeto geográfico por natureza, serem configuradas em região, território, lugar e paisagem, chama-nos a atenção a perspectiva da territorialidade, uma vez que a interiorização está ligada a uma relação com um rompimento dos limites e fronteiras de um território, historicamente configurado como movimento de ampliação e capilaridade de um centro de poder.

É esperado que em cada novo passo dado em direção ao “sertão”, novas paisagens sejam fotografadas pelos olhares inéditos dos agentes da interiorização. Concomitantemente as novidades da fauna e da flora, das pessoas e do clima, as diferenças regionais se configuram e criam memórias, destacando a possibilidade de registros experienciais dos lugares visitados. Em outras palavras, a territorialização não descarta as demais categorizações espaciais (paisagem, região e lugar), mas assume uma escolha previamente indicada e justificada – o território, em função do jogo de poder que envolve a sua interiorização. A dimensão territorial,

segundo os geógrafos, não é unânime²⁰. Se tomarmos os trabalhos de Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert da Costa e Marcos Aurélio Saquet, encontraremos “linhas de reflexão que perpassaram os âmbitos político, econômico, social e cultural, em diferentes contextos históricos” (FUINI, 2018, p.39). O geógrafo Lucas Labigalini Fuini abarca esta complexidade, ao caracterizar o conceito da seguinte maneira:

O território é definido, através da síntese de diversos autores, como o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e a apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que essas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global (FUINI, 2018, p.39).

Há uma condição de contato entre a interiorização a partir da noção geográfica de territorialização e o sistema-mundo de Wallerstein. As diversas escalas, do local ao global, podem ser lidas pela comunicação desenvolvida entre os novos espaços mundiais tocados pelos tentáculos do sistema-mundo. No caso brasileiro, Caio Prado Júnior já pontuou que “a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso” (1996, p.20).

Contudo, importante salientar que para Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, estudiosa da historicidade que envolve a territorialização brasileira, embora tentemos naturalizar o conceito território na concepção geográfica acerca dos limites, das fronteiras e do poder, trata-se de uma categoria de análise nada espontânea e sim historicizada e produzida mediante interesses contextuais (BUENO, 2009, p.252).

O estudo sobre os primeiros séculos da interiorização do território nacional nos faz muitas vezes esquecer que a Coroa portuguesa não tinha apenas olhos para o Atlântico. Agente e protagonista do sistema-mundo, a metrópole lusitana dividiu o mundo com seu vizinho ibérico a partir do Tratado de Tordesilhas, possuindo outras colônias pelo mundo afora, muitas vezes mais lucrativas e interessantes que a terra do pau-brasil.

²⁰ As geógrafas Helena Callai e Adriana Andreis esclarecem a dimensão subjetiva e política da seleção das categorias geográficas: “Para Milton Santos (2004), as categorias são o movimento da realidade, porque são elas que abrem à análise dos conceitos, segundo determinadas perspectivas estabelecidas para esta investigação. As categorias são modos de “capturar” (MAIA; ALVES, 2009) elementos para a leitura e análise espacial; uma proposição importante, pois, “ainda que nossas(s) categoria(s) e/ou nossos conceito(s) não consiga(m) encontrar exatamente uma resposta, ou uma resposta precisa, o simples fato de elucidar(em) ou de tornar(em) mais claras nossas próprias questões, já pode ser considerado um grande avanço” (HAESBAERT, 2011, p. 118). (ANDREIS; CALLAI, 2019, pp.92-93).

A conquista de Ceuta em 1415 levou 19.000 combatentes e 1700 marinheiros a Marrocos, dispostos em uma frota com mais de 200 navios. As conquistas de Alcácer-Ceguer em 1458, Tânger e Arzila em 1471 e Aguer em 1505 apontam para o crescimento dos tentáculos do poderio do império português (VASCONCELOS, 2016). A construção de monumentos e patrimônios da cultura lusitana (como o castelo de Safi em 1508) acompanhavam outras e novas conquistas pelo mundo, tais como Azamor e Mazargão em 1513 e 1514 respectivamente, indícios de que presença portuguesa na América não se realizava como suficientemente forte ou impactante, diante de seus interesses coloniais, para que os lusitanos abandonassem os demais territórios conquistados (VASCONCELOS, 2016).

Mesmo com a derrota em Mamora no ano de 1513 no litoral marroquino, a retirada do exército português na região se deu apenas em 1541, dado a forte pressão árabe. Há relatos da presença dos portugueses na Ásia e de algumas construções de fortes e feitorias, como na Índia em 1510, na China em 1513 e no Japão em 1543. Até hoje reconhecemos a dimensão deste império e de seus tentáculos pelo mundo por meio dos contornos poéticos de Camões em “Os Lusíadas” publicado em 1572. Definitivamente, reconhecemos que o território brasileiro iluminado pelo mercantilismo desde o princípio dos 1500 não desfrutou de condição prioritária das atenções lusitanas.

Mesmo não gozando de prioridade (política, econômica, religiosa, etc.) este território precisava ser ocupado e protegido. O Estado português passou a valorizar mais a colônia a partir de 1530, devido os olhares desejosos da concorrência ultramarina revelados pela inquietante presença de embarcações francesas flagradas na costa. Thaís Innocentini salienta também, que as primeiras expedições portuguesas financiadas para “desbravar” o território tinham por objetivo encontrar a Serra da Prata visando metais preciosos; além da defesa de corsários e piratas que rondavam o litoral (INNOCENTINI, 2009; NEVES, 2009). O sistema-mundo impôs-se desde o princípio da colonização ao novo mundo lusitano.

A partir de 1534, Dom João III utilizou, no território americano, da mesma estratégia de divisão das capitânicas hereditárias que Portugal havia executado na ilha da Madeira e Açores (NEVES, 2009). Por isso a configuração espacial organizada pela metrópole desenhou as capitânicas “brasileiras” com mãos respeitadas aos interesses europeus, cujas consequências não foram totalmente protagonizadas por brancos:

...Eram quinze lotes que formavam doze capitânicas, que iam da Ilha de Marajó, a norte, até o sul do Estado de Santa Catarina. Foram definidas como faixas lineares de terra, que ignoravam os acidentes geográficos, e iam do litoral da costa do Brasil até o Tratado de Tordesilhas. Portanto, inicialmente

apenas 20% da América do Sul pertenciam a Portugal por este Tratado, que determinava como espanholas as terras situadas além de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (sendo uma légua o equivalente a 5,9 km). A linha do Tratado de Tordesilhas coincide com o meridiano a 46°37' longitude oeste, o qual passa pela atual cidade de São Paulo. Cada Capitania tinha mais ou menos uns 300 km de largura na costa, mas os dados divergem em relação à exatidão da extensão de cada Capitania, e algumas delas eram maiores que outras... (INNOCENTINI, 2009, p.16)

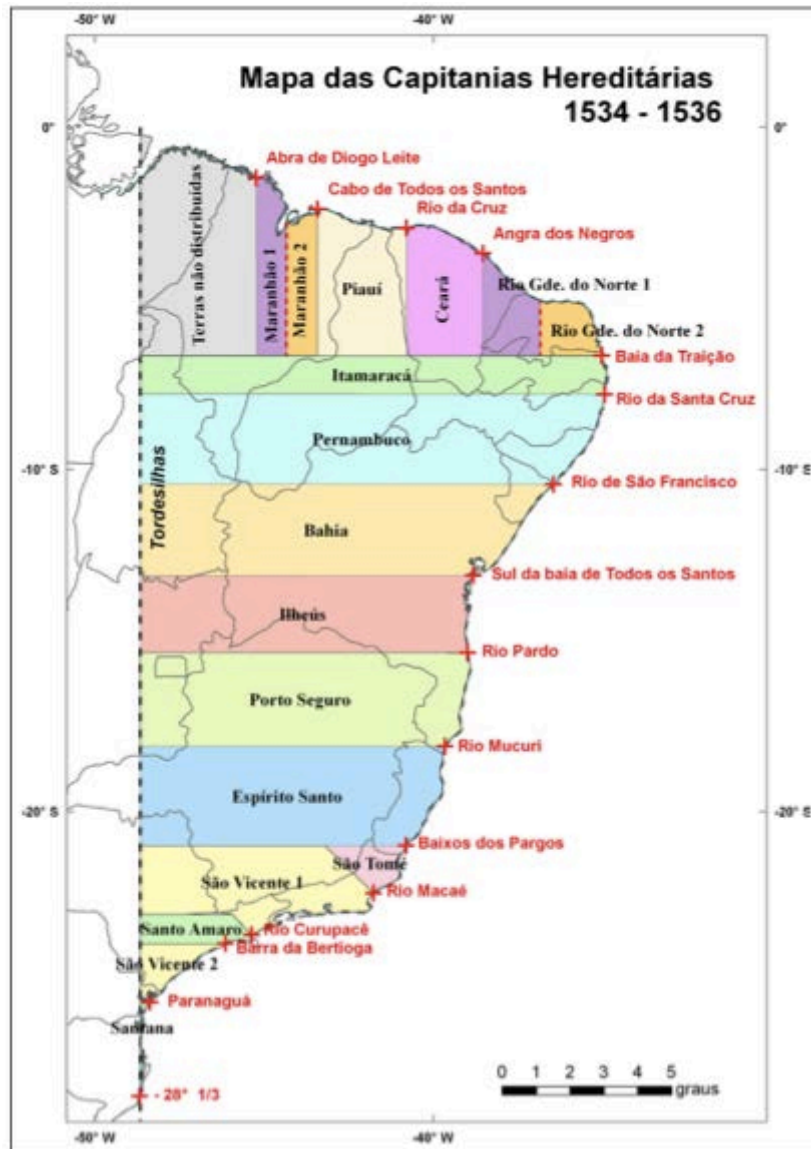
Eis o nascimento cristão da região. Desta forma europeia, os olhos do velho mundo lançavam sobre a região paulista vetores de controle, gestão e propriedade, nomeando lugares, produzindo documentos estatais de posse e seus donatários. Este território visualizado historicamente no século XVI como espaços articulados às (duas) capitanias de São Vicente, intercaladas pela capitania de Santo Amaro, correspondeu aquilo que hoje entendemos como atual estado de São Paulo.

Desta forma as terras foram divididas e as responsabilidades atribuídas. Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza foram respectivamente escolhidos para as duas capitanias e passaram a organizar uma administração tanto judicial, econômica, fiscal e militar da região (CUNHA; NUNES, 2016, p.7). Os donatários tomaram a responsabilidade do território para si e administraram para a Coroa, porém, com muitos e diversos obstáculos. O relevo, o clima e a paisagem compuseram cenário de muitas dificuldades. A cadeia montanhosa de dobramento antigo na região sudeste acompanhava as praias formando uma muralha de difícil penetração, favorecendo e/ou convidando os primeiros portugueses a desenvolverem escambo com as populações indígenas como manifestação econômica viável inicial, para depois passarem ao aprisionamento e escravidão (MONTEIRO, 1994; LIMA JUNIOR, 2010). Além das limitações espaciais, o solo pantanoso do litoral não auxiliava a condução do plantio e expansão de lavoura. A distância do mercado europeu (em relação aos engenhos nordestinos) também (LIMA JUNIOR, 2010) contribuía negativamente.

Tomemos algumas cautelas para não reproduzir certos anacronismos. Reconhecemos de antemão que os espaços das capitanias citados e o atual estado de São Paulo não se enquadram perfeitamente. Como salienta o professor Amilcar Torrão Filho, além das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, é necessário frisar que as capitanias de Santana do Sul (o segundo quinhão das terras de Pero Lopes de Souza) e de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (da condessa de Vimiero, descendente de Martin Afonso de Souza) fundadas em 1534 e 1624 respectivamente, também deveriam ser lembradas. O mesmo relembra uma expressão usada por Sérgio Buarque de Holanda ao se referir a estes espaços como “as capitanias paulistas” (TORRÃO FILHO, 2011, p.151) – reproduzida por nós a partir de agora.

O Mapa 3, construído Jorge Pimentel Cintra a partir de revisão cartográfica e histórica mediante textos originais das cartas de doação e forais, revela a espacialização dos interesses e a visualização do destino paulista ainda “selvagem”:

MAPA 3 – Mapa das Capitanias Hereditárias (1534-1536)



Fonte: Trata-se de uma proposta do novo mapa das capitanias hereditárias de Jorge Pimentel Cintra (2013, p.39).

Estas capitanias ao sul da América portuguesa se confundiam, muitas vezes, em seus limites. Não apenas pelo fato de que as capitanias de São Vicente eram intercaladas (opção da Coroa para evitar o monopólio de possíveis futuras minas de ouro), mas também pelas disputas judiciais entre os seus descendentes. O caso é que, segundo Torrão Filho, a distância da

metrópole e os problemas na colônia contribuíram para que as capitânicas paulistas fossem se “confundindo com o tempo e suas denominações mudadas e intercambiadas” (2011, p.155)²¹.

Quanto ao uso do termo “selvagem” entre aspas, citado propositalmente como referência para acesso ao mapa, gostaríamos de criar textualmente um trânsito mais rico entre os sentidos de “selva” e seu(s) respectivo(s) possível(eis) imaginário(s). É preciso reconhecer as múltiplas limitações naturais/físicas impostas a colonização, sejam elas endereçadas ao metalismo, a conquista de corações e mentes (missões jesuíticas, por exemplo), ou aos medos e receios europeus frente ao universo incógnito que residia além do litoral.

Em relação a este último ponto, o historiador francês Jean Delumeau, responsável pela recuperação histórica do medo e suas representações sociais europeias, indica que o medo é natural e parte da condição e experiência humana (2001, p.18). A tradição milenar da cristandade europeia (aqui expressa na sua especificidade católica lusitana) constituiu base para formação do imaginário europeu sobre as terras além-mar e seus possíveis habitantes. Em última instância, o texto bíblico e sua polissemia acompanhavam os portugueses antes mesmos das grandes navegações. O que pretendemos expressar com auxílio de Delumeau é que o jogo de interpretações sobre a realidade territorial colonial não nasceu de um vazio de sentidos, mas sim produzido a partir e em função de uma cultura milenar (institucionalizada) organizada moral e eticamente. Em suma, o medo lusitano (também) significou o Brasil e esta história que buscamos recuperar está presa a possibilidades de existência que a cultura dominante preconizou antes mesmo de seu acontecimento.

Na reconhecida pesquisa de Laura de Mello e Souza, “O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial”, a autora contornou o imaginário brasileiro produzido segundo esta perspectiva citada por Delumeau. Enquanto a natureza do novo território evocava bíblicamente o paraíso, o éden ou a paisagem em que viveram Adão e Eva, a humanidade indígena foi representada de forma demoníaca, animalizada e pecadora. A professora escreveu:

A infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador, passando paulatinamente a integrar, também o universo dos colonos e dando ainda espaço para que, entre eles, se imiscuisse

²¹ Torrão Filho, ao pesquisar o Arquivo Histórico Ultramarino, traz em suas pesquisas que a confusão entre os limites destas capitânicas acompanha a Coroa até o século XVIII: “Nem mesmo a coroa sabia ao certo os limites das capitânicas. Em 1730 ela ainda procurava saber se as capitânicas de São Paulo de Piratininga, São Vicente e Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém “eram uma só capitania debaixo de diferentes nomes, ou são diversas capitânicas que se formaram das cem léguas concedidas ao primeiro donatário” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO). (2011, p.162).

o Purgatório. Durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e do Purgatório. (SOUZA, 2009, p. 372).

Em outras palavras, recaiu sobre este território um lugar “intermediário”. Entre o céu e o inferno, a possibilidade de viver o purgatório. Para muitos portugueses experimentar a colônia significaria oportunidade de expiar seus pecados. Portanto, podemos imaginar que a ocupação portuguesa deste território paulista, paulatinamente realizada em movimento litoral-interior, também pode ser lida como uma negociação entre um certo desfazimento do campo imaginário medieval e um desenvolvimento igualmente lento do antropocentrismo moderno, manifestado em coragem e desejo de continuar as conquistas lusíadas.

Esta América portuguesa, antes de ser desbravada pela metrópole, contava com cerca de seis milhões de indígenas. A população original estava espalhada pelo território e segmentada em vários grupos étnicos, apesar de sua representação genérica “índios” (PELLICCIOTTA, FURTADO, 2010). A interiorização inicial se desenrolou em um cenário de ocupação fixado a faixa litorânea brasileira e diante de um contato necessário e problemático com diversos povos originais. Os movimentos em direção ao interior eram proibidos pelas leis metropolitanas, estas reveladoras do desejo em manter a população em proximidade do mar (PELLICCIOTTA, FURTADO, 2010, p.45), como vemos na descrição da historiadora Mirza Maria Baffi Pellicciotta e do biólogo André Luiz dos Santos Furtado,

Nos sertões de São Paulo, nas regiões açucareiras (especialmente Pernambuco e Bahia), ou ainda, nos territórios ao norte (Maranhão e Grão Pará, a partir do século XVII) se desenvolveram, pouco a pouco, trajetórias de ocupação cujas especificidades se associaram aos níveis de vinculação que puderam estabelecer com o Mundo Metropolitano (PELLICCIOTTA, FURTADO, 2010, p.45).

Ou seja, desde o primeiro pé luso nas areias de Porto Seguro constatamos uma relação desta terra com o mundo europeu, um vínculo com a economia-mundo ultramarina portuguesa (DOIN, 2001). O Brasil foi um “rebento além-mar” para o sistema-mundo capitalista português. O velho mundo metropolitano, com suas particularidades, demarcou as territorialidades, as dinâmicas, as tensões, os desejos e os projetos de futuro para este espaço, e por consequência, deu as cores, contornos e a velocidade da colonização via o desenvolvimento de uma certa modernidade. Ainda que hoje saibamos que este território constituiu experiências singulares de homens “paulistas” do século XXI, historiadores como Fernando Novais indicam o anacronismo da expressão Brasil-Colônia, uma vez que “não podemos fazer a história desse

período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a colônia iria se constituir, no século XIX, num Estado nacional” (NOVAIS, 1997, p.13), mas historicizá-la mediante uma atenta relação do território, suas histórias e tradições com os desejos e demandas europeias.

A interiorização do território paulista, de início, se deu neste encontro de mundos. Como percebemos, Pellicciotta e Furtado reiteram que a colonização se realizou “na proporção em que enfrentassem, incorporassem, ou eliminassem suas populações originais” (PELLICCIOTTA; FURTADO, 2010, p.45) uma vez que o sucesso da empresa colonizatória dependia da vitória do projeto civilizacional europeu sobre a natureza do espaço e das almas dos nativos “selvagens”. O extermínio indígena foi parte deste processo, como nos recorda Carlos Medeiros Lima e Marcio Marchioro (2017). A conquista lusitana impactou o corpo indígena para além da alteridade, posto que importou à América a varíola e o sarampo, a princípio, e a malária, num segundo momento (LIMA; MARCHIORO, 2017, p.25).

Capistrano de Abreu, em trabalho fundante para a historiografia brasileira - “Capítulos da História colonial” de 1907, já destacava estes caminhos lusitanos e a referência da Serra do Mar em São Paulo, ao mesmo tempo que empregou visão preconceituosa sobre a condição indígena na trajetória nacional:

A expedição exploradora depois de travessia tormentosa aportou ao litoral do Rio Grande do Norte e procurou regiões mais temperadas, dando nomes aos lugares descobertos, tirados uns do calendário — S. Roque, S. Jerônimo, S. Francisco, baía de Todos-os-Santos, cabo de S. Tomé, angra dos Reis; tirados outros de impressões e acidentes de viagem — rio Real, cabo Frio, baía Formosa, etc. Os exploradores, segundo parece, nunca perderam de vista a serra do Mar. Durante muitos anos figurou nos mapas como último ponto conhecido Cananor, que bem pode ser a atual Cananeia, em S. Paulo; calculou-se a extensão percorrida em duas mil e quinhentas milhas. Esta exploração mais demorada confirmou em quase tudo as palavras de Caminha. Apenas os naturais apareceram à nova luz, selvagens, rancorosos, sanguinários e antropófagos, material mais próprio para escravatura do que para a conversão (ABREU, 2009, pp.23-24).

Apesar da escrita já reconhecidamente datada de Abreu, o desbravador historiador do “povo brasileiro” corrobora a uma historiografia da conquista. Sua presença em nosso texto não é inocente. É preciso ter cautela para a não reprodução desta tese, uma vez que nosso intento pela interiorização invariavelmente tomará a percepção da conquista do território via a percepção cartográfica do colonizador. O protagonismo branco não significou para nós a submissão dos indígenas (e negros), mas sim a recuperação dos projetos de vida que (vencidos ou vencedores) permitiram os agentes históricos negociarem com o social no presente em que suas vidas demandaram escolhas.

Como iremos propor mais calmamente no futuro deste capítulo, a discussão sobre a interiorização pressupõe um conhecimento presente do território interiorizado, ou seja, ciência de um “presente-fim” de uma história já conhecida. Como sujeitos do século XXI, reconhecemos esta historicidade e, de certa forma, antecipamos alguns sentidos que povoam o campo de leitura e do compartilhar de nossa interpretação do passado. Trazer a escrita de Capistrano foi importante para destacar esta complexa historicidade dos interesses de produzir a memória do território paulista.

Outro elemento que entrecruza o campo das interpretações da interiorização paulista é o conjunto de estereótipos, imagens e representações da memória desta ocupação. Sobre esta memória historiográfica, a historiadora Ilana Blaj recorda que a “... Pobreza, isolamento, autonomia, homens rebeldes, uma tendência maior à democracia, mas sempre uma ‘nobreza guerreira’” (2002, p.28), vigoram em muitas pesquisas sobre São Paulo colonial até fins do XVII, perspectivas muitas vezes tipificadas e cristalizadas. Em sua pesquisa, Blaj destaca a dinâmica interna do território (ainda que privilegiando documentos oriundos da Câmara da capital paulista e não necessariamente fontes de outras localidades) e a relativa autonomia dos paulistas no mercado interno, contrariando a posição historiográfica muitas vezes heroica, mítica ou aventureira do bandeirante, o acaso da metrópole e a coragem dos colonos para sobrevivência, entre outras questões que abordaremos mais adiante.

Retomando a dinâmica da interiorização, em dimensões coloniais, a vila de São Vicente fundada em 1532 foi pioneira, enquanto outras vilas e cidades foram pululando nas demais capitânicas conforme movimentos da administração da Coroa e da ação dos donatários, tal como a vila de Igarassu (atual Estado de Pernambuco) em 1535; a vila do Espírito Santo em 1535; a vila de Olinda em 1537; Recife em 1537; a vila de Nossa Senhora da Conceição (hoje, Vila Velha de Itamaracá), entre 1537 e 1540; a cidade de São Salvador em 1549; a vila de Santo Amaro em 1557 e a vila de São Jorge dos Ilhéus em 1536 (NEVES, 2009, p.229).

Especificamente na região sul da América portuguesa, a vila de Santo André da Borda do Campo, fundada em 1553 (e extinta em 1560), a vila de São Paulo de Piratininga fundada em 1554 e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565/67 exemplificam o paulatino movimento inicial de ocupação da faixa litorânea (NEVES, 2009).

Como sabemos, o século XVI não foi palco de uma colonização de iguais proporções e interesses nas diversas regiões. Seja pelas distâncias das capitânicas, pela posição estratégica de Salvador, Olinda, São Luís ou pelas dificuldades impostas as viagens as capitânicas ao sul (São Vicente, por exemplo), a precocidade paulista surpreende por ter sido, nesta colônia, a primeira experiência de fundação de uma vila longe do litoral. A vila de São Paulo de Piratininga,

distante 80 quilômetros do mar, tinha como função primeira abrir caminho para o povoamento do interior, ainda que seu desenvolvimento precário seguiu desta forma até o século XIX. A esta precariedade, André Lemoine Neves nos recorda que a extinção da vila de Santo André da Borda em 1560, fundada poucos anos antes em 1553 se deu pelo complexo e perigoso contexto de embate entre colonos e indígenas no planalto paulista. Esta desistência metropolitana se deu por exigência do governador Mem de Sá objetivando que os seus antigos habitantes se transferissem para a vila de São Paulo (NEVES, 2009, p.244), ação decorrente provavelmente das consequências das guerras entre colonizadores e tamoios.

Luís Fernando Lima Júnior cita a ordem comum dos fatores para o nascimento de novas vilas na colônia. Primeiro, era necessário estabelecer a vila por meio de uma petição assinada por pelo menos trinta *homens bons* já residentes na localidade; logo em seguida, com a construção da Câmara Municipal reconhecia-se a localidade como autoridade representante da Coroa, dividindo as terras da vila em terrenos de 500m² em média – demarcações nem sempre pacíficas (LIMA JUNIOR, 2013, p.42). As melhores áreas acabavam nas mãos dos homens de maior influência e proximidade. Lima Junior sugere que algumas disputas chegavam a violência física e em certos momentos havia a fuga dos residentes ou mesmo expulsões, “particularmente dos cristãos-novos, desbravando o sertão e formando novos povoados, para que fizesse dele novas vilas, com as consequentes distribuições de novas datas de terras” (LIMA JUNIOR, 2013, p.42).

Quando observamos esta condição inicial em que se desenvolveu os interesses da Coroa sob o território paulista, não encontramos grandes chamativos. Seja pelo relativo sucesso dos engenhos e da cana-de-açúcar na região nordeste ou diante das dificuldades de fiscalização dos espaços longínquos, podemos inferir que o aproveitamento bandeirante para entradas e expedições de aprisionamento indígena e o reconhecimento das terras do interior marcaram os primeiros dois séculos da história de São Paulo. Importante citar que, ao mesmo tempo, os paulistas cumpriam seu papel junto ao sistema colonial, ainda que periférico, como fornecedor “de alimentos, produtos de primeira necessidade e escravos indígenas para as regiões exportadoras” (LIMA JUNIOR, 2013, p.42).

Os aldeamentos indígenas contribuíram para esta colonização dos corpos dos nativos e do interior selvagem, terras além Serra do mar. Segundo Lima e Marchioro, as aldeias de “El rey” estavam “sujeitas à autoridade secular de funcionários e governadores, possuíam terras próprias, para sustento e aprendizagem” (2017, p.29). Na região paulista, os autores citam, quatro aldeamentos desta natureza: a aldeia de São Miguel com registros que remontam o ano de 1586, a de Pinheiros também do século XVI, além das aldeias de Barueri e de Guarulhos,

do século XVII (2017, pp.29-30). Seja por aldeamentos, escravização, guerras, entre outras relações, a pesquisadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno registra a simbiose entre lusitanos e indígenas como uma das marcas do processo de ocupação paulista, revelada, por exemplo, na nomenclatura dos espaços, acidentes geográficos e cidades (2009). Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a aprendizagem dos colonos em perceber a observação indígena frente aos perigos do sertão, a capacidade de indicação das nascentes, rios e córregos, das plantas e árvores confiáveis, a dieta indígena e seu cotidiano, os remédios naturais, o mel entre outras características, compuseram esta cultura simbiótica (1956).

Continuando com a visão de Sérgio Buarque de Holanda acerca deste processo, a interiorização do território nacional não foi, de início, interesse do velho mundo, visto que os portugueses “criavam todas as dificuldades às entradas terra à dentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha” (1989, p.66). Existiam leis metropolitanas que proibiam a entrada no interior. As cartas de doação de capitanias aos capitães donatários já indicavam tal receio metropolitano, impondo limite de léguas²² das investidas ao sertão (três léguas do litoral, ou o equivalente a 14,484 quilômetros). Caso estivesse nos planos dos colonizadores a viagem terra à dentro, seria necessário licença de Sua Majestade (HOLANDA, 1989).

Holanda nos mostrou que a revogação destas proibições em 1554 na capitania de São Vicente provou que as cláusulas das cartas de doação tinham função e razão de existência. Fundadas as vilas de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo do Piratininga (1553 e 1554), a capitania de São Vicente como consequência decaiu. Santos não fez progressos e tanto as terras do norte de Bertioga como aquelas ao sul de Itanhaém permaneciam sem moradores. O “pecado” da interiorização paralisou os trabalhos dos “engenhos da costa, e por falta de gêneros que se transportassem, cessou a navegação da capitania tanto para Angola como para Portugal” (HOLANDA, 1989, p.67). Como queixou-se o franciscano Frei Vicente de Salvador, ainda no século XVII, “os portugueses arranhavam a costa como caranguejos” (TORRÃO FILHO, 2011, p.151).

A finalidade de manter a população na costa comungava com diversos interesses: o de evitar as guerras contra os indígenas (mais numerosos) e de atender aos limites da Coroa, tendo em vista que os portugueses não disponibilizavam de grande contingente humano para substituir as perdas decorrentes de conflitos “desnecessários” – a “paz”, portanto, era condição

²² Como consta na obra *Raízes do Brasil*, Holanda cita medida de contenção da povoação no espaço litorâneo descrita nas cartas de doação das capitanias: “... por que por dentro da terra firme pelo sertão as não puderam fazer menos espaço de seis léguas de terra de termo a cada hua das ditas vilas e ao tempo que se fizerem as tais villas ou cada hua dellas lhe lymetaram e asynaram logo termo para ellas e depois não puderam da terra que asy tiverem dado por termo fazer mais outra villa’ sem licença prévia de Sua Majestade” (1989, p.66).

necessária para colonização. Cristalizar o processo de povoação do território, sustentar os primeiros núcleos urbanos, fomentar, de fato, a povoação da costa, o custo do transporte da produção colonial, viabilizar e atender a produção agrícola da região litorânea e, naturalmente, reconhecer as dificuldades com a adição de custos as despesas com transportes de mercadorias do interior (HOLANDA, 1989), eis as condições do princípio da colonização lusitana do território paulista e, portanto, as bases da interiorização.

Em outras palavras, a experiência paulista de entrada no sistema-mundo pode ser contornada por obstáculos ora advindos da América portuguesa, ora advindos de fora. As dificuldades de administração metropolitana reveladas pela seleção de um modelo de delegação da responsabilidade aos donatários; pela ocupação para defesa da colônia, muitas vezes gerenciando conflitos contra piratas, corsários e com os próprios indígenas; influências, pressões e certa vigilância por parte de religiosos em relação as ações do Estado, principalmente julgadas dentro do campo da moral e da cultura cristã; a dinâmica internacional portuguesa e seus outros tentáculos na África e na Ásia, como as derrotas portuguesas no século XVI, em especial, em Alcácer-Quibir em 1580 e a anexação ao império espanhol.

Ver os processos a partir desta objetiva nos aproxima a uma história mais humana e menos epopeica-mitológica. E esta decisão nos parece muito adequada ao tema, posto a historicidade das representações deste território paulista, tendo em vista que muito do que se produziu nos tempos do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) esteve a serviço uma representação do Estado como locomotiva do Brasil e de sua gente guerreira e gigante (BLAJ, 1995, p.143). Tentaremos observar a condição humana de maneira “geral e irrestrita”.

Blaj propõe que esta leitura do isolamento da região paulista foi promovida de várias formas pelos cronistas, memorialistas e historiadores. A visão epopeica paulista defende que o isolamento e a periferização da região criaram ao mesmo tempo limitações para o seu desenvolvimento e condições para um grande empurrão empreendedor. A cooperação com o indígena, a coragem para o desconhecido sertão, a independência da metrópole e o apreço da liberdade teriam composto os traços principais da “raça nova”: dos mamelucos paulistas ou “raça de gigantes”, como escreveu Saint-Hilaire (BLAJ, 2002, p.46). Estas imagens foram recuperadas pelos estudiosos da história paulista da Primeira República, contexto em que o capital cafeeiro produziu para além do enriquecimento material dos cofres da Província/Estado de São Paulo, uma memória explicativa das razões deste enriquecimento.

Entre 1930 a 1945²³, a historiografia sobre este isolamento se modificou, principalmente pela perspectiva de Caio Prado Jr., na medida em que, para o autor, esta condição é analisada junto as práticas agrícolas que atenderam ao mercado colonial e as necessidades de autossuficiência. Filha do seu tempo, a historiografia paulista comunicou sentido com a Era Vargas e com os conflitos entre o Estado de São Paulo e o Governo Federal, buscando dar sentidos a recente exclusão dos paulistas do poder e as revoltas contra um Estado “inconstitucional” (1932). Como ironicamente escreveu Blaj, “São Paulo teria sobrevivido galhardamente no período colonial, como sobreviveu heroicamente durante o Estado Novo” (2002, p.59).

Tendo em vista as consequências das discussões da condição do subdesenvolvimento nacional, fruto da presença do cepalismo no período do pós-guerra, a historiografia que abarcou São Paulo sofreu mudanças. O território paulista colonial foi relegado a segundo plano, sobre o prisma da “débil articulação com as áreas ‘dinâmicas’” (BLAJ, 2002, p.66), como revelado por Blaj da seguinte maneira:

Ou seja, valoriza-se o paulista apenas como o sertanista que fornece mão-de-obra indígena ao Nordeste e como responsável pelo desbravamento territorial e a conseqüente descoberta dos territórios metalíferos. Em relação à região mineratória, concede-se a São Paulo o papel de abastecedor das minas, mas, no decorrer do processo, teria sido ofuscado e empobrecido por aquelas. Nestas acepções, a região de São Paulo colonial é sempre vista em função das demais, ou seja, sempre “de viés”. (BLAJ, 2002, p.66).

Esta perspectiva nos convida a refletir sobre a condução de nossa narrativa. Blaj nos permite questionar se a proposta metodológica aqui assumida não reitera o cepalismo das décadas de 1950/70. Recuperando a discussão realizada no capítulo anterior, Wallerstein e Braudel nos orientaram a um movimento diferente. A análise do sistema-mundo permite compreender a lógica do local articulada a um sistema mundial. Não estranho, portanto, esta discussão proposta por Blaj e a nossa decisão teórica-metodológica culminar em uma valorização das decisões e dos projetos de vida percebidos entre os desejos do micro e da macro-esfera. Na documentação acerca dos colonos na Câmara de São Paulo, Blaj contorna na região esta “trama de tensões” entre o local e o global.

A análise do sistema mundo nos oferece um olhar relacional sobre este painel sociopolítico e econômico disposto em teia, articulado e retroalimentado pelos interesses citados. Esta experiência paulista de primeiro século de colonização (pelo menos até 1580 com

²³ Verificar as obras de Alfredo Ellis Jr. e as representações da superioridade da raça paulista (1934a; 1934b).

o desaparecimento de D. Sebastião no norte de África), nos convida a observar diversos protagonismos e, claramente, formas distintas de exclusão, violência e genocídio. No campo das condições da interiorização, esta “ausência” da Coroa nas capitanias ao Sul da América portuguesa de alguma maneira contribuiu para uma consolidação do território paulista como produtor de uma economia (e sociedade) de subsistência, muitas vezes desconectada do universo metropolitano, reinventando novos espaços cartografados por e para grupo(s) étnicos hegemônicos a partir da simbiose com a cultura indígena. Aos índios, o inevitável branco escravista e/ou messiânico – formas e imagens do progresso e da civilização, processos educacionais que ensinavam a partir da cruz, da espada e da morte.²⁴

Não devemos descartar outras iniciativas colonizatória europeias pelo mundo. Elas foram importantes para Portugal ressignificar suas estratégias imperiais, pensar a ocupação das fronteiras, imaginar e projetar a concorrência com seu vizinho ibérico, etc. Sérgio Buarque de Holanda nos recorda as diferenças entre as colonizações lusitana e hispânica ao propor em “Raízes do Brasil”, que a aventura ibérica deixou marcas distintas nos territórios colonizados, seguindo a orientação dos tipos ideais semeador e ladrilhador, português e espanhol, respectivamente. Aos primeiros, o objetivo final na ponta da lança, expressava-se com rapidez e pouca paciência, por isso o pouco planejamento. Eram exploradores comerciais semeando com certo desleixo e abandono, à sorte dos ventos. Já os espanhóis ladrilhavam o terreno para objetivos criados inicialmente, organizavam o território, construíam estradas, correios e universidades (HOLANDA, 1989).

Em suas palavras,

A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América Espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no primeiro século da colonização, em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores (HOLANDA, 1989, p.75).

²⁴ Para Lima Junior, “De uma forma geral, a composição populacional dos povoados da Capitania de São Vicente, no final do século XVI e início do XVII, apresentava predominância mameluca, com famílias dominantes formadas a partir do consórcio entre homens-bons e filhas de chefes indígenas, configurando alianças determinantes na formação das expedições de entrada, bem como no estabelecimento dos grupos gentílicos a serem combatidos e aprisionados.” (2013, p.43).

Entre as diversas assimetrias presentes entre os processos de interiorização das colônias ibéricas, chama-nos a atenção a pesquisa de Mafalda Soares da Cunha e António Castro Nunes, ao comparar a estruturação do aparelho judiciário nas Américas portuguesa e espanhola entre os três primeiros séculos da presença destas Coroas. É possível verificar que entre 1511 e 1565, “a malha judiciária da América espanhola se constituiu em 10 circunscrições judiciais – as *audiências*²⁵” (CUNHA; NUNES, 2016, p.04), cujos magistrados eram nomeados pelo rei; já sobre a América portuguesa, os autores apontam que em 1609 existiam apenas duas circunscrições judiciais com magistrados igualmente nomeados regiamente. Além da diferença dos números, corroborando as assimetrias percebidas na obra de Sérgio Buarque, percebemos no caso brasileiro um “número não determinado de oficiais com funções judiciais nomeados pelos capitães donatários” (CUNHA; NUNES, 2016, pp.04-05).

Estes dados importantes abrem reflexões sobre as relações sociais na colônia. O uso da posição, dos cargos e do status para angariar vantagens e estabelecer estratégias na ausência de estruturas rígidas e significativa fiscalização já foram denunciadas pela historiografia e por diversos estudos antropológicos²⁶. Na ausência da Coroa, os nobres amigos. Quanto as questões judiciais, em específico, Cunha e Nunes escrevem:

Desse modo, transferiam-se para os donatários ultramarinos a responsabilidade de criação de um aparelho administrativo e os direitos de nomeação dos oficiais respectivos. Embora o modelo subentendesse uma gestão presencial dos territórios, não o exigia, pelo que os capitães-donatários delegaram quase sempre essas funções em gente de sua confiança (2016, p.07).

A interiorização do aparato judicial no Brasil não é diferente da história aqui recuperada. Inicialmente percebida na costa Atlântica, na região nordestina da América portuguesa, movimentando-se por cabotagem para o norte e para o sul durante dois séculos, apenas depois do século XVIII principiar a conquista do interior. A Tabela 1 nos convida a pensar esta interiorização cronologicamente:

²⁵ Como salientam Cunha e Nunes: “A *audiencia* era um tribunal superior com competências judiciais e (discute-se) governativas de âmbito territorial e decisão colegial, enquanto o ouvidor-geral era o responsável máximo pela administração da justiça em cada uma das comarcas, do qual havia recurso para tribunais superiores, estes, sim, com decisão colegial. No Estado do Brasil, os ouvidores-gerais respondiam perante o Tribunal da Relação da Bahia (1609-1626 e 1652) e, depois de 1751, também perante a nova Relação criada no Rio de Janeiro.” (2016, p.06).

²⁶ Cabe lembrar a expressão “Você sabe com quem está falando?”, avaliada como estratégia tão importante como “jeitinho” e “malandragem”, formas de navegação social, estão presentes nas obras de antropólogos como Roberto DaMatta (1989).

Tabela 1 - Cronologia da criação de comarcas na América portuguesa (séculos XVI-XVIII)

Sede	Comarca	Data	Desmembrada de	Capitania
Salvador	Bahia	1548	-	Bahia
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1608	Bahia	Rio de Janeiro
São Luís	Maranhão	1619	Bahia	Maranhão
Belém	Pará	1652	Maranhão	Grão-Pará
Olinda	Pernambuco	1653	Bahia	Pernambuco
Nossa Senhora das Neves	Paraíba	1688	Pernambuco	Paraíba
São Cristóvão	Sergipe	1696	Bahia	Bahia
São Paulo	São Paulo	1700	Rio de Janeiro	São Paulo
Santa Maria Madalena	Alagoas	1709	Bahia	Bahia
Vila Rica	Ouro Preto	1711	São Paulo	Minas Gerais
Sabarará	Rio das Velhas	1713	São Paulo	Minas Gerais
São João del-Rey	Rio das Mortes	1713	São Paulo	Minas Gerais
Vila do Príncipe	Serro Frio	1720	Rio das Velhas	Minas Gerais
Mocha	Piauí	1722	Maranhão	Piauí
Paranaguá	Paranaguá	1723	São Paulo	São Paulo
Aquiraz	Ceará	1723	Pernambuco	Ceará
Vila do Bom Jesus de Cuiabá	Cuiabá	1728	São Paulo	Mato Grosso
Vitória	Espírito Santo	1732	Rio de Janeiro	Espírito Santo
Vila Boa de Goiás	Goiás	1733(?)	São Paulo	Goiás
Santo Antônio	Jacobina	1734	Bahia	Bahia
Santa Catarina	Santa Catarina	1749	Rio de Janeiro	Rio Grande S. Pedro
Cairú	Ilhéus	1763	Bahia	Bahia
Porto seguro	Porto Seguro	1763	Bahia	Bahia

Fonte: CUNHA; NUNES, 2016, p.10.

Os dados da Tabela 1 retomam o “lugar” não prioritário que o território paulista ocupava nos interesses metropolitanos. Os núcleos urbanos que demandaram atenção jurídica institucional da Coroa nos primeiros dois séculos da colonização estavam na porção norte-nordeste do território, com exceção de Rio de Janeiro (1608) cujo criação desdobra-se da capital (Salvador) pela expectativa metropolitana pelo encontro de metais preciosos na região (CUNHA; NUNES, 2016, p.11).

No limite, as nuances da interiorização do território paulista nos primeiros idos da colonização são notoriamente exercidas pelos movimentos bandeirante e jesuíta. Quanto as bandeiras, mais uma vez Sérgio Buarque de Holanda contribui com sua eloquente descrição: “No planalto do Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada” (1989, p.68). Trata-se de uma iniciativa de natureza colonial. Uma vida nascida

fora das vistas e dos desejos da Coroa portuguesa, encontrando em Holanda expressões como “contra a vontade e contra os interesses imediatos desta” (1989, p.68).

Nesta ótica buarqueana os bandeirantes assumem o tipo ideal (weberiano) aventureiro, caçadores de índios, farejadores de metais preciosos e demais riquezas e “só quando as circunstâncias o forçavam é que se faziam colonos” (1989, p.68). A colônia que antecedeu o ciclo do ouro não demonstrava ter sido palco de empenho de sua metrópole em controle e em fiscalização do território, como o futuro aguardava. A partir dessa interpretação podemos assumir que esta primeira interiorização paulista foi historicamente produzida mediante os silêncios estratégicos de alguns de seus protagonistas.

“Negros da terra” é obra, ao nosso ver, fundamental sobre a estrutura social colonial paulista e as consequências desta experiência de encontro étnico. Escrita por John Manuel Monteiro (1994), contribui com a percepção de que os anos iniciais da colonização deste território foram contemplados por uma certa coalização de forças entre os moradores do planalto e os jesuítas nos aldeamentos. Segundo o autor, as guerras contra os indígenas, a distância com a metrópole e a necessidade de um estado de paz relativa proporcionado pela presença da domesticação religiosa contribuíram sobremaneira para os movimentos de ocupação do interior e a fundação de povoados, desenvolvimento do comércio, etc.

Se a princípio houve certa simpatia dos colonos em perceber nos aldeamentos alternativa a escravidão, desejosos de mão-de-obra abundante e barata, tal projeto se revelou fracassado em pouco tempo. Monteiro relata que desde 1598 colonos protestavam junto a Câmara Municipal de São Paulo pela presença constante dos jesuítas que desejavam intermediar as tratativas contratuais com os indígenas, dificultando os acordos previamente sonhados com a mão-de-obra abundante e barata:

Realmente, ficava claro que a partir do início do século XVII que a experiência com o trabalho livre havia malgrado. Revoltados com o obstáculo jesuítico, um grupo significativo de colonos emitia perante a Câmara em 1612, uma dura crítica aos aldeamentos. O problema de base, reclamavam, residia na falta de confiabilidade da mão-de-obra dos aldeados. A maioria dos índios recusava-se a trabalhar para os colonos, e mesmo aqueles que aceitavam não respeitavam as condições de pagamento, voltando para o aldeamento assim que recebiam seus vencimentos (metade dos quais depositada antecipadamente), sem cumprir os serviços satisfatoriamente. Os colonos atribuíram essa resistência ao controle absoluto exercido pelos jesuítas... Cada vez mais indignados, os colonos advertiam que sob as condições atuais os índios não serviam para nada; pelo contrário, chegavam a representar uma ameaça à Colônia, uma vez que sua concentração e isolamento permitiriam “que se levantem contra os brancos e moradores como nesta capitania tem feito e em outras partes deste estado”. Finalmente, os colonos resolviam que os aldeamentos não deviam receber “nem escravos nem serviços de brancos

senão que haja capitães homens que tenham especial cuidado e sejam suficientes para evitar e ordenar as coisas acima ditas...” (MONTEIRO, 1994, 46).

Para o historiador, o entrave jesuíta era potencializado pelo comando dos padres sobre as decisões dos indígenas. O resultado foi a ofensiva dos colonos. A partir de 1580, os colonos de São Vicente passaram a adentrar na mata em busca de mão-de-obra indígena, principalmente de mulheres e crianças. É o caso da “guerra-justa” contra os Carijós em 1585, em que os colonos redigiram documento endereçado a Coroa relatando a ausência de escravos e a impossibilidade da produção dos gêneros, o que privaria a capitania de honrar as responsabilidades com os dízimos (MONTEIRO, 1994, p.53) e a pesquisadora Ludmila Gomide Freitas alerta que esta falta de mão-de-obra foi um problema agravado pelas sucessivas epidemias que assolaram os índios, fator este que somado as guerras geraram um desastre demográfico para os indígenas da região (2006).

Contornando o fim dos primeiros cem anos de contato entre colonos, jesuítas e indígenas no território paulista, o historiador John Monteiro salienta:

Com o final do século XVI, o primeiro ciclo de relações luso-indígenas chegou a seu término. No curto espaço de duas gerações, os principais habitantes de São Paulo tinham vivido a destruição de suas aldeias e a desintegração de suas sociedades. E os poucos que haviam conseguido sobreviver a estas calamidades achavam-se completamente subordinados aos colonos e aos jesuítas. Já para os portugueses, o significado da conquista era duplo. Se por um lado, havia liberado terras para ocupação futura pelos colonizadores, por outro, ao diminuir e destruir as reservas locais de mão-de-obra, havia imposto a necessidade da introdução de trabalhadores de outras regiões, fato que implicaria a redefinição do papel e da identidade do índio na sociedade colonial (1994, p.55).

A simbiose descrita páginas atrás entre portugueses e indígenas na constituição do território paulista encontra em Sérgio Buarque referência igualmente importante²⁷. A provável ocupação recente (em relação ao século XVI) dos Tupis-guaranis na costa atlântica permitiu que o aprendizado da língua por parte dos portugueses facilitasse a comunicação com muitas comunidades ao longo da faixa litorânea. Os jesuítas, no trato colonizatório religioso e disciplinar nesta história portuguesa na América, contribuíram para a domesticação e adaptação da língua tupi no processo de conquistas portuguesas.

²⁷ Ao tratar das vestimentas e dos equipamentos dos colonos nas entradas, “organizadas pelas autoridades coloniais com financiamento da Coroa” (LIMA JUNIOR, 2010, p.45), Sérgio Buarque de Holanda escreve “entre portugueses e mamelucos, sobretudo nas terras vicentinas, o arco e a flecha entraram bem cedo no arsenal dos conquistadores, substituindo em alguns casos, as próprias armas de procedência européia” (HOLANDA, p. 76 *apud* LIMA JUNIOR, 2010, p.46).

Portanto, reiterando os argumentos, entre a explicação dos contornos do planejamento/interesses da colonização portuguesa na América, ficam as ausências materiais e humanas e/ou a presença de uma certa racionalidade de colonização a partir dos muitos citados “limites do possível”. Independentemente de qual explicação se fará mais presente em nossa narrativa, ou ainda, se a conjunção das duas (o que nos parece mais verossímil) deve vigorar na continuação do capítulo, percebemos em ambas o destaque de protagonismos diversos nestes processos²⁸.

Ainda no primeiro século da colonização a mudança do gerenciamento do território alterou a configuração da interiorização. Com a anexação da América lusitana ao domínio espanhol em 1580, a Coroa hispânica iniciou processos cartográficos para domínio e controle de seu vasto império colonial. A partir do trabalho de cosmógrafos e engenheiros militares, as *Relaciones Topográficas de Castilla y Geográficas de Índias* formam documentação preciosa, consideradas as primeiras representações desta natureza da costa brasileira. Se tomarmos o exemplo de Luís Teixeira, autor de “*Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*” de 1586, encontraremos uma carta intitulada “*Sam Vice te*” em que:

destacam-se as vilas de São Vicente, Santos, Itanhaém e “S. Amaro” (na ilha de Santo Amaro, ao que se sabe, jamais existente), bem como menção a “fazendas”, “caminho pera o sertão”, rios, o forte de Santa Cruz de Itapema, protegendo o acesso ao canal do Casqueiro, e as Fortalezas de “Sam Filipe” e “S. Thiago”, protegendo o acesso à Barra de Bertioga (BUENO, 2009, p.116).

Os mapas de autoria de Luís Teixeira contribuem para uma apreciação dos nomes das localidades, núcleos, fortes, caminhos e cidades, e ainda que as representações do território fossem marcadas pelo caráter subjetivo dos seus “artistas”, revelam a impressão contextual de um mínimo conhecimento das terras que rumavam ao interior paulista, e uma lenta e pouco significativa ocupação do litoral, como podemos perceber o destaque dado a São Vicente:

²⁸ Posto que esta pesquisa compartilha de uma perspectiva valorizadora das ações humanas, reconhecedora da posição-sujeito na História e crente de que todos, de alguma maneira, negociam com o seu tempo e espaço em que vivem com o sistema-mundo, não negligenciaremos possíveis jogos de interesses que compõe a dinâmica da interiorização do território paulista. Recuperamos a pergunta e o convite feito pelo historiador francês Bernard Lepetit: “Será que a história leva os atores a sério?” (2001).

Figura 8 – Representação de São Vicente (1586)



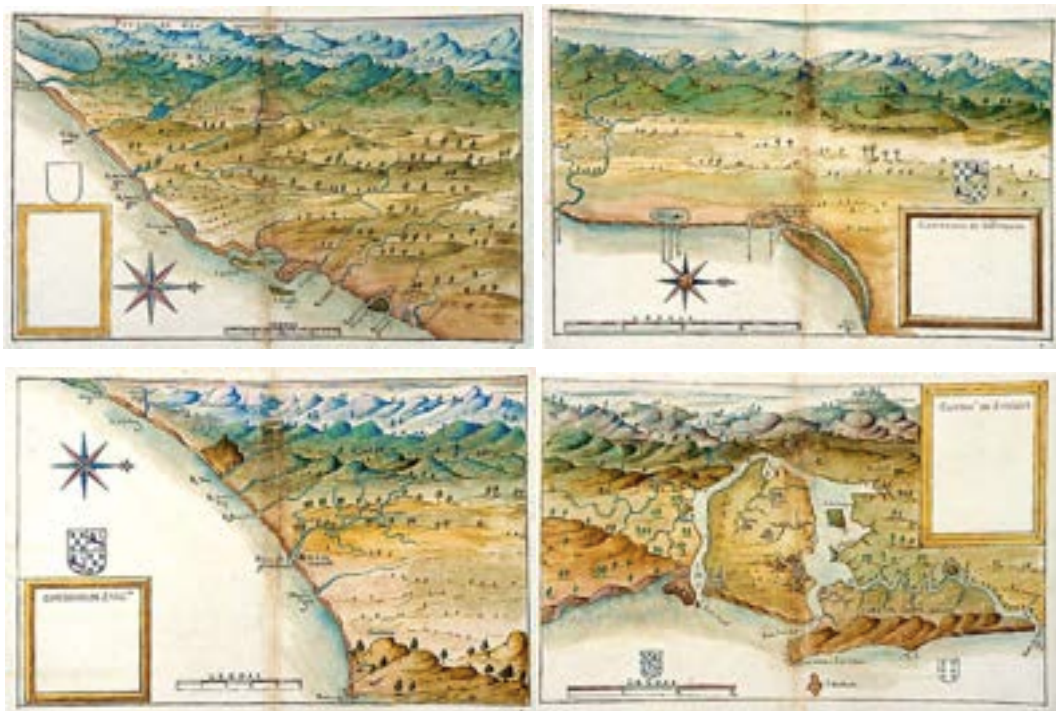
Fonte: *Sam Vicete*. In: *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Autor: Luís Teixeira. Datável de e c.1586. Original pertencente à Biblioteca da Ajuda – Lisboa. Reprodução da edição fac-similada do manuscrito. Lisboa: Tagol, 1988. (apud BUENO, 2009, p.118).

O registro acima data de 1586 e indica o “caminho para o sertão” (escrita invertida no canto esquerdo superior da figura), fato que nos permite inferir certo conhecimento e experiência dos colonos e jesuítas quanto as terras interioranas. Soma-se a vitória lusitana sobre a Serra do Mar e a fundação de núcleos urbanos ocorridos em tempos passados ao domínio

espanhol. Monteiro aponta para o fato de que somente no século XVII os paulistas se movimentaram em coletivo para o interior, dando as costas para o Atlântico e desenvolveram formas próprias para constituir a força de trabalho na nova região (MONTEIRO, 1994, p.57).

Numa série de representações do território paulista avaliada pela professora Beatriz Siqueira Bueno, fica evidente o caráter inicial e muitas vezes claudicante, subjetivo e fenomenológico destas experiências cartográficas. Em 1609 e 1631²⁹, como desdobramento dos trabalhos de Luís Teixeira, o cosmógrafo régio de Portugal, João Teixeira Albernaz, produziu documentação igualmente valiosa para visualização deste campo representacional:

Figuras 9, 10, 11 e 12 – Capitania de São Vicente segundo João Teixeira Albernaz (1631)



Fonte: BUENO, 2009, pp.119-121³⁰.

²⁹ Beatriz Bueno comenta que a obra de 1609, “*Relação das praças fortes, povoações, e cousas de importancia que Sua Magestade tem na costa do Brazil; fazendo principio dos baixos ou ponta de São Roque para Sul; do estado de defensão dellas de seus fruttos e rendimentos feita pelo sargento-mor desta villa Dioguo de Campos Moreno*”, era apenas um conjunto de relatórios com borrões e esboços não terminados; já a obra de 1631, “*o Estado do Brasil Coligido das mais sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde*” não, na medida em que desenvolveu ilustrações aquareladas e iluminadas em território português. A autora salienta que Albernaz nunca esteve no território brasileiro (2009, p.116).

³⁰ As figuras 8, 9, 10 e 11 devem ser lidas respeitando a ordenação da esquerda para a direita e de cima para baixo. Figura 8 - Teixeira Albernaz I, João (1631). “Estado do Brasil Coligido das. mais: sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde. Anno: 1631”. Carta 6a, 39 x 61 cm. Mapoteca do Itamaraty – RJ. Fotografia de Vicente de Mello; Figura 9 - *Capitania de São Vicente*. In: Teixeira Albernaz I, João (1631). “Estado do Brasil Coligido das. mais: sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde. Anno: 1631”. Carta 7a, 39 x 61 cm. Mapoteca do Itamaraty – RJ. Foto- grafia de Vicente de Mello; Figura 10 - *Capitania de S. Vic.* In: Teixeira Albernaz I, João (1631). “Estado do Brasil Coligido das. mais: sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João

Figura 13 – Capitania de Santo Amaro segundo João Teixeira Albernaz (1631)



Fonte: BUENO, 2009, p.121³¹.

A escolha destas imagens não apenas ilustra a dimensão do mundo colonial conhecido (realidade costeira conhecida diante da ignorância do interior) como indiciariamente nos convida a refletir a relação que o objeto artístico tem em relação aos territórios.

O uso das cores mais quentes, os contornos mais claros e a quantidade de registros escritos nos permite ler a obra como uma tentativa de ampliar a cartografia marítima para a costa americana – há nas obras aqui citadas uma supervalorização da experiência branca litorânea. O mar “já desbravado” contaminava a terra com seus substantivos enquanto a serra, natureza ainda misteriosa, não se desnudou facilmente aos curiosos olhos ibéricos.

As cores mais frias indicam a princípio a distância. O interior demandou da ignorância dos colonizadores um esforço do campo racional (cartográfico) de controle espacial de um território cujas possibilidades de “ser” eram diretamente proporcionais a criatividade e ao medo

Teixeira Albernaz, *Cosmographo de Sva Magde. Anno: 1631*”. Carta 8a, 39 x 61 cm. Mapoteca do Itamaraty – RJ. Fotografia de Vicente de Mello; Figura 11 - *Capitania de S. Vicente*. In: Teixeira Albernaz I, João (1631). “Estado do Brasil Coligido das. mais: sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cos- mographo de Sva Magde. Anno: 1631”. Carta 9a, 39 x 61 cm. Mapoteca do Itamaraty – RJ. Foto- grafia de Vicente de Mello (*apud* BUENO, 2009, pp.119-121).

³¹ *Capitania de S. Amaro*. In: Teixeira Albernaz I, João (1631). “Estado do Brasil Coligido das. mais: sertas notícias q pode aivntar, Dõ Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde. Anno: 1631”. Carta 10a, 39 x 61 cm. Mapoteca do Itamaraty – RJ. Foto- grafia de Vicente de Mello (*apud* BUENO, 2009, p.121).

lusitano. Mediante tais condições, como já visto por Jean Delumeau e Laura de Mello Souza, o paraíso ou o inferno poderiam se apresentar. As cores frias e distantes também reforçam o respeito dos colonos litorâneos frente as imposições da Coroa, ao passo que reiteram as léguas conhecidas e ocupadas (pelo menos, na teoria). As experiências das guerras com os indígenas, ou mesmo os sonhos de enriquecimento com a procura de ouro e prata “aparecem” nas ilustrações de Albernaz como um território incógnito, “atrás da serra”. O mesmo pode ser dito do trabalho de Luís Teixeira de 1586 (Figura 5), em que se percebe o contato com o sertão desconhecido a partir dos “caminhos para o sertão”, legenda exposta curiosamente como único registro escrito ao contrário.

Cláudia Damaceno Fonseca, estudiosa da ocupação do território mineiro, faz menções pertinentes a esta discussão. Na perspectiva da autora, a palavra sertão está intimamente relacionada a noção de “*espace étendu*” ou espaço bruto. Associado a esta ideia de “*étendu*”³², “o sertão pode ser descrito como uma superfície de contornos imprecisos, mas contínua, homogênea – e, na perspectiva do colonizador, como uma folha em branco sobre a qual virão se inscrever as marcas da dominação” (2011, p.52). Uma noção europeia para uma empreitada colonizatória articulada a um sistema-mundo também europeu. As cores frias e distantes contribuem para um “vir-a-ser”; um espaço a se tornar território.³³

Ainda sobre a polissemia da palavra sertão, a literatura nacional nos oferece João Guimarães Rosa e mais uma ampliação do conceito. Em “Grande Sertão Veredas” o autor nos empresta um contato mais próximo com a riqueza deste “desconhecido mundo” que se apresentou aos colonos. Frases como “o sertão é do tamanho do mundo” e “viver é perigoso” fizeram parte de muitos projetos de vida dos sertanejos brasileiros, não apenas dos mineiros da obra em questão. Imaginemos Riobaldos e Diadorins experimentando o sertão paulista como qualquer um de nós, no drama do desconhecimento de seus futuros, reconhecendo outra sentença do mestre: “Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (ROSA, 1965).³⁴ E, segundo a ótica indígena, veio.

³² “Estendido” em português. A tradução de “*étendue*” do francês para o português permite um campo de interpretação de sentido bastante rico - espaço com fronteiras ainda desconhecidas, limites a perder de vista em horizonte a desbravar. (Cf. FONSECA, 2011).

³³ Reconhecemos a importância de outros trabalhos que contornaram com excelência o termo sertão. Entre eles, a tese de Nísia Trindade Lima, “Um sertão chamado Brasil” (1999).

³⁴ Rayanne Kételle Ribeiro e Telma Borges da Silva produzem síntese muito feliz sobre a definição de Guimarães Rosa: “Assim, sertão ultrapassa toda possibilidade de delimitação, pois que ele é o viver, é o vivido, é o homem e tudo que o perpassa; é o demo; é ser forte, mas também é ser fraco; é aprender a viver; é questionar; é a terra e seus bichos que, por mais que haja seres perigosos, tem sempre um manuelzinho-da-croa que, segundo Candido, é “uma espécie de en- carnação da ternura” (CANDIDO, 2006, p. 113). É, além disso, o próprio homem, pois que um habita o outro. É por tudo isso que o sertão não cabe só a um lugar geográfico. Rosa, por meio dessa obra, nem

Podemos afirmar que até 1591, data da chegada do Governador D. Francisco de Souza, a capitania viveu, no que tange este campo imaginário sertanejo, realidades constituídas por elementos vinculados àquilo que a ignorância informava em contraste com o que a experiência testava. Somente com a nomeação de D. Francisco e o encaminhamento deste desejo por metais preciosos, os rumos do território interiorano paulista foram alterados. O novo governador, acompanhado por mineradores experientes, foi “serra acima” motivar e acompanhar a busca pelas minas de ouro.

Foi atribuída a ele, em 1596, a organização de três expedições simultâneas, principiadas em locais distintos (Bahia, Espírito Santo e São Paulo) que terminariam no rio São Francisco gerando ampliação da cartografia, pequenos resultados positivos e muitos índios aprisionados. D. Francisco retornou a metrópole para conseguir aprovação e patrocínio para seu projeto ambicioso. Retornando a São Paulo em 1608 como governador do sul e superintendente das minas, propôs uma articulação entre as práticas da mineração, da agricultura e da indústria, dinamizados pela mão-de-obra indígena. Apesar do otimismo inicial, mais uma vez a realidade vencedora frustrou os colonos – a descoberta de pequenas minas em Jaraguá, Parnaíba e Voturuna não produziram quantidade satisfatória de ouro (MONTEIRO, 1994).

A frustração de D. Francisco e seus parceiros de negócios não deve ser lida apenas como mais uma notícia das limitações da ocupação do território. Pelo contrário, Monteiro alerta que estas movimentações (ainda que pequenas e iniciais) planejadas por D. Francisco, em direção a uma articulação econômica para a região entre a mineração, a agricultura e a indústria, produziu efeito positivo na economia do planalto paulista. As entradas passaram a ser mais comuns e o discurso de procura pelo ouro sustentou argumentos para aprisionamento dos indígenas e conseqüente aumento do plantel de escravos. As entradas das duas primeiras décadas do século XVII foram mais “produtivas” do que aquelas do século anterior, pois produziram mais escravos e entraram com mais desejo e profundidade no território (MONTEIRO, 1994).

Um marco na história das entradas – o assalto dos colonos a Guairá em 1628, pontua o significativo aumento de cativos nos movimentos rumo ao sertão. Se lembrarmos de que as epidemias e as guerras contribuíram para a diminuição da oferta indígena na ótica portuguesa, as missões passaram a compor cenário sedutor aos colonos: oferta numerosa de índios catequisados, portanto, disciplinados e acostumados ao trabalho. Para Freitas, este movimento

um pouco simplória, nos demonstra através da fala de Riobaldo que o sertão não é apenas regional, mas universal” (2014, p.79).

foi tamanho que podemos reconhecer ataques dos paulistas em missões jesuíticas em regiões diversas: Guairá, Tape e até no Uruguai (2006, p.06).

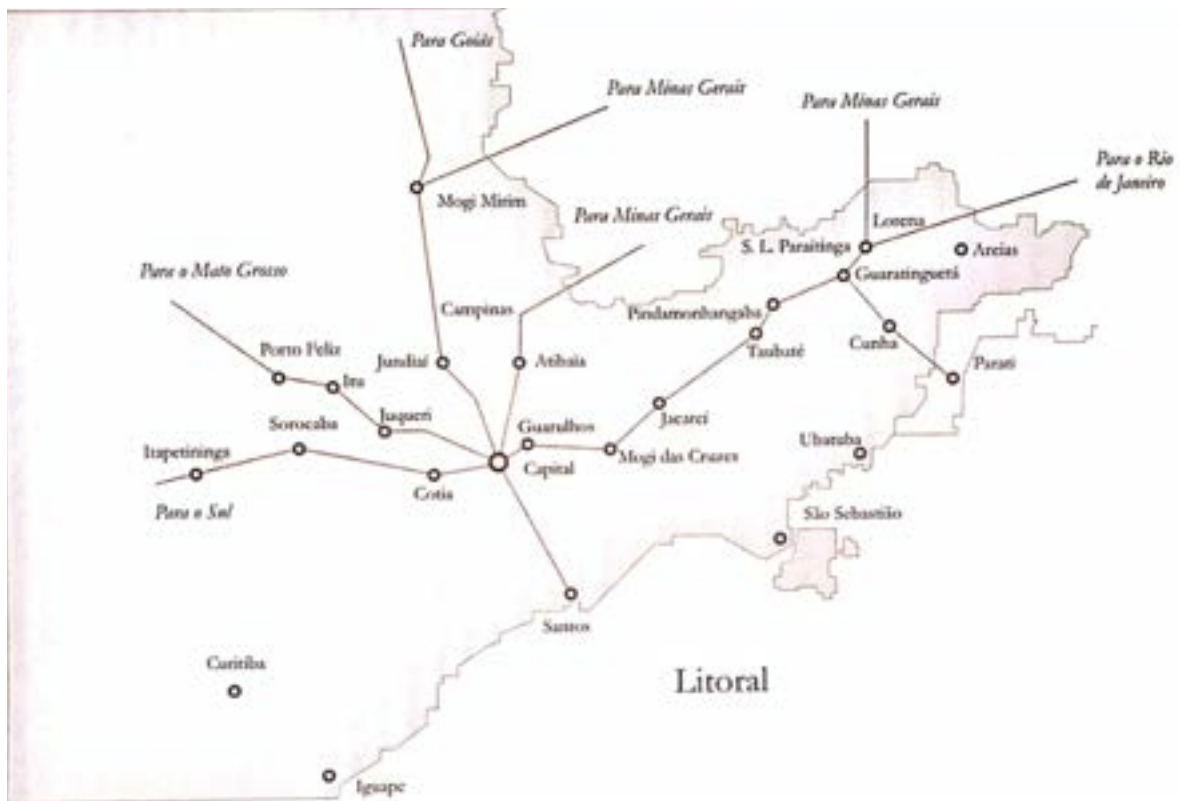
Os números são reveladores. Em 1632, Raposo Tavares fundou uma fazenda em Quitauína ao longo do rio Tietê, região entre as vilas de São Paulo e Parnaíba com plantel de 117 índios cativos. Outros participantes dos ataques de Guairá, os irmãos André, Domingos e Baltasar Fernandes usaram sua cota na partilha dos bens para fundação das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, respectivamente (MONTEIRO, 1994, p.79). A interiorização, nas primeiras décadas do século XVII, obedeceu a novos jogos de interesse, mais internos e cujas demandas se revelaram necessidade de mão-de-obra para a colonização e busca de enriquecimento rápido.

Os pesquisadores Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein realizaram pesquisas fundamentais para a percepção da evolução histórica do território paulista³⁵. Os autores nos auxiliam com a visualização das vilas e demais núcleos urbanos do interior a partir de reconstrução baseada na temporalidade do século XVIII. Ainda que miremos para um futuro de muitas décadas, é importante destacar que tal produção se realiza como importante para a visualização da interiorização durante o período entre o fim da União Ibérica (1640) e as primeiras décadas do século XVIII, uma vez que nenhum documento cartográfico³⁶ foi encontrado acerca deste contexto (BUENO, 2009):

³⁵ Cf. “História da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850” (LUNA; KLEIN, 2005) e “História Econômica e Social do Estado de São Paulo 1850-1950” (LUNA; KLEIN, 2019).

³⁶ Segundo Bueno: “Malgrado não ter sido cartografada entre o fim da União das Coroas Ibéricas (1640) e as duas primeiras décadas do século XVIII, a Capitania de São Paulo teve suas fronteiras bastante dilatadas em direção aos sertões do sul, a Minas Gerais, ao Mato Grosso e a Goiás, fruto da ação de vicentinos, taubateanos, ituanos e sorocabanos, só então alcunhados genericamente de “paulistas”. Quer devido ao combate às missões jesuítas e aprisionamento de índios, quer devido à incessante febre de busca de ouro, os sertanistas paulistas contribuíram, e muito, no processo de expansão dos contornos das fronteiras da América portuguesa além da Linha de Tordesilhas” (BUENO, 2009, p.124).

Figura 14 – Principais rotas de comércio e localidades de São Paulo no século XVIII



Fonte: LUNA; KLEIN, 2005, p.35.

As indicações propostas por Luna e Klein nos levam a refletir as mudanças ocorridas com os avanços dos colonos citadas por Monteiro. Do aprisionamento indígena a descoberta das minas, dos interesses locais e da mudança de atenção com que a Coroa disponibilizou para este território, as alterações cartográficas sobre este território durante as primeiras décadas do século XVII é clara: ampliação da ocupação colonial – novas fronteiras!

As terras do planalto paulista, em especial aquelas da região oeste da província (a oeste e a noroeste da capital), eram consideradas melhores para o cultivo, além de serem mais niveladas, elementos que contribuem para o desejo dos colonos em ocupação. A esta região, os rios Tietê, Atibaia, Piracicaba e Pardo já eram conhecidos e razoavelmente experimentados graças a simbiose lusitana-indígena que ultrapassava os cem anos. Já quanto ao litoral, Luna e Klein relatam divisão evidente: ao sul, de Santos até os limites com o território espanhol, vilas como Peruíbe, Itanhaém, Iguape e Cananéia eram relativamente pobres; já as vilas do litoral norte, de Santos até a região do Rio de Janeiro, eram beneficiadas pelos movimentos dos portos. Ubatuba e São Sebastião, por exemplo, produziram aguardente, açúcar e gêneros alimentícios (LUNA; KLEIN, 2005, p.33).

Enquanto a prática de aprisionamento dos indígenas crescia em São Paulo, há que se pontuar que a população da província não ultrapassou 20 mil pessoas nos anos finais do século XVII. Monteiro nos informa sobre significativo aumento do número de índios cativos após as primeiras décadas do século XVII, porém Luna e Klein apontam para dados mais cautelosos:

Com uma economia principalmente voltada para dentro e poucas ligações com o mundo exterior, a população da província cresceu lentamente. Embora os dados sejam limitados, a maioria dos estudiosos supõe uma população de aproximadamente 15 mil a 20 mil pessoas no final do século XVII, incluindo índios pacificados e mestiços. Já bem avançado o século XVIII, a população branca em São Paulo era pequena, superada numericamente pelos índios “civilizados”. Ademais, os brancos viviam tão isolados do resto da população branca da Colônia e da Metrópole que provavelmente quase todos não eram efetivamente mestiços. Os escravos africanos foram poucos antes de 1700, trazidos, ao que tudo indica, do Rio de Janeiro (LUNA; KLEIN, 2005, p.36).

Este cenário de lento crescimento demográfico apenas foi alterado com o último quartel do século XVII, momento em que a Coroa portuguesa reconheceu a crise do açúcar nordestino e apostou, com mais força e energia, nas entradas para o descobrimento dos metais preciosos no interior.

Como reconhecemos a natureza central europeia do sistema-mundo neste contexto, podemos lembrar da escrita de Braudel para compreender esta lógica de interiorização: “... A Europa recomeça na América. Oportunidade imensa para ela. Recomeça lá em sua diversidade, a qual se sobrepõe à diversidade do novo continente” (1996b, p.236). Esta relação entre os continentes produziu a riqueza em função do pacto colonial. O atendimento das demandas metropolitanas imperou sobre as economias americanas. Mais uma vez o historiador francês exemplifica:

... É de Sevilha, de Cádiz, de Bordeaux, de Nantes, de Rouen, de Amsterdã, de Bristol, de Liverpool, de Londres que tudo é controlado a distância. Para criar as fazendas, foi preciso mandar vir tudo do velho continente, os patrões, colonos de raça branca; a mão-de-obra, a dos negros da África (pois o índio das regiões litorâneas não suportou o choque dos recém-chegados); as próprias plantas exceto o tabaco. No que se refere à cana-de-açúcar, foi preciso importar ao mesmo tempo que a planta, a técnica açucareira, implantada pelos portugueses na Madeira e nas longínquas ilhas do golfo de Guiné (ilha do Príncipe, de São Tomé), de forma que estes mundos insulares foram todos pré-Américas, pré-Brasis... (BRAUDEL, 1996b, p.237).

Inegável relação da América portuguesa com o sistema-mundo capitalista em formação. Sobre isso, Wallerstein e Braudel consolidam plano teórico para as explicações exigidas na

tese. Talvez agora, após recuperação histórica dos primeiros duzentos anos de interiorização do território paulista, diante destes novos argumentos e documentos citados, revele-se os contornos periféricos da vida e da economia paulista na lógica do império português (e espanhol), haja visto os muitos protagonismos (e interesses) citados.

Escrito de outra forma, salientamos que os paulistas tentaram, a sua maneira, ocupar posição de destaque, mas não conseguiram. Os seus obstáculos eram muitos: a Serra do Mar, as guerras contras os indígenas, o clima, a falta de mão-de-obra, as leis proibitivas iniciais em entrar no interior da província, a pequena quantidade de portugueses para a colonização, a não descoberta rápida de ouro e prata, e, principalmente, a distância física da metrópole e do nordeste “verdadeiramente” açucareiro, elementos que impuseram aos colonos do sul uma realidade periférica.

Sobre estas práticas capitalistas periféricas articuladas aos movimentos centrais, Braudel comentou a existência de “Américas selvagens, cada qual com sua aventura peculiar” (1996b, p.243). No Brasil, exemplificou com o caso de São Paulo, com os bandeirantes, que buscavam ouro e índios nas matas; nos pampas argentinos ou no sul da Venezuela, senhores nascidos na Espanha comandavam seus rebanhos e boiadeiros (índios e mestiços) por meio da posição senhorial da terra – “um capitalismo à antiga (em que gado é igual a moeda)” (BRAUDEL, 1996b, p.243).

A percepção da longa duração braudeliiana nos é oportuna para dimensionar as estruturas e os vetores de interiorização paulista. Paulatinamente podemos ver cores, contornos e moldura desta tela. A sociedade se organizou inicialmente no litoral e caminhou como caranguejo, demorando a vencer a Serra do Mar e as diversas limitações para o interior. Uma vez vencido, o planalto viu formar suas primeiras vilas, demonstrando possibilidades de novas terras para plantio e mão-de-obra indígena para o trabalho na lavoura e enriquecimento dos senhores. O imaginário do ouro acompanhou os envolvidos – um sonho constante. O genocídio indígena e o trabalho jesuíta também. Colônia distante dos olhos vigilantes da Metrópole, sem deixar de estar, principalmente no litoral, sob a constante observação dos capitães donatários que disputavam fronteiras e testamentos. Aos poucos resumimos os primeiros duzentos anos de história de uma América selvagem resultado de um capitalismo civilizado europeu.

2.2. Sobre as novas interiorizações de São Paulo e as velocidades com que se ampliam as fronteiras (séculos XVII e XVIII)

Como vimos, durante o século XVI e parte considerável do século XVII o processo lento e gradual de inserção do território paulista no sistema mundo europeu foi marcado pela periferização de um espaço colonial que demorou a se mostrar em suas capacidades lucrativas. São Paulo, em especial, se organizou na aventura da sobrevivência e da ausência de abrigo privilegiado metropolitano. Comparado a região nordestina açucareira considerada mais interessante aos olhos ibéricos, o território paulista enfrentou outras limitações, como o difícil acesso ao planalto imposto pelos limites geográficos, o imaginário acerca dos indígenas (potencializado pelas guerras), as leis régias que castravam o avanço colonial e ainda o contexto português de limitados recursos humanos para o empreendimento colonizador.

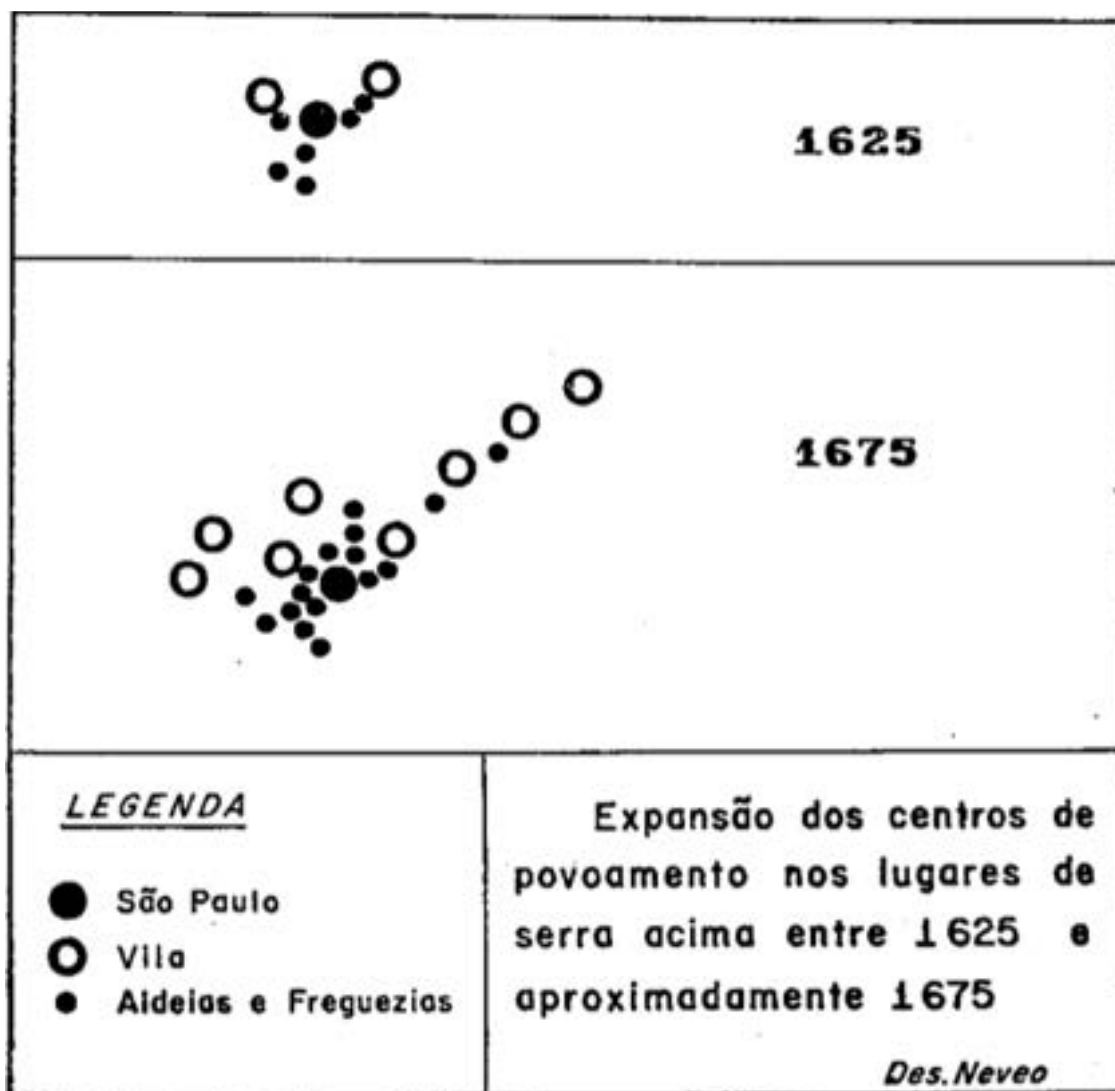
Não estranho, portanto, percebermos a criação das primeiras vilas e a percepção de um inicial e interessante (na visão dos colonos) movimento de aprisionamento indígena que, junto as reduções jesuíticas, davam contorno a conquista do interior e a sobrevivência econômica da região. A partir desta seção, voltamos a nossa atenção para a segunda metade do século XVII, contexto de relativa aceleração da ocupação do território.

Sérgio Buarque de Holanda em 1966 publicou um artigo denominado “Movimento da população em São Paulo no século XVIII”³⁷ e produziu inferências importantes sobre a ocupação colonizadora do planalto paulista nas primeiras décadas do XVII. Segundo o autor, a expansão paulista não obedeceu a nenhuma regra comum as demais regiões da América portuguesa. Geralmente, as cidades do planalto surgiam de um processo de “sangria” da vila de São Paulo, provocando muitas vezes desfalques significativos da sua população (1966, p.55). Por isso, muitas vezes quando observarmos o desenvolvimento das vilas e dos núcleos urbanos do sertão paulista nos séculos XVI e XVII não necessariamente podemos propor um aumento diretamente proporcional da população como um todo.

O esquema de Holanda contribui para uma visualização desta ocupação:

³⁷ Ilana Blaj corrige o título do artigo de Holanda: “Ressalte-se que por erro gráfico, no título do artigo, ao invés de século XVII imprimiu-se século XVIII.” (BLAJ, 2002, p.71).

Figura 15 – Expansão dos centros de povoamento nos lugares de serra acima entre 1625 e aproximadamente 1675



Fonte: HOLANDA, 1966, p.61.

O desenvolvimento das vilas e núcleos do planalto paulista a partir de 1620 é notório. O autor destaca que as vilas e as aldeias parecem de fato irradiar da capital e de seus habitantes. Logo em seguida, Holanda diferencia estes dois momentos de expansão paulista no século XVII com outros futuros, chamando-os de etapas de expansão e caracterizando o primeiro como difícil de ser compreendido uma vez que o ambiente dos números, advindos dos censos e da documentação nos arquivos, produzem certa imprecisão para pesquisa, diferente dos trabalhos que tomam a expansão do século XVIII e XIX.

Sobre pesquisas como a nossa, atenta a este movimento dos séculos anteriores, o autor convida a reflexão:

Quem procure abordar a primeira dessas duas etapas, correspondente, grosso modo, ao século XVII, e é a que no momento nos interessa, terá que entrar por força no campo das hipóteses. Alguns textos municipais, principalmente de fins do século anterior, ainda registram dados demográficos para a vila de S. Paulo. Se bem que imprecisos, não parecem inteiramente desprezíveis; num povo de tão reduzidas proporções, onde todos os indivíduos seguramente se conhecem, não é absurdo pretender que se saiba com razoável exatidão o número destes. Passado aquele tempo, no entanto, e à medida em que, com o correr dos anos, cresce a população, vão emudecendo os textos a respeito. (HOLANDA, 1966, p.62).

A vila de São Paulo possuía, segundo o autor, aproximadamente 171 moradores em 1590 e passou a ter 600 portugueses (ou luso-brasileiros) em 1636. John Monteiro credita a este crescimento uma forte presença da prática do aprisionamento indígena. Fixados na lucrativa busca por cativos indígenas no interior da colônia, os paulistas cresceram seus plantéis significativamente como demonstra o autor na Tabela 2:

Tabela 2 – Proprietários e índios, região de São Paulo, 1600-1729 segundo os inventários dos bens

Década	Proprietários	Índios	Posse média
1600-9	12	154	12,8
1610-9	49	863	17,6
1620-9	38	852	22,4
1630-9	99	2804	28,3
1640-9	111	4060	36,6
1650-9	142	5375	37,9
1660-9	148	3752	25,3
1670-9	138	3686	26,7
1680-9	159	3623	22,8
1690-9	71	1058	14,9
1700-9	63	948	15,0
1710-9	100	927	9,3
1720-9	40	435	9,9
1600-1729	1174	28537	24,3

Fonte: Tabela construída mediante dados levantados pelos Inventários de São Paulo e Parnaíba. IT, 1-44; AESP-INP, cxs.1-40; AESP-IPO, diversas caixas; AESP-IE, cxs 1-6. (MONTEIRO, 1994, p.80).

Os dados destacados indicam os resultados destes movimentos de captura indígena e sua dinâmica seiscentista. Percebemos que a chegada da mão-de-obra cativa entre os sessenta primeiros anos do século XVII apenas cresce. De 154 índios cativos divididos entre 12 proprietários na década 1600-9, passamos a 5.375 cativos compartilhados entre 142 proprietários no período 1650-9. Os dados revelam dinâmica interessante quanto ao número de proprietários, uma vez que aumentam até 1669 e depois alternam crescimento e diminuição até 1729. O número de cativos indígenas sofre alterações mais claras: crescimento exponencial até 1659 e depois decréscimo significativo até 1729.

Alguns fatores que Monteiro sugere contribuir para a variação do número de cativos são as epidemias, as revoltas e as fugas indígenas. Registradas em 1624, 1630, 1635 e 1665-6, as epidemias de varíola foram responsáveis pela morte de contingentes consideráveis de índios. A última foi tão avassaladora que demandou dos colonos no ano de 1666 grande expedição para captura de novos braços, visando recompor os plantéis (1994, p.157). Já quanto as revoltas e fugas, a partir de 1650 quando o número gigantesco de indígenas cativos chegou a razão de 8 índios para cada branco, inúmeras revoltas foram silenciadas de forma extremamente violenta (p.176).

O autor ressalta que desde a década de 1640 as expedições de aprisionamento passaram a buscar distâncias maiores (regiões do Araguaia e do Tocantins, por exemplo). Entre os motivos destacados deste crescimento dos números de cativos e de expedições, estão a necessidade de mão-de-obra para a agricultura e o posterior comércio de trigo. O trigo era consumido pelos homens brancos do litoral de toda a colônia e também pelos que estavam nas frotas portuguesas.

Se o desenvolvimento do planalto paulista se deu mediante as práticas econômicas de aprisionamento indígena, façamos a análise do número de habitantes da capital enquanto aumento do plantel de cativos. Chamemos os dados coletados por Nuto Sant'anna:

Tabela 3 – Número de habitantes da região de São Paulo, 1600-1700

Anos	habitantes	Anos	habitantes
1600-1605	374	1651-1655	534
1606-1610	534	1656-1660	438
1611-1615	483	1661-1665	471
1616-1620	530	1666-1670	370
1621-1625	600	1671-1675	441
1626-1630	541	1676-1680	471
1631-1635	625	1681-1685	758
1636-1640	772	1686-1690	513
1641-1645	806	1691-1695	332
1646-1650	503	1696-1700	290

Fonte: SANT'ANNA, N. 1951 *apud* HOLANDA, 1966, p.65.

Os dados de Sant'anna não apontam para um crescimento constante da população da vila de São Paulo do Piratininga no século XVII. Pelo contrário, uma variação bastante considerável. Se no início do século a vila contava com menos de 400 habitantes, percebemos que a quantidade de pessoas dobrou na década de 1640, caindo novamente entre 1640 e 1680. Apesar da recuperação em 1685, com 758 habitantes, o decréscimo para o fim do século foi muito grande, contabilizando menos de 300 pessoas em 1700. Para dimensionar comparativamente a América portuguesa à hispânica, San Luiz de Potosí, graças ao metalismo, era a cidade mais povoada de todo o continente em 1646 com cerca de 160 mil habitantes enquanto Sevilla não chegava aos 18 mil (SCHÜRMAN, 1999, p.156).

As duas explicações se complementam. Sérgio Buarque propõe pensarmos nas sangrias de São Paulo como apostas para ocupação do interior, busca de novas terras, fugas do aparato legal metropolitano (justiça), brigas entre familiares, etc; já John Monteiro potencializa as entradas e o desejo de enriquecimento pelos cativos indígenas. Se mesclarmos as duas tabelas em uma, perceberemos relações entre as explicações:

Tabela 4 – Relação entre número proprietários de plantéis de índios cativos, índios capturados e de habitantes da vila de São Paulo entre 1600-1700

Década	Proprietários de cativos indígenas	Índios capturados	Habitantes na vila de São Paulo
1600-1605	12	154	374
1606-1610			534
1611-1615	49	863	483
1616-1620			530
1621-1625	38	852	600
1626-1630			541
1631-1635	99	2804	625
1636-1640			772
1641-1645	111	4060	806
1646-1650			503
1651-1655	142	5375	534
1656-1660			438
1661-1665	148	3752	471
1666-1670			370
1671-1675	138	3686	441
1676-1680			471
1681-1685	159	3623	758
1686-1690			513
1691-1695	71	1058	332
1696-1700			290
1701-1705	63	948	534
1706-1710			438

Fonte: Combinação dos dados coletados de John Monteiro e Nuto Sant’ana (MONTEIRO, 1994, p.80; SANT’ANNA, N. 1951 *apud* HOLANDA, 1966, p.65).

De fato, a junção dos dados contribui para visualização destes movimentos e de como o número de indígenas capturados disponíveis em plantéis acompanha o aumento da quantidade de pessoas na vila de São Paulo. As décadas de 1640 a 1680 talvez tenham sido momento de virada entre um processo de ocupação lento e paulatino do planalto paulista para uma “sangria” de São Paulo e formação dos núcleos urbanos, aumento das entradas, aprisionamento dos índios de outras regiões, etc.

Casos isolados como a grande bandeira de Raposo Tavares, em 1648, tiveram por três anos contato com o interior da colônia, percorrendo de São Paulo a Belém, o rio Madera até o Amazonas; já casos comuns de colonos que não tinham os mesmos recursos, exploravam regiões próximas como o Vale do Paraíba. Monteiro lembra entre as décadas de 1640 e 1650 “foram instalados pelourinhos em Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí” (MONTEIRO, 1994, p.81); a oeste e ao sul, as vilas de Itu, Sorocaba e Curitiba; a noroeste, Jundiaí. Destes novos núcleos urbanos, novas promessas para outros horizontes paulistas:

As vilas do Vale do Paraíba, por exemplo, serviram de base as investidas na serra da Mantiqueira e na vasta região das futuras Minas Gerais... Jundiáí, por sua vez, situado no chamado caminho geral do sertão, orientava os colonos até os índios e minas de Goiás; já as vilas a oeste – Itu e Sorocaba – tornaram-se pontos de partida para o Extremo Oeste. (MONTEIRO, 1994, p.82).

Por mais que os números de aprisionamentos insinuem riqueza, há que se lembrar que as guerras, as doenças e enfermidades acompanhavam os cativos com certa frequência. Outro ponto de destaque é que muitos colonos utilizavam da prática do aprisionamento indígena, a partir de 1650, como forma de “remédio para pobreza”. A maioria, jovens, experimentavam os perigos do interior e das “armadilhas” para cativos visando galgar melhores condições de vida. A fundação de alguns arraiais nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso ocorreram como entrepostos para viagens mais complexas, visando abastecer os sertanistas. O caso da cidade de Batatais, por exemplo, desde 1663, faz referência a um ponto de passagem para o sertão partindo do rio Mogi (MONTEIRO, 1994, p.90).

Para além do aprisionamento indígena, Sérgio Buarque citou possibilidades interessantes para uma maior ocupação do “sertão”. A migração dos perseguidos pela justiça, a fuga ao recrutamento, conflitos entre os membros de uma mesma família, etc. Desta feita, pode-se assumir que o território paulista se movimentava num “vir-a-ser” constante, como vimos por meio de Sérgio Buarque e agora confirmado por Blaj (2002). O aprisionamento indígena, nesta perspectiva, se transforma em peça de um mecanismo complexo de interiorização.

As “guerras contra os bárbaros”, embates dos colonos contra os indígenas por todo o território colonial, contou na segunda metade do século XVII com a *expertise* dos paulistas. Muitas vezes em nome da organização de novas terras para criação de gado, diversos latifundiários financiavam e forneciam armas aos paulistas para o trabalho de “guerra justa”, fosse em 1677 contra os *Anayo* na região do São Francisco, ou em 1690, quando o conhecido Domingos Jorge Velho dizimou os *Janduim* nas regiões do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. (BLAJ, 2002, pp.94-95).

Para fins de interiorização, as guerras contra os bárbaros e o conseqüente genocídio auxiliaram a tomada do sertão colonial para fins econômicos, porém, como escreveu Monteiro, muito pouco contribuiu para a economia do planalto paulista. Como decorrência muitos soldados que não conseguiram trazer “seus índios” aprisionados para as terras do sul optaram por criar raízes no próprio caminho, em especial, no vale do rio São Francisco e no sertão do Piauí. Suas práticas econômicas cambiavam da guerra e aprisionamento indígena para a expansão da pecuária.

Outra questão que se arrasta entre os séculos XVI e XVII é a agricultura, mais precisamente a ocupação de novas fronteiras agrícolas. As entradas desbravaram caminhos e tornaram conhecidas áreas cultiváveis para o plantio de mandioca, milho, trigo e outros gêneros de interesse do contexto, por isso, a Câmara da cidade de São Paulo organizou diversas doações de sesmarias para colonos. “Entre 1600 e 1644, pelo menos 250 sesmarias foram concedidas, englobando as jurisdições (termos) São Paulo, Mogi das Cruzes e Santana do Parnaíba (incluindo territórios das futuras vilas de Jundiá, Itu e Sorocaba)” (MONTEIRO, 1994, p.104).

O motivo de recuperarmos esta questão agrícola é o fato de que o tempo do plantio e o necessário descanso da terra interferem na produção dos projetos de vida destes colonos. Como o tempo da roça raramente excedia o período de três anos, muitos abandonavam a terra e iniciavam plantação em áreas novas, virgens ou abandonadas anteriormente e já recobertas por matas. Visando angariar aquisição ou aumento de propriedades agrícolas, os colonos justificavam tal interesse mediante o argumento das “terras cansadas” – o que nos permite imaginar uma certa mobilidade frequente dos colonos e seus plantéis de índios cativos no planalto paulista (MONTEIRO, 1994, pp.104-106).

Com o desenrolar do século XVII, o litoral (e seus arredores) perdia lentamente a posição de único território cartografado da capitania. O planalto, mais próximo aos olhares dos colonos da capital e do mistério do sertão, assistia a violência dos aprisionamentos e a disciplina jesuítica às áreas virgens concomitante a racionalidade da mobilização das plantações. A interiorização seiscentista paulista incomodou a Coroa pelos excessos de liberdade da Câmara de São Paulo e a resposta veio como esperado – o aumento do aparato institucional. Ao longo do século XVII, a cada bairro novo ou núcleo populacional próximo as plantações, uma nova vila era fundada:

Reagindo a uma crise de abastecimento de cativos guarani, a partir de 1640... os colonos de São Paulo, Parnaíba e Mogi das Cruzes passaram a reorientar suas expedições para o Vale do Paraíba, onde as vilas de Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1653) logo brotaram. Posteriormente, a oeste e a noroeste, esta mesma expansão resultou na fundação das vilas de Jundiá (1655), Itu (1656-8) e Sorocaba (1661). Com uma pequena produção agrícola, baseada no trabalho indígena, estas novas vilas abasteciam as expedições que por ali passavam, servindo também como ponto de partida para novas viagens em busca de índios no sertão (MONTEIRO, 1994, p.109).

Monteiro escreveu sobre questão importante envolvendo as mudanças promovidas no sertão paulista na segunda metade do século XVII. Uma vez percebido um aumento de número de vilas e um maior aparato da Coroa sobre o planalto de São Paulo, percebeu-se também uma

diminuição dos plantéis de indígenas, de proprietários e de moradores da capital (Tabelas 2, 3 e 4). As “sangrias” da capital e os interesses dos paulistas passaram a ser observados mais de perto pela Coroa em razão de novos espaços burocráticos representativos da metrópole pelo interior paulista. cremos que, por isso, o aumento de núcleos urbanos não foi tomado necessariamente como afronta colonial, pelo contrário, e sim pela representação de certo avanço colonizador por meio de agentes “secundários”. Coincidência e influência (ou não) desta vigilância, a economia paulista viveu uma crise na transição do século XVII, percebida em números nas tabelas citadas.

A política local não auxiliou na construção de um ambiente estável. Na vila de São Paulo de Piratininga as famílias Camargo e Pires buscavam o poder na Câmara Municipal. Esta competição, resolvida em 1655 graças a uma concordata produzida pelo Governador Geral, alternava as famílias no poder e retirava os colonos não vinculados a esteira dos Camargo e Pires a possibilidade de alcançar as demandas dos grupos (MONTEIRO, 1994, p.201). Em outras palavras, muitos convites para a tomada do sertão foram produzidos para os colonos da São Paulo seiscentista.

Em resumo, a perspectiva da análise do sistema mundo e da longa duração nos permite ver analisar algumas características significativas do processo de interiorização do território paulista nos primeiros dois séculos de colonização. Atenta ao sistema-mundo, a interiorização respeitou a Metrópole e, por consequência, os limites do projeto colonizatório. Os seus agentes primeiros, gente de toda sorte e tipo, se dividiram entre os nobres amigos do rei (próximos ou não), os executores do genocídio dos indígenas (bandeirantes e jesuítas), e aqueles que de alguma forma, pelo comércio, pelas relações familiares, pelos ofícios distintos, acompanharam este processo alimentando-o e ressignificando-o.

Outro ponto deste processo, cuja relação se dá aos limites da natureza, impuseram via condições tecnológicas do contexto certa paciência do movimento das notícias que, seja por interesse, seja por êxito colonizatório, demoraram a chegar a Coroa. Enquanto isso, jesuítas e bandeirantes amedrontados no paraíso infernal colonial deram o tom da tomada do planalto paulista via violência, apresamento, guerra e subsistência, guiados pelo capital e pela cruz, ambos de matriz portuguesa.

No fim do século XVII podemos verificar uma mudança nos ritmos da interiorização dado a descoberta do ouro. As leituras sobre este momento são diversas. Como já salientado anteriormente, o campo historiográfico responsável pela narrativa da formação territorial paulista não é unânime: ora potencializa a pobreza da região, ora a capacidade dinâmica dos comerciantes locais frente as limitações. De início, cito as pesquisas de Caio Prado Jr. como

representantes de uma narrativa que aponta para uma abordagem da anulação da economia paulista:

Mas isto que fora a princípio a razão de ser da ocupação do território que constituiria São Paulo (sécs. XVI e XVII), foi também a causa da estagnação e decadência da capitania (séc. XVIII). Zona de passagem, São Paulo não chegou a formar, no período colonial, vida própria; a pequena mineração de lavagem que aí se praticou nos dois primeiros séculos, a insignificante agricultura ensaiada, de caráter puramente local não tiveram expressão alguma. As grandes fontes da vida paulista serão o comércio de escravos indígena, preados no alto sertão e vendidos nos centros agrícolas do litoral; comércio de gado que vem dos campos do Sul, e por aí passa com destino à marinha, inclusive e sobretudo o Rio de Janeiro; finalmente, quando se descobre o ouro em Minas Gerais, São Paulo será por algum tempo a única ou a principal via de acesso a ele. Todas estas formas de atividade se extinguem nos primeiros anos do séc. XVIII. O comércio de índios escravos declinara consideravelmente e já praticamente desaparecera; o fornecimento de gado para o Rio passará para os Campos dos Goiatacases e mais tarde para o sul de Minas... (PRADO JUNIOR, 1966, p.67).

Apesar de Caio Prado Jr repetir diversos pontos aqui desenvolvidos, tal como o argumento das “sangrias” da vila de São Paulo, citada anteriormente por Sérgio Buarque de Holanda ou mesmo a economia do comércio de cativos indígenas desenvolvida por John Monteiro, o tom quanto a dimensão do universo econômico é bastante singular. “Insignificante agricultura ensaiada” e “caráter puramente local” são expressões fortes, principalmente para quem assume o materialismo histórico como modelo interpretativo. Estas características últimas, em especial, não corroboram à leitura que estamos buscando realizar. Entendemos que as perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda (1966), John Monteiro (1994) e Ilana Blaj (2002) demonstraram maior cautela com a complexa rede que envolveu a dinâmica interna e os planos dos paulistas nos dois primeiros séculos de colonização³⁸.

A historiadora Denise Moura (2012), por exemplo, defensora desta perspectiva de valorização da dinâmica local, escreveu:

³⁸ Denise Moura (2012, p.75) cita alguns trabalhos que valorizam esta dinâmica interna: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; METCALF, Alida C. *Family and frontier in colonial Brazil*. Santana de Parnaíba, 1580-1822. Berkeley and Los Angeles, Califórnia: University of California Press, 1992; KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development*. São Paulo, 1765 a 1836. Berkeley: University of California, 1976; BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP; Fapesp, 2002; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000; MOURA, Denise A. Soares. *Sociedade move-diça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2006; ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. *Os caminhos das riquezas dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

... a cidade de São Paulo não foi um mero entreposto da cana produzida nos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá, o tradicional quadrilátero do açúcar⁷. A cidade também foi uma área formada por freguesias rurais produtivas, movimentadas pelo pequeno negócio das fábricas de aguardente, integradas a circuitos mercantis mais distantes, na costa da capitania, do continente e marítimo (2012, p.75).

Não propomos descaracterizar a crise econômica do fim do século XVII ao trazer elementos de dinamicidade as práticas comerciais paulistas, mas sim, no debate entre estas perspectivas, propor uma leitura mais respeitosa aos atores historicamente envolvidos. Escrito de outra forma, não desejamos reproduzir leituras que desvalorizem as tramas e tensões desenvolvidas pelos colonos, reiterando assim a opção metodológica da leitura sistêmica sem obliterar a dinâmica local. Nesta linha, Blaj concorda conosco:

A produção local de farinhas, milho, feijão, aguardentes e outros gêneros; a criação de gado; a existência de um comércio articulado com a região santista, que envolvia desde artigos básicos de primeira necessidade, como o sal, até tecidos, fitas, ferro e outras mercadorias; as tensões sociais daí resultantes, como, por exemplo, os motins sobre a moeda e os reclamos contra a carestia, fizeram com que São Paulo, a partir de meados do XVII, já pudesse ser vista como cada vez mais integrada a uma economia de mercado, e não como uma área voltada apenas ao consumo local... (2002, pp.115-116).

A perspectiva de um comércio ativo, mesmo com suas crises e limitações, permitiu a pequenos grupos e famílias tomarem o poder na região promovendo grande exclusão social. Entre pequenos gestos de riqueza/opulência dos senhores de terra e escravos e de pobreza extrema da maior parte da população, a historiografia paulista já registrou “de tudo um pouco”. Oliveira Vianna, em “Populações meridionais do Brasil”, originalmente publicado em 1920, comenta:

Porque, realmente, à proporção que nos aproximamos dos fins do II século, sentimos que as grandes casas paulistas vão perdendo progressivamente aqueles altivos costados aristocráticos, em que elas fundamentam o seu orgulho e a sua soberba, e a pureza do sangue, e o lustre, e os títulos, e os brasões das suas linhagens. Com o expandir das grandes famílias pelo interior, com o seu ramificar crescente, com a sua multiplicação em novas famílias frondejantes, os elementos puramente fidalgos, que lhes constituem, a princípio, o núcleo central, como que se vão dissolvendo e se esvanecem. Dessas novas famílias, difundidas pelo vasto interior rural, os troncos formadores já não são mais, como nos primeiros tempos, exemplares, autênticos e sem mescla, de fidalguia; muito ao contrário, o que se depreende das discriminações genealógicas de Taques é que são figuras mais ou menos obscuras, sem nobreza de sangue, sem tradições aristocráticas, às vezes, mesmo sem o *cursus honorum* das magistraturas locais. Quer dizer: genuínos

representantes dessa pequena nobreza rural que vemos formar-se, e crescer, e prosperar ao lado da grande nobreza. (2005, p.76).

A comparação que Vianna fez dos senhores paulistas a fidalguia europeia provavelmente foi construída com base na riqueza e representação dos chamados “barões do café” do século XIX. A realidade do autor, estereotipada em muitos aspectos, compõe mais um elemento para não exagerarmos na crença de uma riqueza além do indiciado nos documentos. Blaj, ao pesquisar as atas da Câmara da vila de São Paulo interpretou um universo complexo de tensões mercantis. A produção da região era comercializada tanto na região como em núcleos vizinhos. A economia é diversa e demonstrada na documentação: por exemplo, em 1688 percebemos um significativo e clandestino comércio de aguardente; em 1690, o comércio de tecidos, feijão, milho, farinha e carnes; até 1730 “o plantio da mandioca, feijão, milho, arroz, trigo, algodão e frutas, além da criação de gado e de porcos” (2002, pp.105-107).

Ainda neste contexto, Ludmila Gomide Freitas nos relembra que a paisagem do planalto paulista era predominantemente rural. A vila de São Paulo era como um prolongamento natural do campo (FREITAS, 2006, p.97). Ainda que a Câmara de São Paulo pode meio de produção de um conjunto significativo de atas possa comprovar sua representatividade conciliatória e revelar que as demandas locais resistiram ante a imposição do projeto metropolitano, ao cabo, Ilana Blaj nos relata que muitos vereadores faltavam as reuniões e justificavam suas ausências devido a necessidade das viagens para sertão.

Blaj sustenta que nestes casos os vereadores eram prontamente substituídos para validar a força do grupo, ou seja, da importância da Câmara em sua função conciliadora (2002). De nossa parte, ao observarmos o processo de interiorização e as nuances ou os interesses locais, tomamos como positiva a perspectiva ambivalente destes mundos e representações. Nos parece, por fim, que tal “pobreza” paulista pode aparecer de várias maneiras e tons, mas não encontramos, ainda, pesquisa que rompa os limites da condição histórica periférica.

Enfim, na última década do século XVII o achado do ouro, portanto, alterou mais uma vez a velocidade do processo de interiorização. Sérgio Buarque relata que as minas encontradas no sertão dos Cataguazes era “um vitorioso remate de um esforço sem trégua” (1964, p.110). Apesar de (certa) crise econômica no planalto paulista, as primeiras notícias de ouro nas Minas Gerais geraram aos homens da região de Pindamonhangaba e Taubaté aproximação dos comerciantes cariocas. Enquanto Caio Prado Jr. e outros caracterizam a transição do século XVII para o XVIII como decadente para as capitânicas paulistas, Blaj defende posicionamento contrário:

Dessa forma, assistimos no final do século XVII, após a descoberta das minas, não a uma nova configuração da vila nem a uma ruptura brusca com o padrão anterior, ao contrário, à consolidação de todo um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite local. A articulação com o núcleo mineratório dinamizará este quadro mas não será, de forma alguma, responsável por sua existência (2002, p.125).

De qualquer maneira, o planalto paulista assistiu um crescimento muito significativo de pessoas (colonos e indígenas) durante o século XVII, responsável por uma complexa rede de interesses e conflitos, mediados em parte pelos homens da Câmara de São Paulo. A simbiose indígena-lusitana estava presente nas roupas, casas, alimentação, símbolos e rituais cotidianos. A divisão dos trabalhos e as práticas econômicas se articularam ora aos problemas gerados pelas fugas e revoltas, ora pela catequização e incorporação indígena. As bandeiras diminuíram no passar das décadas assim como os plantéis de cativos. As mudanças promovidas diante da necessidade da preservação da população paulista geraram muitos e novos projetos de vida ao século XVIII que anunciava.

Projeto antigo ibérico para a América portuguesa, o ouro só atendeu aos sonhos lusitanos a partir das notícias advindas nos anos finais do século XVII. A bandeira de Fernão Dias Pais saiu de São Paulo em 1674 e buscou o metal tão procurado até mesmo depois da morte de seu comandante em 1681. Este grupo encontrou pequenas jazidas próximas ao rio das Velhas, mas nada que de fato tenha chamado a atenção da Coroa. Outras expedições, saindo de Taubaté e de alguns núcleos do Vale do Paraíba na década de 1690 provavelmente encontraram a quantidade de ouro necessária para promover a “corrida do ouro” na bacia do rio Doce (FONSECA, 2011, pp.62-65). Cláudia Fonseca descreve os descobrimentos de ouro nas Minas Gerais como os “mais espetaculares tendo sido os do vale do ribeirão de nossa senhora do Carmo e, não longe dali, da serra do ouro Preto – verdadeiros Eldorados que atraíram um enorme fluxo de aventureiros” (FONSECA, 2011, p.65).

Dos caminhos praticáveis entre os territórios paulista e mineiro, o historiador Charles Boxer indica duas possibilidades. A primeira e mais antiga era a proposta inicial, o caminho feito pelas bandeiras advindas de São Paulo que penetraram a região do sul de Minas até as ramificações superiores do rio São Francisco; este trajeto era conhecido como “Caminho Geral do Sertão” e acompanhava o rio Paraíba, a Serra da Mantiqueira sentido norte até a bifurcação entre os rios das Velhas e Doce; já a segundo, “o caminho novo”, datado de 1700 se iniciava do porto de Parati no litoral carioca e ia encontrar o “caminho velho” na região do vale do Paraíba (em Pindamonhangaba) (BOXER, 1969, p.62).

O ponto que percebemos interesse em registro é que a interiorização do território mineiro tem suas marcas territoriais distintas da paulista. Nas palavras de Fonseca, a ocupação do território em função de novas descobertas de minas de ouro revelou uma interiorização centrífuga. A partir de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro, um centro de irradiação de novas investidas que buscavam exploração de mais oportunidades auríferas. A figura 13 propõe uma visualização mais atenta da interiorização do território mineiro em relação as demais interiorizações nacionais no contexto:

Figura 16 - Itinerários das principais expedições oficiais, que partiam do litoral do nordeste (“entradas”, em pontilhado), e das expedições que saíam da região de São Paulo (“bandeiras”, em traço contínuo).



Fonte: HOLANDA. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. *apud* FONSECA, 2011, p.236.

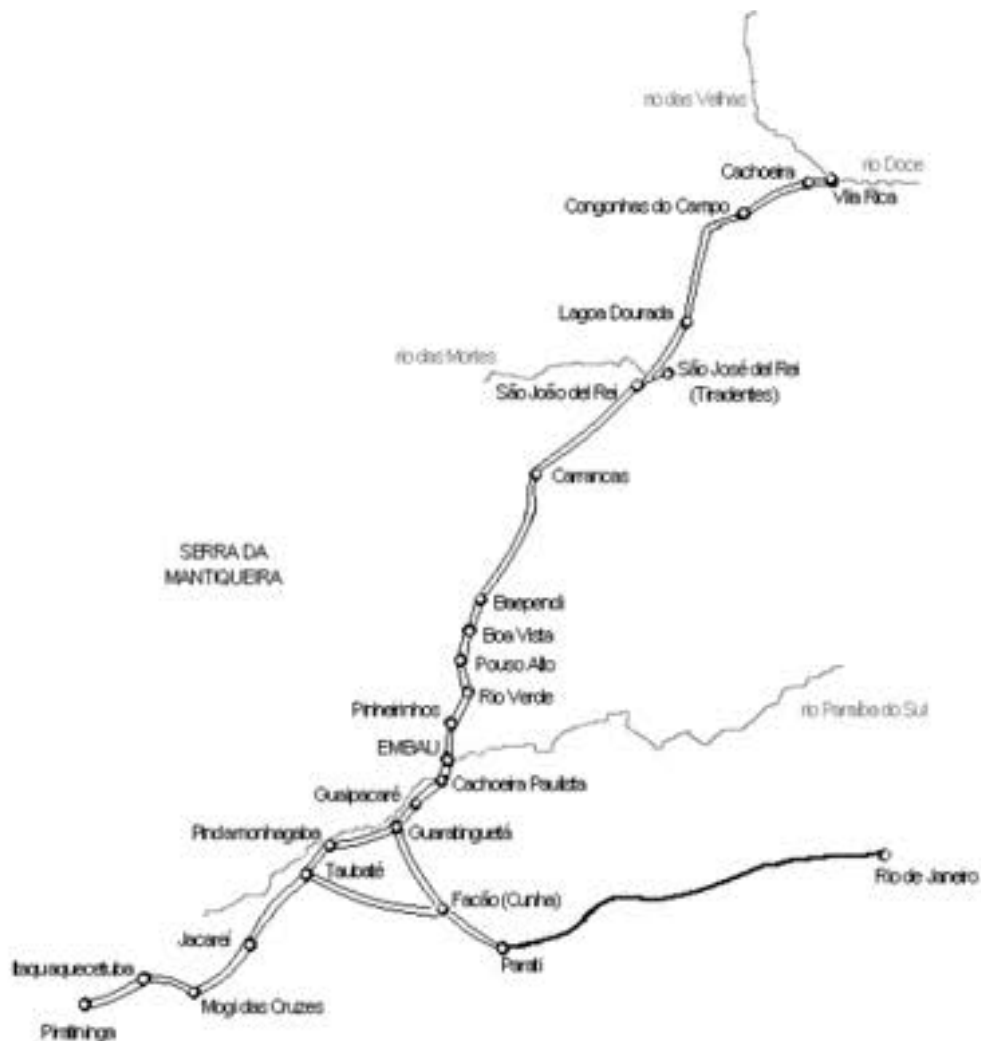
A interiorização mineira teve participação de várias etnias nas estradas e caminhos para a nova capitania. Do planalto paulista, dias de viagens separavam os novos núcleos urbanos e as famosas minas e jazidas e no percurso, índios caiapós e quilombolas eram encontrados com frequência.

A relação entre a Coroa e colônia passou por transformações. O ouro produziu novas formas de organização do espaço aumentando a vigilância metropolitana. Como Vera Alice Cardoso Silva expõe, muitas foram as razões que impulsionaram iniciativas de construção e ampliação da estrutura administrativa e judicial para o cotidiano da região mineira (2008). Afinal, a produção do ouro não deveria ser feita sem fiscalização adequada, considerando as questões que circundavam o universo das minas como a manutenção da ordem pública, a concessão de direitos de lavra e as cobranças dos impostos. Respeitando o processo de colonização centralizador encabeçado pelos ibéricos, a jurisdição de autoridades do Rio de Janeiro iniciou a administração das minas, depois, mudou de mãos e passou para São Paulo, e, por fim, à estrutura da própria capitania de Minas Gerais, criada a partir de 1720 para tal função.

A criação das fronteiras entre São Paulo e Minas é parte das ações metropolitanas de contenção das aventuras paulistas e de quaisquer outros colonos interessados nas riquezas do território. A Coroa não apenas taxava a extração dos metais preciosos como também da economia responsável por seu abastecimento. Imaginemos a pluralidade de ofícios que pulularam nas primeiras décadas do século XVIII na região, como comerciantes de todas as sortes, marceneiros, mecânicos, ourives, ferreiros, alfaiates, artesãos das mais variadas *expertises*, enfim, todos pagavam impostos e contribuía para o enriquecimento dos cofres portugueses (SILVA, 2008).

A interiorização, como percebemos, atenta às posições do capital, se movimentou em um tabuleiro de regras e interesses coerentes. A figura 14 sugere a forma com que a história paulista adentra na Província do ouro, deixando para trás certa amargura bandeirante pela “riqueza não compartilhada”. A partir do trabalho de Paulo Paranhos, observamos a forma com que o antigo caminho cortava as duas províncias próximo ao litoral.

Figura 17 - A Passagem Bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais



Fonte: PARANHOS, 2005, p.20.

Esta imagem permite conectar o território do Vale do Paraíba ao complexo do ouro, porém, sozinha, não expressa as dificuldades históricas vivenciadas no processo desta relação. Mais uma vez, a violência nos parece recorrente nesta narrativa da longa duração da interiorização do território paulista. Se as guerras contra os indígenas foram fundantes para o estabelecimento da vida paulista, principalmente no processo de conquista do planalto e, posteriormente, por meio das entradas e bandeiras para comercialização da mão-de-obra cativa indígena, o século XVIII nos permitiu o retorno da guerra por meio dos desejos articulados ao (novo) ouro.

Charles Halph Boxer, professor emérito da Universidade de Londres, publicou em 1962 o trabalho intitulado *“The Golden age of Brazil – 1695/1750”*, traduzido para o português como *“A Idade do ouro no Brasil (dores do crescimento de uma sociedade colonial)”*. Se o senso

comum costuma defender que traduções são ressignificações e que muitas vezes devem distorcer expressões na língua original, o resultado da tradução do título desta obra é, para nós, ressignificação promissora.

Para o autor, a chegada dos paulistas não foi a única nas minas de ouro, afinal, colonos advindos das regiões da Bahia, Pernambuco, entre outras regiões, buscavam o mesmo objetivo. Os primeiros conflitos entre paulistas e “outros colonos” possibilitou a união destes inimigos comuns a um grupo recém-chegado – os emboabas. Boxer cita que o termo emboaba se origina de língua indígena e é carregado de teor pejorativo. Os paulistas, contra “todos os invasores”, e os “colonos de outras regiões” somados (ou não) aos portugueses representantes da Coroa (emboabas), teriam vivido na década do 1700 diversos conflitos.

Caso conhecido e gerador de diversas guerras ocorreu em 1707, quando dois líderes paulistas foram linchados por uma turba de emboabas no Arraial Nôvo e, no ano seguinte, o paulista Manuel Borba Gato (superintendente das Minas) baniu Manuel Nunes Viana (um dos líderes emboabas) do distrito de Caeté por querer resolver contenda particular com um duelo. Ainda 1708, ataques e mortes entre paulistas e portugueses acirram o clima entre as partes. Ao cabo, os emboabas promoveram a expulsão dos paulistas e conduziram Manuel Nunes Viana como novo governador interino da região mineira (BOXER, 1969, pp.87-90). Nas palavras da pesquisadora Vera Silva, os paulistas mantiveram oposição contra os súditos portugueses até a década de 1720 (2008)³⁹.

As guerras nas minas chegaram aos ouvidos da Coroa promovendo a já citada mudança da estrutura burocrática colonial. Primeiro sediada no Rio de Janeiro, depois na cidade de São Paulo com a criação em 1710 da “Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro” (BOXER, 2008, p.103), para no fim, em 1720, a separação das duas visando aumento da fiscalização e controle da região.

Luna e Klein nos narram que em 1730 a abertura de um novo caminho⁴⁰ para as Minas contribuiu com a decadência de São Paulo. Mais curto em relação aquele que passava pelo território paulista, posto que trilhava diretamente a cidade do Rio de Janeiro às Gerais, retirava a necessidade do trânsito em suas terras. Além disso, com o desenvolvimento do ciclo aurífero, muitos agricultores se instalaram e Minas Gerais gerando maior competição no mercado. Para

³⁹ Para maiores informações sobre os conflitos entre os paulistas e os portugueses pelo controle das minas, conferir a obra de BOXER (1969).

⁴⁰ Encontramos na pesquisa de Ênio Sebastião Cardoso de Oliveira a descrição: “No cenário político e econômico colonial, o “Caminho Velho” teve uma grande importância, sobretudo por manter o status de ser a única “Estrada Real”, isto é, o único caminho autorizado pelo governo colonial para a circulação de metais preciosos, de pessoas e mercadorias em direção às áreas mineiras até o ano de 1710, data da abertura do chamado “Caminho Novo”, que ligava diretamente o Rio de Janeiro às regiões produtoras de metais e diamantes.” (2016, p.10).

pensarmos as consequências para a população das duas capitanias, os censos indicam que por volta de 1768 a cidade de São Paulo tinha 83 mil pessoas enquanto as poucas décadas de povoamento da região mineira já registravam mais de 200 mil habitantes.

A historiografia aqui parece-nos promover visões diferentes: ora uma acentuada crise paulista do século XVIII, acompanhando uma certa percepção histórica das derrotas desta capitania e de considerável diminuição de sua produção agrícola, ora narrativa de um certo avanço da economia paulista comercial servindo como abastecimento do próprio complexo mineiro. Sobre a primeira postura, Ilana Blaj cita alguns argumentos significativos que poderiam conduzir para uma percepção do empobrecimento da população de São Paulo, seja na percepção do viajante francês Saint-Hilaire, seja na fala de José Joaquim Machado d'Oliveira:

Desde a descoberta das Minas Gerais, a população da capitania de São Paulo não cessou de diminuir. Os emigrantes a empobreciam com as despesas que eram obrigados a fazer para os preparativos de viagem. Por falta de braços, as terras permaneciam incultas e o gado ficava abandonado: as habitações caíam em ruínas... (SAINT-HILAIRE *apud* BLAJ, 2002, p.212).

Desde a descoberta de Minas Geraes a população da capitania de São Paulo não tinha cessado de decrescer, e se extenuava sangrada sucessivamente e com rapidez por sua emigração para a região do ouro. Os que a abandonavam empobreciam ou se individavam por despesas antecipadas, que eram obrigados a fazer para os preparativos da viagem, dando em garantia das dívidas assim contrahidas os bens que deixavam. As terras ficavam sem cultura por carencia de quem as roteasse; a industria pastoril paralisara-se extraviando-se os rebanhos; as povoações cahian em ruina (D'OLIVEIRA *apud* BLAJ, 2002, p.212).

O sonho dos colonos paulistas de enriquecimento rápido parece ter sido rapidamente extinguido por parte do controle metropolitano. Se estávamos vendo uma paulatina exploração agrícola das terras virgens do território recente do interior, tal movimento cessa com a pouca promessa de movimentação econômica. John Monteiro potencializa esta versão, ao narrar que “muitos homens abandonaram seus modestos sítios em prol da fortuna, alguns poucos tornando-se ricos nas distantes minas das Gerais, Mato Grosso e Goiás...” (1994, p.226), porém, entre aqueles que decidiram ficar “a idade de ouro significou o aprofundamento da pobreza rural, processo já em marcha desde a segunda metade do século XVII com o vertiginoso declínio da escravidão indígena” (1994, p.226).

Ao observar a economia paulista como menor em relação a vizinha, o autor complementa:

Mas, se no século XVII as maiores unidades paulistas produziam basicamente gêneros alimentícios – sobretudo o trigo – para o mercado litorâneo, na época do ouro a agricultura paulista contribuiu pouco para o mercado mineiro, apesar dos preços inflacionados que atingiam o milho e o feijão. A julgar pelos documentos oficiais da época, a maioria das transações com as minas envolvia aguardente, escravos e, sobretudo, gado (MONTEIRO, 1994, p.224).

De fato, o que parecem ser argumentos para a depreciação da economia paulista servem, também, como pista para contornarmos a transformação que os colonos realizaram visando sobrevivência nesta natureza periférica ao capital. Derrotados nas guerras, limitados pelos interesses centrais, a saída pelo comércio e a alteração das práticas agrícolas de subsistência é tática prevista em pesquisas. Para a pesquisadora Maria Luiza Marcílio, podemos perceber que “... Após a época tumultuosa das expedições no longínquo interior, os paulistas tornaram-se mais sedentários e se ocupavam do comércio” (1973, p.22).

Luna e Klein registram que desde meados do século XVI percebe-se a produção de açúcar e aguardente na região visando as demandas locais, uma vez que a dificuldade de transporte e a carência de mercados impunham a população local os obstáculos conhecidos (2005, p.26). Uma vez as demandas das minas convidarem o aumento da produção, os paulistas passaram a suprir parte deste comércio em detrimento de uma prática quase exclusivamente agrícola.

Outro impacto considerável desta mudança de comportamento econômico é a introdução da mão-de-obra escravizada negra, notada significativamente a partir dos anos 1700 (LUNA; KLEIN, 2005). O desgaste da mão-de-obra indígena é concomitante ao período da entrada da mão-de-obra escravizada negra. Primeiramente, com a corrida dos paulistas pelo ouro das Gerais, parte dos plantéis de indígenas migrou para o território aurífero visando contribuir com a mineração de seus senhores. Outro fator foi a mudança dos interesses bandeirantes, agora atentos ao projeto de enriquecimento com os metais preciosos – a diminuição de entradas e expedições de aprisionamento naturalmente contribuiu para a diminuição do número de indígenas escravizados.

Considerando esta transição, John Monteiro nos relembra a mudança de mão-de-obra ocorrida para “todos paulistas abastados no início do século XVIII” (1994, p.220), porém, acreditar que tal alteração tenha ocorrido de forma abrupta é equivocado, posto que o processo lento e gradual de incorporação dos negros como escravos no território paulista foi confirmado apenas na segunda metade do século, junto a expansão da economia da cana-de-açúcar. De certa maneira, diante do cenário de crise entre os paulistas proposto no início do século XVIII, a

escravidão negra era mais uma oportunidade de ganhos. Monteiro relata duas possibilidades de trato comercial:

Nesse sentido, antes de mais nada, a expansão da escravidão africana em São Paulo nos anos iniciais do século XVIII refletia mudanças importantes na organização econômica do planalto, as quais estavam intrinsecamente ligadas à emergente economia mineira das Gerais. Basicamente, a escravidão africana assumiu dois aspectos nitidamente diferentes, embora complementares. De um lado, enquanto mercadoria a ser fornecida para as minas, o comércio do escravo africano colaborou para a transformação de São Paulo em entreposto comercial. Do outro, alguns escravos negros foram integrados às grandes propriedades rurais da região (1994, p.223).

Ainda que o comércio de escravizados negros atendesse a uma parcela pequena de latifundiários e poucos comerciantes, ambos privilegiados na estrutura social que pouco promessa fazia ao futuro da colônia, o autor considera o transporte como fator preponderante para observação das escolhas econômicas paulistas do período. Dependendo da origem dos produtos, o transporte de milho, feijão, trigo, aguardente, escravos e gado, envolvia tempo de viagem de até dois meses, com “cavalgadas e negros carregados” (1994, p.224), condição exigente de uma decisão pelo aumento dos custos ou pela escolha de regiões próximas as minas para produção. A escolha da segunda opção, mais vantajosa, orientou novas ‘sangrias’ nos núcleos urbanos e mais uma reorientação da interiorização paulista.

A “crise” paulista também é revelada no campo político. Marcílio relata que em 1748 a capitania passou para a Jurisdição do Rio de Janeiro. A cidade de São Paulo perdeu o status de “capital de Capitania” (1973, p.21). A recuperação da autonomia ocorreu apenas em 1765, já em período de relativo desenvolvimento econômico graças a cana-de-açúcar.

Até o final do século XVIII, a capitania possuía dezessete vilas mais a capital. Destas, “apenas nove estavam localizadas no planalto, nenhuma delas a mais de duzentos quilômetros do mar” (LUNA; KLEIN, 2005, p.32). Das regiões paulistas descritas por Luna e Klein neste contexto, podemos perceber uma divisão bastante interessante:

a) o planalto, onde se localiza a capital. Importância política e econômica e de onde se ‘sangrava’ a população para o movimento de ocupação das demais regiões;

b) o Vale do Paraíba, a segunda região mais importante depois do planalto, tendo em vista a presença de terras muito férteis, porém por estar localizado entre serras, o plantio irregular nas encostas das montanhas gerava desmatamento rápido;

c) O Oeste Paulista, região a oeste e a noroeste da capital. Possuía solos mais nivelados cobertos de densas florestas. Lentamente desbravados e não mais distantes do que cem quilômetros São Paulo, materializada com o aparecimento dos núcleos urbanos de Jundiaí e Itu;

d) O litoral, dividido em norte e sul, apresentava realidades distintas. Apesar de ser a região por mais tempo ocupada, não gozou de grande importância para a capitania neste contexto. Ao sul (Santos até São Vicente), Cananéia, Iguape e Itanhaém as dificuldades eram maiores e a pobreza acompanhava seus moradores. Já ao norte (Santos até Rio de Janeiro), os portos de Ubatuba e São Sebastião aproveitavam a aproximação com a capitania enriquecida.

e) O Caminho do Sul era a última das regiões citadas. As estradas que partiam da cidade de São Paulo e rumavam “às pastagens meridionais do Brasil” (LUNA; KLEIN, 2005, p.33). Aproveitando a demanda por transporte de mulas já citado, este caminho ganhou espaço na economia paulista a partir de cavalos, muars e bovinos, atendendo aos mercados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. O mapa 4 nos permite visualizar as regiões com mais acuidade:

Mapa 4 – Principais regiões de São Paulo no início do século XIX



Fonte: LUNA; KLEIN, 2005, p.34.

O mapa 4 nos oferece condições de visualização desta regionalização, logo, do estado da arte desta interiorização já no século XIX. Diante do que sabemos, esta dinâmica sistêmica entre a periférica capitania paulista e as necessidades econômicas diante das demandas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, envolveram pobreza, violência e o descaso metropolitano. Estas características da colonização muitas vezes se acentuaram nas regiões mais distantes do ouro,

como o litoral sul, região em que os paulistas dos “Caminhos do Sul” souberam se reorganizar para driblar os obstáculos da distância. Riqueza? Não. Descaso metropolitano? A historiografia vez ou outra indica ações de governantes atentos a região visando ocupação e defesa das fronteiras. Violência? Não nos parece que deixou de ser parte da história da capitania, interiorizando-se ou não.

Para compreender as diferenças econômicas entre as metades do século XVIII, os dados apresentados por Luna e Klein relativos a capitania nas décadas de 1760 e 1770 nos permitem observar melhor a interiorização mediante características e contornos específicos:

Tabela 5 – População e riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1777

Regiões	Livres	Escravos	Total	Razão de masculinidade de escravos
População 1765/1768				
Vale do Paraíba	11.185	3.727	14.912	137
Região da capital	19.439	8.868	28.307	117
Oeste Paulista	6.000	2.734	8.734	130
Caminhos do sul	14.325	3.910	18.235	143
Litoral	9.598	4.094	13.692	149
Total	60.547	23.333	83.880	131
População 1777				
Vale do Paraíba	18.102	4.901	23.003	123
Região da capital	32.315	9.054	41.369	110
Oeste Paulista	8.352	2.634	10.986	111
Caminhos do sul	19.146	4.355	23.501	124
Litoral	10.261	4.304	14.565	127
Total	88.176	25.248	113.424	117
Regiões	Riqueza total (mil réis)	% Riqueza por região	Número de famílias	Riqueza média por família
Riqueza em 1765/1768				
Vale do Paraíba	142.689	14	2.676	53
Região da capital	426.113	40	3.511	121
Oeste Paulista	214.495	20	1.456	147
Caminhos do sul	103.064	10	1.081	95
Litoral	196.649	16	1.173	145
Total	1.056.009	100	9.987	107

Fonte: LUNA; KLEIN, 2005, p.53⁴¹.

⁴¹ Sobre as fontes utilizadas por Luna e Klein para realização da tabela, cita-se: Livre (censo de 1765); Carta do Governador Morgado de Mateus ao Conde de Oieras, 10 de dezembro de 1766, DIHSCP, 1952, vol.73, pp.61-65; Escravos (censo de 1768): Carta do Governador Morgado de Mateus ao Conde de Oieras, 22 de fevereiro de 1769,

Os dados indicam mudanças importantes no território paulista neste contexto. Primeiro, observemos as alterações dos números de habitantes em cada uma das regiões entre 1765/68 e 1777. Quanto a população livre, percebe-se que a região da capital cresceu 66,24%, seguida de crescimento também significativo do Vale do Paraíba, com 61,84%. Nas demais regiões o crescimento ocorre atendendo ao já explicitado, uma vez que homens livres do Oeste Paulista aumentaram em 39,20%, 33,65% para os Caminhos do Sul e apenas 6,91% para a região do Litoral.

Quanto ao crescimento do número de escravos, os números não necessariamente acompanham os dados anteriores. Em primeiro lugar, a região do Vale do Paraíba (mais próximo do Rio de Janeiro e das Gerais) demonstrou crescimento de 31,50%, em segundo, com menor ênfase, a região dos Caminhos do Sul com 11,38%, seguido pela região do Litoral e da Capital com crescimentos de 5,13% e 2,10% respectivamente. Nos chama a atenção para o decréscimo do número de escravos da região do Oeste Paulista – 3,66%.

A tabela 5 ainda informa a participação de cada região no que tange a riqueza proveniente da economia paulista, mensurada na moeda do contexto. Fica registrado que quase metade da riqueza da província de São Paulo está localizada na capital (40%), em segundo lugar o Oeste Paulista com 20%, terceiro o litoral com 16%, seguidos pela região do Vale do Paraíba e dos Caminhos do Sul, com 14% e 10% da riqueza do território. Ao cruzarmos os dados, percebemos que as práticas econômicas do Vale do Paraíba, tão interessantes para aquisição de escravos e tão próximas as capitanias economicamente mais ativas não necessariamente compuseram riqueza para a província paulista como o Oeste Paulista. Sobre esta região, em especial, ainda pouquíssimo conhecida e estabelecida em cidades como Jundiá e Itú, percebeu-se já na segunda metade do século XVIII uma comparação evidente com as outras áreas: um avanço da população livre, práticas econômicas de rendimento considerável e pouca utilização da mão-de-obra escrava.

O Oeste Paulista principiava desta maneira, o movimento de interiorização que tanto almejamos desde o início da tese. Passemos agora a transição dos séculos XVIII para o XIX visando verificar o nascimento desta região e a sua introdução no sistema-mundo.

DIHSCP, 1896, vol. 19, p. 285; Riqueza: Alice Piffer Canabrava, “Uma Economia da Decadência”, pp.95-123. DIHSCP, 1952, vol. 72, pp. 27-18. Os dados de 1777 foram obtidos no AESP (LUNA; KLEIN, 2005, p.53).

2.3 – Fronteiras algures, interiorização acelerada: o território paulista adentra no século XIX.

A partir de agora analisaremos o processo de interiorização do território paulista durante a transição dos séculos XVIII e XIX, incorporando este movimento como problema teórico e temático à base material, empírica, decorrente de pesquisa arquivística com documentação impressa e com dados quantitativos de diversas origens. Todavia, antes, faz-se importante recuperar as motivações que nos levaram a este exercício de busca pela longa duração da interiorização da região e como a narrativa nos autoriza a tecer considerações parciais neste momento da pesquisa.

O território paulista, ocupado pelos colonizadores desde o século XVI, se posicionou durante os três primeiros séculos de sua história de forma periférica a economia da América portuguesa. As leis proibitivas impediram a interiorização, limitando os caminhos para o sertão desconhecido e convidando o caminhar caranguejeiro europeu. O protagonismo dos bandeirantes é, de fato, marca importante na identidade paulista, porém, não diminui outras ações para a interiorização. Como vimos, os números que contornaram o aprisionamento dos cativos indígenas, a substituição da mão-de-obra indígena para negra, as relações com as demais regiões da colônia, além do contexto internacional, demonstraram a multi-causalidade da condição periférica de boa parte da história das capitânicas paulistas. Na vida prática, a distância da metrópole e a ausência de um aparato de vigilância mais preciso nestes três séculos iniciais constituíram convites para certa autorização a excessos da ordem, da moral e da violência – comprovado pelas diversas guerras na região e pela constituição bélica de sua história.

O *continuum* desta discussão – o século XIX paulista – nos permitirá finalizar esta trajetória. Assim que verificarmos a que realidade histórica, social, econômica, cultural e religiosa este território foi submetido durante a transição dos séculos XIX-XX, poderemos responder à questão identificada na introdução: a que realidade os processos educacionais sobrepuseram? Em outras palavras, como a região de Ribeirão Preto viveu o movimento simultâneo entre a institucionalização dos grupos escolares e o desenvolvimento de práticas de uma pedagogia civilizacional nucleados em cidades e vilas durante o ciclo do café?

O andar da pesquisa nos permite questionar mais o objeto e ampliar o campo das indagações. Dado a relevância e o lugar da reflexão sobre interiorização na teoria social dedicada à formação da sociedade nacional, podemos reconhecer também a natureza desta pesquisa como a expressão de um “Brasil em construção”, naturalmente revelado pela parte e não pelo todo. A partir dos dilemas temáticos e conceituais delineados, o material documental

que analisaremos nesta seção oportuniza flertar com este novo campo de problemas, cientes do refinamento da dinâmica de interiorização em uma conjuntura específica, a saber, sobre o arranque socioeconômico em São Paulo a partir do último quartel do oitocentos. Nesse sentido, registramos, de início, este contexto de ocupação do interior paralelamente às linhas de força que conformam o território e suas franjas de expansão dentro da lógica do sistema-mundo.

Finalmente, quanto a questão documental, apostamos na observação das mudanças de ocupação humana no território paulista promovidas no início do século XIX, sobretudo no período posterior à independência brasileira, por meio dos números que cercam o povoamento de São Paulo revelados em dados estatísticos de censos e obras de natureza semelhante: primeiro, destaca-se o uso dos dados provenientes de trabalhos organizados pela pesquisadora Maria Sílvia Bassanezi “São Paulo do passado: dados demográficos”, referente aos anos de 1854, 1872 e 1886, resultado de um trabalho importante de junção das seguintes fontes:

Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo – 1836 – organizado por Daniel Pedro Müller, **Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854**, **Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de S. Paulo durante o anno de 1854** e outros Quadros estatístico organizados por José Joaquim Machado de Oliveira, **Recenseamento Geral do Império – 1872**, **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística** que contem informações levantadas no ano de **1886** e os **Recenseamentos de 1890 e de 1920**. (BASSANEZI, 1998, p.3, grifos da autora).

Para esta parte mais específica da interiorização tomaremos por base tais indicações citadas por Bassanezi (et al, 1998) e procuraremos relacionar os dados com outras produções, por exemplo: os escritos de José Antônio Teixeira Cabral, em especial, a “A estatística da Imperial Província de São Paulo – TOMO 1º - 1827”, cujo trabalho de organização, transcrição e notas paleográficas ficou a cargo da pesquisadora Cristina Antunes (2009), além da produção de Daniel Pedro Müller “Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo – ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837”, publicado em sua terceira edição pelo Governo do Estado de São Paulo em 1978.

Articularemos ainda o reconhecido trabalho-relato de viagem de Auguste Saint-Hilaire (1976), os trabalhos dos geógrafos Pierre Monbeig (1984), Juergen Richard Langenbuch (1968) e da arquiteta urbanista Taís Schiavon (2016; 2018), autora responsável pelo mapeamento e cartografia dos dados dos geógrafos citados.

Acusamos ciência, naturalmente, de que este esforço de contorno dos movimentos de interiorização mediante os censos indicados não é tomado aqui como percepção fidedigna do

passado, uma vez que erros de transcrição, somatórias, limites impostos ao recenseadores e pesquisadores são indicados por muitos historiadores (BASSANEZI; BACELLAR, 2013). Por isso, a empreita de análise dos dados se soma ao olhar de fontes diversas como alguns relatos de viagem e pesquisas diversas.

Desta sorte, pretendemos ainda relacionar tais dados com as recentes produções científicas, viabilizando leituras que possam cumprir função de preencher as lacunas da demografia ou da interpretação dos quadros. Nesse sentido, o rio-pardense Honório de Sylos (1901-1993), em ocasião da escrita da introdução da terceira edição da obra de Daniel Pedro Müller em 1978, fez diversos comentários acerca da realidade paulista:

O isolamento da vila de São Paulo, à época da colônia, resultou, como ninguém ignora, na constituição, no patamar piratiningano, de uma sociedade homogênea, orgulhosa de sua quase autonomia. O Tietê (vale a pena insistir) parece explicar a vocação paulista. Dando as costas para o mar, avança sertão adentro, como que sinalizando nosso destino. A semente dadivosa, plantada pelos bandeirantes, deitou rebentos no solo fértil. O homem do Planalto não decepcionou seus ancestrais. O café chegou ao Vale do Paraíba no fim do século XVIII e, tendo início a marcha verde, ascensional, a Província pobre despertou. (MÜLLER, 1978, p.VII).

Nos chama a atenção a escrita do advogado e escritor Honório de Sylos em muitos momentos. Primeiro por considerar a vila de São Paulo isolada em tempos coloniais, depois por considerar um espírito bandeirante de interiorização como uma semente dadivosa de resultados positivos, na medida em que o “homem paulista” não decepcionou seus ancestrais. Por fim, o café – marco do desenvolvimento econômico e político paulista é fim de uma narrativa epopeica, acordando o território destinado a riqueza e a prosperidade.

Diante de tantos lugares comuns, o texto de Honório é muito importante para destacarmos o processo de colonização da província de São Paulo em velocidade distinta dos interesses econômicos e políticos do nordeste açucareiro brasileiro. Como vimos na seção anterior, o advento do ciclo do ouro modificou os interesses da colonização provocando avanços para determinados espaços paulistas, contribuindo lentamente para alterações dos mapas e atiçando a curiosidade dos colonizadores.

A divisão das regiões proposta por Luna e Klein (mapa 4) conduz a impressão de que antes da chegada do século XIX grande parte do território paulista ainda estava a descobrir. Da área conhecida, o Litoral integralmente ocupado (sul-pobre” e “norte-menos pobre”) e a região do planalto (Capital) compunham cenário seculares e saturados pela memória de longa duração periférica, já as regiões chamadas de Caminhos do sul e Oeste Paulista não, posto que eram contornadas por novas fronteiras cada vez mais distantes dos centros mercantis, permitindo

aumento das áreas interioranas ocupadas e gerando atividades econômicas menos homogêneas. No caso das últimas regiões citadas, desenvolveram criação de gado e economia açucareira, respectivamente, somando riqueza a economia da capitania periférica. O Vale do Paraíba buscava maior desenvolvimento econômico aproveitando a proximidade com Rio de Janeiro e Minas Gerais. Este era o quadro da São Paulo colonial que vimos até as primeiras décadas do século XIX.

A abertura dos portos e a independência, registros significativos de nossa história, refletiram consequências em todas as Província, porém para Maria Odila Dias (2005), a independência deve ser compreendida como um fenômeno não necessariamente articulado a fundação de um sentimento nacional de natureza separatista ou excludente da presença portuguesa. O desenlace do pacto colonial gerou, segundo a autora, a manutenção das relações entre os proprietários de terra e a Corte, ressignificadas pelos novos interesses em duas realidades bem distintas. O que se vê em sua obra “A interiorização da metrópole” são as diversas tratativas de conciliação e rearticulações internas entre ex-colonos e ex-metropolitanos:

Ao perder o papel de intermediários do comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unir-se as grandes famílias rurais e aos interesses de produção. Estes nem sempre estavam separados das atividades de comércio e transporte, como se constata no caso do Barão de Iguape em São Paulo. A pressão inglesa, pela abolição do tráfico tenderia, a seu turno, a levantar a hostilidade dos interesses agrários contra o poder central. Associar esquematicamente os interesses das classes agrárias brasileiras com as do imperialismo inglês seria, pois, simplificar um quadro por demais complexo (2005, pp.10-11).

A independência, segundo a autora, trouxe rearranjos da ordem cujo fim era a manutenção e a preservação das relações. A Corte, tão próxima aos paulistas, estava longe de ser revolucionária e São Paulo, mais próximo do poder, demonstrou capacidade para esgueirar-se entre as brechas das oportunidades. O antigo bandeirante do mato e caçador de índio enfrentou um novo desafio – a liturgia secular lusitana e a guerra silenciosa dos corredores, das fofocas, da Corte carioca. A novidade, talvez, sejam as novas e civilizadas (europeias) formas de violência, promovidas pela nobre e diferenciada educação do velho continente⁴².

Há que pontuar que a motivação da vinda da família real, segundo a autora, estava articulada aos problemas portugueses oriundos dos interesses do Estado francês e de Napoleão

⁴² Não à toa a presença dos Barões, Viscondes e outros titulados na História configurada no Vale do Paraíba durante o século XIX. Já, para a transição de séculos (XIX-XX) vê-se o Coronel como figura de poder e destaque da região.

demarcados pela fiscalização da lealdade de D. João VI aos ingleses após o “Bloqueio Continental” e não necessariamente aos conflitos coloniais. Por isso, Dias chama a atenção para um certo processo interno de “ajustamento das pressões”, demarcado pelo “enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia” (DIAS, 2005, p.12).

Contrastantes contextos: de um lado o de crise portuguesa, acirrado pela derrota lusitana revelada pela fuga da família real ao Brasil, e de outro, frente as recentes notícias do cotidiano colonial, como a economia aurífera e, no caso paulista, da revitalização via cana-de-açúcar. Há, por conta disto, significativas decisões em nome de uma modernização da economia do reino, visando futuramente reerguer a realidade portuguesa. D. João VI tinha planos de revitalização da circulação da moeda e de bons rendimentos alfandegários, por exemplo. (DIAS, 2005, p.14), um otimismo com o futuro da terra que agora era sua casa. No que tange a geopolítica do reino, a escolha pela Capital Rio de Janeiro e a aproximação com a região centro-sul trouxe sobretaxas para as províncias do norte e nordeste do Brasil. Desta forma a escolha estava feita – a Corte “começava a enraizar-se no estreitamento de seus laços de integração do Centro-Sul” (2005, p.15):

A vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da Colônia em metrópole interiorizada. Seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio a insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravada pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada no mundo inteiro na época, que a Santa Aliança e a ideologia da contra-revolução na Europa não chegavam a dominar. Pode-se dizer que este processo, que parte do Rio de Janeiro e do Centro-Sul, somente se consolidaria com a centralização política realizada por homens como Caxias, Bernardo de Vasconcelos, Visconde do Uruguai, consumando-se politicamente com o Marquês de Paraná e o Ministério da Conciliação (1852-1856) (DIAS, 2005, p.19).

Ao destacarmos esta concepção de Dias, abre-nos algumas perspectivas valiosas para a noção de interiorização paulista. Uma vez que concordemos com a autora, passaremos a observar os dados referentes a interiorização da Província mediante certo interesse político não mais contrário a ocupação do sertão diante de leis impeditivas, como no passado. A interiorização revelada pela movimentação econômica, social, política, religiosa e cultural do aparato civilizatório europeu nas terras brasileiras retomava interesses da capital fluminense, ou seja, a vinda da família real, abertura dos portos e o processo que culminou na independência, geraram na Coroa algum interesse na gestão territorial e administração de

peçoas. Não necessariamente “liberados”, os paulistas abriram fronteiras algures tal como título da seção indicia, mas nos parece que na cartografia paulista do século XIX as cores dos lugares trouxeram menor desconhecimento territorial, produzindo mapas com cores mais quentes se comparados aos anteriores.

Ressalvas feitas, observemos duas imagens do território paulista em momentos diferentes. A primeira trata-se do *Mapa Corographico de São Paulo*, de 1837, atribuído ao próprio Daniel Pedro Müller; já a segunda tem sua autoria vinculada a Jules Martin e descreve a Província de São Paulo em 1876:

Mapa 5 – Mappa Corographico da Província De São Paulo (1837)



Fonte: MÜLLER, 1978 *apud* CAVENAGHI, 2006.

Figura 18 – Carta da Província de São Paulo nas últimas décadas do século XIX



Fonte: LISBOA, 2015.

As produções destacadas, separadas por 39 anos, permitem repensar a escrita de Honório de Sylos a luz da interiorização, assim como materializam o movimento da “interiorização da metrópole”, tal como escreveu Maria Odila Dias. Na primeira obra, a visualização da Província na década de 1830 nos convida a verificar a ocupação da área litorânea, porém contornada e acompanhada com áreas “vazias” chamadas de sertão desconhecido, principalmente ao norte rumo a Minas Geraes e a Oeste, na direção do Mato Grosso.

Quanto as mudanças percebidas em 1876, a segunda imagem permite compreender maior acuidade com a cartografia, diminuição das áreas desconhecidas e a ocupação do território nordestino paulista outrora nomeado de “Oeste” pelos habitantes do litoral e da capital.

Observemos o quadro 3 e o comparativo entre os dados demográficos citados para percepção do movimento populacional, importante indício de captura da interiorização da província.

Quadro 3 – Comparação da população geral paulista segundo a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi (1998).

MUNICÍPIOS	1827	1838	1854	1872	1886
Águas de Santa Bárbara	-	-	-	-	3.218
Amparo	-	-	-	11.756	17.325
Angatuba	-	-	-	-	4.083
Antonina (Estado do Paraná)	3.714	9.396	-	-	-
Apiáí (Apiahy)	1.822	2.423	3.493	7.603	7.531
Araçariguama	-	-	-	-	2.465
Araçoaíba da Serra	-	-	-	5.144	6.375
Araraquara	-	2.764	7.850	7.128	9.559
Araras	-	-	-	5.495	9.519
Areias	11.104	9.469	8.914	5.717	6.788
Atibaia	8.126	10.211	4.238	6.146	9.034
Avaré	-	-	-	-	8.706
Bananal	-	6.708	11.482	15.606	17.654
Batatais	-	-	3.682	11.255	19.915
Bofete	-	-	-	-	3.661
Bom Sucesso	-	-	-	-	3.076
Botucatu	-	-	-	14.051	15.985
Bragança Paulista	11.875	11.618	14.556	19.495	16.214
Brotas	-	-	-	9.941	6.546
Cabreúva	-	-	-	2.968	3.606
Caçapava	-	-	-	10.883	11.616
Cachoeira Paulista	-	-	-	-	4.412
Caconde	-	-	-	3.912	9.177
Cajuru	-	-	-	7.603	6.497
Campinas (**)	-	-	14.201	31.397	41.253
Campos Novos Paulista	-	-	-	-	3.205
Cananéia	1.532	1.627	2.664	3.945	10.494
Capão Bonito	-	-	-	7.063	8.084
Capivari	-	3.437	5.979	8.197	10.494
Caraguatatuba	-	-	-	1.668	1.951
Castro (Estado do Paraná)	5.565	6.190	-	-	-
Casa Branca	-	-	16.704	8.649	7.748
Cotia	-	-	-	5.024	7.517
Cruzeiro	-	-	-	4.931	5.421
Cunha	3.417	3.403	-	7.873	10.856
Curitiba (Estado do Paraná)	12.399	16.157	-	-	-
Descalvado	-	-	-	5.709	8.257
Dois Córregos	-	-	-	-	8.264
Eldorado	-	-	3.820	5.464	6.823
Franca (Franca do Imperador)	2.394	10.664	2.964	21.419	10.040
Guaratinguetá	6.550	7.658	-	20.837	25.632
Guaratuba (Estado do Paraná)	1.017	-	-	-	-
Guareí	-	-	-	-	3.346
Guarulhos	-	-	-	-	7.009

Ibiúna	-	-	-	5.545	8.109
Igarapava	-	-	-	-	7.638
Igaratá	-	-	-	-	4.889
Iguape	7.948	9.396	15.211	16.005	17.638
Ilhabela (Bella da Princesa)	3.676	4.295	10.769	6.740	6.833
Indaiatuba	-	-	-	3.749	4.655
Iporanga	-	-	-	-	2.847
Itanhaém (Itanhaen)	1.048	1.046	1.254	1.566	2.741
Itapecerica da Serra	-	-	-	-	6.413
Itapetininga	8.195	11.510	24.207	21.426	11.362
Itapeva	3.125	4.039	13.671	14.612	16.353
Itapira	-	-	-	5.895	9.709
Itaporanga	-	-	-	5.343	10.091
Itatiba	-	-	-	6.660	9.335
Itu (Ytú)	5.520	11.146	7.353	10.821	15.840
Ituverava	-	-	-	-	4.585
Jaboticabal	-	-	-	7.898	26.224
Jacareí	8.308	8.245	9.861	10.203	10.545
Jambeiro	-	-	-	-	4.714
Jaú	-	-	-	6.406	18.341
Jundiaí (Jundiahy)	5.471	5.885	8.689	7.805	10.254
Lagoinha	-	-	-	-	5.020
Lavrinhas	-	-	-	-	5.348
Lençóis Paulista	-	-	-	13.391	10.111
Limeira	-	-	5.045	14.283	15.879
Lorena	8.274	9.384	9.681	9.081	10.333
Mococa	-	-	-	3.934	5.255
Mogi das Cruzes	9.576	10.472	13.126	15.011	19.454
Mogi-Guaçu	-	-	-	-	4.768
Mogi-Mirim	15.231	9.677	24.932	21.468	14.935
Monte Mor	-	-	-	3.318	4.656
Monteiro Lobato	-	-	-	-	4.796
Natividade da Serra	-	-	-	5.281	6.524
Nazaré Paulista	-	-	8.130	5.280	6.710
Nova do Príncipe (Lapa, Estado do Paraná)	3.092	4.667	-	-	-
Paraibuna	-	3.169	9.493	10.132	11.159
Paranaguá (Estado do Paraná)	6.429	8.891	-	-	-
Patrocínio Paulista	-	-	-	-	2.248
Piedade	-	-	-	4.812	7.068
Pindamonhangaba	5.636	7.915	14.645	14.636	17.811
Piracaia	-	-	-	6.160	8.134
Piracicaba (antiga Constituição)	6.879	10.291	6.228	18.980	22.150
Pirajú	-	-	-	-	10.238
Pirassununga	-	-	-	9.531	15.913
Porto Feliz	8.652	11.293	4.437	7.669	5.781
Queluz	-	-	2.749	8.857	6.455
Redenção da Serra	-	-	-	-	7.445
Ribeirão Preto	-	-	-	5.552	10.420
Rio Claro	-	-	10.848	15.552	20.133
Salesópolis	-	-	-	4.103	6.195

Santa Bárbara D'Oeste	-	-	-	2.589	5.110
Santa Branca	-	-	-	5.515	6.020
Santa Cruz das Palmeiras	-	-	-	-	5.650
Santa Cruz do Rio Pardo	-	-	-	-	9.655
Santa Isabel	-	2.860	7.808	10.389	6.441
Santa Rita do Passa Quatro	-	-	-	-	6.459
Santana do Parnaíba (Parnaíba)	6.983	4.196	2.603	3.338	4.931
Santo Amaro	-	5.431	7.334	10.366	6.259
Santos	5.102	5.863	7.033	9.191	15.605
São Bento do Sapucaí	-	-	-	6.060	17.273
São Carlos	8.595	6.689	-	6.897	16.104
São João da Boa Vista	-	-	-	7.575	9.555
São José do Barreiro	-	-	-	5.669	7.070
São José do Rio Pardo	-	-	-	-	4.255
São José dos Campos	5.256	3.909	6.935	15.154	17.906
São Luís do Piratininga	4.050	6.296	8.161	13.894	12.348
São Manuel	-	-	-	-	5.328
São Paulo (capital)	258321*	21.933	25.253	31.385	47.697
São Pedro	-	-	-	-	5.795
São Roque	-	5.417	9.964	6.396	5.448
São Sebastião	4.155	4.230	5.717	4.712	5.132
São Simão	-	-	-	3.507	6.367
São Vicente	735	745	699	1.593	1.095
Sarapuí	-	-	-	4.371	5.500
Serra Negra	-	-	-	4.756	9.148
Silveiras (*)	-	-	-	11.973	12.621
Socorro	-	-	-	-	8.695
Sorocaba	10.441	11.133	19.127	13.999	20.166
Tatuí	-	-	8.016	15.039	24.936
Taubaté	9.782	11.833	4.607	18.933	19.501
Tietê	-	-	4.876	10.007	12.972
Ubatuba	4.106	6.032	-	7.565	7.803
Total original da Pr. de São Paulo	258901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394

Fontes: Construção do autor, a partir dos dados coletados em CABRAL (2009), MÜLLER (1978), BASSANEZI (1998). *(sic).

Os dados coletados nos trabalhos de Cabral (2009), Müller (1978) e Bassanezi (1998) são importantes para percebermos o avanço da interiorização da população paulista entre os anos 1827, 1838, 1854 e 1872 e 1886, respectivamente. Como podemos ver, a população se movimentou originalmente de 258.901 e passou para 326.902, 419.009, 837.354 e, por fim, para 1.221.394 habitantes.

Entre as datas de 1827 e 1886 percebe-se velocidades de crescimento populacional distintas, tendo em vista que nos 11 anos que separam os dois primeiros censos (1827 e 1838), a província de São Paulo assistiu o crescimento de exatos 68.001 pessoas, já entre 1838 e 1854 (16 anos), o crescimento foi de 92.107 habitantes; de 1854 a 1876 (22 anos), nota-se o aumento

de 418.345 habitantes e de 1877 a 1886 (9 anos), de 384.040 habitantes. Este aumento exponencial autorizou cronistas e memorialistas como Honório a chamar tal movimento de “despertar” dos paulistas.

A relação capital-interior também deve ser avaliada. Para Cabral, em 1827, a cidade de São Paulo possuía 25.321 habitantes, em 1838, Müller aponta para uma diminuição da população para 21.933 enquanto Bassanezi nos indica que este número cresceu apenas para 25.253 em 1854, crescendo para 31.385 em 1872 e 47.697 em 1886. Interessante perceber duas informações: a primeira, que entre 1827 e 1838 expressa-se a diminuição de pessoas na capital, retomando o crescimento em momento posterior e, segundo, que o crescimento populacional dos paulistas se deu notoriamente no interior, ambiente ainda marcado por um estilo de vida muitas vezes ruralizado e distante das exigências “civilizatórias” oriundas da corte e/ou continente europeu. No caso das cidades do interior, este crescimento é gigantesco. Observando os não residentes da capital, os paulistas do interior tiveram um crescimento bem diferente – chegaram a 233.580 em 1827, a 304.969 em 1838, 393.756 em 1854, 805.969 em 1872 e 1.173.697 em 1886, dados que reforçam que a população paulista era majoritariamente interiorana.

Quanto ao primeiro ponto, os números corroboram a este delineamento de um lento processo de crescimento populacional da província de São Paulo, com arquipélagos de população até os idos dos anos 1850, contexto em que este território estava longe de ser a potência econômica que se transformou no fim do século, porém, já demonstrava ter grande distância de tempos empobrecidos colônias. Já se destacava como importante centro administrativo do Império, “com quatro cidades, uma bancada parlamentar atuante e uma economia em franco desenvolvimento, baseada principalmente na exportação de açúcar, de gêneros alimentícios e de café” (GREGÓRIO, 2012, p.140).

Ao pensarmos os dados pelo aumento da população censo a censo, conseguiremos cartografar certo vetor da interiorização. Divididas as cidades pelas macrorregiões que Luna e Klein nos ofereceram na seção anterior, podemos organizar os dados em quadros específicos, viabilizando comparações de crescimento e de interiorização. A princípio tomaremos a capital e seus arredores, depois o litoral, o Vale do Paraíba, o Oeste Paulista e, por fim os Caminhos para o sul:

Quadro 4 – Povoamento das cidades do planalto paulista: capital e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região da Capital e arredores					
São Paulo (capital)	25\$321*	21.933	25.253	31.385	47.697
Atibaia	8.126	10.211	4.238	6.146	9.034
Cotia	-	-	-	5.024	7.517
Guarulhos	-	-	-	-	7.009
Ibiúna	-	-	-	5.545	8.109
Itapecerica da Serra	-	-	-	-	6.413
Mogi das Cruzes	9.576	10.472	13.126	15.011	19.454
Piracaia	-	-	-	6.160	8.134
Santana do Parnaíba (Paranaíba)	6.983	4.196	2.603	3.338	4.931
Santo Amaro	-	5.431	7.334	10.366	6.259
Total de habitantes da região	50.006	52243	52554	82.975	124.557
Total original da Pr. de São Paulo	258\$901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394
Percentual de participação da região em relação ao total	19,31%	15,98%	12,54%	9,90%	10,19%

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

Iniciemos com a observação dos dados que tocam a região do planalto. Como visto nos parágrafos anteriores, a capital viveu variação demográfica durante as décadas que seguiram a Independência. Em pleno século XIX, contexto de crescimento exponencial da população da Província, os dados da capital e nos núcleos urbanos que a circundavam, apontam para certa estagnação e, em alguns casos diminuição de seus moradores.

É o caso do ano de 1838 e a diminuição dos habitantes da capital (15, 44%) e de Santana do Parnaíba (66,42%). Mogi das Cruzes e Atibaia cresceram 9,35% e 25,65% respectivamente, enquanto Santo Amaro apareceu neste censo com 5.431 pessoas. O número de habitantes da capital em relação ao número das outras cidades se revela bem diferente, e nisso, destacamos complexidade de empregos, ofícios, mercados, atividades, etc. desenvolvidas na capital em comparação ao que se registra nas cidades circunvizinhas.

Muitas vezes a aproximação permitiu grande movimentação entre estes núcleos urbanos. Do centro da capital à Mogi das Cruzes distam 30 quilômetros; à Atibaia 42

quilômetros; buscando chegar em Itú passando por Parnaíba, outros 30 quilômetros, Santo Amaro, nove quilômetros (MARCÍLIO, 1973, p.50).

Outro conjunto de quedas dos números foi verificado em 1854. Atibaia e Santana do Parnaíba decrescem em 41,50% e 62,03%, respectivamente, em relação ao censo anterior. São Paulo, Mogi das Cruzes e Santo Amaro cresceram. A capital, em verdade, recuperou o número de habitantes de 1827, revelando nesta alternância possibilidades de “sangrias” para ocupação de outros núcleos até meados do século XIX.

Por fim, em relação a total da Província, registramos que a interiorização do território alterou ao longo do século XIX a concentração populacional no planalto, significativa posto que se apresentava como aproximadamente um quinto (19,31%) em 1824 para próximo de um décimo (10,19%) em 1886. De fato, as mudanças iniciadas com a economia açucareira e efetivadas com o café desenvolveram condições novas para a ocupação humana das regiões interioranas, produzindo arquipélagos de populações.

Se observarmos as demais regiões, a interiorização do séc. XIX se revela com diferentes velocidades ao mudarmos as fronteiras:

Quadro 5 – Povoamento das cidades do litoral (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região do Litoral					
Cananéia	1.532	1.627	2.664	3.945	10.494
Caraguatatuba	-	-	-	1.668	1.951
Iguape	7.948	9.396	15.211	16.005	17.638
Ilhabela (Bella da Princeza)	3.676	4.295	10.769	6.740	6.833
Itanhaém (Itanhaen)	1.048	1.046	1.254	1.566	2.741
Santos	5.102	5.863	7.033	9.191	15.605
São Sebastião	4.155	4.230	5.717	4.712	5.132
São Vicente	735	745	699	1.593	1.095
Ubatuba	4.106	6.032	-	7.565	7.803
Total de habitantes da região	28.302	33.234	43.347	52.985	69.292
Total original da Pr. de São Paulo	258\$901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394
Percentual de participação da região em relação ao total	10,93%	10,16%	10,34%	6,32%	5,67%

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

Os dados confirmam a ocupação inicial litorânea⁴³ com a paulatina diminuição de sua participação política e econômica da região. Enquanto o número absoluto dos paulistas cresceu significativamente 20,80% no período entre os censos de 1827-1838 e 21,98% na relação entre 1838-1854, comparamos um crescimento inferior das cidades do litoral, apenas 14,84% e 23,33% nos mesmos contextos.

Quando observamos os períodos de 1854-1872 e 1872-1886, as taxas de crescimento da população da Província chegaram a 49,96% e 31,42% respectivamente, enquanto o litoral representou apenas 18,19% e 23,53%. Percebemos que a velocidade com que a interiorização do território abraçava as novas fronteiras foi sentida na estagnação de alguns centros urbanos litorâneos paulistas. Com exceção de cidades portuárias, atentas as demandas da exportação do café e da articulação com o sistema-mundo instalado com as ferrovias a partir da segunda metade do século, as demais cidades da região não aproveitaram o desenvolvimento do território – o que se viu foi a ocupação de outras terras.

Diferente das cidades praianas, os núcleos urbanos localizados entre a capital e o Vale do Paraíba foram inicialmente beneficiadas pelo ciclo cafeeiro, vivendo surtos de desenvolvimento conforme o quadro 6:

Quadro 6 – Povoamento das cidades da região do Vale do Paraíba e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região do Vale do Paraíba					
Areias	11.104	9.469	8.914	5.717	6.788
Bananal	-	6.708	11.482	15.606	17.654
Caçapava	-	-	-	10.883	11.616
Cruzeiro	-	-	-	4.931	5.421
Cunha	3.417	3.403	-	7.873	10.856
Guaratinguetá	6.550	7.658	-	20.837	25.632
Igaratá	-	-	-	-	4.889
Jacareí	8.308	8.245	9.861	10.203	10.545
Jambeiro	-	-	-	-	4.714
Lagoinha	-	-	-	-	5.020
Lavrinhas	-	-	-	-	5.348
Monteiro Lobato	-	-	-	-	4.796
Natividade da Serra	-	-	-	5.281	6.524
Nazaré Paulista		-	8.130	5.280	6.710
Paraibuna	-	3.169	9.493	10.132	11.159
Pindamonhangaba	5.636	7.915	14.645	14.636	17.811

⁴³ Todas as cidades citadas (exceção de Caraguatatuba, cuja autonomia política ocorreu apenas em 1857) estão presentes no censo de 1827.

Queluz	-	-	2.749	8.857	6.455
Redenção da Serra	-	-		-	7.445
Salesópolis	-	-	-	4.103	6.195
Santa Branca	-	-	-	5.515	6.020
Santa Isabel	-	2.860	7.808	10.389	6.441
São Bento do Sapucaí	-	-	-	6.060	17.273
São José do Barreiro	-	-	-	5.669	7.070
São José dos Campos	5.256	3.909	6.935	15.154	17.906
São Luís do Piratininga	4.050	6.296	8.161	13.894	12.348
Silveiras (*)	-	-	-	11.973	12.621
Taubaté	9.782	11.833	4.607	18.933	19.501
Total de habitantes da região	54.103	71.465	92.785	211.926	274.758
Total original da Pr. de São Paulo	258\$901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394
Percentual de participação da região em relação ao total	20,90%	21,86%	22,14%	25,31%	22,50%

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

A ocupação das cidades que tocam este território entre o planalto e o Vale do Paraíba não foi recente. Núcleos com Areias, Cunha, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz do Piratininga e Taubaté são exemplos que já constavam no censo de 1824. As demais aparecem ao longo dos censos e demonstram a autonomia política que conquistaram conforme o avanço do século XIX concomitante o desenvolvimento do ciclo cafeeiro.

O crescimento populacional destas cidades confirma o acompanhamento dos cafezais – de 54.103 habitantes em 1824, a região passou a contabilizar 274.758 pessoas. Em relação ao desenvolvimento provincial, enquanto a população paulista cresceu 26% no período dos censos 1824-1838 verificamos que a população praticamente dobrou entre 1856 e 1872, desta feita, a participação da região foi de 32% de crescimento entre os dois primeiros censos e durante as décadas de 1850 e 1870, verificamos um aumento de 128%. Ou seja, grande parte da ocupação populacional paulista deste período se deve a região do Vale do Paraíba e sua pujante entrada no ciclo cafeeiro.

Luna e Klein comentam o processo de entrada do café no território paulista nas primeiras décadas do século XIX a partir de duas possibilidades. A primeira, apostando na chegada das plantações no litoral norte para dali subir a serra rumo a região do Vale do Paraíba e, a segunda, a continuação do cultivo previamente localizado no Rio de Janeiro e que se expandiu para o sul, cruzando montanhas e chegando ao litoral norte. Os autores ainda

reconhecem possibilidade de “ter havido os dois processos de penetração relativamente simultâneos e independentes” (2005, p.83). Se em 1820 e 1830, a economia cafeeira se instalou nas cidades do Vale do Paraíba, podemos afirmar que apenas a partir de 1850 o Oeste Paulista recebeu as primeiras plantações.

Em relação ao planalto, o Vale do Paraíba destoava e muito. No quadro 4, responsável pelas informações da capital e dos núcleos próximos no planalto podemos observar o registro de um total de 50.006 habitantes no censo de 1827 e, também podemos perceber que o mesmo documento nos mostra que as cidades do Vale do Paraíba registraram 54.103 moradores, ou seja, números equivalentes. Contudo, o avanço da região de Taubaté é muito superior ao da capital, pois, ao cabo, percebemos que os 124.557 moradores do planalto não representam nem a metade dos 274.578 habitantes de lá. Não estranho encontrarmos historiadores que descrevem a história do café como a entrada do “ouro verde”. O impacto com a chegada das fazendas na região é, de fato, transformador.

Entretanto, importante também é perceber que o crescimento da região do Vale do Paraíba é intenso entre as décadas de 1850 e 1870 (128%, como apontado) com velocidade bem menos impactante na transição dos censos de 1872 para 1886 – 30%. O que se viu nas últimas décadas do século XIX foi a mudança do vetor populacional para uma nova interiorização, como novas fronteiras para os cafezais se desenvolverem, um Novo Oeste Paulista. Ainda utilizando os dados, a grande participação da região para população da província em 1872, que era de 25,31% (um quarto da população total) caiu para 22,50% em 1886.

Antes de irmos para a região nordeste da província paulista, carecemos ainda da comparação com a região do Caminho do sul.

Quadro 7 – Povoamento das cidades da região do Caminho do sul e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região do Caminho do sul					
Águas de Santa Bárbara	-	-	-	-	3.218
Angatuba	-	-	-	-	4.083
Antonina (Estado do Paraná)	3.714	9.396	-	-	-
Apiaí (Apiahy)	1.822	2.423	3.493	7.603	7.531
Araçariguama	-	-	-	-	2.465
Araçoaíba da Serra	-	-	-	5.144	6.375
Avaré	-	-	-	-	8.706
Bofete	-	-	-	-	3.661

Bom Sucesso	-	-	-	-	3.076
Botucatu	-	-	-	14.051	15.985
Cabreúva	-	-	-	2.968	3.606
Cachoeira Paulista	-	-	-	-	4.412
Campos Novos Paulista	-	-	-	-	3.205
Capão Bonito	-	-	-	7.063	8.084
Capivari	-	3.437	5.979	8.197	10.494
Castro (Estado do Paraná)	5.565	6.190	-	-	-
Curitiba (Estado do Paraná)	12.399	16.157	-	-	-
Dois Córregos	-	-	-	-	8.264
Eldorado	-	-	3.820	5.464	6.823
Guaratuba (Estado do Paraná)	1.017	-	-	-	-
Guareí	-	-	-	-	3.346
Iporanga	-	-	-	-	2.847
Itapetininga	8.195	11.510	24.207	21.426	11.362
Itapeva	3.125	4.039	13.671	14.612	16.353
Itaporanga	-	-	-	5.343	10.091
Itu (Ytú)	5.520	11.146	7.353	10.821	15.840
Lençóis Paulista	-	-	-	13.391	10.111
Lorena	8.274	9.384	9.681	9.081	10.333
Nova do Príncipe (Lapa, Estado do Paraná)	3.092	4.667	-	-	-
Paranaguá (Estado do Paraná)	6.429	8.891	-	-	-
Piedade	-	-	-	4.812	7.068
Pirajú	-	-	-	-	10.238
Porto Feliz	8.652	11.293	4.437	7.669	5.781
Santa Cruz do Rio Pardo	-	-	-	-	9.655
São Manuel	-	-	-	-	5.328
São Roque	-	5.417	9.964	6.396	5.448
Sarapuí	-	-	-	4.371	5.500
Sorocaba	10.441	11.133	19.127	13.999	20.166
Tatuí	-	-	8.016	15.039	24.936
Tietê	-	-	4.876	10.007	12.972
Total de habitantes da região	78.245	115.083	114.624	187.457	287.363
Total original da Pr. de São Paulo	258\$901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394
Percentual de participação da região em relação ao total	30%	35%	27%	22%	24%

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

Algumas cidades presentes nos censos de 1827 e 1838 se ausentam nos censos seguintes. É o caso de Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Nova do Príncipe e Paranaguá, todas cidades que respondiam a São Paulo até o desmembramento da Província do Paraná em 1853. As demais revelam que os núcleos urbanos a oeste do planalto foram, em sua maioria, fundados durante o avanço do século XIX. Com exceção de Sorocaba, Porto Feliz, Lorena, Itú, Itapeva e Itapetininga, os outros 22 núcleos indicados no quadro só aparecem depois.

A participação populacional da região do Caminho do Sul é grande no princípio do século XIX. As cidades citadas (inclusive aquelas que iriam compor a nova Província do Paraná), acumulavam 30% da população total dos paulistas. Em relação ao censo de 1838, a quantidade sobe – 35%. Como vimos, a quantidade de habitantes nas cidades desta região diminui conforme o avanço do ciclo cafeeiro, por isso, a participação cai para 27%, 22% e 24% nos censos de 1854, 1872 e 1886.

A economia do açúcar, tão importante na transição dos séculos XVIII para o XIX proporcionou, assim como a criação de gado, desenvolvimento significativo para os moradores destas cidades. A partir dos estudos de Luna e Klein, as cidades desta porção da Província em 1836 produziam tabacão, algodão e aguardente, para além do milho e da erva-mate. O café ali não foi expressivo.

Entre os censos podemos identificar crescimento demográfico em todas as cidades da região. Na maioria dos casos o número de habitantes dobra ou até mesmo triplica. O que nos permite compreender que há ali, em função da criação de muars e demais atividades agrícolas e comerciais, presença de certo crescimento regional. Porém, o destaque não está aí, mas sim na comparação deste crescimento em relação ao crescimento das demais regiões. Se tomarmos a participação da população das cidades do Caminho do Sul no total da província, percebemos com rapidez a significativa parcela de 30% em 1827 e o declínio para 24%.

Outro ponto importante é o número de cidades listadas para esta fração territorial – 39, o segundo maior em comparação as demais, perdendo apenas para a região do Oeste Paulista (e do Novo Oeste Paulista), contabilizando 40 núcleos urbanos:

Quadro 8 – Povoamento das cidades da região do Oeste Paulista e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região do Oeste Paulista					
Amparo	-	-	-	11.756	17.325
Araraquara	-	2.764	7.850	7.128	9.559
Araras	-	-	-	5.495	9.519
Batatais	-	-	3.682	11.255	19.915
Bragança Paulista	11.875	11.618	14.556	19.495	16.214
Brotas	-	-	-	9.941	6.546
Caconde	-	-	-	3.912	9.177
Cajuru	-	-	-	7.603	6.497
Campinas (**)	-	-	14.201	31.397	41.253
Casa Branca	-	-	16.704	8.649	7.748
Descalvado	-	-	-	5.709	8.257
Franca (Franca do Imperador)	2.394	10.664	2.964	21.419	10.040
Igarapava	-	-	-	-	7.638
Indaiatuba	-	-	-	3.749	4.655
Itapira	-	-	-	5.895	9.709
Itatiba	-	-	-	6.660	9.335
Ituverava	-	-	-	-	4.585
Jaboticabal	-	-	-	7.898	26.224
Jaú	-	-	-	6.406	18.341
Jundiaí (Jundiahy)	5.471	5.885	8.689	7.805	10.254
Limeira	-	-	5.045	14.283	15.879
Mococa	-	-	-	3.934	5.255
Mogi-Guaçu	-	-	-	-	4.768
Mogi-Mirim	15.231	9.677	24.932	21.468	14.935
Monte Mor	-	-	-	3.318	4.656
Patrocínio Paulista	-	-	-	-	2.248
Piracicaba (antiga Constituição)	6.879	10.291	6.228	18.980	22.150
Pirassununga	-	-	-	9.531	15.913
Ribeirão Preto	-	-	-	5.552	10.420
Rio Claro	-	-	10.848	15.552	20.133
Santa Bárbara D'Oeste	-	-	-	2.589	5.110
Santa Cruz das Palmeiras	-	-	-	-	5.650
Santa Rita do Passa Quatro	-	-	-	-	6.459
São Carlos	8.595	6.689	-	6.897	16.104
São João da Boa Vista	-	-	-	7.575	9.555
São José do Rio Pardo	-	-	-	-	4.255
São Pedro	-	-	-	-	5.795
São Simão	-	-	-	3.507	6.367
Serra Negra	-	-	-	4.756	9.148
Socorro	-	-	-	-	8.695
Total de habitantes da região	50445	57588	115699	300114	446286

Total original da Pr. de São Paulo	258\$901*	326.902	419.009	837.354	1.221.394
Percentual de participação da região em relação ao total	19,48%	17,62%	27,61%	35,84%	36,54%

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

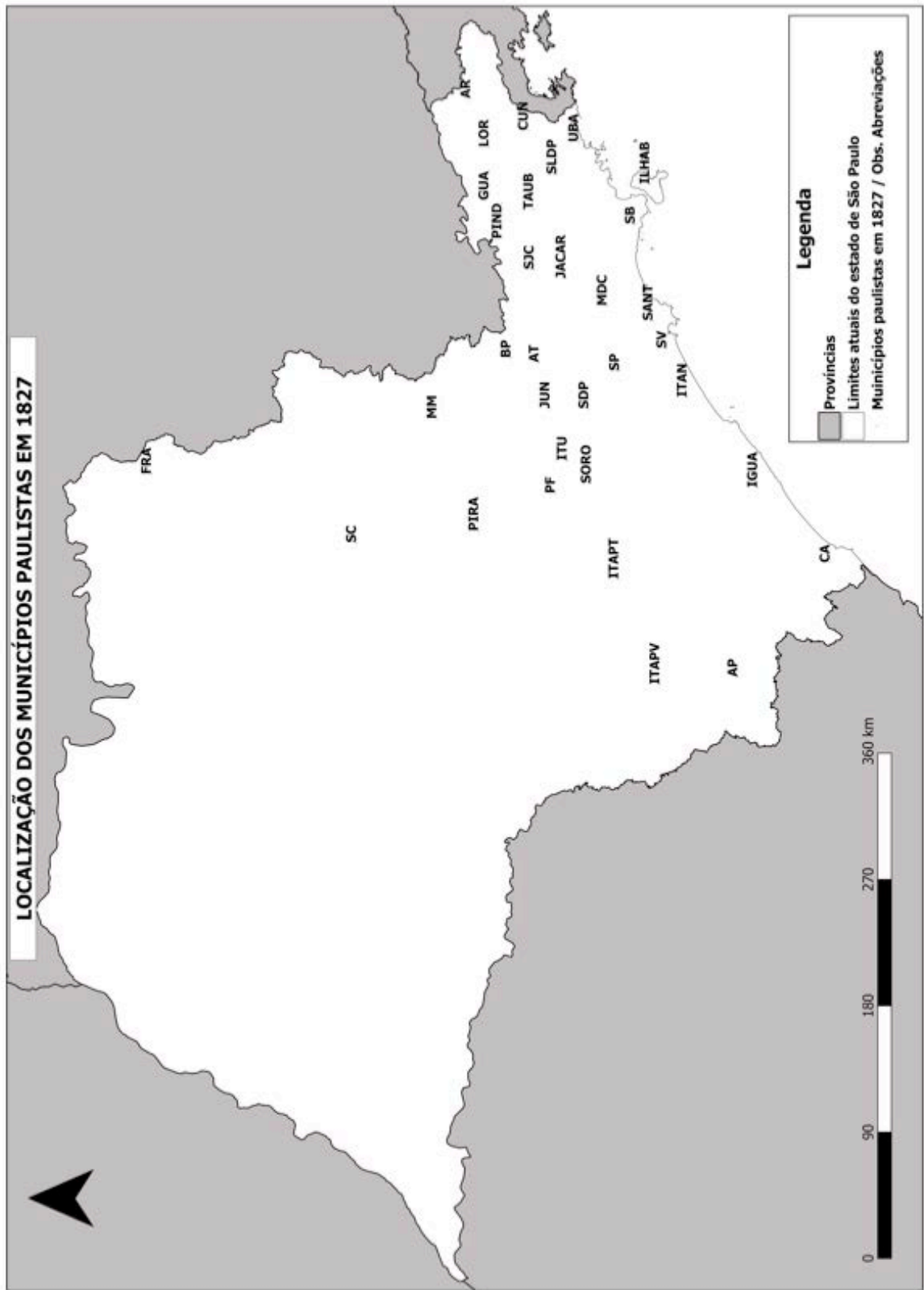
Coerente com a recuperação da histórica da interiorização do território, os dados referentes as cidades da região do Oeste Paulista começaram a se avolumar a partir dos censos de 1854, 1872 e 1886. Se em 1886 percebemos 40 cidades, em 1827 e 1838 registram-se apenas seis núcleos urbanos.

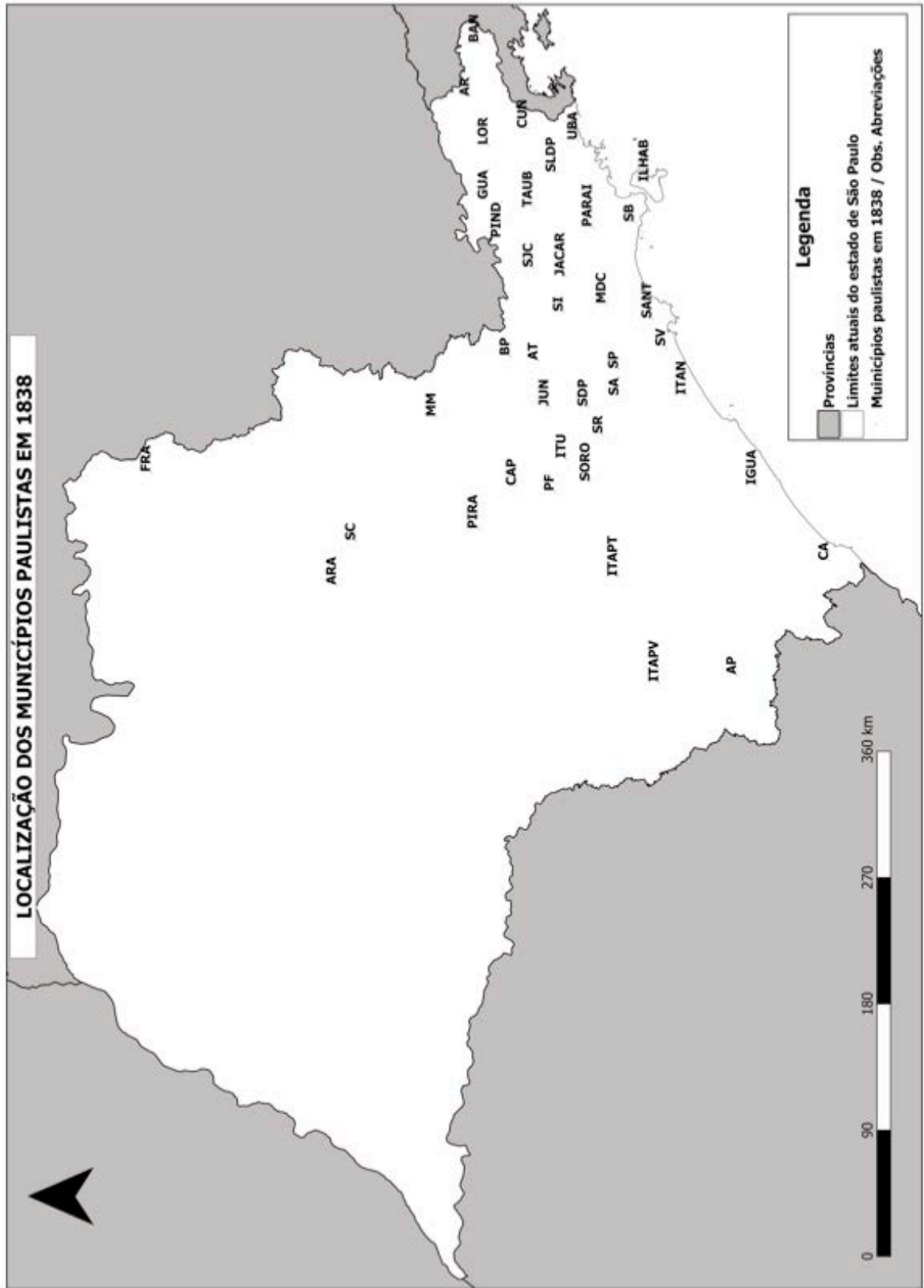
O mesmo pode ser dito demograficamente. Ao compararmos o crescimento dos habitantes da região na primeira metade do século XIX com os censos realizados pós 1850, a interiorização se realiza a passos surpreendentes. Se tomarmos a somatória da população destas cidades nos censos de 1827 e 1838 (50.445 e 57.588 pessoas) podemos afirmar que o crescimento foi 14,16%, já se observamos os crescimentos posteriores mediante os números totais dos censos de 1854, 1872 e 1886, observaremos 115.699, 300.114 e 446.286 pessoas neste Novo Oeste Paulista. O crescimento que era de 14,16% passou a ser de 100,91%, 159,39% e 48,71%, na comparação entre os censos finais. Portanto, a população da região do Novo Oeste Paulista dobrou entre os idos de 1840 e 1850, quase triplicou entre o final da década de 1850 e as décadas de 1860 e 1870.

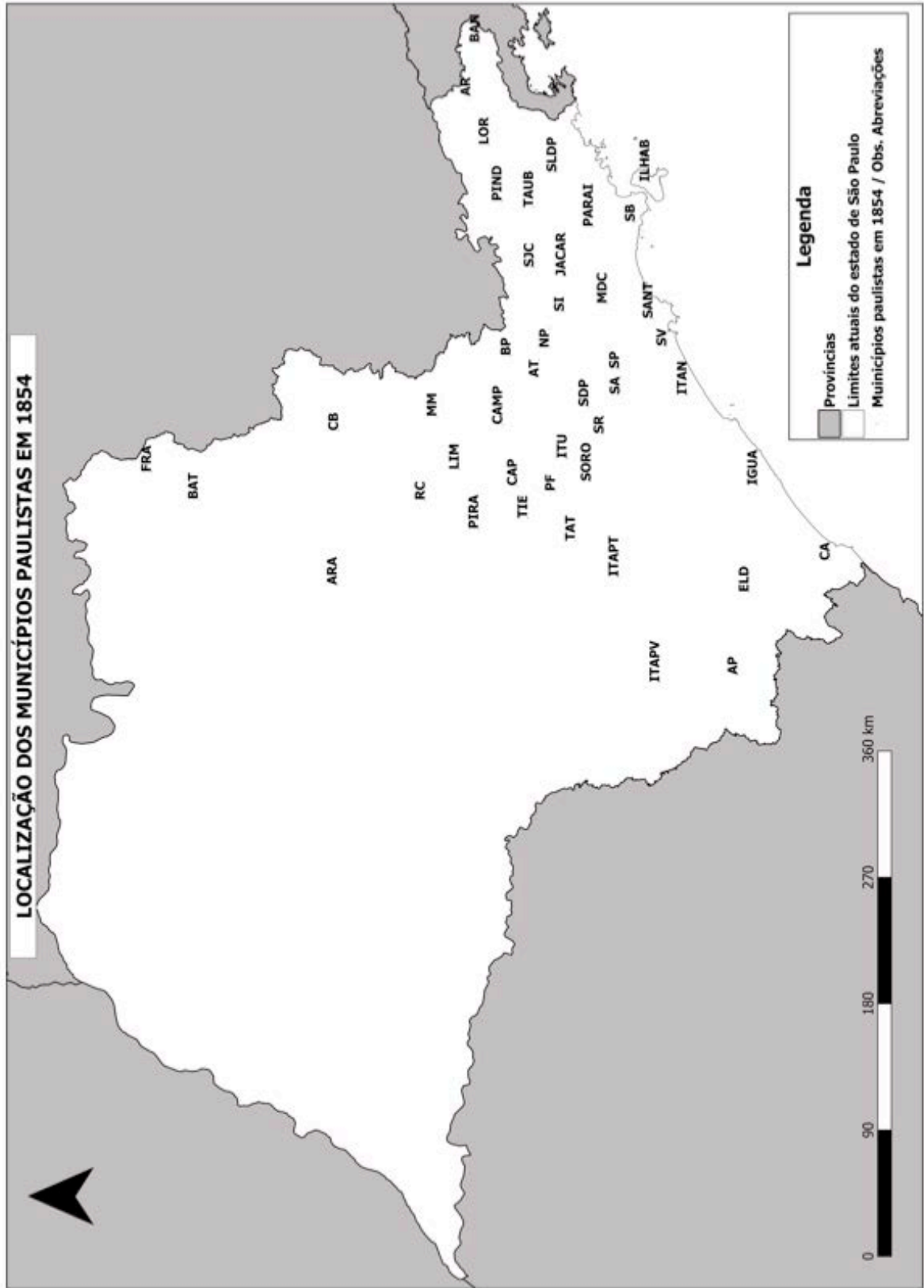
Mesmo que o crescimento para a década de 1880 tenha sido menor que aquele visto na década anterior, registra-se o avanço da população em percentual sobre o total da Província: 19,48% em 1827, 17,62% em 1836, 27,61% em 1856, 35,84% em 1872 e 36,54% em 1886. Em outras palavras, os registros apontam crescimento significativo. De fato, a economia cafeeira produziu revolução para a interiorização da Província com ênfase na região.

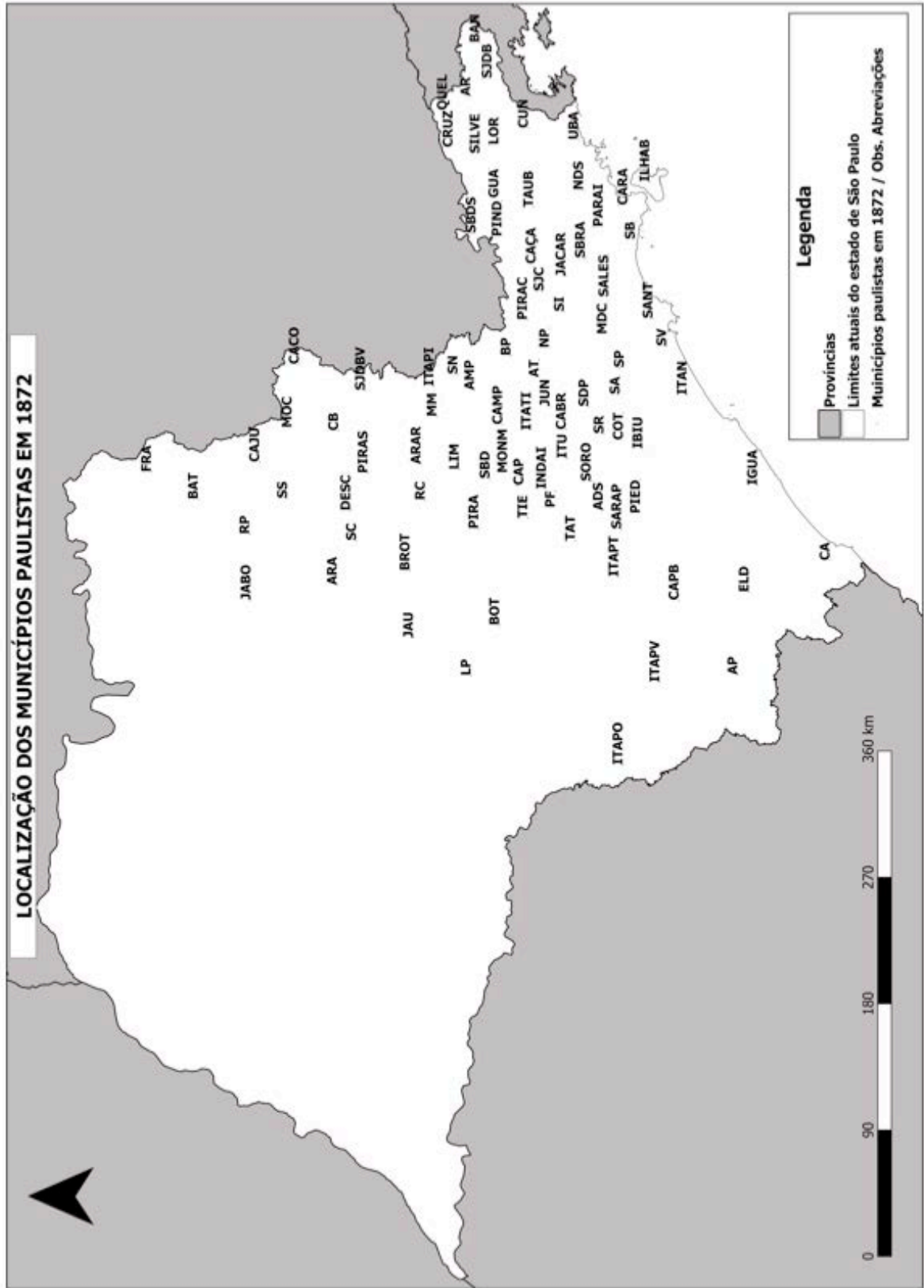
Como síntese desta seção, apresentamos dez produções cartográficas de nossa autoria, visando reconhecer o movimento de interiorização paulista no século XIX tanto na localização dos centros urbanos como do número de pessoas percebidos nos censos:

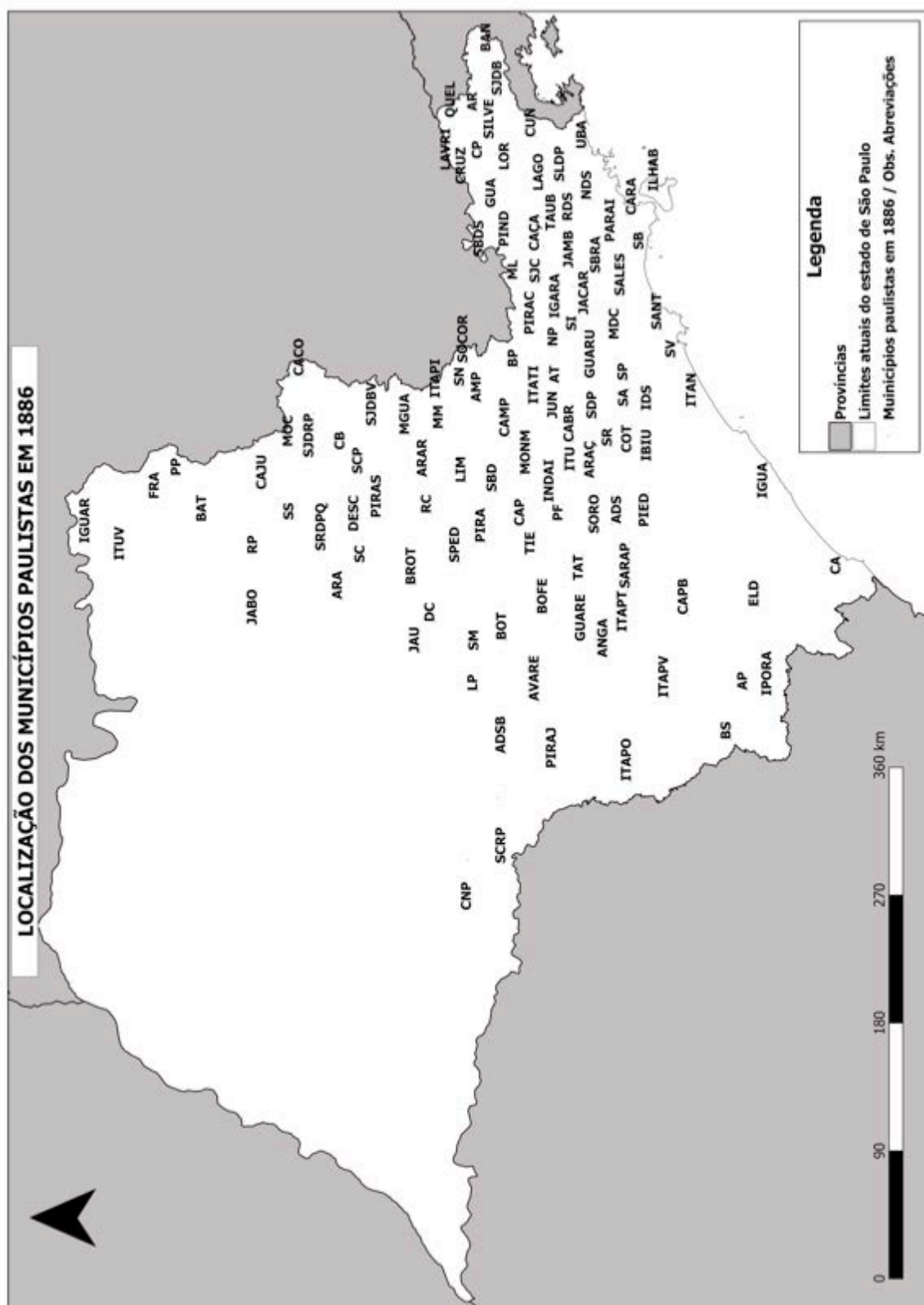
Mapas 6, 7, 8, 9 e 10 – Localização dos municípios paulistas em 1827, 1838, 1854, 1872 e 1886





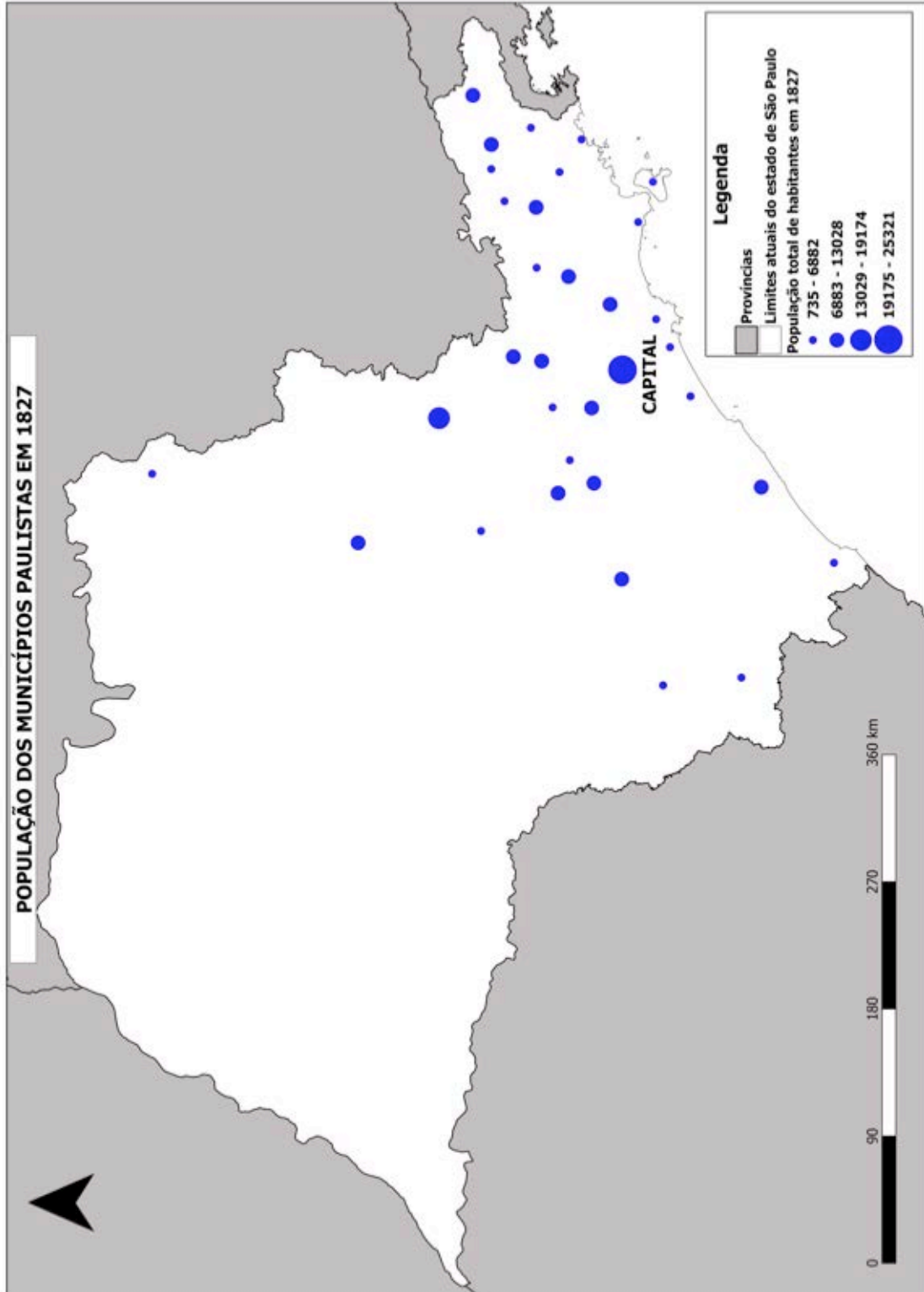


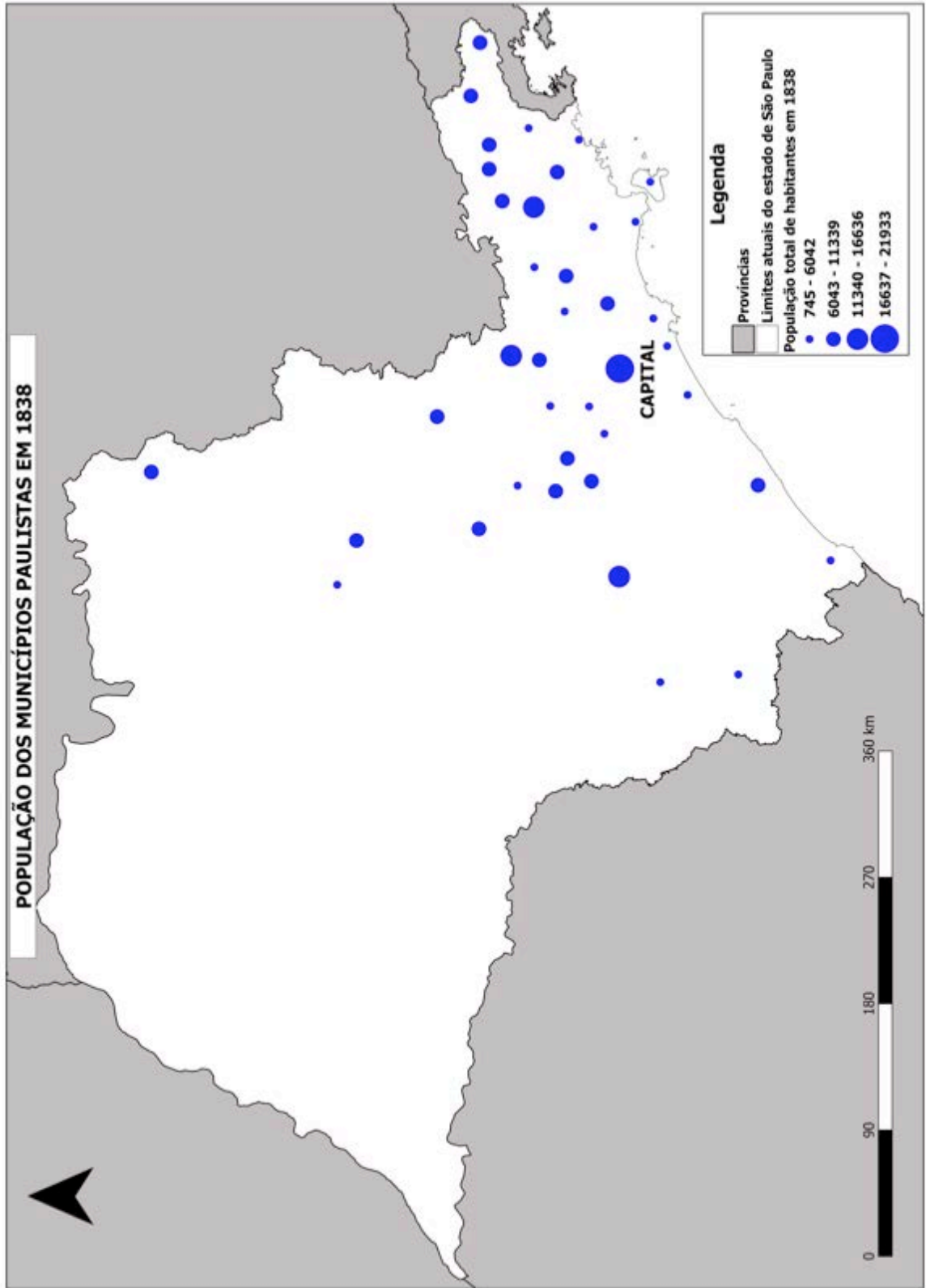


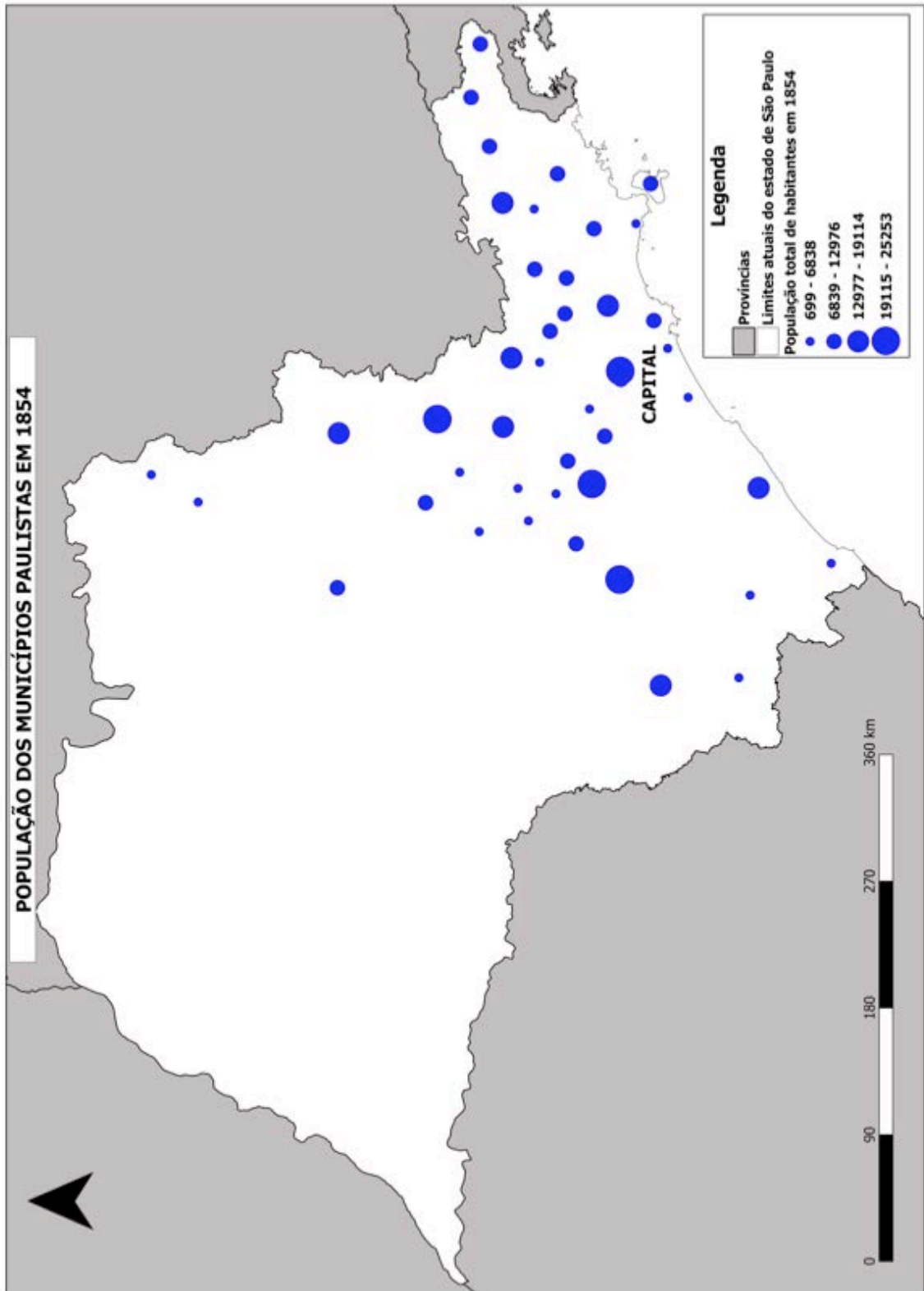


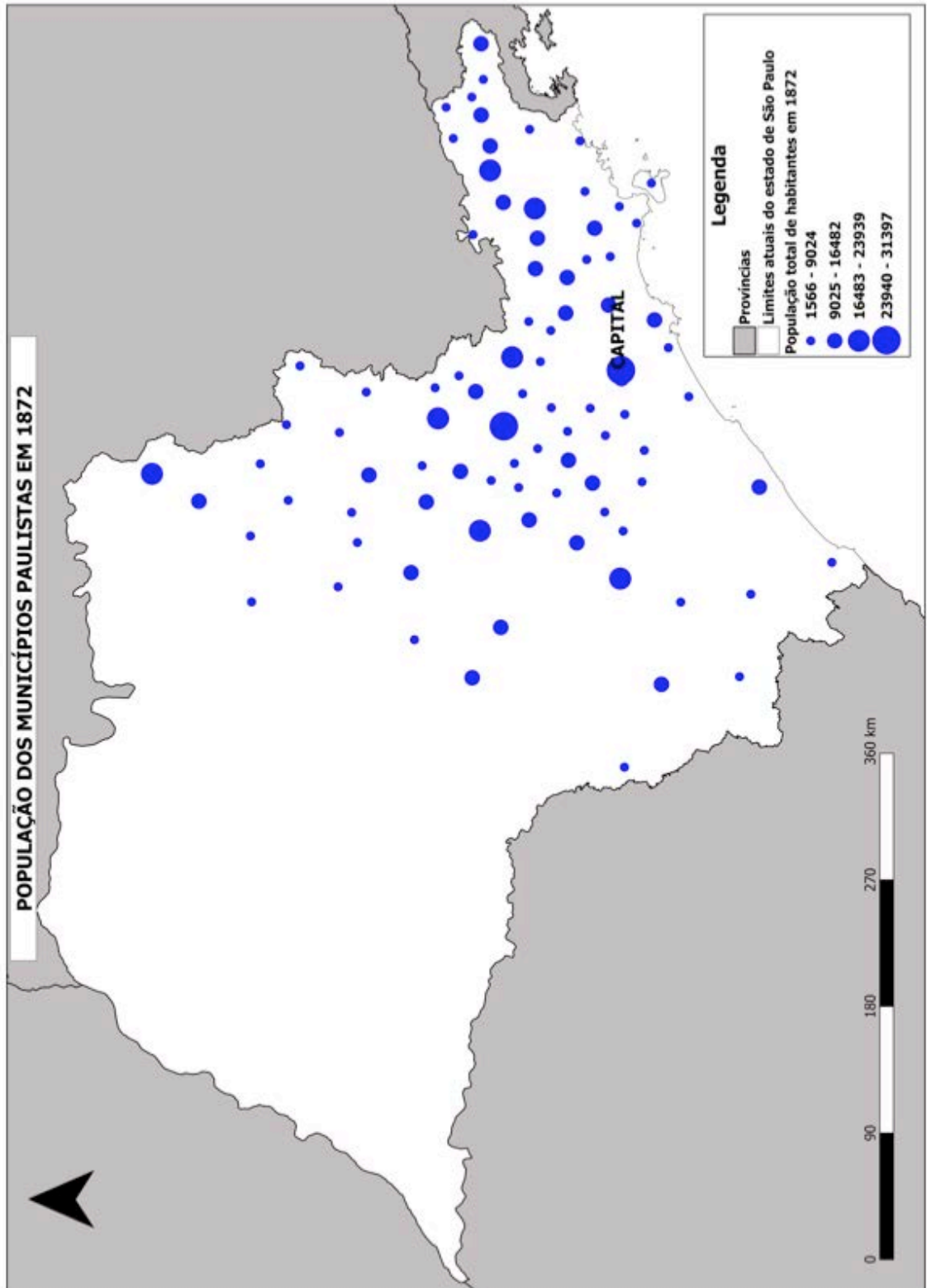
Fonte: Mapas produzidos por Cléber Martins e Rafael Cardoso de Mello, tendo em vista os dados expostos na estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), no censo de Daniel Pedro Müller (1838) e nas séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi.

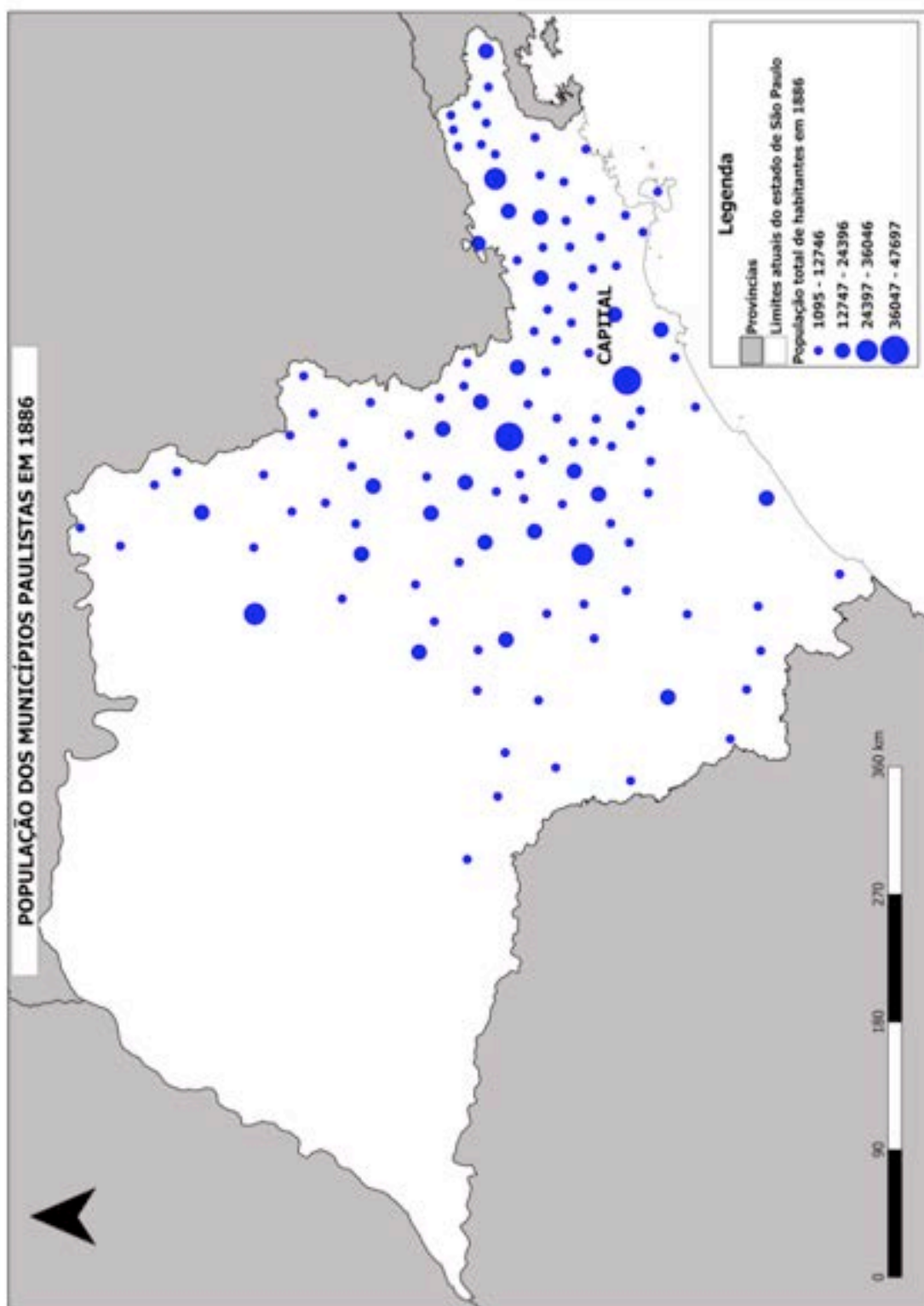
Mapas 11, 12, 13, 14 e 15 – População dos municípios paulistas em 1827, 1838, 1854, 1872 e 1886











Fonte: Mapas produzidos por Cléber Martins e Rafael Cardoso de Mello, tendo em vista os dados expostos na estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), no censo de Daniel Pedro Müller (1838) e nas séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi.

Em linhas gerais, a divisão dos territórios e a observação dos números referentes aos núcleos urbanos e suas respectivas populações ao longo do século XIX nos permite observar a interiorização das pessoas. E esta interiorização nos leva a outra – a dos negócios, das práticas socioeconômicas, da vida política e religiosa, etc. Por exemplo, se lembrarmos dos estudos de Pedro Antônio Vieira, pesquisador da história brasileira a partir da análise do sistema mundo, investigações como a nossa encontram questões importantes:

Como se concretiza a economia-mundo? Ou ainda, qual a extensão ou o território de uma economia-mundo? A concretização e a extensão de uma economia-mundo é medida pela variedade e extensão de suas redes de produção e troca que em linguagem mais técnica Wallerstein e Hopkins (2000) denominaram “cadeias mercantis” (*commodity chains*). Com este conceito os autores designam “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho.” (Wallerstein e Hopkins, 2000, p. 221) Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final. (VIEIRA, 2010, pp. 504-505 *apud* VIEIRA, 2011, p.15).

Em outras palavras, o território paulista tinha suas articulações entre as próprias regiões e entre outras Províncias. O que nos parece bastante claro é que nem todas estavam presas a capital. O historiador Vitor Marcos Gregório nos relata a presença da feira de muares de Sorocaba e suas cifras consideráveis para os cofres da província, a exportação de açúcar (e depois café) pelo porto de Santos, quatro cidades importantes (Curitiba, São Paulo, Santos e Taubaté). Sobre a cidade de Itú, o também historiador Rafael Barbi nos convida a perceber a significativa produção de açúcar e chá (2016, p.24); enfim, vida econômica, política e social que alternava o vetor do dinheiro entre a capital e o interior.

Em “História econômica e social do Estado de São Paulo 1850-1950”, outra obra de bastante influência dos historiadores Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, destaca-se esta condição peculiar da capital paulista em 1850. Em suas palavras:

Em 1850, a província que se tornaria o Estado de São Paulo continha apenas meio milhão de habitantes, e sua capital, São Paulo, possuía menos de 25.000 residentes. O estado tinha poucas estradas, nenhuma ferrovia, e seu principal porto, Santos, dedicava-se principalmente ao comércio costeiro e muito pouco ao comércio internacional. No Brasil, a província estava em posição marginal, tinha pouquíssima importância no contexto internacional, e seu vasto território era esparsamente povoado. De fato, a maior parte do estado era controlada por numerosas tribos indígenas que não haviam sido integradas ao Império brasileiro. A província de São Paulo, em 1850, continha apenas 6% da população brasileira e apenas algumas áreas urbanas, a maioria delas com a

metade do tamanho da capital. Isso contrastava com outras províncias do Império, cujas capitais tinham populações substanciais. O Rio de Janeiro, por exemplo, possuía então 166.000 habitantes, enquanto Recife (Pernambuco) e Mariana (Minas Gerais) tinham cerca de 70.000, e Salvador (Bahia) beirava os 60.000 (LUNA; KLEIN, 2019, p.23-24).

Desta forma, compreender os movimentos de interiorização da província significou compreender a própria ocupação “colonizadora” e administrativa em plenos tempos imperiais, diante de um território de muitos espaços desconhecidos e com população branca pouco significativa. Se pensarmos as relações entre capital-interior, encontramos nas pesquisas do historiador Carlos Guilherme Mota outra questão importante – apenas em 1844 a cidade de São Paulo recebeu seu primeiro esboço de planejamento urbano e, no princípio da década de 1850, a cidade contava com 2 fábricas, o mesmo número que Sorocaba e uma a mais que Bananal, Ubatuba e Campinas (2004).

Os conhecidos relatos do francês do botânico, naturalista e viajante Auguste de Saint-Hilaire contribuem com nossa leitura. Em sua passagem pelo território paulista entre os idos de 1816-1822, descrita em pormenores na obra “Viagem à Província de São Paulo”, propõe contornos que se aproximam de nossa interpretação, quando observou a capital paulista:

A cidade não passa de um grande depósito das mercadorias que vem da Europa e de um local de trânsito dos produtos da região. O porto de Santos lhe é absolutamente indispensável, ao passo que este poderia passar sem ela. São Paulo jamais se teria tornado mais florescente do que Santos se não tivesse transformado em sede da província e não se localizasse nela a residência de todas as autoridades civis e eclesiásticas. (SAINT-HILAIRE, 1976, p.132).

A cidade de São Paulo não demonstrava, principalmente no princípio do século XIX, grandes condições para viver as transformações urbanística e socioeconômica do fim do século. Em sua pesquisa, Rafael Leite Mantovani descreveu situação inusitada na capital no ano de 1826, percebida em um debate entre o presidente da Província e a Câmara municipal da capital. Em novembro daquele ano, o presidente da Província escreveu a Câmara exigindo que os presos condenados a trabalhos públicos fossem sustentados e vestidos pelos cofres municipais. A resposta da Câmara indicava que a cidade estava “afundada em dívidas” e que as obras eram muito grandes, além dos outros gastos esperados. Os membros da Câmara aproveitaram ainda e pediram a Província e a Junta da Fazenda que providenciassem a comida e os vestuários. Por fim, com as palavras de Mantovani, “a câmara dizia que não tinha dinheiro para os itens básicos de sobrevivência, o governo provincial ignorou essa questão e a Junta da Fazenda não respondeu” (2015, p.141). Curioso que, menos de dois meses depois, a Câmara Municipal da

cidade de São Paulo decidiu por contribuir com dinheiro e erguer uma estátua próximo ao Ipiranga em homenagem ao Imperador e a Independência. “Vemos, assim, já nos primeiros anos de independência, uma bizarra tendência a se escolher, em caso de necessitar optar pela saúde e a construção de grandes monumentos, pela segunda opção” (MANTOVANI, 2015, p. 141).

E, mais uma vez reiterando a perspectiva proposta pela professora Maria Odila Dias, Mantovani nos permite inferir a presença de símbolos, rituais, administração e práticas de interiorização do Estado e da Corte, evidenciando, ainda que com a precariedade do território paulista, o movimento e a chegada desta dinâmica litoral-interior.

O número de cidades registradas nos censos também é revelador. Segundo os dados capturados na Estatística da Imperial Província de São Paulo de 1827, percebemos 39 cidades e vilas e mais 41 “freguezias” (números que levam em conta a capital e consideram os núcleos urbanos registrados); a partir do trabalho de Daniel Pedro Müller de 1837, 46 municípios e 42 “freguesias”; e, em 1872, por meio da pesquisa de Bassanezi, 89 municípios 142 “paróquias”. Quanto ao usa paróquias, vale ressaltar que Bassanezi escreveu que “estas paróquias deram origem a municípios ou distritos, cujos territórios foram desmembrados de outros municípios, que não aqueles que foram alocadas no censo de 1872.

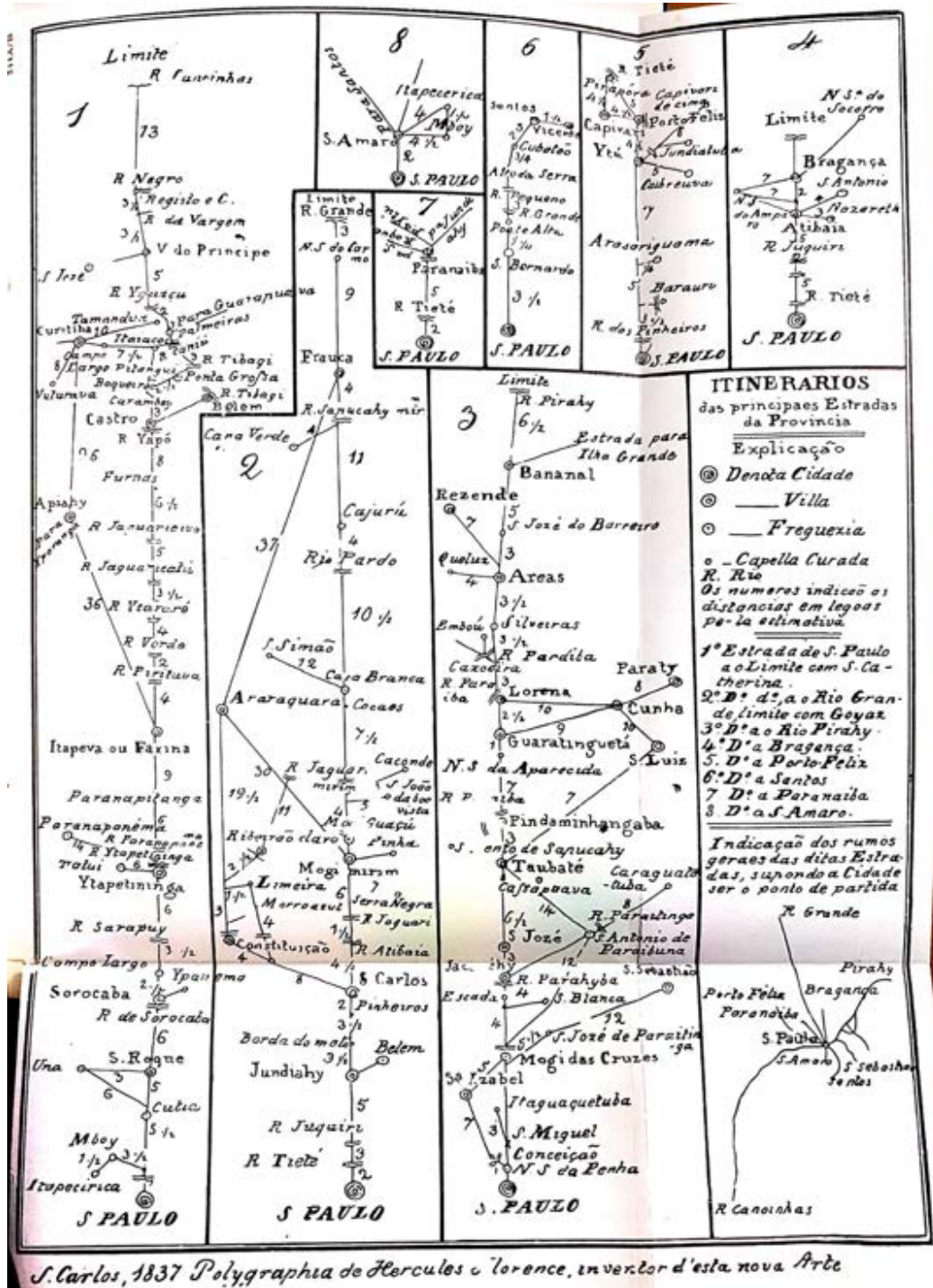
Assim, registrados alguns vetores de interiorização como os contornos da população paulista e o número de cidades, vimos este processo de interiorização se deu mediante práticas distintas, respeitando os tentáculos conhecidos da porção oriental (muitas vezes litorânea). O contexto impulsionou este movimento: as leis de controle e proibição do tráfico negreiro e sua consequente rearticulação da mão-de-obra escravizada; a lei de terras de 1850; o movimento da franja pioneira e as fazendas de café pululando no interior; a revolução industrial europeia e a vinda de imigrantes – o desenvolvimento paulista deu um salto justo no momento em que a monocultura cafeeira parecia assumir o protagonismo diante de tantas questões.

A cartografia desta ocupação indica que os pequenos núcleos e povoamentos responsáveis por este crescimento estão dispersos pelo território paulista, cuja distribuição de caminhos e povoados já havia sido contornada na figura 15. Em 1837, Daniel Pedro Müller destacou caminhos e alguns povoados próximos ao litoral secundarizando boa parte do território paulista (a parte oeste em especial) com a alcunha de “SERTÃO DESCONHECIDO”.

Quanto a estes caminhos e povoados registrados nas páginas finais da obra de Müller (1837), o autor nos oferece as “principais Estradas da Província”, reveladoras de quais cidades e caminhos estavam na mira do recenseador. Como podemos perceber na figura 16, itinerários

nascidos na capital e fundados por diversos cantos do território revelam os principais núcleos responsáveis por este crescimento demográfico:

Figura 19 – Itinerários das Principaes Estradas da Provincia



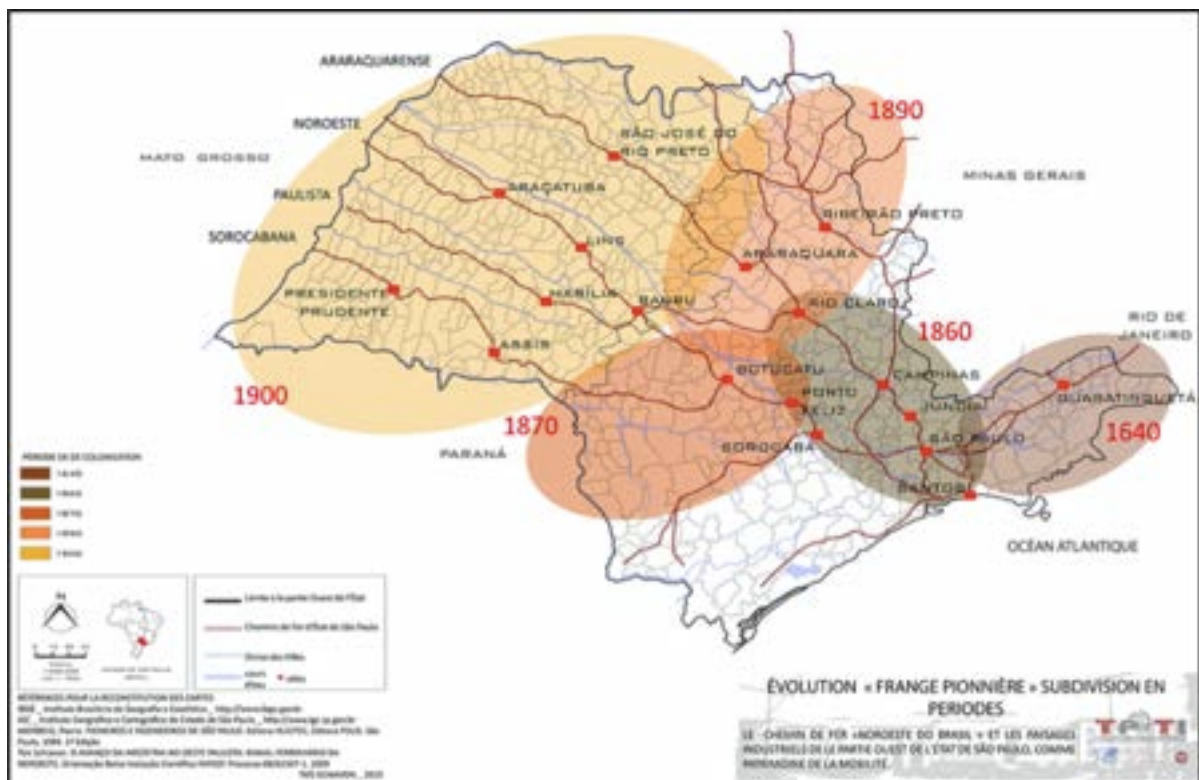
Fonte: MÜLLER, 1837, s/p.⁴⁴

⁴⁴ Admite-se aqui o adendo realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de seu endereço eletrônico: "Itinerarios das Principaes Estradas da Provincia". Editado em 1837 e publicado na obra "Ensaio D'um Quadro Estatistico da Provincia de São Paulo", de Daniel Pedro Müller. O documento foi impresso

Em perspectiva, podemos reafirmar esta relação em porcentagem. Seria o mesmo que dizer que a população interiorana de 1838 correspondia a 93,29% de toda a população da Província de São Paulo e naturalmente apenas 6,71% residia na capital. Já em 1872, a relação fica mais evidente, posto que o número de habitantes no interior corresponde a 96,25% enquanto 3,74% residem na capital. Estes dados são ainda otimistas em relação ao número de paulistanos, se pensarmos a observação do geógrafo Juergen Langenbuch ao citar a cidade de São Paulo em 1875 como um “modesto burgo com menos de vinte mil habitantes” (1968, p.4).

Portanto, os dados acima confirmam o movimento cartografado nos mapas de Daniel Pedro Müller e Jules Martin, datados de 1837 e 1876 respectivamente. Porém, como sabemos, a história do avanço da cafeicultura não é homogênea na Província de São Paulo.

Figura 20 – Evolução da franja pioneira por períodos



Fonte: Dados levantados por Thaís Schiavon, a partir das obras de Langenbuch e Monbeig (SCHIAVON, 2016 e SCHIAVON, 2018).

O desenvolvimento do interior paulista no século XIX, como visto nos estudos de Pierre Monbeig (1984) está articulado com a própria história do ciclo cafeeiro. Para o autor, exemplos

em um primitivo mimiógrafo idealizado por Hercules Florence. Registrou as principais vias e todas as cidades de São Paulo à época. Acervo Alesp”. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>, acessado em 01 de abril de 2020.

desta mudança podem ser percebidos por comparações entre o princípio do século XIX e o avançar de poucas décadas. Em 1811 a população paulista contava com mais de 165 mil pessoas e em 1852, o número ultrapassava 468 mil. Para o fim do século, o autor contabilizou 2.282.279 pessoas a partir dos censos federais (MONBEIG, 1984, p.24). O número de povoamentos também chama a atenção, 15 municípios em 1832 e 40 em 1872 (1984, p.25). Estas transformações motivadas pelo ciclo cafeeiro em expansão não desaceleraram com o fim do século XIX: este aumento significativo de pessoas, mercadorias e vilas sofre mais mudanças diante da crescente produção de café – se em 1836 a província produzia mais de 147 mil sacas de café, Monbeig nos informa que em 1870 o crescimento da produção alcançou 1.043.112 em 1870 (1984, p.24).

Para o geógrafo francês estes novos territórios foram convidados a uma nova temporalidade e cultura, marcada notadamente pelas negociações efetuadas pelos fazendeiros, os agentes do capital:

A riqueza, os laços com a corte, a política, impeliram os grandes fazendeiros a relação de negócios e uma vida mundana que os punham em contato com os europeus: com os representantes diplomáticos, os financistas e os pequenos comerciantes do Rio de Janeiro, primeiramente; com a própria Europa em seguida. Estavam eles, pois, a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha. Era normal que se inspirassem nelas ou a delas tirar partido. Nada se ignorava dos movimentos de imigração para a América do Norte, bem como dos progressos da rede ferroviária e da indústria europeia. Imitar tais exemplos, associando-se aos europeus que vinham para o Brasil, impunha-se a esses proprietários-negociantes, ao mesmo tempo como dever nacional e como excelente ocasião de consolidar suas fortunas (MONBEIG, 1984, pp. 96-97).

O ciclo cafeeiro, a convite desta civilização material, impulsionou, portanto, a desejo da própria alimentação do sistema econômico, o crescimento das fazendas, das plantações, dos braços (a princípio negros escravizados, depois imigrantes), vilas, cidades, ferrovias, luz elétrica, hospitais, cemitérios, escolas, etc. A interiorização da agricultura extensiva (cafeeira) promoveu a alteração da paisagem, da região, do território e dos lugares, categorias geográficas respectivamente articuladas aos aspectos físicos naturais, aos elementos de comparação para definição identitária a outros espaços, às fronteiras e às marcas territoriais, às experiências humanas e à produção de nova história-memória.

E mais, os cafeicultores do Oeste Paulista (e do Novo Oeste Paulista) representam outro aspecto da interiorização, se lembrarmos da perspectiva da professora Maria Odila Dias. Monbeig escreve que estes fazendeiros tinham conhecimento do mundo além de suas propriedades, ou seja, atentavam-se para as flutuações dos preços do café e das mudanças de

clima que a economia, a política e a sociedade revelavam nos diversos cantos do sistema-mundo. Suas relações com o Rio de Janeiro, seja no período monárquico, seja no período republicano, reforçam que a interiorização da metrópole deixou marcas de longa-duração no processo aqui avaliado.

Enfim, o ciclo cafeeiro foi revolucionário para a economia paulista. Neste processo de interiorização, cabe imaginarmos as ferrovias serpenteando os verdes cafezais buscando os grãos de café (este “ouro verde”) e trazendo imigrantes europeus e suas experiências humanas distintas. Aos sertanejos do interior paulista, o mundo se mostrava por meio das máquinas (o cinema, o automóvel e outros elementos da revolução industrial), por meio do trem e pelo poderoso convite a novos exercícios de alteridade, na presença impositiva e numerosa dos novos sujeitos imigrantes em contraste a antiga mão-de-obra negra escravizada.

As regiões expressas por Monbeig e recuperadas por Schiavon revelam temporalidades distintas da interiorização: em 1860, movimento de crescimento populacional nas regiões em que se localizam as cidades como Campinas, Sorocaba e Jundiaí; em 1870, municípios como Botucatu; em 1890, Rio Claro, Araraquara e Ribeirão Preto; e, por fim, sugerem que em 1900 a franja buscará o Oeste extremo do Estado conectando a “civilização” as cidades como Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

Os dados citados confirmam novamente o mapa produzido por Taís Schiavon – o crescimento populacional paulista é notório, uma vez que a maioria esmagadora das cidades aumentou seu número de habitantes no censo de 1886, além de contar com novos municípios. O crescimento em relação ao censo de 1872 é significativo, posto que em 14 anos, a população cresceu de 837.354 para 1.221.394 habitantes.

Quanto aos vetores deste crescimento e a forma com que a interiorização se deu, importante destacar que os anos finais da escravidão e da monarquia brasileiras são marcos significativos neste contexto. Segundo Pierre Monbeig, um debate importante para pensarmos a relação de interiorização da população e dos capitais é a escravidão. Desde 1845 (Bill Aberdeen) e 1850 (Euzébio de Queirós), as leis que impediam o tráfico de negros escravizados no Atlântico dificultava o acesso de mão-de-obra escrava na Província. Para Monbeig, a cultura da cana-de-açúcar em São Paulo “jamais tinha comparado à de Pernambuco ou da Bahia...” por isso “possuía estoque servil muito limitado” (1984, p.101). Segundo o autor:

As regiões novas não eram favorecidas pela repartição geográfica dos escravos, cuja maioria se localizava nas regiões velhas: nas montanhas da Província do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba, e também, ainda que em menor número, nas plantações de Campinas e Itú. O recenseamento de 1872 mostra que as proporções de escravos, relativamente ao conjunto da

população, era mais elevada nos centros cafeeiros: em Bananal, onde atingia 53%, em Barreiros, 44%, em Areias, 33%. Nos centros de cultura de cana-de-açúcar, a porcentagem não ia além de 32%, como em Itu, ou em 20% como em Porto Feliz. Onde entrava o café em plena produção, o percentual dos escravos na população oscilava entre 35%, em Araras e 20% em Atibaia, mantendo-se mais frequentemente ao redor de 23% (Casa Branca, Jundiaí). Caem as cifras abaixo de 20%, quando se penetra nos municípios onde o café ainda estava em seu estado inicial: 18% em Amparo, 19% em Araraquara, 11% em Jaboticabal, 15% em Ribeirão Preto e Jaú, 13% em Botucatu, 10% em Cajuru e Lençóis, e mais baixo ainda em Barretos (7%), Rio Preto (7%) e São Domingos (3%) (1984, p.101-102).

Desta forma, o avanço da interiorização após 1860 para as cidades de Jundiaí, Campinas, Rio Claro e Sorocaba, se desdobra em outros avanços, na perspectiva de Schiavon, para as regiões de Botucatu e Porto Feliz em 1870; Araraquara e Ribeirão Preto em 1890; Bauru, Marília, Assis, Rio Preto e as demais localidades da região Oeste a partir do século XX, acompanhando uma mão-de-obra livre.

Quanto a relação capital-interior no censo de 1886, podemos compreender que dos 1.221.394 habitantes paulistas apenas 47.697 foram indicados como moradores da capital, ou seja, apenas 3,90% da população da Província. Naturalmente, os outros 96,10% da população estava articulado nos censos dos demais municípios. Portanto, o censo de 1886 confirma a diminuição do percentual de habitantes na capital na relação com o interior, confirmando a interiorização de Pierre Monbeig e a vitória do ciclo cafeeiro na decisão de construção das fazendas, vilas, cidades e experiências ao longo das estradas de ferro que cortaram a Província.

Mesmo que adotemos postura crítica frente a narrativa heroica de Honório de Sylos acerca da trajetória paulista no começo deste texto, compreendemos que os dados coletados e as interpretações sobre o avanço da cafeicultura e da interiorização na Província, a aceleração deste pela introdução da malha férrea, a chegada dos imigrantes, a Proclamação da República, a introdução de valores re(s)publicanos, as marcas de uma certa modernidade (luz elétrica, bondes, cinema, bulevares, moda, etc.) são de um passado que ainda organizam e antecipam de certa forma este preparação rural e agrícola para um universo que pretendeu, décadas a frente, a romper com seu passado e construir um universo urbano, racional, branco e “laico”.

2.4. O novo Oeste da Província: entre mineiros e paulistas, o sertão revelado para o mundo do café

Em nome de mercadorias que lhes pudessem garantir status, glórias e prestígios - o índio escravizado, a captura de negros foragidos, as pedras preciosas, a posse de territórios etc.-, os paulistas tornaram o sertão o seu

mundo. Como homens pobres, construíram pela ambição a sua identidade e, lançando-se aos sertões, tornaram lenda seus nomes. Nos sertões se acharam e nos sertões se perderam. A pobreza original em que viviam e os percalços da administração colonial, criaram a imagem do sertão como o espaço por excelência da “liberdade e das possibilidades”. Mas o lançar-se ao desconhecido hostil, do qual muitos jamais voltaram, também fazia do sertão a imagem do “tormento e da destruição”. Visões contraditórias de um espaço não só geográfico, mas de representação. Um misto imaginário e presencial do sertão como ente à “presidir a vida e a morte” (Alcântara Machado, 1929/1980, p. 223). Visões que, no entanto, não afugentaram as andanças e as penetrações dos paulistas cada vez mais para o interior na expansão do domínio luso-brasileiro sobre terras e povos. (MANO, 2006, p.39).

Marcelo Mano descreve poeticamente parte da narrativa histórica que traçamos sobre o território paulista em seus quatro primeiros séculos. Para os cartógrafos da família imperial, a região que hoje concebemos como Ribeirão Preto ainda era incógnita, sem definição clara e objetiva no princípio do século XIX. O território ainda sofria com a alcunha de “Sertão Desconhecido”, nomenclatura que lhe acompanhou por séculos desde o período de colonização.

Após compreendermos este movimento de ocupação geral deste território, a pesquisa tem elementos que permitem revelar mais atentamente o seu objeto. Esta seção recupera de início a longa duração da interiorização da província e mira na formação da região, no futuro, se transformou nos cafezais de Ribeirão Preto.

Desde o princípio do século XVIII, a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais era problema a ser administrado pela Coroa. Como já vimos, a transição dos séculos XVII-XVIII foi conturbada para paulistas e mineiros, uma vez que a descoberta das minas gerou conflitos já indicados. Com a criação da Capitania das Minas de Ouro em 1720, o sentimento de derrota por parte dos paulistas foi potencializado pelas alterações constantes dos limites entre os dois territórios, realizadas em 1729, 1731 e, finalmente, em 1747 com a definição da Serra da Mantiqueira como limite entre as duas capitanias (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2014, pp. 10-11).

Estas alterações promovidas pela Coroa visavam controle dos limites e, conseqüentemente, das áreas e das pessoas que deveriam pagar os novos impostos criados em função da economia aurífera, para além de observar de perto a extração do ouro. Não era incomum que boa parte das decisões sobre ampliação e redução dos territórios destas províncias atendessem as Minas Gerais, naturalmente. Neste contexto, chama-nos a atenção o jogo de interesses entre paulistas e mineiros, mesmo depois das divisas definidas. Em 1764, por exemplo, tendo a metrópole taxado cem arrobas de imposto por ano para os moradores das

Minas Gerais, viu-se um avanço de mineiros sobre as terras auríferas paulistas, causando diversas contendas entre os latifundiários e seus representantes políticos.

Em texto de Dirceu Piccinato Junior e Ivone Salgado vislumbramos este cenário de disputas de interesses entre as capitanias. Os autores destacam a presença de figuras como o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil e governador especial do Rio e de São Paulo, em fato que corrobora à interpretação apresentada. Em 1765, o Conde da Cunha enviou uma representação a Coroa solicitando restabelecimento da capitania paulista (PICCINATO JUNIOR; SALGADO, 2014, p.12), desejoso de conter os avanços mineiros na defesa dos interesses de “seus representados”. Os autores citam que as duas províncias emitiram diversas representações e vários pareceres até 1879, muitos deles sem sucesso. Podemos encontrar permanências desta querela em 1935, no Decreto Constitucional do Governo do Estado de São Paulo, assinado por Armando Salles de Oliveira, definindo de vez os limites entre os dois territórios (2014, p.12).

Pois bem, o motivo que nos leva a esta recuperação histórica está no desejo de perceber a agenda dos envolvidos naquele contexto de fins do século XVIII. Nos parece que a restituição da autonomia da capitania de São Paulo não apenas atendia aos paulistas (pela necessidade de retomar a economia, pelas decisões de ordem política, por exemplo), mas também a própria Coroa, uma vez era do desejo do Estado a interiorização do processo de urbanização pelos sertões desconhecidos.

Ainda sobre as representações, a historiadora Pérola Maria Goldfeder e Castro revela a existência de mais de 50 documentos enviados a Coroa, por parte das Câmaras Municipais das cidades da região do Sul de Minas Gerais por volta de 1850:

Chama-nos especial atenção o número de representações, 50, que solicitavam a criação de uma província ao sul da de Minas Gerais. Os manifestantes dessa idéia compreendiam as câmaras municipais das cidades de Campanha, Pouso Alegre e Três Pontas, bem como das vilas de Santa Maria de Baependi, Cristina, Boa Vista de Itajubá, Passos, Lavras, São Carlos de Jacuí, Pouso Alto e Dolores de Alfenas. Isso nos faz conjecturar sobre a multiplicidade de interesses que coexistiam na região sul-mineira àquela época (2012, p.139).

Assim como Luna e Klein nos permitiram dividir as regiões da Província de São Paulo para melhor interpretar as diferenças e os regionalismos presentes no processo de interiorização paulista, o texto de Castro nos convida a exercício semelhante ao território mineiro. Os conflitos entre as duas províncias foram intensos e duradouros, configurando território em que as fronteiras se movimentavam com os ventos da conveniência de quem as indicava. Como consequência, a cartografia e o conhecimento da natureza topográfica do território mineiro

ficaram desconhecidos até os anos finais dos setecentos, contribuindo com constantes questionamentos acerca dos limites e fronteiras das Províncias.

A pesquisadora Cláudia Damasceno Fonseca, na obra “Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas”, produz reflexão importante sobre a ocupação dos diversos espaços sertanejos no território mineiro durante o ciclo aurífero. Segundo a autora:

Nota-se, nestes discursos, que o sertão deixou progressivamente de constituir uma zona de fronteira indefinida e sem estatuto jurídico específico, para tornar-se um território, passível de ser disputado, dividido e delimitado. Sobretudo na segunda metade do século XVIII, estas extensões de terras “virgens” da capitania passam a ser percebidas como uma reserva de riquezas, uma fonte de rendimentos em potencial. Pouco importava que tais matos ou campos fossem povoados por quilombolas, feras, ou índios selvagens: os concelhos que tinham uma saída, um acesso a estes sertões, levavam vantagem sobre os outros, pois eles eram extensíveis. Assim, para salvar Vila Rica da estagnação e da decadência que a ameaçavam, era preciso lhe dar um sertão sobre o qual se expandir, e o único meio de fazê-lo era incorporar à sua jurisdição os arraiais vizinhos e contíguos a estes espaços “virgens” (2011, p.295).

O texto de Fonseca é importante para compreender a ocupação da região de Ribeirão Preto e das cidades próximas no fim do século XVIII e início do século XIX como articulado a um movimento mineiro. Trata-se de um conjunto de sujeitos, descontentes do ocaso aurífero e/ou investidores de um futuro nas terras vizinhas do sul, que se ocuparam, durante décadas, de migrar para “novas” regiões, estando dentro dos limites da província (o que nos parece que a autora trabalha com maior atenção) e fora (nosso objeto de interesse).

Se retomarmos os censos da seção anterior para observação da realidade demográfica paulista do século XIX veremos significativo crescimento das regiões do Oeste Paulista, Vale do Paraíba e do Caminho do Sul. Notoriamente, os números indicaram que na primeira metade do século as cidades do Vale do Paraíba foram beneficiadas pelo caminho do ciclo cafeeiro e, logo após a década de 1850, os núcleos do Oeste Paulista – conhecido também como Novo Oeste Paulista (CUNHA, 2010), tomaram este lugar de proeminência populacional.

Se retomarmos uma das perguntas de pesquisa destacada na introdução – “que realidade a escola se sobrepõe”, talvez agora, parte da resposta esteja ensaiada. Ainda que o recuo histórico possa, algumas vezes, soar desnecessário aos olhos mais ansiosos, pedimos ainda que pensemos sobre a narrativa aqui construída, mediante recuperação dos dados dos censos acerca da população paulista do século XIX.

Podemos cair em uma interpretação unilateral do universo provincial de São Paulo se não considerarmos outras realidades enquanto analisamos a interiorização da região nordeste

deste território diante dos documentos analisados. Assim sendo, esta seção passa a contribuir com um exercício cauteloso de evitar certa limitação de nossa investigação, uma vez que, observamos a relação entre o território objeto de estudo a outros articulados em história, economia e migrações.

Por conta disso, considerar estes dados mineiros se faz importante para ressaltarmos a percepção dos movimentos de interiorização ainda que não completamente interpretados pela luz da historiografia já constituída acerca das trajetórias singulares das cidades desta região. Por isso, sentimo-nos na necessidade de contornar a vida material destes sujeitos que habitaram a porção nordeste da província paulista diante das suas realidades distintas, articuladas aos demais territórios, em especial mineiro, como vimos até agora.

Por exemplo, pergunta-se: de onde vieram tantos habitantes para a região e em tão pouco tempo? Qual motivação e em que condições constituíram estes centros urbanos? Estas questões são importantes na medida em que nos convidam a refletir parte das perguntas indicadas na introdução: a que realidade nordestina paulista a escola se sobrepõe?

A entrada da região no sistema-mundo, como já apresentado na introdução, se deu mediante o capital cafeeiro durante o período dos 1800s. Antes das fazendas de café e da malha férrea, a região ainda pouco explorada coloria o imaginário da metrópole de sentidos de sertão desconhecido.

De início, a primeira ocupação colonizadora na região se deve ao trânsito gerado pela mineração, no princípio do século XVIII, dado a travessia entre as capitânicas paulistas e o sertão mineiro, principalmente pelo caminho denominado “Estrada dos Goyases”. Para Pedro Francisco Rosseto, o “caminho geral dos Goyases”, aberto em 1721 como resultado da ampliação das rotas para as minas, buscava dar acesso ao território das minas para os paulistas derrotados dos conflitos das duas décadas anteriores (2006).

Partindo de São Paulo, a estrada rumava ao norte e passava pelas cidades de Jundiá, Mogi-Guaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, Igarapava chegando até a região onde hoje se encontra o município de Uberaba (em Minas Gerais), local em que mudava a direção para Oeste rumo as minas de Goiás (ROSSETO, 2006, p.143; LAGES, 1996, p.21). O caminho tinha, ao todo, 89,08 léguas, o equivalente a 690 quilômetros.

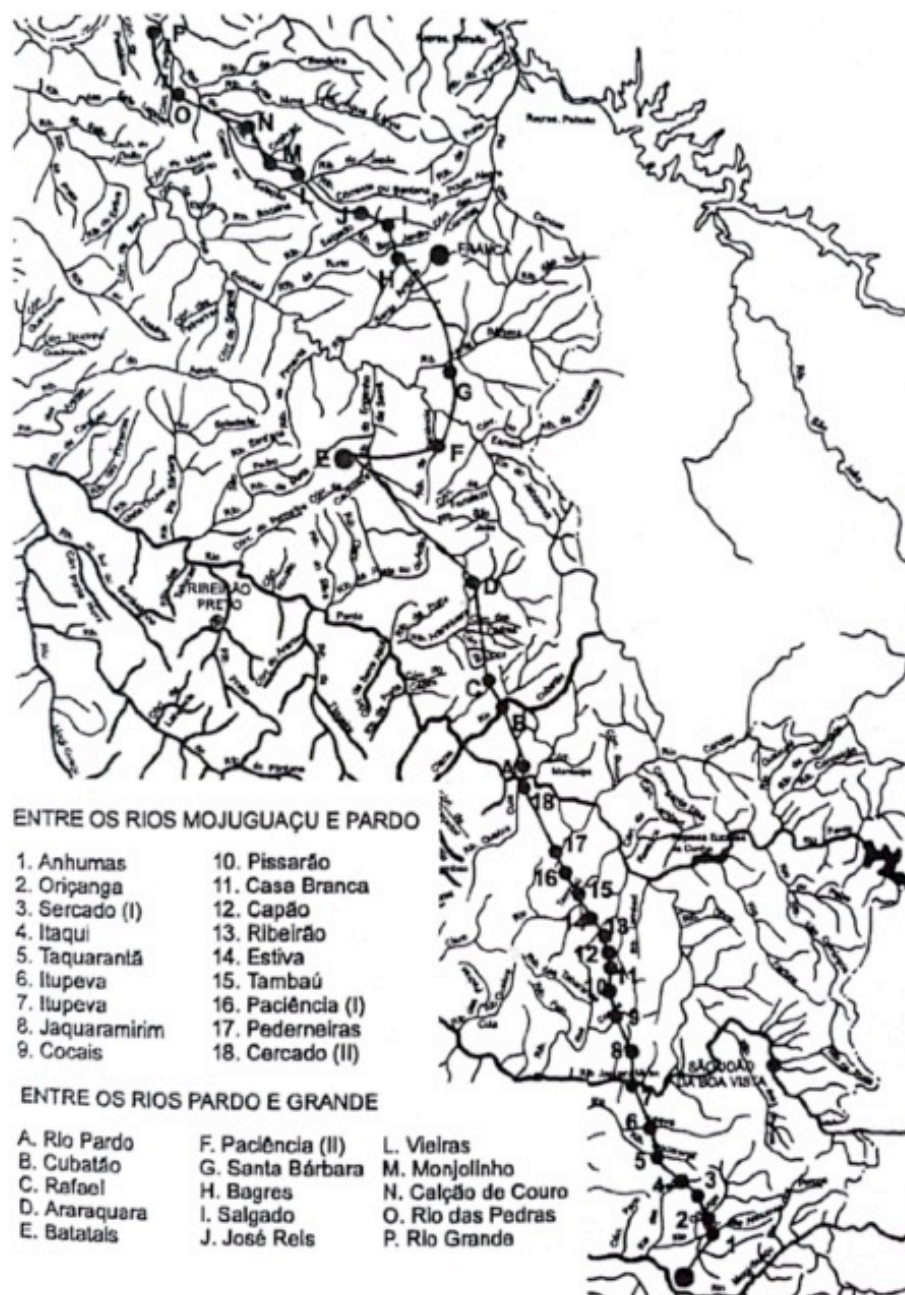
Figura 21 – Carta Topografica da capitania de S. Paulo e seos certoens



Fonte: Detalhe de “Carta Topografica da capitania de S. Paulo e seos certoens, em que sevê os descubertos [...]como tambem o caminho que vai para Goias [...]”, que destaca- mos em vermelho. Note-se como o caminho margeia a Serra da Mantiqueira e a divisa da então recém-criada capitania das Gerais, marcada no original em tom amarelo. C. H. R. Carta Topografica da Capitania de S. Paulo e seos certoens. [177?]. Bico de pena sobre papel. Coleção Pirajá da Silva, Mapoteca da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. (ROSSETO, 2006, p.143).

Se o caminho dos Goyases iniciou certa ocupação da região em que hoje concebemos com Ribeirão Preto, os dados obtidos pelos censos do século XIX não indicam que a população aqui se fixou e desenvolveu cidades ou significativos projetos sedentários durante este período, pelo contrário. A região foi desde os séculos XVIII espaço para passagem dos viajantes – “trânsito rarefeito, descontínuo e inconstante”, como salienta o historiador José Antônio Lages (1996, p.37).

Figura 22 – Sítios e pousos do Caminho de Goiás citados nos maços de população e nos registros de Batismo



Fonte: LAGES, 1996, p.39.

A origem dos pousos é incógnita para muitos pesquisadores. Para o historiador Lages, “nos parece alguma coisa viva e dinâmica, apesar da sua população ser fluida e dispersa” (1996, p.38). Rafael Pires Padrinho, governador de São Paulo em 1730, escreveu a Coroa comentando a vida que acontecia nestes núcleos:

“... com facilidade, largavam de um sítio para irem formar outro em novo mato (...) Mas no que largavam, acomodavam outras pessoas que ainda hoje permanecem neles com abundância de todos os frutos e mantimentos, e ainda do mesmo milho semeado em roças e capoeiras que eles largaram.” (*apud* LAGES, 1996, p.38).

Aos viajantes do século XVIII, os pousos compunham o caminho. O que viam eram plantações de milho, feijão, mandioca, “das quais se fazia farinha, batata, fumo e melancias” (TAUNAY, 1976, pp.68-69 *apud* MANO, 2006, p.41). Estas populações, muitas vezes flutuantes, não se embrenhavam no mato, quando fixavam (mesmo que temporariamente) o faziam próximos ou acompanhando a estrada. Pode-se afirmar que o caminho dos Goyases tenha sido manifestação histórica importante de interiorização, ainda que não da ocupação e do povoamento da parte nordeste do território. Sobre as últimas, os censos do século XIX já indicaram a realidade mais tardia. A população era constituída de mamelucos, indígenas, brancos, negros escravos e mulatos. Segundo Mano, estes núcleos urbanos se organizavam mediante estrutura familiar poligâmica e patriarcal, “com base em relações de trabalho escravagistas, forte influência da religião católica e uma economia básica de produção agrícola para subsistência e comércio” (2006, p.41).

Se o avanço para o interior é de certa forma o avançar dos limites do território, não nos esqueçamos das palavras de José de Souza Martins ao tratar a historiografia que versa sobre as fronteiras no Brasil. É preciso lembrar os aspectos conflituosos dos interessados nas ocupações e povoamentos desta região. Segundo o autor:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1996, p.27).

Se os índios *kaypó* parecem ter perdido a guerra para os brancos invasores, estes eram muitos e de diversos tons de interesse. Os bandeirantes que buscavam o aprisionamento indígena ou a busca pelas minas transitaram pelo século XVIII no caminho dos Goyases sem se embrenhar nas matas que margearam o trajeto, porém, os mineiros dos anos finais do mesmo século, mudaram de estratégia. A ocupação mineira desta porção do território paulista remontava a ocupação paulista do território mineiro de outrora, antropofagicamente, ressignificando as identidades de ambos.

A noção de frente pioneira, presente nos trabalhos de Darcy Ribeiro, Pierre Monbeig e José de Souza Martins⁴⁵, dialoga com uma noção de modernização bastante rica. Esta concepção de encontro com o novo, produtor de novas formas de sociabilidade, articulada aos interesses do capital e na divisão do trabalho impõe as novas áreas conquistadas o ritmo da vida dos conquistadores. Tal imposição pode ser lida mediante a crença da tentativa da anulação da cultura conquistada, porém, como nossa pesquisa tem outro intento, ou seja, de repensarmos a relação entre um território histórico existente em memória e cultura que foi alvo de projeto civilizador (transformador da cultura e das identidades), consideramos a negociação existente entre a cultura que se pretende impor sobre aquela que existiu (e que pode ou não ter resistido). Em outras palavras, responder a questão – “a que realidade a escola se sobrepõe” é compreender três dimensões do processo civilizatório a que aqui denominamos de processos de educação: o primeiro é compreender que realidade historicamente produzida estamos a apresentar quando indicamos o território nordeste paulista; a segunda, a caracterização do projeto modernizador/civilizacional escolar europeu, branco e vinculado aos interesses do Estado republicano recém-imposto a sociedade brasileira na transição dos séculos XIX-XX e, por fim; a terceira, que reconhece que a vida, ou melhor, o sistema capitalista experimentado pelos sertanejos desta porção de São Paulo é único e singular, reproduzidor e resistente da sistemática global, articulado ao sistema-mundo e desenvolvedor de exclusão social. Como estas cidades foram “continentes” para “conteúdos”.

Porém, vamos por partes. A introdução da cidade de Campinas é exemplo desta característica. Conhecido como “pouso dos campinhos, ou das campinas” (ROSSETO, 2006, p.144) serviu de ponto de referência de descanso, alimentação e pouso dos viajantes que rumavam aos territórios do norte. O caminho de Goyases juntava alguns núcleos urbanos com bastante dificuldade.

Campinas de fato, apareceu aos poucos, primeiro com a construção de uma capela provisória em 1774, transformando o povoado em freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, e em segundo momento, emancipada de Jundiaí em 1797, prometia alimentar a perspectiva da Coroa de interiorização da população urbanizada futura. A

⁴⁵ Segundo Martins, “A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (1996, p.29).

constituição da capela já é a imposição do modelo colonizador e moral, portanto, desenvolvedor de cultura cristã e de certos processos de educação bastante específicos.

Ainda em 1797 passou a se chamar Vila de São Carlos e apenas em 1842, ganhou o nome que atualmente é conhecida. As datas corroboram à presença dos habitantes de Campinas apenas a partir dos censos de 1854, contabilizando já naquele contexto mais de 14 mil habitantes. Para o pesquisador Paulo Eduardo Teixeira, a história deste núcleo rapidamente encontra sua articulação com circuitos econômicos:

Campinas foi um exemplo de povoado que, ao sabor dos caminhos trilhados pelos bandeirantes, se tornou um pouso necessário para a jornada em direção ao sertão. Nesse processo, as terras férteis da região passaram a ser cultivadas, inicialmente, com produtos voltados ao comércio interno e consumo próprio. Porém, dada a conjuntura revolucionária francesa, que forçou o aumento dos preços internacionais do açúcar produzido no Caribe, São Paulo passou a ingressar nesse mercado, sendo que muitos habitantes de Campinas se beneficiaram desse processo, como demonstrou Valter Martins ao sugerir que não somente os senhores de engenho enriqueceram, mas também os pequenos agricultores livres. (2017, p.587).

Na esteira do enriquecimento da economia açucareira, o povoado de Campinas é um exemplo de articulação da região para acolhimento das futuras fazendas de café. Nas pesquisas de Áurea Pereira da Silva, encontramos produção açucareira em fazendas próximas ao povoado até a década de 1830, momento de máxima produção com 93 engenhos de açúcar e 93 destilarias de cachaça, porém, a partir das décadas de 1840 e 1850, a produção de açúcar passou a conviver com a cafeeira, atendendo a especificidades da produção do segundo – “... Embora tornando-se economicamente inexpressivo, o açúcar irá conviver com o início da atividade cafeeira, uma vez que o retorno do investimento inicial na produção de café era demorado” (2006, p.83).

Ou seja, a tomada da região serviu a interesses comerciais e articulação com o centro colonial já existente. A vida material se modificou, produzindo novas formas de sociabilidade visando atender as demandas do momento. “Campinas” ou qualquer outro centro urbano da região nasceu de acordo com estas nuances de interesse e posição na rede do sistema em que a interiorização nos permite revelar.

Se a simbiose indígena foi marca da construção identitária dos paulistas entre os séculos XVI e XVII, vimos que conduziram nos séculos XVIII e XIX relações fronteiriças com as Províncias do Paraná ao sul (caminho do sul), com a Corte (Rio de Janeiro) e a economia mineira no Vale do Paraíba e no Novo Oeste Paulista. Conseqüentemente, novos encontros antropofágicos, como cita José de Souza Martins.

De nossa parte, foquemos neste encontro a partir do relato de Lages sobre a natureza da frente pioneira na região nordeste da província de São Paulo na transição dos séculos XIX-XX:

É o que observamos no interior paulista, notadamente nos vales dos rios Pardo e Mojiguacú, nas primeiras décadas do século XIX: entrantes mineiros introduzindo um tipo de economia de excedentes baseado na agropecuária, espelhando de maneira débil a sua matriz sul-mineira, situação que perdurou até a década de 1870, quando a região se integrou à ‘frente pioneira’ do café (1996, p.71).

Estes entrantes mineiros citados por Lages foram citados em obras clássicas da historiografia nacional. Caio Prado Júnior, por exemplo, nos relata que “quase todos os núcleos povoados desta região... são de origem mineira: Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros...” (PRADO JÚNIOR, 1996, p.79). Lucila Brioschi e Carlos de Almeida Bacellar descrevem o contexto como um avanço dos interesses da capitania mineira sobre o território paulista, apesar da população ser um misto de paulistas de outras localidades, mineiros que fugiam do ocaso aurífero, alguns descendentes de antigos sesmeiros, buscando aproveitar o potencial na agricultura e na pecuária destas terras (BRIOSCHI, 1995, pp. 72-75; BACELLAR; BRIOSCHI, ANO, p.59). Luciana Suares Lopes nos auxilia com uma visão sobre esta ocupação nos anos finais do século XVIII, posto que apesar do restabelecimento das correntes de povoamento do território, a região era ainda desabitada (LOPES, 2011, p.59).

Tomemos a escrita de Auguste Saint-Hilaire, conhecido viajante francês que esteve no Brasil realizando pesquisas como botânico e naturalista durante os idos de 1816 e 1822. Em 1819, por exemplo, o autor potencializa a tese da presença mineira no território quanto descreve que a toda população da cidade de Franca do Imperador provinha de Minas Gerais e não de São Paulo (LAGES, 1996, p.07).

As terras do Sertão do Rio Pardo também. Durante os últimos anos do século XVIII, contexto de declínio do ciclo aurífero, o trecho passou a ser objeto de disputas entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. O “Descoberto do Rio Pardo” (freguesia de Caconde), por exemplo, foi região em disputa no ano de 1765 (CUNHA, 2010, p.03). O historiador Chiachiri Filho (1982) relata que o capitão Hipólito Antonio Machado, um dos fundadores da cidade de Franca, solicitou em 1805 a criação da Freguesia à Antônio José de Franca e Horta, Capitão General da Capitania de São Paulo, tendo em vista:

- 1 - os “intranses” que lá se estabeleceram estavam descontentes com a falta de “Pasto Espiritoal”.
- 2- que se eles quisessem dar “Estado a seus filhos” deveriam andar 40 a 50 léguas até a Freguesia de Moji.
- 3- que, além dos riscos que corriam de ataque da “Gentilidade bárbara” deveriam transpor, nesta caminhada, quatro postos reais (CHIACHIRI FILHO, 1982, p.58).

Com isso, uma das bases de nossa tese se forma na saturada argumentação histórica da formação da região nordeste da província paulista foi ocupado por entrantes mineiros durante o século XIX. Como escreveu a historiadora Maísa Faleiros Cunha, “... É, portanto, com a migração mineira que a região vai pouco a pouco perdendo sua característica de sertão” (2010, p.05) e ganhando a atenção e os olhares da administração da capital. A “interiorização da metrópole”, como nos convidou a pensar Maria Odila, chegou ao território com estes agentes e suas práticas socioculturais: criavam gado, instalavam casebres, sítios e fazendas, plantavam roças e, lentamente, iam contribuindo para o povoamento da região.

O Portal de Estatística do Estado de São Paulo, por meio do Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), oferece (por meio da internet e de forma gratuita) consulta da trajetória dos desmembramentos dos municípios paulistas. Por meio das datas e das linhas propostas, percebemos que a fundação de Franca é, por exemplo, um desmembramento dos municípios de Mogi-Mirim, que por sua vez desmembrou-se de Jundiaí, retomando historicamente a ocupação do planalto no século XVI⁴⁶.

A ocupação destas cidades contemporâneas à criação da cidade de Franca compartilha a simbiose das culturas paulista e mineira, promovendo produção de uma agricultura de subsistência para os pequenos povoados, criação de gado e produção de açúcar nas primeiras décadas do século XVIII e de café no século XIX. De certa forma, a simbiose paulista da longa duração, aquela realizada entre bandeirantes e indígenas nos séculos anteriores, cedeu espaço a uma nova combinação de culturas.

Se pensarmos as práticas econômicas descritas pelos pesquisadores que estudaram as cidades da região, Maísa Cunha recupera o contexto e pontua:

Os migrantes mineiros que se dirigiram a Franca e áreas circunvizinhas (que deram origem a Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista, Ituverava, entre outras) vinham tanto de regiões do sul de Minas, especializadas no abastecimento interno, assim como de regiões de mineração decadente. Esse movimento de mineiros em direção ao Sertão do Rio Pardo, portanto, situava-se no contexto de ampliação da fronteira de pecuária e agricultura de

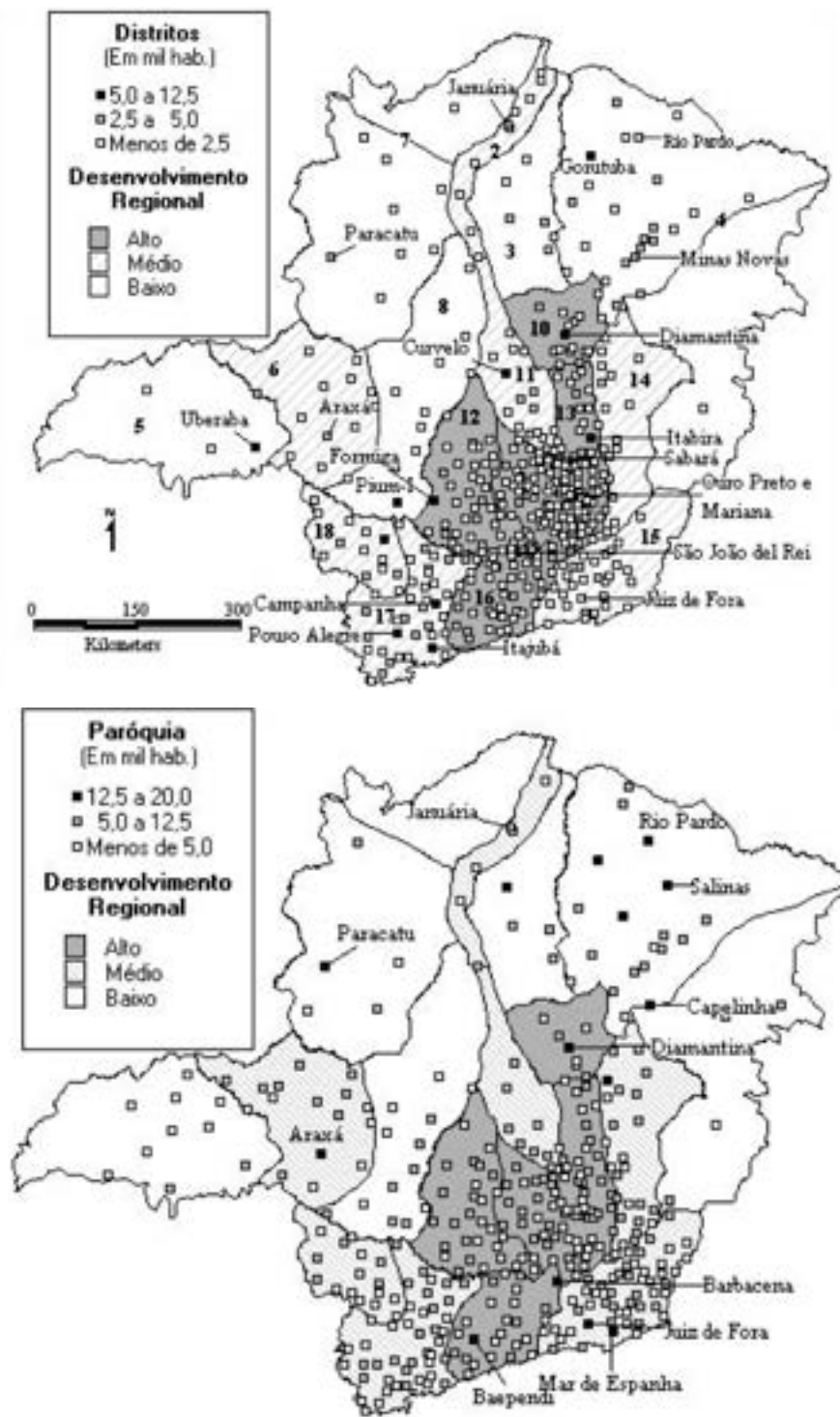
⁴⁶ SEADE, Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembrementosp/#decrease>, acesso em 16 de fev. de 2021.

abastecimento de Minas Gerais em direção a São Paulo, e na busca por novas faisqueiras, impulsionada pela decadência da mineração aurífera nessa capitania desde 1780. Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis (2010, p.4).

Esta relação Minas – São Paulo na transição dos séculos XVIII-XIX merece atenção. Clotilde Andrade Paiva nos informa que em toda província mineira, encontramos na década de 1830 uma população que girava em torno de 720.000 habitantes (1996, p.52), número muito superior a vizinha paulista, com apenas 327.000 moradores no mesmo período (censo de 1837). Os números de crescimento destas populações são bem diferentes, mesmo 40 anos depois. Para Marcelo Soares de Mello Filho (et al, 2007, p.15), a população mineira em 1872 chegava a 2.079.583 habitantes e, segundo os censos que pesquisamos os paulistas chegavam apenas a 837.354. Enfim, ainda que o ciclo cafeeiro tenha permitido uma interiorização da região do Novo Oeste Paulista e que, boa parte desta população fosse oriunda de Minas Gerais, as permanências históricas e a estrutura urbana, política, econômica e social das cidades mineiras ainda demonstravam pesar na orientação dos fluxos populacionais extra provinciais.

O que as pesquisas demonstram sobre o crescimento e desenvolvimento de Minas Gerais no século XIX não anula o escrito sobre São Paulo. Apenas registra que o aparecimento das cidades e demais núcleos urbanos da região pesquisada a contar das primeiras décadas do século XIX não significou a paralização ou decréscimo do vizinho do norte, mesmo que parte da população responsável pela economia da região ser, em parte significativa, proveniente do sul de Minas. Os mapas 15 e 16 representam esta proposição:

Mapas 16 e 17 – População das localidades e regiões, segundo nível de desenvolvimento – Minas Gerais – Década de 1830 e 1870.



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Estimativa de 1830 obtida em Rodarte (2006); e de 1872, obtida em Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4- Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. (MELLO FILHO, *et al*, 2007, p.06).

No princípio do século XIX a realidade mineira revelou também um crescimento populacional, ainda que as minas não mais rendessem os lucros de outrora. Apesar das explicações que apostaram na relação direta entre o fim do ciclo do ouro, o declínio da população mineira e a estagnação econômica da Província, expressas em trabalhos como de Celso Furtado (1959), o que se vê na historiografia contemporânea não corrobora tal posicionamento.

Tal como expressa os dados expostos por Mello Filho (et al), o complexo econômico interno da Província explicaria o contínuo crescimento da população e a não desarticulação da rede urbana. Mais do que isso, estima-se que no recenseamento de 1870, Minas Gerais mantivesse o posto de Província mais populosa do Império, com taxa de aumento superior à média brasileira e próxima aquela apresentada por São Paulo (e Paraná). Sugerindo, portanto, que “a província de Minas tenha tido saldo migratório positivo, ao longo do período, seja pelo afluxo de livres, seja pelo tráfico de escravos, e não uma região de dispersão de população, o que combinaria mais com o contexto de crise econômica” (MELLO FILHO, et al, 2007, p.02).

Enfim, a sociedade mineira não estava em decadência e os entrantes mineiros não eram em sua maioria pobres, marginalizados, buscando desesperadamente novas formas de sobrevivência. O movimento migratório oriundo do sul de Minas Gerais nos parece ser protagonizado por sujeitos com condições socioeconômicas diversas e projetos igualmente plurais.

Para Bacellar e Brioschi, as terras do Sertão do Rio Pardo eram “atraentes para famílias enriquecidas com o comércio ou para aqueles que ocupavam postos elevados da administração da Colônia” (1999, p.64), já, segundo Lages, é preciso reconhecer que os registros sobre os primeiros habitantes da região que compreende o atual município de Ribeirão Preto, São Simão e Casa Branca apontam para uma leitura com menor participação de grupos da elite:

Os mineiros não provinham das camadas mais abastadas da sua província. Estes não necessitavam de migrar. Mas, em relação aos que ali já se encontravam, eles eram ‘homem de certa posse’. Chegavam com seus agregados e escravos (que não eram muitos), traziam algumas cabeças de gado e seu ‘trem’ sobre as carroças. Não perdiam o hábito do trabalho. Apesar de viverem do amanhã da terra, não haviam perdido seu viés urbano, necessidade de comprar e vender os levava com frequência às vilas de São João del Rei, Mariana, Tamanduá e Airuoca (1996, p.115).

O trecho pode ser questionado uma vez que não necessariamente o capital político e econômico construída em uma região cria condição limitante para as migrações que estamos

analisando. Exemplifico com dois casos de famílias que vieram de regiões outras e que ocuparam posições de destaque político e/ou econômica na cidade de Ribeirão Preto.

Primeiro, a família “Alves Ferreira”. Iria Alves Ferreira, denominada pelos periódicos da cidade de Ribeirão Preto nas primeiras décadas do século XX como a “Rainha do Café” foi uma das personagens mais influentes na política e economia da cidade. Amiga íntima de figuras como Washington Luís, uma das principais cafeicultoras da região migrou ainda criança com seus pais Antônio Honório Alves Ferreira e Maria Thereza Gonçalves Ferreira para as terras de Cravinhos, município vizinho a Ribeirão Preto. A família “Alves Ferreira” oriunda da cidade de Campana, sul de Minas Gerais, veio para Ribeirão Preto entre as décadas de 1870 e 1880, e Antônio Alves Ferreira, por exemplo, chegou a ocupar o cargo de vereador na 8ª. Legislatura da Câmara Municipal da cidade (1896-1899) (MELLO, 2009).

É preciso lembrar que nem todas as famílias abastadas advinham de Minas Gerais. Outra família que se destacou como articuladora da elite local ribeirão-pretana foi os “Pereira Barreto”. Família oriunda de Resende, no Vale do Paraíba, tem entre seus membros figuras como Comendador Fabiano Pereira Barreto, o agrônomo Luís Pereira Barreto e o advogado Dr. Rodrigo Pereira Barreto. Se, em 1850, o ciclo cafeeiro abastava as terras do Vale do Paraíba, o Comendador Fabiano Pereira Barreto participou ativamente deste ciclo econômico por meio da fazenda Monte Alegre em Resende, porém, com o decorrer das décadas, já com idade avançada, viu seus filhos mudarem a atenção para a nova região em desenvolvimento – o novo “Oeste Paulista” (FELIPPINI, 2016).

Luís Pereira Barreto, também nascido em Resende, formado em medicina e ciências naturais em Bruxelas, utilizou de seus conhecimentos científicos para legitimar os seus escritos nos periódicos da Província que propagandeavam as qualidades da terra da região para o plantio de café. Segundo os pesquisadores Renato Marcondes e Jorge Caldeira de Oliveira, a mudança da paisagem econômica da região de Ribeirão Preto se deu após 1878, uma vez findadas as ações da família para compra de terras que visassem futuros cafezais.

Luís teria comprado duas fazendas em junho de 1876 no valor de 32,5 contos de réis e em dezembro do mesmo ano, Augusto César Pereira Barreto teria comprado outra fazenda por 14,4 contos de réis. Soma-se o fato de que outro irmão, José Pereira Barreto, “organizou uma caravana de pessoas livres e escravos para a região em 1876. Posteriormente, adquiriu uma propriedade, em 1878, no valor de 3:400\$000, perfazendo 82 alqueires” (MARCONDES; OLIVEIRA, 2013, p.271). Luís teria escrito sobre as benesses da terra roxa em diversos

periódicos paulistas⁴⁷ e fluminenses e se tornou, ao lado de Martinho Prado Júnior, um dos grandes propagandeiros das fazendas de café da região.

Rodrigo Pereira Barreto foi alvo de algumas investigações da historiografia. Representante da família e também nascido em Resende, fez em pouco menos que uma década em Ribeirão Preto (1880-1889) diversas ações como político e cafeicultor – uma delas, como vereador da cidade, foi liderar um projeto dentro da Câmara Municipal de criação de um livro que traria a assinatura de todos os interessados em libertar os seus escravos, um ano antes da Lei Áurea (FELIPPINI, 2016, 10).

O que tentamos salientar com esses exemplos é que o trecho de Lages não é regra para todos, assim como não é regra que os migrantes sejam advindos de Minas Gerais. De fato, a maior parte destes migrantes advém do sul de Minas Gerais e, conforme literatura que consultamos, a historiografia paulista corrobora tal afirmação ao pontuar que os comerciantes desta região nordeste da província paulista tinham mais relações com a região de origem do que com a própria capital.

Uma vez orientados pela produção realizada pelos historiadores que tomaram esta região, ficamos com a impressão de uma relação entre as Províncias vista com privilégios ao território observado. Cabe lembrar a nossa metodologia e, por isso, compreender a visão mineira deste mesmo processo. Se buscarmos a historiografia que tomou as cidades de Minas Gerais como palcos privilegiados, encontraremos uma relação das cidades do sul de Minas Gerais com o nordeste de São Paulo da seguinte maneira:

Quanto as estreitas relações de amizade, parentesco e comércio entre os habitantes dessa comarca e os da província de São Paulo, encontramos exemplo desse argumento na representação enviada pelos moradores da Vila Nova de Itajubá, em 6 de novembro de 1853. Segundo eles: ‘Os moradores desta comarca, desde a mais remota antiguidade se considerão Paulistas pelas seus relações do commercio, pela proximidade em que se achão da Província de São Paulo, finalmente, pela necessidade de seu unir a uma província onde além das exiguidades dos impostos, acresce o ardente desejo que sempre se tem nela manifestado de aperfeiçoar e melhorar as vias de comunicação que nesta comarca se achão em deplorável estado.’ (CASTRO, 2012, p.200).

⁴⁷ Como citam Marcondes e Oliveira: “O próprio Luís Pereira Barreto escreveu no "A Província de São Paulo" em 10 de dezembro de 1876: "Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a 'Flora Brasileira' se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que duvidam do testemunho paulista, e a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva. Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura." (p. 2 *apud* 2013, p.271).

Assim, com auxílio de Castro, podemos refletir sobre a condição que estes sujeitos estão ligados, para além de um polo central ou hierarquia entre regiões, mas uma trama de interesses que movimentava a região de Ribeirão Preto e o sul de Minas em um *continuum*. Se as divisas eram tão importantes entre governadores e a Coroa, latifundiários e pagadores de impostos, na prática, a vida entre as vilas e os comércios destas duas regiões nos pareceu dinâmica e intensa.

Eis aqui um outro ponto de destaque para esta seção e conseqüentemente para a tese. Se há pouco reconhecemos que o nordeste de São Paulo foi ocupado por entrantes mineiros no século XIX, precisamos reconhecer o campo dos limites e fronteiras deste território como nosso intento científico de contorno da região estudada, posto que, na prática, a literatura e a documentação vem nos mostrando uma complexidade na simbiose entre o território e o sul de Minas Gerais.

Não estamos a assumir uma ressignificação do objeto e ampliando o escopo territorial desta pesquisa. Assumimos a importância de questionar estas fronteiras administrativas como anuladoras de convergências históricas. O que nos parece, enfim, é que a região de Ribeirão Preto é uma continuidade do sul de Minas e, de certa forma, vice-versa.

Apenas como registro deste conjunto de qualidades da cultura mineira, Castro aponta que faz de Minas Gerais uma região especial, segundo a contribuição de Ferreira de Resende,

O que constituía essa região especial, na opinião do autor, era o fato de nela se encontrar “tudo quanto realmente se torna indispensável para a nossa existência, e podendo o homem, por consequência, aí viver, por assim dizer, independente do mundo”. Minas era, ademais, “um lugar, em que não só não se conhece o que sejam grandes frios, nem o que sejam grandes calores”, mas também onde “o espírito, de ordinário, nunca se deprime nem se exalta ou em que o coração e a cabeça, perfeitamente equilibrados, sempre funcionam em liberdade e sem excessos”. Equilíbrio e moderação – nas sensações térmicas (“grandes frios” / “grandes calores”), nos estados de espírito (“depressão” / “exaltação”), nos órgãos do corpo humano (“cabeça” / “coração”) – eram, portanto, características que faziam da pátria mineira, o “coração do Brasil”, lugar ideal para experimentar diferentes tipos de liberdade – física, mental, política – “sem excessos” (CASTRO, 2012, p.172)

O mineiro trazia seu “trem” repleto de elementos de uma região já nascida e de cultura secular. A ausência de litoral e a presença das relevo mais acidentado convidava seus habitantes a procurar o infinito nos céus e não no horizonte. Somamos a economia de subsistência, criação de porcos e práticas escravistas, a religiosidade católica de marcas lusitanas. Outro aspecto significativo é a distância da região mineira a capital, tal como o aproveitamento da mesma e a história do rápido desenvolvimento urbano frente a economia aurífera, questões que nos levam a creditar experiências diversas a estes caipiras, oportunidades de desenvolvimento de práticas

econômicas e circuitos comerciais interessantes, não nos autorizando a pensar que as famílias que migraram para o nordeste de São Paulo pouco sabiam se organizar neste “sertão desconhecido”.

Bacellar e Brioschi comparam paulistas e mineiros e demarcam diferenças entre os grupos diante das práticas econômicas e dos ciclos que cada um corresponderam nos séculos XVIII e XIX. De nossa parte não há obstáculos para esta afirmação, apenas registro do campo das aproximações entre o sul de Minas e o nordeste do território paulista neste período de ocupação do território, marca inicial da interiorização cuja natureza da frente pioneira e da introdução do ciclo cafeeiro alterou a vida cotidiana.

Portanto, ainda que a interiorização do capital cafeeiro produza uma potencialização primária na região e depois ao sul de Minas, a orientação da interiorização do princípio do século XIX atendeu, claudica e lentamente, ao motor sul-mineiro. Este registro nos permitirá assumir, na perspectiva da longa duração em seções futuras, maior peso na abordagem sobre as tradições mineiras em terras que se transformaram em Ribeirão Preto.

Antes de terminarmos nossa reconstrução histórica da interiorização, mediante observação da vida material, será importante considerar aspectos políticos que envolveram a fundação de algumas cidades da região pesquisada. A questão fundiária, por exemplo. Em 1850, a Lei de Terras foi um divisor de águas na forma com que o Império se relacionou com o controle das terras do interior do território nacional.

A Lei de Terras, ao proibir o acesso às terras que não fosse aquele por meio de compra, propunha a invalidação de práticas de aquisição de terras mediante a ocupação e posse, ou ainda por meio de doação da Coroa. O historiador Márcio Antônio Silva relembra que naquele contexto “era impossível ter certeza sobre os limites das propriedades, se não havia como saber onde iniciavam e onde terminavam os domínios públicos e particulares das terras brasileiras” (SILVA, 2015, p.88), por isso, desde a independência a necessidade de controle e gestão desta interiorização era mais que necessária.

Além disso, reconhecemos o contexto do desenvolvimento do ciclo cafeeiro e da gestão imperial frente as diversas revoltas do período regencial (1831-1840) além das preocupações com a utilização/manutenção da mão-de-obra escravizada negra. Pensando na realidade paulista, soma-se ainda a possível entrada de imigrantes para braços na lavoura, ou seja, o contexto pediu atenção do Estado a estes imigrantes caso constituíssem autonomia financeira após seus primeiros anos de trabalho nas fazendas e quisessem adquirir as terras devolutas deste “sertão” ainda inexplorado.

Não à toa, escreveu Lages:

A Lei de Terras de 1850, contemplava como objetivos básicos a garantia de suprimento de mão-de-obra para a cafeicultura em expansão no Vale do Paraíba fluminense e paulista e a regularização da propriedade da terra. Assim, a pedra de toque da referida lei era a proibição de doações de sesmarias pelo governo e o estabelecimento da compra como única forma de aquisição de terras. Excluía-se assim, do acesso à propriedade fundiária o homem sem recursos, tanto o imigrante quanto o trabalhador nacional, que se transformaram em mão-de-obra barata para os grandes proprietários, num momento em que o sistema escravista apresentava claros sinais de crise com as fortes pressões britânicas contra o tráfico (1996, p.207).

É interessante perceber que o movimento de expansão da frente pioneira a partir da segunda metade do século XIX ocorreu em contexto “modernizador” da gestão das terras devolutas. Raymundo Faoro cita este caráter inovador em tratar a terra como ente e objeto próprio de uma lógica liberal, monetarizada e transmissível via trato de compra e venda. Mas, as diferenças sociais e o uso das relações sociais por parte daqueles que gozavam de certo prestígio no Rio de Janeiro retiravam dos pequenos posseiros a oportunidade de organizar a legalidade de suas terras ou organizar finanças para comprá-las (2001).⁴⁸

José Murilo de Carvalho questiona a exequibilidade da lei e mesmo da vigilância de sua execução. A começar, o regulamento para sua execução foi publicado apenas em 1854, com a criação da Repartição de Terras Públicas, nomeação de funcionários para mensurar os terrenos públicos, juízes e delegados de polícia para informação do Estado sobre a existência de terras devolutas nas diversas províncias e, por fim, párocos para processar os registros de terras e remeter os livros ao Governo. Porém, os obstáculos eram diversos (1981).

Apenas 10 províncias enviaram as informações solicitadas sobre as terras devolutas. As informações que chegaram era vagas e incompletas. O autor cita também que apenas três províncias sobre as sesmarias e posses que exigiam revalidação ou legitimação. Não surpresa, muitas regiões brasileiras trataram a lei como “letra morta” e a continuação das invasões as terras devolutas não demonstraram cessar (1981, pp.47-48).

Como vimos, boa parte dos núcleos urbanos presentes na região nordeste de São Paulo (e áreas próximas) foram fundados antes da Lei de Terras. Este desejo estatal da gestão do

⁴⁸ Sobre estas dificuldades, Raymundo Faoro escreve: "Em que pese as boas intenções, essa legislação veio tarde demais. Não obstante a resistência encarniçada e, às vezes, altiva dos pequenos posseiros, estes não podiam sustentar por muito tempo a luta com poderosos adversários possuindo relações no Rio de Janeiro, recursos abundantes para pagar advogados, e os lazeres necessários para fazerem viagens à sede do município. Conquanto subsistissem ainda grande número de pequenos posseiros, de 1830 a 1850 e mesmo mais tarde, tornou-se sua posição gradativamente subalterna, na medida em que a riqueza do município se concentrava nas mãos dos proprietários da grande lavoura. Prensados entre as grandes fazendas, dedicaram os pequenos sítios suas atividades à produção de mantimentos" (2001, p.486).

sertão desconhecido a partir de 1850 não explica as nuances que envolveram as cidades de Franca (1805), Batatais (1839), Araraquara (1817), São Simão (1824), Casa Branca (1814) e Igarapava (1842), por exemplo, uma vez que todas datam de antes da lei. Contudo, é importante destacar que a presença do dispositivo da obrigatoriedade da compra das terras devolutas influenciou diversas trajetórias de núcleos urbanos que postulavam autonomia no desenvolvimento da frente pioneira, como São Carlos (1857), São João da Boa Vista (1859), Espírito Santo do Pinhal (1877), Mococa (1871), Caconde (1864), São José do Rio Pardo (1885), Tambaú (1898) e Ribeirão Preto (1856), por exemplo.

Em relação a esta última, a obra de José Antônio Lages narra a fundação da cidade a partir de uma querela judicial envolvendo duas famílias: os Dias Campos e os Reis de Araújo. Os primeiros, o historiador pouco apresentou, apenas citou que eram oriundos de Batatais. Já, sobre os Reis de Araújo, muito podemos aproveitar.

Na representação da árvore genealógica dos Reis de Araújo percebemos indícios do caminho percorrido pela interiorização aqui revelada nos mapas e no texto. Dos primeiros “Reis de Araújo” até a fundação de Ribeirão Preto em 1856, percebemos a seguinte cronologia: João dos Reis Araújo, nascido em 1733 em Pindamonhangaba (Vale do Paraíba) casado com Maria Peralta, mineira de nascimento, tendo sete filhos. Timóteo dos Reis Araújo, o sétimo descendente, se casou com Rita da Anunciação, ambos nascidos em Pindamonhangaba. Deste casal percebemos os filhos José Antônio de Araújo e Manoel José dos Reis Araújo, os primeiros povoadores das terras que hoje denominamos por Ribeirão Preto por volta de 1820 e 1830 (1996, p.173). Em outras palavras, mais outro exemplo da complexa rede das origens dos ocupantes, sendo também mais um exemplo da migração do Vale do Paraíba para estas terras.

Sobre os irmãos, Lages ainda escreve que José Antônio nasceu em Mogi Mirim e Manoel em Jacuí, potencializando a movimentação dos familiares e a pluralidade dos núcleos ocupados e habitados. Dos descendentes destes, o historiador aponta para o fato de que Vicente José dos Reis e alguns de seus irmãos se apossaram a partir de 1832 das terras que (supostamente) eram de propriedade da família Dias Campos. Entre 1834 e 1846, uma demanda judicial se prolongou diante deste embate, saindo vitoriosos os primeiros.

Como parte do jogo das táticas (DE CERTEAU, 1994) destes sujeitos, o campo da legitimação das posses das terras é bastante significativo. No caso ribeirão-pretano, a Lei de Terras impões aos envolvidos na querela judicial impeditivos. A saída foi apelar para a Instituição irmã ao Estado – a Igreja. Lages não questiona a fé destes sujeitos⁴⁹, mas indica o

⁴⁹ E o faz de forma irônica.

campo dos interesses dos Reis de Araújo em propor doação de parte de suas terras para a Instituição, revelando que o desejo da família também estava atendendo ao Deus capital. O cartório do Império⁵⁰, caso aceitasse a doação, legitimaria a posse, legalizaria a ocupação⁵¹.

Porém, a decisão não era feita mediante espaços de tranquilidade. No contexto das primeiras décadas do século XIX há relatos de violência de toda sorte na região do Sertão do Rio Pardo, não apenas os Reis de Araújo e os Dias Campos. Outras famílias também estão citadas em processos que nos cedem impressão de que a ocupação e a permanência destas famílias foram vividas em um cotidiano cuja cultura do “andar armado” era natural. Lages reconstrói um fato para ilustrar este campo dos perigos do sertão:

Em 1846, José Borges da Costa entrou em Juízo com uma queixa crime contra Mateus, acusando-o de tentativa de homicídio contra sua pessoa. Borges alega que Mateus foi até a sua casa, armado, e tentou levar de lá a mulher e a filha que haviam ficado com a sogra dele, durante uma viagem que a mesma fizera. Como a mulher não quis acompanhar o marido, este tentou usar da violência para tirá-los da casa de Borges, que interveio na discussão e levou um tiro de Mateus (1996, pp.184-185).

O que se vê na historiografia é a presença de muitas queixas sobre atos violentos (LAGES, 1996). Sobre querela judicial citada, o historiador aponta para queixas de violência dos dois lados (Reis de Araújo e Dias Campos). Por isso, podemos assumir que formação de boa parte destes núcleos urbanos se deu com o crucifixo em uma mão e a arma na outra.

Convite importante que este parágrafo nos traz. Paremos um pouco para refletir sobre a longa duração do território paulista e pensar o que os documentos históricos aqui analisados nos contaram sobre os primeiros quatrocentos anos de História? Atendimento ao sistema-mundo europeu custe o que custar – e, no caso, vidas indígenas, negras, ou mesmo de sujeitos brancos e brancas, marginalizados na condição perversa da introdução do capitalismo nas terras coloniais, provocando nas migrações e interiorização estudada, desejos de toda sorte e risco pelas promessas de riquezas ali se instalaram.

⁵⁰ A licença para o uso da expressão “cartório do império” nasce como decorrência dos desejos de percepção direta da vida material, entretanto, não devemos descaracterizar a complexidade das relações entre Igreja e Estado na história brasileira. Por exemplo, segundo X ao descrever a forma com que os párocos eram tratados pelo Governo Imperial, percebemos que: “Os negócios eclesiásticos eram despachados como quaisquer outros assuntos da administração pública. Os padres e os bispos eram tratados como funcionários públicos de uma maneira muito mais incisiva do que havia feito a coroa portuguesa (OLIVEIRA, 1964: 75). O Padroado Civil criado pela Constituição, juntamente com o regalismo, impôs ao clero uma dupla lealdade: ao Estado e à Igreja. Este sistema de dupla lealdade começou a ser questionado a partir dos anos de 1840/50 com o início de uma sistemática reforma da Igreja no Brasil, levada a cabo pelos bispos ultramontanos” (SANTIROCCHI, 2013, p.03).

⁵¹ Sobre as disputas judiciais e o desenvolvimento histórico da formação do Patrimônio de São Sebastião, futura cidade de Ribeirão Preto, citamos a obra de Lages (1996).

Por isso, o campo das negociações entre os Reis de Araújo diante dos impasses para a legalização das terras nos interessa. E, a tática que envolveu a busca pelo mecanismo religioso para legitimar a propriedade das terras junto ao Estado revelou reprodução de uma combinação civilizatória antiga – a violência do processo colonizatório dos bandeirantes e dos jesuítas em nome da propriedade da Coroa e de Deus (Igreja).

Ainda aproveitando a pesquisa de Lages, podemos interpretar que foram várias as tentativas de Matheus José dos Reis e outros fazendeiros locais (1845, 1852 1856) de doar parte de suas terras para a Igreja para a legalização. A Igreja também existiu com ente de interesses neste processo, naturalmente. Negou as duas primeiras tentativas, justificando o não atendimento de critérios específicos, destacando que as terras deveriam: a) constituir valor mínimo de 120\$000; b) estar isentar de encargos e hipotecas; c) ser doadas sem dolo, simulação e engano e d) não representar prejuízo a herdeiros e/ou credores.

Ao aceitar a terceira tentativa, a Igreja concedia aos fazendeiros locais a legalidade e também constituía seu patrimônio sacro-material. Por isso, a construção da capela e a constituição de uma futura Igreja Matriz era o encaminhamento “natural” das cidades que seguiam o Padroado régio.

Este processo de doação de terras para formação de cidades paulistas não ocorreu apenas devido a presença da Lei de Terras. É preciso recuperar a fundação de outros núcleos para avaliar a complexidade das doações. Araraquara, por exemplo. Segundo Mano, Pedro José Neto, migrante foragido de Itú, era detentor ilegal das terras que hoje são consideradas a região em que hoje se encontra o município em questão, e:

No intuito de conseguir o perdão pelos seus crimes e a legalização de sua posse, ele cedeu todas as outras em benefício de seus protetores. Ao major Joaquim Duarte do Rego vendeu Monte Alegre (R.S., vol. 4, p. 263) e ao mesmo fez doação das posses do Ouro, Cruzes e Rancho Queimado. A João Manoel do Amaral doou Bonfim (R.S., vol. 4, 241), ao capitão Domingos Soares de Barros doou a do Lageado (R.S., vol. 4, p.268, MHPVP, caixa 2) e ao coronel Joaquim José Pinto de Morais Leme, a do Cambuí (R.S., vol. 4, p. 266). Com essa sua atitude, Pedro José Neto conseguiu não apenas o perdão pelos seus crimes como também serviu de amortecedor dos possíveis conflitos entre posseiros e sesmeiros” (MANO, 2006, p.89).

O que nos parece que cada (não) proprietário escolheu uma entidade para legitimar suas posses. Cada sujeito procurou o remédio adequado para sanar suas demandas particulares. O sertão exigiu dos sertanejos esta postura, diria Guimarães Rosa. Talvez as expressões utilizadas nas páginas anteriores “o sertão é do tamanho do mundo” e “viver é perigoso”, destacadas para apresentação da dinâmica bandeirante para sobrevivência paulista nas limitações impostas pela

Coroa em tempos coloniais, retornem ressignificadas pela sistemática imperial no século XIX, cujas nuances atualizadas pela gestão imperial, ampliam ao mesmo tempo as fronteiras conhecidas e desconhecidas, registram seus modelos de limitação do controle continental, ignoram a violência contra os marginalizados e protegem aqueles que acessam de alguma maneira o poder, ainda que fora dos padrões burocráticos. O que vimos, em tons finais para esta parte primeira de nossa tese, é que a consolidação da interiorização da região nordeste da província paulista foi a longa duração braudeliana dos procedimentos de violência e exclusão do Estado, da vida ordinária, da sobrevivência das elites latifundiárias, dos comerciantes que atendiam diretamente os grandes e aqueles que sobreviveram da subsistência e do pouco, enfim, do povo paulista mameluco, indígena e negro.

2.5. Breves considerações sobre a interiorização da região de Ribeirão Preto

Como vimos, interiorizar-se é verbo na história paulista cuja polissemia exigiu cuidados. De início, ocupando a posição amedrontadora do sertão desconhecido, as áreas a desbravar foram conquistadas mediante os interesses locais a revelia das regras impostas pela metrópole. A colonização de movimentação “caranguejo” pela costa foi desrespeitada pelas entradas e bandeiras na busca da mão-de-obra cativa indígena ou nas construções das missões. Mesmo com a fundação de cidades do planalto (a capital, em especial) o avanço branco para o sertão realizou simbioses com os povos indígenas ao mesmo tempo em que parte de da população original era exterminada.

Sobre esta simbiose destacamos diversas facetas. Esta repetição da “mistura” étnica nacional – condição societária brasileira, se fez com ares mais conflituosos que dispostos a compreensão das diferenças. O que queremos frisar é a presença constante da guerra e da violência, do medo e da insegurança nas narrativas que acessamos. Os conflitos de natureza externa representados pelos portugueses e invasores estrangeiros, ou ainda, pelos habitantes da colônia contra representantes da Coroa portuguesa apenas esboçam parte da geopolítica internacional da violência em nome da “propriedade Brasil” e sua posição no sistema-mundo; quanto os conflitos internos, relacionamos os embates étnicos (indígenas, brancos e negros), entre os moradores das Províncias e seus distintos interesses socioeconômicos, sejam bandeirantes e jesuítas, por exemplo, ligados ou não a Coroa.

Retomando a análise de sistema-mundo, o resultado da inserção do território paulista no sistema capitalista é a própria desigualdade. Como vimos, as regiões centrais integradas a economia-mundo se beneficiaram dos ritmos e ciclos do tempo histórico capitalista e se

adaptaram as lógicas dominantes (revoluções burguesas) enquanto as capitanias paulistas, ou províncias, inseridas em um lugar próprio da lógica sistêmica, cederam mão-de-obra barata, matéria-prima, etc. A divisão econômica e social do trabalho respeitou as condições com que o centro e a periferia se retroalimentaram em desigualdades.

Ainda que em muitos casos a historiografia sobre as articulações políticas e econômicas das elites paulistas possam demonstrar relativa autonomia do território em questão, o que nos parece mais presente é a necessidade de reinvenção da realidade, busca por metais, cativos, terras, etc. onde for preciso e onde preciso for. Pelo capital e muitas vezes sem ele, os paulistas não mediram esforços para construir economias diversas, nem sempre destacáveis no cenário territorial total para conquistar um lugar ao sol.

As mudanças do século XVI para o XIX foram inúmeras. A marca bandeirante foi (e ainda é) forte no imaginário dos habitantes desta porção brasileira. Nossa aposta pela reconstrução da vida material nos levou a inúmeros obstáculos historiográficos, dos quais, salientamos ao cabo desta seção apenas as consequências do olhar sistêmico e não da decisão unilateral de um objeto encerrado em si mesmo.

Em outras palavras, a opção pela ASM convida constantemente a lembrança da inserção de uma articulação da região estudada com o todo. E não apenas isso, nos impõe a uma complexa rede de interferências em cadeia. Como desdobramento, consideramos a região que hoje está localizada Ribeirão Preto como um território de múltiplas experiências e que não se encerra nas fronteiras paulistas administrativas.

Por isso, mais do que a ocupação física e a racionalização dos espaços interioranos em redes singradas pelo capital, o processo de interiorização correspondeu também a uma rearticulação sociocultural nutrida pelos ambientes urbanos. Monbeig (1984, p. 354), a bem da verdade, ao tematizar os “fatores psicológicos” e socioculturais dos núcleos da franja pioneira, ficou restrito a dinâmicas derivadas do campo econômico, como o “espírito empreendedor”, a construção da lógica contábil, a acumulação e a crescente financeirização. Os comportamentos sociais vinculados ao novo *milieu* em transformação nas franjas de ocupação do antigo oeste paulista, contudo, implicam um conjunto muito diverso de instituições sociais. Os impactos da mudança material nos modos de socialização podem ser percebidos, por exemplo, na implementação de processos de educação modernos e civilizados além da diversificação institucional de práticas de gestão das populações nas novas localidades.

Outro fator de destaque na nossa compreensão acerca do movimento de interiorização paulista se realizou na contribuição da historiadora Maria Odila Dias. O convite da “interiorização da metrópole” coloca a historiografia brasileira em um lugar novo:

Apesar de estarem bem definidas suas diretrizes fundamentais, nossa historiografia, ao descortinar o processo *sui generis* de transição do Brasil colonial para o Império, ainda não se descartou completamente de certos vícios de interpretação provocados por enfoques europeizantes, que distorcem o processo brasileiro entre os quais avulta o da imagem de Rousseau do colono quebrando os grilhões do jugo da metrópole; ou da identificação com o liberalismo e o nacionalismo próprios da grande revolução burguesa na Europa... Durante muito tempo, ressentiu-se o estudo de nossa emancipação política do erro advindo da suposta consciência nacional a que muitos procuravam atribuir. (DIAS, 2005, p.11)

Segundo a autora, não há necessariamente um rompimento da história de Portugal com o Império brasileiro a partir do processo de Independência. O protagonismo de D. Pedro I e sua presença no trono do país recém independente são reveladores disso. Portanto, compreender o desenvolvimento da interiorização do Centro-Sul do país na transição dos séculos XVIII–XIX significou compreender a chegada da família real e o processo de independência como marcos do início da transformação da Colônia em Metrópole interiorizada, sob novas e significativas condições para o desenvolvimento das relações políticas, econômicas e sociais entre os espaços da corte (litoral) e a região das populações interioranas.

Nas palavras de Dias (2005), este movimento de interiorização respeitou a “dispersão e a fragmentação do poder”, tal como à “fraqueza e instabilidade das classes dominantes” (2005, p.18), elementos que demandavam do Estado uma imagem forte para a nova corte nacional.

Diante desta percepção, a interiorização de São Paulo não assistiu, ao contrário de muitos exemplos latino-americanos, a expulsão do colonizador pelos *creolos* brasileiros. A autora compreendeu que o território brasileiro experimentou “o enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados as classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central” (2005, p.31), tendo em vista que esta classe tinha receios das menos favorecidas, travestidas de regionalismos hostis a nova corte.

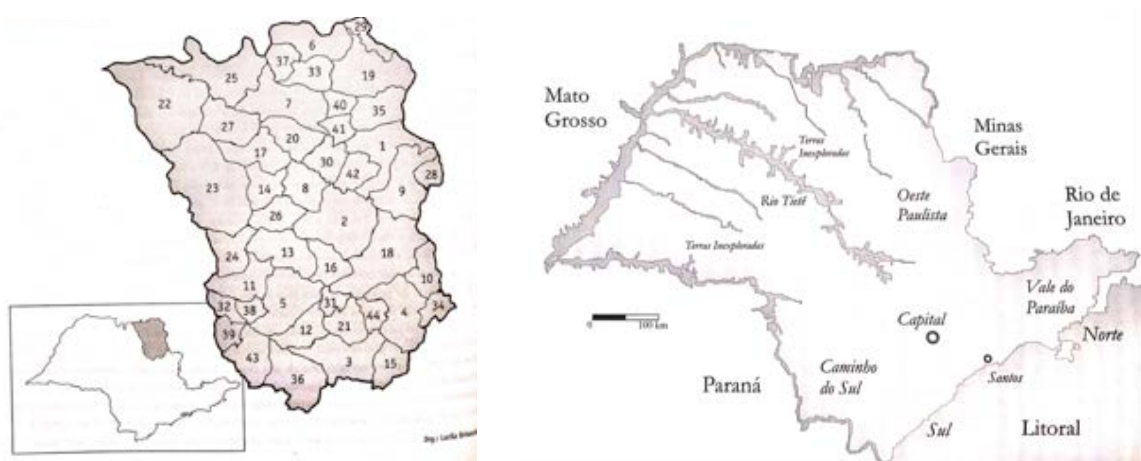
Ou seja, a interiorização do território paulista pós 1822 atendeu a uma gama complexa de interesses, em especial, como uma tentativa de integração nacional cuja atenção da corte imperial articulava interesses do prolongamento de sua administração e da estrutura colonial – interiorizou-se como sedimentação do processo de dominação e de controle do poder político e da articulação econômica, “cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter que administrar.” (2005, p.32).

Por isso, não estranhamos a presença da Lei de Terras de 1850 e sua tentativa de modernizar o controle das antigas posses e das novas aquisições das terras destes sertões em exploração. Lei frustrada, talvez. O que nos importa não é o resultado da lei, mas a percepção de que algo estava mudando a partir de 1850, cenário em que as cidades desta região nordeste da Província de São Paulo pululavam diante da aurora cafeeira, singrada pela malha férrea, e iluminada pela luz elétrica.

Consideramos também que as marcas da migração mineira diante do ocaso do ciclo aurífero foram fundamentais para a viabilidade do projeto de interiorização do interior paulista, em especial, na região pesquisada. Uma sociedade que desenvolveu no princípio do século XIX práticas socioeconômicas atreladas a economia de subsistência, a produção de fazendas, de mão-de-obra escrava foi solicitada ao alterar seus ritmos de vida com o ciclo cafeeiro e a presença de imigrantes após as fazendas de café.

Observando a tratativa que as pesquisas anteriores cederam a região, a seção pode findar com uma representação mais clara das fronteiras de seu objeto. Por exemplo, enquanto Carlos Bacellar e Lucila Brioschi elegeram a divisão administrativa para contornar estas fronteiras, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein tomaram “a mesma região” diante de uma demarcação respeitosa a sua historicidade. As ilustrações (Figura 20 e 21) nos ajudam a visualizar as diferenças, na medida em que visualizam os contornos do território segundo as perspectivas dos autores, respectivamente:

Figura 23 – “Estado de São Paulo e Localização da Área de Estudo” e Mapa 3 - “Principais regiões de São Paulo no início do século XIX”



Fonte: As imagens correspondem a divisão do território paulista desenvolvida por Carlos Bacellar e Lucila Brioschi (1999, p.21) e Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2005, p.34), respectivamente.

Retomamos o Mapa 3 da página 107 promovido por Luna e Klein com interesse em compararmos visualmente as duas propostas. Enquanto a primeira é administrativa e respeitosa as fronteiras municipais do presente da pesquisa a segunda é mais atenta a noção de sertão desconhecido e ignorância cartográfica do contexto. Nos pareceu mais interessante seguir a segunda, dado nosso interesse na longa duração e na percepção não anacrônica do passado.

Porém, os mesmos autores do mapa 3 refletiram a condição da escolha destas fronteiras na obra “História econômica e social do Estado de São Paulo (1850-1950)” publicada em 2019 e justificaram a escolha da divisão territorial de uma terceira forma:

Cabe notar que, neste volume e no anterior, trabalhamos com uma definição histórica das regiões da Província e do Estado de São Paulo criada anteriormente por outros autores e baseada na influência das ferrovias; ela já não corresponde às divisões oficiais dos governos estadual e federal, que hoje classificam o estado principalmente com base em áreas metropolitanas. Em nosso primeiro estudo sobre São Paulo no período 1750-1850, distribuímos a capitania/província, estado em cinco regiões: Vale do Paraíba, Capital, Oeste Paulista, Caminhos do Sul e Litoral, seguindo o pioneiro trabalho de Maria Luiza Marcílio ... Neste volume, usamos as dez divisões regionais adotadas pela maioria dos estudiosos e empregadas até meados do século XX... Capital, Vale do Paraíba-Litoral Norte, Litoral Sul, Baixa Sorocabana, Central, e algumas das áreas das regiões da Mogiana e Baixa Paulista. Essas últimas três regiões compõe a zona conhecida como Oeste Paulista, muito mais vasta do que a abrangida pela definição dessa área antes de 1850, a qual compreendia apenas o entorno da cidade de Campinas. Outras áreas de ocupação recente eram “Araraquarense, Douradense e Paulista”, “Noroeste e Alta Paulista” e “Alta Sorocabana” (2019, pp.29-29).

De nossa parte, coube não justificar a forma de nossa compreensão acerca das fronteiras do objeto na introdução por entender que esta discussão também é parte da própria pesquisa. Estamos reconhecendo que diversos territórios na região sertaneja paulista, entrecruzados por tempos e interesses diferentes. Desta feita, finalizamos esta seção cientes de seu propósito: a compreensão da interiorização da região de Ribeirão Preto como história de séculos de processo de migrações e ocupações do território paulista, reconhecendo a trajetória destes movimentos e de como estiveram inseridos no plano metodológico de articulação ao sistema-mundo.

De um lado apresentamos as marcas da interiorização do território paulista: limitada, violenta, excludente, atenta aos interesses do sistema-mundo, articulada pelos agentes locais em nome do enriquecimento ou da própria manutenção da vida; de outro buscamos considerar que esta história foi derivada e consequente das respostas de outras marcas regionais, que também viviam seus processos junto aos sistema-mundo europeu.

O que nos falta agora é adentrar um pouco mais na natureza deste espaço “Região de Ribeirão Preto”, justamente no seu nascedouro para o mundo (como propôs Lages), ou seja, na constituição da frente pioneira e da instalação do ciclo cafeeiro. Damo-nos por satisfeitos, ainda que na incompletude, pelo sobrevoo da interiorização paulista. Agora, as promessas da observação do território exigirão maior acuidade e nível de detalhamento. Passamos, portanto, a parte II (seção três) cujo interesse se aproxima aos processos de educação.

PARTE II – EDUCAÇÃO

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança?

(BILAC, Olavo. **Vossa insolência**: crônicas. Org. Antonio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

Fonte: Figura 23. Victor Meirelles, Primeira missa no Brasil, 1860, em transparência. Óleo sobre tela, 268 x 356 cm, Acervo do Museu Nacional de Belas Artes / IBRAM / MinC, Rio de Janeiro. (MONTEIRO, 2019, p.7).

3. Processos de educação no sertão paulista durante a transição dos séculos XIX-XX

Esta seção busca os contornos dos chamados processos de educação na transição dos séculos XIX para o XX, mediante a realidade da região de Ribeirão Preto e os núcleos urbanos (ainda de marcas rurais) adjacentes identificados na seção anterior.

Retomando os desejos da introdução, estes processos de educação, como cita o historiador Felipe Narita, “implicam mecanismos de socialização que estruturam a coerência interna da forma social”, interligam contextos e dão sentido a realidade que envolve o sistema-mundo realizados na articulação da experiência moderna oitocentista e de sua natureza dialética: centro, periferia e semiperiferia (2017, p.19). Tais processos estão articulados em nossa pesquisa a pelo menos dois movimentos – a princípio, aquele que nasce da interiorização do capital e de introdução desta região no sistema-mundo capitalista e outro, que também observamos na narrativa histórica da interiorização, das respostas singulares que os núcleos urbanos devolveram ao receber os ventos modernos da cafeicultura, da ferrovia, da luz elétrica, etc.

Entre um e outro movimento, a observação dos processos de educação à luz da História se organiza de forma próxima aos conceitos de estratégia e tática de Michel De Certeau (1998). O historiador francês, ao interpretar as negociações humanas mediante o uso destes conceitos configurou a “cultura” como elemento plural, imposto pelas estruturas de poder, capaz de ressignificar o cotidiano dos sujeitos.

Para o autor, o campo da “estratégia” é aquele em que os sujeitos operam a partir de certo cálculo ou manipulação “das relações de forças que se tornam possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 1998, p.99). Podemos pensar em formas de espacialização, nomeação ou classificação da realidade, que levaram o autor a jogar com a semântica de(o) controle. Em suas palavras, “Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto de modernidade científica, política ou militar” (1998, p.99).

A construção ou mesmo invenção do cotidiano, das verdades, da cultura e da realidade que nos envolve é feita mediante estas estruturas de poder. É na teia destes discursos e práticas que a religião, a economia, a sociedade e as demais nuances da realidade se embaralham e criam, como escreveu Narita, mecanismos de socialização que estruturam a coerência interna da forma social. Por isso, o campo da estratégia para nós é fundamental, uma vez que revela o lugar e a força dos poderes instituídos na interiorização da modernidade e da urbanização

no sertão de São Paulo. Os processos de educação são, neste sentido, a vitória da estratégia da modernidade visando civilização das mentes e corpos destes sujeitos sertanejos.

Se a tomada dos espaços e conseqüentemente do tempo (cotidiano, da própria vida humana) pelo poder instituído está no campo da estratégia, Michel De Certeau nos convida a perceber ações que não necessariamente dialogam com o campo destas institucionalizações do poder instaurado. Ele chama de “tática” a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio... Em suma, é a arte do fraco” (1998, pp.100-101). Em suas palavras:

... a tática é movimento “dentro do campo de ação do inimigo”, como diria von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.” (1998, p.103).

A citação aponta para uma interpretação rica e complexa do campo das táticas. Para o autor, a tática ocorre diante da estratégia, na astúcia dos sujeitos que percebem o peso da institucionalização e do poder. A tática é introduzida via prestidigitação, por surpresa numa ordem. Como escreve Certeau, “a arte de dar um golpe é o senso de ocasião” (1998, p.101). Em resumo, a tática opera na sorte da ausência do poder instituído, enquanto a estratégia fia seus tentáculos pelo postulado do próprio poder.

Por meio destas definições, percebemos que o campo da estratégia está relacionado ao primeiro movimento e as táticas ao segundo. Explica-se: a frente pioneira, a introdução do ciclo cafeeiro e a chegada da ferrovia são elementos que participam da modernidade e da modernização na Província. Nesta percepção, a natureza moderna se realiza em diversos exemplos, contornada por signos que ela incorpora tais como a luz elétrica, os cafés, os cabarés, o cinema, o esquadrinhamento das ruas, a racionalidade técnica e instrumental a serviço da gestão pública, elementos que revelam produções materiais e imateriais da vitória do capital, posicionados diferentemente no sistema (centralizados nas capitais europeias e periférico nas mega-lavouras de café ao sul do Equador). A construção do mundo cafeeiro na região nordeste da província paulista obedeceu a definição certauniana de estratégia, “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder ... elaboram lugares teóricos (sistemas e

discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares onde as forças se distribuem” (1998, p.102).

Em outras palavras, o mundo cafeeiro pode ser lido como um grande complexo econômico próprio, tal como escreveu Wilson Cano:

Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de “complexo econômico”. Torna-se necessário, portanto, distingui-lo de outras economias cujos componentes guardam pouca ou nenhuma interdependência entre eles: o caso da economia mineradora do tipo “enclave”, o de uma agricultura camponesa “auto-suficiente” com tênues ligações com o resto do sistema na qual está inserida, e o latifúndio quase-autárquico, decadente e escravista que se forma em fins do século XVIII e início do século XIX em Minas Gerais, com a exaustão mineradora. Constituem, a meu juízo, clássicos exemplos de atividades econômicas – muitas vezes as mais importantes atividades de um contexto “regional” ou nacional – que, embora especialmente inseridas num mesmo sistema “regional” ou nacional, não possibilitaram a formação de um “complexo” integrado que pudesse desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridas (CANO, 2007, p.24).

A proposta de Cano de compreender o complexo cafeeiro que abarcou grande parte do interior paulista e sul de Minas entre as décadas de transição do século XIX-XX toma como base a percepção de diversas ações. Se pensarmos a implementação da ferrovia e o transporte de mercadorias e pessoas, o desenvolvimento do comércio interno e externo, aumento demográfico, crescimento econômico que exigiu maior produção de alimentos, preocupação com as atividades de ensacamento e beneficiamento do café, constituição de infraestrutura urbana, práticas de financiamentos, entre outras ações do contexto, estamos a observar “todas as atividades necessárias à produção e a comercialização do café, nucleadas pela produção cafeeira e que se incrementaram mutuamente, reforçando o ritmo da acumulação” (TOSI, *et al*, 2005, p.234).

Este campo das ações econômicas, vinculadas a um novo exercício de percepção do mundo econômico e material, se realiza diante das estratégias que comentávamos há pouco. O dinheiro e o poder político que envolvem a elite do mundo cafeeiro paulista possibilitaram ações de interiorização dos processos de educação que nos interessam, institucionais ou não. Porém, ao iniciarmos o nosso texto desta seção com Michel De Certeau, estamos apostando

em uma leitura que visa não apenas registrar o campo do “poder” e suas consequências diretas, mas reconhecer também as respostas de sua dinâmica existência.

Já quanto ao segundo movimento, vinculado às táticas, percebemos que não há uma realidade moderna única, mas sim a presença de realidades modernas singulares que compõem um cenário comum da introdução destes signos. Explicamos mais uma vez: cada núcleo populacional (urbano ou rural) detentor de historicidade única, diversa e complexa, própria em relação as outras cidades da região, negociou à sua maneira com a interiorização dos processos de educação. Assim, a recuperação histórica dos processos de educação chama também a necessidade de perceber que cada cidade é um palco diferente das ações humanas, ainda que a frente pioneira e as fazendas de café sugiram um “ciclo cafeeiro “para todos”.

Mesmo diante de um cenário comum, há que pontuar que os sujeitos negociam com a realidade dado o contexto e os interesses do presente em que acontecem as ações. Os tempos mudam, os grupos se alteram, o dinheiro muda de mãos. Por exemplo, os diversos vetores de interiorização, diferentes em cada núcleo e momento histórico, compõem no coletivo experiências igualmente diferentes.

Por mais que o desejo de instalação de um projeto pedagógico civilizacional republicano seja bastante pesquisado aos olhos da historiografia, ou seja, tenha sido discutido por diversos autores na área, tal premissa nos leva a afirmar certa antecipação: nossa pesquisa não se vê contribuinte (pelo menos não a princípio) de uma observação direta do campo das ressignificações de como os desejos modernos civilizacionais foram incorporados ao cotidiano das cidades da região de Ribeirão Preto por meio dos Grupos Escolares. Partimos de outro “lugar” de análise, ou seja, partimos do desejo de compreensão deste campo de estratégia e das táticas nas realidades locais. Diante desta interação entre a realidade material e educação (via longa duração, sistema-mundo e os chamados “processos de educação”), juntamente com a chegada e a (tentativa de) implementação desta experiência civilizacional, objetivamos a síntese de uma percepção singular do próprio capitalismo a partir de algumas de suas nuances ali instaladas.

Os grupos escolares serão compreendidos enquanto indícios deste movimento, entendidos como “templos de civilização” que buscaram produzir alunos aspirantes a cidadãos republicanos, ainda que de maneiras distintas não configurando sujeitos idênticos. As tradições e as trajetórias diferentes de cada cidade, núcleos e povoados revelam realidades históricas, sociais, religiosas, econômicas, políticas e culturais próprias. Os resultados destas interações também. Ao cabo, a interiorização dos processos de educação será a visualização

do mosaico da própria vida, colorido estrategicamente tanto nas “presenças do poder” quanto em suas “ausências”.

Com esta discussão, a pergunta feita anteriormente, “a que realidade a escola se sobrepõe?”, passa a receber maior atenção por parte do leitor. Compreender a historicidade e a longa duração que envolve a ocupação da região de Ribeirão Preto foi exercício fundamental para verificar o campo das táticas e manifestações de resistência ao modelo civilizacional moderno.

Enfim, a segunda metade desta seção atenderá a dimensão das táticas por meio de documentação plural e diversa. Por meio de jornais, fotografias, Códigos de Postura, memórias e relatos de escritores locais, etc., entendemos ser possível recuperar flagrantes dos golpes de sorte, ou mesmo, dos (in)sucessos da imposição dos processos de educação.

Para darmos início a interpretação destes dois movimentos, justificamos e reiteramos a nomeação dos espaços de discussão aqui presentes. Se a premissa braudeliana “Civilização material, economia e capitalismo” nos inspirou na condução das partes desta tese (Civilização material, educação e capitalismo) e passam a revelar a realidade educacional como reveladora da realidade material descrita na seção anterior.

Nesta seção buscamos promover também algumas discussões teóricas de fundo sociológico e filosófico. Mesmo que a introdução já tenha contornado minimamente parte destas questões, os “processos de educação” e a “modernidade” se mostram conceitos polissêmicos exigentes, cada qual em seu próprio tempo e aprofundamento, de mínima apresentação. Uma vez cientes da historicidade que envolve o território estudado, a apresentação dos conceitos leva em consideração o conhecimento do objeto e, desta forma, sua leitura específica.

Sem mais, podemos agora contornar os dois movimentos.

3.1 Os processos de educação enquanto práticas de civilização e moralidade

Ao retomarmos a introdução da tese, relembro as definições que cercam nossos interesses do campo semântico de “educação” e da terminologia que utilizaremos com maior acuidade - “processos de educação”. Como escrito pelo professor Sérgio Fonseca, educar deve ser entendido como “um processo pelo qual nós humanos ensinamos nossos semelhantes mais novos a assimilarem o quanto puderem do conhecimento e da experiência coletivos” (2010, p.33), um projeto, um agir que pode ou não prever desejo e sentido na ação, articulados ou não a uma prévia arquitetura e planejamento para esta transmissão-assimilação.

O nosso complemento a definição de Fonseca permite pensar o campo das ações educativas, considerando formas de educação concebidas em duas frentes: aquela comumente entendida como projeto familiar ou institucional do educar, manifestado em espaços tradicionais como a própria família e a escola; como também reconhecer manifestações culturais cotidianas, ordinárias ou singulares e episódicas como igualmente educativas, dependendo da capacidade de orientação, normatização ou coletivização das ações.

Por mais que reconheçamos as ações educativas como detentoras de sentido, ou seja, produzidas mediante interesse de educar, nossa percepção do universo educacional tomará ações de diversas naturezas e desejos, algumas não necessariamente articuladas a certo planejamento e a racionalidade, mas poderosas na capacidade de ensinar signos, verdades e formas de conceber a realidade. Esta apreciação de educação como ato plural já faz parte dos estudos culturais em Educação no Brasil desde 1997.

Segundo as autoras Paula Deporte de Andrade e Marisa Costa, após a publicação da conferência da norte-americana Shirley Steinberg “Kindercultura: a construção corporativa da infância”⁵², o conceito de pedagogias culturais abordaram algo próximo daquilo que apresentamos há pouco, na medida em que, para as autoras, “a educação ocorre numa variedade de locais que não somente a escola” (2015, p.51).

Importante frisar que nossa pesquisa não necessariamente guarda vínculo a este conceito, apenas registra o movimento de percepção sobre o campo da educação como amplo e complexo e, portanto, capaz de produção de realidades igualmente diversas.

Em linha similar, Carlos Rodrigues Brandão na obra “O que é educação” nos convida a compreender esta complexidade de forma direta:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e- ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida, por que não começar a pensar sobre ela com o que uns índios uma vez escreveram? (2007, p.07).

O convite é pertinente. Educar é verbo cujos efeitos e sentidos se alteram entre aqueles que “a realizam” e os sujeitos que “a recebem”. Em uma aproximação com as discussões

⁵² Cf. “IV Seminário Internacional sobre reestruturação curricular – Identidade social e a construção do conhecimento, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA), em parceria com universidades, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e contando com o apoio do professor Tomaz Tadeu da Silva na organização do evento.” (ANDRADE; COSTA, 2015, p.51-51).

pedagógicas, podemos conceber as partes envolvidas como “educadores” e “educandos”. De fato, em ambientes controlados, de ciência e racionalidade técnica, a expectativa do educar pode assumir determinadas projeções e expectativas (comportamento, vestimenta, códigos, exames, horários, etc), mas nossa pesquisa mira em uma leitura que ultrapassa a limitação do campo institucional. Para nós, a função educativa pode se realizar em quaisquer lugares, naturalmente sob modificações e alterações dadas diante das diferenças entre condições materiais e contextos em que forem realizadas.

Barbosa-Lima (et al, 2006) indica que esta semântica do educar flerta diretamente com outras palavras de semelhante lugar em nossa língua:

Por exemplo, do formar / formare, que pode evocar a idéia de “forma”, como algo externo e imposto, ou do educar / educare, que etimologicamente remete a “conduzir”, ou, ainda, do ensinar / insigne, relacionado a “marcar”, ao instruir / instruere, associado a “semear”, a visão que se tem e o que se espera do professor mudam significativamente, indicando uma prática progressivamente menos diretiva: o terreno onde se semeia também tem seu papel. A Escola, tradicionalmente o local exemplar da atitude passiva do aluno, começa a se transformar, com a participação crescente e ativa da sociedade, inclusive, em seus órgãos gestores. (2006, p.236)

Se lembrarmos a origem latina da palavra educar - “educare” – percebemos que o verbo está intimamente ligado a noção do “conduzir”, ou seja, nos permite interpretar certo manejo racional do condutor ao levar o sujeito a um lugar de saber desejado, previamente conhecido. Ao tomarmos esta definição do educar como “condução do outro”, nos questionamos qual(is) seria(m) a(s) função(ões) desta educação/condução em nossa sociedade? Várias e diversas funções poderiam aparecer como resposta, pois dependem da cultura e do contexto em que se realizam.

E, quanto ao contexto, no nosso caso estes processos de educação no sertão paulista estão articulados a outras interiorizações: da frente pioneira cafeeira, da instalação da ferrovia, da chegada da mão-de-obra imigrante, da abolição da mão-de-obra escravizada negra, da Proclamação da República (e naturalmente do fim do Estado Monárquico), culminando no advento de elementos culturais estrangeiros tidos como modernos/modernizadores. Somam-se ainda elementos internacionais de ordem capitalista industrial burguesa e “os efeitos da aglomeração e das crescentes assimetrias entre luxo e miséria, o social também é um problema da população” (NARITA, 2019, p.258). Há um universo bastante complexo e diverso de influências que nos convidam a interpretar a introdução destes processos de educação

(principalmente atento aos Grupos escolares), diante de tantas questões que envolviam a elite (política e econômica) desta região.

De acordo com os historiadores da educação brasileira, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, a noção de que possuímos de “educação” atravessa a pesquisa e reorienta nossas ações. Ao considerarmos suas formas institucionalizadas e não institucionalizadas podemos compreender os processos de educação tanto nos espaços privados quanto públicos, em outras palavras, nas ações invisíveis que se processam nas casas, “no convívio íntimo, nas leituras comuns, nas conversas, músicas, danças, festas, procissões e jogos, por exemplo” (2008, p.10) nem sempre presentes nos estudos de História da Educação, ainda que fundamentais na compreensão do “homem educado” e como isso se processa na cultura; na outra perspectiva, pública, Gondra e Schueler recuperam a “heterogeneidade das forças educativas e iniciativas específicas que elas organizam no vasto território que se pretende unificar, sendo esta uma das funções atribuídas à educação que passa a se processar nas escolas” (2008, p.11), sejam as ações aparelhadas pela força do Estado, das Igrejas, da iniciativa público-privada realizada por empresários que se beneficiaram das complexa e perversa indiferenciação público-privada no Brasil, filantropos ou mesmo agentes da intelectualidade, tais como médicos, juristas e militares, por exemplo (2008, p.11). Finalizam os autores:

É por meio da ação articulada desta gente que, pouco a pouco, vão sendo criadas escolas públicas, privadas, subvencionadas (diurnas e noturnas), asilos, colégios e liceus, internatos e cursos superiores no vasto território brasileiro. Do mesmo modo, é preciso considerar o poder exercido pelas sociedades, academias e grêmios, instâncias educativas que organizam iniciativas voltadas para educar a população, constituída pela “boa sociedade”, mas também por crianças pobres, negros, índios, imigrantes e mulheres (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.11).

Para além do contexto histórico e social, outra inquietude pode chamar a atenção de quem postula pesquisa sobre “processos de educação”, haja vista que reconhecemos a sua natureza como processos e não como resultados. Não estamos a escrever sobre uma sociedade constituída como resultado de um (ou vários) projeto(s) de educação. O que pretendemos aqui é a investigação da complexidade do(s) projeto(s) articulado(s) a estes processos, sejam eles vencidos ou vencedores. Naturalmente, dado a condição em que foram promovidos – os processos de educação oriundos das relações de poder do Estado, do sistema-mundo, da escola, das leis e de outras manifestações de poder, serão tomados como manifestações do campo estratégico. Tal intento não deve anular a possibilidade de encontrarmos na documentação práticas representativas de processos de educação destoantes, desarticuladores, negociantes ou

até mesmo de reprovação do campo estratégico. Seja no campo tático (ausência do poder, ainda que nascida dele), seja pelo afrontamento (práticas de negação da realidade a ser ensinada), nosso olhar se mantém curioso e aberto a documentação que será apresentada.

Importante lembrança freudiana aquela que nos convida a refletir os três verbos impossíveis. Na verdade, os escritos de Freud versam sobre os ofícios (e não profissões) impossibilitados pela presença do inconsciente e de certa tentativa de controle das ações humanas via racionalidade⁵³. O governar, o educar e o psicanalisar são desejos de catequização, controle e forja do(s) outro(s), independente dos valores morais que justificam tais ações. Na perspectiva psicanalítica, Rosa Maria Mariotto compreende esta impossibilidade do educar na perspectiva freudiana da seguinte maneira:

a finalidade da educação é a instauração do princípio de realidade, ajudando a criança a renunciar ao seu modo de funcionamento quase todo submetido ao princípio do prazer. Sendo assim, o ato educativo se refere à inscrição de marcas que operam a passagem de pura satisfação das pulsões para um universo simbólico onde a lei, representada pela palavra do Outro, introduz o futuro sujeito ao “civilizado” (2017, p.36).

Não pretendemos aqui levar a discussão para o campo do inconsciente e aprofundarmos a percepção de como o desenvolvimento da criança se dá na integração do ego. O caso aqui é de refletirmos sobre o peso da transformação dos sujeitos diante do campo educativo (formal/institucional ou não) e estratégico e, portanto, a capacidade que a educação tem de “colonização do outro”, na medida em que educar pode significar transformar sujeitos segundo critérios estabelecidos por um poder anterior.

O escritor, filósofo e romancista Albert Camus, ao revelar a natureza de seu amor à Argélia, sua terra natal, nos convida a refletir sobre os efeitos de uma educação a serviço de um ideário colonizatório:

Sou suspeito para os nacionalistas dos dois lados. Para uns, meu erro é não ser suficientemente patriota. Para os outros, sou patriota demais. Não amo a Argélia à maneira de um militar ou de um colono. Mas será que posso amá-la de outro modo que não como francês? O que muitos árabes não compreendem é que a amo como um francês que ama os árabes e deseja que, na Argélia, eles estejam em sua terra sem que por isso ele mesmo se sinta estrangeiro. (*apud* PASSOS; CHAMPLIAU, 2010, p.01).

⁵³ Cf. FREUD, S. Análise terminável e interminável. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 23, pp. 239-287). Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Esta faceta da educação nos impacta sobremaneira. Educar é verbo fundamental. É parte do processo de construção das identidades e, portanto, de coesão social (local, regional, nacional, etc.). Educar pode significar ensinar a amar e a odiar “outros” diferentes, conduzindo pensamentos a partir de projetos cujo interesse, a princípio, não estão em jogo na racionalidade, mas sim na tradição ou em nome de um “novo interesseiro”.

A introdução dos sujeitos a civilização significa impor códigos, signos e verdades por meio de rituais variados, institucionalizados ou não. Para nós, educar é um “projeto”, uma “intenção”, ainda que muitas vezes o façamos sem nos darmos conta. Um discurso que abraça muitas definições e, ao mesmo tempo em que abre espaço para questioná-las, materializador de um campo do saber que permite o pesquisador compreender as ações, pensamentos, planos, economia, política, divisões sociais, influências religiosas dado seu potencial de revelar tais esferas de “pedagogização do mundo”. Em outras palavras, pesquisar educação para nós significa investigar os desejos do campo estratégico para a configuração da realidade, e ao mesmo tempo, levar em consideração que tais desejos só poderiam nascer mediante a realidade anterior, aquela que foi alvo de suas investidas.

As escolas republicanas negociaram com o novo tempo das cidades modernas, na transição dos séculos XIX-XX. O que “se ensinou”, pode se assumir como resposta das realidades que cercaram professores, diretores, gestores e demais articuladores dos processos de educação. O que “se aprendeu”, como vimos, não necessariamente foi a mesma coisa.

Se de um lado a presença iluminista de traços positivistas e científicos orientaram as cabeças pensantes brasileiras para uma educação nova, o mundo caipira e sertanejo de São Paulo foi lentamente sendo incorporado por processos de educação cada vez mais complexos e poderosos conforme se presentificaram a frente pioneira e os tentáculos do sistema-mundo.

O avançar das materialidades modernas sobre o território recupera a tela que citamos na figura 3, aquela produzida por John Gast – *American progress* na página 43. Nela vimos a chegada da luz elétrica, os contornos da cidade e da vida europeia adentrando em movimento direita-esquerda (leste-oeste) acompanhando a luz e a ferrovia, elementos da cultura branca, moderna e europeia, avançando na escuridão indígena, “bárbara e atrasada”. Aos poucos, como sabemos, os indígenas correram para as sombras do esquecimento, tais como suas roupas, tradições e rituais da identidade que os dava sentido.

Mesmo que o elemento indígena tenha sido trazido aqui como metáfora para análise do quadro de Gast, cremos que podemos discutir um pouco mais sobre processos de educação tomando o sujeito indígena como elemento a ser educado. Quanto a isso, Suely Mascarenhas,

ao tratar de educação de indígenas, negros e mestiços na Amazônia, escreveu sobre a presença da cultura como elemento de resistência identitária:

A cultura não se resgata. A cultura é que nos resgata. Estar em um processo de descolonização é um acidente. Não é previsto pelo sistema implantado, pela escola e pelo sistema A cultura não se resgata. A cultura é que nos resgata. Estar em um processo de descolonização é um acidente. Não é previsto pelo sistema implantado, pela escola e pelo sistema de educação informal. A educação é também transmissão de valores. Instrução é somente transmissão de conhecimentos.

Toda pessoa tem direito à sua história pessoal, familiar e de nação. Uma história que a dignifique e a torne confiante em poder realizar-se como ser humano no presente e no futuro por ter tido um passado soberano, livre, com realizações positivas para o conjunto da humanidade. Se desde criança na escola aprende que seu povo é inferior, inculto, primitivo e outros adjetivos pejorativos como pode desenvolver auto estima positiva e ser feliz e realizada? (2018, p.234).

Ainda que os processos de educação aqui expostos sejam realizados após a expulsão dos indígenas do território nordeste do Estado de São Paulo, nos sentimos de certa forma abraçados pela relação imposta, entre materializações institucionais e silenciamentos, apagamentos e ressignificações da memória e das tradições locais.

Miguel Gonzales Arroyo na obra “Outros sujeitos, outras pedagogias” (2012), avalia o quanto os sujeitos que sofreram este processo de colonização muitas vezes podem reagir aos silenciamentos propostos pela nova estrutura de verdades imposta; contestar a realidade ensinada, principalmente aquela que confere status de hierarquia entre a cultura dominante e a aquela a ser esquecida, apagada ou diminuída; reagir a semântica dos termos outorgados ao grupo em que estão inseridos (marginalizados, bárbaros, excluídos, desiguais, etc.) e; possuidores de consciência crítica e identidades, logo, capazes de transformar a realidade que o cercam. (ARROYO, 2012, p.37-47).

Por fim, a apresentação dos processos de educação visa indicar o potencial plural de nossa investigação e potencializar o caráter tático (não apenas estratégico) da observação do movimento de interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto.

Se observarmos o estado da arte das pesquisas de História da Educação no Brasil, muito se realizou em nome da crítica a implementação dos modelos europeus em terras brasileiras. Entre diversas críticas realizadas pelo conhecido trabalho de Miriam Jorge Warde, “Anotações para uma historiografia da educação brasileira”, escrito a quase quarenta anos (1984), constam questões que ainda merecem nossa atenção, dado a natureza desta investigação. Neste aspecto, a autora questiona:

Delimitar a especificidade da história da educação obriga à circunscrição da educação ao âmbito da escola? Ou independentemente da questão teórica que está aí embutida, politicamente essa é a direção que mais responde aos interesses do conjunto da população?" (1984, p.06).

Seja pelo viés da pedagogia contemporânea, pela definição antropológica, pelo viés dos estudos mais recentes nas Ciências Sociais, nossa empreita sobre os processos de educação se pautam na potência de seu caráter complexo. Apostamos nos processos de educação e na sua natureza “total”. Por isso, finalizamos esta apreciação inicial tomando emprestado novamente as propositivas palavras do historiador Felipe Ziotti Narita:

... educação, aqui, não significa apenas educação nem ensino. Trata-se, antes, de um conjunto difuso de preceitos e práticas sociais que, mobilizando diversos agentes e espaços... organização social em campos de intervenção e moralização. Por isso, chamo este conjunto descentrado de processos de educação (NARITA, 2016, p.18).

Desse modo, os “processos de educação” dialogam com o campo da complexidade que pretendemos investigar. Vimos que são diversos, não necessariamente vencedores em todas as suas iniciativas e tampouco apenas institucionalizados. Mas reconhecemos sua capacidade de transformação da realidade quando vinculados ao campo estratégico. Nos parece, portanto, que estamos prontos para percebê-los em prática.

Retomando as pesquisas de Gondra e Schueler, nossa pesquisa deve estar atenta a heterogeneidade de formas educativas, uma vez que:

a respeito da heterogeneidade das agências, formas, forças e sujeitos da ação educativa, há, ainda, muito trabalho a ser realizado. Estudos sobre a ação civilizatória difundida pelo teatro, cerimônias e festividades cívicas e religiosas, revistas, jornais, imprensa periódica comum e pela chamada imprensa pedagógica; a história dos impressos, dos livros e das práticas de circulação e de leitura — todas estas constituem temáticas já freqüentadas pelos historiadores, mas que ainda precisam ser mais aprofundadas no que diz respeito às suas dimensões educativas e às suas relações com a História da Educação na sociedade brasileira (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.290-291).

Passamos agora a compreender o contexto regulador de boa parte destes processos de educação que invadiu a região de Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX, a partir das consequências internacionais da Revolução Industrial e da chegada da modernidade.

3.2 – Astúcias da ordem e ilusões do progresso cafeeiro: a chegada da ferrovia e de certas modernidades no sertão de São Paulo

O historiador Nicolau Sevcenko em texto intitulado “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso” nos convida a pensar o Brasil durante o período de transição dos séculos XIX e XX a partir de um título provocativo. Se tomarmos as discussões anteriores, podemos compreender este tempo a partir de semântica certeuniana e tomarmos as “astúcias da ordem” como campo estratégico e institucional do poder, cujas consequências (as ilusões do progresso) se transformaram em realidade perversa, violenta e desigual na prática da vida cotidiana.

Esta comparação implica reconhecer as relações de poder que o recém regime republicano experimentou na configuração de novas e oportunas(istas) ações de seu interesse. A escolha para esta seção, reaquistando o título, principia uma recuperação do passado da região na ciência daquilo que a historiografia brasileira (de certa forma já saturada) nos revelou – a percepção da implementação de um regime *res publica*, porém de interesses particulares e conservadores de um *status quo*.

Mesmo antes do final da década de 1880 e da Proclamação da República, podemos assumir que a segunda metade do século XIX viveu intensamente a experiência moderna da qual cita o autor. Em sua perspectiva, pela primeira vez na história humana percebeu-se um grau de envolvimento, revelado em um “processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos” (SEVCENKO, 1998, p.08). E, enquanto a modernidade guiada por interesses brancos, sua nova roupagem de *Belle Époque* se espriava nos portos brasileiros e anunciava percorrer o mesmo caminho que a frente pioneira trilhou – a porção nordeste do território paulista, este que como vimos, vivia o ciclo cafeeiro e as mudanças promovidas pelo capital.

A obra em que o texto de Sevcenko se encontra (o terceiro volume da História da vida privada no Brasil) pode sugerir que o trecho comentado de forma restritiva a realidade tupiniquim. A análise sistêmica nos permite assumir que não, sendo que o próprio autor propôs ressalva: “Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado” (1998, p.08). Como vimos, o sistema-mundo capitalista, impulsionado pelas mudanças provocadas pela revolução industrial, tocava cada vez mais territórios fora do continente europeu, integrando (interiorizando) e dinamizando os interesses das áreas centrais, reorganizando novas relações de poder e gerando na periferia do sistema-mundo centros de produção e circulação de mercadorias e pessoas.

É esperado e assumido por Wallerstein que nem todas as áreas globais foram (ou sejam) integradas pelo sistema-mundo. Podemos aumentar este raio de percepção e assumir que o processo de integração das partes deste todo-integrado não resultou vivências e resultados iguais. A integração foi (e ainda é) assimétrica e desigual, além de atender a interesses diversos e criar realidades igualmente diferentes.

Quanto ao subtítulo desta seção, recuperamos as dificuldades da República brasileira em meio ao turbilhão de novidades da transição dos séculos XIX-XX: fim da relação com a família imperial e reconfiguração política das elites regionais, proposta de federalização, militares no poder, violentas respostas aos levantes e insurgências por parte do exército e do poder central como as revoltas da Armada em 1893, da Vacina em 1904 e Chibata em 1910, somente considerando as ocorridas na capital. Somam-se as questões de ordem social e a necessidade de orquestrar a ordem de forma astuta para um certo progresso.

Para iniciarmos a recuperação histórica da integração da região de Ribeirão Preto durante o nascimento da República no Brasil e refletirmos a natureza e os contornos que envolveram os processos de educação, cremos oportuno iniciar a discussão a partir de uma imagem/materialidade fundamental para o desenvolvimento da circulação de produtos, pessoas e ideias para a região – o trem. A escolha pela ferrovia nos faz lembrar a importância que a historiadora Lídia Possas cedeu ao trem, vinculando-o como uma das maiores materialidades modernas:

Outro aspecto notável desse “arauto” da modernidade – o trem – exaltado por Sansot (1986, p. 1856) foi a sensação que a velocidade provocava nas pessoas, o impacto que operava na percepção da paisagem, sem deixar de realçar o controle do tempo através da rígida utilização dos horários-relógio que confirmavam saídas e partidas e obrigavam os passageiros a ajustarem suas particularidades e o próprio cotidiano, o que leva a reforçar e complementar a disciplina que aceleração do processo produtivo exigia cada vez mais. Pode-se inferir, diante disso, como a presença do trem provocou mudanças na rotina das pessoas, com o trabalho disciplinador, cronometrado em horas, que surpreendia e subordinava a todos. O vínculo com o tempo da natureza se desfaz ainda mais e o tempo abstrato dividido em 24 horas, o “tempo relógio” que já era uma situação vivida desde o século XIV (Cf. Hale, 1978, p. 9-10), passou a dominar todas as atividades humanas e também as aldeias e os espaços intermitentes. Os caminhos de ferro impunham o tempo mesmo no espaço inabitado, como a Sibéria (2001, p.58).

A experiência moderna, segunda a autora, é compreendida a partir de elementos como a aceleração da vida cotidiana mediante tecnologia, o tempo relógio, a mudança dos comportamentos particulares para a aceitação da temporalidade inventada pelo público, a necessidade de certa racionalização, seja da própria existência (pensamento, projetos de vida,

organização da família, número de filhos, etc.), seja da materialidade das novidades que chegam (roupas, construções, ruas, praças, alimentação, etc.). O trem anunciava a chegada de novos e revolucionários tempos. Sobre estas mudanças, diversos intelectuais nomearam de modernidade.

O trem e a modernidade se confundem, como sugere a autora. Podemos inclusive trazer outros elementos que compõe este campo de materializações tecnológicas no século XIX, filhas da revolução industrial. Ainda estamos a interpretar o trem e sua entrada nos sertões de São Paulo, contudo, percebemos aqui que é necessário alongar a apresentação desta materialidade de conexão da região ao sistema-mundo aliada aos ganhos advindos da discussão sobre o conceito modernidade, uma vez conectados.

Nossa apreciação sobre o campo de definições da modernidade parte de Marshall Berman (2007), principalmente aquela que está presente na obra “Tudo o que é sólido desmancha no ar” (frase originalmente de Marx e acolhida como referência importante para o sociólogo norte-americano). Segundo Berman,

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’. (2007, p.24).

Inevitável não relacionar a experiência moderna com a integração do sistema-mundo. Entre Berman (2007) e Wallerstein (1990), as possibilidades e diálogos são significativos. Ainda que desejosos de projetos diferentes, podemos utilizar o trecho de Berman destacado para promover as aproximações com a formação do sistema mundial moderno de Wallerstein.

Quando pensamos a experiência de tempo e de espaço, de união da espécie humana e também de desunidade, lembramos da integração assimétrica dos continentes mediante interesses do capital. A promessa do novo é a “verdade” que a tecnologia se baseia para apresentar-se ao velho, ao mesmo tempo que se investe de sedução e força, elementos da modernidade transformadora da realidade (astúcias da ordem, como escreveu Sevcenko). As

suas manifestações são várias e seu poder de transformação é gigantesco: a chegada da ferrovia, da cultura europeia, da moda, da música, dos cafés e bulevares, da luz elétrica, do cinema! O novo, pelo menos este novo sedutor, convida ao prazer pelo consumo destes elementos estrangeiros e tecnológicos, porém, com preço bastante alto. As ilusões do progresso acompanham a integração ao sistema-mundo na medida em que os desejos do capital a impulsionam, na velocidade que a tecnologia permite. A natureza assimétrica desta experiência impõe aos novos espaços integrados a aceleração das diferenças entre as classes, a divisão axial do trabalho, a angústia do perder-se em desejos civilizados (mediados pelos processos de educação, como veremos), enquanto promove esquecimentos das identidades tradicionais. A modernidade foi e é, de certa forma, um grande processo de educação global. Seduz a todos como uma grande vitrine, mesmo que a experiência do consumo propriamente dito seja apenas para uma pequena parte da população.

Martin Gagner, quanto a estas mudanças e a necessidade de atentarmos aos problemas urbanos europeus do século XIX, escreveu:

A reestruturação da cidade europeia no final do Século XIX tinha várias razões. Os poderes queriam não só impedir rebeliões e revoluções, além de mostrar a grandeza e a beleza das capitais para a concorrência imperialista, mas também reagir de uma maneira funcionalista às mudanças estruturais, quer dizer, ao crescimento enorme da população. Essas concepções foram sustentadas pelas instâncias de planejamento das cidades. Já mencionamos o nome de Haussmann. Em Berlim foram os Conselheiros de Urbanismo James Hobrecht, no final do Século XIX, e Martin Wagner (Wagner 1929a, b), no início do Século XX, que planejavam e mandavam realizar tanto a construção residencial dentro da cidade quanto o trânsito e a infra-estrutura restante, que Reulecke (1985, p. 56) chama de “tecnologia urbana”. (GEGNER, 2006, p.754).

A experiência moderna europeia emanava das áreas centrais do sistema-mundo e encontrava a questão social de novos continentes, reconfigurando a “tecnologia urbana” no interior dos novos territórios. Os problemas sociais dos oitocentos na Europa ocidental eram muitos e diversos, derivados da revolução industrial: o êxodo rural, marcado pela crença em um imaginário urbano progressista e o conseqüente inchaço populacional nos grandes centros; o aparecimento das massas e do anonimato; o desemprego estrutural e a violência urbana; enfim, condições novas que geraram a emergente necessidade de conter, controlar, administrar e gerir “problemas sociais”.

Estes problemas sociais nos invadem até os dias de hoje. José de Souza Martins (2016), ao caminhar sobre os escombros de uma favela incendiada na cidade de São Paulo em 2009,

escreveu em tom de crítica como a cena ali pouco demandava a atenção dos paulistanos quanto a situação das vítimas. A modernidade nos convida, sob o traçado de Berman, a uma falsa experiência homogênea, de sensação de composição e coesão social que aparentemente nos une, porém, apenas nos une no interesse da organização do capital e do encantamento e da legitimação da sociedade e de seus *status quo*. Quanto a pobreza, a miséria e as diversas formas de violência, Martins escreveu:

Essas contradições não doem. Os recursos cosméticos do vestuário e da maquiagem são instrumentos baratos de técnicas sociais de fingimento teatral que dissimula o que não se quer ser. As artimanhas da aparência dão a todos os moradores da geografia da integração social perversa os meios necessários a entrarem na modernidade pela porta da frente. No lugar da igualdade social substantiva, o teatro da igualdade, o que atenua a chamada exclusão social sem resolvê-la. A modernidade é conformista. Nela, sabemos, todos somos o que parecemos ser. O resto não importa (MARTINS, 2016, p.6).

As cidades da região de Ribeirão Preto na transição dos séculos XIX-XX não estavam na mesma condição dos grandes centros nacionais, muitos menos das capitais do sistema-mundo no velho continente, porém, ao receber a ferrovia, o ciclo-cafeeiro e os tentáculos do capitalismo, absorviam como contrapartida o contrato sedutor de Mefisto revelado pelas mazelas da revolução industrial. Em outras palavras, a miséria, a pobreza, o desemprego e outras características modernas/capitalistas estariam no radar dos gestores formados e/ou influenciados pelas mais novas tecnologias urbanas de berço europeu. Se as cidades europeias dispunham de capital, ciência e interesses políticos para gerir os problemas sociais com tecnologias urbanas de maquiagem da questão social e de fingimento teatral, como estes novos núcleos urbanos de raízes profundamente rurais conseguiriam fazer o mesmo?

Cabe lembrar, como vimos na seção anterior, que estas cidades carregam uma longa duração história de violência, racismo, misoginia, genocídio indígena e habilidades para a guerra cotidianamente forjadas e afiadas em nome da sobrevivência. Os casos de violência na região são inúmeros. Os assassinatos, crimes de defloramento e outras formas de violência nas cidades do interior paulista são descritos nos jornais da época, livros de memórias, dissertações e teses⁵⁴. Destacamos o caso “Dioguinho”, alcunha de Diogo da Rocha Figueira, procurado pela

⁵⁴ Sobre os crimes ocorridos em Araraquara, reconhecidos como “Linchaquara” leia-se: TELAROLLI (1977); LIMA (1898). Quanto ao “Crime de Cravinhos”, ocorrido nas proximidades de Ribeirão Preto, leia-se: JORGE (2004); MEIRA JUNIOR; BARRETO; MATTOS (1920). Quanto aos crimes de defloramento em Ribeirão Preto, leia-se: DE TILIO (2005); e os crimes cometidos contra negros escravizados, sugere-se a leitura de ROMERO Y GALVANIZ (2016). Já, no que diz respeito a situação em Franca, leia-se: FERREIRA (2006). Quanto a produções de ordem histórico-ficcional, articuladas a este universo de assassinatos do contexto, leia-se: XAVIER (2004) e CHIAVENATO (2004).

polícia do estado pelo assassinato de mais de cinquenta pessoas entre os anos de 1894 e 1897. “E segundo Eliseu Prudente, ex-capanga de Dioguinho, era em um rosário de orelhas de suas vítimas que o devoto Diogo da Rocha Figueira fazia suas orações, já que, curiosamente alimentava devoção religiosa, e lia corriqueiramente seu livro de orações, as Horas Marianas” (CORRÊA, 2011, p.2634-2635). Desta sorte, como civilizar estes núcleos tão distantes e tão problemáticos? Quais astúcias da ordem a República brasileira utilizou para criar sentimento de progresso neste canto tão distante do centro do sistema-mundo?

Mesmo que aparentemente distantes aproximadamente nove mil quilômetros de Londres e Paris, Ribeirão Preto foi chamada de “*petit Paris* do nordeste paulista” (pequena Paris), recuperando o desejo de se vestir europeia, assumindo como modelo a cidade do prefeito Haussmann. É por meio da implementação da ferrovia e de monumentos à civilização que estas cidades principiam uma teatralização da modernidade e do progresso, mesmo diante de condições sócio históricas já apresentadas, como pobreza, genocídio indígena, violência aos negros, etc.

A seguir, observemos duas realidades diferentes na mesma região. Enquanto na cidade de Franca o Teatro Municipal (antigo Teatro Santa Clara) foi inaugurado em 1874, remodelado em 1912 (FOLLIS, 2004, p.110; AZEVEDO, 2015, p.95) apresenta certa timidez em comparação as demais construções da urbe, no caso de Ribeirão Preto, o Teatro Carlos Gomes e o Teatro Pedro II, construídos em 1895 e 1930, respectivamente (MELLO, 2009, p.110; HADDAD, 2011, p.19) se revelaram manifestações prediais de maior presença no cenário central da cidade. Mesmo com as diferenças destacadas, ambas tentativas miravam a constituição de materialidade civilizacional:

Figura 24 – Teatro Municipal de Franca



Fonte: À direita, Teatro Municipal (antigo Teatro Santa Clara), inaugurado em 1874 e remodelado em 1912. Localizado na Rua do Comércio, Praça Barão da Franca (FOLLIS, 2004, p.110; AZEVEDO, 2015, p.95)

Figura 25 – Teatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto



Fonte: Theatro Carlos Gomes visto a partir da Praça XV de Novembro. Data: 1930-1935 aprox. Fotógrafo: Antônio Zerbetto – Photo Studio Zerbetto/Pirassununga – detalhe da foto. (APHRP). (Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto. **Filhos do café**, 2010, p.09)

Figura 26– Theatro Pedro II em Ribeirão Preto



Fonte: Theatro Pedro II. Grupo de pessoas a frente do teatro durante lançamento do filme *A Tragédia do Fim do Mundo*, 1940. APHRP, ft.103, Fundo Cel Alfredo Condeixa Filho.

Ao compararmos as edificações podemos identificar algumas semelhanças arquitetônicas. Os arcos, os vitrais e a posição central nas urbes nos chamam a atenção. Os teatros construídos nestas cidades da região se organizaram segundo uma lógica anterior – a do sistema-mundo europeu, exemplificado no modelo francês do Ópera Garnier de Paris (*Paris Ópera* ou *Palais Garnier*), construído durante o contexto de reformas urbanas da capital lideradas pelo prefeito Barão Georges-Eugène Haussmann.

Sua construção, iniciada em 1859 foi finalizada apenas em 1874, dado diversos contratemplos como a Guerra Franco-prussiana e conflitos de ordem nacional. No último quartel do século, o edifício era um majestoso monumento da civilização, com mais de 11 mil metros quadrados e palco com capacidade para receber mais de 450 artistas.

Figura 27 – *The Opera House, Paris, France ca. 1890-1900*



Fonte: Esta imagem está disponível na Divisão de Gravuras e Fotografias da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos com o número de identificação digital ppmc.05178. Detalhes da permissão: "Photographs in this collection were published before 1923 and are therefore in the public domain." Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93pera_Garnier#/media/Ficheiro:The_Opera_House,_Paris,_France_ca._1890-1900.jpg. Acessado em: 09.07.2022.

O estilo do edifício é eclético, ricamente ornamentado e decorado com frisos de mármore, colunas e estátuas. Os arcos e os vitrais auxiliam na composição harmônica do monumento, como podemos ver na figura.

Ao compararmos as imagens de Franca, Ribeirão Preto e Paris, temos uma rápida percepção da pujança e da monumentalidade das edificações em ordem que, a princípio, retoma as áreas centrais do sistema-mundo e, depois, periféricas (primeiro Paris, depois Ribeirão Preto e, por último, Franca). Enquanto o teatro em Paris é modelo de civilização, Ribeirão Preto busca com “certa excelência” reproduzir ao seu modo esta concretude, Franca, com muitas limitações, apresenta espaço modesto de natureza teatral. As imagens podem nos levar a inferir que a capacidade de construção desta monumentalidade é diretamente proporcional a condição de gozo na posição central do sistema-mundo, dado as relações que estes núcleos urbanos

carregam com o centro, semi-periferia e periferia, segundo ótica de Wallerstein. Enquanto Paris organizava a monumentalidade de Haussmann para o deleite de sua elite, Ribeirão Preto organizava o teatro de sua coronelada cafeeira e de seus agregados políticos e, por fim, Franca tinha, pelo menos, uma casa a chamar de artística. As diferenças aqui não revelam a incapacidade de atrair o capital, mas de revelar, ao modo e meio, sua capacidade de viver o sistema-mundo e suas formas de lidar com as consequências do capitalismo.

Ao colocarmos esta percepção de comparação entre os teatros e tomarmos como indício de gradação da distância das posições centrais do sistema-mundo, não devemos esquecer da condição moderna que Berman nos comentou há pouco. O terror da revolução francesa, a miséria e a pobreza parisienses, a violência com que as reformas urbanas de Haussmann retiraram os pobres do centro da capital para reinvenção de uma nova urbe racional e moderna se materializam na estética da nova monumentalidade teatral. Curiosamente, até hoje os franceses rememoram as histórias sombrias do Ópera Garnier, como o fato de ter sido construído em terreno pantanoso, alimentado por rios subterrâneos, condições mais que propositivas para produção de fantasmas da modernidade⁵⁵.

Ribeirão Preto e Franca não se ausentam destes problemas modernos. Indicar que estas cidades adentraram no sistema-mundo e passaram a vivenciar a modernidade na velocidade do trem é considerar, para além da importação dos teatros, os “fantasmas” que o prédio quer esconder. Prisco da Cruz Prates, memorialista ribeirãopretano, escreveu sobre as primeiras décadas do século XX acerca das condições sociais da urbe: “Sempre houve fartura de mendigos em Ribeirão Preto...” (1975, p.22). E assumimos com outras fontes, em trechos encontrados no jornal “A Cidade” a presença de mendigos e pedintes no passeio público. Em 1916, o jornal publica: “A fim de mendigar pelas ruas da cidade, o dr. Delegado regional forneceu chapas de licença a Luiz Dinarelli, italiano, de 60 anos e a José Lima da Silva, brasileiro, de 23 anos.” (JORNAL A CIDADE, 07.02.1917, p. 1)”. No ano seguinte, comenta:

A policia prendeu hontem cerca de 44 mendigos, a fim de averiguar quaes delles eram os verdadeiros necessitados, e portanto merecedores de apoio publico. A auctoridade policial tomou varias providencias, a fim de que somente possam esmolar os verdadeiros necessitados. (A CIDADE, 05.11.1916, p.1).

⁵⁵ Como escreve a psicanalista Cristina Gaoni Medioli: “O Fantasma da Ópera é um romance francês escrito por Gaston Leroux, inspirado na obra Trilby, de George Du Maurier. Publicado em 1910 pela primeira vez, foi desde então adaptado inúmeras vezes para o cinema e importantes peças de teatro, alcançando merecida fama internacional.” (2009, p.77).

Se os miseráveis chamavam a atenção dos jornais e dos memorialistas de Ribeirão Preto, não se pode retirar as demais cidades da região desta mesma condição. Mais antiga que Ribeirão Preto, Franca não demonstrou ser “beneficiada” pelas transformações modernas no tecido urbano, mas isso não significa que tal transformação não tenha ocorrido. Fransérgio Follis destaca que

Entre a última década do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX, a cidade de Franca, apesar de não sofrer a intervenção de nenhum plano de remodelação urbanística e nem ser beneficiada por recursos provenientes do governo estadual ou federal - fatores que contribuíram para a modernização da maioria das capitais brasileiras -, também passou por transformações que, a exemplo daquelas vivenciadas pelas grandes capitais, e guardadas as devidas proporções, assumiram características tipicamente modernas. (FOLLIS, 2004, p.138-139).

Em outras palavras, a situação de Franca não era central na região, perdendo espaço político e econômico para Ribeirão Preto como vimos na seção anterior, por isso, ainda que secundarizada, dedicava esforços de sua elite local para desenvolver projetos de natureza racionais, sanitárias e modernizantes, como cita o autor. E, portanto, vivenciou o ambiente das contradições modernas do mesmo jeito. Havia uma “má fama” sobre a cidade de Franca, como aponta o historiador Ricardo Alexandre Ferreira:

O Termo e depois Comarca de Franca foi durante muito tempo associado com um lugar perigoso, povoado por facinorosos. A origem desta má fama estava relacionada com dois aspectos principais: a localização da região — no extremo nordeste da Província de São Paulo, um lugar de fronteira e passagem — e um episódio de sua história noticiado tanto na sede da província quanto na Corte do Rio de Janeiro — as Anselmadas. Contudo, apesar de persistente, a má fama foi apenas um dos elementos constitutivos da história da região no século XIX. As atividades ali desenvolvidas, os hábitos e costumes levados para a região pelos primeiros povoadores mineiros, perpetuados sem grandes alterações durante décadas, compuseram fundamentalmente o ambiente que cercava os mundos de livres e escravos. (FERREIRA, 2006, p.193-194).

O que estamos aqui evidenciando é a convivência entre a questão social, revelada pelos problemas urbanos, pela miséria e pela pobreza, com a tentativa de organizar uma sociedade industrial, urbana e racional ao modelo da civilização europeia. As cidades do interior, buscavam ao seu modo e meio, se inserir no projeto civilizacional do capital. A República, federalizada, descentralizava as decisões contando com o apoio dos coronéis da região. A elite gozava de seu poder institucionalizando práticas e monumentalidades para eternizar seu triunfo

local enquanto os trabalhadores, populares, escravizados (e ex-escravizados após 1889) buscavam seu lugar ao sol no sertão cafeeiro.

Eis alguns motivos que nos levam a compreender as imagens dos teatros como exemplos de interiorização da modernidade. Podemos pensar no teatro como espaço urbano palco para a realidade da vida pública que se tornou uma verdadeira “... escola dos costumes e da polidez, verdadeiro espelho da vida, o mais decente e agradável dos divertimentos públicos” (*apud* PECHMAN, 2000, p.153). João Caetano dos Santos, artista dramático do século XIX, escreveu se “bem organizado e bem dirigido, deve ser um verdadeiro modelo de educação, capaz de inspirar na mocidade o patriotismo, a moralidade e os bons costumes” (2000, p.153).

A esta vida que fluiu a partir do teatro, podemos imaginar algumas das peças e das músicas cantadas em diversos idiomas, ou ainda a inserção de novas práticas sociais como as exigências de certas vestimentas, signos que podiam (ou não) revelar o “bom gosto” pela moda, alguns jeitos e gestos que impunham discursos da “boa educação” – próprios da civilização europeia agora em território sertanejo. As imagens acima não negam outras experiências brasileiras anteriores ou mesmo concomitantes em outras regiões, pelo contrário, sugerem, a princípio, o acompanhar cultural destas cidades sertanejas a onda “modernizadora” europeia proposta pela frente pioneira. Tendo em vista a presença de outros teatros e edificações semelhantes em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Santos, Manaus, e uma infinidade de cidades espalhadas pelo mundo, a modernidade dos teatros jogou seus tentáculos pelo mundo a fora.

Na capital paulista, houve uma febre de construções desta natureza. José Geraldo de Moraes e Denise Sella Fonseca escrevem:

Ainda que de maneira precária e às vezes muito presumida, já se sabe que um conjunto mais variado de diversões ligadas intrinsecamente ao mundo urbano começou a se estabelecer na capital paulista a partir dos anos 1890. Até essa década, a cidade contava com poucas iniciativas ligadas ao teatro, especialmente o musicado. Desde meados do século XIX, sua vida teatral praticamente resumia-se ao amadorismo dos acadêmicos da Faculdade de Direito e às raras apresentações nos teatros São José (1864) e Provisório (1873), sucessores da antiga Casa da Ópera, por muito tempo o único palco representativo da cidade. Seguindo o ritmo acelerado de crescimento da cidade, entre a década de 1890 e o início do século XX começou a surgir rapidamente um número considerável de estabelecimentos teatrais. Neste período, a cidade foi tomada pela adaptação e principalmente a construção de novos edifícios, como o do teatro Polytheama Nacional (1892), Apolo (1895), Eldorado Paulista (1899), Santana (1900), Eldorado (1900), Carlos Gomes (1905), São Paulo (em 1907 encontrava-se em construção), Colombo (1908), o novo São José (1909), Cassino (1909), Teatro Municipal (1911), Palace Theatre (1913), Cassino Antártica (1913), Esperia (1914), Braz

Polytheama (1914), Boa Vista (1916), Royal Theatre (1916), São Pedro (1917) e Avenida (1918)... (MORAES; FONSECA, 2012, p.113).

O Teatro Municipal, inaugurado em 1911, foi um “exemplo de forte influência francesa” também produzido a partir da inspiração do Ópera Garnier de Paris (LIMA, 2017, p.09). Curioso que, na perspectiva do sistema-mundo, as cidades do interior do estado já haviam construído teatros de natureza semelhante antes da década de 1910.

No caso carioca, o Teatro Municipal data de 1909. De acordo com as pesquisas de Liliane Carneiro Ferreira, as escolas e os teatros tinham função semelhante, educar e civilizar os cidadãos, ensinando a moral e os valores defendidos pelos novos tempos “modernos”. Em suas palavras, havia certo otimismo com a vida oportunizada pelo “Municipal”:

A visão otimista a respeito do público e do progresso artístico brasileiro foi abordada também por Olavo Bilac. O escritor, dedicando sua conhecida eloquência em discurso proferido na inauguração do Theatro Municipal, ressaltava o teatro como “educador e engrandecedor do espirito humano”. Prosseguia seu discurso enfatizando que aquela ocasião consistia em uma festa que atestava a cultura e a civilização do povo brasileiro, que já cultuava a arte tal como uma religião e, por fim, tinha então o seu templo. “O monumento emblemático de nosso valor artístico”, segundo Bilac, seria o local de sociabilidade, o “salão nobre da cidade, o seu fórum social, a arena elegante em que se travam os torneios da moda, da graça, da conversação e da cortezia” ... No ano seguinte, Luiz de Castro, que retornava à imprensa depois de afastado por alguns anos, verificava que o gosto musical no Rio de Janeiro vinha melhorando, ainda que lentamente: “Nestes quatorze annos nem só materialmente termos progredido. Tambem em gosto musical temos andado alguma coisa para frente, si bem que devagar” ... (FERREIRA, 2018, p.26).

A modernidade, como assumido, é um grande processo de educação. É um poderoso convite, seja pela ferrovia, seja pelo teatro à (e da) civilização de todos. O seu “fácil acesso” dado a presença física no espaço público projeta campos de desejo, dado a oportunidade aos sujeitos a experiência de ser “mundial”, ainda que, sabemos, a vivência civilizada fosse, via de regra, excludente. Todos podem ver a rapidez do trem e presenciar os movimentos dos vestidos e dos ternos entrando e saindo dos teatros, porém o desejo em viver a cultura francesa (de dentro ou de fora do teatro/trem) não se realiza de forma igual para todos. O sistema-mundo se materializou na ferrovia para aumentar sua velocidade de contato entre o centro e as periferias visando atender as demandas do próprio sistema e não para a democratização e prazer dos sujeitos periféricos frente as novas tecnologias.

A seguir, proponho observarmos como as cidades brasileiras oportunizaram cartões-postais da modernidade, diante de grandes construções monumentais desta natureza – as antigas

e sagradas catedrais medievais que antes organizavam a sociedade medieval como espaços de coesão social, coexistiam com novos elementos modernos, igualmente grandes, concretos e monumentais.

Leonardo Benevolo, em “História da cidade”, nos recorda que as cidades europeias do século XII viviam a força da arquitetura gótica⁵⁶ na construção de suas catedrais. Elas simbolizavam grandes monumentos religiosos, força contextual preponderante à época, e se localizavam na parte central das urbes, organizando a moral e a coesão social por meio de espetáculos eclesiásticos. O “centro da cidade é o local mais procurado; as classes mais abastadas moram no centro, as mais pobres na periferia; no centro se constroem algumas estruturas muito altas – a torre do palácio municipal, o campanário ou os zimbórios da catedral” (1999, p.269-270).

Deste mesmo modo, os teatros assumiram (junto com outros monumentos e edificações) a concretude representacional de seu tempo. As janelas e vitrais que antes davam lugar a luz de Deus e da Igreja, proferida pelos padres e ancorada na fé social compartilharam o poder de coesão social e de regulação das verdades do mundo com novos e modernos mecanismos de pensar. Como Comte propôs no século XIX ao salientar a religião da Humanidade, o Deus-ciência encontra-se na Universidade (templo sagrado) produzido pelos homens ungidos (cientistas) e imortalizado nos livros sagrados (pesquisas, teses, dissertações e artigos) (COMTE, 1967). A devoção a ciência e o culto a razão alteram a fachada destes monumentos centrais das cidades do século XIX.

O arquiteto e urbanista Le Corbusier escreveu em 1937 “Quando as catedrais eram brancas”:

Quando as catedrais eram brancas, a Europa havia organizado as atividades produtivas segundo as exigências imperativas de uma técnica nova, prodigiosa, loucamente temerária, cujo emprego conduzia a sistemas de formas inesperadas – formas com um espírito que desdenhava as regras de mil anos da tradição, e não hesitava em projetar a civilização numa aventura desconhecida. Uma língua internacional favorecia a troca de ideias, um estilo internacional era difundido do Ocidente para o Oriente, do Norte para o Sul. As catedrais eram brancas porque eram novas. As cidades eram novas: eram construídas de todas as medidas, ordenadas, regulares, geométricas, segundo um plano (...) Sobre todas as cidades e todos os burgos cercados de novos muros, o arranha-céus de Deus dominava a paisagem. Tinha sido feio mais alto do que se podia, extraordinariamente alto. Era uma desproporção no

⁵⁶ Segundo Daniela Oliveira, “O estilo gótico surge com o novo conceito espacial proposto pelo abade Suger na catedral de Saint Denis..., considerada a primeira catedral gótica. Suger queria demolir as pesadas paredes, aumentar as pequenas janelas e dispensar a escuridão geral das abadias românicas, para se criar um novo interior, onde se fluiria livremente pelo espaço, sem divisões, onde as paredes seriam extremamente delgadas e onde, principalmente, a luz de Deus preencheria a igreja de maneira figurada e literal” (2010, p.24-25).

conjunto; mas não, era um ato de otimismo, um gesto de altivez, uma prova de maestria.

O novo mundo começava. Branco, límpido, jovial, polido, nítido e sem retornos, o novo mundo se abria como uma flor nas ruínas. Tinham sido deixados para trás todos os usos reconhecidos, tinham-se dado as costas para o passado. Em cem anos o prodígio foi levado a termo, e a Europa foi mudada. (LE CORBUSIER, 1937, s/p. *apud* BENEVOLO, 1999, p.270).

Se aceitarmos a escrita do arquiteto, podemos reconhecer que desde muitos antes da modernidade dos *quattrocento* ou do *cinquecento*, as cidades já demonstravam as tecnologias urbanas de controle e organização do social. O que muda para o século XIX industrial é a questão social diante do anonimato, das grandes massas pobres e miseráveis, do desemprego e violência, entre outros fatores como já exemplificado.

O teatro moderno recupera parte destas funções medievais ao simbolizar os novos tempos e ressignificar o campo discursivo deste não-lugar. Se tomarmos o campo simbólico das catedrais podemos cartografá-la diante de três terrenos – o subsolo, o térreo e o teto, respectivamente e grosseiramente articulados ao campo do inferno, da terra e do céu. Curiosamente, recordamos que o Palácio Garnier tinha seu fantasma da Ópera no submundo, sua elite pomposa e as luzes da capital do bom gosto aos olhos da sociedade parisiense.

A arquiteta Daniela Oliveira escreveu sobre este imaginário reafirmando Le Corbusier:

A magnificência de uma catedral simbolizava a cidadela celestial, onde as almas virtuosas residiriam depois da morte. O seu esplendor – principalmente as altas abóbadas, que não serviam a nenhuma utilidade – mostrava o quanto a imortalidade transcendia as limitações terrenas. Não mais cheias de esculturas e desenhos tenebrosos, mas alta, imponente e iluminada, livre do fim do mundo, o povo é animado por um novo sopro de fé. (OLIVEIRA, 2010, p.25).

Portanto, o teatro moderno materializou a cidade industrial, onde os espíritos mais evoluídos encontravam a luz do bom gosto e da civilização. Esta animação “por um novo sopro de fé” na razão e na civilização organizam a complexa capacidade de sedução moderna registrada na pergunta: por que diabos a modernidade se tornou tão poderosa?

Em seguida, percebemos como este discurso se alastrou por diversas capitais pelo Brasil. Citamos aqui os teatros de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus, por exemplo, articulados a concretude das antigas catedrais nesta nova tecnologia urbana.

Figura 28 – Teatro Municipal em São Paulo, capital (1910)



Legenda: O Teatro Municipal em 1910: pode-se vislumbrar que as obras da esplanada estavam adiantadas, com o muro de contenção e a escadaria de acesso já prontos. Notar o entorno do teatro, ainda sem pavimentação. Fonte: IMS (SANTOS, s/ano, s/p.).

Figura 29 – Teatro Municipal do Rio de Janeiro (vista lateral, 1910)



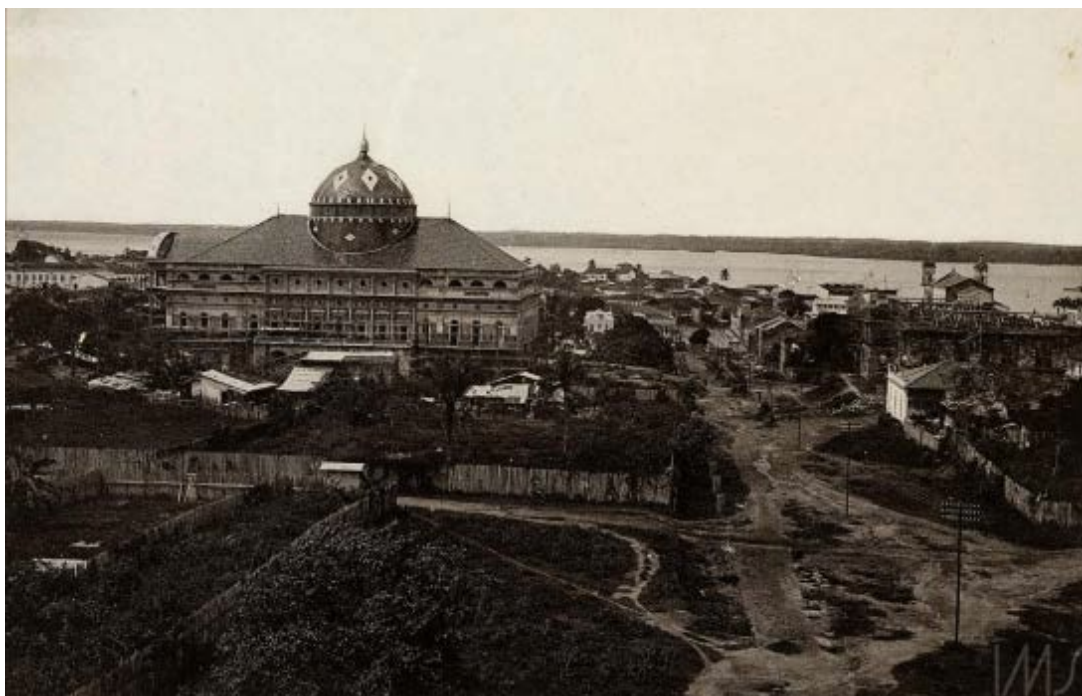
Fonte: LISSOVSKY, 2020, p.80.

Figura 30 – Teatro Municipal de Belo Horizonte (1906)



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (disponível em <http://bhnostalgia.blogspot.com/2018/01/theatro-municipal.html>).

Figura 31 – Panorama de Manaus, com destaque para o Teatro Amazonas (1896)



Fonte: BRAGA, 2016, p.113.

Ainda que o teatro em Manaus (a *Paris das selvas*) possa representar a interiorização profunda e vitoriosa do capital, a Belle Époque manauara, consolidada pela economia gomífera, não deixou de vivenciar em plena floresta amazônica as repercussões do sistema-mundo. Paulo Santo Júnior, estudioso do contexto, escreveu:

As mudanças urbanísticas ocorridas em Manaus, no entre séculos XIX-XX, convergiram com produtos, recursos e necessidades advindas da economia gomífera e de suas elites. Tal remodelamento de Manaus trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição por parte de seus próprios habitantes, especialmente autoridades e elites, da identidade e representações dos espaços urbanos. A Belle Époque manauara passou a ser representada por segmentos da sociedade local como uma cidade “moderna e civilizada” (SANTOS JUNIOR, 2019, p.41).

Os miseráveis de Paris, a *mob* (massa) londrina e os criminosos de São Petersburgo foram eternizados na literatura a partir dos escritos de Victor Hugo, Charles Dickens e Fiódor Dostoievski, personagens reveladores desta outra experiência moderna que o teatro não mostra. Importante é não cairmos na tentação do espetáculo e no esquecimento das terríveis consequências negativas da revolução industrial. Se a questão social era central nas cidades europeias, em Manaus, o poeta amazonense Thiago de Mello cedeu de forma brilhante o contexto pelo viés dos fantasmas que acompanharam o processo de bela época:

Do dia pra noite, se foram acabando o luxo, as ostentações, os esbanjamentos e as opulências sustentadas pelo trabalho praticamente escravo do caboclo seringueiro lá nas brenhas da selva. Cessou bruscamente a construção dos grandes sobrados portugueses, dos palacetes afrancesados, dos edifícios públicos suntuosos. Não se mandou mais buscar mármore e azulejos na Europa, ninguém acendia mais charutos com cédulas estrangeiras. O enxoval das moças ricas deixou de vir de Paris. Os navios ingleses, alemães e italianos começaram a escassear na entrada da barra. Muitas grandes firmas exportadoras, de capital europeu, começaram a pedir concordata. Das casas aviadoras (que forneciam dinheiro e mercadoria aos seringalistas do interior da floresta), as mais fracas faliram logo, algumas resistiram um pouco, mas não puderam evitar a falência. As companhias líricas de operetas italianas foram deixando de chegar para as suas temporadas exclusivas no sempre iluminado Teatro Amazonas. Os coronéis de barranco não podiam pagar com fortunas uma carícia mais quente das francesas importadas e refinadas na arte do amor comprado, as quais, por isso mesmo, foram logo tratando de dar o fora, substituídas nas pensões noturnas pelas nossas caboclas peitudas e de cintura menos delgada. Dar o fora foi também o que fizeram os comerciantes ingleses e alemães, os navios partiam carregados deles com a família inteira (MELLO, 1984, p.27-28 *apud* FIGUEIREDO, 2001, p.273-274).

A interiorização da teatralidade moderna foi aos confins da selva amazônica pelo desejo do sistema-mundo, e com ela, a verdade fáustica da miséria, da ausência, da falência, da estética contextual do poder.

Boris Fausto, Paulo Pinheiro, Maria Helena Souza Patto, entre outros pesquisadores, destacaram o ambiente conflituoso da questão social na cidade de São Paulo durante a transição dos séculos XIX-XX. Contexto “marcado por um sem-número de exemplos de brutalidade repressiva, orientação professada pelos governantes, apoiada por industriais e fazendeiros e muito bem resumida pelo presidente Washington Luís” (PATTO, 1999, p.172), a época secretário da Justiça e da Segurança Pública do estado de São Paulo. A historiadora Maria Helena Patto afirma, ainda, que Washington Luís definiu a “questão social”, os chamados conflitos sociais, como “caso de polícia” (1999). Curiosamente, este agente político, em especial, foi prefeito da cidade de Batatais e agente político articulado aos coronéis da região de Ribeirão Preto durante todo o período da primeira República (PEREIRA, 2005).

O conflito não ganhava cartões-postais nos almanaques, mas apareciam nas páginas policiais:

Foi assim na greve de operários numa fábrica de sapatos no Rio de Janeiro, em 1902; no movimento grevista na Cia. Doca de Santos, em 1904; na greve de ferroviários paulistas, em 1906; na Revolta da Chibata, em 1910, quando marinheiros negros e mulatos rebelaram-se contra o uso do chicote como instrumento de punição na Marinha; em Juazeiro e no Contestado; na greve de colonos das fazendas de café da região de Ribeirão Preto, em 1913; na primeira greve geral que parou cerca de 50 mil trabalhadores da cidade de São Paulo, em 1917; na greve da Cia. Mogiana, em 1920, e assim por diante. A partir de então intensificaram-se as práticas repressivas, pois "a piedosa simpatia pelos 'deserdados da fortuna', pelos 'humildes', por aqueles que os 'maus fados' haviam irremediavelmente fixado no fundo dos estratos da sociedade, começa a converter-se em inquietude quando a desarticulada massa ameaça ultrapassar os limites e transformar-se em classe social" (PATTO, 1999, p.172).

O que queremos mostrar é que o cenário de introdução da modernidade nestas cidades próximas a Ribeirão Preto foi de similar consequência mundial. Ainda que com os limites da região e da dimensão da urbe (e das fazendas de café), Ribeirão Preto, Franca, Nuporanga, Batatais, entre outras cidades que compõe esta região foram palco do espetáculo moderno do sistema-mundo: de um lado, teatro da beleza, do outro o fantasma da miséria.

Porém, a relação que Berman nos oferece como modernidade dual não explica a Modernidade e sua complexidade como outras perspectivas possibilitam. Para tal, pedimos ajuda a arte para prosseguir com o exercício racional científico.

Baudelaire, em 1856, publicou um poema intitulado “Os olhos dos pobres”, narrando, em primeira pessoa, as sensações de um homem que viveu um encontro com a amada em um café recém-construído em Paris. A escolha deste se deu diante de nossa impressão de vínculos entre o texto e este campo moderno dos desejos para todos e para poucos, simultaneamente. Em linhas gerais, principia descrevendo o café como um espaço maravilhoso, de paredes cuja brancura ofuscava a todos, pintura dourada nas madeiras, apresentando quadros com anjos e pajens, além de animais e toda sorte de elementos mitológicos que, como ele mesmo escreveu, contribuía para que “toda a história e toda a mitologia (estivesse) a serviço da comilança” (1985, p.84-85).

Até aqui, o poema é reforçador da imagem sedutora da modernidade. Após a descrição, Baudelaire insere o elemento novo. Uma família composta por um homem e duas crianças (sendo uma ainda de colo), todos em farrapos, param estarrecidos e observam admirados o ambiente do café:

Os olhos do pai diziam: “Como é bonito! Como é bonito! Parece que todo o ouro do pobre mundo veio parar nessas paredes.” – Os olhos do menino: “Como é bonito, como é bonito! Mas é uma casa onde só pode entrar gente que não é como nós.” – Quanto aos olhos do mais novo, estavam fascinados demais para exprimir outra coisa que não uma estúpida e profunda alegria. (1985, p.84-85).

Não bastasse a percepção aguçada do escritor em caracterizar o desejo por meio da ironia que a poesia pode suscitar, ou seja, do reconhecimento da gratuidade estética a modernidade à venda na vitrine para todos (que possam pagar), guardamos a sensação de que muitos dos adultos transeuntes desta modernidade sertaneja poderiam ser representados por qualquer um destes par de “olhos pobres”. O fim do poema é ainda mais revelador. Em primeira pessoa, o personagem “Baudelaire” sentado em uma das mesas do café, conversa com sua amada buscando capturar uma possível cumplicidade no constrangimento social de perceber a miséria à porta enquanto o casal se alimentava. A situação se realizava mais constrangedora para o personagem masculino, pois sentia que, de alguma forma, o banquete servido era maior que a fome que o casal possuía, guardando alguma culpa em relação aos olhos estacionados ao lado de fora do café. No fim, a fala da amada evidencia o descompasso amoroso: “Essa gente é insuportável com esses olhos abertos como passagens para carroças! Você não poderia pedir ao *maître* para tirá-los daqui?” (1985, p.85).⁵⁷

⁵⁷ Marshall Berman avalia também a natureza moderna deste escrito de Baudelaire e, com menos pudores, registrou: “Um par amoroso dividido pela política é razão suficiente de desgosto. Todavia há outras razões: talvez,

A civilização organiza cartografia de legitimidades, como vimos em José de Souza Martins: “As artimanhas da aparência dão a todos os moradores da geografia da integração social perversa os meios necessários a entrarem na modernidade pela porta da frente” (MARTINS, 2016, p.6). Os olhos dos transeuntes na porta da frente do café cobiçam a posição interna daqueles que gozam, de dentro, a modernidade desigual.

Esta experiência moderna nas cidades do interior de São Paulo dependeu do exercício da frente pioneira e de suas consequências: os fazendeiros compraram o sonho do ouro-café, se movimentaram pela aquisição, contratação e outras formas de organização de aumento de mão-de-obra, promovendo nos centros urbanos próximos as suas fazendas algum desenvolvimento de casas, ruas, e comércio, logo, aumento demográfico, aceleração da produção, distribuição e tecnologias de ensacamento e beneficiamento. Em poucas décadas, com a construção de ferrovias, outros e novos movimentos de pessoas e ideias, etc... A vida moderna urbana é, portanto, desdobramento deste complexo cafeeiro e dos desejos de sua ordem e progresso; as pessoas, meios para um fim, vivenciaram as formas violentas da exclusão do sistema-mundo. Como citou Norbert Elias, repugnância e vergonha, por exemplo.

O desejo de civilização está no começo e no fim deste movimento de interiorização, mas sua conquista não foi para todos. A realidade moderna está longe de ser teatral, ou seja, apenas discursiva. Ela se concretizou com a frustração de muitos e com a alegria de poucos, gerando diversas revoltas de um lado e a rápida resposta da força da lei, do outro. Enquanto Wallerstein (1990) nos convidou a entender o processo de aglutinação das novas regiões ao sistema-mundo de forma respeitosa a hierarquia centro-periferia, revelando desigualdades e perversidades, enquanto Baudelaire (1856) compôs com requinte as civilizadas formas de dividir os espaços e experiências modernas.

Imaginemos um trem chegando as cidades da região de Ribeirão Preto ou Franca no final do século XIX. Pensar o campo das ações, desejos, medos e sonhos de um “imigrante italiano” que chegou a região como braço para lavoura não é a mesma coisa que observar a complexidade de um cafeicultor que retorna de “bons negócios na capital” para a casa sede de sua fazenda. Ambos estão no mesmo trem, na mesma velocidade, e caminham “juntos” para o

quando ele olhou fundo nos olhos dela, tenha de fato, conforme esperava, “lido meus pensamentos ali”. Talvez, a despeito de afirmar nobremente sua irmandade com a universal família de olhos, ele partilhe com ela o desprezível desejo de negar relações com os pobres, de pô-los fora do alcance da visão e do espírito. Talvez ele odeie essa mulher porque os olhos dela lhe revelaram uma parte de si mesmo que ele se recusa a enfrentar. Talvez a maior divisão não se dê entre o narrador e sua amante, mas dentro do próprio homem. Se assim é, isso nos mostra como as contradições que animam a cidade moderna ressoam na vida interior do homem na rua.” (2007, p.149).

mesmo “lugar”, porém, em vagões distintos, em condições diferentes. O teatro da ferrovia é parte deste espetáculo sedutor da modernidade.

Quanto as edificações teatrais, podemos concordar com a historiografia. Em geral, os historiadores apontam para o fato de que os teatros foram construídos como imposição da cultura dominante, cujo potencial de colonização do cotidiano dos sujeitos periféricos não nos permite dar chance a outra interpretação, como uma possível “conquista da cultural local e sertaneja”. Naturalmente, os ganhos e a simbiose entre o “novo” e o “velho” serão muitos e pausadamente mais abordados no futuro da tese, mas por hora destacamos que não devem ser tomados apenas com instituição deste poder central, cuja consequência seja a “aculturação das massas ignorantes”. Inevitavelmente cederemos espaço importante a abordagem da percepção das materializações da interiorização da educação por intermédio de equipamentos poderosos e sedutores, desejados por muitos olhos ricos e, talvez, por alguns pobres.

Outra questão importante é que, mesmo que os teatros aqui registrados em imagens tivessem sido construídos em contexto similar, não terminaram iguais. As cidades e as dimensões das suas materialidades modernas também registram estas diferenças. Segundo Pedro Tosi (2003) e Lélío Oliveira (1997), a cidade de Franca demonstrou forte presença de pequenas propriedades, logo não houve ali a mesma concentração de grandes fazendeiros como ocorreu em Ribeirão Preto. Em Franca, o fazendeiro João de Faria, possuía apenas 185.000 pés de café em 1901, muito pouco perto dos 3.999.990 da Companhia Dumont e dos 2.112.700 cafeeiros de Martinho Prado Júnior, ambos em 1905, localizados em municípios próximos (TOSI, et al, p.293).

Por isso, entendemos que é importante destacar que o passado rural e as tradições mineiras deste território se organizaram diante da força do capital, porém, se voltarmos os olhos às imagens dos teatros de páginas atrás, nos parece menos próximos ao modelo europeu a arquitetura do teatro francano se comparado aos de Ribeirão Preto. Até mesmo se comparado ao de Campinas, Araraquara, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus no mesmo contexto.

O passado desta região já foi contornado pela seção anterior. Antes da chegada da ferrovia Mogiana, a violência já era marca das identidades destes núcleos urbanos e, do ponto de vista antropológico, havia mais presença da cultura dos entrantes mineiros que de uma relação com a capital da(o) mesma(o) província (estado). Há que se somar a presença da cultura caipira, de marcas cristãs (quase exclusivamente católicas), práticas econômicas vinculadas a subsistência (criação de porcos e animais de pequeno porte), mão de obra escravizada negra, conflitos constantes pela legitimação e pela posse das terras e presença forte de famílias cujo sobrenome organizavam os núcleos diante de seu poder econômico e político (coronelismo).

São características comuns que se reproduziam em diversos núcleos da região e que, compartilhadas na experiência moderna, participam do campo de desejo pelo “novo” europeu.

Todas as experiências modernas são únicas, como vimos. A cidade de Franca não foi incorporada ao sistema-mundo da mesma forma que Ribeirão Preto e vice-versa. O professor Lélío Oliveira relembra bem estas marcas mineiras, tradicionais, ao pesquisar os testamentos dos francanos nos anos finais do século XIX:

De forma semelhante, os inventários post-mortem indicam, em um sentido mais quantitativo do que qualitativo, como os testamentos, as inquietações dos inventariados que, possuidores de poucos ou muitos bens, indicavam a transmissão de valores às instituições religiosas com a pretensão de resguardar a alma. Foi possível ainda notar que estes valores monetários proporcionais à riqueza foram declinantes no decorrer do tempo.

Os documentos aqui selecionados indicam a continuidade da ocupação de mineiros e seus descendentes na região, que foram sujeitos da dinamização da economia do nordeste paulista, sem perder vínculos com suas áreas de origem, inclusive manifestando interesse em retornar alguns recursos para instituições religiosas de Minas Gerais, por ocasião da morte (1997, p.118-119).

O contato da região nordeste paulista com o sul de Minas não era apenas econômico, como proposto na seção anterior. As práticas econômicas, sociais, religiosas que adentraram na antiga Franca do Imperador não são as mesmas que adentraram na cidade de Ribeirão Preto, forjada recentemente pela frente pioneira e que, ainda em “1880 não passava de uma pequena vila com poucos indícios de evolução em sua malha urbana, na medida em que era definido o traçado das ruas e o tabuleiro de xadrez da zona central” (PAZIANI, 2004, p.21).

Se tomarmos algumas imagens destas cidades do interior plasmadas pela iconografia oitocentista, poderemos perceber alguns indícios desta presença rural resistente ao campo das transformações. Os desenhos do botânico inglês William John Burchell são início desta constatação:

Figuras 32 e 33 – As cidades de Franca e Campinas em 1827 segundo obra de William John Burchell



Fonte: “Villa Franca”, n. 175, de 4-9-1827, 150x480mm. “A entrada da cidade tendo cada lado vários pousos de tropeiros; segue-se a cidade tendo ao centro a igreja matriz de Franca. Saint-Hilaire achou esse lugarejo com mais de cinquenta casas e várias outras, em construção e diz que fora fundada por mineiros em 1804, sendo a maioria era fugida de seis creadores ou perseguida da justiça (Obra cit., Vol I, pag. 156).” (FERREZ, 1981, p.113).



Fonte: Uma rua de S. Carlos (Campinas) 200x480mm. Outro extraordinário desenho mostrando-nos casas e casarões típicos da cidade de S. Carlos (Campinas); isso porque no seu Diário Botânico está anotado que ali este de 3 a 8 dias de agosto: Notar os beirais, as janelas com suas gelosias e ombreiras. A construção à direita, apesar do grande porte, foi construída com taipa de pilão e, como documento, é da maior importância, pois mostra uma casa desse tipo de construção ainda em execução vendo-se as travess de madeira que serviam para manter firmes as fôrmas. Sua população era de cerca de 6.000 almas e sua principal cultura era a da cana-de-açúcar. As calçadas eram de pé de muleque e as ruas, só algumas eram calçadas (FERREZ, 1981, p.109).

Podemos assumir que a Franca do Imperador se inspirou na França republicana, porém, sem o potencial transformador da pequena Paris de Ribeirão Preto. As mudanças de Franca e Ribeirão Preto também podem ser comparadas as vividas em Campinas, Araraquara e outras cidades do interior. O teatro de Campinas (homenagem a Carlos Gomes, homônimo ao de Ribeirão Preto) também reforça a escolha pelos arcos, traços europeus, vitrais, etc.

Figuras 34 e 35 – Theatro Carlos Gomes, em Campinas, antes da inauguração e Teatro Municipal de Araraquara, s/data.



Fonte: À esquerda, o Theatro Carlos Gomes antes da inauguração. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Theatro_Carlos_Gomes_Antes_da_Inaugura%C3%A7%C3%A3o_1.jpg, acessado em 13/04/2021. À direita, o Teatro Municipal de Araraquara. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1538144,a+imponencia+do+antigo+teatro+municipal+de+araraquara.aspx>, acessado em 10.04.2021.

Os vitrais e a monumentalidade repetem a estética do sistema-mundo. Próximos a Campinas, Pedroso ainda cita: o teatro “São Rafael” de Sorocaba (1844), o “São Carlos” (na cidade homônima, em 1850), o “São Luís” em Itú (1858), o “Guarani” e o “Coliseu” em Santos (1882 e 1924, respectivamente), o “João Caetano” de Amparo (1890), além do Teatro de S. João da Boa Vista (1914).

Ponto interessante, aproveitando a perspectiva moderna explicitada por Berman, é a forma com que os antigos e os novos teatros eram nomeados: curiosamente, antes da frente pioneira, alguns dos teatros recebiam nomes de santos católicos (Santa Isabel, São Luís, São Rafael e São Carlos, por exemplo, tal como as antigas catedrais e igrejas) e depois passaram a serem chamados com nomenclatura de destaque para a “Civilização”. Carlos Gomes foi compositor, autor da ópera “O Guarani”, e o escritor José de Alencar publicou o romance de mesmo título (autor e obra foram homenageados em diversas edificações); João Caetano (dos Santos) foi dramaturgo, considerado o primeiro brasileiro teórico da arte dramática; a lembrança “Coliseu” faz referência a uma das maiores maravilhas do mundo antigo em Roma

e, por fim, o exemplo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, governador duas vezes do Estado do Rio Grande do Norte.

A nomeação dos espaços públicos e equipamentos urbanos contribuem neste universo de evidências de transformações modernas. O religioso e indígena representam o passado colonial a ser transformado, os homens, assim como seus monumentos e obras, cristalizados em homenagens-lembranças em tempo cujo presente projeta futuro branco e civilizado. Quanto a isso, Olavo Bilac escreveu texto tão revelador, que o registramos como epígrafe desta seção:

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança? (BILAC, 1996, p.265-266).

Ao contemplarmos a materialidade moderna, europeia de natureza e planejamento (muitas vezes também de execução), sentimo-nos capazes de experimentar a Europa e a capacidade de ser e estar no moderno “tanto quanto” os europeus. Olhar e desejar, tocar e consumir, experimentar e gozar, são binômios poderosos da modernidade capitalista que o sistema-mundo utilizou como parte da complexa tecnologia urbana da sedutora e fáustica prática de sentir-se em tal condição. Negar o passado, destruir os entraves da civilização seria fundamental para conquistar um lugar na evolução proposta pelo capital.

Mas por quê? De onde vem esta potência moderna de sedução e transformação? De onde vem esta espécie de “autolegitimação” da ferrovia, dos teatros, do bom gosto e da civilização? Do tempo relógio sobre o tempo sertanejo? Da dimensão de tempo e espaço europeus sobre a realidade sertaneja? E, principalmente, como buscaremos na próxima seção, das escolas diante dos potenciais transformadores modernos? As respostas exigem paciência e o contato com outros teóricos.

Na perspectiva dos frankfurtianos, o exagero da racionalidade é o princípio desta complexa resposta. Em “Dialética do esclarecimento”, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1995) produzem crítica contundente ao conceito *Aufklärung* (esclarecimento), percebido no desejo kantiano pela autonomia e maioridade intelectual.

A crítica perpassa uma compreensão de que a noção iluminista kantiana de pensamento limita os usos da razão, logo, torna-se impossível a produção da verdade total e absoluta, apenas aquilo que a metafísica é capaz de construir (os fenômenos), nos deixando em posição de desejo

eterno de uma captura do “númeno”, ou seja, da realidade em si (KANT, 2011). Diante desta leitura, Kant teria previsto que os sujeitos deveriam vencer o dualismo produzido pelo embate entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de Hume na direção de uma filosofia e um idealismo transcendental. Um dos pilares da prática social do sujeito kantiano seria a busca pela maioria intelectual, em que os sujeitos, uma vez conscientes da ética do dever e dos limites da razão, “ousam saber” mais em vista a praticar o correto (o que o pensador alemão chamou de imperativo categórico).

Este campo filosófico é expresso da seguinte maneira por Adorno e Horkheimer:

A dominação da natureza traça o círculo dentro do qual a Crítica da Razão Pura banuiu o pensamento. Kant combinou a doutrina da incessante e laboriosa progressão do pensamento ao infinito com a insistência em sua insuficiência e eterna limitação. Sua lição é um oráculo. Não há nenhum ser no mundo que a ciência não possa penetrar, mas o que pode ser penetrado pela ciência não é o ser. É o novo, segundo Kant, que o juízo filosófico visa e, no entanto, ele não conhece nada de novo, porque repete tão-somente o que a razão já colocou no objecto. Mas este pensamento, resguardado dos sonhos de um visionário nas diversas disciplinas da ciência, recebe a conta: a dominação universal da natureza volta-se contra o próprio sujeito pensante; nada sobra dele senão justamente esse eu penso eternamente igual que tem que poder acompanhar todas as minhas representações. Sujeito e objecto tornam-se ambos nulos... O que aparece como triunfo da racionalidade objectiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. (1995, p.38).

Como a lição kantiana nos levou a compreender que o infinito e a verdade última das coisas nunca serão acessados, os filósofos adentraram o século XIX e XX com problema equivalente a resolver. Adorno e Horkheimer descrevem Kant como se o autor fosse um “oráculo” da razão, pela razão, com a razão. Se tomarmos a noção de ciência em Kant e seus desdobramentos positivistas em Comte (no século XIX), continuamos a reconhecer que ao mesmo tempo que nos tornamos conscientes de nossa limitada consciência, aceitamos limitada capacidade de produção de verdades. O impacto foi forte: a ausência de contornos da realidade exigiu ação por parte dos intelectuais e a resposta se deu como um movimento cada vez maior em nome do controle e da gestão da temporalidade (presente, passado e futuro). Quanto mais os homens recorreram aos procedimentos metodológicos da razão técnica, mais presos ficaram aos fenômenos que ela mesma produziu, conscientes de que não dominam completamente a realidade e necessitados de novas formas, cada vez mais profundas de razão, para compreender o que o infinito não nos deixa acessar.

Outros intelectuais compactuaram com esta visão crítica. José Oscar Teran, filósofo argentino estudioso da realidade latino-americana, propõe compreender a noção kantiana de maioridade intelectual como pano de fundo das mudanças promovidas em diversas nações americanas durante o século XIX e XX:

Também é verdade que as novidades da época incluíam –no processo Bourbon de modernização já mencionado– a introdução ativa de alguns tópicos e estilos da filosofia iluminista. Como consequência, devo dizer que com o nome de Iluminismo ou Iluminismo é conhecido um período histórico-cultural europeu que atinge seu máximo desenvolvimento no século XVIII na França, Inglaterra e Alemanha. Foi um movimento intelectual inspirado por uma grande fé na razão humana como instrumento capaz de conhecer a realidade e, com base nesse instrumento e em fatos sensíveis, submeter à crítica as noções herdadas do passado em todos os campos (conhecimento, natureza, história, sociedade, religião...). Essa afirmação é o que o grande filósofo alemão Immanuel Kant expressou no final do século XVIII quando disse que o espírito do Iluminismo estava condensado neste slogan: "Ouse saber", ou seja, "tenha a coragem de usar sua própria razão" (2015, p.05).⁵⁸

É desta posição moderna que nasce a sedução. Desta maneira de ser e estar no tempo e no espaço que, desde o século XVI, configura as mudanças comentadas por Wallerstein na montagem do sistema mundial moderno e que estão alteradas diante da nova materialidade do trem na região de Ribeirão Preto no século XIX. Há uma posição específica do pensar racional que foi criada pela e, conseqüente, imposta à humanidade. No caso, é preciso destacar que estamos a escrever acerca da racionalidade europeia e o desenvolvimento do pensamento ocidental do globo, portanto, do processo em que as colônias europeias foram submetidas após o início do movimento colonizatório do século XVI, constituindo a realidade em que as diversas sociedades não europeias receberam tais mudanças conforme fossem integradas ao sistema-mundo.

O que nos chama a atenção neste campo de seduções modernas é um certo aceite pré-estabelecido a “novidade”. Adorno e Horkheimer comentam que “... A essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação. Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu” (1995, pp.17), portanto,

⁵⁸ Tradução nossa do original: “También es cierto que las novedades de la época incluyen –dentro del proceso borbónico de modernización y a señalado– la introducción activa de algunos tópicos y estilos de la filosofía ilustrada. Debo como consecuencia decir que con el nombre de Ilustración o Iluminismo se conoce un período histórico-cultural europeo que alcanza su máximo desarrollo en el siglo XVIII en Francia, Inglaterra y Alemania. Se trató de un movimiento intelectual animado de una gran fe en la razón humana como instrumento capaz de conocer la realidad y, en función de ese instrumento y de los hechos sensibles, someter a crítica las nociones heredadas del pasado en todos los terrenos (el conocimiento, la naturaleza, la historia, la sociedad, la religión...). Esta pretensión es la que expresó el gran filósofo alemán Immanuel Kant hacia fines del siglo XVIII al decir que el espíritu de la Ilustración se condensaba en esta consigna: “Atrévete a saber”, es decir, ‘¡ten el valor de servirte de tu propia razón!’” (TERAN, 2015, p.05).

neste campo dos medos constitutivos humanos, a presença da realidade como mediadora entre a submissão do homem ou da natureza frente aos perigos da morte nos levou a uma posição de interpretação da sedução não necessariamente vinculada ao canto da sereia, ao prazer do consumo, a ilusão do progresso – pontos “positivos advindos da civilização e da tecnologia”, mas a sede do “novo” como quem procura mecanismos mais poderosos de permanecer vivo diante dos riscos do futuro. Não nos estranha os autores insistirem na busca pela racionalidade controladora:

Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a afastar-se do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação (ADORNO; HORCKEIMER, 1995, pp.17-18).

A racionalidade cartesiana do século XVI, antropocêntrica, contextual dos descobrimentos, navegava nos tempos industriais pelos trilhos que cindiam o sertão da Província de São Paulo. Homens e mulheres experimentavam este poder sedutor da aceleração da vida, dos ritmos, do futuro... e, como estamos compreendendo, sem muitas vezes se dar conta da morte de suas identidades locais. Os teatros, a ferrovia, as escolas, a luz elétrica, eram vitória humana frente ao perigo da morte. Os olhos dos pobres são tão humanos quanto os olhos dos ricos nesse sentido, apenas acessam a matéria em condições diferentes, sofrendo os mecanismos de violência e manutenção de *status quo* também diferentes.

Se a modernidade se constituiu pelas ausências, limitações, assimetrias e desigualdades, muitos pesquisadores a interpretaram como malsucedida. Entre os sentimentos de angústia e a autorreflexão dos sujeitos modernos, a pobreza e a miséria se presentificaram como atores fundamentais das histórias mais conhecidas da literatura do século XIX já citadas anteriormente. A modernidade do niilismo e do aumento dos casos de suicídio (DURKHEIM, 2000) geraram em muitos críticos essa impressão, porém é importante citar que, segundo o filósofo alemão Jürgen Habermas a modernidade deve ser compreendida como um projeto inacabado e não necessariamente malsucedido (2002).

Na obra “O discurso filosófico da modernidade”, Habermas refletiu a modernidade como um “todo”, um conjunto de processos que se retroalimentam, “um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo” (2002, p.05) que atendem a diversos fatores:

à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades

nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. (HABERMAS, 2002, p.05).

A modernidade se realiza como pensamento e comportamento humano, abraçando a existência humana, por isso, a condição que o autor nos oferece é bastante rica e propositiva. Habermas descreve a complexa modernidade mediante encontro de todos estes elementos: a produção e a circulação de mercadorias, também articulado em circulação de pessoas e ideias (Wallerstein), acelerados pela revolução industrial, dinamizados nas novas forças produtivas e pelas benesses da produtividade do trabalho; o constante redesenhar do campo político revelados na formação dos Estados-nação, ascensão da burguesia, articulação da autonomia humana do “pensar” advinda do *cogito* cartesiano e de sua ressignificação liberal-burguesa (“liberalismo, logo se pode existir sem as amarras do Estado”); como decorrência e ao mesmo tempo contribuinte desse movimento, a expansão dos direitos de cidadania, reconfigurando a esfera pública, e por fim; “das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.” (HABERMAS, 2002, p.05).

Sobre estes itens finais, recuperados como partes integrantes de nosso objeto (processos de educação), fica evidente que o olhar de Habermas acolhe com mais proximidade a perspectiva sistêmica de Wallerstein. Este todo integrado, projeto inacabado, contraditório, complexo, assimétrico, desigual, tem uma intenção, um “devir”.

Se observarmos a tese diante dos esforços já conquistados, devemos incorporar a estes elementos de Habermas a realidade destas cidades do sertão paulista, contornadas como violentas, genocidas, de espírito sobrevivente, católicas e escravistas. Outras questões contextuais, de ordem política e econômica nacionais, também devem compor nossa interpretação: as consequências da mudança de regime político, da lei Áurea, do ciclo cafeeiro. De fato, organizar a interpretação de como se deu a interiorização deste território é abraçar diversas questões, de pesos e naturezas diferentes.

Alberto Rocha Cavalcante (1999) em sua monografia de dissertação “O projeto de modernidade em Habermas” classifica em 4 dimensões a proposta do autor para compreendermos a natureza deste projeto inacabado: a) A noção de tempo (vínculo entre o desenvolvimento da modernidade com o aparecimento de uma nova consciência de tempo histórico social); b) o uso da racionalidade (pelo menos, desta cartesiana, controladora, não mais sacra, uma e absoluta, mas em constantes mudanças); c) a relação entre razão e subjetividade (uma vez que a racionalidade apresentada anteriormente passou, com a modernidade, a servir a subjetividade) e, por fim, d) a racionalidade emancipatória (uma certa

crença de Habermas em um futuro que nós poderíamos dar ressignificado ao *Aufklärung* kantiano, reconhecendo as funções das instituições e promovendo, individualmente, a coesão social por nós mesmos).⁵⁹ Não a toa, os dicionários franceses do século XVIII tinham como resultado do verbete civilizar seis compreensões de natureza semelhante: “2. Limpar. Tornar mais belo, mais claro e mais polido... 3. Termo do polidor. É dar mais lustro aos vidros de espelho, torná-los mais luzentes” (STAROBINSKI, 2001, p.26) ou ainda “6. No sentido figurado. Essa palavra é dita ao se falar de discurso e de estilo... (É torná-lo mais exato e mais apurado.) 7. No sentido figurado. Polir a si mesmo. É tornar-se mais perfeito.” (2001, p.26).

Teríamos, portanto, quatro aspectos para contornar os motivos que levaram o projeto moderno a não se concretizar: O primeiro pode ser identificado como os "processos históricos de racionalização e seus aspectos de seletividade"; o segundo "a condição de autorreflexão da própria modernidade"; o terceiro aborda o "aumento da distância entre a cultura dos especialistas e a vida cotidiana e, também, a reificação das relações vitais, com o conseqüente empobrecimento do mundo da vida" (1999, p.73), e realizados em conjunto geraram conseqüências perversas a humanidade – quarto elemento descrito como "as patologias produzidas pela modernidade".

Recupero as contradições propostas pelas conseqüências da Revolução Industrial: fome, miséria, mendicância, concentração populacional urbana, a invenção da multidão e de sua inquietude, etc. A historiadora Maria Stela Bresciani traz em título de um de seus livros, “Londres e Paris no século XIX: espetáculo da pobreza”, uma possível legenda para a imagem que segue:

⁵⁹ Sobre esta modernização, em especial, Cavalcante (1999) escreveu: “Para a modernização iluminista (que se processa no âmbito do mundo da vida dos participantes através da ação comunicativa por meio da linguagem), racionalizar significa, também, injetar a razão emancipatória no próprio tecido da organização social.” (p.08).

Figura 36 – A vista do alto da *Rue Champlain*, no 20^o *Arrondissement* (1877)



Fonte: A imagem acima, capturada por volta de 1877, mostra a vista do alto da *Rue Champlain*, no 20^o *Arrondissement*. (Musée Carnavalet / Roger-Viollet). BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/02/140225_galeria_paris_sec19_pai_ac.shtml, acessado em 21/04/2021, acessado em 21/04.2021; PATROCÍNIO, 2018, p.30).

Os miseráveis tomavam o cenário de muitas paisagens destas capitais modernas. Londres e Paris no século XIX foram as primeiras capitais do sistema-mundo a vivenciar o projeto inacabado da modernidade segundo a lógica de Habermas. As consequências da Revolução Industrial chegavam a capital inglesa em 1850 com praticamente dois e meio milhões de habitantes, projetando com “total nitidez a promiscuidade, a diversidade, a agressão, em suma, os vários perigos presentes na vida moderna” (BRESCIANI, 1992, p.22).

A historiografia acerca da região de Ribeirão Preto conta com diversos exemplos desta experiência. Diversos autores citaram a pobreza, a miséria e a criminalidade como um problema social presente entre as consequências da modernidade e urbanização dos núcleos urbanos da região e arredores, já comentados (TELAROLLI, 1977; LIMA, 1998; JORGE, 2004; MEIRA JUNIOR, et al, 1920; DE TILIO, 2005; ROMERO Y GALVANIZ, 2016; FERREIRA, 2006; XAVIER, 2004; CHIAVENATO, 2004). Em realidades urbanas menores, encontramos investigações que revelam a chegada destes ventos modernos mediante percepção da desconstrução do modo de vida anterior, seja na cidade de Cristais Paulista, localizado ao norte de Franca (COSTA, 2009), em Jardinópolis (FERREIRA, 2012) e Brodowski (PATROCINIO, 2018), urbes próximas a Ribeirão Preto, ou mesmo em Nuporanga, cidade que viu o núcleo

vizinho próxima a ferrovia se conectar ao sistema-mundo enquanto assistiu, de longe, seu desenvolvimento (FIGUEIREDO NETO, 2017). Até mesmo em Rio Claro, cidade localizada entre Araraquara e Campinas, pode-se ver a tentativa de implementação com diversas limitações e obstáculos (GOUVÊA, 2011).

E, para finalizarmos este balanço sobre a modernidade, apresentamos uma última possibilidade de observação conceitual. Para Antony Giddens, o que marca a experiência moderna é a separação, ou melhor, um desencaixe do tempo e do espaço. Desde o século XVI, a modernidade impõe aos seres humanos um processo de desarticulação da sensação de contorno e controle do tempo e das experiências dos lugares vividos. Na perspectiva do autor, o império da natureza e das tradições postulavam uma realidade pré-moderna sustentada pelo controle e previsibilidade do passado, do presente e, de certa forma, do futuro. Em outras palavras, o tempo da natureza exigia dos sujeitos experiências de respeito ao clima, fauna e flora, estações do ano, articulação com um conjunto de experiências da comunidade devido o lugar que as “criou”, “acolheu” e serviu de base para construção da memória (1991). A própria memória, dos grupos e dos sujeitos, estava articulada ao tempo e ao espaço que viviam. A modernidade abarcou um tempo único cuja consequência promoveu esvaziamento dos espaços em nome da integração a um grande sistema-mundo.

Um exemplo que o autor traz é a unidade dos calendários, o que corrobora nossa perspectiva de integração dos territórios ao sistema-mundo wallersteiniano. Para Giddens, o esvaziamento do tempo é condição para o esvaziamento do espaço, uma vez que a natureza dos espaços em tempos pré-modernos era, na maioria das vezes, articulada a condição de “lugar” (espaço de experiência humana, ação-verbo, que ocorre em decorrer de um período de tempo). Em suas palavras:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros "ausentes", localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (1991, p.22).

Mais uma vez a escolha de ilustrar a experiência moderna nesta região via construção dos teatros nos pareceu propositiva. As edificações teatrais comungam desta concretude do não-lugar, penetrados e moldados pelas influências estrangeiras, alienígenas de suas identidades, porém sedutoras diante de seu potencial homogeneizante. Ribeirão Preto pode ser a pequena

Paris (assim como Manaus a Paris da selva) uma vez que a diferença do tempo e do espaço parecem não existir mais entre uma urbe e outra – a introdução da região no ciclo do café significou inserir, cada cidade ao seu meio, no tempo do mundo produzido pelo capital.

Se pensarmos a ferrovia como materialidade de integração desta porção territorial paulista ao sistema-mundo, podemos também reconhecer que a circulação de mercadorias, pessoas e ideias representa mais que mero crescimento populacional e sim uma avalanche numérica a demografia regional. Como vimos na seção anterior as cidades da região cresceram sobremaneira entre os anos de 1827 e 1886 – o equivalente a 884,70% (de 50.445 habitantes para 446.286 habitantes)⁶⁰. A mudança demográfica não significou aumento quantitativo apenas, uma vez que grande parte dos recém-chegados a região vinham de culturas diferentes. Para além das diversas etnias que aqui viviam e da mudança significativa do trato com os negros libertos na década de 1880, passaram a participar do trabalho nas fazendas de café os braços italianos, portugueses, espanhóis, alemães, suíços, japoneses, etc.

Outra vez indicamos que tal discussão já foi contemplada pela historiografia da região. Exemplos são vários: os pesquisadores Rodrigo Calsani (2010) e Rosana Cintra (2001) problematizaram a imigração italiana em Ribeirão Preto enquanto Márcio Andreza dos Reis (2002) investigou a chegada dos espanhóis na mesma cidade. Flávia Mengardo (2011) analisou a contribuição dos alemães em Rio Claro. Rodrigo Fontanari (2011) e Ricardo Alves (2012) comentaram a diversificação econômica nas cidades de Santa Cruz das Palmeiras e Descalvado, respectivamente, frente a participação de italianos na economia local, assim como Robson Pereira em Batatais (2005). Sob o olhar da geografia, Fábio Augusto Pacano percebeu a influência de diversas nacionalidades no processo de imigração em Piracicaba (2018).

Como exemplo deste caldeirão étnico e multicultural, podemos perceber no interior do estado de São Paulo a dinâmica de interiorização da modernidade e não apenas na região de Ribeirão Preto. A historiografia nos leva a afirmar que, na transição dos séculos XIX-XX, em boa parte das terras que o café tocou havia também o trabalho dos braços estrangeiros. As consequências deste encontro foram diversas.

As tradições culturais destes sujeitos sertanejos, mineiros, em boa parte católicos, proprietários de negros escravizados, advindos de uma cultura de economia de subsistência foram ressignificadas. Em pouco tempo se articularam a experiência moderna em toda sua

⁶⁰ Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

“riqueza”. O latifúndio, a monocultura do café, os processos de modernização urbana, as representações da modernidade pelos jornais impressos, fotografias, cinema, grupos escolares, iam lentamente construindo as formas de condução da vida pelo viés civilizado. O sertão desconhecido que, no passado, foi tomado aos poucos pelos entrantes mineiros, era invadido pela modernidade às pressas, ameaçando, como escreveu Berman, destruir tudo que tinham, tudo que eram e tudo que sabiam.

Os nomes dos filhos, os limites da imaginação, a crença em Deus e capacidade de verificar o futuro “promissor da tecnologia” ganhavam, a cada década, traços novos. A cultura caipira chorava na viola e nas rodas de encontros musicais um tempo rural que o urbano invadia sem demonstrar voltar atrás. O campo observador via a cidade, apressada, não perder o bonde do tempo em nome de sua autonomia.

Assumimos que a presença destes muitos caminhos teóricos e metodológicos podem causar certa inquietação aos leitores iniciados nas ciências humanas. Nem todos os trabalhos aqui citados advêm de uma mesma linha de pensamento, definição teórica-metodológica ou crença ideológica. Cientes da coesão e coerência de nossa referencial apostamos na riqueza proveniente da análise sistêmica e na possibilidade de aproveitarmos os estudos aqui desenvolvidos visando o atendimento de nosso objetivo central – a compreensão da interiorização dos processos de educação da região de Ribeirão Preto. Por isso, os resultados descobertos já propõem discussão que contribui para pensarmos Wallerstein com cores mais sofisticadas. Cremos que a ASM, corajosa na sua condição interdisciplinar, permite a possibilidade de busca destas nuances de aproximação.

Ainda nesta perspectiva de Giddens acerca deste desencaixe espaço-tempo enquanto condição para o desenvolvimento da modernidade, o próprio questiona: “Por que a separação entre tempo e espaço é tão crucial para o extremo dinamismo da modernidade?”, e a resposta caminha em três direções:

a) em primeiro lugar o esvaziamento do tempo e do espaço permite a implementação de modelos padronizados culturais nos novos territórios integrados, portanto, alterados em sua natureza para “espaços vazios”. Em outras palavras, o modelo civilizacional branco, europeu, racional e técnico-científico invadiu os núcleos e povoados sertão paulista, desencaixados pela presença da frente pioneira, e “esvaziados” de forma acelerada com a chegada dos trilhos da ferrovia. O resultado, como a historiografia demonstra, foi a integração deste território ao sistema-mundo, mediante a possibilidade do esvaziamento moderno e de suas consequências,

uma vez que “este fenômeno serve para abrir múltiplas possibilidades de mudança liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais” (1991, pp.23-24)⁶¹;

b) em segundo lugar, esta separação “proporciona mecanismos de engrenagem para aquele traço distintivo da vida Social moderna, a organização racionalizada” (1991, p.24). Sejam Estados, sejam outras instituições via de regra agindo pela burocracia ou por vieses racionais e técnicos de gestão de suas populações, acabam por se ocupar de formas de controle que auxiliam (e em parte dinamizam) a conexão entre as esferas locais e a global, por exemplo, os grupos escolares como dinamizadores de certos processos de educação!

A inserção da região no sistema-mundo se deu mediante autorização e interesse do poder público, manifestado nos núcleos e localidades, nas Províncias/estados, ou mesmo nacionalmente. Se retomarmos a discussão sobre o trem, podemos interpretar a chegada da malha férrea não como uma decisão empreendedora particular. Ela ocorreu a partir da lei Feijó (1835), que autorizou o governo a conceder privilégios na construção de ferrovias que interligassem Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul à capital (ZAMBONI, 2012, p.22; GHIRARDELLO, 2002).

Segundo a perspectiva de Adolfo Augusto Pinto (1903), há duas fases na história da implementação das malhas férreas no Brasil. A primeira (de 1835 a 1852) representa o período das tentativas frustradas de empresas privadas, contexto que a Lei Feijó (1835) entrou em cena e dinamizou a construção das malhas, como visto; e a segunda fase (de 1852 a 1880) atendeu a outra lei – a Lei Geral n.641, responsável por autorizar a concessão “a uma ou mais companhias, a construção total ou parcial de uma estrada de ferro, que partisse da capital Rio de Janeiro e terminasse em qualquer ponto conveniente a empresa, nos estados de Minas Gerais ou São Paulo” (PINTO, 1903, p.28 *apud* ZAMBONI, 2012, p.23). O fato é que a primeira companhia de Estradas de Ferro na província paulista era inglesa – *The São Paulo Railway Company*.

O que podemos inferir é que o sistema mundial moderno de Wallerstein e sua dependência com a circulação se revelam na semântica de Giddens como uma manifestação da vitória do desencaixe do tempo e do espaço, uma vez que a presença do centro nas periferias esteve desde o primeiro movimento de incorporação ao sistema-mundo como anulador de um tempo para imposição do novo. O Novo mundo precisou aprender a agir no tempo rápido do velho continente europeu.

⁶¹ A colonização do continente americano, desde o século XV, pode ser considerado exemplo de esvaziamento do espaço. A América portuguesa nasceu como um espaço esvaziado e, muito tempo depois, pela racionalidade europeia. O resultado, um país com grandes dificuldades de conceber identitariamente elementos de coesão e união de suas regionalidades nos convida a refletir os ganhos da abordagem da ASM para compreensão da trajetória nacional.

c) e, por último, a temporalidade europeia também se realiza como forma de compreensão da realidade dos demais territórios inseridos na modernidade. A função da história revelada como compreensão identitária e como base para construção do futuro, se realizará mediante não mais pelas histórias locais (das experiências nascidas nas localidades e fundamentais como produtoras de identidade), mas sim a grande história unitária mundial – o sistema-mundo. Giddens ainda comenta que o novo mapeamento do mundo realizado a partir de 1970 (alguns chamaram de globalização) recombina as experiências distantes do centro europeu para que todos possamos nos unir em uma só experiência (moderna e angustiante). Mais uma vez voltamos a Berman, “é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (2007, p.24) e Habermas, na medida em que tal projeto está inacabado (2000).

Finalizada as apreciações sobre o campo da modernidade e atentos a sua dependência aos processos de educação no tocante a sua viabilidade, nosso texto parte para um movimento de síntese. A modernidade, fenômeno mundial, de facetas e representações plurais, ocorre no mundo concomitantemente ao desenvolvimento do sistema-mundo capitalista. Europeu de nascimento, o capitalismo se desdobrou pelos cantos do mundo em busca de novos mercados, abraçando territórios sócio históricos constituídos e “tratorando” as identidades em nome de seu objetivo capital. Aos representantes do sistema-mundo, articuladores da reprodução do capital, da produção e da circulação de mercadorias, assim como dos sentidos da vida cotidiana, traziam promessa global – produtos para todos os cantos e para todos os olhos, mas não para o consumo “democrático”. O fenômeno moderno é global, mas se fez diferentes em cada periferia e semiperiferia em que se realizou.

Diante da impossibilidade voltar a uma condição muitas vezes idealizada de passado-melhor (julgada pelos olhos do presente) ou de “salvar o passado” na busca de uma memória-identidade permanente frente aos perigos da modernidade, nosso trabalho percebe que, em linhas gerais, os teóricos reconhecem as mudanças de consciência humana e da cultura promovidas na e pela modernidade. Desta feita, seja em grandes metrópoles seja em pequenos núcleos urbanos, há a presença de um espírito transformador de si e do mundo, inseguro pelos perigos da vida (morte) ainda que esperançoso de sua existência possa ser “mais” do que aquela que a memória da coletividade registrou de seus antepassados.

Segundo a noção de regimes de historicidade promovida pelo historiador francês François Hartog, a noção moderna de compreensão do tempo, de fato, comunica sentido com a síntese que fizemos. Para o autor, durante a Idade Antiga a noção de regime de historicidade

baseou-se em grande valorização do passado, tal como exemplo de Cícero em Roma que defendia a História como “mestra da vida”. Havia um aprendizado do passado, material mnemônico de utilidade para conhecimento de si e da realidade, guia e oriente das ações humanas (2014).

Nesta perspectiva, o regime de historicidade passadista antigo passou para o idos dos séculos XVIII e XIX como futurista, ou seja, a maneira que os europeus se relacionaram com o tempo e as mudanças que afetaram a maneira de conduzir o presente, foram guiadas pela presença de um ideal de futuro a seguir. Como Hartog analisa, em um regime de historicidade, um tempo (passado, presente ou futuro) tem predominância sobre os outros, por isso, não estranho os registros até aqui produzidos como modernos estarem vinculados a forte necessidade de mudanças sociais para o atendimento de um ideal progressista, científico, positivista, civilizado, técnico-racional como descrevemos (2014).

Ainda na visão do historiador francês, tendo em vista que um regime de historicidade passadista o passado é uma fonte de exemplos para o presente, podemos pensar no regime de historicidade futurista como maneira de conduzir o tempo em que o passado é rejeitado como fonte de problemas e maus exemplos, enquanto a idealização do futuro e a ideia de progresso tornam-se exemplares. Marx é um dos exemplos desta narrativa atendente ao regime de historicidade futurista:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (2011, p.25-26).

O futuro idealizado em Marx é bem diferente do campo estratégico ceriteuniano dos processos de educação que pretendemos avaliar, porém é indicativo da condição moderna de um homem da segunda metade do século XIX – e isso nos interessa diretamente. O futuro para a ciência (materialismo histórico dialético e socialismo científico, por exemplo) é maior que o passado filosófico e/ou religioso, como indicou Comte em suas lições positivistas.

A leitura dos regimes de historicidade de Hartog nos convida a pensar que a modernidade exige novas demandas e contornos do tempo, ao passo que também nos permite

sua capacidade de observar, classificar e normatizar a realidade, planejando e replanejando as modificações diante de novas necessidades. Para tal, educar os sujeitos para homogeneizar ações e acelerar as transformações para o futuro é fundamental. Mais uma vez a tese abraça os processos de educação como objeto fundamental de instalação da modernidade e do mundo capitalista na região de Ribeirão Preto. Berman tinha razão, pois nos corações e mentes dos sertanejos o passado correu perigo e o futuro era o agente de sua transformação na velocidade da revolução industrial.

Retornando a implementação do trem no território brasileiro, a segunda fase (1852-1880) atendeu a outra lei – a Lei Geral n.641, responsável por autorizar a concessão a uma (ou a mais de uma companhia) “a construção total ou parcial de uma estrada de ferro, que partisse da capital Rio de Janeiro e terminasse em qualquer ponto conveniente a empresa, nos estados de Minas Gerais ou São Paulo” (PINTO, 1903, p.28 *apud* ZAMBONI, 2012, p.23). Ou seja, o ciclo cafeeiro e a frente pioneira ocorriam mediante desejos das áreas centrais (principais consumidores) visando que a região produtora acompanhasse a nova temporalidade vigente no sistema-mundo, impondo a aceleração da comunicação entre as áreas produtivas e os portos. Cano propõe compreendermos que a interiorização da Província de São Paulo atrelou-se a rapidez a ferrovia:

Dessa forma, as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis. Num primeiro plano cabe destacar sua atuação desbravadora da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras virgens do oeste paulista. A antiga São Paulo Railway que em 1867 completava o trajeto de Jundiaí a Santos, implantada com capital inglês, na realidade, não preenche o papel desbravador, uma vez que a região por ela servida já havia sido anteriormente ocupada. A maior parte das outras ferrovias, principalmente a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana, vão cumprir plenamente esse papel pioneiro: à medida que estendem seus trilhos, o café vai desbravando as terras virgens: assim, depois de atingidas Campinas em 1872 e Itu em 1873, Mogi Mirim e Amparo eram alcançadas em 1875, Rio Claro em 1876, Casa Branca em 1878 e Ribeirão Preto em 1883 (CANO, 2007, p.42).

As últimas décadas do século XIX já configuravam a porção nordeste da província paulista como integrada (com seus centros, periferias e semiperiferias) ao sistema-mundo. Se o transporte das sacas de café das fazendas de Ribeirão Preto ao porto de Santos feito na cangalha (no lombo de mulas) durava dias antes da implementação da ferrovia, o mesmo foi reduzido drasticamente com o implemento tecnológico. Além de diminuir o tempo, rebaixar os custos do transporte, o trem contribuiu para elevar economicamente a produtividade da economia cafeeira. Aos poucos, a região ia constituindo aquilo que Braudel escreveu sobre as economias-

mundo detentoras de limites fronteiraços, cuja “linha que as contorna conferem-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar” (BRAUDEL, 1996, p.16), visando atender a um centro provincial (capital) e a um estrangeiro importador (países europeus), hierarquizados, de “desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto” (1996, p.16).

Antes da ferrovia a região era denominada como Oeste Paulista e atendia aos limites das cidades de Campinas, já a partir da ferrovia e das cifras dos cafezais, da modernidade e da modernização destes núcleos urbanos, podemos interpretar que o nosso objeto espacial nasce com os limites aqui reconhecidos historicamente – o complexo cafeeiro de marcas sertanejas, cortado pelas rápidas ferrovias que organizavam hierarquicamente o território.

A ferrovia comunica sentidos importantes com a modernidade e com o complexo cafeeiro. Se o sistema-mundo se beneficiou com a implementação da ferrovia e reproduziu as hierarquias e as desigualdades das regiões centrais, não podemos esquecer que sua reprodução ocorreu mediante movimentos da frente pioneira. A escolha pelas fazendas de café localizadas em alguns municípios e não em outros, ou ainda, a forma com que os agentes políticos de algumas fazendas se organizaram para definir os caminhos ferroviários aos seus interesses, tal (re)orientação, mesmo que minimamente, dos ramais da malha férrea organizaram a interiorização da ferrovia e dos demais equipamentos modernos a seus interesses pessoais/locais. Esta arena de conflito de interesses, como escreveu Tosi, se constituiu como contexto em que “a soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo a única relativamente *rica* no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto” (TOSI; FALEIROS, 2011, p.430).

Por isso, os historiadores Pedro Tosi e Rogério Faleiros destacaram as cidades que estiveram desarticuladas da condição hierárquica primária na região de Ribeirão Preto. Como um mini-sistema-mundo, as regiões além de Araguari, no Estado de Minas Gerais, na continuação da ferrovia Mogiana, ou mesmo Barretos (para a estrada de ferro Paulista), “estavam fora dos limites das trocas, ou eram superficialmente tocadas por elas, verificando-se, a partir daí, baixo grau de interação com o centro e o recorrente atraso...” (2011, p.430). Para melhor visualização destes movimentos de interiorização da ferrovia no território paulista, indico as imagens que seguem:

Mapa 18 – Mapa da Estrada de Ferro Mogiana no Estado de São Paulo



Fonte: Com objetivos didáticos, mapas com as cidades paulistas servidas pelas estradas de ferro eram divulgados em livros escolares de Geografia, no início da década de 1970. Arquivo Novo Milênio. Disponível em <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa92.htm>, acessado em 27.04.2021.

Mapa 19 – Mapa da Estrada de Ferro Araraquara no Estado de São Paulo



Fonte: Arquivo Novo Milênio. Disponível em <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa92.htm>, acessado em 27.04.2021.

Mapa 20 – Mapa dos Troncos das Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana e Santos-Jundiaí no Estado de São Paulo



Fonte: Disponível em <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa92.htm>, acessado em 27.04.2021.

A mudança de estrutura de circulação das mercadorias e pessoas ocorre com a participação de agentes políticos e econômicos. As leis aqui expressas revelam a mudança das decisões do Estado quanto a posição e direção da estrutura férrea – era necessário acompanhar os cafezais.

A região nordeste da Província de São Paulo importou a Europa pela ferrovia. Os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro chegaram na região após desdobramentos históricos e jogos de interesses de diversas elites regionais.

Zamboni e Ghirardello narraram a nascimento da *São Paulo Railway*, companhia inglesa que construiu a primeira estrada de ferro no Brasil (Santos-Jundiaí) entre os idos de 1860-67. Apesar da concessão para ampliação e construção de novos ramais até Campinas, a *São Paulo Railway* decidiu não seguir em frente, o que nos permite pensar como consequência, a união de fazendeiros e produtores de café da cidade visando antecipar o plano – nascia então a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1867 (2012, p.24). Seguindo exemplo do empreendimento de Campinas, diversos fazendeiros da região, interessados na ampliação da malha férrea para regiões próximas as suas propriedades, criaram a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (Cia Mogiana).

O pesquisador da Cia. Mogiana, Antonio Felipe Anunziata, identificou os primeiros acionistas na administração presentes na primeira reunião em 1872: “Antonio de Queirós Telles (Conde de Parnaíba), Família Silva Prado e José Estanislau do Amaral com a participação de outros fazendeiros” (2013, p.47), sendo eleitos os diretores “Antonio Queirós Telles, Tenente Coronel Egídio Aranha, Antonio Pinheiro de Ulhoa Cintra (Barão de Jaguará), Capitão Joaquim Quirino dos Santos e Antonio Manoel de Proença” (2013, p.47).

O pano de fundo é o mesmo. A circulação é de interesse da elite produtora. A aceleração da integração da região no sistema-mundo é de interesse destes sujeitos. Integração da região, porém de partes desta região. O aparecimento da ferrovia significou disputas entre os produtores locais, uma vez que o desejo destes proprietários era de que traçado e a localização fosse próxima as suas propriedades, acelerando por consequência o escoamento da produção e a chegada de mão-de-obra para a lavoura. Contudo, uma vez que a escolha do local em que se instalaria os ramais estivessem mais ou menos próximos de seus cafezais, naturalmente as disputas revelaram o campo dos privilégios àqueles em que as terras fossem invadidas pela tecnologia.

Mapa 21 – Mapa sobre as ferrovias na Província de São Paulo em 1878.

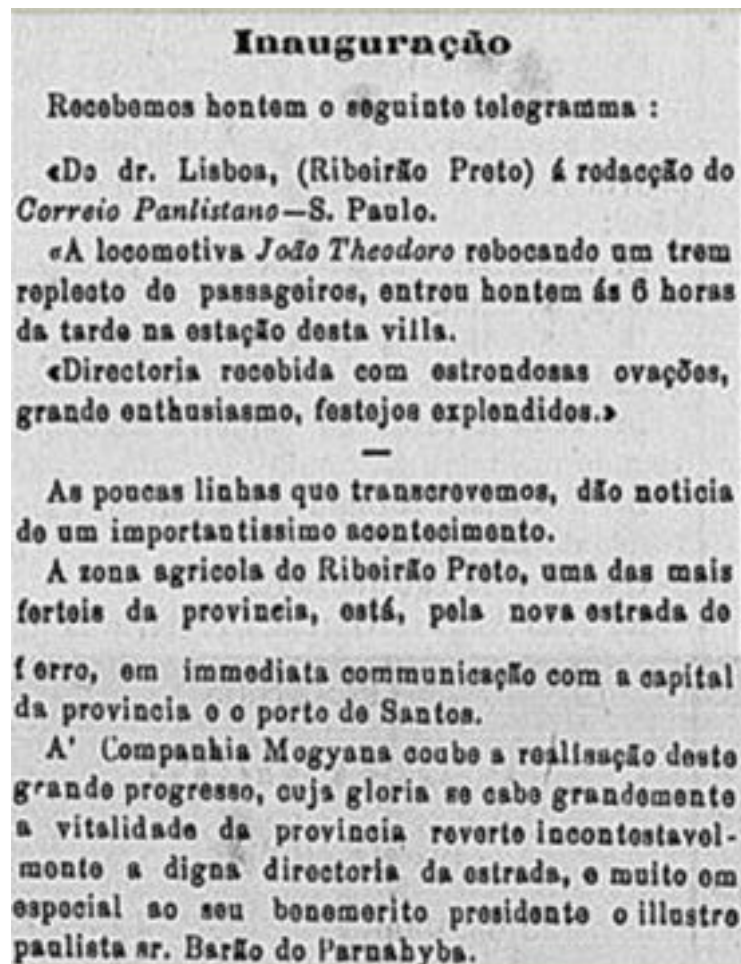


Fonte: Nota-se o trecho inaugural da Companhia Mogiana no detalhe em azul. (Giesbrescht, Ralph. Trilhos no interior paulista. In: História Viva, SP, ed. esp. maio. 2008, p.23 *apud* ANUNZIATA, 2013, p.47).

Em 1875, a linha férrea conectou Campinas a Mogi-Mirim. Neste mesmo ano, estava pronto o ramal que conectava Amparo. Em 1878, o prolongamento chegou a Casa Branca e, se pensarmos o caminho natural (como escreveu Pinto), seguiria a Franca, porém, os acionistas da Cia Mogiana alteraram o rumo para atender a região de São Simão e Ribeirão Preto. A chegada da malha férrea nestas cidades data de 1883 acompanhando a interiorização, a frente pioneira e o complexo cafeeiro.

Diversos periódicos da província comunicaram as instalações dos ramais conforme iam chegando nas cidades do interior:

Figura 37 – Dois dias depois, a inauguração da estação de Ribeirão Preto segundo “O Correio Paulistano”



Fonte: A Província de S. Paulo, 25/11/1883. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/ribpreto.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Figuras 38 e 39 – Edital para construção da ferrovia e festividades para o início da construção da linha da Mogiana na cidade de Franca



Companhia Mogiana

De ordem da directoria são chamados concorrentes para a construção das seguintes estações e edificios no prolongamento ao Rio Grande e Ramal dos Poços de Caldas: Estações de Sapucahyimirim, da Franca, das Canóas, da Rifaina, do Jaguára e dos Poços de Caldas; edificio para officina em Ribeirão-Preto; deposito de material em Ribeirão-Preto, Jaguára, Cascavel e Poços de Caldas.

As propostas serão entregues no escriptorio central até o dia 24 de Agosto proximo. Os interessados encontrarão esclarecimentos no escriptorio tecnico em Casa-Branca, onde podem examinar as respectivas plantas.

Escriptorio Central da Companhia Mogiana, em Campinas, 27 de Julho de 1885.

O secretario.
Correia Dire.
(2 em 2) 40 -- 1

Franca.—Trata-se alli com actividade de festejar brilhantemente o assentamento da primeira pedra para a construção da estação da ferro-via mogiana, na collina fronteira áquella cidade.

Fonte: (A Provincia de S. Paulo, 29/7/1885 e 28/09/1886, respectivamente). Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/f/franca.htm>, acesso em 26.04.2021.

Comemorações e festividades propagandeadas pelos periódicos da capital, pelo capital. A ferrovia Mogiana ainda continuou seu percurso pelas cidades de Campinas, Jaguari, Mogimirim, Amparo, Casa Branca, Ribeirão Preto, São Simão, Franca, além de outros núcleos atendidos pelos ramais. Já na província mineira, a linha chegou a Sacramento, Conquista e Uberaba em 1889, tempo da Proclamação da República. Já com nova nomenclatura, o estado de Minas Gerais ainda viu avançar os trilhos da Mogiana até Uberlândia em 1895 e a Araguari em 1896.

Em Uberlândia, o pesquisador Paulo Roberto de Oliveira revela outra troca de nomes para a festividade de recebimento da ferrovia:

Nos primeiros meses de 1889 a cidade de Uberaba preparava-se para a chegada da linha da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Entre as providências tomadas pela câmara municipal, estavam a realização de uma festa para saudar a chegada da linha e a extensão da rua Barão de Ataliba Nogueira até a estação; era a antiga rua do Comércio batizada então com o nome do presidente da Companhia Mogiana (OLIVEIRA, 2008, p.203).

Não eram apenas os teatros e os logradouros públicos que recebiam laudatórias homenagens dos homens do poder. Era a memória, agora de natureza moderna, que exigia olhar para o futuro e para o progresso – regime de historicidade futurista, como escreveu Hartog (2014). Conectadas pelo trem, as cidades do nordeste da província paulista perdiam mais ainda sua regionalidade pois confundiam-se com Campinas ao sul e com as cidades de Minas ao Norte. O complexo cafeeiro, ao seu modo, buscou homogeneizar a vida social desta região ao propor o apagamento do passado a partir de um novo civilizado estrangeiro, como Berman (2007) e Giddens (1991) nos ensinaram.

Reconhecemos o papel fundamental da ferrovia Mogiana no processo de interiorização das terras da região, porém há que se pontuar outras companhias ferroviárias que também participaram deste movimento, como a Paulista e a Araraquarense. No caso da cidade de Araraquara, a “Estrada de Ferro Araraquara” foi fundada em 1896 e tinha por objetivo conectar a região a porção noroeste do Estado de São Paulo e, por consequência, alcançar Mato Grosso e Goiás estrategicamente. Segundo Pedro Tosi e Henry Silva a companhia foi fundada por acionistas majoritariamente ligados a cafeicultura, em especial, fazendeiros locais desejosos pelo implemento tecnológico e seus consequentes movimentos de circulação e aceleração da produção. Para os autores, a companhia não progrediu por muito tempo na sua natureza privada dado “inconstâncias em sua lucratividade, situação que teve como consequência a constante necessidade de empréstimos, especialmente a partir de fins da primeira década do século passado” (SILVA, TOSI, 2020, p.2).

No caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, nascida em 1868, podemos verificar outro sentido de interiorização. A Paulista representa um momento diferente da trajetória ferroviária nacional, sendo “a primeira grande empresa organizada sem o auxílio financeiro de capitais estrangeiros” (GRANDI, 2013, p.67). Nas palavras do historiador Guilherme Grandi, “provavelmente, a única ferrovia brasileira que, do ponto de vista histórico, pode ser considerada exemplo de qualidade e eficiência sem paralelos na prestação do serviço de transporte” (2013, p.67).

Após o aparecimento do trecho ferroviário Santos-Jundiaí promovidos pela *São Paulo Railway Company*, os acionistas da Paulista continuaram o avanço das linhas férreas levando,

sob sua administração, os trilhos da nova companhia pelo traçado Jundiaí- Rio Claro (1875) e continuando até Descalvado (1876). No quarto final do século a companhia adquiriu outras empresas menores e ampliou sua área de cobertura para as cidades de São Carlos e Araraquara.

Se a ferrovia abria caminhos a modernidade no sertão é preciso lembrar que o fez diante das hierarquias e desigualdades do sistema-mundo. José Paulino Figueiredo Neto, historiador da cidade de Nuporanga, relata que os habitantes da cidade eram desejosos da implementação da linha férrea: “Nuporanga de há muito sentia que a ausência da estrada de ferro lhe seria fatal” (ALEIXO IRMÃO, 1984, p.218 *apud* FIGUEIREDO NETO, 2017, p.46), escreveu um dos memorialistas locais.

O caso “Nuporanga” nos chama a atenção. Com a expansão da malha férrea conduzida pela Cia. Mogiana na região, era esperado que todos os municípios em que ela alcançasse fossem beneficiados pelo progresso. Como escreveu Márcia Maria Castejon Molina, onde a malha férrea passasse os distritos e vilas expandiam-se também, ainda que, segundo a autora “... para desespero dos comerciantes e fazendeiros do município que servia de sede para a Comarca de Nuporanga, este ficou fora da rota dos trilhos, causando conseqüentemente, sua estagnação econômica” (2001, p.25).

A historiadora Karina Araújo nos relata que no começo do século XX, a cidade de Nuporanga ficou isolada, “pois os trilhos passavam por Batatais de um lado e por Sales Oliveira de outro” (1999, p.11). As discussões na Câmara Municipal de Nuporanga em 1904 questionavam a ausência de uma ferrovia que atravessasse as fazendas que a cercavam e viam, como possibilidade, transferir a comarca para outra localidade visando desenvolvimento econômico. A opção mais evidente era “o distrito de São Joaquim, onde existia uma maior prosperidade, onde a população poderia encontrar mais conforto” (1999, p.11).

Eis que a resolução proposta nasce de uma das famílias tradicionais da região. Entre as forças políticas da cidade, o Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira era oligarca e influente chefe político local. Proprietário da fazenda Boa Vista, situada na localidade de Espírito Santo de Batatais (posteriormente Nuporanga), desejava acelerar o escoamento de sua produção de café por vias ferroviárias construindo a Estação “Coronel Orlando” (em sua própria homenagem) junto a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Preocupado com o futuro da cidade e de seus negócios, Coronel Orlando propôs que o a estação construída em sua fazenda já atendia o critério estabelecido para a transferência da comarca, transformando as suas terras na próspera “Orlândia”.

A “bucaneria”, como escreveu José Evaldo Doin, não tinha freios. Karina Araújo compara a figura de Coronel Orlando ao Fausto de Goethe, na medida em que:

O caminho de Fausto é lutar contra o velho mundo. Aprende a construir e destruir. Expande o horizonte de seu ser, da vida privada para a pública, da intimidade para o ativismo, luta para mudar a sua vida e de todos. Encontra meios de agir de maneira efetiva contra o mundo feudal e patriarcal: para construir um ambiente social radicalmente novo. Fausto experimenta algumas das mais criativas e algumas das mais destrutivas potencialidades da vida moderna...

À medida que Fausto supervisiona seu trabalho, toda região ao seu redor se renova e toda uma sociedade é criada à sua imagem. Ele projeta recuperar uma terra desolada e improdutiva e utilizar o mar para os propósitos humanos. Imagina a criação de portos e canais, represas para irrigação, uma vasta e intensa agricultura, energia hidráulica para sustentar as indústrias emergentes, novas cidades e vilas (ARAUJO, 1999, p.13).

Enfim, Karina Araújo aproxima os personagens Fausto e Coronel Orlando na medida em que os projetos modernos se baseiam na capacidade de alterar a realidade e concretizá-los mediante interesses pessoais. Como ela mesma escreveu, a relação entre os dois se dá na medida em que podemos citar que “o Coronel Francisco Orlando expandiu sua vida privada para a pública, canalizou seus interesses privados para a realização de obras públicas, transformando uma localidade desprovida de qualquer vestígio urbano em uma cidade bem estruturada...” (1999, p.14). Nós podemos ampliar esta crítica, lembrando que em tempos modernos onde não há tempo e espaço com fronteiras definidas, quem as define é o capital operado pelos seus agentes.

Mas, o que ganhou o Coronel Orlando com tudo isso? Para Márcia Molina, a escolha da troca da comarca permite pensar alguns benefícios de antemão. Primeiro, a sede tem poder político e administrativos sobre as demais cidades da comarca, logo “da força pública, dos juízes de paz, dos impostos e dos outros recursos que eram obtidos principalmente através da receita das vilas de São Joaquim e Sales Oliveira (2001, p.30).

Nuporanga não foi beneficiada com as linhas da ferrovia Mogiana, por mais desejoso fosse o projeto para seus aproximadamente trinta cafeicultores (de grande porte) em uma área corresponde a vinte mil alqueires para produção do café (2001). A modernidade neste núcleo urbano é exemplo para pensarmos os diversos núcleos não abraçados diretamente pelo trem em sua natureza de circuito cafeeiro. Inserida no mundo do café, Nuporanga buscou com seus “olhos pobres” ao lado da vitrine da ferrovia, o seu momento de usufruir a lógica capitalista do sistema-mundo.

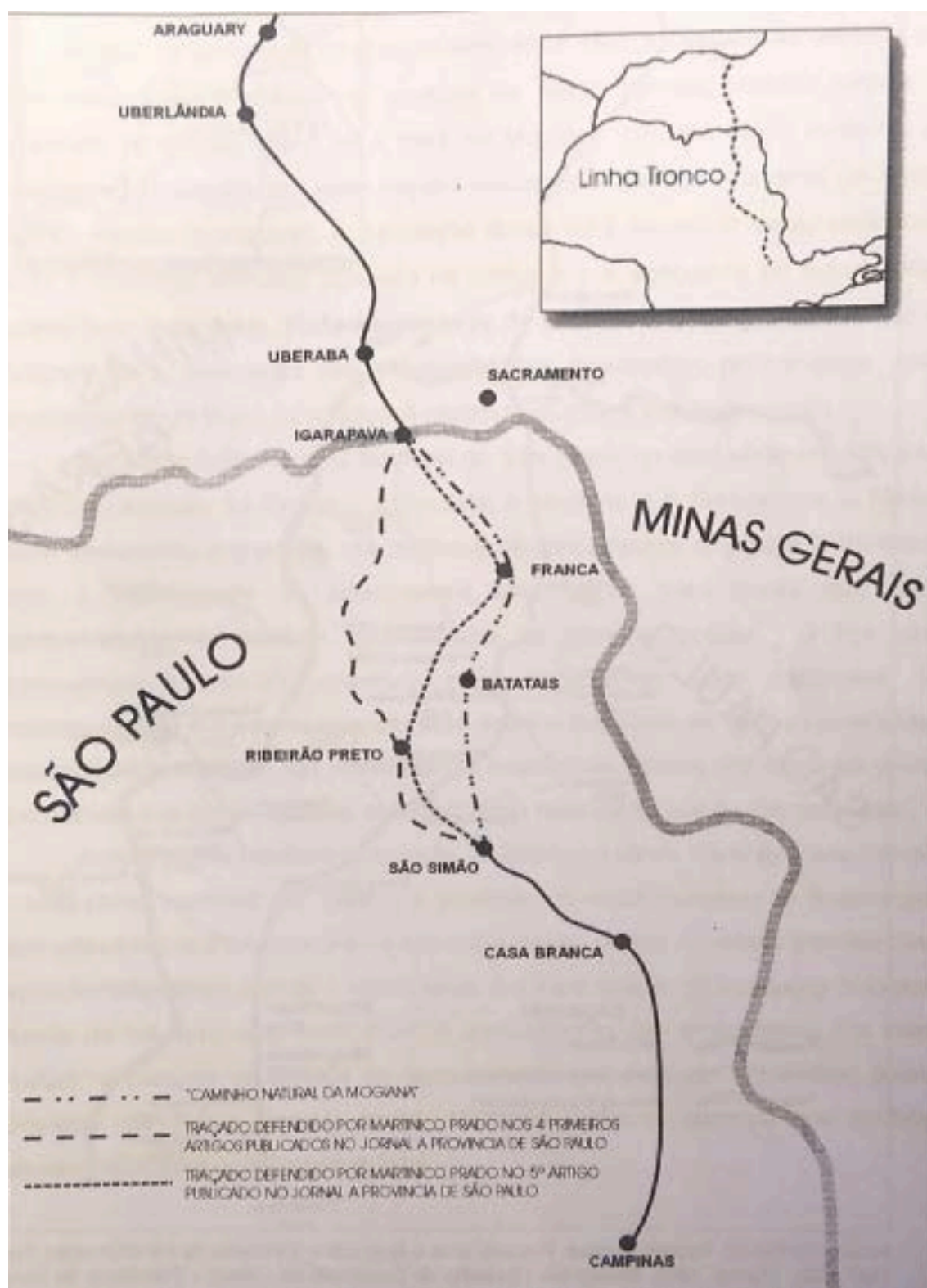
As figuras 39 e 40 são reveladoras dos agentes da modernização e instalação da ferrovia na região:

Figura 40 – Linha Tronco e principais ramais da Estrada de Ferro Mogiana



Fonte: (PEREIRA, 2005, p.46).

Figura 41 – Ideias defendidas para o prolongamento da Mogiana entre São Simão e Igarapava



Fonte: Legenda: 1) "Caminho natural da Mogiana"; 2) Traçado defendido por Martinico Prado nos 4 primeiros artigos publicados no Jornal "A Província de São Paulo"; 3) Traçado defendido por Martinico Prado no 5º artigo publicados no Jornal "A Província de São Paulo" (PEREIRA, 2005, p.45).

As imagens auxiliam nossa narrativa do campo das negociações locais, dos agentes da instalação da ferrovia, dos seus interesses imobiliários, financeiros, etc. O que está em jogo é o futuro e, portanto, o conhecimento da cartografia das fazendas e dos ramais é fundamental para os investimentos. Martinico Prado propagandeia as terras da região nos artigos publicados no Jornal “A província de São Paulo”. As cidades crescem diante da especulação. O dinheiro e o poder político acompanham o futuro nas previsões. O regime de historicidade é pragmático para o capitalismo e é moderno como promessa de mudança da natureza, destruindo tudo o que somos e sabemos, alterando as identidades destes lugares que vão lentamente virando “espaços vazios”.

Voltando as ações do Coronel Orlando, fatalmente a história seguiu. Depois do processo de reconhecimento, transformação em distrito e fundação da cidade de Orlandia em 1910, diversos habitantes de Nuporanga mudaram para a nova urbe em busca do progresso. Karina Araújo narra que até o jornal que se chamava “O Nuporanga” se transferiu para a cidade do Coronel Orlando, mudando seu nome para “A Notícia” (2001, p26). A vida continuou, o trem passou, o café venceu.

Tabela 6 – Pés de café por produção, por safra

Município	1914-1915	1919-1920	1924-1925	1929-1930
Batatais	7.4454.750	9.737.200	6.831.000	9.253.360
Franca	7.380.980	11.727.800	12.000.000	15.265.400
Nuporanga	-	-	-	2.673.000
Orlandia	5.939.880	10.250.000	13.528.000	10.114.612
Ribeirão Preto	31.394.365	31.394.365	31.395.000	31.202.345
São Joaquim	-	-	2.000.000	5.703.000
Total Estadual	735.444.350	826.644.755	951.288.455	1.188.058.354

Fonte: (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 125 *apud* FIGUEIREDO NETO, 2017, p.47)

Como vimos, os dados da produção de Orlandia ultrapassam as cidades de Batatais, Franca, Nuporanga e São Joaquim na década de 1920. O progresso seguiu os números de pés de café.

O caso Nuporanga-Orlandia é, a princípio, para olhos desavisados, um pequeno caso caipira de uma pequena região do estado de São Paulo pouco reveladora da “grande História” do sistema capitalista. Para nós não. É por meio dele, entre tantos outros “casos menores” que conseguimos encontrar uma síntese da interiorização e de ocupação das terras da região pesquisada.

Como região historicizada, a “região de Ribeirão Preto” é uma invenção. Fruto da franja pioneira em uma realidade de traços mineiros, os agentes modernizadores (locais, de outras Províncias e estrangeiros) estão atentos a um objetivo semelhante – a reprodução do capital, sua sobrevivência e enriquecimento. Os comerciantes, os tropeiros, os braços negros e europeus nas lavouras de café, as famílias das pequenas propriedades estão inseridas em uma terra sertaneja de muitos coronéis “Orlandos”.

Observemos duas imagens do início do século XX sobre as consequências da modernidade e da modernização das terras destas duas cidades:

Figura 42 – Praça Eloy Lima – Espaço A- Nuporanga (1910 – 1920)



Fonte: Casa da Cultura de Nuporanga (*apud* FIGUEIREDO NETO, 2017, p.51)

Figura 43 – Coreto da Praça A (Orlândia)



Fonte: ARAUJO, 1999, p.44.

Por hora, registramos aqui algumas impressões. A primeira é ambas constituíram mudanças urbanas na praça central em nome de certa racionalização do espaço e do ajardinamento público. Outra impressão é de que o Nuporanga ainda apresenta grande presença do universo rural na imagem, o que não se pode afirmar no caso de Orlândia, dado a foto não nos autorizar grandes voos interpretativos para além da praça. Em linhas gerais, a Figura 42 revela tentativa de busca de Nuporanga em se fazer esboço, estar presente no processo modernização, enquanto a Figura 43, fotografia de Orlândia, produz efeito mais próximo dos contornos de um projeto moderno. O que não podemos é esquecer que ambas estão representando o inacabado, contraditório e perverso modelo da modernidade.

Os registros históricos são parte da consequência do processo de interiorização. Quanto mais próximos as regiões se localizam como centrais ou semiperiféricas, mais contato com a tecnologia de registro e arquivamento elas possuem. Por exemplo, se tomarmos a presença de fotografias das cidades da região de Ribeirão Preto, perceberemos um número significativo de imagens produzidas na urbe de Ribeirão Preto, ao passo que encontraremos número menos expressivo nas cidades pouco abastecidas pelas atenções do ciclo cafeeiro. As diversas naturezas desta hierarquia dos espaços e suas desigualdades do sistema-mundo vinculam-se as diferentes voltagens no circuito cafeeiro, como nos ensinou Braudel.

Esta eletricidade de muitas intensidades nos orienta a alguns choques de interpretação. Seriam as cidades (e as fazendas) da região de Ribeirão Preto polos de produção responsáveis a servir, antes de tudo, o centro representado pela capital da(o) Província / estado? Ou podemos afirmar que utilizaram das ausências populacionais e políticas da capital para se constituírem como “novo centro” da região?

Ricardo Barboza Alvez registrou esta relação entre as cidades da região e o ciclo cafeeiro da seguinte maneira:

Fica evidente que as cidades do complexo cafeeiro nasceram como derivativos das interações da atividade cafeeira, tendo o desenvolvimento das cidades íntima relação com a comercialização do café, em que a rede urbana surgida dentro do complexo cafeeiro fazia a interligação entre o interior e a capital, disparando um processo de intercâmbio e trocas que beneficiam ambas as partes. Essa necessidade de abastecimento e trocas desenvolveu um circuito entre as cidades, pelo qual a cidade alfa era o centro mais dinâmico, concentrando a organização do sistema e do aparelhamento necessário para manter as atividades e, por isso, ficava com grande parte dos recursos gerados pelo café; a cidade beta que possuía uma posição intermediária no circuito e a cidade gama que era extremamente especializada na produção, ficando somente com os sobejos do circuito. (ALVES, 2012, p.62)

A resposta de Barboza Alvez é propositiva na medida em que nos recorda que as intensidades da voltagem, contextuais no sistema-mundo, criaram e recriaram ao longo do tempo centros, semiperiferias e periferias.

Neste momento, é importante considerar algumas propostas de interpretação sobre o campo das “importâncias” e “relevâncias” das cidades do interior paulista no complexo cafeeiro, naturalmente contrastando as qualidades e voltagens da capital. Cremos ser importante compreender estas orientações para compor o estado da arte em que esta pesquisa foi produzida.

São diversas as perspectivas de estudo sobre o período cafeeiro na região e não vejo rastreio simples ou classificação suficiente, ainda, para promover um estudo de quantas linhas e com quais naturezas as investigações foram produzidas. O fato é que nossa pesquisa dialoga diretamente com algumas perspectivas razoavelmente cristalizadas e, por isso, nos sentimos na necessidade de apresentá-las visando reconhecer o “lugar” que pretendemos ocupar na discussão.

Uma delas pode ser apresentada pelos estudos aqui representados pelos autores: Pedro Geraldo Tosi (2003), Rogério Faleiros, Rodrigo da Silva Teodoro⁶², Rodrigo Fontanari (2011), Ricardo Alves (2012), Lucas Vicente (2014) entre outros. De certa forma, a consideração que estes trabalhos realizam sobre o ciclo do café destas cidades e fazendas do território nordestino da província paulista respeita a perspectiva braudeliana aqui apresentada e dialoga com clássicos da historiografia referente ao sistema-mundo, haja vista a presença de obras como a do professor Wilson Cano “Raízes da concentração industrial de São Paulo” (presente na bibliografia de todas estas pesquisas), compreendendo as materialidades urbanas como resultado do conceito “complexo cafeeiro” promovido pelo autor.

A segunda, inicialmente produzida pelos escritos do professor José Evaldo de Mello Doin⁶³ e desdobradas para outras instituições de ensino superior⁶⁴, parte de uma leitura da modernidade e da internacionalização do capitalismo do século XIX para compreender os novos ritmos apreendidos nestas cidades do mundo do café. Nela, percebemos igualmente a

⁶² Registramos aqui a nota de rodapé produzida pelos autores Pedro G. Tosi e Rogério Naques Faleiros no artigo produzido em 2007 a respeito do colega e historiador coautor “Rodrigo da Silva Teodoro cursava Doutorado em História Econômica pela FFLCH/ USP. Faleceu em junho de 2007. Dedicamos esta publicação à sua memória” (p.405).

⁶³ As pesquisas do professor José Evaldo de Mello Doin tocam, em especial na tese de doutoramento “A Dívida Externa do Império: Organização e Consolidação do Estado e Início do Processo de Modernização dos Instrumentos de Exploração, 1824-1864 - Contribuição para o Estudo da História Financeira do Brasil” a perspectiva da história econômica. Apenas na tese de livre-docência a virada para a História social da modernidade como experiência de um capitalismo bucaneiro se fez presente na *Belle Époque* caipira (2001).

⁶⁴ Verificar dois textos produzidos acerca da trajetória de José Evaldo Doin e dos desdobramentos do campo das pesquisas no Centro Universitário Barão de Mauá, reveladores da diversidade dos temas e objetos tratados (PERINELLI NETO, 2014; MELLO, 2020).

presença dos escritos de Braudel, porém os toma com certa diferença, pois potencializa os espaços de sedução da modernidade e suas consequências para o campo social. São exemplos de pesquisas nesta perspectiva, as investigações de Robson Pereira (1998; 2005), de Karina Araújo (1999), de Claudia Vargas (2000), de Veruschka Azevedo (2001), de Glaura Lima (2001), de Osana de Almeida (2003), de Rodrigo Paziani (2004), de Higinia Marques (2005), de Fabiano Freitas (2008), de Humberto Perinelli Neto (2009), de Flávia Mengardo (2011), de Elaine Caun (2011), a minha dissertação (MELLO, 2009), entre outras tantas orientações ou desdobramentos produzidos. Alguns trabalhos realizados no campo da geografia, como o de Fábio Augusto Pacano (2018), podem ser inseridos neste mesmo contexto.

Uma terceira explicação, ainda que não necessariamente articulada ao mundo do café, advém de investigações realizadas por historiadores econômicos e, em geral, produzidas mediante história demográfica e/ou quantitativa. É o caso dos estudos de Renato Leite Marcondes e Jorge Henrique Caldeira de Oliveira (2013), Lélío Luís de Oliveira (2017), Luciana Soares Lopes (2011) e outros. Percebemos entre estes trabalhos certa unidade no trato metodológico e na busca significativa de fontes primárias, porém, não há necessariamente uma relação no campo teórico do trato contextual.

Como pontuado, não foram estas as únicas formas de compreender a lógica cafeeira em que estas cidades da região de Ribeirão Preto estavam articuladas. Ainda que grande parte dos autores que tomaram estes núcleos urbanos como objeto citados nesta tese estejam vinculados a estas três posturas, não devemos esquecer que outros podem (e poderão) estar desarticulados destas sínteses.

O que nos parece é que as outras explicações (acadêmicas) não enquadradas neste esboço de estado da arte acabaram por não compor grupos de pesquisa ou continuação explicativa acerca do ciclo cafeeiro na região. Se os trabalhos dos professores Pedro Tosi e José Evaldo de Mello Doin (assim como de seus orientandos) tiveram desdobramentos na graduação e no programa de mestrado e doutorado da UNESP em Franca, podemos perceber que em ambos casos as pesquisas puderam encontrar outras instituições, programas e cursos. No caso dos historiadores da economia cafeeira e demografia, a FEA (USP/RP) nos parece ter sido o lugar social de boa parte dos investigadores. Em suma, os estudos aqui realizados partem de muitas instituições, porém, destacamos os cursos de graduação e pós-graduação em História da UNESP (Franca), a pós-graduação em Economia, com ênfase em História econômica da USP (Ribeirão Preto) e os cursos de História e a pós-graduação em História, Cultura e Sociedade do Centro Universitário Barão de Mauá.

A questão levantada na tese – “compreender a interiorização dos processos de interiorização na região de Ribeirão Preto” nos leva a pensar o lugar e o foco de nossa observação diante dos desejos que cada grupo revelou. Quanto as pesquisas do professor Pedro Tosi e de seus companheiros e orientandos, podemos assumir a perspectiva de uma história econômica, com atenção voltada a maneira com que o complexo cafeeiro construiu desigualdades regionais, como consequência, os contornos das posições periférica ou semiperiférica que as cidades desta região ocuparam. Desta feita, compreendemos que tais imersões observaram de forma secundária as vivências modernas e suas consequências para o campo dos processos de educação, por isso, contribuem mais para a percepção do movimento de interiorização do capital e da consolidação da urbanização para atendimento do circuito cafeeiro.

Ao compararmos a abordagem anterior com aquela produzida pelo grupo representado pelo professor Evaldo Doin, notamos diferenças significativas para a nossa pesquisa. Coletivo interessado pelos contornos caipiras de uma *Belle Époque* tropical (NEEDLE, 1993), os pesquisadores investigaram as nuances de destas histórias locais potencializadas pelos dramas da experiência moderna e de como estas moveram a vanguarda de elementos civilizacionais europeus antes mesmos das capitais Rio de Janeiro e São Paulo. Aqui, cremos ter potencialidades para a nossa investigação no que tange a observação dos processos de educação, principalmente nas suas heterogeneidades.

Apenas para registro, quanto ao terceiro grupo, repetimos os ganhos para contextualização da interiorização e da percepção material das realidades em que os processos de educação ocorreram, mas sem nos apegarmos a perspectiva teórica ou metodológica.

Continuando o exercício de comparação entre as duas primeiras versões, parece-nos haver um ponto de desencontro quanto o lugar da “importância” da capital (São Paulo) para o a economia do café e para os desdobramentos políticos da Província (ou do Estado). Como vimos, para os primeiros o centro da economia-mundo é sempre o articulador das decisões políticas, das práticas de financiamento, concentração e da riqueza. Por isso, a capital da Província

exercia papel central, constituindo um conjunto de múltiplas coerências, pois as diversas zonas de uma economia-mundo estão sempre voltadas para um mesmo ponto, o centro, lugar de eleição da acumulação e onde se verifica mais claramente um processo de centralização e concentração da riqueza (TOSI; FALEIROS, 2011, p.430).

A capital, para os segundos, era uma cidade dependente do capital das fazendas do interior. Já os núcleos interioranos nascentes, pelos menos nas áreas centrais, demonstravam grande capacidade de desenvolvimento urbano nos padrões civilizados, normatizados em códigos de postura, segundo os limites de cada urbe. Nesse sentido, os processos de educação nos aparecem como parte de uma experiência, ainda que localizados e, talvez, supervalorizados nas suas realidades locais.

Creemos aqui, portanto, que nossa pesquisa não compreende nenhuma das perspectivas como única e, sozinhas, capazes de explicar a complexidade do movimento moderno aqui ressaltado. Entendemos que as duas encontram espaços de complementação propiciando uma noção mais ampla dos processos de educação por nós desejados.

Tomaremos os processos de educação diante da atenção entre possíveis exageros provenientes do olhar da “modernidade francesa que abate a todos com seu potencial sedutor” e aqueles que consideram a realidade nordestina paulista uma resposta direta do sistema-mundo orientado pela capital. No limite, o que a pesquisa nos mostrou na seção anterior é que esta região foi fabricada pela longa duração da violência, das ausências do Estado, da iniciativa migratória de entrantes mineiros, católicos e escravistas, analfabetos em sua maioria, criadores de porcos em pequenas propriedades rurais que se assustaram com a ferrovia, com o rápido processo de urbanização e aumento populacional, com a presença dos imigrantes, com as novas línguas e costumes, com a modernidade.

3.3 O teatro da modernidade nas cidades do sertão paulista: os processos de educação da modernidade

Quanto a nossa apreensão de modernidade, um adendo importante. Esta tese foi planejada entre os anos de 2018 e 2019, portanto, filha de um tempo em que o estado da arte das produções acadêmicas de natureza semelhante se revelou plural e diverso. Conforme alinhávamos a compreensão de frente pioneira e a captura de vetores da interiorização, procurávamos não encaixotar a experiência que se descortinava dentro das pesquisas já realizadas ou dos juízos formados pela historiografia. Essa informação é importante na medida em que revela mudança significativa dos usos e interpretações do conceito e da temporalidade “modernidade”, dado sua presença em diversas pesquisas que compartilham nosso objeto em tempo e espaço.

Para tal, entendemos que uma breve contextualização historiográfica destas investigações, de forma cronológica e sintética, nos permite revelar certos desejos e intenções dos autores diante dos contextos de produção.

Se tomarmos as narrativas tradicionais destas cidades, é muito comum encontrarmos advogados, médicos, políticos e jornalistas (muitos deles apaixonados pela memória local) como autores de textos de diversos suportes: notícias de jornal, magazines, almanaques, romances, hinos, contos e porque não “livros de história” destas cidades. Se pensarmos nestas obras como reconhecidas pela sua importância ao campo da história e memória, o fazemos mediante trato acadêmico igual a qualquer outro documento.

Os primeiros textos históricos sobre as cidades da região de Ribeirão Preto foram produzidos fora da universidade. Como veremos, são fundadores de um certo jeito de ler as realidades locais, permitindo, em certos casos, serem ainda únicas fontes de informação de seus núcleos urbanos. Mesmo diante das ressalvas acadêmicas que a historiografia realizou a estas obras, referimo-nos as possíveis ausências teóricas e/ou metodológicas do ofício científico que nos é imposto pelos “lugares sociais” da academia (CERTEAU, 2008). Assim, estas obras continuam sendo fundamentais para pensarmos o trajeto com que a memória local identificou e valorizou os objetos por nós estudados. Como nos ensinou Rüsen, tais pesquisadores foram fundamentais para a constituição de uma “perspectiva” sobre as narrativas de suas cidades e de como as identidades daquelas comunidades dialogavam com um passado contornado em presentes contextuais distintos visando futuros de interesses bastante particulares (RÜSEN, 2007).

Em outras palavras, os “memorialistas” como eram chamados, descreviam as cidades com liberdades metodológicas e crivos morais bastante sólidos. Ana Cláudia Brefe, estudiosa do gênero memorialístico, define a escrita dos memorialistas a partir da Enciclopedia Mirador Internacional:

... As memórias constituem um gênero literário caracterizado pelo registro de fatos e acontecimentos que, organizados em uma ordem cronológica não muito rígida, estruturam como que uma história sobre o assunto do conhecimento pessoal do autor ou que guarde relação com suas fontes particulares de informação (1993, p.10)

O trecho “não muito rígida” faz menção direta com uma forma flexível de escrita, comparada aquela que se organiza de maneira científica. Neste sentido, os memorialistas implementam estilo e escolhas que não seguem ditames científicos, cabendo ressaltar que desde escritores franceses como Jean de Joiville (século XIII), passando por Conde de Richalieu (no

século XVII) ou mesmo Saint-Simon (no século XIX), percebemos exemplos de escrita pessoal e não acadêmica sobre o passado (1993, p.10-11).

Brefe avaliou a cidade de São Paulo por meio das narrativas de memorialistas como Cícero Marques, Jorge Americano, Ernani da Silva Bueno, Afonso Schmidt, Paulo Cursino, entre outros. Como proposta metodológica, a autora utilizou a perspectiva de Walter Benjamin ao escrever que “o historiador deve estar especialmente sensível para reconhecer esse apelo que vem do passado e promover a rememoração da imagem que se deixa entrever veloz como um relâmpago, atualizando-a no presente” (1993, p.27), por isso, não descartar os apelos que vem do passado para recuperar o jogo das imagens que “acontecem no presente”, como reminiscência.

O resultado destes escritos locais é álgebra interessante, uma vez que a somatória dos desejos por “certas memórias” e determinadas “censuras” promovidas pelos valores culturais do contexto resultaram, em muitos casos, em livros descritivos, laudatórios, etnocêntricos e excludentes. Ou seja, livros legitimadores do processo moderno e, de certa maneira, uma tentativa de se reviver temporalidades pretéritas saudosas. Recuperando as teorias de Berman (2007), Habermas (2000) e Giddens (1991), é possível assumir que a maioria dos textos produzidos compram a faceta positiva da modernidade, materializando-se em álbuns das memórias vencedoras e consagradoras da civilização.

Por “certas memórias” estamos a identificar o caráter seletivo do trabalho destes escritores. Nada diferente do processo de escolha-renúncia da operação historiográfica acadêmica, na medida que a seleção das fontes e dos fatos do passado na investigação padecem deste universo de subjetividades e desejos de muitas ordens e dimensões. Alguns destes desejos são internos e partem dos *indivíduos*, outros são socialmente construídos pelos *sujeitos*. Sobre esta segunda condição, podemos assumir uma relação muito interessante para esta pesquisa. A cultura que permeia a escolha das fontes e dos fatos destes memorialistas é o próprio resultado de nossa investigação, ou seja, estas urbes caipiras-modernas convidaram os memorialistas das décadas após 1930 a relembrar certas dimensões sedutoras de um “passado de outrora”.

Quanto as “censuras”, a cultura destas cidades interioranas se valeu das identidades e dos valores morais para potencializar perspectivas brancas, civilizatórias, cristãs (majoritariamente católicas), patriarcais e heteronormativas. O “normal” produzido nas obras memorialísticas é a vitória dos processos de educação por nós estudado e traz no processo de escolha/renúncia das fontes e dos fatos a exclusão de muitos protagonismos e culturas tidas como não brancas, bárbaras, não católicas, femininas e não heteronormativas.

As censuras interna e externa são mecanismos estratégicos (CERTEAU, 2008) do discurso e fazem também parte da operação historiográfica (CERTEAU, 1998), ou seja, afetam a todos, acadêmicos ou não. Porém, o motivo deste comentário é referenciar a censura como modelo estratégico da cultura que, entre várias possibilidades, impede o bárbaro de vir a luz pela imposição da normalidade civilizatória.

Rubem Cione, um dos mais reconhecidos memorialistas da história de Ribeirão Preto, iniciou diversos de seus volumes sobre a história de Ribeirão Preto da seguinte maneira: “Deus ilumina com a esperança todo horizonte da História” (1997, s/p.); Prisco da Cruz Prates, Osmani Emboaba e outros figuram entre os memorialistas da mesma cidade de Ribeirão Preto e reproduzem muitos destes maneirismos.

O historiador Arrovani Luiz Fonseca identificou na cidade de São Carlos políticos como Cincinato Braga, o advogado Philipe Ladeia de Faria e de Theodorico Leite de Camargo. Em Araraquara, o pesquisador Mário Demarzo indicou os escritos de Domingos Carsanecca Neto como produção memorialística. Em Franca, o trabalho de Tércio Di Gianni comenta o entusiasmo do jornalista José Chiachiri, homenageado como patrono de um dos museus da cidade, entre diversos outros não citados (FONCECA, 2017)⁶⁵.

Estas narrativas fundadoras, postuladas diante dos processos singulares de seleção de passados (fatos e fontes) e mediada por movimentos diversos de censura, não estão livres das relações de poder. Como aponta Jacques Le Goff:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p.103).

Não estranho, portanto, os memorialistas exercerem ofícios de jornalistas, advogados, médicos, engenheiros entre outras profissões de inserção urbana de lógica liberal. Sua posição memorialística é também de preservação de um *ethos* discursivo, que atende a demanda social de suas relações com as redes de sociabilidade que promoveram em vida. Brefe, ao investigar os memorialistas da capital paulista destaca que quase todos cursaram a Academia de Direito, por exemplo (BREFE, 1993, p.9).

⁶⁵ Há um universo de trabalhos memorialísticos das cidades paulistas, para cada cidade observada parece-nos um mosaico de possibilidades.

Crentes na condição de porta-vozes do passado (ainda a construir), estes homens⁶⁶ tinham (em geral) o desejo de recuperar o nascimento destes núcleos urbanos, contornar as suas fundações e, com isso, promover uma espécie de discurso legitimador do presente para o futuro. Em outras palavras, o regime de historicidade futurista, típico da perspectiva progressista, moderna e racional, foi materializado nestes escritos trasvestidos de memórias e saudades.

Muitos destes trabalhos criaram “mitos de origem” dos povos da região pesquisada, símbolos e representações que oportunizavam identidade, memória e história, mitos fundantes no campo das trajetórias e organizativos das discussões futuras entre os historiadores do final do século XX. Como Marc Bloch nos lembra, há um provérbio árabe que diz que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (2001, p.60) e, portanto, seus escritos nasceram fruto das demandas de seu tempo, por mais que escrevessem sobre seus pais e avós via “saudade”.

Desta forma, grande parte destes trabalhos identificaram na *Belle Époque*, na ferrovia ou mesmo no café, elementos de riqueza, beleza e suntuosidade sem a criticidade que buscamos aqui promover. Cito diretamente os Almanques e Magazines produzidos no contexto da Primeira República, além dos periódicos que potencializavam tais elementos.

O resultado deste regime de historicidade pode ser observado em diversas bandeiras das cidades da região ou mesmo em seus hinos. Observando as figuras 44 e 45, verificamos a presença dos ramos de café:

Figura 44 e 45 – Bandeiras dos municípios de Franca e Ribeirão Preto



Fonte: À esquerda, a bandeira de Franca; à direita, a bandeira de Ribeirão Preto. Disponíveis em https://pt.wikipedia.org/wiki/Franca#/media/Ficheiro:Bandeira_da_cidade_de_Franca.jpg; https://en.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_Preto#/media/File:Bandeira_de_Ribeir%C3%A3o_Preto.svg, acessados em 28.05.2021).

⁶⁶ Ainda que não seja foco de nossa investigação, salientamos a ausência de memorialistas mulheres na região pesquisada. Caso existam, não foram citadas ou propagandeadas pelos estudos acessados.

Os homens do poder público potencializaram esta visão progressista e demarcaram em diversos suportes da memória local a presença do café como elemento embrionário destas sociedades. As bandeiras dos municípios, assim como os hinos e os brasões, contornam os ramos de café como responsáveis pela riqueza. Apenas como registro da memória regional, para além dos três exemplos acima, destacamos a presença de ramos de café nas bandeiras (ou brasões) de São Simão, Cajuru, Patrocínio Paulista, Nuporanga, Santo Antônio da Alegria, Sertãozinho, Cravinhos, Jardinópolis, Orlândia, Santa Rosa do Viterbo, Brodowski, São Joaquim da Barra, Altinópolis, Pedregulho, Guará, Serra Azul, Guaíra, Pontal, Sales Oliveira, Itirapuã, São José da Bela Vista, Serrana, Barrinha, Buritizal, Cássia dos Coqueiros, Cristais Paulista, Luís Antônio, Aramina, Dumont, Pradópolis, Jeriquara, Ribeirão Corrente, Restinga, Guataparará, Santa Cruz da Esperança – dentro dos hall dos municípios da região, se tomarmos a divisão organizada por Carlos Bacellar e Lucila Brioschi (1999, p.19).

Caso avancemos para as microrregiões sul e sudeste de Minas Gerais⁶⁷, com vistas a alongar nossas fronteiras regionais, encontramos também a presença de ramos de café em municípios como Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinha, Capitólio, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, Arceburgo, Cabo Verde, Guaranésia, Guaxupé, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Alfenas, Areado, Conceição da Aparecida, Carmo do Rio do Claro, Carvalhópolis, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, Boa Esperança, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Guapé, Ilícínia, Monsenhor Paulo, Santa da Vargem, São Bento Abade, Três Corações, Três Pontas, Varginha, Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Campestre, Ibitiúra de Minas, Monte Sião, Poços de Caldas, Bom Repouso, Bueno Brandão, Espírito Santo do Dourado, Extrema, Munhoz, Senador Amaral, Senador José Bento, Tocos do Moji, Toledo, Cachoeira de Minas, Careaçu, Cordislândia, Natércia, Pedralva, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis, Turvolândia, Carmo de Minas, Conceição do Rio Verde, Jesuânia, Olímpio Noronha, Soledade de Minas, Bom Jardim de Minas, Brazópolis, Consolação, Dom Viçoso, Paraisópolis, Piranguaçu, Piranguinho e Virgínia.

⁶⁷ Utilizamos da divisão administrativa atual disponível na internet em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Minas_Gerais#Mesorregi%C3%A3o_do_Sul_e_Sudoeste_de_Minas, acessado em 28.05.2021.

Em suma, são incontáveis exemplos desta macrorregião entre os estados que absorveu a memória do café para sua identidade. O caso de Ribeirão Preto é emblemático. Em seu hino, o refrão exclama: “*Ribeirão Preto, terra do café, orgulho de São Paulo e do Brasil*”, em Franca: “*És florão da grandeza paulista, Semeada em teu chão feiticeiro, Teu café em aléias se avista, Soberano, em seu reino altaneiro*”.

Como vimos, os registros propostos durante o capítulo 2, seção dedicada a interiorização da Província e do estado de São Paulo, o imaginário acerca da identidade paulista bandeirante – “locomotiva do Brasil” – constituiu base para muitas abordagens epopeicas de sua trajetória. É importante destacar que esta visão propagandeada pela mídia e movida pela memória coletiva vive de certa maneira até os dias de hoje – influenciando não apenas a construção de identidades como a própria academia na produção de pesquisas sobre a história deste território.

Janaína Amado escreveu que no último quartel do século XX houve expressivo crescimento dos cursos de pós-graduação *strictu-sensu* no Brasil, interiorizando não apenas a burocracia dos programas de Pós, mas a atenção dos historiadores para as realidades interioranas. Amado percebeu um maior interesse dos pesquisadores pelas localidades e por suas identidades, não significando a falência das explicações-síntese, mas revelando uma ressignificação de como a academia deveria compreender estas “novas” regionalidades:

Tinha que acontecer: à medida em que se multiplicam pelo país os cursos de pós-graduação e os estudos históricos de caráter monográfico, a questão regional se impõe naturalmente, como parte integrante das próprias pesquisas(...) Não por mero acaso, o encontro dos historiadores com a questão regional coincide com o momento em que o conceito de ‘região’ passa por profundas transformações, propostas principalmente pelos geógrafos (AMADO, 1990, p.7-8 *apud* LOPES, 2002, p.176).

Estes estudos permitiram ampliação e enriquecimento de análises nacionais, dado a observação das comprovações e/ou contrastes advindos dos enfrentamentos entre as visões macro e micro. Permitem também detalhar com maior acuidade os agentes históricos ao descreverem realidades mais próximas do vivido, em que a ligação dos sujeitos com o coletivo é melhor expressa (DOIN, *et al*, 2007).

Neste contexto, percebe-se também o crescimento da produção dos trabalhos de história local, principalmente quando avaliamos a quantidade de monografias, dissertações e teses sobre as cidades da região pesquisada. Chamo a atenção para alguns polos de produção que, juntos, compõe um celeiro fértil de iniciativas de pesquisa sobre estes núcleos urbanos: UNESP

(campus de Franca, por exemplo), UNICAMP, USP (tanto em programas de pós-graduação na capital como na cidade de Ribeirão Preto), UFU e o Centro Universitário Barão de Mauá⁶⁸.

Desta feita, os “novos” trabalhos promoveram um questionamento das versões cristalizadas (muitas vezes tidas como oficiais) e acabaram por construir, a princípio, uma trincheira entre os escritos dos “velhos” memorialistas e estas novas abordagens. Esta proposta de diagnóstico científico do que pode ou não ser chamado de “História”, coerente ao comportamento destes primeiros mestre e doutores da história local, foi perdendo belicismo conforme os pesquisadores reconheceram a importância histórica e documental destes escritores e de suas obras.

Ao tomarmos Ribeirão Preto como exemplo central na região analisada, cabe considerar os estudos sobre as transformações urbanas diante da modernidade (FARIA, 2003; PAZIANI, 2004 e MELLO, 2009), responsáveis por contornar a complexidade da nova urbe que se constituía aos desejos de sua elite cafeeira.

Ainda que uma cidade de poucos recursos e muito pouco ocupada em seu núcleo urbano, Ribeirão Preto tinha apenas 5.552 habitantes em 1872 e 10.420 em 1886, segundo os censos observados a partir dos trabalhos de Bassanezi. A quantidade de pessoas só chegou a chamar a atenção do Estado em tempos republicanos, dado o crescimento exponencial das primeiras décadas do século XX. Na tabela

Tabela 7 - População total dos municípios da Mogiana (1874-1920)

Município	1874	1886	1900	1920
Batatais	13.464	19.915	19.164	21.816
Franca	21.419	10.040	15.491	44.308
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195	68.838

Fonte: (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999).

A observação do crescimento demográfico de Ribeirão Preto é notória e exponencial, enquanto as outras cidades não. Batatais viu sua população crescer na década de 1870, porém, entre 1886 e 1900 houve mínimo decréscimo de habitantes. O número de moradores voltou a crescer em 1920, porém, muito pouco. Franca é um caso diferente. A cidade praticamente diminui pela metade seus habitantes na década de 1870, retoma discretamente o crescimento

⁶⁸ Recentemente os professores do Curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá, instituição particular de ensino superior localizado na cidade de Ribeirão Preto, lançaram obra relatando a produção de mais de 500 pesquisas com ênfase em cidades da região entre os idos de 2002 e 2020 (MELLO et al, 2020).

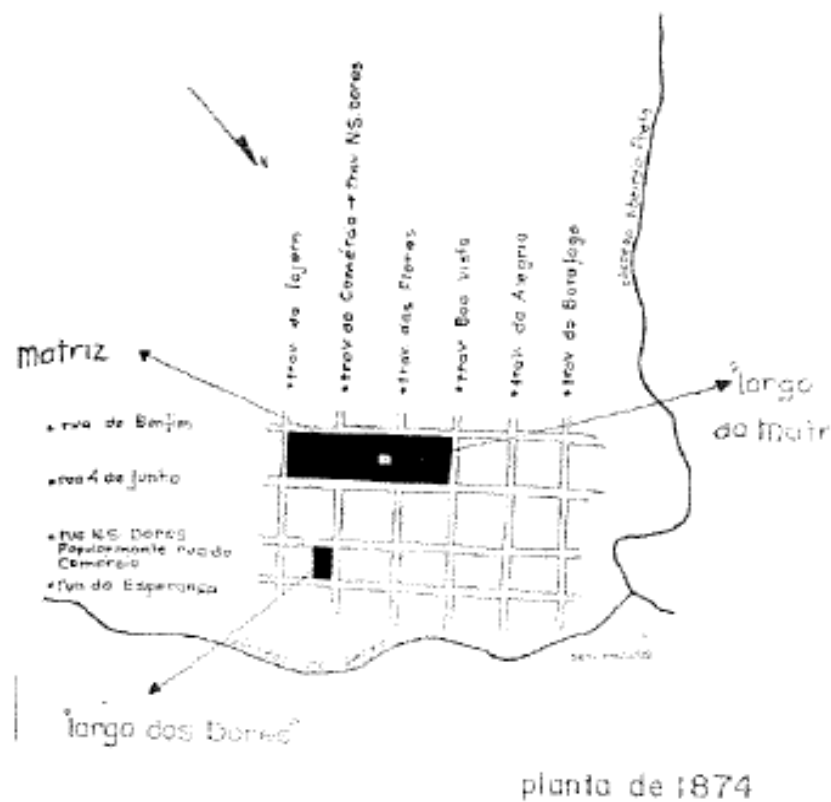
populacional na virada para o século XX e cresce, bastante, até 1920. Os números de Franca passaram a serem duas vezes maiores se comparado ao município de Batatais.

A população destas cidades estava na mira de seus gestores, influenciados pela organização racional da questão social, propondo a construção de teatros e outros bens modernos, como vimos anteriormente.

De maneira mais direta, passaremos a organizar visualmente a construção destas materialidades urbanas tendo em vista os seguintes critérios: a) a racionalidade e a organização espacial por meio de análise de plantas urbanas; b) a compreensão da nomeação dos logradouros públicos e outros espaços de civilização; c) a imposição da lei e da moral, via análise dos Códigos de Postura e da implementação das igrejas e catedrais em tempos republicanos.

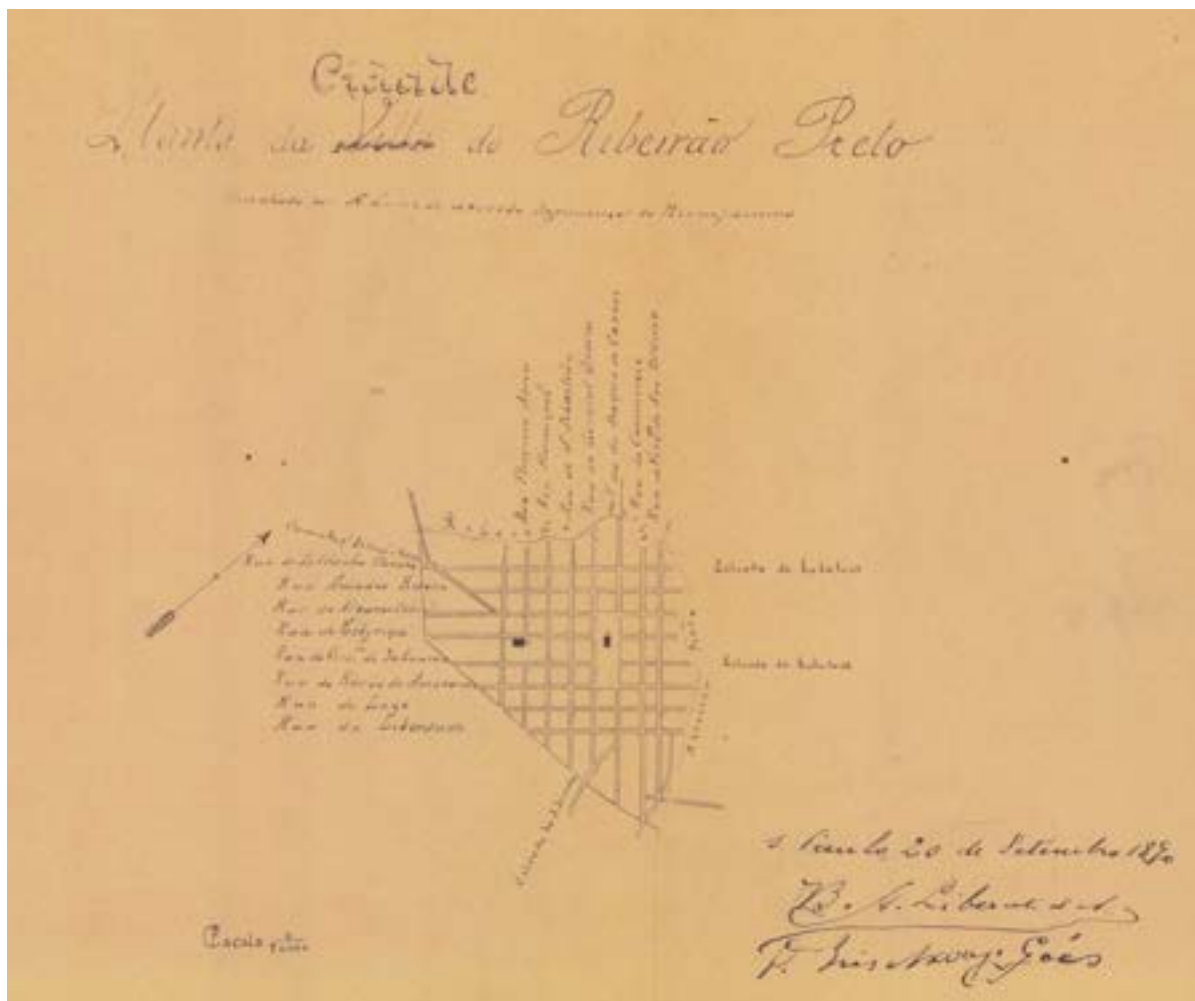
Comparemos os traçados urbanos da cidade de Ribeirão Preto, entre os idos de 1874, 1900 e 1932:

Figuras 46 – A cidade de Ribeirão Preto de 1874.



Fonte: Reparar nos nomes das ruas: à esquerda, as ruas “do Bonfim”, “4 de junho”, “N. S. Dores posteriormente rua do Comércio” e “Rua da Esperança”; à cima, “trav. da vagem”, “trav. do comércio – N.S. Dores”, “trav. das flores”, “trav. Boa vista”, “trav. da Alegria” e “trav. do Botafogo”. APHRP.

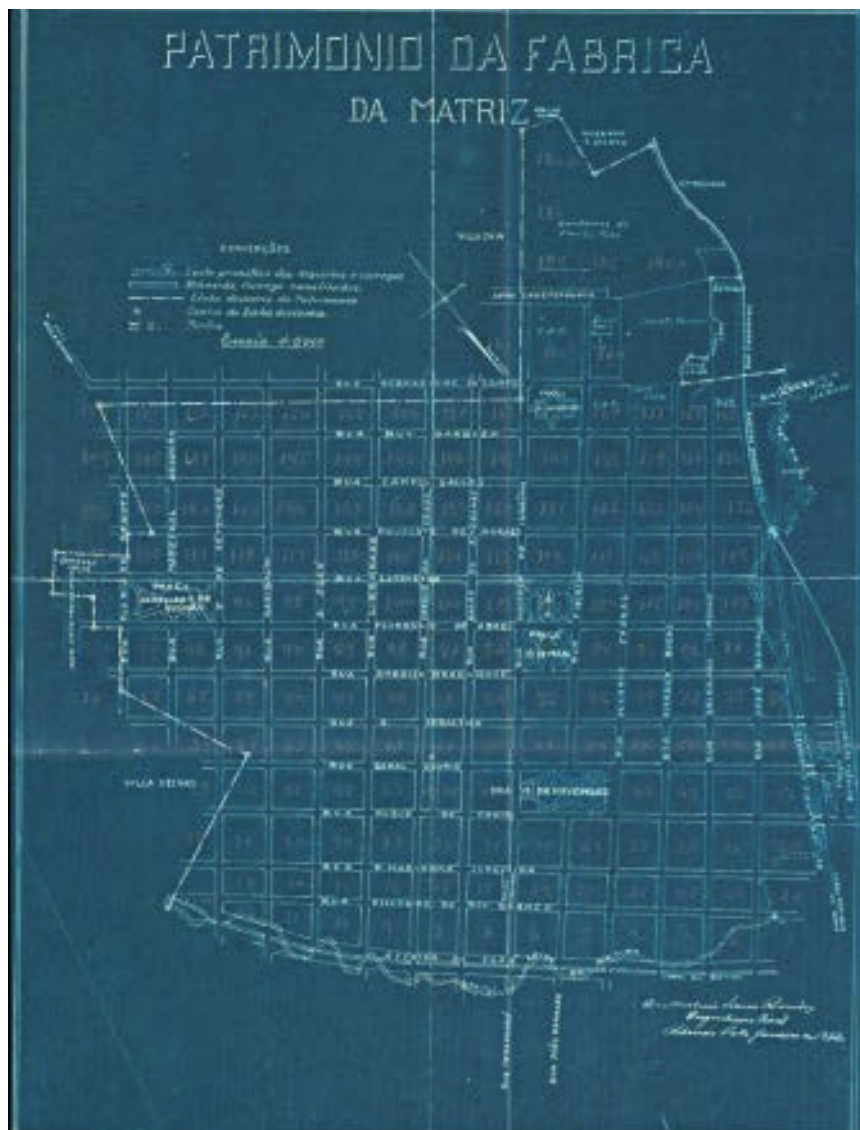
Figuras 47 – A cidade de Ribeirão Preto de 1900



Fonte: Reparar nos nomes das ruas: à esquerda, as ruas “Saldanha Marinho”, “Amador Bueno”, “Álvares Cabral” e “Tibyriçá”, “Visconde de Inhaúma”, “Barão do Amazonas”, “do Lago” e “da Liberdade”; cima, as ruas “Florêncio de Abreu”, “Municipal”, “General Ozório”, “Duque de Caxias”, “Do Comércio” e “Visconde do Rio Branco”. Na lateral à direita, a estrada de Batataes, além do córrego Ribeirão Preto e, ao sul, à Estrada de São Simão. APHRP.

O número de quadras aumenta entre os vinte e seis anos que separam uma planta da outra. A ausência de indicação de estradas para outras cidades e a presença de caminhos que ligam aos núcleos de Batatais e São Simão, mais antigos que Ribeirão Preto (em fundação) indiciam maior controle e gestão do espaço na segunda imagem. Nas próximas décadas, a cidade avançaria o sonho moderno ou o projeto inacabado, como escreveu Habermas:

Figura 48 – Mapa do patrimônio da “Fabrica da Matriz” de Ribeirão Preto, 1932.

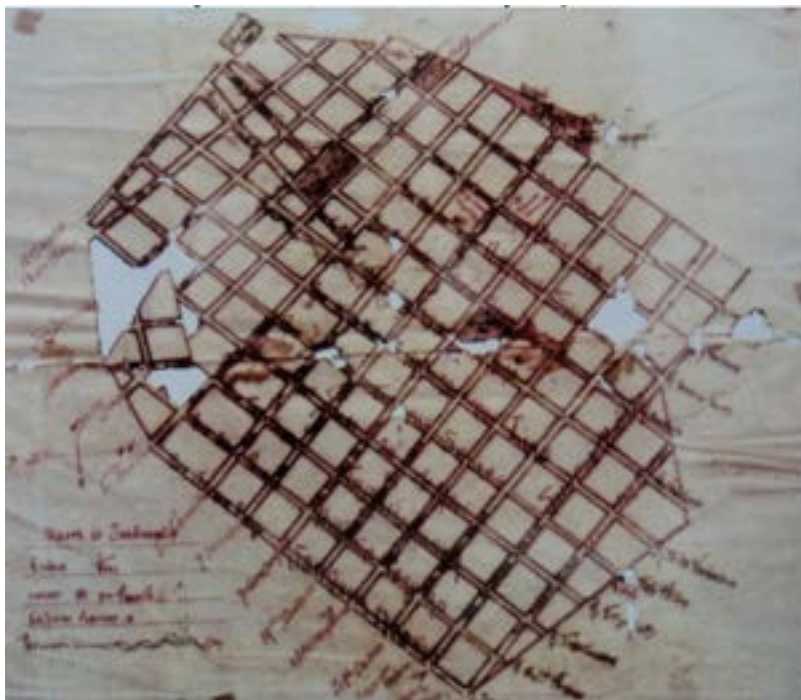


Fonte: APHRP (Cf. também PICCINATO JUNIOR, 2017, p.351).

Desde a década de 1870 percebe-se o respeito do traçado urbano na configuração em quadras, tal qual um tabuleiro de xadrez. O esboço de 1874 ficou mais evidente em 1900 e bastante claro na década de 1932. A racionalidade urbana esteve presente desde os primórdios da construção da urbe, por isso, a repetição daquilo que a historiografia da localidade já saturou – a inspiração haussmaniana, proveniente do modelo parisiense.

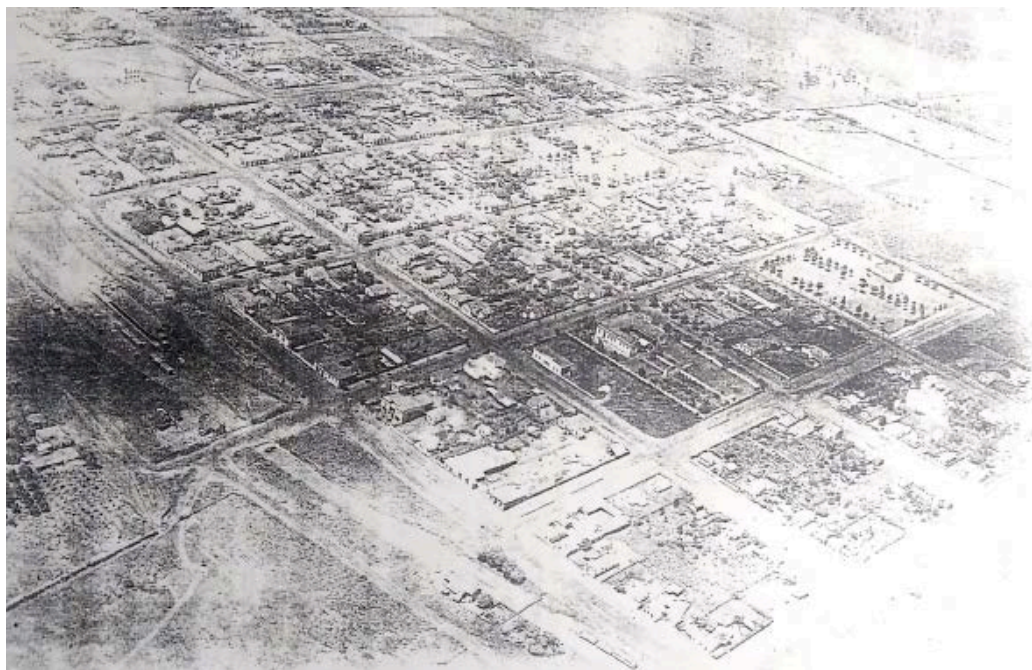
O mesmo pode ser visto em diversas imagens sobre o tabuleiro de xadrez das cidades da região:

Figura 49 - Área urbana de Jardinópolis, 1910.



Fonte: FERREIRA, 2013, p.47.

Figura 50 – Foto aérea de Orlandia em 1922



Fonte: JUNQUEIRA, João Francisco Franco. **Orlandia de antigamente** – uma memória fotográfica. Ed. Massao Hono Editor: São Paulo, 1999, p.32 (*apud* ARAUJO, 1999, p.21).

Figura 51 – Vista aérea de Batatais em que se observa o plano geométrico espacial da cidade em forma de tabuleiro de xadrez (1915).



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís” (*apud* PEREIRA, 1998, p.82).

Figura 52 – Vista aérea de Batatais na década de 20, com destaque para o largo da matriz e o traçado retilíneo e ortogonal de suas ruas centrais.



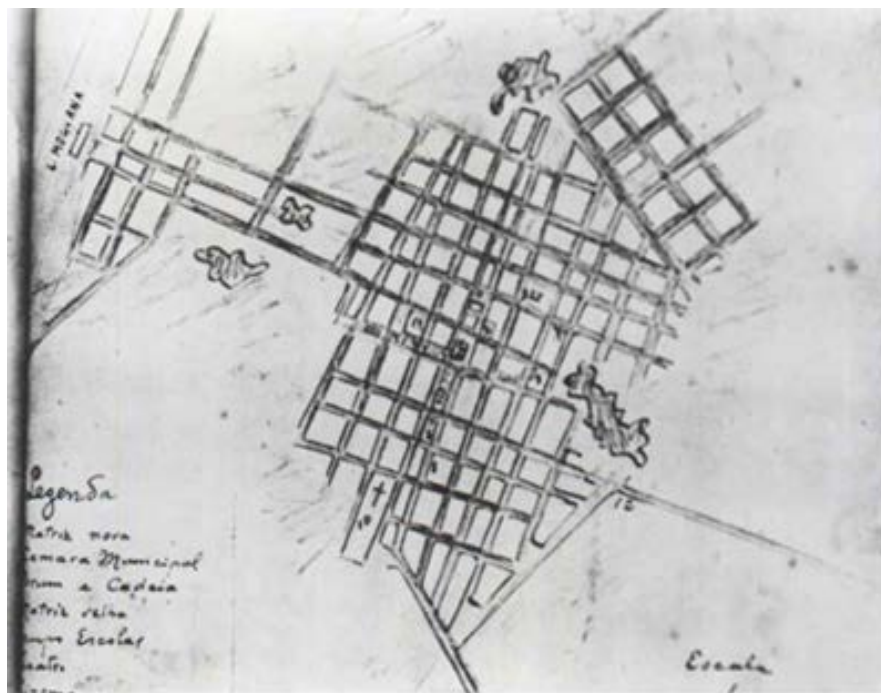
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís”. (*apud* PEREIRA, 1998, p.85)

Figura 53 - Setor Central de Brodowski, nos seus primórdios



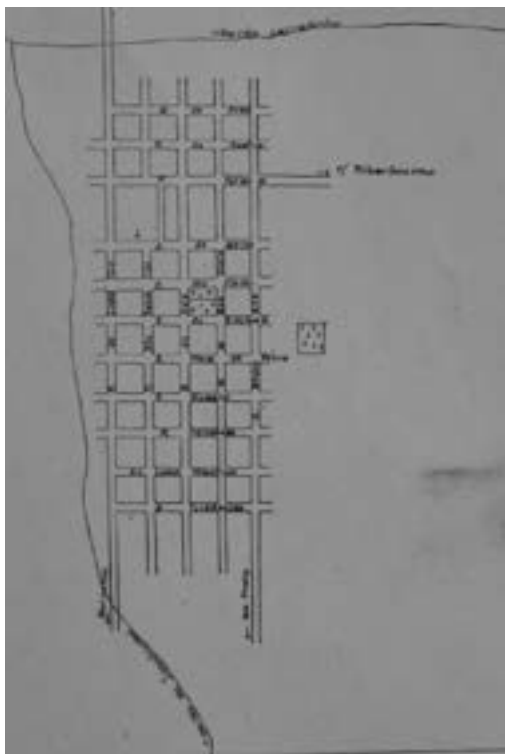
Fonte: CORRÊA, Ariovaldo. Brodowski: minha terra e minha gente São Paulo: Pannartz, 1986, p.61 (apud PATROCÍNIO, 2019, p.57).

Figura 54 – Esboço da planta da cidade Franca de 1912



Fonte: Destaque das vias alargadas na cidade de Franca entre 1893 e 1924 (Ruas Aclamação, Municipal, do Comércio, Major Claudiano, Monsenhor Rosa, Santa Ephigênia, Dr. Jorge Tibiriçá e Alegria). Arquivo Histórico Municipal "Capitão Hipólito Antônio Pinheiro" (apud PICCINATO JUNIOR, 2014, p.7).

Figura 55 – Planta da cidade de Jaboticabal, 1879



Fonte: PERINELLI NETO, 2009, p.149.

Antes de produzirmos interpretação sobre a racionalidade técnica que construiu as cidades do interior, oportuna será a lembrança de Heliana Angotti Salgueiro, ao criticar o exercício de comparação rápida entre as plantas e transformações das cidades brasileiras da transição dos séculos XIX e XX e o modelo parisiense haussmaniano. A autora relembra a lição do historiador Marc Bloch, ao considerar que toda comparação em História exige pelo menos duas condições necessárias, “uma certa analogia entre os fatos observados e uma certa dissemelhança entre os lugares onde eles se produzem” (*apud* SALGUEIRO, 1995, p.195). Aponta ainda que deveríamos tomar desta lição a importante questão de, ao salientar os elementos diferentes, apontar as dissemelhanças tempo-espaciais, em outras palavras, a diversa realidade histórica que se manifesta. Desta forma, evitando o uso do termo “influência”, Salgueiro conduz a uma outra relação entre as cidades e o modelo de Haussmann – condições de possibilidade, englobando não apenas as “noções de introdução e de difusão de modelos, mas especialmente de apropriação”, diante das contribuições de Michel DeCerteau, Bernard Lepetit e de Roger Chartier.

Se o Barão Haussmann racionalizou a cidade de Paris, construindo *boulevares*, praças e utilizando da régua e do compasso para arquitetar o traçado urbano, não se pode esquecer que houve, anteriormente a construção da cidade-luz, uma destruição dos elementos arcaicos. Posto

de outra forma, a perspectiva urbana da haussmanização funcionou nos binômios correção/manutenção e aceitação/violência e, portanto, esta ótica de cidade partiu de uma realidade pré-concebida, fruto da questão social cujas marcas daquele passado recuperavam dias aterrorizantes da revolução.

Se em Paris, o planejamento urbano foi gestado por uma prática de setorização e departamentalização dos próprios engenheiros, divididos nas seções e nas subseções criadas por Haussmann (SALGUEIRO, 1995, p.197), a racionalidade das transformações antecedia a ação sobre a cidade, iniciava na montagem das equipes de planejamento. O desejo ali era de promover ambiente saudável (sanitário), perpassando a noção de “rede de eixos estruturais entre as vias, praças, monumentos e espaços verdes, inscritos num plano global de circulação, aeração, salubridade e equipamentos distribuídos na estrutura urbana” (1995, p.197).

Salgueiro ainda propõe lembrar que havia, no contexto francês atual, trabalhos que colocam as transformações urbanas de Paris em debate. Há aqueles que demonizam o prefeito autoritário que demoliu o centro da capital e expulsou os populares e aqueles que reconhecem a necessidade das alterações diante dos problemas sociais, questionando mais o peso das contradições de seu tempo e menos sua aderência à posições políticas e ideológicas. De fato, insiste a autora, “quase todos os contemporâneos de Haussmann, pró ou contra sua administração, admitiam que o centro de Paris era um amontoado de quarteirões insalubres, compondo uma imagem de degradação” (1995, p.198).

Eloísa Petti Pinheiro potencializa a relação entre haussmanização e haussmanizações. O sentido que mais se presentifica acerca do conceito é o de contornar as reformas urbanas em Paris entre 1852 e 1870. As intervenções urbanas ali empregadas podem ser vistas também nas gestões anteriores dos prefeitos Claude-Philibert de Rambuteau (1833-1848) e Berger (1848-1853). E mais, mesmo antes do “século XVI, a rua reta e larga já é considerada superior à sinuosa e estreita, na urbanística francesa” (PINHEIRO, 2002, p.67), nos deixando, por fim, com a pergunta – afinal, o que é haussmanização?

Mas, afinal, o que é a haussmannização? Através dos escritos de Haussmann, não se pode chegar a um conceito preciso, uma vez que ele não propõe uma doutrina ou uma teoria de melhorias urbanas. Para F. Choay (1983, p. 166), é o leitor atual de seu trabalho quem busca inferir o método e os princípios gerais por ele assumidos na organização ou reorganização do espaço urbano. É o pesquisador quem busca identificar os elementos componentes. (PINHEIRO, 2002, p.68).

De fato, a partir das contribuições de Salgueiro e Pinheiro, passamos a atentar para este campo de aderências de certos pesquisadores (e da historiografia) regional acerca do campo das influências parisienses na urbanização. Como avaliar este campo de apropriação de modelos se, como salienta Pinheiro, tampouco as reformas de Haussmann foram inéditas e originais? Nem todo mérito das reformas urbanísticas de Paris deve ser atribuído a Haussmann, uma vez que o próprio Napoleão III escreveu na década de 1830 textos em que mencionava os desejos pela transformação da capital mediante construções monumentais. Londres, cidade em que passou parte de seu exílio, foi de grande inspiração para seus escritos. Pinheiro sugere que Londres teria sido modelo para as transformações urbanas da capital parisiense.

Bem, diante deste exposto, seria Londres a origem adequada para o campo das “influências” (condições de possibilidade) para a construção das cidades da região de Ribeirão Preto? Estaríamos adequados referendando, sem maiores preocupações, o campo estratégico do poder central urbanístico francês impositivo do “bota-abaixo” e da construção de uma cidade retilínea e geométrica, ao tomarmos as plantas, os teatros e os demais equipamentos urbanos como marcas da influência haussmaniana? Após leitura dos textos de Salgueiro e Pinheiro, nos parece que não. Será preciso atentar-nos para esta leitura do embate entre a realidade de Ribeirão Preto (e também das outras cidades da região) com o projeto haussmaniano (em sua condição única de tempo-espaço), uma vez que não reconhecemos barricadas ou significativo movimento de classe operária nas trajetórias urbanas que fundaram estas cidades na segunda metade do século XIX.

Acreditamos que este debate sobre o campo das influências recai sobre nossa tese de tal modo a não destruir as marcas de controle e/ou gestão do espaço urbano – estes são modernos e compõe parte da anulação do tempo e espaço, semelhança a outras cidades espalhadas pelo sistema-mundo. Possibilita, porém, flertar com diagnóstico poderoso acerca da historiografia local. Nos parece que a documentação gerada pelo discurso vencedor e que chegou as mãos dos memorialistas e historiadores do século XX e XXI⁶⁹, contribuiu significativamente para construção de um discurso aderente a construção do novo. Ao reconhecer que os periódicos de Ribeirão Preto produziram a imagem de *petit Paris*, *Pays du café*, ou de *Capital D’Oeste*, há uma transformação identitária destes sujeitos e uma ressignificação dos espaços diante de desejos múltiplos, alguns, por exemplos, vinculados a valorização das terras da região e/ou

⁶⁹ Exageros escritos de tantas formas e maneirismos, como o prefeito de Ribeirão Preto, Rodrigues Guião, escreveu no ano de 1923 o “Relatório sobre a situação agrícola, industrial e comercial do 3º Distrito agrônomo do Estado de São Paulo”: “... é o município colosso, na linguagem de todos, é o *rendez-vous* dos estrangeiros porquanto, quem vem a S. Paulo e não vem a Ribeirão Preto, é como quem fosse a Roma e não visse o papa” (GUIÃO, 1923, p.17-20 *apud* FARIA, 2003, p.245).

estratégia de especulação imobiliária. Aliás, a hipótese da especulação imobiliária é fértil, uma vez que desde antes da fundação de muitas destas cidades, a região já era cartografada e vendida nos jornais de São Paulo diante de textos propagandísticos de Lima Barreto e Martinho Prado Jr. Em suma, fiquemos com a insaturação provocada pela dúvida promissora aqui identificada ao passo que assumimos o compromisso (para este caso) prático de Piccinato: “por vezes, interessava bastante pouco como a cidade foi formada; importava, ao invés disso, prever como ela cresceria” (1977 *apud* LERSCH, *et al*, 2017, p.36).

As condições de possibilidade que Ribeirão Preto viveu na transição dos séculos XIX-XX nos leva a considerar a aproximação de elementos do projeto civilizador da capital francesa, ainda que com muitas ressalvas. E, por isso, vale a pena comparar, para além das plantas urbanas e fotografias aéreas das cidades vizinhas, imagens do universo arcaico que insistia em permanecer nestes núcleos - visando perceber, na vivência da cidade democrática moderna o projeto inacabado da modernidade:

Figura 56 - Transporte de madeira para a serraria de Gustavo Vielhaber no centro puxada por uma espécie de carro-de-boi em Ribeirão Preto (1900)



Fonte: O uso desse meio de transporte pelas ruas centrais somente era admitido em determinadas horas do dia. Note-se, em segundo lugar, que nesse trajeto o calçamento é inexistente (provavelmente o carro-de-boi estivesse próximo à entrada da serraria). E, finalmente, o entrecruzamento de aspectos rurais e urbanos, do rústico carro-de-boi com os prédios de arquitetura moderna (acima, entre as duas casas, o prédio da Câmara). Fonte: APHP. Acervo Fotográfico. Foto 49. (*apud* PAZIANI, 2004, p.49).

Figura 57 - Rua da Estação em Franca (1902)



Fonte: Rua da Estação em 1902, sentido Estação-centro. Principal via de acesso entre o Bairro da Estação e o centro da cidade. Batizada em 1907 como Rua Dr. Jorge Tibiriçá e renomeada como Voluntários da Franca em 1936. Apesar da presença dos postes, a iluminação elétrica não foi instalada antes de 1904 (MHMF, foto 1, álbum 3) (*apud* FOLLIS, 2004, p.44).

Figura 58 - Rua Américo Brasiliense em Nuporanga (1905)



Fonte: Podemos visualizar a realidade das partes periféricas da cidade. É possível notar a ausência de asfalto ou calçamento público, falta de iluminação, e cercas de pau a pique delimitando os limites entre as propriedades. Casa da Cultura de Nuporanga (*apud* FIGUEIREDO NETO, 2017, p.58)

Figuras 59 e 60 - Rua do Teatro (1896) e trecho da antiga rua da Quitanda antes da reforma de 1898, em Batatais



Fonte: À esquerda, O convívio de construções coloniais e modernas permanecerá por longo tempo na área central de Batatais (aspecto da rua do Teatro em 1896); à direita, Trecho da antiga rua da Quitanda antes da reforma de 1898 (1896?). Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís” (*apud* PEREIRA, 1998, p.83 e p.114).

Figura 61 – Rua Américo Sales em Jardinópolis (1912)



Fonte: FERREIRA, 2012, p.54.

Os exemplos aqui são inúmeros. As imagens nos ajudam a compreender a regra diante da exceção. E, ao contrário da escolha dos fotógrafos e dos escritores sobre o passado destas cidades (referi-me preferencialmente aos memorialistas), nos parece que a regra é a longa duração do sertão enquanto ambiente rural e arcaico, manifestada nas qualidades construídas

longamente na primeira seção, organizadas na cultura dos entrantes mineiros: economia de subsistência, uso de mão-de-obra escravizada negra, violência cotidiana como forma de resolução das desavenças de ordem da honra e da propriedade, construção do campo religioso amparado no cristianismo de base católica; e o novo, aqui tomado como excepcional, se realiza neste agente transformador e organizador do tempo e do espaço – o moderno. Em outras palavras, cremos que a apresentação da modernidade pela escolha dos teatros, das plantas urbanas e das fotos aéreas possa trazer incômodo aos olhares mais críticos, uma vez que o desejo pela construção de cidades geométricas, racionais e atentas ao controle e a gestão dos novos cidadãos republicanos ao propor melhorias urbanas, na prática, não significou sumir (ainda que tenha significado certa invisibilidade) com a pobreza, com a miséria e com os problemas sociais pretéritos a chegada da ferrovia.

Pelo contrário, o que diagnosticamos é a farsa deste desencaixe de um tempo e espaço em terras cujas assimetrias eram históricas. Caminhar sobre os “dois ou três” quarteirões que envolvem os quadriláteros centrais destes núcleos urbanos pode sugerir algum sucesso urbanístico. As raízes coloniais permanecem. Estão ali, depois da esquina. Estão na poeira dos calçados dos sujeitos que, para flutuar na civilização, passaram pela ruas ainda não processadas pelo calçamento; nos carros de boi ou nos cavalos, que insistem em percorrer os povoamentos, deixando dejetos, contrariando o bom gosto dos novos códigos; nos assassinatos e na violência à plena luz do dia, autorizada pelos coronéis e alimentada pela moral / memória local. Nos gritos dos ambulantes. Nos terreiros de umbanda e presença viva dos orixás.

A civilização, tão marcada nos discursos dos políticos, nos relatórios da Câmara Municipal, nas memórias dos cronistas locais, nas fotos que vingaram e permaneceram ao dias de hoje, são manifestações de desejo pelo “não ser” o que se era (e ainda o é), uma região em que a identidade é a violência e o medo de voltar ao estado de guerra anterior. Assim, a presença incontestável da ruralidade está no horizonte de cada imagem, na lembrança de que o “urbano” real que se manifesta nesta fronteira da franja pioneira é apenas arquipélago malogrado e malsucedido (Habermas) desta experiência vital (Berman), de um tempo/espaço outro (Giddens) no oceano de plantações de café articulados ao capitalismo mundial (Wallerstein).

O controle racional do tempo e do espaço já foi comentado diante da experiência moderna e da trajetória do uso da razão especialmente nos últimos cinco séculos. As cidades adjacentes a Ribeirão Preto foram se organizando diante de modelos de racionalidade técnica instrumental, porém, a partir de suas realidades históricas. É coerente ao modelo wallersteiniano compreendermos que a realidade que sucedeu ao planejamento, materializada na construção da cidade e do traçado urbano, resulta de forma diretamente proporcional a localização de cada

núcleo no circuito do sistema-mundo, ou seja, a excelência da aderência e da execução dos modelos estrangeiros dependeu da posição em que cada cidade se localizou na cadeia centro, semiperiferia e periferia.

As cidades como Ribeirão Preto, Franca e Batatais foram, neste sentido, menos periféricas que Jardinópolis, Brodowski, Nuporanga e Orlândia, por exemplo. E, ao observarmos as demais imagens da materialização da modernidade como civilização urbana e teatral, notoriamente perceberemos Ribeirão Preto como articuladora de posição central, enquanto o capital enfrentou, na fronteira, a interiorização das fazendas de café e da ferrovia.

3.4 – A pedagogia do urbano e a construção da normalidade

Esta subseção dará continuidade a investida sobre a modernidade e as transformações urbanas nas cidades do interior paulista. Teremos, com maior esforço, compreender como a “cidade se tornou escola”, espaço de uma certa “pedagogia do urbano” para construção de um certo normal, correto e moral, diante do contexto.

Alessandra Strassa, em recente tese de doutoramento, escreve sobre estas mudanças:

“No domínio brasileiro, tal processo teve como objetivo preparar as cidades espacialmente para sua inserção no sistema capitalista internacional de então. As vilas e cidades precisavam elevar o padrão construtivo das edificações; resolver questões como: a insalubridade; a precariedade ou ausência de serviços de abastecimento de água, luz e esgoto; a deficiência dos meios de comunicação; eram apontados como fatores que não acrescentavam valor à imagem da cidade e prejudicavam o desenvolvimento das economias, pois afastariam possíveis investidores estrangeiros e a própria produtividade da sociedade como um todo. A solução para esses problemas surgiu através de um discurso traçado por propostas de tornar o meio urbano salubre; melhorar os sistemas de circulação, para dar maior suporte às atividades econômicas, e valorizar a imagem da cidade dotando-a de monumentalidade, através das chamadas obras de “embelezamento”, de fortes interpelações dos pensamentos urbanísticos internacionais que refletiram nas mudanças brasileiras das cidades. O processo de urbanização brasileiro já tem sido debatido por uma farta gama de estudiosos e autores” (STRASSA, 2021, p.46 47).

A ruralidade destes núcleos interioranos, tão presente antes e durante o processo de urbanização, foi fortemente atacada pelos articuladores do poder político. Em cada uma destas cidades, o aumento populacional e a valorização das terras resultaram na demanda de novos e essenciais serviços urbanos. Secos e molhados, casas comerciais de toda sorte, alfaiates, matadouro municipal, enfim, práticas que complexizaram a vida urbana e transformavam o

tempo e o espaço desta região de Ribeirão Preto diante daquilo que a ferrovia e circuito cafeeiro possibilitava.

Seguindo cronologicamente a rota da ferrovia Mogiana, observamos estas melhorias urbanas a princípio na cidade de Ribeirão Preto. Em 1880, como já foi citado, a localidade “não passava de uma pequena vila com poucos indícios de evolução em sua malha urbana, na media em que era definido o traçado das ruas e o tabuleiro de xadrez da zona central” (PAZIANI, 2004, p.21).

Em 1892, o coronel Artur Diederichsen, então presidente da Câmara Municipal, recebeu a visita do engenheiro civil Arthur Pro Deschamps Montmorency, vindo de São Paulo para contribuir com as mudanças necessárias e urgentes, como consta no documento “Proposta para execução de obras em 1892”:

O abaixo assinado Engenheiro Civil, residente na cidade de São Paulo, tendo ciência que essa Intendência deseja fazer serviços de melhoramento nesta cidade, tais como abastecimento d'água e esgotos, como se vê em editoriais publicados na cidade de São Paulo, além dos calçamentos das ruas, o que é de grande necessidade (Proposta para execução de obras em 1892. APHRP. *apud* PAZIANI, 2004, p.52).

Aquilo que está sendo proferido na Câmara não destoa do encontrado nos jornais. O periódico Diário da Manhã, em 1907 revelava descontentamento com a insistente pobreza arquitetônica de Ribeirão Preto:

Por entre as belas que já se destacam do conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se, às vezes, aqui e ali, como manchas encardidas de cousas velhas e arcaicas, algumas casinhas a enfeiam o bello panorama. Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais? As vezes entre cosas de bonita arquitetura, pintadas de novo, numa limpeza de encantar, o olhar do curioso sente-se de repente ferido pela ruína nauseante de um casebre sujo, sem coliza pelas paredes, sem tinta pelas portaladas denotando na geringonça desarticulada de suas juntas um espécie de andaime perigoso amarrado aos flancos dos bons prédios. É preciso uma reforma nesse sentido, reforma que renderá não só benefícios da estética, mas também da Hygiene. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, quinta-feira, 06 de junho de 1907).

A pressão dos jornais e dos discursos dos vereadores na Câmara fez efeito. As ações em prol do ajardinamento urbano datam da 1902, a instalação da primeira rede de água em 1898 e de esgotos em 1900, iluminação pública elétrica apenas em 1899, a construção do primeiro Matadouro em 1892. A construção de espaços de lazer compete na cronologia dos interesses da

sociedade local, já que o teatro Carlos Gomes estava pronto em 1897, antes da rede de água e apenas dois anos antes da iluminação elétrica (PAZIANI, 2013, p.08).

Figura 62 – Casa de Câmara e Cadeia em Ribeirão Preto, início da década de 1910



Fonte: APHRP.

Figura 63 - O Mercado Municipal de Ribeirão Preto, construído em 1902



Fonte: CAGNO, Carmem. Memória fotográfica de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal/Secretaria da Cultura, 1985, p. 35 (*apud* PAZIANI, 2004, p.56).

Figura 64 – A esquerda, o Palacete Innechi e a direita a Sociedade Recreativa de Esportes de Ribeirão Preto, 1930



Fonte: APHRP.

Atentemos para o caso de Batatais. O memorialista Jean de Frans (pseudônimo de José Augusto Fernandes), relata que a cidade ainda carecia de muitas intervenções:

Cidade mal iluminada, nas noites sem luar, por escassos lampeões de luz bruxuleante. As vias publicas limitavam-se a cinco largos e poucas ruas: o centro, o coração da cidade, era o largo da Matriz, amplo rectangular, tendo no centro, fazendo frente para a entrada da povoação, a igreja deselegante e chata, com duas torres esguias, rodeada de coqueiros e com enormes cruzeiros na frente e nos fundos; ...

Não havia canalisação d'agua, nem mesmo aquelles pequenos regatos que a Municipalidade fizera em outros tempos serpear pelos quintaes, com os seus "anneis" e as suas "bicas", precursores das pennas d'agua e das torneiras: era o poço, ou melhor, a cisterna, profunda, com o caixão, o sarilho e o enorme balde. Sargeteadas, somente a rua do Commercio, na parte entre o largo e a rua do Theatro, esta num pequeno trecho e a Municipal, até o corrego. O passeio, quando havia, era de pedras brutas, mal ajustadas. As praças apresentavam um labyrintho de "trilhos", cruzando o grammado immenso, ... (FERNANDES, José Augusto. Bom Jesus da Cana Verde: Batataes de Outr'Ora, p.130-1 *apud* PEREIRA, 1998, p.113).

Era geral o desejo por diversos fatores: a iluminação pública, controle e gestão das vias, canalização da água, limpeza e preocupação com as questões sanitárias. O discurso de

Washington Luís, intendente municipal na cidade de Batatais em 1899, revela preocupação com este mundo além-café:

A hygiene municipal deve tambem preoccupar seriamente os poderes municipaes.

Si até esta dacta pela sua posição topographica - 860 metros acima do nível do mar, sem montanhas, lavadas continuamente pelos ventos reinantes com edificação esparsa - Batataes tem gozado de immuidade contra a febre desoladora de populações florescentes não continuará assim por causa da agglomeração da população, e portanto deve a Camara pensar nos meios de defesa contra o mal que até agora tem respeitado as fronteiras d'esta cidade. (RELATÓRIO do Intendente Municipal apresentado à Câmara Municipal de Batataes em 1.º de janeiro de 1899 *apud* PEREIRA, 1998, p.81).

A datar as reformas urbanas em Batatais após a chegada do tronco ferroviário em 1886, observamos: a construção da Cadeia Pública em 1888, a canalização de água do córrego do Capão em 1894, a construção do Matadouro em 1898, inauguração do Mercado Municipal em 1899, a instalação da iluminação pública elétrica em 1904.

Figura 65 - Trecho antigo da rua Barão de Cotegipe, atual Leandro Cavalcanti, em Batatais, 1915



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís” (*apud* PEREIRA, 1998, p.204).

Figura 66 – Mercado Municipal de Batatais, 1900



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís” (*apud* PEREIRA, 1998, p.220).

Figura 67 - Prédio da antiga Cadeia de Batatais, 1891



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Dr. Washington Luís” (*apud* PEREIRA, 1998, p.221).

Em Franca, a ferrovia chegou em 1887, um ano após o exemplo de Batatais. Ainda que a ferrovia não tocasse diretamente na cidade, o periódico *O NONO DISTRICTO* já apontava em 1882 a necessidade de implementar ações de melhorias da urbe: “a cidade de Franca está material como intelectualmente atrasadíssima. Não tem mercado, não tem matadouro, não tem chafarizes, não tem largos arborizados, não tem ruas, calçadas, não tem nada. (O Nono Distrito, 22.4.1882, p.1 *apud* FOLLIS, 2004, p.33). Outro periódico, o *Tribuna de Franca*, em 1900 fazia advertência sobre a febre amarela: "Ella, já veio até São Simão, por isso, quando a barba do visinho arde... É melhor prevenir que arremediar!" (15 de dez. 1900, p.2 *apud* FOLLIS, 2004, p.67).

No mesmo ano em que o *Diário da Manhã* demandava as melhorias urbanas e a demolição das edificações destoantes da “architettura moderna” (1907), o jornal *Tribuna de Franca* elogiava as transformações urbanas em localidade próxima:

Actualmente preocupa o espirito de todos os povos o aperfeiçoamento de suas cidades e o desejo ardente que nutrem de dar às mesmas, a par da belleza architectonica todas as condições hygienicas, com o fim de tornal-as o quanto possivel salubres, isentas dos assaltos de terríveis epidemias.

Esse ardor, digno de incondicionaes elogios, que tem por escopo o bem estar geral das diversas classes sociaes, tem, felizmente, despertado em nosso pais o mais serio interesse, a mais viva manifestação de apoio traduzidos nesses gigantescos melhoramentos porque têm passado todas as capitaes dos Estados e, notoriamente, a Capital Federal que, graças aos esforços de alguns homens do passado governo da Republica se tornou, no curto espaço de quatro annos, a mais notavel cidade da America do Sul.

Sim, ahi está Ribeirão Preto ... é hoje uma das melhores e das mais admiradas cidades do Brasil.

Com um exemplo tão palpitante tão cheio de verdade e de seducção, deveria a nossa cidade ter acompanhado a sua co-irmã, já não diremos em todo o seu deslumbrante caminhar, mas ao menos nas ostentações progressistas de mais facil realização (A TRIBUNA, 21 de abr. de 1907, p.1, *apud* FOLLIS, 2004, p.38).

Aqui vale ressaltar a relação que Franca estabelece com Ribeirão Preto a luz da teoria do sistema-mundo. Estas transformações modernas se organizam diante da realidade do capital, diante das condições de possibilidades que cada cidade viveu, dado sua posição em relação a cadeia mercantil.

Se Ribeirão Preto ocupou posição central na região, logo, Franca buscou (por meio de seus periódicos) compor uma diplomática e propositiva comparação com a capital do café, cultivando a possibilidade de estar mais próxima da elétrica força deste circuito moderno em movimento. Follis confirma esta condição secundária francana:

Considerando que Franca, ao contrário das grandes cidades, não sofreu a intervenção de nenhum plano de remodelação urbana, a modernização da cidade se processou de forma gradativa, fruto da ação contínua da Câmara e prefeitura que, por meio da confecção e aplicação das leis municipais, aos poucos foram transformando a antiga vila do século XIX, marcada por uma feição ainda colonial, em uma cidade de características tipicamente modernas (2004, p.38).

Em Franca, a prefeitura encampou o encanamento da nascente Nicácio em 1902. As ligações dos prédios à rede de esgoto foram concretizadas em 1913, a instalação de uma rede de iluminação elétrica em 1904 e a construção de um mercado municipal em 1896. Porém, Follis destaca que estas mudanças custavam muito caro para os cofres públicos e sua efetivação questionável, dada a qualidade do serviço não ser o que se esperava (2004, p.131). Por isso, ao cabo, apenas após a década de 1920 a cidade de Franca passou a modernizar-se significativamente:

Em 1922, na tentativa de acelerar a modernização da cidade, a Câmara aprovou um projeto que propunha a implementação de diversos melhoramentos urbanos. Esse plano, apresentado pelo então prefeito major Torquato Caleiro, previa a colocação de hidrômetros nas residências para prevenir o desperdício de água, o aumento da rede de esgoto no Bairro da Estação, que possuía esse serviço apenas na Rua Dr. Jorge Tibiriçá, a reforma e ampliação do jardim da Praça N. S. da Conceição, o calçamento do trecho do centro localizado entre as ruas Major Claudiano, Comércio, Saldanha Marinho e General Carneiro, o ensarjetamento e encascalhamento de outras ruas, a demolição do Teatro Santa Clara e a edificação de um novo teatro, a construção de um outro cemitério, além da instalação de água encanada nos distritos de Cristais, Restinga e São José da Bela Vista (ACM-Ata da Câmara Municipal de Franca, 30.12.1922, p.202-3; Tribuna da Franca, 14.1.1923, p.1 *apud* FOLLIS, 2004, p.39).

Eis aqui uma questão particular de Franca e de como em suas potencialidades, porém, condições de possibilidades, pode vivenciar o desejo e a limitação do projeto inacabado da modernidade.

Figura 68 – Figura – Cadeia Pública, Franca (1913)



Fonte: Arquivo CEMUNC/UNESP

Figura 69 - Mercado Municipal em Franca (anos 1920)



Fonte: MHMF, foto 1, álbum 4 (*apud* FOLLIS, 2004, p.81).

Figura 70 – Vista da Rua Major Claudiano, esquina com a Rua Voluntários da Franca, centro de Franca (início da década de 1930)



Fonte: MHMF, foto 8, álbum 13 (*apud* FOLLIS, 2012, p.66).

Figura 71 – Praça Nossa Senhora da Conceição em Franca (1909)



Fonte: Disponível em: <http://www.francasite.com/museu.php?codigo=3#categoria-12>. Acesso em: 19 jul. 2022.

A observação destas três realidades (Ribeirão Preto, Batatais e Franca) nos leva a contornar as condições de possibilidade de cada núcleo diante da posição no sistema-mundo. O volume de pesquisas sobre as cidades também evidencia o privilégio de Ribeirão Preto sobre as demais. Em Batatais, o desejo pela construção de um teatro parte da necessidade de não perder a oportunidade de trazer as peças e apresentações na cidade de Ribeirão Preto (DUTRA, 1993) e, como vimos, em Franca, a mídia local se espelhava no sucesso das transformações urbanas da mesma cidade (FOLLIS, 2004).

São Simão, cidade que recebeu os trilhos da Ferrovia Mogiana em 1882, já demonstrava estar diante da expansão da franja pioneira com o avanço populacional de destaque. Se em 1882 a população era de 3.507 habitantes, a cidade possuía telégrafo ferroviário e o primeiro jornal da região – “o Tamanduá” (ROCHA; ZAUITH, 2013, p.215). Houve, porém, em sua trajetória, três surtos de febre amarela que dizimaram a população local e impediram o desenvolvimento da cidade.

Em 1886 a primeira epidemia levou a óbito um quinto da população urbana de São Simão. O Museu local – MHS (Museu Histórico Simonense Alaur da Mata), registra em sua página na internet um texto com tintas impactantes para descrever o contexto:

A população urbana (a maior parte vivia na zona rural) de São Simão era de 4.000 pessoas. Morreram aproximadamente 800 pessoas na cidade. Dos sobreviventes, boa parte abandonou a localidade fugindo para outras localidades da região onde eram mal recebidos em virtude do medo de contaminação. O Jornal “O Estado de São Paulo” em edição de 8 de maio de 1.897 informou que São Simão nesta época ficou com 2.500 pessoas. As ruas ficaram desertas. As casas abandonadas. Os inspetores sanitários pediram para que ninguém voltasse por algum tempo, conselho este que foi seguido à risca e de forma exagerada. As famílias que abandonaram a cidade passaram a viver em Nhumirim (vila próxima a Sta. Rosa de Viterbo), Ribeirão Preto, Cravinhos, Cajuru, Icatarama (Sta. Rosa de Viterbo). (MHS. Disponível em: <http://museusimonense.com.br/as-epidemias-em-sao-simao/>, acesso em: 30 jul. 2022).

O pesquisador Carlo Monti (2011) confirma as informações. Uma segunda epidemia em 1898 fez com que a Câmara Municipal fosse transferida para um local três quilômetros distante do centro urbano. Ainda que considerada branda, ela fortaleceu o medo regional acerca da localidade. Por fim, em 1902, o terceiro surto finaliza uma triste história sanitária local e representa o medo que diversas cidades possuíam naquele momento.

Bonduki comenta que a cidade de São Paulo vivia em 1886 sua primeira crise habitacional, dado o crescimento demográfico e a presença de cortiços – elementos que culminaram em crises sanitárias significativas (1998). Giovana Mastromauro compreende que

“Emanações nocivas, pântanos, insalubridade, ar insalubre, mortífero, infectato, decomposições de matérias vegetais e animais” compunham o cenário que contornaram “os temidos miasmas mortíferos” (2010, p.45), por isso, era parte da gestão dos espaços públicos nas capitais mundiais e, por conseguinte, nas cidades brasileiras, o medo de viver as consequências das novas pestes urbanas.

O que São Simão viveu em fatalidade, as cidades da região também viveram em menor grau e em temerosa expectativa de repetição da tragédia. Não à toa, como parte dos melhoramentos urbanos, era necessário que a construção de matadouros públicos, hospitais lazaretos e outras equipamentos que envolvessem “contaminação”, “doenças” e outras formas de repugnância, fossem localizados longe da região central.

Figura 72 – Hospital de isolamento Lazareto (1910)



Fonte: (COSTA, 2016, p.82)

Figura 73 – Santa Casa de Misericórdia em Sertãozinho (1904)



Fonte: Disponível em: https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-do-municipio/#galeria_0-12. Acesso em 19 jul. 2022.

Percebemos, principalmente nas laterais da imagem referente ao Hospital Lazareto em Ribeirão Preto, a ausência de equipamentos ou elementos urbanos (ruas, casas, postes de luz e energia elétrica, praças, etc.). A charrete indicia a necessidade de uso de transporte, portanto, de significativa distância do núcleo urbano.

Por isso, as cidades se organizam na grelha da racionalidade que nos recorda o formato de um tabuleiro de xadrez, porém, potencializado no controle de um centro urbanizado e uma periferia poeirenta, somada a cartografia dos excluídos pobres e dos equipamentos indesejados. Se, para Habermas, a modernidade é um projeto incompleto, não nos parece ser aleatório ou movido pela sorte.

E as demais cidades da região? Um dos desafios de cartografar a interiorização dos processos de educação foi tentar encontrar as imagens de modernidade das cidades menores da região. É preciso reconhecer que muitos destes municípios que hoje figuram com centros urbanos com 100.000 mil pessoas ou mais sequer existiam para o Estado na década de 1880 e o atravessar da ferrovia Mogiana. Se retomarmos o quadro 8 – “Povoamento das cidades da região do Oeste Paulista e arredores (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)” e filtrarmos apenas para as cidades que correspondem a região pesquisada, perceberemos a seguinte relação de cidade e de população:

Quadro 9 – Povoamento das cidades da região nordeste da Província de São Paulo Paulista (1827, 1838, 1854, 1872 e 1886)

	1827	1838	1854	1872	1886
Municípios localizados na região nordeste da Província de São Paulo					
Batatais	-	-	3.682	11.255	19.915
Cajuru		-	-	7.603	6.497
Franca (Franca do Imperador)	2.394	10.664	2.964	21.419	10.040
Igarapava	-	-	-	-	7.638
Ituverava	-	-	-	-	4.585
Jaboticabal	-	-	-	7.898	26.224
Patrocínio Paulista	-	-	-	-	2.248
Ribeirão Preto	-	-		5.552	10.420
São Simão	-	-	-	3.507	6.367
Total	2.394	10.664	6.646	57.234	94.934

Fonte: Os dados para elaboração foram extraídos da seguinte documentação: a estatística da imperial Província de São Paulo de José Antônio Teixeira Cabral (1827), o censo de Daniel Pedro Müller (1838) e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi. É importante ressaltar que o novo desenho leva em conta a visualização das cidades a partir dos caminhos destacados e não necessariamente sua localização ou aproximação original das regiões citadas. *(sic).

A partir da observação dos censos, em 1886 as cidades de Batatais, Cajuru, Franca, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Patrocínio Paulista, Ribeirão Preto e São Simão possuíam, juntas, 94.934 habitantes. sendo que, a maioria ainda estava concentrada nos municípios de Jaboticabal e Batatais. Jaboticabal, apesar de estar no grupo das cidades que compõe a região, estava articulada a ferrovia Paulista desde 1893, criando relação com núcleos urbanos diferentes e não necessariamente com aqueles do polo da ferrovia Mogiana.

Como vimos, é na virada para o século XX que esta realidade mudou, resultando na transformação de Ribeirão Preto como cidade central neste circuito.

Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiúva, Tambaú, e Taquaral foram fundadas em contexto posterior, vivenciando o desdobramento das experiências modernas diante das posição periféricas da periferia do sistema-mundo.

O que não aventar a não experiência moderna ou uma experiência moderna pela metade, mas vivenciar na exclusão e na marginalidade, perversões provenientes da incompletude do projeto moderno. Se Paris é malsucedida (Habermas), ela é também “cidade-luz”. O fluxo de

capitais que o imperialismo europeu direciona para as maravilhas da urbanização haussmaniana partem de uma sistema-mundo que retira capital das áreas periféricas e o movimenta ao centro do circuito, espaço em que se espera a sua reprodução em velocidade mais rápida. Assim, no território do nordeste de São Paulo, as estas regiões periféricas alimentam as cidades centrais (Ribeirão Preto), dando-lhe força vital para as transformações urbanas mais “próximas” de um certo modelo estrangeiro. O desencaixe tempo-espaço (Giddens) e a destruição do passado colonial (Berman) ocorre diante da força com que cada núcleo urbano alimenta o sistema.

Exemplos desta retroalimentação de serviços dentro da região de Ribeirão Preto são vários. A Câmara Municipal de Sertãozinho descreve a utilização dos serviços da empresa Força e Luz de Ribeirão Preto em 1913 para implementação de energia elétrica em suas ruas (GARCES, 1913, p.11); já em 1921 foi a vez de Orlândia solicitar o trabalho da mesma empresa, para fins de abastecimento de água. Entretanto, por vezes, as relações perpassavam prestadores de serviço da capital, como é de 1920, quando a Câmara Municipal de Orlândia contratou a firma Masucci, Petrarco & Nicoli “para o emplacamento das ruas, praças e prédios da cidade” (PEREIRA, 2005, p.119).

Como apontamos anteriormente, a região se constituiu em riqueza composta pela soma de economias dos envolvidos no circuito, a maioria delas pobres, outras modestas, e, como citou Tosi e Faleiros, “sendo a única relativamente *rica* no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto” (TOSI; FALEIROS, 2011, p.430). A intenção desta subsção é de demonstrar como as desigualdades econômicas possibilitaram desigualdades estruturais, organizando as cidades da região de Ribeirão Preto de maneira a gozar as “benesses” da modernidade em tempos e hierarquia diferentes.

O quatro a seguir revela a cronologia de alguns melhoramentos urbanos de algumas das cidades citadas até aqui.

Quadro 10 – Comparativo das iniciativas de transformações urbanas entre São Simão, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jardinópolis, Sertãozinho e Orlandia.

	São Simão	Rib. Preto	Batatais	Franca	Jabotic.	Jardin.	Orlândia	Sertãozinho
<i>Chegada da ferrovia</i>	1882	1883	1886	1887	1893 (*****)	1899	1901	1904
<i>Ajardinamento</i>		1902	1886 (***)		1905	1904	1914	
<i>Iluminação elétrica</i>		1899	1904	1904	1910	1911	1907	1912(?)
<i>Água encanada</i>		1898	1894	1902	1911	1911	1908	1903
<i>Sistema de Esgoto</i>		1900	1911	1913	1911			
<i>Matadouro</i>		1892	1898	1898 (*)			1910	1903
<i>Mercado municipal</i>		1902	1899	1896				
<i>Teatro (Cine-Teatro)</i>	1890	1897	1890 / 1911 (****)	1874/19 24 (**)	1929	1912	1911/ 1915	
<i>Cadeia pública</i>		1888	1888					
<i>Hospital</i>		1897	1905			1903	1920	1903

Observações: (*) Lei criada em 1898 que exigia que os animais fossem mortos no Matadouro Municipal. Logo, subentende-se que existia um em 1898. (**) Antigo Santa Clara (1874), novo em 1924. (***) Em virtude da visita do Imperador D. Pedro II a região em 1886, já há evidências de exercícios de embelezamento da cidade de Batatais para acolher os olhos do monarca. (****) A cidade de Jaboticabal recebeu os trilhos da Ferrovia Paulista em 1893. (****) Havia na década de 1890 o Teatro municipal, porém com estrutura pouco atraente a elite local, dado o fato de não trazer as peças de Ribeirão Preto. Apenas em 1911 o Santa Clara se tornou este espaço comemorado pela cidade.

Fonte: PAZIANI, 2004; MELLO, 2009; FELLIPINI, 2016; PEREIRA, 1998; DUTRA, 1993; GARCIA, 2008; FERREIRA, 2012; CHIAVENATO, 2006.

Este quadro nos permite perceber, da esquerda para a direita, algumas cidades da região de Ribeirão Preto inseridas diante da cronologia da chegada da Ferrovia e da instalação das estações em cada um destes núcleos. Se em 1882 as estradas de ferro da Mogiana chegaram em São Simão e posteriormente acompanharam a franja pioneira tocando os demais municípios, fica também evidente que o avanço da materialidade urbana acompanha esta cronologia.

O pujante crescimento populacional e urbano de Ribeirão Preto não é modelo direto para nenhuma das cidades, porém, há o desejo de espelhar-se no campo das materialidades “vitoriosas” da *petit Paris*, dado o desejo pela construção da cidade moderna civilizada. Alguns dados não inseridos no quadro não significam ausência, necessariamente, destes equipamentos urbanos, mas nossa (bem) possível incompetência em encontrar tais materialidades na documentação e nas pesquisas. Cita-se ainda a possibilidade de, realmente, pensarmos nas lacunas como ausências, reafirmando as posições periféricas na economia do café.

Pois bem. Os dados reforçam a tese de um esforço das Câmaras Municipais e da sociedade (por meio dos periódicos) em realizar as mudanças de acordo com o ideal de higiene e sanitismo, ou seja, reafirma a postura de grande parte dos historiadores na avaliação do contexto. Indicam também uma média curiosa na relação entre a chegada da ferrovia e a implementação destas melhorias urbanas. Por exemplo, em Ribeirão Preto, o Matadouro e o Teatro Carlos Gomes aparecem antes mesmos da instalação da rede de água e esgoto, tal como da luz elétrica, situação que volta a aparecer, de certa forma, em Franca e Batatais.

Nas demais cidades a ordem das atividades não necessariamente se repete. Enquanto todos os exemplos reiteram a ordem “instalação da ferrovia” – “melhoramentos urbanos”, Sertãozinho fugiu a regra, pois principiou as reformas da rede de abastecimento de água um ano antes da chegada dos trilhos. A aproximação e as relações de dependência com Ribeirão Preto respondem, em parte, a motivação da exceção – de certa maneira, os trilhos estavam “ali”. Estas histórias locais com suas diferenças e semelhanças potencializam a noção de Salgueiro sobre as condições de possibilidade distintas para a vivência da modernidade, ainda que diante da repetição dos valores, discursos e instalação dos “mesmos equipamentos urbanos”.

Deixaremos para o próximo capítulo a percepção espacial dos grupos escolares, dado sua importância para nossa tese. Sua ausência neste quadro não desqualifica a sua legitimidade como templos de civilização, mas nos exige uma capacidade para aguardar a discussão da próxima seção visando trazer à tona a problemática que envolve estes espaços.

Antes de avançarmos para a interiorização dos grupos escolares, observaremos também outra característica que compõe as mudanças urbanas e que pouco esteve presente na historiografia destas cidades – uma reflexão acerca dos nomes dos logradouros públicos. A mudança destes nomes originais indicia nova forma de estabelecer relação com o espaço público.

Michel Foucault salienta que, ao nomear a realidade, os homens passam a controlar os sentidos e efeitos de verdade. O acontecimento, a verdade que o fato carrega no social, depende da forma, da interação, das práticas e da relação que os sujeitos têm entre si, articulados ao sistema político, econômico, social, cultural e religioso (2005; 2006).

Diante desta condição de saber-poder em que o real se organiza, podemos somar com as contribuições de Lewis Mumford, dado a sua impressão da condição sobre a cidade na História. Para o historiador, a cidade tem, entre as suas funções, a de imã. Durante o período antigo, servia como um recipiente fechado, concentrando as agentes sociais e lhes dando campo circunscrito de promoção de interações, porém, ela também emanava certa energia de sedução de elementos externos, atraindo pessoas e instituições que a alimentavam. No limite, o que

Mumford propõe é que “a capacidade de transmitir em formas simbólicas e modelos humanos uma porção representativa de uma cultura é a grande marca da cidade...” (MUMFORD, 1965, p.128) – escrito de outra forma influenciados pela perspectiva foucaultiana – a cidade possui grande potencialidade de organizar a vida humana coletiva, trazendo para si a proteção e a sobrevivência do grupo, diante de sua capacidade de tornar os discursos de sua materialidade o próprio saber-poder que organiza o realidade política, econômica, social, cultural e religiosa.

Assim, ao pensarmos a presença de alguns nomes do centro de Ribeirão Preto podemos inferir que as travessas “da Alegria” ou “das Flores”, continham relações direta com o cotidiano da localidade, anterior a chegada da linha do trem e das construções modernas, como os teatros já vistos. O historiador Leonardo Andreucci (2021) estabeleceu comparação importante entre a planta urbana da cidade de 1874 e outra de 1932, momento mais avançado que a citada na figura 45.

TABELA 8 – Tabela comparativa das denominações dos logradouros de Ribeirão Preto (1874-1932)

PLANTA 1874	PLANTA 1932
Rua da Boa Esperança	Rua Visconde do Rio Branco
Rua Nossa Senhora das Dores	Rua Mariana Junqueira
Rua 4 de Julho	Rua Duque de Caxias
Rua do Bonfim	Rua General Osório
Travessa do Botafogo	Rua Saldanha Marinho
Travessa da Alegria	Rua Amador Bueno
Travessa Boa Vista	Rua Álvares Cabral
Travessa das Flores	Rua Tibiriçá
Travessa Nossa Senhora das Dores	Rua Visconde de Inhaúma
Travessa das Lages	Rua Barão do Amazonas
Largo da Matriz	Praça XV de Novembro
Largo das Dores	Praça Tiradentes

Fonte: (ANDREUCCI, 2021, p.29).

A nascente urbe de Ribeirão Preto demonstrava pelas nomenclaturas antigas certo apreço pela expressão religiosa (de marcas católicas) com rememoração ao passado colonial. “Boa Esperança”, “Nossa Senhora das Dores”, “Bonfim”, “Alegria”, “Boa Vista”, “das Flores” e “da Matriz” são exemplos disso. Enquanto a planta de 1874 revela logradouros públicos

articulados a uma memória urbana colonial, as plantas de 1900 e 1932 revelam alterações substanciais aos novos paradigmas em andamento.

Os nomes revelam certa valorização histórica. Visconde do Rio Branco (1819-1880), baiano, ministro da Marinha em 1853 e diplomata do império (DORATIOTO, 2013); Visconde de Inhaúma (1808-1869), português, militar, político e monarquista do século XIX, participou das principais lutas armadas defendendo os interesses do Império brasileiro, como a Revolta dos Farrapos, Revolução Praieira e a Guerra do Paraguai (GARCIA, 2012). Duque de Caxias (1803-1880), carioca, militar e político, foi um dos principais expoentes no Exército brasileiro na Revolta Balaiada, na Guerra de Farrapos e na Guerra do Paraguai, assim como General Osório (1808-1879), gaúcho, marechal do exército, político e uma das lideranças nacionais na Guerra do Paraguai (SOUZA, 2009). Barão do Amazonas (1804-1882), português, ícone da Marinha brasileira, esteve igualmente na Revolta dos Farrapos e na Guerra do Paraguai lutando a favor do Império.

A organização aqui é bem evidente – todos foram homens brancos, independente se nascidos portugueses ou brasileiros, todos lutaram pela Marinha ou pelo Exército na segunda metade do século XIX, contexto em que a unidade nacional fora consagrada tanto pela Guerra do Paraguai (1864-1870) como pela Proclamação da República (1889). Esta primeira informação é importante. Segundo Monique Santos Reis Cerqueira é na Guerra do Paraguai que o Brasil experimenta a “primeira identificação com o nacional visto que, até eclodir o conflito, o único sentimento partilhado pelo povo era a aversão ao português e o pertencimento local.” (2020, p.2), o que nos leva a considerar que a escolha pelos nomes destes sujeitos sugere o movimento do poder público municipal na aderência ao novo discurso republicano da identidade nacional por meio do movimento laudatório de imortalizar os mais “frescos mártires” da Marinha e do Exército.

Ribeirão Preto não foi muito diferente de outras cidades da região, aliás, do Brasil. Uma pesquisa rápida na internet que busque outras cidades brasileiras com os mesmos nomes em seus logradouros públicos nos oferece um conjunto consideravelmente de repetições. A guisa de exemplo, consideremos o caso de General Osório. A busca nos levou a perceber que:

Com a denominação de General Osório existem praças, avenidas, ruas e travessas nas cidades de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, Blumenau em Santa Catarina; Manaus no Amazonas; em Macapá no Amapá; em Candeias, Feira de Santana, Paulo Afonso, Salvador e Teixeira de Freitas na Bahia; Fortaleza no Ceará; Cariacica, Colatina, São Mateus, Vila Velha e na Capital Vitória no Estado do Espírito Santo; Anápolis, Goiânia, Itumbiara, Itajaí e Rio Verde em Goiás; em São Luiz Capital do Maranhão; em Barbacena, Belo Horizonte,

Patos de Minas, Sete Lagoas, São João Del Rei, Uberaba e Uberlândia em Minas Gerais; em Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul; em Cuiabá em Mato Grosso; em Ananindeua no Pará; em João Pessoa e Santa Rita na Paraíba; em Caruaru e Recife em Pernambuco; em Teresina no Piauí; em Apucarana, Cascavel, Castro, Curitiba e Francisco Beltrão no Paraná; em Sorocaba, em São João da Boa Vista e na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo. Novo Hamburgo e Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Em Chapecó, Santa Catarina, uma das principais avenidas da cidade recebe o nome de Avenida General Osório.

Em várias cidades brasileiras também há diversos logradouros chamados Marquês do Herval. Na capital do Estado do Pará, Belém, por exemplo, a avenida localiza-se na região central da cidade e abrange os bairros da Pedreira e Fátima. Já em Campina Grande, a rua é uma das mais importantes do centro comercial, fazendo cruzamento com a avenida Floriano Peixoto, a principal da cidade. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Lu%C3%ADs_Os%C3%B3rio. Acesso em: 17 jul. 2022).

Em outras palavras, o jogo com a política nacional e os interesses locais demonstravam que a cidade já demonstrava atentar-se as mudanças republicanas diante de seus novos escolhidos. O mundo arcaico se desfazia no ar, deixando a memória destes nomes caipiras esquecidos, invisíveis no silêncio. Em Barretos, a situação era semelhante:

Finalmente, há de se ressaltar a maneira como os membros das elites políticas se apoderaram da memória gestada em torno do espaço urbano. Nota-se que as denominações das primeiras ruas de Barretos eram prosaicas, caso das vias que indicavam os caminhos para as localidades vizinhas (Rio Preto e Bebedouro), santo de devoção (São Sebastião) ou que diziam respeito aos próprios moradores (dos Italianos). Após a instauração da República, decidiu o poder público local atribuir nova denominação às vias, optando-se por homenagear personalidades (Jorge Tibiriçá, Benjamim Constant, etc), datas (15 de Novembro, 13 de Maio, etc) e outros léxicos que diziam respeito a este novo regime político (República, Tiradentes, entre outros). Nos primeiros anos do século XX, entretanto, numa clara demonstração da falência da res pública, passou-se a nomear as vias com o nome das lideranças locais ainda vivas e atuantes do PRP: coronel Almeida Pinto, coronel. Antônio Marcolino e coronel Silvestre de Lima. (2009, p.335).

O que nos chama a atenção na escolha destes nomes ora nacionais, ora locais, é o jogo que os responsáveis pela nomenclatura dos logradouros públicos têm com os donos do poder – os políticos de referência nacional, as elites regionais e locais, quando não, eles mesmos! Nomear a rua como espaço público diante dos interesses particulares é resultado de disputa simbólica brasileira bastante reveladora da indiferenciação do público e do privado. Os vereadores laurearam os ícones religiosos (católicos), promoviam lideranças ora patrióticas, ora republicanas (por vezes, as duas juntas), assumiam datas representativas daquilo que deveria ser civicamente lembrado (e, naturalmente, o que não), produzindo uma narrativa análoga aos

acadêmicos do IHGB. Produzir, politicamente a realidade das conveniências nas Câmaras Municipais não nos parece tão distante do exercício de historiadores interessados na legitimação do Estado, dos cronistas que embrenharam nas elites ao laurearem os donos do poder, aos caipiras que buscaram inteligências diversas para negarem suas fraquezas vinculadas a identidade colonial.

Em 1872, as ruas em Batatais se chamavam Rua Direita, de Cima, de Baixo, da Outra Banda (além do Ribeirão de Araras), Rua do Canto, Rua do Chafariz, Rua do Cemitério, Rua do Castelo, Rua do Theatro, Rua da Cadeia, Rua do Commercio, Rua das Palmeiras e Rua do Outro Mundo (indicação a região que chamava atenção da polícia), mudando seus nomes em 1886 para “7 de setembro”, “Barão de Cotegipe”, “Cel. Pereira”, “Cap. Andrade”, “Manoel Antônio Pereira”, “José Diniz Junqueira”, “Rua de Santa Cruz” e, como registra Dutra “foram dados alguns nomes poéticos, como R. da Consolação, da Esperança, e Rua Alegre. Esta, com certa dose de humor, pois ali ficava a antiga cadeia.” (1993, p.63-64).

As primeiras ruas de Jardinópolis eram conhecidas como Rua do Porto, Rua Bela Vista e Rua do Comércio e passaram a se chamar, respectivamente, Avenida Visconde do Rio Branco, Prof. Euclides Berardo e Rua Américo Salles (FERREIRA, 2012, p.43), em Sertãozinho, a Câmara Municipal apontou a necessidade de mudar o nome da rua Piratininga para nomenclatura de Barão do Rio Branco no ano de 1913 (GARCEZ, 1913, p.11). No “Almanach Illustrado de Ribeirão Preto”, documento de registros positivos acerca destas alterações urbanas, encontra-se pontos sobre a urbanização de Jardinópolis:

Tem 26 ruas alinhadas: 11 de Junho, 13 de Maio, S. Sebastião, Liberdade, Silva Jardim, Coronel José Teodoro, Coronel Clementino, 7 de Setembro, Prudente de Moraes, Marechal Deodoro, Afonso Pena, General Osório, Saldanha Marinho, Amador Bueno, Alfredo Élis, Ruí Barboza, Americo Sales, Altino Arantes, 15 de Novembro, Albuquerque Lins, Campos Sales, 24 de Maio, Tabatinguera, Antonio Pereira, Joaquim Araujo.
Avenidas: Italia e Visconde do Rio Branco.
Praças: Coronel João Guimarães, Domiciano de Assis, Republica e Tiradentes. (1913, p.128).

A nomeação da realidade urbana atendia aos interesses do contexto e negociava com a ordem em exercício. Ordem republicana e católica, do dinheiro do café e da presença do poder do coronelismo. Quanto a presença destes poderes político, religioso e econômico nas transformações da vida urbana, entendemos que a historiografia tenha se debruçado com bastante vigor.

Do ponto de vista político, pesquisas sobre o cenário político em Ribeirão Preto na Primeira República evidenciam os jogos de interesses do PRP (Partido Republicano Paulista) na cidade e de como seus agentes se embrenhavam na arena política visando ganhos particulares. Já foram alvo de pesquisas robustas Francisco Schmidt (FORNER, 2017), Quinzinho da Cunha (CUELLO, 2005), Joaquim Macedo Bittencourt (PAZIANI, 2004), Iria Alves Ferreira (MELLO, 2009), Arthur Diederichsen (GASPAR, 2022), além de outras de natureza panorâmica do cenário político e seus embates (LAGES, 2016; AMORIM, 2001; WALKER, BARBOSA, 2000).

E, quanto o cenário religioso institucional, é fundamental demarcar o complexo encontro entre a religiosidade de traços coloniais e os interesses promovidos pela romanização da Igreja – “explicada pelo direcionamento dos papas e da Secretaria de Estado do Vaticano, por meio do episcopado e do clero, aplicando as diretrizes da Igreja diante do mundo moderno” (FREITAS, 2006, p.16), de consequências importantes para a região.

Se o Padroado Régio permitia que o Estado Imperial controlasse “a criação de dioceses, indicação de bispos e padres, administração dos dízimos, etc.” (2006, p.16), a proclamação da República buscou instaurar um modelo bastante diferente. Maurício de Aquino descreve este processo da seguinte maneira:

Embalada pelos ideais de progresso, a República tornou-se tangível realidade para a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no dia 7 de janeiro de 1890, quando o Decreto 119-A determinou o fim do padroado e estabeleceu a liberdade de culto no Brasil. Uma semana depois, por meio do Decreto 155-B, de 14 de janeiro, referendou-se o primeiro calendário republicano no qual inexistiram feriados de caráter religioso, inclusive o do Natal. Esses decretos indicaram a índole da transformação sociopolítica que se quis imprimir no novo regime, discursivamente sustentado em bases científico-tecnológicas – a modernidade republicana. Foi o início da Era Pós-Padroado das relações entre Estado e ICAR no Brasil (2012, p.146).

Aquino nos convida a pensar o ambiente de embates entre os interesses da Santa Sé e deste Estado republicano nascente. Mas o autor reconhece que, mesmo diante de certos favorecimentos que o “Decreto 119-A”⁷⁰ cedeu ao processo de secularização (via instauração de um Estado laico), houve por parte dos republicanos a árdua tarefa de acomodar e mediar as reivindicações emergentes de diversos grupos. De um lado estavam as aspirações advindas de “jacobinos, maçons e positivistas, e, de outro, as exigências católicas emitidas por uma

⁷⁰ BRASIL DECRETO Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.html. Acesso em: 27 jul. 2022.

pequena, mas prestigiada elite eclesiástica de alcance nacional, e mesmo internacional em virtude das ligações cada vez mais estreitas com a Santa Sé” (2012, p.146).

Logo em seguida o Vaticano propôs a Pastoral Coletiva de 1890, documento representativo do pensamento oficial da instituição frente a esta nova condição. Atentos a separação da Igreja e do Estado, a liberdade de cultos e natureza das condutas dos católicos no Brasil, o documento foi resultado dos esforços conciliatórios entre membros das duas instituições, ao aceitar a separação política, porém, sem deixar de se opor a postura de equivalência entre o catolicismo e as “seitas heterodoxas”, reconhecidas no documento como protestantes, em especial. (BENCOSTTA, 2014, p.394; ZUGNO, 2014).

Este cenário diplomático internacional nos ajuda a compreender a natureza tentacular e sistêmica da modernidade. Esta ambiguidade de discursos (razão e fé) e de interesses políticos (econômicos e sociais), permite compreender que a experiência de ambivalência (Giddens) está presente no resultado do novo (República laica) com o velho (Igreja). Mais uma vez, as cidades da região não estavam fora deste processo.

A pesquisadora Nainôra Freitas salienta o processo de instalação da diocese na região, diante da sentida ausência de visitas do bispo da diocese da capital a partir da década de 1890. O avanço da franja pioneira e do ciclo do café pode ser avaliado também como o avanço da civilização e fé, não necessariamente nesta mesma ordem. A pesquisa de Freitas nos auxilia no levantamento de mais indícios na direção dos contornos do avanço populacional e das novas demandas consequentes desta nova realidade histórico-cultural-religiosa caipira. Estes sertanejos endinheirados precisavam ter seus templos inseridos no sistema-mundo espiritual. Franca e Batatais, sentiram estas demandas ainda nas décadas de 1870, dado a presença já reconhecida como cidade da primeira e a presença significativa de moradores na segunda. Ribeirão Preto depois, posto que em 1886 ainda possuía 10.420 habitantes, como vimos anteriormente.

Por isso, a expectativa de que a cidade de Batatais recebesse a diocese era maior que a de Franca e Ribeirão Preto. Campinas e Batatais foram as primeiras cidades tocadas pela ferrovia Mogiana a enviar pedidos desta natureza ao Vaticano levando em consideração o contexto político-econômico da região, além da significativa situação demográfica em relação as localidades próximas. Em 1904 a resposta de Roma foi negativa, reconhecendo em Botucatu a urbe para construção da nova diocese. Dois anos depois uma segunda tentativa foi entregue pessoalmente ao papa por D. José de Camargo Barros, bispo de São Paulo, e assumia as três cidades como sedes (Botucatu, Campinas e Batatais). Entretanto, antes mesmo da resposta, o processo foi atravessado por um revés – a morte de D. José, por ocasião do naufrágio da

embarcação durante seu retorno ao Brasil acabou por minar a expectativa da resposta oficial (FREITAS, 2006, p.28).

Entre a morte de D. José e a posse de seu sucessor D. Duarte se passaram alguns meses, ocorrida em abril de 1907. Nesse interim as discussões continuaram nos bastidores. Foi neste momento que ocorreu algo significativo para nós no processo. O projeto de D. Duarte para a criação da Província Eclesiástica de São Paulo retirou Batatais e inseriu Ribeirão Preto em seu lugar, motivado pela pujança política e econômica além do crescimento demográfico observado. As palavras do cardeal Arcoverde, em carta endereçada a D. Duarte sugerem esta posição: “Convirá fazer em Ribeirão Preto, a sede da futura diocese, que se pensava collocar em Batatais, que não tem elementos próprios.” (2006, p.34).

Apesar da carta do cardeal, as razões são reveladas de outra maneira segundo a professora Nainôra Freitas. A resposta afirmativa do Vaticano em 1908 não exigia construção imediata de uma catedral, porém, reconhecia a necessidade de que a sociedade ribeirãopretana fosse capaz de angariar capital para sua construção, além da garantia dos demais custos de sobrevivência e manutenção da diocese e dos seus envolvidos.

A Câmara Municipal negou pedido de auxílio financeiro no valor de 40,000\$000 para formação do patrimônio na reunião de novembro de 1907⁷¹. Consta em ata os motivos da recusa, alicerçados nas bases da nova Constituição, reforçando o fato de que não fazia parte “das atribuições de uma Câmara Municipal votar projetos que envolvessem apenas uma camada da população ou contemplassem uma única crença, visto que no país vigoravam a liberdade e a igualdade dos cultos” (FREITAS, 2006, p.52). Desta forma, parte dos políticos locais negava a responsabilidade religiosa da Câmara e se amparava nos novos ventos jurídicos republicanos.

Mas, se Batatais demonstrava condições financeiras suficientes para manutenção de uma “vida digna” para o bispo, além de patrimônio exigido pelo Vaticano, por que diabos a escolha da ICAR foi por Ribeirão Preto? A resposta percebida na documentação revela tanto a preocupação institucional com a presença de crenças destoantes daquelas pregadas pelo Vaticano nestas novas cidades paulistas, como o significativo peso político-econômico da frente pioneira, o que nos convida a pensar que não apenas os protestantes e não católicos estavam no radar da Igreja.

Lilian Rosa nos auxilia nesta interpretação. A ICAR carrega dupla representação, sendo uma religiosa e outra política. Se, de um lado, ela organiza os católicos no mundo com a missão a “propagação e a expansão da doutrina católica objetivando a salvação da humanidade” (2011,

⁷¹ Cf. LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p. 21 et seq., 16/nov./1907. ACaMRP-SP, Ribeirão Preto-SP.

p.30) ela também é “um sujeito de direito internacional, com direitos equivalentes aos Estados Soberanos como, por exemplo, ter representantes diplomáticos e assinar direitos internacionais” (2011, p.30), por isso, o campo de argumentação institucional perpassa as duas naturezas.

Não seria pecado propor que a pujança econômica e política de Ribeirão também tivesse pesado na decisão final do Vaticano. Os representantes da Santa Sé estavam informados das riquezas da região: “É certo, pois, que muitos dos párocos daquelas partes tem algumas rendas anuais muito superiores àquelas de alguns bispos brasileiros, não excluindo aqueles de algumas dioceses há pouco criadas.”⁷² (RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all’ Emo Cardinal Segretario di Stato, 15 mar. 1908, p. 22 *apud* FREITAS, 2006, p.99), e demonstraram surpresa ao perceberem a não participação da elite ribeirãopretana na arrecadação do capital para as construções do patrimônio.

Freitas encontrou no ASV (Arquivo Secreto do Vaticano) em 1908 um relatório revelador:

Em Ribeirão Preto os fatos não responderam as esperanças: quando as assinaturas asseguravam um bom êxito, os partidários fizeram sim que muitos retirassem a própria assinatura, mas naquela remota região laboriosa e progressista, dominada por “malvados”, é mais que nunca necessária a presença do bispo, ao qual não será difícil ter aquilo que precisa. (RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all’ Emo Cardinal Segretario di Stato. Petrópolis 21 Gennaio 1908, p.16/17. \$69. Fasc.141. Tradução Maria Felisbela Iannazzo Ferreti *apud* FREITAS, 2006, p.100).⁷³

Não houve indícios de participação significativa de aporte financeiro por parte da elite local, por isso, o registrado “malvados”⁷⁴. A construção da diocese se deu mediante iniciativas particulares e donativos avulsos, além do pecúlio “da residência doada pelo monsenhor Siqueira, alguns terrenos e a catedral em construção” (2006, p.100). Aos poucos, o sistema-

⁷² No original: “É certo poi Che molti dei parroci di quelle parti hanno delle rendite annuali molto superiori a quelle di parecchi vescovi brasiliani, non esclusi quelli di alcune diocesi da poco create”. RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all’ Emo Cardinal Segretario di Stato. \$69. Fasc 141 Segreteria di Stato. Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari Brasile. 15 de marzo 1908 p. 22. Tradução Maria Felisbela Iannazzo Ferreti *apud* FREITAS, 2006, p.99).

⁷³ No original: “A Ribeirão Preto i fatti non risposero alle speranze: quando alle sottoscrizione assicuravano um buon esito, i settari fecero sì. Che molti ritirassero la propria firma; ma in quelle remote regioni industrie e progressive, dominate dai malvagi, è più Che mai necessaria la presenza Del Vescovo, al quale non riuscirà difficile avere ciò Che fa d’ uopo.” RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all’ Emo Cardinal Segretario di Stato. Petrópolis 21 Gennaio 1908, p.16/17. \$69. Fasc.141. Tradução Maria Felisbela Iannazzo Ferreti *apud* FREITAS, 2006, p.100).

⁷⁴ Segundo Freitas, “Concretamente, a diocese foi formada com o pequeno pecúlio, de vinte contos de réis, da residência doada por monsenhor Siqueira, alguns terrenos e a catedral em construção. Alguns donativos avulsos de particulares ou de paróquias, cujo montante não foi possível verificar, foram acrescidos a esses bens, de acordo com os relatórios apresentados ao Vaticano” (2006, p.100).

mundo se movimentava e empregava seus elementos centrais em Ribeirão Preto, garantindo a posição secundarizada às demais urbes da região.

Este breve relato nos convida a considerar que os aspectos religiosos, tão importantes para fundação e legitimação dos discursos de moralidade e progresso espiritual empregados no contexto da transição dos séculos XIX-XX, estavam igualmente a mercê da experiência moderna e da velocidade com que estas experiências eram vividas diante da posição no sistema-mundo. Em outras palavras, as igrejas e catedrais foram construídas no encontro de interesses político-econômico-religiosos da ICAR na observação da realidade e da consciência destes dados sociais.

Recuperando as lições de Berman, a modernidade é tempo que ameaça destruir tudo que somos e sabemos. Se o Estado Republicano dissolve as relações com a Igreja com o fim do Padroado Régio, a Igreja responde com a necessária dupla jurisdição na Pastoral Coletiva de 1890, contexto em que os “... cidadãos devem obediência às leis do Estado; fiéis devem obediência às leis da Igreja” (ROSA, 2011, p.54). As antigas capelas e igrejas de traços coloniais não ocupavam mais a posição de destaque nas urbes, logo, a destruição dessas antigas matrizes para melhoramentos urbanos nas praças centrais, ocorreram em diversas cidades⁷⁵. A pronta resposta para a construção da Catedral em Ribeirão se faz símbolo deste processo de embates modernos.

Observando as imagens abaixo podemos perceber que o processo de urbanização destas cidades da região de Ribeirão Preto na transição dos séculos XIX-XX obedeceu a critérios políticos e religiosos em comum: a construção de uma Igreja para controle da fé e organização da vida moral; e a presença das casas de Câmara e Cadeia para controle racional da vida civil. Ambas, coercitivas diante de suas naturezas.

⁷⁵ Em Vargem Grande, Freitas cita o LIVRO de Registro n. 1, 1909- 1929, p.34. Ribeirão Preto. Despacho concedendo a doação de terreno para a Câmara de Vargem Grande para construção das Escolas Reunidas. Já em Mato Grosso de Batataes (atual Altinópolis), a autora cita LIVRO de Registro n. 1, 1909- 1929, p.34. Ribeirão Preto, p. 28. Despacho concedendo a doação de terreno da cachoeira para construção de usina para instalar luz e energia em Mato Grosso do Batataes em 5/11/1913 (*apud*, 2006, 106).

Figura 74 – Igreja Matriz em Ribeirão Preto (1890)



Fonte: APHRP.

Figura 75 – Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto cuja construção iniciou em 1904 e terminou em 1918 (Fotografia de 1956)



Fonte: COSTA, 1956, p.7.

Figura 76 – Primeira Igreja de Orlândia (s/data)



Fonte: Arquivo CEMUMC/UNESP

Figura 77 – Igreja Matriz em Franca (s/data)



Fonte: Arquivo CEMUMC/UNESP

É importante recuperarmos algumas das informações das seções dois e três, pois nos oportunizaram leitura e interpretação desta cartografia da interiorização do território paulista orientada pelo desejo de compreender os processos de educação na transição dos séculos XIX-XX. A presença constante da relação global-local, mediante correspondência com os desejos internacionais do sistema mundial moderno, revelados no tráfico de negros escravizados e no genocídios indígena, a tomada da costa litorânea e o lento processo de ocupação do interior colonial, a criação dos centros urbanos (de marcas rurais) rumo ao sertão desconhecido, elementos de uma história de mais de quatro séculos que acompanharam protagonismos do medo, do mistério, da violência e da sobrevivência. Em nome do lucro e a partir do ciclo cafeeiro, finalizamos algumas das discussões sobre a região analisada e de como a província se tornou estado nos idos republicanos.

Ao observarmos a presença do monumentos e das materialidades destas cidades por meio da interiorização das edificações modernas como teatros, ferrovia e igrejas, é possível perceber que para além das escolas, a história da interiorização do ciclo cafeeiro nos possibilitou perceber a construção de um grande palco urbano normatizador, organizador da vida urbana e regulador de como os cidadãos poderiam reproduzir pequenas capitais europeias nos limites caipiras e tropicais da região.

Ao cabo deste exercício de recuperação histórica, comparamos e sistematizamos a ordem hierárquica entre as periferias e semiperiferias da região, cujo ponto central registramos pelas cifras e pela “ostentação” material, a cidade de Ribeirão Preto. No limite, as experiências modernas deste centro, singulares e únicas, foram modelos próximos para as demais urbes de sua área gravitacional, como registrado pela própria documentação.

Finalizamos este espaço com uma imagem mitológica, inspirada na lenda grega de Procrusto. Segundo Moreira (1998), Procrusto era um “bandido que oferecia sua hospitalidade aos viajantes perdidos. Ele deitava-os sobre uma cama de ferro e, se os corpos fossem mais longos do que a cama, ele cortava-os até que coubessem nos limites do ferro” (1998, p.37). Em nossa leitura, a cama de Procrusto servia como um molde a qual suas vítimas deveriam se modelar e, tal qual os processos de educação aqui elencados, produtores de modelos de organização da vida social urbana, entendemos que ofereceram função análoga a esta do mito.

No limite, os Códigos de Postura, a legislação, a Casa de Câmara e Cadeia, as praças, as igrejas, o traçado urbano, as construções, a negação dos corpos negros (ou indígenas) nas áreas centrais levando, por consequência, à sua marginalização; enfim, as ações do poder público e seus desdobramentos na sociedade civil permitiram a construção histórica e social de

legitimidade da violência civilizatória, observando nas intimidades a vergonha do autorreconhecimento da barbárie interior.

Portanto, as cidades da região de Ribeirão Preto eram palco (cama de Procrusto) para produção destes novos sujeitos. Seja pela fé ou pela razão, a normatização estava em todos os lugares. Falta-nos, agora, observar os mecanismos de vigilância e construção regulatória junto as crianças.

Que venha, finalmente, a interiorização da escola nas cidades da região de Ribeirão Preto.

**PARTE III – CAPITALISMO: AVANÇO DO SISTEMA-MUNDO E
INSTALAÇÃO DE MALHA ESCOLAR NO SERTÃO PAULISTA**



Fonte: Primeiro Grupo Escolar da cidade de Ribeirão Preto, 1910.

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.”
Jean-Paul Sartre, Situações III, 1971

4. Em busca da interiorização dos processos de educação no Brasil do século XIX

Caio Prado Júnior escreveu que a história do Brasil é apenas um pequeno capítulo da história do capitalismo. Se algumas⁷⁶ leituras do materialismo histórico assumem tal condição, outras podem participar deste debate considerando formas mais ou menos relacionadas. Independente delas, a organização da tese mediante a ASM em relação as cidades da região nordeste paulista e o sistema mundial moderno nos permite aceitar que o território estudado foi ocupado, fundamentalmente, como consequência do ciclo cafeeiro a partir da segunda metade do século XIX, reconduzindo à sua maneira o próprio capitalismo ali experimentado.

Ao buscar compreender a complexidade do universo dos grupos escolares na transição dos séculos XIX-XX se faz importante destacar como a presente da pesquisa comunica sentidos com este passado estudado. Se observamos os dados referentes a Educação Básica no Brasil no Censo escolar de 2021 percebemos a existência de 46.668.401 de matrículas nos 178.370 estabelecimentos de ensino. Quando nos voltamos a realidade paulista, encontramos 9.822.337 matrículas em 29.836 estabelecimentos. Reconhecemos, portanto, que em 2021, 21% das matrículas efetuadas nas escolas de educação básica no território nacional são de alunos do estado de São Paulo assim como os 16,74% estabelecimentos registrados no censo escolar realizado pelo INEP (2022).

O número é expressivo. Praticamente um quinto das matrículas brasileiras em 2021 estão no estado de São Paulo e um sexto dos estabelecimentos de ensino também. Se tomarmos a relação da população total brasileira (213.317.639) e a paulista (46.649.132), identificamos a presença de 21,8% dos brasileiros habitantes no estado de São Paulo (IBGE, 2022), o que de certa forma nos orienta ao não estranhamento das relações, já que o grande número de escolas e alunos frente a proporção Brasil-São Paulo representa a própria realidade populacional nacional. Luna e Klein destacam esta grandeza paulista em relação aos outros estados e países:

incomparavelmente, o estado brasileiro mais populoso, com o dobro de habitantes do segundo maior estado. É também o mais rico e o mais industrializado, e ainda o principal produtor agrícola e principal exportador de produtos primários do Brasil. Lidera a produção mundial de cana-de-açúcar e suco de laranja e sedia uma das principais fábricas de aviões do mundo. Em 2010, gerou um PIB de 450 bilhões de dólares, que classificaria o estado como 36ª economia do planeta... (LUNA, KLEIN, 2019, p.21).

⁷⁶⁷⁶ Eric Hobsbawn (1998) diferencia formas de compreender o materialismo histórico. Em alguns casos, denomina as práticas economicistas de marxismo vulgar.

Esta história paulista confirma a diferença numérica diante dos outros estados, porém, a configuração espacial destas escolas e a trajetória de como foram instaladas na relação capital-interior não. Este é o grande interesse desta seção, parte fundamental de nossos esforços em compreender a interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto, tomando os grupos escolares da transição do século XIX para o XX e as consequências para o universo dos processos de educação.

Como vimos nas seções anteriores, a interiorização é processo histórico que se confunde com a própria colonização, porém, visando compreender as ações estatais nacionais diante de um projeto educacional brasileiro, avançaremos diretamente para o período pós-independência. As leis imperiais já indicavam interesse na interiorização da educação e na criação de malha escolar. José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler apontam que desde 1827, com a Lei Geral de Ensino, o Império “procurou criar escolas de primeiras letras, ou escolas de ler, escrever, contar e crer. Com isto, o Estado pretendia atingir a população que habitava vilas e lugares populosos do extenso Império” (2008, p.52), informação que reforça a proposta de “interiorização da metrópole” de Maria Odila Dias, uma vez que a presença da Corte além da capital era fundamental para por em andamento seu projeto de aquietar os descontentes e vigiar os possíveis inimigos internos (2005).

Na visão de Maria Odila Dias, o processo de independência exigia reorganização das relações entre a capital e o interior (o grande Sertão) visando a manutenção e a preservação da ordem pré-estabelecida (2005). Se a família imperial e seus agregados revisitavam a *virtú* em função da nova *fortuna*, os sertanejos não ficavam para trás - o antigo bandeirante do mato e caçador de índio enfrentou novos desafios: a liturgia secular lusitana, a guerra silenciosa dos corredores e as fofocas da Corte carioca. A novidade, talvez, eram as novas e civilizadas (europeias) formas de violência, promovidas pela nobre e diferenciada educação do velho continente, por exemplo, a instalação de escolas para normatização civilizatória ditada pelos cânones europeus.

Desde 1827, o Império destinava pela Lei Geral do Ensino a gratuidade para o ensino elementar além de indicar disposição para construção de “Collegios” e Universidades, onde seriam ensinados os “elementos das Sciencias, Bellas Letras e Artes” (DIAS, 2008, p.52). Desta forma, estavam postas, já nos primeiros cinco anos deste país independente, ações reveladoras de uma agenda de preocupações acerca da educação (normatização e homogeneização) de uma população significativamente heterogênea.

Este modelo estatal de compreensão do termo “educação” se aproxima da maneira que organizamos a pesquisa, posto o uso do conceito “processos de educação”. Não deve ser tomado

apenas como campo em que as práticas institucionalizadas educacionais se realizam, mas a uma concepção de educação mais ampla, como “toda ação dirigida ao ser humano desde o seu nascimento, englobando sua alimentação e sustento, bem como sua formação intelectual e moral” (RANGEL, 2019, p.14).

Já em 1825, por exemplo, dois anos antes da Lei Geral do Ensino, Dom Pedro I já demonstrava inquietações com a questão, reproduzindo o interesse de líderes como Frederico Guilherme I da Prússia (1688-1740) e seu homônimo russo, o czar Pedro I (1672-1725) ambos governantes com ações reformadoras no ambiente educacional, até mesmo nas ações dos governos de Luís XV (1710-1774) na França, de Dom José (1714-1777) de Portugal e de Carlos III (1716-1788) na Espanha, na coincidente supressão da Companhia de Jesus na condução da educação de seus territórios (NUNES, 2006, p.5-7). A gestão e o controle do campo educacional eram notórios, portanto, entre estes líderes de nações predispostas as práticas de educação estatal modernas e suas consequências.

Para o pesquisador André Paulo Castanha, o caso brasileiro pós independência vivia suas especificidades. Em 1825, a Coroa pediu aos presidentes das províncias informações referentes a situação da instrução pública, objetivando receber relação de “todas as cadeiras de primeiras letras e de gramática latina, retórica, lógica geometria e línguas estrangeiras” (2013, p.51). Nestes relatórios, deveriam ainda constar informações dos lugares em que se presentificavam iniciativas desta natureza e que, por sua população numerosa, ainda careciam de edificações e profissionais para instrução, tal como a quantidade dos ordenados dos envolvidos além dos subsídios para manutenção e funcionamento. Uma vez encaminhados os relatórios, a Assembleia Legislativa poderia “dirigir-se com sabedoria em tão importante matéria, facilitando e generalizando a instrução como origem infalível e fecunda da felicidade dos povos” (2013, p.51).

Como organizar um projeto de educação de uma nação tão heterogênea e controlar as informações de regiões tão distantes? A interiorização da metrópole não aconteceria sem uma negociação entre centralidade da Coroa e descentralização de algumas ações nesta direção. Os elementos eram diversos se levarmos em conta a dissolução da Assembleia por parte do Imperador, a pressão das elites nacionais, a necessidade da consolidação da independência brasileira, o desejo de inventar/construir uma nação, entre outros. E, como prática moderna de controle, a escolha pela burocracia contribuiu morosamente com a implantação de um projeto educacional, não organizando prontamente novas escolas e a contratação de novos professores. Por isso, de acordo com Castanha, a Lei de 1827 tornou estes processos “excessivamente

burocráticos ao determinar, nos artigos 2º, 3º e 7º, que todas as ações dos presidentes em conselho deveriam ser referendadas pela Assembleia Geral ou Governo imperial” (2013, p.55).

José Gondra e Alessandra Schueler confirmam a tese de Castanha, pois salientam as dimensões continentais do território e a dificuldade para organização de uma malha escolar, dado as diversidades regionais, a insuficiência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, além do desinteresse das elites regionais, “favorecendo, assim, o predomínio de formas heterogêneas de educação e o acesso à instrução, via de regra no âmbito doméstico ou familiar, ao longo do século XIX.” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.35).

Como vimos na seção três, a construção do sistema mundial moderno se deu mediante constituição de um desencaixe de tempo e de espaço, reproduzindo diversos aspectos das áreas centrais nas regiões periféricas e semiperiféricas. Se os teatros, praças e noções urbanas foram apresentadas como exemplos das áreas centrais e civilizadas do fim do século XIX, reitero aqui que o mesmo pode ser observado com o campo educacional brasileiro, porém, ainda em observação no período pós independência. Recuperando Giddens, se pensarmos as “condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (1991, p.22). Dito de outra forma, o Império brasileiro não se realiza solto ou desarticulado do sistema-mundial, mas sim ligado as experiências representativas de “vitória” ou “civilização”, que de alguma forma chegavam neste novo país, em especial, a gestão francesa de Napoleão Bonaparte.

Alan Rangel registra em seu texto o tema “educação e instrução pública” passou a ser regulamentado por leis administrativas na França pós tempo em que Napoleão foi imperador. O autor exemplificou que, a Carta de 1830 previa regulamentação da educação e da instrução pública, o respeito à autoridade paterna naquilo que concerne a instrução religiosa de seus filhos (RANGEL, 2019, p.16).

Por isso, o Império brasileiro estava vivendo experiências já vividas anteriormente em outros lugares do mundo. Para ser centro era(é) preciso agir como tal. É sabido da necessidade contextual de construção de cidadãos organizados intelectualmente e moralmente para a vida republicana desde os escritos (pré-revolucionários) de Rousseau. O que estava em debate entre aqueles juristas e políticos era a obrigatoriedade da educação, a responsabilidade do Estado e a possibilidade ou não de iniciativas particulares nesta seara, ações fundamentais de modelagem do caráter de uma população. Se pensarmos na natureza moderna contornada por Habermas,

não é estranho percebermos novamente a incompleta e a malsucedida experiência estatal educacional diante dos objetivos visto no findar do século XIX⁷⁷.

A organização da instrução pública era uma necessidade, mas a observação das ações do Estado brasileiro para tal são bastante questionadas pelos historiadores. Gondra e Schueler (2008), Rangel (2019) e Castanha (2015) consideram que, ainda que se perceba conjunto significativo de leis e de discursos imperiais em prol das mudanças do cenário da educação da sociedade brasileira oitocentista, pouca contribuição se percebe em mudanças na relação entre os alfabetizados e não alfabetizados, por exemplo.

Ao observarmos o “*Relatório sobre o estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no anno de 1879*”, pelo inspetor geral Francisco de Souza Carvalho, lemos informação que corrobora esta impressão sobre a malsucedida empreitada educacional imperial, simbolizada pelo grande número de analfabetos brasileiros: “Mas, sendo a nossa população em sua totalidade de 837:354, são analfabetos 255:237 homens e 284:438 mulheres livres, e 87:959 homens e 68:549 mulheres escravas; somma 696:183 analphabetos!” (1880, p.15).

Após o ano de 1874, diversos deputados buscaram resolver o “problema do analfabetismo” propondo a construção de escolas e, conseqüentemente, exigindo contratação de número suficiente de professores para execução das tarefas. A lógica proposta de “quanto mais escolas e professores, menos analfabetos” encontrava seus limites nos custos de sua realização.

Se buscarmos comparações com outras áreas de maior voltagem do sistema-mundo, perceberemos que a “falta de educação” não foi exclusividade de regiões periféricas, tal como o modelo de Habermas pelo seu mal sucesso pode ser reconhecido no exemplo laboratorial francês. Na França, as Ferry não escolarizaram a sociedade, ainda que tais medidas possam ter contribuído com a construção de prédios e edifícios em que, no limite, estariam formados um corpo de professores e professoras laicos (nas escolas normais), registrando diminuição significativa do analfabetismo ao integrar um terço da população infantil que escapava ainda à instrução. Mesmo com algumas vitórias, estes “republicanos ‘burgueses’ mantiveram um fosso profundo entre a escola primária, destinada ao povo, e o colégio secundário, reservado à elite. (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p.109).

⁷⁷ Bourdé e Martin (1990) revelam esta natureza “inacabada” de Habermas ao nos mostrar os envolvidos nas reformulações educacionais francesas e a mudança das leis e das premissas desejosas de reorganizar a malha escolar no país.

Não há santos ou milagres na República francesa. A violência do movimento revolucionário francês se espalhou aos clérigos e religiosos a ponto de, no contexto republicano, percebermos resistência a qualquer vinculação do novo regime aos traços religiosos, o que intensificou o debate e a luta pela laicidade estatal, e naturalmente, na educação institucionalizada francesa do século XIX. Este movimento rígido pelo impedimento das ações religiosas no campo educacional francês não conseguiu organizar com sucesso a instrução pública de sua população, ou seja, não venceu a condição incompleta da própria modernidade e dos muitos problemas sociais. O campo da educação se mostrou em um país que gozou mais proximamente das regiões centrais do sistema mundo como discurso maleável e articulado aos interesses do poder nas mãos dos grupos vigentes. Na Europa, na Ásia, na América, vimos a mesma coisa, a cama de Procrusto moderna normatizou a todos diante de um certo “normal” guiado pelas cores das bandeiras e dos interesses dos poderes contextuais que a utilizavam.

Por exemplo, o modelo inglês se diferenciou da experiência francesa. Maria Cristina Soares de Gouvêa afirma que até 1833, a Coroa britânica não havia estabelecido intervenções na oferta da educação elementar e que as iniciativas dependiam de movimentos políticos sociais ou até mesmo da Igreja, amparadas pelo princípio voluntarista. Nas palavras da autora, as consequências destas ausências estatais na educação da sociedade britânica levaram a “diversidade, precariedade e assistemática dos espaços e processos de instrução” (2013, p.382). Na prática, a Igreja organizou para a sociedade inglesa as *Sunday schools*, consideradas como fundamentais para o ensino da leitura e da escrita, da aritmética, além de aspectos morais respeitosos aos dogmas religiosos (GOUVÊA, 2013).

Juan Carlos Tedesco, ao elaborar uma síntese da história da educação argentina, explica que desde 1796, Manuel Belgrano lia ante o Consulado da cidade de Buenos Aires a “*Memoria sobre los medios generales para el fomento de la agricultura, la industria y el comercio*”, inaugurando o debate educacional diante de uma natureza moderna. Escreve o autor: “Os estudos clássicos, centrados no direito, na filosofia e na teologia, foram questionados e enfrentados com uma concepção utilitária, racional e científica proveniente dos países mais adiantados da Europa” (2020, p.135)⁷⁸. E também destaca, na contramão da euforia dos intelectuais que defendiam a atenção estatal para a organização da sociedade mediante o processo educativo, aqueles que viam com descrédito as ações do Estado. Em suas palavras, Manoel Belgrano proferiu que os estabelecimentos de educação formal “são, por si mesmos,

⁷⁸ Traduzido do original “*Los estudios clásicos, centrados en el derecho, la filosofía y la teología, fueron cuestionados y enfrentados con una concepción utilitaria, racional y científica proveniente de los países más adelantados de Europa Occidental*” (TEDESCO, 2020, p.135) (tradução livre do autor).

pobres meio de avanço sem as grandes empresas de produção, filhas das grandes porções de homens”. (TEDESCO, 2020, p.137).⁷⁹

Seja na França, na Inglaterra ou mesmo na Argentina, o sistema mundial estava organizando as suas populações para acolher os tentáculos das áreas centrais, buscando tal como visto com Berman (2007), Giddens (1991) e Habermas (2000), destruir o passado obstacular, ressignificando espaço e tempo, prometendo a modernidade que nunca se realizou(a). De acordo com Nunes, de modo geral, desde o século XVIII os países europeus tinham se movimentado para realizar diversas ações quanto a educação, articulando nossa leitura de controle da modernidade de acordo com a necessidade de uma legislação pela obrigatoriedade do ensino, principalmente de uma certa faixa etária (crianças e jovens), inserindo a prática da instrução pública como “coisa da lei” e “tarefa do Estado”, devendo o próprio se responsabilizar pela construção de rede de escolas, formação de professores, estabelecer currículos, padronizar e integrar os níveis de ensino, organizar os materiais didáticos e fiscalizar o trabalho por meio de sistemas de inspeção tanto das iniciativas públicas quanto privadas. Como o próprio autor escreve, “secularizar a educação” e “estabelecer a existência de verbas específicas para atender às despesas com educação (NUNES, 2006, p.12).

Importante destacar este “lugar” da educação oitocentista, independentemente dos governos dos países centrais, semiperiféricos e mesmo periféricos nos primeiros idos do século XIX. Ao mostrarmos as decisões brasileiras, em especial, alguns aspectos da Lei Geral da Educação de 1827, não devemos esquecer dos desafios que cada país vivia embates pela manutenção de seu lugar no sistema mundo capitalista.

Para iniciarmos nossa entrada na educação imperial brasileira de fato, comecemos com a contribuição de Felipe Narita (2010). Para Narita, o Estado brasileiro organizou ações em direção a uma certa e adequada educação coletiva, visando a “produção de uma sociedade política fundamentada no consenso, em que sujeitos e saberes escolares selassem a harmonia social” (2010, p.02). Escrito de outra forma, a educação durante o período Imperial, precisamente no Primeiro Reinado, caminhava junto aos problemas da instalação de um Estado que buscava construir uma nação. A palavra “brasileiro” por exemplo, que antes de 1822 significava uma profissão (comerciantes de pau-brasil), passou, com a independência,

⁷⁹ Traduzido do original “*Precisamente a partir del fracaso de los intentos liberales ilustrados en las décadas posteriores a 1810, algunos intelectuales y políticos, en especial Juan B. Alberdi, dudaron del valor de la educación como formadora del ciudadano. Alberdi criticó a fondo las realizaciones educativas de ese período, señalando claramente que los establecimientos de educación formal «[...] son, por sí solos, pobrísimos medios de adelanto sin las grandes empresas de producción, hijas de las grandes porciones de hombres»* (TEDESCO, 2020, p.137).

“designar o grupo de portugueses e seus descendentes, os nativos e criollos da América, naturais da terra, e os escravos africanos nascidos na colônia” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.26) e, portanto, a adjetivar um corpo político autônomo. Assim, “o Império do Brasil parecia encontrar, finalmente, o seu conteúdo — os ‘brasileiros’” (MATTOS, 2003, p. 152 *apud* GONDRA; SCHUELER, 2008, p.26).

O que sabemos que é que no século XIX este território se configurava como “colcha de retalhos” ou como “peças de um mosaico”, como afirmam István Jancsó e Guilherme Pimenta (2000). Essa heterogeneidade se transformava em condição mais perigosa para a gestão estatal com o avançar das décadas. No período regencial, a historiografia registra diversos levantes afrontosos ao poder central, tais como a Farroupilha (1835-1845) na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838) na Província da Bahia e a Balaiada (1838-1841) na Província do Maranhão. Não se tratava de uma negação do futuro, mas uma resistência ao exercício moderno de homogeneização do tempo e do espaço, de acordo com a “nova” invenção Brasil e as antigas e saturadas identidades regionais.

Jancsó e Pimenta registram que a instauração do Estado brasileiro se deu na coexistência entre aquilo que fora antes a América portuguesa e as novidades de um país desejoso de autonomia. Em outras palavras, na convivência entre as múltiplas identidades dos idos coloniais, se chocavam em interesses e projeções distintas de futuros muitas vezes pouco interessados nas demandas deste novo “corpo coletivo” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 133-134).

A educação, como estratégia do Estado, deveria homogeneizar, normatizar, aparar as arestas, civilizar, impedir revoltas, organizar a moral, superar regionalidades, enfim, inventar um certo Brasil. Posto desta forma, a educação não deveria ser vista à frente (ou atrás) de outras decisões do Império, mas juntas, coexistentes e colaborativas, de acordo com intentos semelhantes ou até mesmo iguais.

Com a derrota na guerra Cisplatina (1825-1827), o aumento da rejeição da figura de D. Pedro e a eleição de um grupo de deputados majoritariamente favoráveis as ideias federalistas para o pleito de 1830, a figura do imperador desgastava a passos largos. A abdicação em 1831 também não ajudou o clima político a legitimidade das leis educacionais e os desejos da construção da malha escolar, seja pela construção das escolas ou mesmo o pagamento dos professores. Aliás, Castanha comenta que “... Diante das dificuldades enfrentadas pelas províncias, a Assembleia Geral passou a expedir resoluções com medidas diferenciadas de uma província para outra” (2013, p.56) antecipando a autonomia provincial que estaria presente nas decisões da década de 1830.

Com o Ato Adicional de 1834 foram criadas Assembleias legislativas provinciais com o intuito de descentralizar e legalizar as decisões de diversas naturezas de administração pública para as Câmaras Municipais e, conseqüentemente, para as províncias. Entre estas decisões, a historiografia recupera diversos decretos e leis referentes a instrução primária e secundária (CASTANHA, 2013). Marcelo de Souza Neto alerta para o fato de que a descentralização das decisões poderia ser interpretada de um lado como afirmação e autonomia das províncias, por outro, deixou suas marcas negativas dado a transferência de responsabilidade e atribuições na oferta da instrução pública, “eximindo-se de responsabilidades e deixando a cargo dos grupos locais o exercício ou não da educação” (SOUZA NETO, 2021, p.368).

Ao pensarmos a malha escolar que se desenvolveu a partir do Ato Adicional de 1834 e que foi percebida na historiografia da educação, podemos considerar a seguinte organização e presença de propósitos legislativos heterogêneos. Na Província do Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1835 notamos movimentos para regulamentação da instrução pública. A Lei Provincial de 1837 foi a primeira a responder ao Ato Adicional de 1834, “delimitando os currículos para as escolas de meninos e meninas, o recrutamento do magistério, os livros e compêndios a serem utilizados, entre outros aspectos...” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.35-36). Na Província-capital, território em que a Coroa realizava seu “laboratório” para ações de instrução pública e, uma as experiências fossem percebidas como positivas, deveriam ser modelo para todo território, interiorizando e homogeneizando a educação nacional.

No território mineiro, a presença do Conselho Provincial de Minas Gerais demonstrava interesse na instrução pública desde 1825 e promovendo leis que viabilizaram um sistema educacional que “incluía primeiras letras, ensino secundário, liceus, colégios, cursos técnicos, ensino superior e colégio para a educação dos índios” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.36-37).

Ou seja, as duas experiências provinciais (na Corte e em Minas Gerais) os passos dados a instrução pública principiaram, no território nacional, atividades desta ordem. Esta malha escolar foi se desenhando diante dos conflitos e interesses dos envolvidos nos embates políticos nas Assembleias legislativas e Câmaras Municipais, porém, articulados a temporalidades e espacialidades resultantes da posição que cada província ocupava nos sistema-mundo. Por exemplo, a Província do Rio Grande do Norte já revelava indícios de contratação de professores e mestres desde o século XVIII, porém, como citam Gondra e Schueler, vinculados à Igreja. Apenas a partir de 1834 houve um movimento de criação de escolas públicas e de “subvenção e controle pelos poderes públicos sobre os professores particulares, sobretudo em Natal” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.37).

Para o território baiano, Antonietta d'Aguiar Nunes (2006) cita que em 1836 a Assembleia Legislativa votou três leis responsáveis pela estrutura do sistema de ensino. Uma que dava providências sobre catequese dos índios pelos missionários, outra que buscou organizar a construção de um Liceu e, por último, outra que criava Escola Normal para formação de professores de primeiras letras. (NUNES, 2006, p.15).

Liceus e escolas normais estavam presentes em diversos discursos dos políticos brasileiros, independente do território. O que se observa é que a descentralização e a transferência de responsabilidades acarretaram respostas heterogêneas em cada província e em cada Câmara, atendendo demandas da ordem política dos atores envolvidos. No caso da Província da Bahia, há leis para constituição de livraria pública (lei nº 94, de 6 de março de 1839), criação do cargo de Diretor Geral dos Estudos (Resolução n.378 de 1849) e da cadeira de primeiras letras (Lei n. 379 de 1849), por exemplo. Nunes ainda comenta que em 1870, o presidente da Província “fez uma ampla reforma na instrução pública, dividida em 4 partes: Escola Normal dos homens, Escola Normal das mulheres, Reforma do Liceu e Reforma da instrução primária” (NUNES, 2006, p.19) e quatro anos depois, em “1874, a lei provincial nº 1.370 autorizava o governo a criar bibliotecas populares em todas as cidades da província” (2006, p.20).

Apesar de heterogêneo, com fortes e duradouras diferenças e descompassos regionais, é plausível constatar que o movimento foi nacional. Na Província do Piauí, em 1845 a “Assembleia Provincial aprovou um decreto em 26 de setembro, que foi sancionado pelo Presidente como a Lei n. 198, de 04 de outubro. Por meio desta lei, realizou-se profunda reforma na Instrução Pública no Piauí” (SOUZA NETO, 2021, p.373). Na Província de Mato Grosso, os Regulamentos de Instrução de 1836 e de 1854 buscaram compor ao cenário imperial, desejando a “organização, manutenção e fiscalização das escolas, sendo mais evidente a intervenção do Estado a partir da segunda metade do século XIX” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.37).

Na Província do Ceará, o pesquisador Francisco Ari de Andrade cita a Reforma Alencar, tentativa de organizar a escola primária cearense, constituída de leis, regimentos, documentos, decretos e despachos sobre a instrução pública entre 1836 e 1837 (ANDRADE, 2009, p.04). Estas reformas, iniciadas pela Lei n. 53, de 25 de setembro de 1836 e a Lei nº 304, de 15 de julho de 1844, estruturam as condições da malha escolar instituindo piso salarial de 400\$000 e a criação do Liceu do Ceará, respectivamente.

Ainda que a historiografia nos auxilie a contornar legislação ampla acerca da instrução pública nas primeiras décadas do Império, não devemos desconsiderar que estas investidas educativas no sertão encontraram resistências e obstáculos.

Pois bem, como este processo se deu na Província de São Paulo? A lei de regulamentação para instrução pública foi decretada em São Paulo apenas em 1846, inserindo a província nesse contexto de transformações educacionais (GONDRA, 2008, p.38). Como vimos, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras províncias já estavam desde a década de 1820 avançando nas discussões sobre construção de escolas devido a sua inserção na economia do sistema-mundo, o que reforça as diferentes voltagens desta heterogênea “colcha de retalhos” brasileira em que a malha escolar reproduziu a não uniformidade de seu projeto de instalação.

A observação do quadro realizado pelo pesquisador Uekane (2005 *apud* GONDRA; SCHUELER, 2008) permite visualizar a criação das escolas normais no contexto imperial, visando contribuir com a percepção destas diferenças da malha escolar:

Quadro 11 – Síntese da criação e desenvolvimento das Escolas Normais no Brasil – Império

Províncias	Criação oficial	Funcionamento efetivo	Interrupções
Amazonas	1882	-	-
Pará	1839	1839 a 1872 1874 a 1882	1872 a 1873
Maranhão	-	-	-
Piauí	1871	1871 a 1882	-
Ceará	1871	-	-
Rio Grande do Norte	1873	1873 a 1881	1882
Paraíba	1864	1864 a 1881	1882
Pernambuco	1864	1865 a 1882	-
Sergipe	1870	1874 a 1882	1870 a 1873
Alagoas	1864	1868 a 1880	-
Bahia	1836	1836 a 1882	-
Espírito Santo	1873	1873 a 1882	-
Minas Gerais	1835	1840 a 1841 1846 a 1851 1871 a 1882	1842 a 1845 1852 a 1870
Rio de Janeiro	1835	1835 a 1851 1862 a 1882	1851 a 1861
São Paulo	1846	1846 a 1878 1881 a 1882	1879 a 1880
Paraná	1870	1871 a 1881	1882
Santa Catarina	1843	1882	1843 a 1881
São Pedro ou Rio Grande do Sul	1869	1869 a 1882	-
Goiás	1881	-	-
Mato Grosso	1873	1874 a 1882	

Fonte: UEKANE, 2005, *apud* GONDRA; SCHUELER, 2008, p.188-189.

A organização do quadro não respeita, a princípio, cronologia ou ordem alfabética e revela, a partir das datas de criação oficial das escolas normais, seu funcionamento efetivo e o tempo das interrupções destas escolas, a instabilidade desta malha escolar em boa parte do território imperial. É importante destacar que os professores muitas vezes possuíam mais de um ofício, desenvolvendo atividades complementares que auxiliam na renda familiar, dado os baixos salários.

A relação que se observa entre a Província de São Paulo e as demais não deve ser para nós curiosa, após a percepção dos movimento histórico-social, demográfico e econômico empreendido nas seções anteriores. A criação das escolas normais nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1835), da Bahia (1836), Santa Catarina (1843) antecipou a legislação paulista (1846), ainda que o funcionamento efetivo paulista (de 1846 a 1878 e de 1881 a 1882) possa ser superior a muitas, como o caso da Província de Santa Catarina, cujo funcionamento se deu apenas em 1882.

As interrupções também são reveladoras. No caso da Província do Rio de Janeiro, os dados apontam para dez anos de paralizações das ações das escolas normais (1851-1861) e na Província de Minas Gerais percebem-se interrupções das escolas normais entre os períodos de 1842 a 1845 e de 1852 a 1870.

O caso paulista viveu apenas uma breve interrupção entre os anos de 1879 e 1880, o que nos permite inferir que a instalação das escolas normais no território paulista atendeu ao século em que o ciclo cafeeiro o inseriu no sistema-mundo diante de voltagem mais próxima que as demais províncias. O capital em São Paulo demorou a se aproximar da educação, quando o fez, parece ter tomado gosto pela civilização e seu poder normatizador escolar.

Acompanhando a construção da malha escolar, observamos que o Estado imperial atacou em diversas áreas. Por exemplo, a criação de dois monumentos educacionais: o Imperial Colégio de Pedro II em 1837 e no ano seguinte o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Quanto ao IHGB, Gondra e Schueler salientam que o mesmo recebeu concessão de privilégios e apoio financeiro para suas pesquisas acerca da história e geografia nacionais. Outro pesquisador do mesmo instituto, Manoel Luís Salgado Guimarães, entende que a criação do IHGB atendeu a demanda da Coroa no delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo nas ‘Nações’, de acordo com os princípios organizadores da vida social do século XIX” (1988, p.06).

Existe aqui uma questão essencial para pensarmos a nação e sua invenção. Guimarães propõe um exercício de compreensão da alteridade constitutiva da invenção do “brasileiro”,

criação interessante para a Coroa no contexto pós-Independência. O IHGB serviu para a invenção do “eu” por meio da construção de um “outro” – o “não brasileiro”. Eis a problemática nesta perspectiva. Este “outro” é tão externo quanto interno e, por isso, estabeleceu-se nas pesquisas organizadas pelo Instituto a invenção do português como “outro” na desfiliação colonizatória enquanto, de maneira perversa, excluía-se negros e indígenas do projeto da “Nação” brasileira.

Este conceito de Nação, na perspectiva de Guimarães (1998), é construído por e para brancos, sem assumir compromissos com as demais etnias que compunham o passado nacional. Em suas palavras, “construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção (GUIMARÃES, 1998, p.07).

O que nos leva a considerar que a malha escolar chegava às províncias brasileiras com o intuito de inventar um Brasil que não necessariamente incluía todos os brasileiros. Um Brasil de brasileiros específicos, espelhados na “normalidade” materializada no homem branco heterossexual. Richard Miskolci propõe observarmos que este projeto moderno de invenção de nação amparado na inspiração dos países centrais (ou modelo europeu) teria sido, na verdade, experimentada “na vanguarda da periferia do imperialismo, onde ela foi gestada e aplicada na segunda metade do século XIX, antes de ser importada pelos países centrais” (2013, p.13). Para o autor, a original “contribuição” brasileira para um certo ideal de “modernidade” foi de ordem biopolítica, uma vez “delineada pela recusa de nossa elite com relação ao nosso povo em favor de uma nação futura, a ser criada como branca e civilizada”. (MISKOLCI, 2013, p.13).

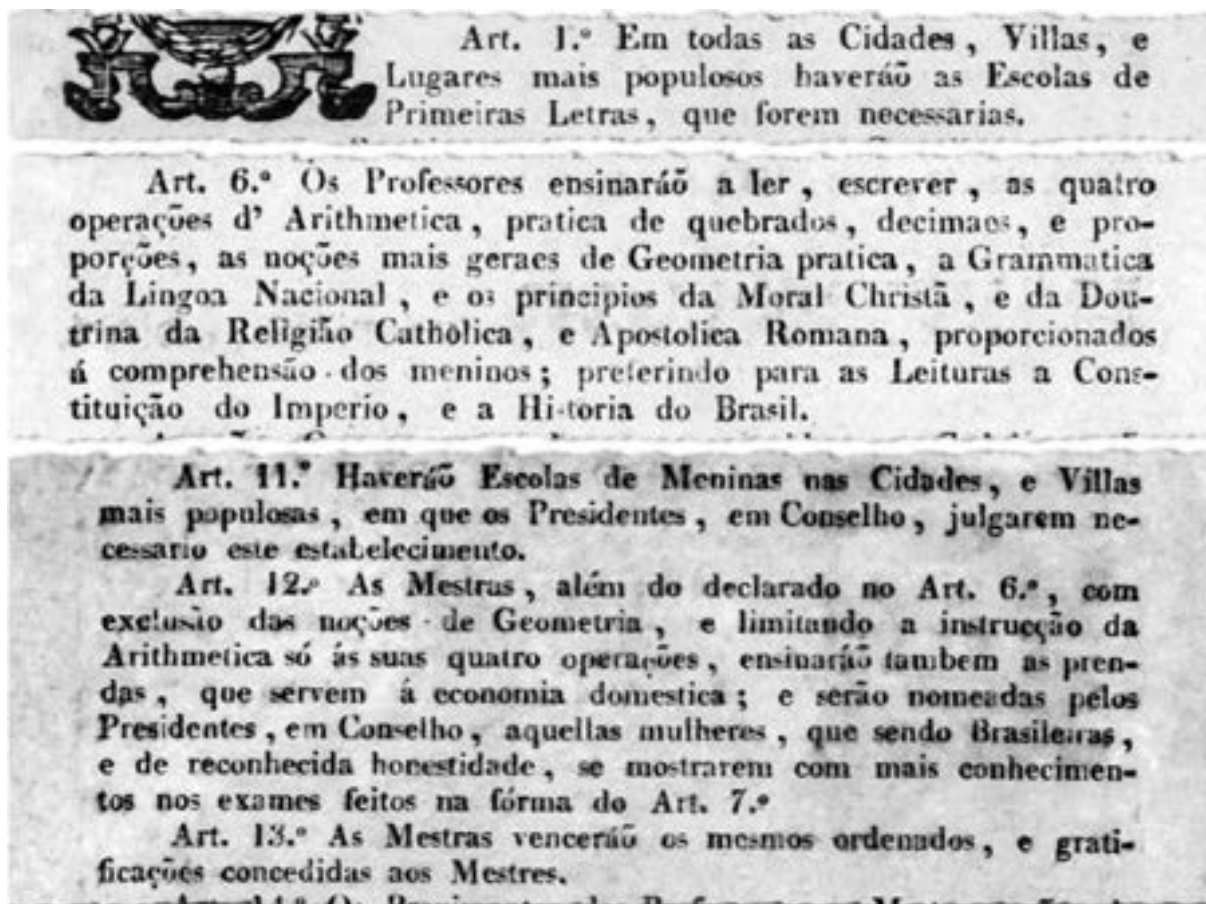
A alteridade proposta na escrita de Guimarães acerca das decisões acadêmicas do IHGB e confirmadas na percepção de Miskolci (2013) nos exige postura crítica enquanto produtores de narrativa que busca a construção da malha escolar e a instalação da rede de ações da Instrução Pública no Brasil imperial. Como o poder público promoveu, planejou e fomentou o ensino para os cidadãos em suas diversidades étnica, de gênero e sexual, por exemplo? Mais precisamente, como o poder público nacional, amparado pela relativa autonomia do Ato Adicional de 1834, assistiu a transmissão de responsabilidade de educar a “Nação” diante da visível heterogeneidade negra, indígena, entre outras? Estas respostas são importantes no projeto de reconhecer o campo da interiorização dos processos de educação da região de Ribeirão Preto, posto que as bases educacionais imperiais do começo do século XIX influenciaram, naturalmente, as experiências ali desenvolvidas décadas a frente.

Mais do que isso, recuperar a História da educação brasileira com vistas a contornar a inserção das escolas no território a partir de interesses deste novo Estado-nação independente é prática inseparável de uma elaboração da ideia de quais sujeitos seriam os destinatários da escola, por exemplo, quais formas previstas para a incorporação das divisões por gênero na definição das trajetórias educativas gerais e escolares de meninos e meninas e de homens e mulheres. Ademais, é preciso reconhecer, também, a forma com que os negros e as negras praticamente foram desconsiderados como sujeitos a receber educação formal escolar, mesmo em ambiente mantido pela iniciativa pública.

Alguns termos atuais das ciências humanas auxiliam a compreensão deste contexto. De um lado o desejo de normatizar, modernizar, homogeneizar, anular as diferenças e evitar os conflitos regionais; de outro, a vida na sua natureza diversa, o passado escravista latente, o genocídio indígena, a misoginia e o patriarcado, a família, a religião católica e suas nuances africanas e indígenas, enfim, a colônia que ainda habitava na alma dos habitantes da nova terra independente.

Ao pensarmos a instrução pública e seus contornos sobre o feminino no Brasil oitocentista, diversas são as pesquisas que podem contribuir para perceber o “outro” a construir, ainda que seja um grande desafio capturar as vozes femininas na História da educação brasileira (CUNHA; SILVA, 2010). Desde 1827, o Império revelava preocupação com a educação das mulheres, por exemplo, em ocasião que o “Marques de Caravellas propôs uma emenda, afirmando que *Salva a redação – quanto à Aritmética somente as quatro operações, e não se ensinarão as noções de geometria prática* (ANNAES, 1876, p. 264 *apud* CUNHA; SILVA, 2010, p.99). A Lei Geral de Ensino de 1827 foi bastante clara nestas diferenças:

Figura 78 - Trechos da lei de 1827: currículo escolar mais enxuto para as meninas



Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em 7 set. 2022.

O artigo sexto da Lei Geral do Ensino de 1827 propõe que os professores ensinem a ler, escrever, fazer contas básicas de matemática, além de outras noções elementares científicas. Contudo, chama-nos a atenção a necessidade de legislar sobre o ensino da moral cristã e da doutrina cristã de base católica. Tudo isso destinado aos meninos. Quanto ao artigo décimo primeiro e décimo segundo, referentes as práticas de ensino das meninas, a mesma lei é clara ao diferenciar ensino dos alunos e das alunas – às mulheres, apenas as contas básicas da matemática e as prendas domésticas, em outras palavras, a manutenção de um certo *status quo* produzido pela sociedade de base patriarcal. E mais, a exigência por professoras que demonstrem tanto o conhecimento dos conteúdos como o lugar de “honestas” na sociedade, confirmam controle sobre códigos de civilidade orientadores da divisão de gêneros na sociedade imperial.

As Escolas Normais e as instituições de ensino mantidas por organizações religiosas femininas contribuíam com este ensino para mulheres, atendendo especialmente aos aspectos

iniciais de leitura e de escrita, das operações básicas de matemática, além das atividades domésticas articuladas a figura e a representação feminina “do lar”. Uma vez contemplado este processo, “de ensino básico, as alunas eram consideradas aptas a exercer o magistério público e privado”, cita Washington Cunha e Rosemaria Silva (2010, p.99).

Gondra e Schueler comentam que, no limite, este processo de educação feminino, principalmente aquele realizada pelas famílias, era transmitido pelas mães, criadas e outras mulheres do grupo parental, “ou, ainda, pela ação de professores particulares e preceptoras, contratadas especialmente pelas camadas mais abastadas para a educação de meninos e meninas”, os filhos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.201). Já, para os filhos e filhas dos grupos abastados

... o modelo de formação predominante consistia na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida familiar, bem como a aquisição de normas de conduta e hábitos de civilidade e sociabilidade, cujos paradigmas eram apropriados da cultura urbana e burguesa européia, o que resultava na valorização da aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, além da música, do canto e da dança de salão (2008, p.201).

Mesmo que estes valores europeus ficassem mais significativamente contornados no final do século XIX, já existiu na primeira metade do século XIX uma organização dos processos de educação para confirmar o que já estava “naturalizado” histórico e socialmente – os lugares dos gêneros na sociedade brasileira. Maria Lúcia Rocha-Coutinho demarca as características femininas que estavam neste discurso “naturalizador”, tais como dedicação, abnegação, docilidade, adjetivos que potencializaram a “‘boa mãe’, levando-se muitas vezes a se identificar feminilidade e maternidade” (1994, p.41), retirando a oportunidade do desenvolvimento de habilidades e competências necessárias na sociabilidade pública. Assim, “perspicácia intelectual, pensamento lógico, interesses profissionais e políticos passam a ser vistos como antifemininos” (1994, p.41-42).

De acordo com Hajnalka Halász Gati e Ivanilde Alves Monteiro, esta condição feminina vinha de raízes coloniais permeadas por questões étnico-raciais e sociais, ainda que a questão de gênero vencesse as demais no tocante ao não acesso a educação masculina. Nesse sentido, as mulheres de famílias empobrecidas ou menos abastadas “desempenhavam toda sorte de trabalho pesado (inclusive agricultura e mineração) aprendido de forma assistemática, no convívio com os mais velhos e experientes” (2016, p.1157), já aquelas que pertenciam as classes superiores reproduziam os afazeres domésticos e a etiqueta da “boa civilização”.

Se voltarmos a Lei Geral de Ensino de 1827, aparentemente mestras e mestres ganhariam os mesmos ordenados, como percebido no artigo décimo terceiro. Porém, se as meninas não recebiam a mesma educação dos meninos nas escolas e não tinham as mesmas condições de liberdade para seus desenvolvimentos político, econômico, intelectuais, etc., há de se pensar o número de mulheres que conseguiu gozar desta condição citada pela legislação. Outro ponto de destaque, trazido pelas contribuições de Rocha-Coutinho é que a educação feminina contribuiu com a educação masculina e vice-versa, uma vez que no “outro” masculino a representação do tomar conta do lar e gerir a família subtende-se um “eu” feminino que se submeta a tal condição.

A relação que a Lei Geral de Ensino guarda com a cultura da época é importante. Se tomarmos os textos de Jean-Jacques Rousseau, em especial, “Emílio ou da educação”, encontraremos diversos trechos de mesma intenção. Citamos um apenas:

Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes e, por conseguinte, os gostos que o dirigem (ROUSSEAU, 1992, p.430).

Se uma das figuras iluministas mais reconhecidas do ocidente propôs a crítica a sociedade desigual do *Anciën Règime* dividida e classificada por elementos tradicionais de marcas absolutistas e feudais, cremos que o fez desejoso por um contrato social que rearticulasse a posição do homem em sociedade a partir do reconhecimento do sonho iluminista burguês masculino, filtro das históricas diferenças de gênero. Este liberalismo revolucionário do século XVIII atendeu a uma demanda própria do individualismo burguês que se consagrou no *fin-de-siècle*, cujas marcas tradicionais e conservadoras nos permitem recuperar Berman e suas perspectivas de modernidade contraditória.

Por isso, muitas vezes se levantaram contra essa noção de contrato social. Pateman (1993 *apud* SOUZA, 2015) criticou Rousseau considerando seu contrato social como um contrato sexual, responsável por naturalizar estruturas de poderes políticos dos homens sobre as mulheres cuja consequência desdobra para o acesso permitido dos homens aos corpos femininos.

Não estranho que, mesmo diante da Lei Geral de Ensino de 1827 e de seus artigos que preconizam como deve ser implementado a malha escolar, sabemos que as primeiras escolas desta natureza foram destinadas exclusivamente aos meninos. A exclusão inicial das alunas

aguardou a criação de escolas normais femininas que, segundo a historiografia foram mais significativamente percebidas apenas nos anos finais do século XIX.

A pesquisa de Jane Almeida e Vania Boschetti confirma:

No Brasil, a primeira instituição de origem católica que se encarregou de educar as moças foi o Convento das Ursulinas de Nossa Senhora das Mercês na Bahia, que seria o primeiro e único colégio de meninas durante o período colonial, fundado em 23 de janeiro de 1735. Somente depois de um século é que seria fundado outro colégio para jovens, em abril de 1849, as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Mariana, Minas Gerais. Em São Paulo, a Congregação das Irmãs de São José de Chambery fundou em Itu, em 1858, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. O encaminhamento das meninas aos colégios religiosos em regime de internato, às vezes, se fazia até que elas chegassem à idade de serem apresentadas à sociedade em busca de um casamento vantajoso. Além da educação feminina franqueada às filhas das famílias abastadas, em 1862 o colégio também abriu uma seção destinada ao ensino das primeiras letras para as meninas pobres e filhas de escravos, tomando, porém, o cuidado de abrir uma classe completamente separada, numa sala térrea do lado oposto ao do colégio (ALMEIDA, BOSCHETTI, 2012, p.229).

Do convento das Ursulinas de Nossa Senhora das Mercês, na Bahia, fundado em 1735 ao ano de 1849 com a fundação de outro espaço de cunho religioso, o “Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo”, em Mariana na província mineira, foram 115 (cento e quinze anos). Almeida e Boschetti nos autorizam a potencializar a marca da educação feminina no Brasil império como o outro gênero, sexual, perigoso interno a controlar, uma vez que as práticas de estavam explicitamente vinculadas a moralidade e ao comportamento feminino esperado muito mais que uma questão técnica pedagógica científica racional.

June Hahner, no texto “Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX” (2011), expõe situação diferente. Para a autora “A primeira escola normal para treinamento de professoras primárias, uma ideia europeia, tinha surgido em Niterói, em 1835, numa tentativa de melhorar o padrão de ensino” (2011, p.470), ou seja, já existia ali a presença de uma instituição estatal com fins de educação feminina para docência. A autora ainda salienta que a experiência de Niterói foi seguida por outras províncias, algo que também não nos assusta dado a perspectiva da interiorização da metrópole de Dias. Aos poucos, as Escolas Normais abrindo e fechando, iam de suspiro e entrecortes, resistindo em “pequeno número, com poucas matrículas e com uma posição precária até os últimos anos do Império” (2011).

De qualquer forma, a historiografia que versou sobre a instrução pública no Brasil imperial produziu leituras ricas e complexas sobre formas de “naturalização” do feminino,

territorialização dos gêneros, condução da vida pública e privada dos homens e mulheres, tal como citamos, com maior atenção a segunda metade do século XIX. Gondra e Schueler relembram que ainda que existam avanços consideráveis aos estudos em História da educação (em geral), “ainda permanecem lacunas significativas para a compreensão do período de 1800 a 1840” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.35).

Como Guimarães afirmou, era preciso inventar um Brasil controlando diversos “outros” internos e externos. Às mulheres, o espaço privado, a representação moral cristã de marcas católicas, as limitações das prendas, do corte e da costura, dos conhecimentos básicos, entre outras funções “naturalizadas” na cultura patriarcal. Mas, e os negros e os índios, como lidar com estes “outros brasileiros”?

Quando pensamos na educação dos negros no contexto do Brasil Império, podemos rapidamente lembrar do título do livro de Célia Maria Marinho de Azevedo “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)”. Para a autora, os ventos abolicionistas ingleses encostavam na costa da América sugerindo liberdade aos escravizados para torná-los cidadãos. A essa tendência se somavam as notícias que chegavam de São Domingos, já que sua revolução (1791-1804) havia sido deflagrada de maneira forte e violenta, resultado da revanche negra contra o branco francês colonizador. Azevedo escreve que o Brasil independente sofria pressões inglesas para a abolição enquanto revelava medos e ansiedades de como os negros ficariam depois de “possivelmente” libertos. O corpo negro, este “outro” que se fazia “incômodo” aos olhos da elite nacional, era resignificado aos olhos da autora como uma possível “horda” descontrolada capaz de muitas ações de violência (1987).

O Brasil independente era um país escravista, racista, cujo passado de violência contra os negros escravizados não retornava pacificamente nestas novas aspirações civilizatórias do século XIX. João Severiano Maciel da Cosa, o marquês de Queluz, publicou em 1821 a obra “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos no Brasil; sobre as formas adequadas (segundo sua visão) de se realizar a abolição, além de discussão do campo das consequências da mesma, posto a necessidade de remediar a falta de braços para o trabalho. O marquês estava mais preocupado com a economia e não com a vida ou com a dignidade dos negros e negras escravizados. Em suas memórias tratou a natureza negra como africana, logo, bárbara (AZEVEDO, 1987, p.40).

Outra fala partícipe desse grupo da elite escravocrata é a de José Bonifácio de Andrade e Silva, uma vez que segundo o autor, “era preciso, não enfrentá-los, mas sim começar a educá-los e a comerciar com eles” (PAULA; NOGUEIRA, 2017, p.10), em outras palavras, organizar a vida destes “selvagens” para o futuro desta sociedade em “nascimento”.

Concordando com Célia Azevedo, Fabiana Rodrigues Dias escreveu que esta posição de José Bonifácio era também levada aos “outros” indígenas. Por ocasião da Constituinte de 1823, o patriarca da independência abordava a heterogeneidade nacional como problemática, já que índios e negros são tratados como coadjuvantes de um país orquestrado por brancos, estes, cientes de seu papel como herdeiros morais e fenotípicos dos europeus. Dada a representação que os brancos tinham de si mesmos, reverberava entre estes brasileiros uma “retórica civilizatória capaz de endossar a sua suposta superioridade, comunicando a índios e negros que seus modos de existir seriam inadequados” (DIAS, 2020, p.21). Em outras palavras, para Bonifácio, letrados e civilizados eram representantes da boa sociedade e deveriam se responsabilizar pelo aperfeiçoamento daqueles a quem consideravam inferiores.

Quanto ao contexto internacional, por mais que as pressões inglesas pudessem e quisessem minar o crescimento do tráfico internacional atlântico de escravos para o Império, a escravidão no Brasil findou, de acordo com a lógica legal do Estado ainda que não na prática social, apenas em 1888 com a Lei Áurea.

Por isso, diferente do “outro” representado pelas mulheres, o “outro” negro nos parece repleto de singularidades que, a princípio, questionam práticas educativas de sucesso no contexto. Uma das questões que se faz necessária aos estudos de como os negros acessaram a educação se realiza nos escritos de Cynthia Greive Veiga (2008), principalmente quando a autora nos alerta para o perigo de tomar o negro diretamente como escravizado. Há, segundo a autora, uma premissa de que não se educava os negros escravizados, uma vez que a Constituição de 1824 “proibia o acesso à Educação aos pretos, negros e crioulos” (MOYSÉS, 1994, p. 200 *apud* VEIGA, 2008, p.503). Apenas como argumento de exceção, a autora revela que em suas pesquisas encontrou lista de frequência de alunos escravizados em escolas particulares, em 1832, na província de Minas Gerais (2008, p.503).

Veiga insiste em chamar a atenção para esta posição de que a representação do “negro escravizado analfabeto” precisa ser revisitada na historiografia, levando em consideração alguns argumentos específicos: primeiro, porque não apenas nas práticas escolares se organizavam os processos de educação; segundo, porque parte dos estudos realizados partem de um lugar saturado pelo excesso de discursos da necessidade da educação e instrução pública para a sociedade brasileira oitocentista, revelada na missão civilizadora da escola (mesmo com as precárias condições com que muitas existiram); e terceiro, o alto índice de analfabetismo na sociedade – em 1872, a autora relembra que pesquisas como a de Lilia Schwarcz apontam que 84% da população brasileira estava nessa condição, portanto, “é possível especular que também muitos brancos, inclusive abastados, não sabiam ler” (VEIGA, 2008, p.503).

Se as famílias mais abastadas poderiam oferecer meios plurais de acesso ao letramento e ao numeramento para seus filhos, é preciso reconhecer que estes não eram negros. A questão desponta de forma capciosa se lembrarmos a concepção de Guimarães (1998) sobre a alteridade que envolve a invenção nacional e exclusão negra e indígena de nossas memória e identidade – eram, portanto, justamente os negros e os indígenas, estes “outros” indesejados que precisariam dos processos de educação ali planejados⁸⁰.

Desta forma, as escolas públicas atendiam as crianças pobres na lógica de Veiga (2008). Gondra e Schueler (2008) confirmam a proposta de Veiga de complexizar a leitura acerca da educação dos negros escravizados da sociedade imperial ao trazer diversos trabalhos que exemplificam esta diversidade de ações e situações educativas. Na historiografia percebida pelos autores, podemos identificar escravizados que sabiam ler e escrever e, por isso, desenvolviam ofícios variados (2008, p.226).

Em outras palavras, foram múltiplos os processos de educação visando a civilização da sociedade brasileira, principalmente quando miramos nossas atenções aos corpos negros. Outro ponto de complexidade é a polissemia do termo “negros”, já que a pesquisa de Gondra e Schueler propõe o cuidado de diferenciar as práticas educativas dos chamados “africanos” dos “pretos livres e libertos”.

Como observado em Gondra e Schueler (2008) e Veiga (2008) aos “africanos”, negros escravizados oriundos vindos da África, o sistema escravista e as práticas cotidianas foram apresentadas como não suficientemente excludentes de processos de educação, tendo em vista a presença de negros que sabiam ler e escrever além das operações matemáticas básicas. Longe de cairmos em revisionismos históricos irresponsáveis, creio que aqui que os autores não tomam as exceções por regra, apenas colorem a regra com nuances mais complexas.

Quanto aos “pretos livres libertos”, Gondra e Schuler pensam na hipótese de que o medo pela autonomia negra foi fator preponderante para as leis proibitivas da presença dos negros nas escolas. Era preciso, nesta perspectiva, manter o negro ignorante, uma vez que a onda negra era tomada por muitos intelectuais brancos como amedrontadora (AZEVEDO, 1987). Exemplificando essa premissa, em artigo referente as decisões provinciais no Rio Grande do Sul, Natália de Lacerda Gil e Cláudia Pereira Antunes (2021) comentam que a lei de n.14 de 1837, em seu artigo terceiro propôs: “São proibidos de freqüentar as Escolas

⁸⁰ O relatório escrito pelo vice-diretor geral da Instrução do império, Antonio José Ribeiro Bhering, em 1851 afirmou que: “...o número das aulas particulares é considerável. Sua freqüência é pelo menos igual a das escolas públicas. Os pais dão preferência ao ensino particular, por que nem todos os professores, ou melhor, grande número de professores, não dá as preciosas garantias de saber, honradez e moralidade, requisitos que os pais ou educandos consultam quando tratam da educação de seus filhos”. (Relatório, 1852a, p. 4 *apud* VEIGA, 2008, p.507).

Publicas. 1º Todas as pessoas que padecerem de molestias contagiosas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos...” (2021, p.07) e que, quando da aprovação do regulamento provincial da instrução pública primária, em 1842, houve a seguinte alteração:

Artigo 1º - Nas Escolas Públicas de Instrução Primaria de toda a Provincia serão recebidos todos os Alumnos, que forem apresentados aos Professores, ou Professoras com as formalidades estabelecidas no presente regulamento, a excepção daquelles a quem é expressamente prohibido frequentar as Escolas Publicas.

Artigo 2º - Não serão admitidos como Alumnos nas Escolas Públicas, além dos prohibidos por lei:

§1º os menores de 5 annos:

§2º os que não forem pessoalmente apresentados por seus Pais, Tutores, ou Encarregados (Leis, atos e regulamentos..., 2004, p. 21 *apud* GIL; ANTUNES, 2021, p.07).

O que se observa no caso gaúcho é que a mudança textual de 1837 em relação a 1842 ocorreu na direção de certa camuflagem, talvez eufemismo, da exclusão dos negros. Se em 1837, a lei produz claramente o sentido proibitivo da presença do alunato negro nas escolas públicas, em 1842, a lembrança é curiosa pois todos os alunos apresentados por professores com “*a excepção daquelles a quem é expressamente prohibido frequentar as Escolas Publicas*”. Ao não citar quem são os proibidos, fica a impressão que não havia a necessidade de se identificar textual, todos os envolvidos na lei sabiam. A instrução pública imperial buscava construir uma nação outra, contornando outras formas de não ser o que se foi – negra, por exemplo.

Em Minas Gerais, a população mineira era predominantemente composta por negros e mestiços livres e, em menor escala, pela população branca livre afirmou Veiga (2008, p.509). Por isso que esta sinonímia entre negro e escravo contribui para uma visão turva da educação dos negros, na medida em que nos impossibilita pensar as “crianças negras e mestiças na escola imperial referendando a afirmação tão recorrente de que os negros eram proibidos de frequentar a escola, quando a proibição legal de frequência à instrução pública se fazia aos escravos” (VEIGA, 2008, p.509).

A invenção da nação por meio da eliminação do “outro” não é apenas história brasileira isolada do todo. Ao lembrarmos do quadro “*American Progress*” (progresso americano, figura 3 na página 46), do artista norte-americano John Gast, veremos a representação do homem branco como protagonista da imposição do progresso a partir de seus equipamentos tal como a luz elétrica, roupas, tecnologia e civilização. O que está em jogo na entrada destes novos territórios no sistema-mundo no contexto de construção destas identidades nacionais é que, no

século XIX, as nações o fizeram mediante a negação de um certo “outro” em contexto da aventura moderna. Em outras palavras, a identidade para a antropologia, relacional e contrastiva, ao inventar a si na contraposição/afirmação do outro, foi direcionada politicamente no século XIX pelos (des)caminhos da instrução pública em meio a um contexto de ameaças de destruição das memórias e tradições dos grupos eliminados (BERMAN, 2007), anulando e homogeneizando o tempo e o espaço com base na lógica branca, europeia, racional e civilizatória (GIDDENS, 1991), criando a ilusão de uma vitória que nunca se concretiza (HABERMAS, 2000).

No Brasil, os discursos sobre este elemento intermediário (nem branco, nem negro, nem indígena) variam. Roberto DaMatta (1986) criticou os trabalhos que realizaram síntese nacional diante desta triangularidade e que não foram atentos a crítica referente as lutas de resistência indígena e negra e ao genocídio promovido pelos brancos. Seria considerar uma igualdade que não existe. Estaríamos, na visão comparativa que o autor realiza, mais próximos da região sul norte-americana e de como nos organizamos historicamente enquanto uma sociedade de brancos aristocráticos hierarquizados, em que esta mistura étnica pode ser vista como “um modo de esconder a profunda injustiça social contra negros, índios e mulatos, pois, situando no biológico uma questão profundamente social, econômica e política, deixava-se de lado a problemática mais básica da sociedade” (1986, p.46).

Este racismo à brasileira (DAMATTA, 1986) está presente nas leis de instrução. O que nos leva a considerar que as leis de instrução pública não visavam anular os negros ou escondê-los, mas classificar os territórios em que habitariam, os trabalhos que poderiam realizar, os sujeitos que moralmente poderiam ser.

A instrução pública imperial caminhou junto com as mudanças da própria legislação acerca da escravidão negra brasileira no século XIX. As leis que promoveram a lenta e gradual abolição da escravidão foram inicialmente aprovadas a partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queirós, perpassando a Lei dos Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888). A cada construção legal, mais evidente o fracasso do projeto escravocrata e mais necessário os processos de educação sobre os corpos negros.

Alessandra Schueler destaca que a educação das crianças deveria reconhecer este contexto de transformações sociais. No caso da Corte, educar as crianças era importante, tanto que em 1854, a partir do Regulamento da instrução Primária e Secundária no Município da Corte, delimitou-se o alvo do ensino primário e secundário. Agora, o acesso às escolas estava destino aos cidadãos livres e vacinados, desde que não portadores de moléstias contagiosas. A proibição aos escravizados era marca de uma sociedade que previa tal hierarquia (1999, s/p.).

Crianças livres e vacinadas e não portadoras de moléstias contagiosas. Era esta a forma do Império brasileiro conduzir a nação após a publicação do Regulamento no caso da cidade Rio de Janeiro, revelando quais “outros” deveriam estar dentro e fora das instituições de instrução pública. Com o avançar do século XIX, as questões étnico-raciais e a sensível abolição da escravidão cada ano mais emergente colocavam as crianças brasileiras em uma escola que atentasse para a preparação para o trabalho. De tal modo, Schueler considera que a educação imperial do período pós-1850 reconheceu os perigos sociais da criminalidade e da desordem, organizando as crianças, principalmente as pobres, na condução da ordem e do progresso que se desejava. As “escolas, colônias agrícolas, oficinas e institutos profissionais, constituíram-se em produtos das discussões e da busca de alternativas para a resolução do problema da chamada ‘transição do trabalho escravo para o livre’” (1999, s/p.).

Valnir Chagas escreveu que a história da educação brasileira no período imperial viveu dois planos, um real e outro ideal, demarcando as diferenças entre o que se buscava no campo dos desejos da lei e a realidade bastante fragmentada e movediça característica da sociedade do período. Ao cabo, a vida intelectual advinda dos modelos europeus trouxe “...Pouca ciência experimental, nenhuma técnica, muito verbalismo; poucos Mauás, muitos letrados” (1978, p.14).

Segundo a apreciação de Vinícius Müller e Oliveira (2011), a historiografia reconhece que ao longo do século XIX as leis de instrução pública geraram a incorporação da obrigatoriedade do ensino básico por meio da Constituição de 1824, porém, dado a natureza pouco assertiva de um projeto educacional nacional unificado, não foram estabelecidas bases sólidas para sucesso do intento. No campo do discurso, a escravidão permanecia como elemento complicador, na prática, a estruturação da educação escolar pública no Império pouco concebeu espaços para incorporar os libertos e, menos ainda, considerou escolarizar os escravizados.

Esta sociedade escravista e desigual, voltada a uma educação de certos grupos e não de todos, não demonstrou no contexto imperial ações concretas para alteração do quadro hierárquico em que os grupos se encontravam, seja na análise das minorias étnicas e de gênero, seja nas questões sociais que envolviam pobres e ricos, seja na própria heterogeneidade das províncias e de sua capacidade de instalação de uma malha escolar, ainda mais quando lembramos de que as iniciativas estavam nas mãos das Câmaras e Assembleias provinciais, “vulneráveis economicamente ante um desproporcional poder econômico controlado pelo governo imperial” (2011, p.6).

Para finalizarmos esta pequena subseção, utilizaremos a forma direta com que o Relatório de Instrução Pública de 1853 da Província de São Paulo escreveu sobre as escolas de

primeiras letras no território: “que o povo saiba ler, escrever, fazer as quatro operações fundamentaes da Arithmética, e recitar de cór as principaes orações que a Igreja ensina ao chistão, e a carreira das primeiras letras está finda...” (1853, p.16). Educar era “simples”, posto a apresentação de poucos elementos: as letras, os números e Deus. Mas, ao mesmo tempo, não era.

4.1. A construção da malha escolar no território paulista no século XIX

Gondra e Schueler (2008) avaliam a história da instrução pública imperial diante das relações que o Estado brasileiro pós-Independência detinha com as demandas de construção de uma nação. As revoltas regenciais e as múltiplas disputas políticas internas não se ausentaram dos debates que contornaram o espaço da instrução pública nacional. Este planejamento em desenvolvimento foi demonstrado na subseção anterior, oportunizando ao leitor compreender que a interiorização da metrópole (DIAS, 2005) também significou a resposta brasileira as alterações de suas relações com o sistema-mundo. Educar as mentes e os corpos de um povo segundo critérios específicos centrais (Corte) não foi experiência exclusiva deste país.

Se a Lei Geral de Ensino de 1827 e suas consequências para a descentralização das ações do Estado geraram histórias provinciais diferentes, estas estão a serviço de uma voltagem também diferente de cada território no sistema mundial moderno. Em outras palavras, como propões Braudel (1996) e Wallerstein (1990) nas seções anteriores, as forças do sistema mundial moderno atuam em velocidades diferentes, voltagens distintas, de acordo com a distância ou aproximação das regiões centrais do capitalismo. Não nos estranha, portanto, a diversa condição com que cada província vivenciou a inserção das escolas, dos inspetores, professores e naturalmente os alunos.

André Paulo Castanha (2006) questionou parte considerável dos pesquisadores da história da educação no Brasil, defensores da ideia de que o Ato Adicional de 1834 tenha sido descentralizador, tal como mencionado. Para o autor, são diversos os argumentos que caminham na direção contrária, uma vez que

A lei de interpretação do Ato Adicional, o Código de Processo Criminal, a criação do Conselho de Estado e a nomeação dos presidentes de província constituíram-se em instrumento que buscaram restabelecer a ordem e impor a hierarquia política e administrativa. Dentro dessa lógica também é possível verificar uma grande influência no campo educacional e, a partir disso, rever o discurso produzido pela historiografia ao longo do tempo. (2006, p.186).

Em outras palavras, a descentralização aparentemente percebida no período pós-abdicação de D. Pedro I foi rapidamente ressignificado pela mão forte dos regentes frente ao conturbado contexto de revoltas e levantes populares. Esta ilusão de liberdade para legislar sobre a educação não revelou, na prática, potência transformadora das províncias no que tange a instrução pública. Desta forma, a Província de São Paulo não estaria desarticulada dos interesses dos regentes e, posteriormente, de D. Pedro II.

Por estes e outros argumentos, Gondra e Schueler colocam a difícil tarefa para os historiadores da educação em reconstruir “histórias locais”. De nossa parte, inseriríamos “provinciais” também. Histórias em que se presentificaram iniciativas de diferentes pessoas e diversos grupos sociais diante das decisões políticas das vilas, povoados e cidades. Por isso, os autores privilegiaram a leitura dos documentos das Câmaras Municipais, das Assembleias Provinciais, tal como das Inspetorias e Conselhos de Instrução Pública, buscando “a complexidade de uma educação e instrução construídas sob os marcos de um ambicioso projeto de Nação e de Civilização” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.292-293). Assim, nos questionamos: mulheres, negros, crianças, enfim, como os “outros” de São Paulo experimentaram a interiorização dos processos de educação durante o século XIX?

Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província de São Paulo no ano de 1834 discursou para Assembleia após as mudanças imperiais diante desta suposta descentralização já comentada:

Illmos. e Exmos. Senhores Sendo esta a primeira vez que tenho o prazer de ver-me entre vós, depois que foram decretadas as Reformas, esta obra tão aclamada pelas necessidades públicas, quão apreciada pelos amigos da liberdade, em que, se dando os precisos meios de desenvolvimento às províncias, conservou-se, contudo, o centro de ação, e de força, essencial a um grande Estado, não posso dispensar-me de congratular-me convosco de ante mão pelas vantagens e prosperidade, que à nossa província, como uma das que tem marchado à frente na carreira da liberdade deve colher desta nova organização (Relatório do Presidente de Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar, 3 de outubro de 1834 *apud* MARTINS, 2019, p.179).

O que o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar ressaltou já nos é conhecido – o cenário de transformações e de certa autonomia da Província de São Paulo frente aos desejos nacionais do Estado imperial. Aguiar ainda não sabia das futuras cifras cafeeiras levantadas pela Província São Paulo da segunda metade do século, tão pouco o quanto suas fazendas de café gozariam financeiramente dos lucros deste ciclo econômico, mas reconhecia, nos limites do contexto, as possibilidades e de certa “fertilidade” que este liberalismo prometia trazer diante do crescimento político econômico desejado.

Marisa Saenz Leme (2008) escreveu que desde 1828, antes mesmo das reformas do Ato Adicional de 1834, o extinto Conselho Geral da Província havia se movimentado quanto aos assuntos educacionais. Várias propostas de expansão foram discutidas pelos conselheiros, inclusive, o pedido de verba para construção de biblioteca pública na capital. De outro lado, a autora relembra a necessidade que os conselheiros tinham em propor normatização das “relações societárias com índios e escravos, procurando estabelecer-lhes princípios ‘civilizados’” (LEME, 2008, p.204).

A perspectiva de Guimarães acerca da invenção do “outro” indígena, negro e feminino foi confirmado por Leme, de acordo com a maneira que a historiadora revelou a necessidade de “civilizar” a todos estes não brancos. Ainda que, na escrita de Leme, fique evidenciado a solicitação de ajuda para uma biblioteca pública na capital da província, podemos recuperar que a cidade de São Paulo no contexto em questão estava longe de ser “modelo civilizacional” para o país.

Mauricéia Ananias (2005) em sua pesquisa sobre a regulamentação da instrução pública na província de São Paulo reconheceu que, ao observarmos os relatórios e as atas dos Anais da Assembleia Legislativa do contexto, encontramos a questão salarial dos professores como problema bastante presente (2005, p.54). Em 1835, a Assembleia da Província de São Paulo decretou sua primeira lei em relação aos salários dos professores, na qual autorizava o presidente da Província Raphael Tobias de Aguiar, a praticar salários menores que os prescritos na lei imperial de 1882. E mais, não só os salários, mas as formas com que os pagamentos eram realizados também foram questionados pela Assembleia paulista.

Uma das práticas percebidas nos relatórios de província é o uso de gratificações àqueles professores que possuíssem número significativo de alunos sob sua tutela. Em 1843, o então presidente da Província paulista, José Carlos Pereira d’Almeida, justificou o pagamento das gratificações aos professores: “D’elles vereis os efeitos das medidas, que tendes adoptado para remunerar os Professores, que se distinguirem por sua assiduidade, e pelo zelo da applicação dos seus alunos.” (Mappa demonstrativo das Escolas de Primeiras Letras da Província de São Paulo” Discurso recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira d’Almeida Torres no dia 07 de janeiro de 1843 por ocasião da Abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo *apud* ANANIAS, 2005, p.59).

A questão salarial se revelou problema por muitas décadas. Em 1851, sancionado o segundo regulamento para instrução pública, não houve menções as mudanças de salários, porém, percebe-se a necessidade dos professores em comprovar as frequências de seus alunos já fornecidos pelos inspetores de Distrito. (2005, p.64).

A partir de 1850, diante das mudanças administrativas da Província de São Paulo, citamos a instalação da Repartição da Instrução Pública, ordenada pelo Regulamento de 8 de novembro de 1851. O regulamento organizou a Inspetoria Geral, as Inspetorias de Distrito e um Conselho de Instrução Pública composto por 15 cidadãos nomeados pelo Governo (GIGLIO, 2017, p.80-81). Em outras palavras, a instrução pública era um problema levado a sério pelos políticos paulistas, mesmo que não houvesse condições (ou desejos) de colocá-la em prática tal como os inspetores registraram nos relatórios.

Como estratégia para percebermos a evolução dos números referentes a malha escolar da Província de São Paulo no século XIX, pesquisamos os relatórios produzidos pelos inspetores gerais encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Os relatórios da Inspetoria Geral do Ensino iniciaram no mesmo ano de sua criação, em 1851. Daqueles que foram encontrados no AESP, ditamos os relatórios assinados pelo Inspetor Geral de Instrução Pública Diogo de Mendonça Pinto, entre os anos de 1851 a 1866, e seu substituto Francisco Aurelio de Souza Carvalho, entre 1873 e 1880.

A partir da leitura dos relatórios, conseguimos construir o quadro comparativo que segue:

Quadro 12 - Análise dos Mappas dos estabelecimentos públicos de instrução primária e secundária da Província de São Paulo nos anos de 1851 à 1880

	Estabelecimentos de ensino público (primeiro e segundo graus)	Cadeiras	Escolas particulares de primeiras letras	Alunos (de instrução pública de ensino)	Alunas (de instrução pública de ensino)	Total de alunos (de instrução pública de ensino)
1851	194	96		3.588	1.110	4.698
1852	203	104		4.384	1.328	5.712
1853						5.152
1854	253			3840 (escolas de primeiras letras)	1074 (escolas de primeiras letras)	4915 (escolas de primeiras letras)
1855		155		4237 (instrução primária pública)	1.378 (instrução primária pública) 52 (segundo grau)	5.615
1856	176	105(masc.) 60 (fem.)	39 (masc.) 15 (fem.)	4.131	1.320	5.451

				(instrução primária elementar)	(instrução primária elementar)	(instrução primária elementar)
1857	188	122(masc.) 69 (fem.)	67 (masc.) 22 (fem.) e 3 Colégios (fem)	4.178 (instrução primária elementar)	1.659 (instrução primária elementar)	5.847 (instrução primária elementar)
1858	181	122(masc.) 69 (fem.)	56 (masc.) e 1 Colégio (masc.) 24 (fem.) e 7 Colégios (fem)	4.482 (instrução primária elementar)	1.765 (instrução primária elementar)	6.247
1861	140 (masc) 80 (fem)	111		5.750	2.697	8.447
1862	238 de ensino primário (147 escolas, 1 seminário e 1 escola normal para o sexo masc.; 88 escolas e 1 seminário para o fem.)			3.809	1.694	5.503
1863	246 (152 escolas masc. e 94 escolas fem.)		133 escolas particulares masc. + 47 escolas particulares fem.	3.697	1801	5.498
1864	246 (152 escolas masc. e 94 escolas fem.)		134 escolas particulares masc. + 47 escolas particulares fem.	4.340	2.128	6.460
1865	348 (139 públicas masc. 72 partic. masc. 1 Seminário masc. 1 Eschola Normal masc.) 94 públicas fem. 28 partic. fem. 1 Seminário fem. 12 Collegios fem.)	281 (masc) 178 (fem)	67 escolas	6.519	3.157	9.676
1866	270		106 escolas partic. masc.	5.036 +	2.560 +	9.548

	162 (escolas públ. de primeiras letras masc.)		53 escolas partic. fem. 13 colégios fem.	1.263 (partic.)	689 (partic.)	
	108 (escolas públ. de primeiras letras masc.)					
1878	662		832 escolas partic. masc.	6.667	4.766	11.433
	419 (escolas públ. de primeiras letras masc.)		595 escolas partic. fem.			
	242 (escolas públ. de primeiras letras masc.)					
1879	696			6.625	4.306	10.931
1880	736	550		7.986	5.224	13.210
	462 (masc.) 274 (fem.)					

Fonte: O quadro foi construído mediante a combinação dos dados dos seguintes relatórios: “SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1852. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1853.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1853. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1854.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1854. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1855.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1855. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1857.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1856. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1857.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1858.; SÃO PAULO. Relatório doo estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1858.; SÃO PAULO. Relatório do estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1859.; SÃO PAULO. Relatório do estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1859.; SÃO PAULO. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública de S. Paulo 26 de dezembro de 1861. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. 1861. SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo em 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864.; SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da Província de S. Paulo em 1864. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial. s/ano. SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da Província de S. Paulo em 1865. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques: São Paulo, 1867.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo no anno de 1878. Francisco Aureliano de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do “Diário de Santos”: Santos, 1879.; SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de São Paulo no anno de 1879. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia á vapor do Diário de Santos: Santos, 1880. SÃO PAULO. Relatório sobre

o estado da instrução pública na Província de S. Paulo no anno de 1880. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do - Diário de Santos: Santos, 1881. Todos os documentos estão localizados no AESP.

Apesar de algumas lacunas, os relatórios oportunizam percepção de um paulatino, inconstante e crescente número de alunos na Província de São Paulo a partir de sua organização em 1851. Se em 1851 existiam 4.698 alunos o território o número cresceu para 13.210 em 1880. Em alguns contextos, por exemplo, nas transições dos anos de 1852-1853, 1855-1856, 1861-1862, 1865-1866 e 1878-1879 os dados indicam leves retraimentos – o que implica em reconhecer a instabilidade da presença e frequências dos alunos nas instituições de ensino.

Os inspetores são enfáticos em revelar que seus escritos partem da realidade levantada e não do número real de alunos na Província. Outro ponto que se destaca nos relatórios é a presença comum de reclamações dos inspetores gerais acerca da não participação de algumas cidades no envio das informações solicitadas.

Quanto a diminuição de alunos no ano de 1863, o inspetor Diogo de Mendonça Pinto relata: “Devo declarar que o número de meninos e meninas que aprendem actualmente a lêr e escrever não é normal. Mostra-se inferior aos dous anos anteriores em razão de se terem fechado recentemente muitas escholas, pela demissão dada a tudo quanto era Professor contractado” (SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864, p.14, AESP).

A situação financeira era constantemente questionada e as gratificações estavam na pauta de todos os relatórios, tal como citou Ananias (2005). No relatório de 1858, o mesmo Inspetor Geral produziu o seguinte contorno da situação:

Vencimentos. – Em 1846 o Legislador os designou á todas as escholas pela Lei N.º 34, e n’essa parte como em outras systematisou este ramo de serviço; mas no anno seguinte, determinando pelo art. 15 da Lei N.º 28 que os ordenados e gratificações da de N.º 34 somente competissem aos Professores providos em virtude das disposições d’ella, e não aos anteriores, e que estes gozassem do beneficio das Leis de sua criação, e d’esta arte estabelecendo infinidade de vencimentos diversos, tudo confundio, e aniquilou sua obra. De então os ordenados e gratificações tornarão labyrintho inextricavel, ficando estabelecidos ordenados:

- 1.º - De 200 á 500\$000 réis taxados pelo Governo “com atenção ás circunstancias da população, e carestia dos logares” (Lei Geral de 15 de Outubro de 1827 arts. 3º e 13);
- 2.º - De 400\$000 réis aos Professores das Vilas de beira-mar (Decreto de 7 de Agosto de 1832 art. 1º.);
- 3.º - De 360\$000 réis aos das vilas do interior (ibi);
- 4.º - De 240\$000 réis aos das Freguesias (ibi);

5.º - De 480\$000 réis aos desta Capital (ibi)... (SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864, p.14, AESP).

Uma vez reconhecendo a questão dos pagamentos e gratificações como importante para as finanças da Província e para a exequibilidade do projeto de implementação de malha escolar no território paulista, a avaliação do Inspetor Geral chama-nos a atenção em várias frentes. A primeira, mais evidente, trata-se da percepção complexa das mudanças das leis e da gestão deste “labyrinth inextricável” do encaminhamento do dinheiro – dado a responsabilidade que foi passada as Assembleias provinciais de organizar a instalação e a manutenção da instrução pública. A segunda, mais preciosa para os objetivos de nossa pesquisa, é a valoração dos pagamentos, na medida em que organiza uma cartografia dos valores para cada região.

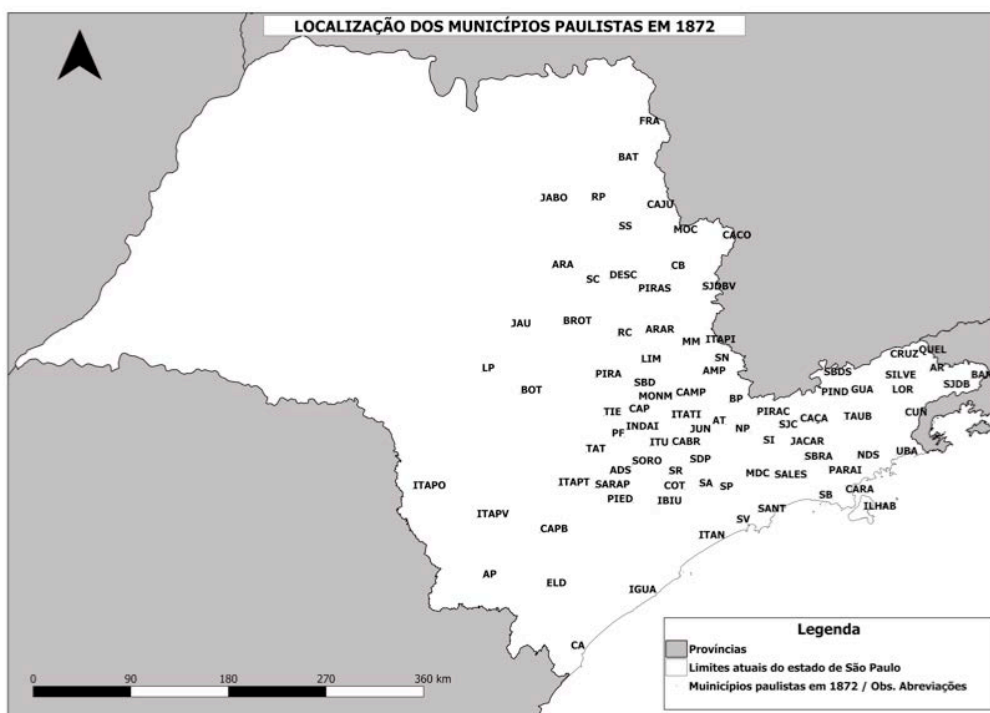
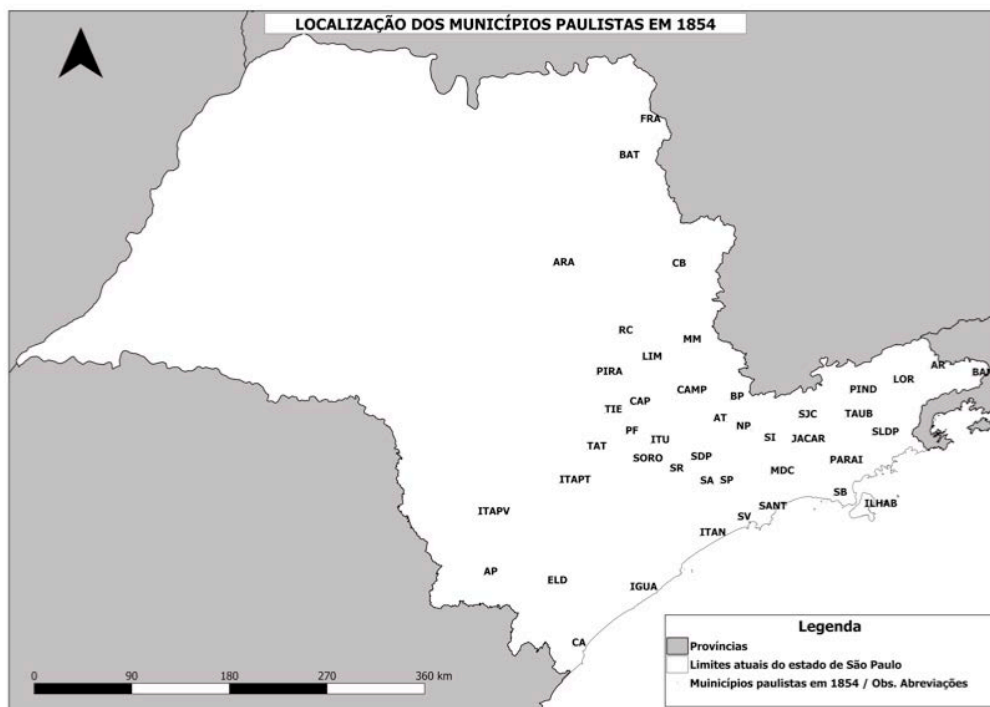
Em primeiro lugar a capital (48\$000 réis) seguido de perto pelas vilas beira-mar (400\$000 réis), em terceiro as vilas do interior (360\$000 réis) e por último as freguesias (240\$000 réis). Porém, no relatório de 1857, há uma consideração importante por parte do inspetor, posto que nem sempre a capital tem números tão significativos se comparados o número de instituições e matrículas da região litorânea e do interior:

O Mappa anexo sob n.º 12 mostra que as instituições privadas existentes na Província, de que esta Repartição tem noticia, são: - de instrucção primaria 67 escolas do sexo masculino, e 22 eschololas e 3 Collegios do sexo feminino. Pertencem n’essa relação á Capital 7 eschololas do sexo masculino, e 2 eschololas e 2 Collegios do sexo feminino. (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1858, p.28).

O que o Inspetor pode ter indicado é que a relação entre as iniciativas públicas e privadas na formação das escolas de primeiras letras, liceus e outras instituições de instrução pública pode ter se realizado com menos timidez nas cidades paulistas na década de 1850, com exceção da capital São Paulo.

Os mapas que observamos na seção dois produzidos mediante os dados estatísticos do Império cartografaram a Província de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1880. Se voltarmos a observar os mapas 8 e 9, referente aos anos de 1854 e 1872, poderemos relembrar a interiorização da Província e o contexto em que o Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto viveu para considerar os pagamentos e a hierarquia das gratificações:

Mapas 8 e 9 – Localização dos municípios paulistas em 1854 e 1872



Fonte: Mapas produzidos por Cléber Martins e Rafael Cardoso de Mello, tendo em vista os dados expostos na estatística das séries “São Paulo do passado: dados demográficos” de 1854, 1872 e 1886 de Maria Sílvia Bassanezi.

Compreende-se a valorização da ocupação das regiões tradicionalmente habitadas tais como a da capital e litorânea. Este ponto é importante como indício de certa consciência do inspetor acerca da valorização das cidades e vilas que estavam de alguma maneira instaladas

na organização do território e não aquelas que iriam chegar, advindas na fronteira do café e que ainda se faziam mistério para o futuro. A franja pioneira de Monbeig e sua materialidade férrea ainda estavam por cortar a região nordeste da Província de São Paulo em 1860 e a região do Vale do Paraíba possuía maior influência que a do novo “Oeste”.

De certa maneira, a lenta e pouco expressiva instalação da malha escolar na capital e em seus arredores ainda encontrava obstáculos para execução do plano provincial (pelo menos, se tomarmos as reclamações dos inspetores como fala oficial do campo estratégico do Estado), portanto, não necessariamente demonstrou neste contexto grande transformação dos paulistas rumo à civilização. Como Castanha propôs, se pensarmos o contexto nacional do século XIX, “não havia condições históricas para resolver o problema da escola pública. Não havia condições econômicas, políticas, sociais, materiais e humanas para difundir escolas por todo o território habitado.” (2006, p.191), já que em uma sociedade rural, escravista e aristocrática, a escola disputava atenção política, econômica e social com outros interesses capitais, tal como a formação da nação, a Guerra do Paraguai ou as cifras do ciclo cafeeiro.

Já em 1878, em relatório de instrução Pública assinado pelo Inspetor Francisco Aurelio de Souza Carvalho, vê-se a presença deste discurso permanente da falta de recursos para manutenção dos professores, além de um certo aborrecimento com a ausência já saturada de solução para tal:

A instrucção pede dinheiro, sim, muito dinheiro é verdade.
 Mas o que é que não pede dinheiro n'este mundo?
 A guerra é por acaso cousa barata? faz-se guerra de graça? não trazem despesas enormes essas peças monstruosas, esses formidaveis vasos marítimos?
 A guerra, porém, consome, e não restitue; a instrucção é como toda a semente – paga muito liberalmente que recebe...
 Em instrucção publica a maxima deve ser esta: E' preciso, faça-se.
 Mas d'onde sahirá o dinheiro? Inquirem. Saia d'onde sair.
 N'este ramo do serviço, em vez de se ter primeiro o dinheiro para decretar depois a despesa, deve-se ter a despesa como decretada para depois ver por que meios ella hade ser satisfeita:
 A instrucção publica aproveita ao individuo, ao município, á provincia, ao Estado: concorram todos. (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrucção pública da Província de S. Paulo no anno de 1878. Francisco Aureliano de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrucção Pública. Typografia A Vapor do “Diário de Santos”: Santos, 1879. p. 9. AESP).

A escrita do Inspetor Geral Francisco Souza Carvalho no relatório de 1878 defende a necessidade de envolver as finanças da Província ou dos envolvidos no processo educacional no projeto para pagamento e manutenção da instrução pública dos paulistas. Se compararmos

a escrita de seu antecessor nos relatórios produzidos por Diogo de Mendonça Pinto, percebe-se um aumento considerável do tom quanto a necessidade de investimentos e de certa saturação da paciência da inspetoria pela repetição da falta de interesse real por parte dos poderes públicos e privados na instalação de uma malha escolar de fato transformadora da questão social.

Salienta-se que a argumentação da inspetoria é, do ponto de vista prático, pouco efetiva uma vez que organiza textualmente a necessidade de aquisição de dinheiro, mas não propõe metodologia para sua aquisição, quiçá tais relatórios fossem significativamente transformadores das decisões da Assembleia provincial para alterar os rumos do dinheiro para pagamento dos professores e/ou investimentos diversos.

Esta estratégia da inspetoria é vista ainda nos relatórios dos anos seguintes. Outro ponto curioso é a relação que o inspetor faz entre a Guerra do Paraguai e a instrução pública. Se os gastos com a guerra são contornados como elemento de comparação com as despesas com a instrução pública, compreendemos que as consequências do investimento primeiro estão na lógica do “consume, e não restitui”, já para a instrução pública “aproveita o indivíduo, ao município, a Província e ao Estado: concorram todos”.

Quando nos recordamos das ideias de André Castanha (2006) sobre a falsa descentralização e questionável autonomia das decisões provinciais após o Ato Adicional de 1834, nos parece que os limites financeiros e a pouca articulação política para a instrução pública paulista corroboram a essa premissa. Esta limitação econômica e política foi impeditiva para o desenvolvimento da instrução pública desejado pelo inspetor. Nas palavras de Francisco Carvalho, a Guerra do Paraguai era mais importante para o Estado por receber dinheiro mesmo com as consequências descritas, nos parece que existia, de fato, um hiato entre a possibilidade de exercer a autonomia provincial nascida da descentralização do Ato Adicional e as condições materiais para sua concretude. Não à toa, escreveu Castanha que a maioria dos “historiadores argumenta que a instrução primária ou elementar no período imperial foi um fracasso geral” (2006, p.174).

Esta permanência discursiva da falta de investimentos e de limites de implementação da malha escolar nos aproxima da percepção de Castanha, ou seja, por meio da leitura dos relatórios e da análise dos dados, podemos interpretar que não havia real intenção por parte do Estado imperial (ou mesmo provincial) de educar, civilizar e organizar o país em torno de um projeto prático de instalação de escolas e universidades, ou havia, porém, não como prioridade entre outras áreas de interesses econômicos e políticos do contexto.

No relatório correspondente ao ano de 1862, vimos que a dificuldade de instalação da malha escolar encontrou outros obstáculos:

A inferioridade do algarismo de meninas que aprendem sobre o dos meninos procede de não terem as famílias se compenetra-lo de quem proficua é a instrucção elementar até na sua aplicação ao sexo feminino. Entre nós, principalmente no interior, ainda abundão pessoas que a olhão como inútil ou perigosa. Tambem procede da desigualdade de escholas, sendo em menor numero as destinadas ao sexo feminino. (SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864, p.13. AESP).

Neste trecho do relatório de 1862, Diogo Pinto revela preocupação com a posição das famílias das vilas interioranas, uma vez que segundo o inspetor, são muitas aquelas que não compreendem o valor da educação e da civilização. Cabe lembrar que o termo “interior” na década de 1860 ainda não deve significar pensar nas áreas a oeste da Província além cidade de Campinas, como os mapas 8 e 9 sugerem.

Neste sertão interiorano desconhecido cujas incertas fronteiras povoam imaginários da capital, a figura do caipira é de atraso e barbárie. São estes, os habitantes da São Paulo interiorizada que mais precisam da “civilização capital” e, diante da posição do Inspetor, é preciso reconhecer os perigos de uma não experiência positiva na manutenção deste arcaísmo caipira nas vilas interioranas.

Esta imagem que Diogo Pinto produziu no relatório de 1862 é retomado com ênfase dois anos depois, ao criticar a forma com que as famílias paulistas impõem seus desejos sobre a escola pública:

Ainda mais, uns allumnos comparecem trajando decentemente, outros destituídos de aceio e limpeza. Ai do professor se tenta lhes ir á mão; - movem-lhe desabrida guerra. As nossas escholas publicas quem na realidade dirige e governa são os chefes de família do logar. Mantidas á expensas da província, eles se julgam com direito de dar-lhes ordens; determinam as matérias que seus filhos hão de aprender; a disciplina a quem ficam sujeitos; decidem se deve haver no fim do anno lectivo o exame prescrito pela lei, cedendo ou recusando os filhos para esse acto, que assim deixa de effectuar-se em muitas localidades. (SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da Província de S. Paulo em 1864. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial. s/ano, p.09-10. AESP).

Neste trecho o autor buscou alertar o presidente da Província e os deputados na Assembleia Provincial, a princípio os leitores primeiros a quem o relatório se dedica, quanto aos obstáculos produzidos pelas próprias famílias paulistas para a implementação da instrução pública. A escrita produz julgamento sobre a permissividade com que os chefes de família se

intrometeram em assuntos próprios da educação e nos autoriza a refletir, diante da (suposta) competência instrucional (pedagógica) da inspetoria, qual legitimidade teriam estes sujeitos para opinar sobre os critérios acadêmicos, pedagógicos, morais, dispostos na vida profissional dos professores para questionar ou opinar sobre o cotidiano escolar de seus filhos.

Não tomamos a pergunta do inspetor como legítima e tampouco a possibilidade da resistência familiar deve ser desconsiderada. Se esta educação em forma de instrução pública se transformou em sinônimo de civilidade, não o foi de forma democrática e pacífica. A imposição de regras e normas para constituição da ordem chama a atenção daqueles que poderiam ser beneficiados pelo movimento do poder estatal – revelado pela instrução.⁸¹ A civilização encontrava seus obstáculos na barbárie sertaneja, alvo prioritário de transformação e adversário resistente da modernidade.

O mesmo Diogo de Mendonça Pinto, inspetor do Relatório sobre o estado da instrução pública provincial de 1852, apontou os países que serviam de modelo para suas avaliações: “a França, a Holanda e a Prússia. Ahi nem o Estado se arroga o privilégio de educar a geração nascente, nem a abandona aos estabelecimentos privados.” (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1852, 1853, p.1) e defendeu, em seguida, a necessidade de seguir as aspirações de uma instrução nacional para que não se caia nas trevas da ignorância e do passado absolutista daqueles Estado. Em suas palavras:

O Brazil tomou lugar entre as nações em uma época de adiantada civilização. As instituições políticas modernas já estavam assentadas, os princípios cardeais de uma boa constituição dos estados manifestos; e por outro lado, o Clero ou outra qualquer corporação não fazia receiar, como na França, a liberdade de ensino; nem uma força ou preconceito a complicar as questões, a dificultar as reformas... (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1852, 1853, p.2)

Os trechos do inspetor referente aos obstáculos e a necessidade de implantação da malha escolar nos convidam a recuperar algumas discussões propostas nesta tese. Inseridos no sistema-mundo, os paulistas reconheceram a necessidade de instalar a malha escolar no território provincial durante o século XIX segundo a premissa da civilização, da ciência, da

⁸¹ Se a Inspetoria revelou-se assustada com a resistência violenta por parte destes senhores, diante de postura rascunhada como coronelista e sertaneja, pergunto-me o que escreveriam estes mesmos senhores ao observar o curioso movimento das famílias paulistas do século XXI, movidos pela premissa liberal de autorização das ações individuais e de questionamento das ações do Estado, criticando os professores pelo ensino de conteúdos ideológicos e morais que não lhes beneficiaram (Escola Sem Partido, por exemplo). Chamou-nos a atenção que, entre o passado e o presente, a incompletude moderna de Habermans se presentifica no tempo em que a pesquisa se desenvolve, nos convidando a refletir como (antes e agora) as famílias paulistas questionam o campo educacional / instrucional a despeito do “bem comum” que ela contém.

moral e do progresso, ditames importantes e reguladores provenientes dos países europeus, reconhecidos por Wallerstein como território centrais capitalistas. A cidade de São Paulo como capital da Província era o ponto de maior contato político e cultural com a capital brasileira e, nesta semiperiferia nacional, organizou, cadastrou e classificou o mundo visando inserir suas microrregiões provinciais na “atualização histórica e cultural” da civilização branca, europeia, educada e tecnocientífica. Em outras palavras, a interiorização da metrópole (DIAS, 2005) ocorreu no século XIX diante de interesses nacionais (Rio de Janeiro), provinciais (São Paulo) e internacionais do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1990), conjugados pelas condições modernas da contradição e da ambivalência (BERMAN, 2007), da homogeneidade do tempo e do espaço, da anulação do passado arcaico considerado freio para estas novidades citadas (GIDDENS, 1991) e, como vimos, inacabada e malsucedida (HABERMAS, 2000).

Neste xadrez pouco retilíneo e uniforme, parece-nos que a tese produz por hora uma linha menos movediça para encaminharmos o movimento de interiorização. A entrada destes processos de educação foi global ao mesmo tempo local e regional, porém, para cada filtro espacial abordado uma série bastante complexa de elementos se reorganizou diante da sua espacialização. Se os processos de educação no território nacional se organizaram diante de uma visão territorial continental, perdemos de vista as singularidades das regiões. A espacialização aqui contornada do território paulista nos permite organizar com números e cifras um certo nível de fracassos e vitórias desta instalação da malha escolar e, naturalmente, vislumbrar a que realidade os processos de educação ocorreram em Ribeirão Preto e nas cidades circunvizinhas da região.

Continuemos com a leitura do documento, vejamos em 1864, outra crítica feita aos professores do “interior”:

O costume do interior de se instituírem escolhas sem previa licença continua. Multei em Rs. 100\$00 á 20 Professores; nenhum a pagou. De ordinário faltão-lhes os meios; e persuando-me que seria correctivo mais eficaz o pagamento de multa menos avultada. Seja como for, a revisão da pena imposta é de necessidade. (SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864, p.26. AESP).

Atentos a posição crítica da leitura do documento, não tomaremos a escrita do inspetor como verdadeira. O contraste em seu discurso quando o mesmo denunciou a resistência das famílias quanto as regras e leis impostas pela instrução publica provincial, comparado ao

exercício de contemplação e reflexão sobre as ações dos professores que trabalharam em escolas sem licença, nos convidam a reflexão.

Para Luciano Mendes de Faria Filho (2002), a instrução dos populares na sociedade imperial era uma necessidade de Estado, articulada a estratégia civilizadora da nação. Para o autor, frações importantes da elite econômica nacional concebiam e propunham-se a organizar a instrução pública das “classes inferiores” do país, “tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação” (2002, p.137).

Nesse sentido, se retomarmos as formas utilizadas para produzir narrativa de julgamento da inspetoria diante das “falhas” das famílias do interior em relação as “faltas” dos professores que ali trabalhavam, podemos facilmente compreender que não são iguais. Os critérios para avaliação das “ausências” foram bastantes diferentes. Na visão do inspetor, as famílias que agiam contra as ideias de progresso, materializado pelas normas de postura e conduta, vestiário e asseio, por exemplo, são corresponsáveis pela manutenção da barbárie. E mais, são elas próprias, a comprovação do quão atrasada a sociedade imperial permanecia e, logo, necessitada de reorganização proposta pelas novidades instrucionais. Por isso, aos professores, mesmo que ausentes em suas responsabilidades ou ilegais frente as normas estatais, endereçam a multa, representação da ordem e da lei, buscando relembrar-lhes de seus compromissos.

Este ato de relatoriar a instrução pública, a partir de juízos distintos de valor, concebe uma perspectiva burocrática de uma certo proto sistema de instrução pública provincial paulista. Não estamos a ignorar outras tentativas que antecederam a Lei Geral do Ensino de 1827, mas a considerar este texto do inspetor como sinal da apreciação do estado da arte, contagem das escolas, professores, alunos, materiais, etc. Estas informações, por sua vez, circulam entre os membros da Assembleia, organizam os discursos dos anos seguintes, constituem conjunto de elementos a serem selecionados na retórica dos futuros políticos. Podemos confirmar, portanto, que os relatórios avaliados constituem evidências de instalação e interiorização desta malha escolar paulista.

Outro ponto de destaque acerca destas informações é que, para além do queixume da inspetoria ao considerar as famílias como obstáculos à civilização, perguntamo-nos quais seriam as expectativas que emergiam nas famílias destas vilas em formação? Por exemplo, quais representações estes espaços escolares tinham entre os habitantes das vilas do interior, marcadas majoritariamente pela vida rural? Quanto a visão das famílias, o relatório nada traz.

Marcus Vinícios da Cunha (2000) nos lembra que havia no século XIX um esforço coletivo para classificar o papel da família e da escola como instituições educadoras, públicas ou particulares. Segundo o autor, o critério avaliador proveniente do discurso médico higienista

contrariava tanto as famílias de natureza “colonial”, como as chamadas de “colonizadas”, dado que se a primeira não demonstrava conhecimentos mínimos sobre a saúde orgânica de seus membros, a segunda não salvaria os sujeitos a ela ligados dos perigos do mundo moderno. No limite, ambas acabariam pelo “descuido com a higiene, a moral e os bons costumes, particularmente no tocante à educação dos filhos” (2000, p.451-452).

Este poder sobre as famílias não apareceu igual a forma de classificar os professores. Quando buscamos a imagem construída destes últimos, a inspetoria foi clara. Abrir uma escola sem licença deve ser tomado como ato ilegal e passível de multa. Porém, como os ganhos eram poucos, era preciso reconhecer que os professores não poderiam pagar as multas e, se possível, repensar o peso destas sobre o patrimônio dos docentes. Os professores, na representação da inspetoria, são tomados como companheiros (soldados, cúmplices) da interiorização dos processos de educação. A malha escolar dependeu (e muito) destes, por isso, o peso sobre os julgamentos não poderia ser o mesmo.

Não à toa, em diversos relatórios a inspetoria realizou comentários sobre os professores, pontuando acertos e erros (em geral, mais os primeiros que os últimos), produzindo memórias importantes acerca destas biografias. No caso de professores falecidos, muitas vezes produziu textos elogiosos sobre o trabalho e a dedicação “à causa”:

Fallecerão o Professor Contractado da Freguezia de Itaquequetuba, Innocencio José do Rozario, e o Definitivo da 1ª cadeira da Cidade de Sorocaba, Jacinto Heliodoro de Vasconcellos. E’ com profundo pesar, e quanto ao Professor Vasconcellos com vivo sentimento de vácuo que deixou na Instrucção Publica do Districto de Sorocaba, que cumpro o triste dever de consignar aqui estes factos. – Entre os bons professores – em numero escasso – ele era um dos primeiros. Quando no anno próximo passado visitei aquelle Districto pessoalmente verifiquei quão bem merecida era a nomeada de que gosava. Esse muito digno Empregado se fazia recomendável pela devoção ao magistério, pela excellencia do seu methodo d’ensino, pela sua longa practica, e por seu exemplar procedimento civil e moral. Sua eschola de ordinário tinha presente cerca de 120 alumnos, nunca um numero inferior a 100... (SÃO PAULO. Relatório doo estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1858, p.16. AESP).

Podemos considerar que os professores eram, pelo menos os “bons professores”, fundamentais para a instalação do projeto civilizacional. Representantes do discurso científico, deveriam falar em nome da civilização e do progresso, por isso, quando aceitos nas comunidades e comprovadamente transformados em figuras públicas de destaque, deveriam ser

acolhidos como exemplos na instalação deste projeto de instrução pública e de construção da nação.

Nos chamou a atenção neste trecho do relatório do ano de 1857 um breve comentário do inspetor geral Diogo Pinto ao escrever “... Entre os bons professores – em numero escasso – ele era um dos primeiros.” Diante da morte do professor e da homenagem prestada ao docente, o comentário laudatório manifesta elogios próprios e adequados ao contexto, porém, aqui se expressa estratégia de potencialização da dimensão do sujeito falecido frente aos vivos, organizando na morte e no elogio da biografia alerta a “quem fica”, oportunidade para a Inspeção comparar o bom “Empregado” aos questionáveis.

A classificação binomial do mundo, tal como Foucault (1999) nos ensinou, cria o “bom” diante do “mau”, o “criminoso” e o “seguidor da lei”, o “louco” e o “são”. A inspeção atualiza a normatização docente com a escolha dos “bons professores” por intermédio de uma narrativa selecionada das ações de Vasconcelos, pavimentando a boa estrada da docência para aqueles que estão a trilhar ou trilharão no futuro.

Retomando a interiorização, os relatórios assumem em geral uma postura pouco imersiva nas informações referentes as cidades do interior. A realidade da capital é produzida com mais atenção. Diogo Pinto, no relatório de 1863, relata que “Os Collegios da Capital contiverão no anno 239 alumnos, quase em sua totalidade filhos de outras Províncias, e enviados afim de se preparem para a matricula na Faculdade de Direito” (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo em 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864.; p.31).

Por vezes a inspeção identificou lacunas ao projeto de interiorização, salientando a ausência de escolas em muitas vilas paulistas. Quanto a esta falta, Diogo Pinto escreveu sobre o ano de 1858:

Proponho a criação de Cadeiras públicas de educação e instrução primaria do sexo feminino nas Vilas que ainda não as têm, a saber: Caraguatatuba, Amparo, Campo Largo de Sorocaba, e Sapucahy-mirim; e do sexo masculino nas Freguezias de São Domingos, Rio do Peixe, e Lençoes. A Constituição do Império garante a instrução primaria á todos os Cidadãos, e uma vez que pelo crescimento de sua população mereção essas localidades a cathegoria á que fôrão elevadas, devem ser quanto antes dotadas de escholae, onde a infância adquira os conhecimentos considerados indispensáveis a vida. (SÃO PAULO. Relatório do estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1859, p.8-9, AESP).

O vetor “população”, ente discutido na seção dois, retorna ao discurso do relatório de instrução pública em 1858. O aumento da população como vimos foi fundante para a percepção da relatoria e justificativa para instalação das escolas e instituições instrucionais. A sociedade paulista do século XIX, começando sua transição para os tempos “áureos” do lucro cafeeiro, na década de 1850 ainda se via imersa na tradição da interiorização da metrópole e nas incertezas de seu lugar orbital à Corte.

Importante reconhecer o texto como filho de seu tempo e das condições de sua produção. Não havia consciência por parte da inspetoria do resultado da implementação lacunar da malha escolar, entretanto, diante de sua função observadora, propõe muitas críticas aos resultados preliminares deste processo. No mesmo relatório, por exemplo, se refere ao ensino secundário de forma ainda mais crítica:

Tal é a deserção das aulas que o Professor de Campinas pedio licença para ensinar primeiras letras; o de Piracicaba declarou que tinha só 4 discípulos, e propoz que a aula fosse mudada em eschola; o de Casa Branca por não contar com 6 alumnos frequentes como exige a Lei esteve prestes a ver a sua Cadeira suprimida, quando a Camara Municipal acudio, e, arranjada ás pressas a matricula de 11 meninos, representou contra a supressão. Tão feliz não foi o de Itapetininga que vio-se obrigado de si próprio a fechar a aula por absoluta falta de discípulos; e o de Porto Feliz, que não podendo há mais de anno recrutar senão cinco ou seis alunos, prefirio demitir-se. O próprio Inspetor do Districto pedio a abolição d’esta Cadeira. Entretanto talvez ainda se continue a crear instituições do ensino porque bem preponderante é a força do habito! (SÃO PAULO. Relatório do estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1859, p.61, AESP).

Se o ensino primário não se organizou como esperado nos surpreenderia maior sorte para as escolas de nível de instrução pública secundária. Alguns docentes, como o caso de Campinas, decidiram lecionar para os alunos das primeiras letras, visando provavelmente manter o emprego, uma vez que a dificuldade de justificar sua profissão diante de número mínimo de alunos era menor. O contrário não foi ignorado. A dificuldade de encontrar alunos para o ensino secundário foi identificada em Piracicaba, Casa Branca e Porto Feliz, como consta no relatório. Em 1864, persistiu na crítica com mais intensidade, salientando que a

... eschola impropriamente chamada Nornal, tal como vive, sem o ensino siquer prescripto por essa Lei, quanto mais a pratica que ella esqueceo, e lhe é inherente, em quanto a não reformarem será – perfeita inutilidade. O Professor n’este anno não me transmitiu informação alguma, apezar de eu as haver reclamado com bastante antecipação. Por certo não tinha o que dizer; - tão estéril é a eschola! (SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da

Província de S. Paulo em 1865. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques: São Paulo, 1867, p.11. AESP).

A existência da escola enquanto elemento predial, monumento a civilização e ao progresso, deve ser reconhecida na sua importância arquitetônica, dado o seu potencial pedagógico urbano nos traços norteadores de qual cidadão ela auxilia na construção, porém, o que nos chama a atenção neste trecho é a percepção da inspetoria geral de que as escolas sem práticas pedagógicas assertivas, sem alunos e professores minimamente engajados no projeto instrucional, não demonstram vitalidade – são estéreis e, portanto, inúteis.

Sejam grandes monumentos pedagógicos, sejam pequenas casas instrucionais, a malha escolar deveria ser vivida como parte integrante da vida urbana, com professores e alunos ativos. Diogo Pinto revelou julgamento diante desta falta, reconhecendo não apenas a ausência de informações por parte de alguns professores, potencializado pela antecipação do pedido por parte da Inspetoria, e finalizou em tom de desabafo: “Por certo não tinha o que dizer; -tão estéril é a escola!”.

Outro dado importante é a percepção de diferença de gêneros na instrução pública. Quando a inspetoria observou a realidade da Província em 1864, chegou a consideração que o

excesso dos meninos matriculados na instrução primaria sobre as meninas é de 1,896 mas em compensação estas são mais frequentes que aquelles. Si o Governo creasse cadeiras para o sexo feminino onde as ha para o masculino, e forçasse as famílias a mandar indistinctamente seos filhos aprender as primeiras letras, sempre que morasse ao alcance das escolhas, e logo que atingissem a idade própria, - a diferença na matricula desapareceria, e na frequência tornar-se-ia menor, visto não terem as meninas a mesma facilidade de faltar dos meninos (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo em 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864, p.30. AESP).

A historiografia acerca da instalação da malha escolar brasileira revelou nas páginas anteriores uma normatização instrucional do feminino por meio de evidentes diferenciações dos conteúdos e das avaliações que meninos e meninas experimentaram. No limite, as escolas buscaram por em prática o desejo estratégico (na visão certauniana) de construção de homens e mulheres destinados a cumprir papéis sociais bem diferentes na hierarquia da casa e nas funções sociais (GONDRA; SCHUELER, 2008; ROCHA-COUTINHO, 1994; GATI, MONTEIRO, 2016; ALMEIDA, BOSCHETI, 2012; CUNHA; SILVA, 2010). A inspetoria paulista propôs o cumprir do desígnio da lei e da moral na prática escolar assimilando a

disciplina feminina com elementos de docilização e submissão – “visto não terem as meninas a mesma facilidade de faltar dos meninos”.

Já, quando buscamos comparar estes relatórios com documentos de outras províncias, é curioso perceber que a questão de gênero atravessa não apenas o olhar sobre as alunas como também sobre as professoras. Na leitura das Atas e Pareceres do Congresso da Instrução do Rio de Janeiro, em 1884, vimos o conferencista Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, inspetor da instrução pública daquela província, comentar acerca das diferenças entre professores e professoras:

[...] mais facilidade, mais geito de transmittir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Maneiras menos rudes e seccas, mais affaveis e attrahentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence em paciência, doçura e bondade. Nella predominam os instintos maternas, e ninguem como ella possui o segredo de captivar a attenção de seus travessos e inquietos ouvin-tes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrecida, tornem-se-lhes como uma diversão, um brinco. (CAVALCANTI, I Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, 1883/1884, p. 3 *apud* ALMEIDA, 2015, p.68).

O feminino era significado e ressignificado por meio das escritas masculinas da educação moral. Meninas e mulheres deveriam ser alunas e professoras de uma lei muito interessada no controle do feminino. O século XIX foi, como visto por Guimarães e Miskolci, tempo bastante fértil em narrativas de controle e de invenção de uma nação cujo feminino estava pré-moldado pela lei e pela moral.

E quanto as cidades da região nordeste da província paulista? A primeira vez que percebemos nos relatórios da inspetoria alguma informação vinculada a cidade de Ribeirão Preto foi em 1878.⁸² É citado diante da presença de um professor chamado Francisco C. dos Anjos Garcia nomeado para a escola masculina. Não encontramos informações sobre o número de alunos matriculados e sobre a frequência. Já, quanto as mulheres, não foi citada professora tampouco número de alunas matriculadas. O relatório trouxe também o nome de Joaquim José da Silva para inspetor do distrito da cidade, além da composição de um Conselho de Instrução Pública, com os seguintes membros: Tenente Germano Pereira da Costa, Padre Angelo J. Philidoro Torres e Tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira.

Quanto ao Conselho, as informações sugerem a percepção de um espaço de controle em que se desenvolveu o campo instrucional na cidade, na medida em que os títulos, patentes e ofícios revelam presença de dois tenentes e um padre nas ações escolares, além de um certo

⁸² No ano posterior, a cidade foi citada no relatório como “Entre Rios”.

reconhecimento de rede de sociabilidade destes sujeitos, tendo em vista o sobrenome, os cargos e as profissões (Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de São Paulo no ano de 1878, p.49).

Sobre o conceito de “rede de sociabilidades” registra-se ciência de alertas historiográficos. Sirinelli, por exemplo, admite que uma história da intelectualidade e de suas agremiações carece de cuidados quanto aos limites em que o pesquisador promete afirmações (2003). Agentes de um movimento artístico, editores de uma revista ou seguidores de um mesmo partido compartilham interesses comum, mas não correspondem a nexos comuns para a vida social da mesma natureza. Cientes disso, estamos apenas elencando a luz do campo indiciário forças que pincelam no quadro das interpretações, painel de ficções menos desrespeitosas ao passado aqui esboçado. Em suas palavras:

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As "redes" secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo "redes" que estruturam e "microclima" que caracteriza um microcosmo intelectual particular... (2003, p.252-253).

De fato, a identificação e posicionamento destes sujeitos em contatos isolados pode confirmar acasos ou mesmos contraexemplos do que, de fato, os indícios contribuíram na confecção. Mas, apresentados pouco a pouco e experimentados na regularidade de novos achados, passam a ser mais do que exceções.

Por exemplo, encontramos no “Almanak da Província de São Paulo para 1873”, um “Tenente Germano Pereira da Costa” citado como membro Delegado da Polícia do Termo de Queluz e parte do 3º Companhia do Batalhão da Reserva da mesma localidade⁸³. Sobre o Tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira, sabemos que junto ao seu irmão Gabriel Diniz de Souza Junqueira, estão entre aqueles que primeiro plantaram café na região de Ribeirão Preto. Depois da morte de seu irmão, o então Capitão Luiz Herculano de Souza Junqueira passou a concentrar o poder político e econômico da família na localidade, revelado pela posição de presidente da Câmara Municipal entre 1877 e 1881 (MATTIOLI, 2014, p.52). Foi também lembrado como membro da maçonaria da loja “Amor e Caridade”, por ocasião dos 150 anos de

83 Cf. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: Almanak da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Primeiro ano. Typografia Americana: São Paulo, 1873, p. 254-255. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=448370&pagfis=260&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 dez. 2022.

fundação pelos membros da Câmara Municipal da cidade em novembro de 2022⁸⁴. Sobre o Padre Angelo J. P. Torres, nada encontramos.

Este Conselho é bastante revelador de posição de destaque entre um militar, um padre e um cafeicultor/político importante local, indiciando que a nomeação para este grupo poderia significar prestígio e capital político entre os membros da comunidade.

Sobre Batatais, o relatório provincial de 1879 cita que o professor Camillo Ferreira da Menezes foi nomeado para a segunda cadeira da cidade⁸⁵ e, segundo o relatório provincial de 1880, o professor Caetano Leite Machado foi indicado na primeira cadeira⁸⁶. Quanto ao primeiro, apenas encontramos uma citação que reitera o fato de ter sido professor da cidade de Batatais⁸⁷, já Caetano Leite Machado nos ofereceu outras e diferentes leituras.

⁸⁴ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. REQUERIMENTO Nº 3357/2022. Requer Moção de Congratulação e Aplausos pelo aniversário da AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA AMOR E CARIDADE Nº 313, BENFEITORA DA ORDEM, que completará, em 01 de novembro de 2022, seu sesquicentenário (150 anos de sua fundação). Disponível em: https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDIwMjIw&texto_original=1. Acesso em: 22 dez. 2022.

⁸⁵ Cf. SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de São Paulo no anno de 1879. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia á vapor do Diário de Santos: Santos, 1880, p.67.

⁸⁶ Cf. SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de S. Paulo no anno de 1880. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do - Diário de Santos: Santos, 1881, p.16.

⁸⁷ Cf. <https://clubedeautores.com.br/livro/-o-jequitiba-paulista>. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/-o-jequitiba-paulista>. Acesso em 9 dez 2022.

Figura 79 –A cidade de Batatais segundo o Almanak da Província de São Paulo para 1873



Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: Almanak da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Primeiro anno. Typografia Americana: São Paulo, 1873, p.557. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=448370&pagfis=517&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 dez. 2022.

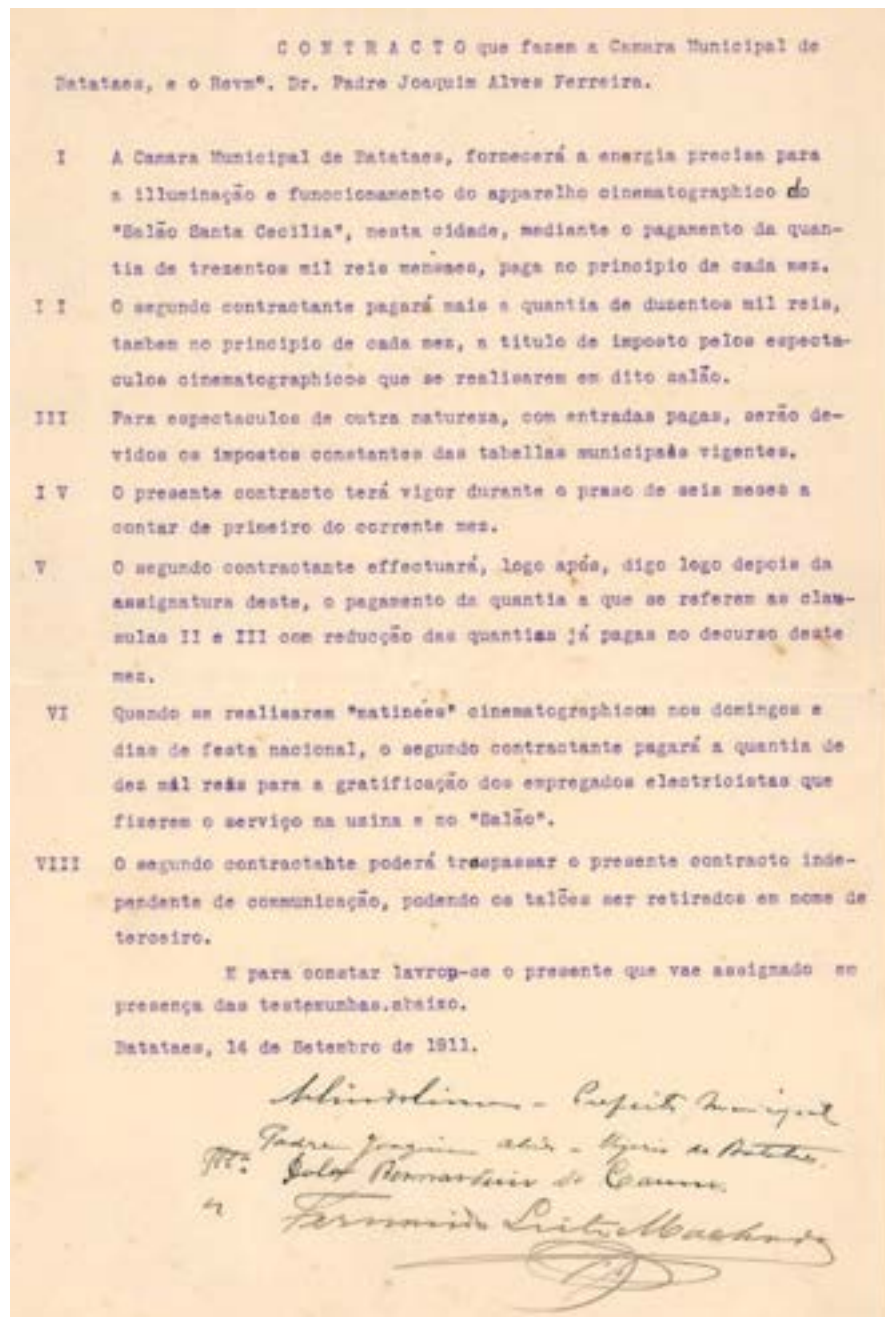
A figura 79 nos permite observar a configuração da comissão que compôs a Instrução Primária, o vigário, as igrejas, o subdelegado e os suplentes. Não nos assusta a repetição do nome de Padre Joaquim Alves Ferreira tanto na posição de vigário quanto na fiscalização e no ordenamento da instrução pública. Junto a Caetano Machado e D. Augusto Miranda, professores públicos, casavam os interesses da Igreja e da moral cristão as propostas da moralidade oitocentista.

Ao observarmos desta vez o “Almanak Laemmert” de 1917, identificamos um certo “Caetano Leite Machado” como dono de uma farmácia em Batatais. Em outro documento, “Contracto que fazem a Câmara Municipal de Batataes, e o Revm^o, Dr. Padre Joaquim Alves Ferreira”, datada de 1911, Caetano é citado como onomástico secundário⁸⁸ do documento cuja função seria definir as bases de um contrato de fornecimento de energia para o Salão Santa

⁸⁸ Cf. http://acervohistorico.camarabatatais.sp.gov.br/detalhe_historico?id=9407. Acesso em: 13 dez. 2022.

Cecília e nota de materiais e serviços prestados ao salão, para o uso do citado padre, tal como expresso a seguir:

Figura 80 - Contrato de fornecimento de energia para o Salão Santa Cecília e nota de materiais e serviços prestados ao salão (Batatais, 1911)



Fonte: Disponível em:
http://camarabatatais.sytes.net/assets/images/arquivos/c88/c088_f053_d001_001.jpg. Acesso em: 13 dez. 2022.

No contrato percebemos que as relações do padre Joaquim e de Caetano iam além dos interesses pedagógicos. Compor agremiações desta natureza indicia ciência do trato político e da importância de se estar presente nestes espaços de capital diplomático local. A navegação social política da urbe exigiu tal campo de estratégias, não estranho a presença da assinatura do então prefeito municipal, Arlindo Lima.

O que podemos indiciariamente apontar é que a instalação da malha escolar imperial atendeu prontamente o que Habermas definiu como malsucedida. Promessas feitas, grandes nomes políticos, militares e religiosos em grandes discursos proferidos nas igrejas e nas assembleias pelo território. Dinheiro contado e limitado, paciência gasta e tolerância saturada por parte dos inspetores. A educação paulista imperial pareceu ser muito mais uma moeda de troca entre os grupos hegemônicos do que uma realidade material para a população analfabeta geral.

Em linhas gerais, a instalação desta malha escolar nas cidades da região promete por meios dos primeiros indícios reproduzir as limitações já citadas pela historiografia e de como as condições sócio históricas regionais e nacional se revelaram. A pergunta “de que forma, os processos de educação articulados ao campo estratégico (certauniano) institucional escolar se deram nas cidades como Ribeirão Preto (e adjacências) e sua condição central nesta região periférica?” encontra caminhos mais propositivos nas próximas páginas.

4.2. O processo de criação do sistema escolar público paulista a partir da Reforma da Instrução Pública de 1892

Uma vez reconhecido que a interiorização da malha escolar, quer na condição pública ou privada, foi fato ocorrente em São Paulo ao longo do século XIX, tomaremos as informações aqui coletadas para recordar que tal construção foi bastante questionada pela historiografia como projeto civilizatório de sucesso. Esta experiência lenta de instalação da malha apenas alimentou a necessidade de investidas mais intensas por parte dos inspetores provinciais em seus relatórios, pois, a cada derrota deste projeto maior se fazia a necessidade de interiorização dos tentáculos do sistema mundial pelo vértice educacional.

No que tange à escola pública, em especial, se considerarmos as notícias nos relatórios da administração da província (estado, depois da Proclamação da República) de criação de escolas de primeiras letras em cidades do interior, da nomeação de professoras e professores para as cadeiras de primeiras letras, da expressão de necessidade de inspeção das aulas e das escolas espalhadas pelas diferentes regiões ocupadas do interior, temos uma reunião dessas

informações em documentos que reportam tais processos que evidenciam que a escolarização estava em movimento lento e nem sempre crescente.

Para o território paulista oitocentista, dado a existência de regiões povoadas às vezes com considerável vida urbana para além da capital da província, impôs-se a necessidade estatal de conhecer e integrar essas áreas a administração em todos os assuntos que demandavam (em geral circunscrita) intervenção por parte da Corte, aqui lembrada como consequência da “interiorização da metrópole”. Neste contexto, passamos agora a investigar a reforma da instrução pública de 1892, atenta ao novo modelo arquitetônico para as escolas destas novas áreas sertanejas.

O ocaso monárquico e a consequente Proclamação da República tem estreita relação com o cotidiano político e econômico da região da cidade de Ribeirão Preto, tendo em vista seu posicionamento central no complexo cafeeiro na transição dos séculos XIX-XX. Enquanto a cafeicultura avançava o Oeste Paulista, os coronéis migraram da antiga e proveitosa posição de segurança atrelada a Guarda Nacional para gozar das articulações políticas eleitoreiras de um novo tempo (FAORO, 2001). Ou seja, acabaram por se beneficiar da estrutura política e econômica, por exemplo, Quinzinho da Cunha Junqueira que desde 1890 era reconhecido como coronel nos registros da Câmara Municipal da cidade (MATTIOLI, 2014, p.70) enquanto o “Rei do café” Francisco Schimidt “em 1901 foi nomeado, pelo então Presidente da República Campos Sales, coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, em razão de sua ascensão de colono a rico produtor de café” (MATTIOLI, 2014, p.70-71). Escrito de outra forma, estes e outros proprietários rurais se transformavam em coronéis de seus escravos, jagunços e famílias que habitam suas terras.

Sobre este contexto, chama-nos a atenção que durante o Segundo Reinado o contraste entre uma certa estabilidade monárquica e a alta rotatividade dos seus gabinetes (FERRAZ, 2017, p.68) não nos permite pensar que D. Pedro II teve grandes facilidades para acalmar os ânimos dos políticos descontentes. Raimundo Faoro (2001) e Sérgio Buarque de Holanda (2012) enumeram fatos que desencadearam a proclamação republicana como decorrência do processo de envelhecimento da Monarquia e da figura do imperador, lentamente perdendo tempo e espaço para novas formas de organização social. Neste arcaísmo de traços coloniais as novidades apareciam pela fundação do partido republicano em 1870, pelas leis abolicionistas, tal como a lei do Ventre Livre em 1871 até a lei Áurea de 1888, com os problemas envolvendo o Estado brasileiro e o Vaticano diante da questão religiosa em 1872, com a reforma eleitoral de 1811, com a dificuldade diplomática oriunda da questão militar em 1887, além da campanha federalista.

É nesse contexto que a reforma educacional Leôncio de Carvalho foi implementada em 1879. O paulista Carlos Leôncio de Carvalho, então Ministro dos Negócios do Império, foi o grande responsável pelo Decreto 7.247, também conhecido como Reforma do Ensino Livre (ou Decreto do Ensino Livre), prevendo incentivo a liberdade para instalação de rede escolar particular nos graus primário e secundário, “salvo a inspeção necessária para garantir condições de moralidade e higiene” (VICENTE; GONÇALVES NETO, 2019, p.44). Embora as propostas de Carvalho estivessem destinadas ao município da Corte, tal modelo seria oportunamente implementado na “interiorização da metrópole”, organizando em “futuro civilizado” em consonância com as nações europeias, um constante movimento de “interiorização do ensino superior nas províncias” (VICENTE; GONÇALVES NETO, 2019, p.44) que, “por sua vez, estimularia a iniciativa privada, sendo regulados alguns aspectos como a adoção de disciplinas utilizadas nas faculdades oficiais, abolição do controle de frequência e de exames parciais” (VICENTE; GONÇALVES NETO, 2019, p.44).

Se o modelo da corte seria utilizado para a nação, nota-se na reforma de 1879 posição de centralização das normativas instrucionais, diferentemente do Ato Adicional de 1834 e aproximando-se de algumas decisões imperiais mais contemporâneas, tal como a Reforma Couto Ferraz (1854), sem encontrar obstáculos nas províncias dado os aspectos semelhantes no campo instrucional ideológico (civilização, ciência, moralidade cristã, etc.). Miguel Luiz da Conceição escreveu que esse decreto não possuía nenhuma restrição aos chamados alunos “ingênuos” ou “libertos”, ainda que guardasse certa relação com anteriores, já que “introduzia as matrículas parceladas e abolia a obrigatoriedade do ensino religioso, embora exigisse exame do ‘catecismo da diocese’ para os alunos católicos” (CONCEIÇÃO, 2007, p.28),

Era preciso educar a todos, contudo, diante de uma noção de reconhecimento da hierarquia dos grupos, das etnias, dos gêneros, da realidade normatizadora tal Miskolci (2013) e Guimarães (1998) há pouco explicaram. Conceição (2007) comentou que foram criados cursos noturnos para alunos maiores de 14 anos, do sexo masculino e analfabetos. Para estes estudantes, outro documento, o Decreto de Leôncio de Carvalho (o de número 7.031 de 1878), preconiza um instrumental de vigilância e punição bem evidente, com normas disciplinares rigorosas, orquestradas por sistema de punições e recompensas. Transgressões poderiam ser punidas com expulsão e, por decisão do professor, poderia ser solicitada intervenção policial (CONCEIÇÃO, 2007, p.29).

Vale lembrar que este código de impedimentos destinado aos não respeitosos e ordenados estudantes estava direcionado a um grupo de alunos que estava, em 1878, nas vistas dos inspetores, professores e diretores das escolas. Há poucos anos a lei do *Ventre Livre* (1871)

havia sido promulgada e, portanto, seus filhos já tinham idade suficiente para importunar os cânones da civilização. Em outras palavras, o analfabetismo era sinônimo de barbárie e os analfabetos tinham rosto e endereço, quando não identificados pela cor. Uma postura equivocada na escola por parte dos alunos era caso de polícia levando a qualquer custo e de qualquer forma a imposição da civilização pelo viés educacional/instrucional. Livre e gratuita, todos seriam submetidos a ela, pela moral cristã e pela fé no progresso.

Os estudos de Leonardo Ferreira (2015) confirmam o espírito bem aguerrido na batalha pela civilização nas reformas de Leôncio de Carvalho. Frente aos indevidos comportamentos de vadiagem e diante da necessária instrução dos populares (em especial livres e pobres) a civilização era remédio para a doença social de parte importante de algumas “ausências”. E, para tal, necessário seria vencer inúmeras barreiras tais como a infrequência escolar, nas dificuldades de acesso a escola, nas distâncias das casas e da escola, no horário, na formação dos professores, os baixos salários e a ausência de uma legislação adequada (FERREIRA, 2015).

Esta proposta foi tomada como progressista e “bastante liberal” pelos seus opositores. Rui Barbosa, por exemplo, criticou Carvalho por não ter submetido o projeto ao Congresso antes da votação. E, para além deste campo de estratégia política, Barbosa se colocou contrário a adoção dos métodos sugeridos. Se tomarmos as palavras de Vera Teresa Valdemarin, poderemos alcançar a complexidade destas diferenças reconhecendo como Rui Barbosa encarnou “com perfeição a existência da ‘ilustração brasileira’” (2000, p.58). Na visão da autora, seu texto não encerra argumentação na lógica jurídica, mas abraça espaços políticos e sociais, desejoso de um projeto de futuro da nação.

Retomando a perspectiva de sistema-mundo, Valdemarin nos recorda que Barbosa avalia a educação brasileira diante de uma “exposição das idéias educacionais em voga na Europa e um projeto a ser implantado no Brasil” (VALDEMARIN, 2000, p.58).

De acordo com Valdemarin, Rui Barbosa propôs mudanças tanto no conteúdo do que era preconizado como nos métodos escolhidos por Carvalho. Diante dessas escolhas, o método intuitivo, aquele que demandava dos alunos a observação e trabalho empírico, direcionaria o processo de ensino-aprendizagem para a memorização e repetição de um lado, e de outro, para a produção mental, moral e física, tal como se estabelecia nos moldes instrucionais à época. Destaque para a sua tradução da obra “Primeiras Lições de Coisas” (originalmente escrita por Norman Allison Calkins como “*Primary object lessons*”) em 1886, “obra que por ser um manual de orientação dos professores foi difundida nas escolas normais e primárias do país no final do século XIX e início do século XX” (SILVA, 2015, p.96).

Em aspectos gerais, a reforma de Leôncio de Carvalho deu continuidade à proposta de Couto Ferraz quanto a manutenção da obrigatoriedade do ensino primário as crianças e jovens de 7 a 14 anos, assistência do Estado aos alunos pobres, a organização da escola primária em dois graus, fiscalizadas por um serviço de inspeção (SILVA, 2015, p.91), mas causou polêmica por considerar o “ensino livre, a livre frequência e abolir o ensino religioso obrigatório tornando-o facultativo” (MACHADO, 2010, p. 95 *apud* SILVA, 2015, p.91).

Na década de 1880, Rui Barbosa, influenciado pelo espírito civilizatório e cientificista do século XIX e amparado nos exemplos da implementação de redes (malhas) de instrução pública internacional (ênfase nos países centrais do sistema mundo), defendeu uma educação gratuita, obrigatória e laica em todos os níveis. Em 1882, como relator da Comissão Instrução Pública nacional, composta também por Thomaz do Bonfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Viana, redigiu comentário crítico quanto ao estado da arte do campo educacional no Brasil:

Mas a verdade - e a vossa comissão quer ser muito explicita a seu respeito, desagrade a quem desagradar - é que o ensino publico está a orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilisada; é que há decadência, em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, si decresce é n'uma proporção desesperadamente lenta; é que a instrucção académica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrucção secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para receber; é que a instrucção popular, na Côrte como nas províncias, não passa de um desideratum; é que há sobeja matéria para nos enchermos de vergonha, e empregarmos heroicos esforços por uma reabilitação, em bem da qual, si não quisermos deixar em duvida a nossa capacidade mental ou nossos brios; cumpre não recuar ante sacrificio nenhum; não só porque, de todos os sacrificios possíveis, não haveria um que não significasse uma despeza proximamente reproductiva, como porque trata-se aqui do nome nacional n'um sentido mais rigoroso, mais sério, mais absoluto do que o que se defende nas guerras é a custa de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho e centenas de milhões arrancados, sem compensação, aos mais esterilizadores de todos os impostos (BARBOSA, et al, 1882, p.1-2).

Concordando com seus contemporâneos, tratou o analfabetismo como marca de uma sociedade ruralizada e periférica aos olhos criteriosos da modernidade europeia, devendo ser erradicado como doença social. A educação da nação mereceria esforço incomum, não tendo custo mínimo para seu êxito. Os pareceres de Rui Barbosa nos colocam em contato com o contexto de transição do Império para a República e a ciência de nossos intelectuais do quanto ausente estávamos do campo científico europeu.

No documento “Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrucção publica” de 1882, Rui Barbosa nos traz um retrato bastante interessante como estado da arte das escolas primárias em 1878:

Figura 81 – Mappa das escolas primarias, publicas e particulares, e seus alunos no Imperio, em 1878

Mappa das escolas primarias, publicas e particulares, e seus alunos no Imperio, em 1878.

	Escolas publicas	Escolas particulares	Total conhecido	Matricula nas publicas	Matricula nas particulares	Total conhecido
Amazonas....	47	2	49	1.510	83	1.593
Pará.....	209	209	11.000	11.000
Maranhão....	121	18	139	4.144	544	4.688
Piauí.....	54	54	1.561	1.561
Ceará.....	229	2	231	6.640	6.640
Rio Grande do Norte...	95	20	115	2.664	301	2.965
Parahyba....	75	75
Pernambuco .	395	172	567	15.390	2.682	18.072
Alagoas.....	137	44	181	5.445	5.445
Sergipe.....	152	26	178	6.020	539	6.559
Bahia.....	468	53	521	19.603	19.603
Espirito Santo	85	5	90	2.017	2.017
Rio de Janeiro	490	490	17.012	4.097	21.109
M. neutro...	95	121	216	6.129	5.531	11.660
S. Paulo.....	698	37	735	11.496	544	12.040
Paraná.....	77	23	100	1.689	298	1.987
S. Catharina.	170	22	192	5.226	1.071	6.297
Rio Grande do Sul.....	447	447	10.898	5.092	15.990
Minas.....	768	135	903	22.569	22.569
Goyaz.....	93	9	102	2.219	89	2.308
Matto Grosso.	46	21	67	1.441	200	1.641
	4.951	710	5.661	154.643	21.071	175.714

Fonte: (BARBOSA, *et al*, 1882, p.1-2).

Os dados são tratados comparativamente entre as nações civilizadas e, portanto, considerados como prova de nosso atraso e ausência. Dentro desta condição, salienta-se as províncias da Corte e de Minas Gerais seguidas por Pernambuco, pontos reveladores dos ciclos econômicos e suas cartográficas condições de inserção de seus respectivos territórios na regionalização do sistema-mundo nos contextos históricos dos séculos anteriores. São Paulo ainda estava atrás da Província do Pará, do Rio Grande do Sul e da Bahia.

Ao nos lembrarmos dos comentários dos inspetores sobre a realidade paulista e a ausência de docentes, pagamentos adequados, estrutura física e apoio das famílias para o bom desenvolvimento da instrução pública, reconhecemos que as reformas não estavam desfilando argumentos à toa. A realidade das escolas na Província de São Paulo era destoante do modelo civilizacional desejado pela sua classe dirigente, reforçando o fracasso moderno e a falácia do progresso.

O presidente da Província de Minas Gerais, Antônio Maria de Moura, ao reafirmar a ineficiência e atraso da educação nacional declarou que havia uma conexão direta entre a qualidade da instrução pública e a não implantação das escolas normais, atrasando a formação de professores “capacitados”: “Os mestres em geral, não tem a necessária capacidade para ensinar a mocidade, e não existindo uma escola para que eles se habilitem com o conhecimento preciso para o magistério, difícil senão impossível será que possamos obter mestres hábeis” (MOACYR, 1939, p.312).

Quanto a década de 1880, o debate político sobre o sistema eleitoral e o incerto sistema escravista que pairava na sociedade imperial foram as mais relevantes questões que influenciaram o cenário das reformas de instrução pública. André Paulo Castanha escreve que “apesar de amplamente debatida, poucas ações foram efetivadas. A última ação concreta de caráter geral, que teve impacto direto na instrução primária, foi o Regimento Interno das Escolas Públicas da Corte de 1883” (2012, p.283), tendo como um dos principais alvos a uniformização do “plano de ensino das escolas e, sobretudo, criar mecanismos para fazer com que os professores pusessem-no em execução” (2012, p.284).

Visando diminuir a liberdade a qual os professores gozavam na escolha dos conteúdos, tal qual a reforma Leôncio de Carvalho preconizou, este regimento de 1883 contribui com o discurso de modernização / centralização das decisões pedagógicas nacionais, eliminando diferenças de tempo e espaço entre os espaços civilizados internacionais e a Corte e, futuramente, da Corte para o interior, reproduzindo o desejo de Dias sobre a interiorização da Metrópole. Orquestrado por Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho enquanto inspetor da instrução pública da Corte, o Regimento Interno das Escolas Públicas da Corte de 1883 ainda está vinculado as práticas de vigilância dos alunos e dos professores.

A este regimento, em específico, caberia aos professores a responsabilidade pelo catálogo das obras da biblioteca, pelo livro da caixa econômica escolar, pelo livro de matrículas, pelo livro de inventário, pelo livro de visitas, além de sua manutenção e preenchimento cotidiano. Todas as comunicações entre os professores e o inspetor deveriam ser feitas pelo delegado do distrito. Já, para os alunos, além de um maior controle dos conteúdos (morais e

civis), dos textos a serem escolhidos (pelo Estado) visando cautela a obras tidas como perigosas a moralidade e a ordem, o documento sugeriu conjunto de castigos e penalidades mais amenos a legislação anterior, como apontou Castanha (2012, p.286-290).

Concomitantes, as reformas imperiais de instrução pública caminhavam junto aos problemas que a Corte e do próprio D. Pedro II. Por isso, com a proclamação da República em 1889, as discussões públicas passaram a responder aos anseios de civilidade e moralidade propostas pelo novo regime somadas as estratégias de descentralização das decisões dos Estados e de seus respectivos donos do poder, desejos dos grupos que apoiaram a mudança governamental.

Por exemplo, quando da querela⁸⁹ do Governo Provisório que envolveu Deodoro da Fonseca e o então nomeado Ministro da Guerra Benjamin Constant nos anos iniciais da República brasileira, o resultado foi a penalização de Constant com sua troca para uma pasta “*menor*” – a educação, à época denominada “Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos”.

Importante destacar este campo de importância e secundarização do campo educacional. O episódio de penalização de Benjamin Constant revela que outras pastas seriam “mais importantes” que aquela vinculada a instrução pública, ainda que os intelectuais, políticos e demais autoridades tenham se voltado a temática educacional. No limite, era importante falar (discursar) sobre a Educação, ainda que o capital destinado e a vontade política fossem desacelerados pelos obstáculos da realidade, como vimos nos relatórios provinciais imperiais paulistas, distância da capital, sertão desconhecido, famílias conservadoras, qualidade (ou quantidade) dos professores, pagamentos, investimentos e manutenção, etc.

As reformas do campo da instrução pública vivenciadas nos anos finais da Monarquia brasileira não eram promissoras apesar dos propósitos de reorganização do ensino e extensão da escolarização a mais gente. Na chamada “última fala do trono”, D. Pedro II solicitou a

⁸⁹ “Este governo foi marcado por inúmeras crises políticas e uma delas envolveu o presidente (Deodoro), o ministro da Guerra (Benjamin Constant), o do Interior (Cesário Alvim) e o da Agricultura (Francisco Glicério). Em meados do segundo semestre de 1890, o presidente Deodoro da Fonseca ameaçou cancelar o processo eleitoral em curso – que visava escolher senadores e deputados para elaborar uma nova constituição – por discordar da postura crítica de muitos candidatos a atos de seu governo. No auge da crise, coube a Benjamin Constant arrancar do “... chefe do Governo Provisório, pronto para adotar medidas autoritárias, o compromisso de que acataria a Constituição que estava por ser promulgada, quaisquer que fossem suas discordâncias com o texto.”¹²⁴ Nesse aspecto, diante da constatação de que parte da oficialidade do Exército estava posicionada junto do ministro e não do presidente, este juntamente com seus aliados no Conselho de Ministros (Cesário Alvim e Francisco Glicério) optaram pela retirada de Benjamin Constant da chefia daquela força armada. O resultado da querela foi uma espécie de meia vitória para Constant, pois terminou sendo removido do Ministério da Guerra para uma nova pasta que receberia a designação de Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. A criação dessa pasta ministerial foi um meio de punir, desprestigiá-lo e afastar o professor de matemática do controle do Exército.” (FERREIRA, 2015, p.88).

criação de um Ministério para os “negócios da Instrução Pública”, pasta dedicada a criação de escolas técnicas e duas universidades, uma no norte e outra no sul do país (CLARK, 1998, p.69-70) organizando um futuro progressista sob a égide de sua Coroa.

Lidiany Cristina de Oliveira acredita que estes ventos, muitas vezes apenas discursivos tanto na prática monárquica quanto republicana, não foram implementados na Constituição de 1891, revelados pela ausência da obrigatoriedade do ensino público na carta magna. Esta desobrigação do Estado em assumir o ensino público mantinha, portanto, apego as décadas de secundarização da instrução pública, explicitada no exemplo do Ato Adicional de 1834, ou seja, mais uma vez era esperado das províncias (depois dos estados) a “responsabilidade de legislar e promover a escolarização primária e secundária” (2014, p.03), deixando ao poder central a gestão do ensino superior. A autora finaliza “tal interpretação, associada a autonomia advinda da descentralização das ex-províncias, fez com que a obrigatoriedade fosse assumida apenas em alguns estados e em períodos distintos.” (2014, p.03).

Valnir Chagas avalia com pessimismo as mudanças provocadas no plano de Benjamin Constant. A liberdade, laicidade, gratuidade e a coeducação dos sexos (até aos oito anos de idade) deveriam ser organizadas para o primeiro e segundo graus. No caso do primeiro grau, este era dividido em três “cursos”, segundo o autor: “elementar (dos 7 aos 9 anos), médio (dos 9 aos 11) e superior (dos 11 aos 13) dando a sua conclusão acesso ao secundário e ao normal; o segundo cobria a faixa dos 13 aos 15 anos.” (1978, p.27). Chagas ainda comenta que o currículo “era a atualização do plano de Couto Ferra, com acréscimos que o tornavam enciclopédico, com um sentido mais nacional dos estudos e com uma visível preocupação metodológica” (1978, p.27), além da construção de edifícios próprios para o ensino, com espaços para bibliotecas, ginásios, pátios que permitissem jogos além de recreio, desde que as verbas do recém criado Fundo Escolar fossem suficientes (1978, p.27).

Se tomarmos o território nacional, “pouco ou nada se cumpriu desse plano” (1978, p.27) assume o autor. Entretanto, de certa forma, no mesmo ano da Constituição Federal, os paulistas deram continuidade ao projeto liberal e principiaram um conjunto de reformas na direção das mudanças propostas, a princípio na forma com que discursivizaram a educação, a partir dos Anais da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo em 1891, conforme podemos verificar no trecho: “O ensino primário, secundário, superior e profissional, que será obrigatório e gratuito no primário, e livre em todos os graus, podendo ser o ensino secundário, superior e profissional ministrado por indivíduos ou associações (particulares), subvencionado ou não pelo Estado” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1891) e depois, com a instalação de escolas e grupos escolares como veremos.

A lei n.88 de 8 de setembro de 1892 é clara na expectativa do Estado na forma com que se esperava implementar a educação no território paulista, ampliando o acesso a escolarização formal. Logo no item 2, “Da organização escolar”, no segundo artigo lê-se: “Em toda a localidade do Estado onde houver de 20 a 40, alumnos matriculáveis haverá uma escola preliminar” e continua em parágrafo único “Si o numero de alumnos fôr inferior a 80, haverá duas escolas, e, si fôr superior, serão creadas tantas escolas, quantas sejam necessarias na proporção de 40 alumnos para cada escola” (SÃO PAULO, 1892, s/p.). Acompanhando o sufrágio universal publicado na Constituição de 1891, a reforma da instrução pública paulista estava em consonância com a construção do novo cidadão republicano nacional, uma vez que “a exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano” (SOUZA, 1998, p.27).

Lidiany Oliveira entende que há na reforma uma divisão dos níveis de ensino em escolas preliminares e complementares, oferecendo “à criança, além de um plano de estudo enriquecido com disciplinas científicas, um curso de educação geral” (2014, p.3). Ao cabo a autora salienta que as escolas complementares se transformaram em cursos profissionalizantes, habilitando seus alunos para a docência em ensino primário, em escolas isoladas e grupos escolares, sendo os primeiros espaços em que um único professor atendia diversas crianças de idades e níveis de letramento e numeramento diferentes, já quanto aos segundos, tomadas como reunião das antigas escolas isoladas com ensino seriado, houve possibilidade de construção de edifícios próprios e adequados para a formação civilizada e progressista (2014, p.3).

No caso paulista, desde 1890 havia sido confiada ao médico Caetano de Campos a remodelação da Escola Normal da capital e de escolas anexas, responsáveis pela formação e prática dos professores. Desta forma, o modelo da capital seria utilizado para as cidades do interior atendendo as esferas nacional e estadual em escalas. Martha Carvalho escreve que o espaço escolar foi nas cidades do Estado de São Paulo, logo após a Proclamação da República, “o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso” (1989, p.23). Desta forma, a construção destas escolas deveria ser significativamente visível para todos. “Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador” (1989, p.23).

Ao reproduzir os símbolos da modernidade (ferrovia e luz elétrica, por exemplo), a República brasileira utilizaria das edificações das escolas e da imposição da monumentalidade do projeto educacional intrínseca aos Grupos Escolares como vitória da ciência e do progresso

nas atualizadas páginas da modernidade tupiniquim. Mais uma vez, imersos na aventura da modernidade as escolas nos colocariam no “mesmo” patamar da civilização europeia, tal como Rui Barbosa escreveu. Unidos pela ciência e pela racionalidade técnico-científica, estaríamos mais perto da erradicação de doenças provenientes da ignorância e do analfabetismo, como os países desenvolvidos teriam (teoricamente) conquistado.

O próprio Caetano de Campos em função da formatura da turma de 1890 da Escola Normal, confirma a leitura de Carvalho: “tu serás o arquiteto do porvir, o sustentáculo de todas as liberdades, o alicerce da Pátria. Faroes da civilização, onde existir a noite – ide fazer o dia” (*apud* CÉFALO, 2020, p.10) e, em outro discurso, também endereçado aos professores naquele mesmo ano continuou, “quando um país quer dar a medida de seu progresso, do alcance das suas instituições, do valor de sua raça, aponta o número de suas casas de ensino e abre-lhes as portas como que dizendo: Vede como se aprende!” (CARVALHO, 1989, p. 26).

Para Martha Carvalho, a Reforma Caetano de Campos inaugurou esta lógica de institucionalização do modelo escolar em São Paulo. O que acontecia na Escola Modelo deveria também acontecer, como reprodução modelar, nas demais escolas. Desse modo de aprender centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas esperava-se a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar (2016, p.225).

Desta feita, a aprendizagem carecia de um modelo, de uma forma correta e adequada de ser, estar e agir – a civilização. Os alunos, futuros mestres, deveriam conhecer os modelos pedagógicos corretos da ciência educativa moderna. Como vimos anteriormente, Rui Barbosa já teria demonstrado sua inclinação a perspectiva intuitiva, por exemplo. Como podemos ver, os métodos de ensino e as formas com que o ensino-aprendizagem deveria ocorrer nas escolas estavam em franca discussão entre os grupos políticos brasileiros.

Em 1894 foi inaugurada a Escola Normal da Praça (na Praça da República) na capital paulista, visando constituir-se modelo para as demais escolas do estado. Construção para ver e ser vista, como podemos perceber na imagem disponível em 1905.

Figura 82 – Escola Normal Caetano de Campos (1905)



Fonte: Escola Normal Caetano de Campos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra22650/escola-normal-caetano-de-campos>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

Um “templo da civilização” como ficou marcado nos trabalhos de Rosa Fátima de Souza. Como relembra a autora, “O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado” (SOUZA, 1998, p.123). As linhas de sua arquitetura são tão poderosamente educativas quanto as palavras e as ações de seus agentes internos. Nestas formas geométricas, estão inscritas dimensões simbólicas destes processos educativos dos quais tanto perseguimos nesta tese. Se dentro da escola os corredores, as salas de aula, os pátios e jardins configuram uma ética de corporeidade para as crianças, as ruas, praças e outras edificações que contrastam com os grupos escolares são integrantes da ética de corporeidade da urbe moderna republicana que o edifício contribui a formar.

Ao reconhecer a natureza do grupo escolar enquanto signo⁹⁰ de modernidade, busca-se reconhecer nesta concepção a condição de “marca” que os edifícios tem do contexto de modernização urbana. O que antes o medievo expressava seu espírito do tempo nas catedrais, a modernidade passava a plasmar na ferrovia, escolas e teatros.

Se durante o Império a atuação das Províncias na construção de grandes monumentos escolares foi insignificante (SOUZA, 1998, p.124), não se pode afirmar o mesmo dos agentes do estado republicano. Seja na capital, seja no interior, a lógica de construção dos grupos escolares imperou nas primeiras décadas do novo regime.

Na cidade de São Paulo, percebe-se um movimento bastante intenso entre as duas primeiras décadas, como demonstrou a professora Rosa Fátima de Souza:

Tabela 9 – Grupos escolares instalados na cidade de São Paulo – 1890-1910

ANO	ESTABELECIMENTO	DATA DE INSTALAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1894	GE do Carmo	10.8.1894	Rua do Carmo
1895	GE “Prudente de Moraes”	25.3.1895	Rua Tiradentes (Luz)
1896	GE do Sul da Sé	5.2.1896	Sé
	GE “Maria José”	11.4.1896	Bexiga
	GE “Santa Ifigênia”	16.3.1896	R. Alameda dos Andradas, 66
	2º Grupo Escolar do Brás	4.11.1896	R. Almirante Barroso, 3
1898	1º Grupo Escolar do Brás	8.8.1898	Av. Rangel Pestana
	3º Grupo Escolar do Brás	1.8.1900	Brás
1900	GE da Alameda do Triunfo	3.9.1900	R. Alameda do Triunfo, 19
	GE da Bela Vista	4.7.1900	Bela Vista
1903	GE da Barra Funda	10.3.1903	R. da Barra Funda, 9
1905	GE do Arouche	1.7.1905	Arouche
	GE da Liberdade	1.9.1905	R. da Glória, 106
	GE do Pary	13.3.1905	R. Dona Elisa Whitaker, 1
1906	GE do Moóca	25.9.1906	R. Mooca
1907	GE São João	4.3.1907	R. São João
1908	GE do Cambuci	1.2.1908	Cambuci
1909	GE Avenida	26.3.1909	Av. Paulista

⁹⁰ De acordo com Costa e Silva, “... os signos, conforme Khol (2001), são criações humanas que agem no campo intrapsicológico, orientados para o próprio sujeito, por meio da apropriação da palavra. Segundo Luria (1991), os signos são interpretáveis como representação da realidade e revelam os modos de organizar, sentir e pensar de uma sociedade, pois são construídos a partir das necessidades de comunicação e representação dentro de um determinado tempo histórico.” (2012, p.56).

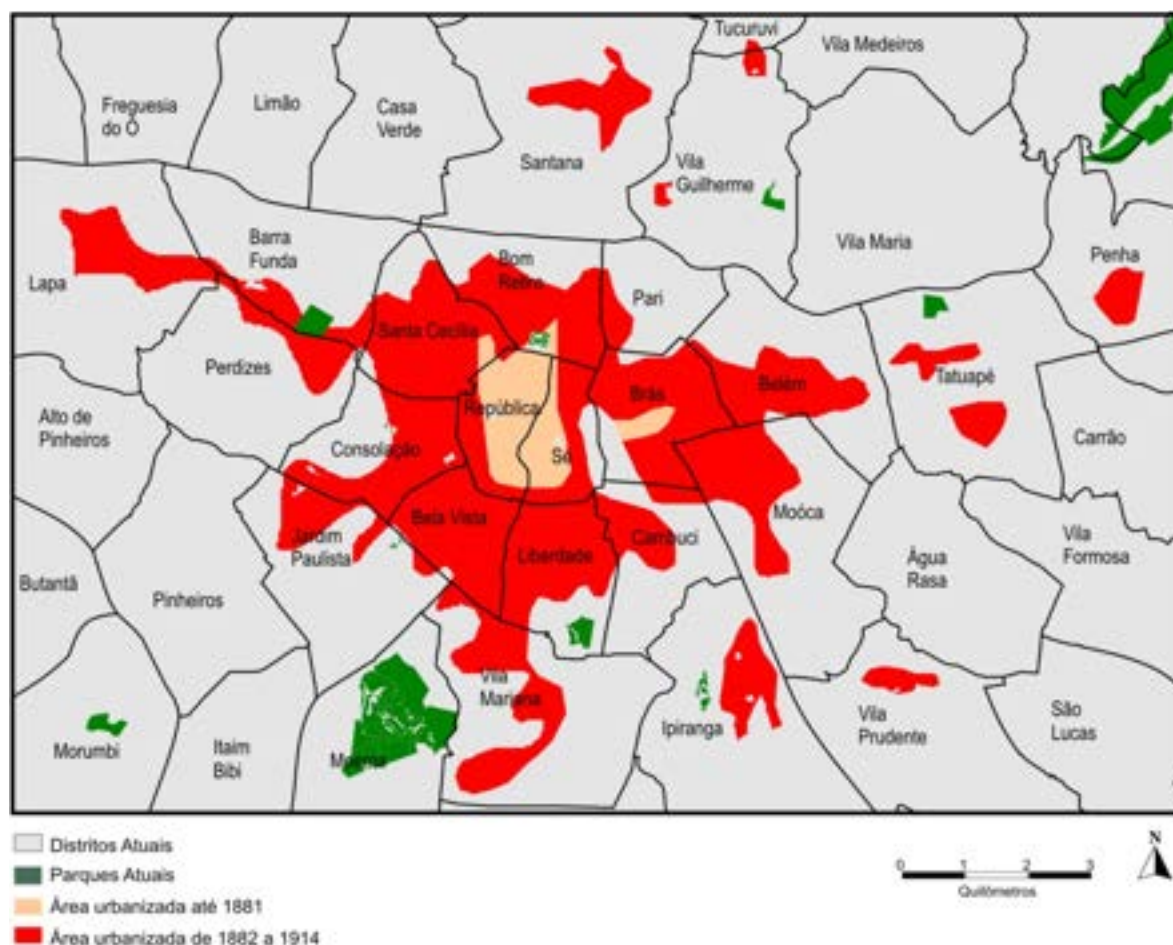
	GE do Belenzinho	2.2.1909	Belenzinho
	GE do Bom Retiro	2.2.1909	Bom Retiro
	GE da Lapa	8.2.1909	Lapa
	GE de Sant'Anna	17.5.1909	Santana
	GE da Vila Mariana	26.3.1909	Vila Madalena

Fonte: SOUZA, 1998, p.104.

São 23 citações de grupos escolares em 20 anos. Quase uma inauguração por ano. Nela, percebe-se a configuração de escolas por bairro, o que levou Souza a denominar de “grupo-bairro”, diferentemente do caso das escolas do interior, em que o mais comum era encontrar uma única edificação escolar nas áreas centrais. Sobre as cidades do interior, Souza defende que geralmente são localizados no centro dos núcleos urbanos, “ocupando na trama urbanística um lugar de destaque ao lado de outras instituições públicas: a igreja, a coletoria, o correio, a Câmara Municipal, o que denota o grau de importância desses estabelecimentos de ensino” (SOUZA, 1998, p.128) e salienta que, como equipamento urbano, o grupo escolar serviu como elemento de convergência, reunindo crianças e jovens de todos os cantos da cidade, mesmo alguns da zona rural, assim, “o ir e vir da escola correspondia a uma apropriação do espaço urbano, um itinerário de reconhecimento da cidade por meninas e meninos, a coabitação das ruas, praças e calçadas por diferentes grupos sociais” (SOUZA, 1998, p.128) provocando uma quase obrigatoriedade dos percursos formativos destes processos de educação.

Quanto a localização dos “grupos-bairros” a imagem a seguir dispõe os bairros da capital margeando a área central, organizando e legitimando a escolha da disposição dos grupos-bairros diante da cronologia estabelecida:

Figura 83 – Área urbanizada do município de São Paulo (1882-1914)



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg. Acesso em: 3 jan. 2023.

A adaptação realizada permite-nos confirmar a presença destes núcleos diante dos bairros fronteiriços a zona central. As escolas da área central, indicadas nas regiões da Sé e da República, por exemplo, foram inauguradas em 1894 e nos dois anos seguintes. Depois, receberam os grupos a região do Brás, do Cambuci, do Bom Retiro, da Liberdade, da Bela Vista e da Barra Funda entre 1896 e 1908 para, em 1909, percebermos o avanço da instalação das escolas na Lapa e em Santana. Mais uma vez, centro, semiperiferia e periferia se organizam na espacialidade, desta vez da implementação da malha escolar na capital paulista.

Ao todo, estes 23 grupos escolares atenderam em 1910 um montante de aproximadamente 240 mil habitantes⁹¹ da capital, mas ao comparamos este número de grupos

⁹¹ Se tomarmos o recente estudo de Guilherme Ribeiro de Souza (2020), podemos encontrar diversas fontes que organizaram o recenseamento populacional da capital paulista em 1900, como Azevedo em 1958, Baldin em 2006, Bassanezi (citada anteriormente neste trabalho) nos anos 2000, Carrara em 2014, De Andrada em 1955, entre

escolares identificados por Rosa Fátima de Souza com os registrados nas cidades do interior, fica evidente a diferença de atenção destinada aos habitantes do Estado de São Paulo:

Tabela 10 – Grupos escolares instalados no interior do Estado de São Paulo – 1894-1908

ANO	CIDADE	DENOMINAÇÃO	INSTALAÇÃO	PRÉDIO
1894	Amparo	“Luiz Leite”	4.10.1884	Estadual
	Iguape	-	7.1.1884	Arrend. Câmara
	São Roque	“Dr. Bernardino de Campos”	24.9.1884	Estadual
	Tietê	-	15.10.1884	Estadual
	Ubatuba	“Dr. Esteves da Silva”	15.10.1884	Estadual
1895	Guaratinguetá	“Dr. Flaminio Lessa”	24.1.1895	Estadual
	Itapetininga	“Dr. Peixoto Gomide”	14.1.1895	Estadual
	Jacareí	“Coronel Carlos Porto”	2.2.1895	Estadual
	Lorena	“Gabriel Prestes”	3.6.1895	Estadual
	Paraibuna	“Dr. Cerqueira César”	28.7.1895	Estadual
	Pindamonhangaba	“Dr. Alfredo Pujol”	24.1.1895	Estadual
	Ribeirão Preto	“Dr. José Alves Guimarães Junior”	1.7.1895	Estadual
	São Luís Paraitinga	“Coronel Domingues de Castro”	24.11.1895	Estadual
	Tatuí	-	27.11.1895	Estadual
1896	Itatiba	“Coronel Julio Cesar”	1.7.1896	Arrend. Câmara
	Jundiaí	“Coronel Siqueira Moraes”	12.4.1896	Estadual
	Moji das Cruzes	-	7.9.1896	Arrend. Câmara
	Botucatu	“Dr. Cardoso de Almeida”	1.2.1896	Estadual
	São José dos Campos	“Olympio Catão”	3.7.1896	Arrend. Câmara
	Sorocaba	“Antonio Padilha”	29.3.1896	Alugado Câmara
	Taubaté	“Dr. Lopes Chaves	1.9.1896	Estadual
	Vila Bela	-	18.7.1896	Arrend. Câmara
1897	Bragança	“Dr. Jorge Tibiriça”	9.8.1897	Cont. Câmara
	Espírito Santo do Pinhal	“Dr. Almeida Vergueiro”	27.8.1897	Estadual
	Campinas	-	7.2.1897	Estadual
	Piracicaba	“Barão do Rio Branco”	13.5.1897	Estadual
1900	Bananal	“Cel. Nogueira Cobra”	22.9.1900	Estadual
	Campinas	“Cel. Quirino dos Santos”	14.7.1900	Arrend. Câmara

outros. Assumimos o termo “aproximadamente” pelo encontro dos dados da maioria dos autores, como expressou o autor.

	Faxina	-	5.3.1900	Municipal
	Itapira	“Dr. Júlio de Mesquita Filho”	10.2.1900	Estadual
	Moji- Mirim	“Cel. Venâncio”	10.2.1900	Estadual
	Piracicaba	“Moraes Barros”	4.8.1900	Estadual
	Rio Claro	“Cel. Joaquim Sales”	1.3.1900	Estadual
	Santos	“Dr. Cesário Bastos”	13.10.1900	Cont. Câmara
	São Manuel Paraíso	“Dr. Augusto dos Reis”	10.2.1900	Estadual
1901	Leme	“Cel. Augusto Cesar”	29.4.1901	Municipal
	Limeira	“Cel. Flaminio Lessa”	1.9.1901	Estadual
	Mococa	“Barão de Monte Santo”	1.5.1901	Estadual
	Serra Negra	-	23.3.1901	Municipal
1902	Sertãozinho	-	5.6.1902	Estadual
	Santos	“Barnabé”	1.7.1902	Estadual
	São Sebastião	-	7.7.1902	Cont. Câmara
1903	Amparo	“Rangel Pestana”	18.6.1903	Arrend. Câmara
	Araraquara	-	8.6.1903	Estadual
	Araras	“Justiniano Whitaker”	7.6.1903	Estadual
	Belém Descalvado	“Cel. Tobias”	17.2.1903	Arrend. Câmara
	Casa Branca	“Dr. Rubião Junior”	10.3.1903	Municipal
	Jaboticabal	“Cel. Vaz”	20.9.1903	Estadual
	Jaú	“Dr. Pádua Sales”	17.6.1903	Estadual
1905	Atibaia	“José Alvim”	4.2.1905	Doado Câmara
	Franca	-	3.5.1905	Estadual
	São Carlos do Pinhal	“Cel. Paulino Carlos”	1.4.1905	Estadual
	São João da Boa Vista	“Cel. Joaquim José”	12.3.1905	Estadual
	São Simão	“Simão da Silva”	1.6.1905	Estadual
1906	Jundiaí	“Conde de Parnaíba”	16.4.1905	Estadual
	Piraju	-	3.5.1906	Municipal
	Pirassununga	“Cel. Manuel F. Silveira”	15.11.1906	Estadual
1907	Avaré	“Edmundo Trench”	8.6.1907	Estadual
	Caçapava	-	25.4.1907	Estadual
	Itu	“Dr. Cesário Motta”	9.3.1907	Estadual
1908	Porto Feliz	-	1.5.1908	Estadual
	São José do Rio Pardo	“Dr. Cândido Rodrigues”	22.4.1908	Estadual

Fonte: SOUZA, 1998, p.117-119.

Foram 62 grupos escolares inaugurados em 14 anos (1894-1908) nas cidades do interior do Estado e em 1929 totalizavam 297 por todo o Estado (SOUZA, 1998, p.100). De acordo

com o Anuário estatístico do Brasil para o ano de 1912⁹², chegamos a um dado curioso – são aproximadamente 3 milhões e 700 mil habitantes no estado de São Paulo, sendo que deste montante total, como vimos em 1910, os moradores da capital não passavam de um quarto de milhão. Se a população do interior estava na casa de sete a oito vezes maior que a da capital, o número de grupos escolares atendeu a uma demanda aproximadamente expressa de forma que, a cada grupo-bairro instalado na capital, três grupos escolares foram fundados no interior.

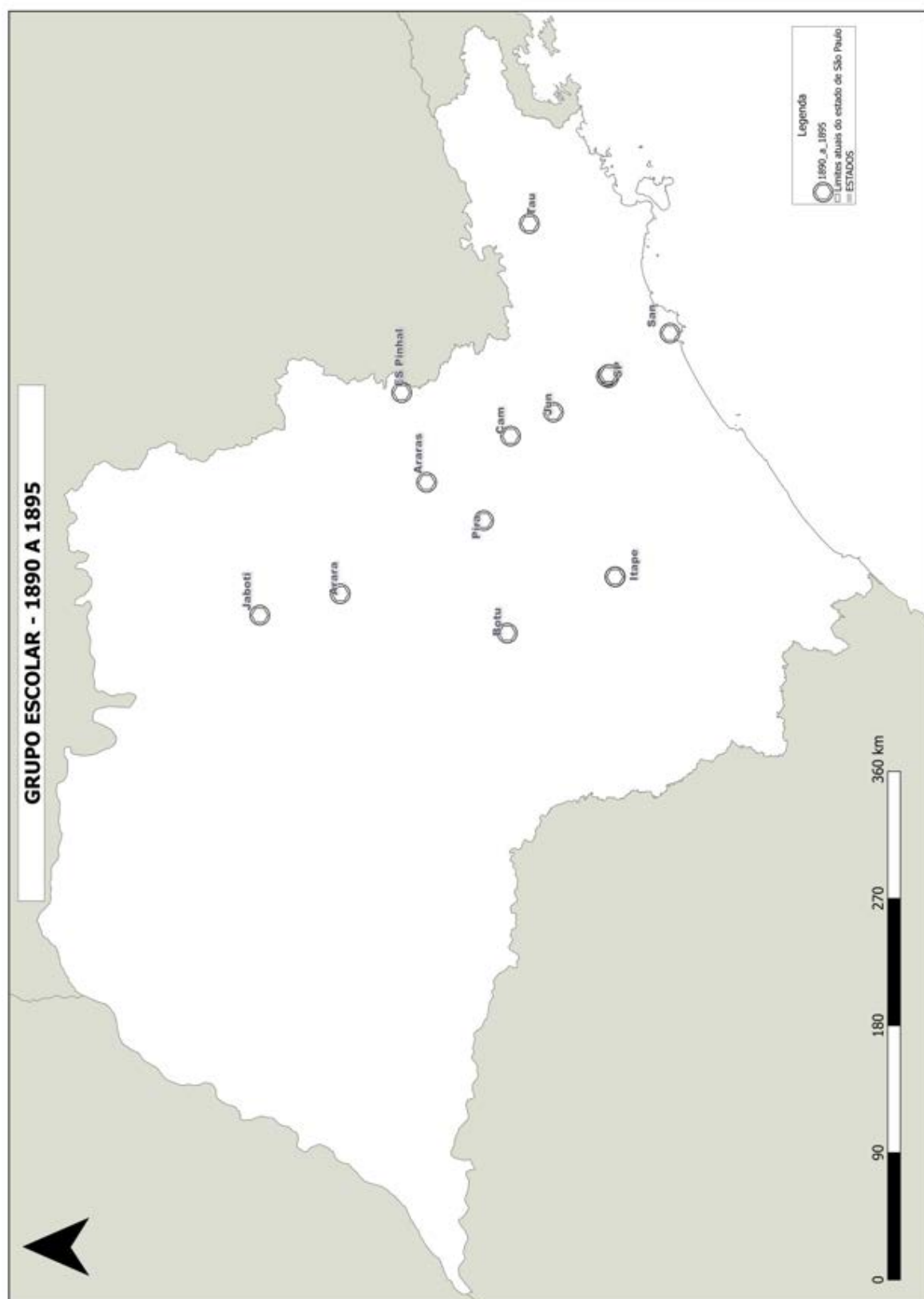
Várias razões para esta preferência podem aparecer. O fato de que as escolas da capital atendiam prioritariamente cidadãos urbanos, conectados as demandas modernas com intensidade e voltagem maior do sistema-mundo nos convida a não estranhar esta opção; a força com que os receios do Estado de que as ações dos descontentes e/ou excluídos (operários, miseráveis, imigrantes, negros, mulheres, comunistas, etc.) aglutinados na capital paulista poderiam crescer e se transformar em problemas sociais incontroláveis poderiam influenciar na maior presença destes prédios normatizadores e pacificadores da ordem social, diferente das “demandas” mais distantes e menos concentradas do interior também participam desta inferência; ou ainda, simplesmente, as escolhas atendiam a concentração nuclear da capital e dos políticos da Assembleia estadual, nem sempre articuladas as cidades (e as fazendas) da franja pioneira com a intensidade de que o capital cafeeiro gostaria. E, talvez, todas estas razões juntas.

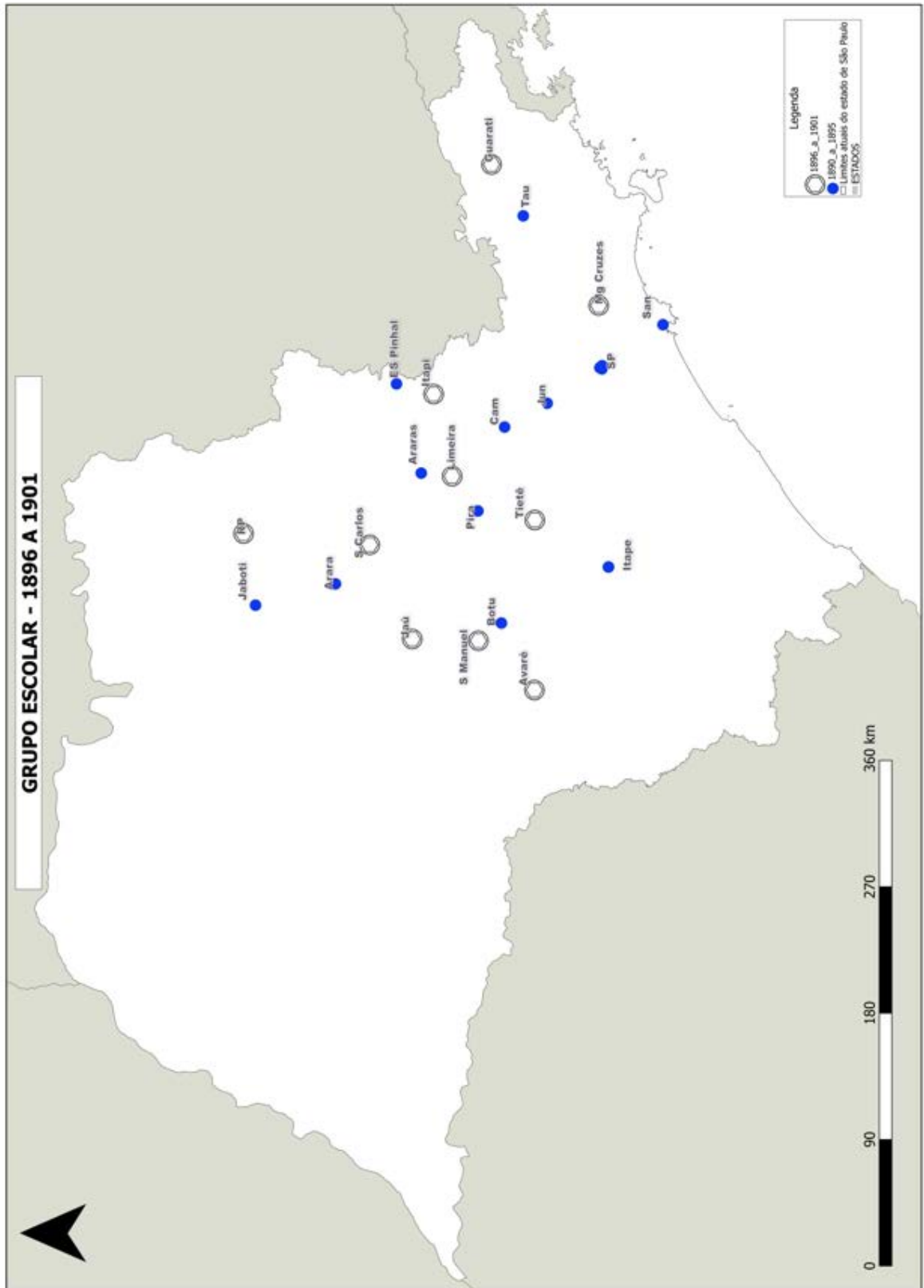
Se o vetor população e o grande capital cafeeiro demonstravam dinâmica de modernidade e urbanização para as novas cidades do interior, as materialidades edificadas dos palacetes, jardins públicos, logradouros, Câmaras Municipais e outros equipamentos urbanos não necessariamente foram implementadas junto aos grupos escolares em mesmas velocidades.

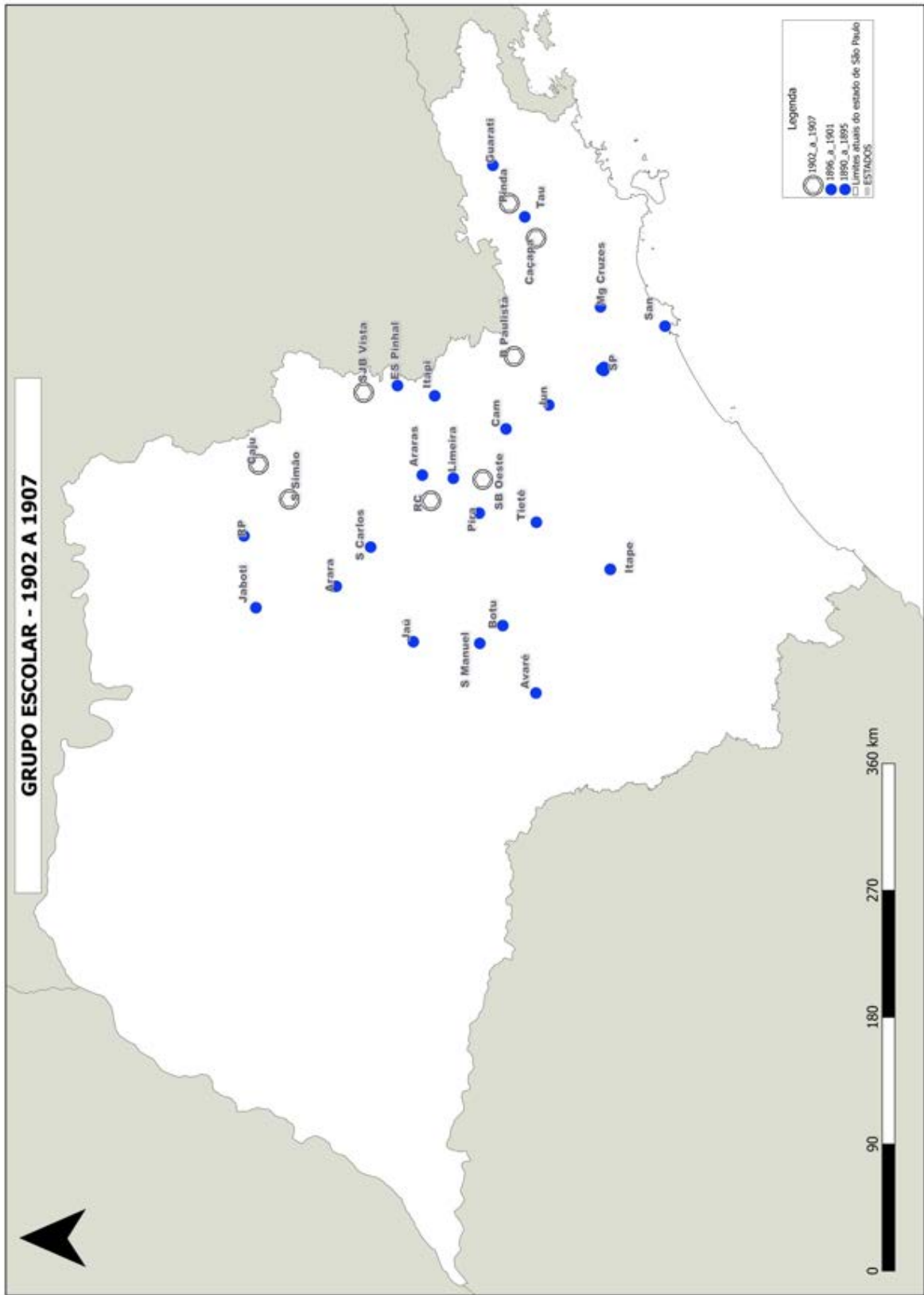
Houve sim esforço republicano, visível e bastante diferente do anterior monárquico, para a construção dos grupos em cidades do interior, ou pelo menos, em determinadas cidades-alvo dos interesses dos grupos políticos em exercício. As tabelas anteriores demonstram com muita clareza a interiorização desta dinâmica pela parte do estado já ocupada pelas cidades das cinco regiões que Luna e Klein apontavam no século XIX: “Caminhos do sul”, “Litoral”, “Oeste Paulista”, “Vale do Paraíba” e “região da Capital”, tal como percebemos nos mapas que seguem:

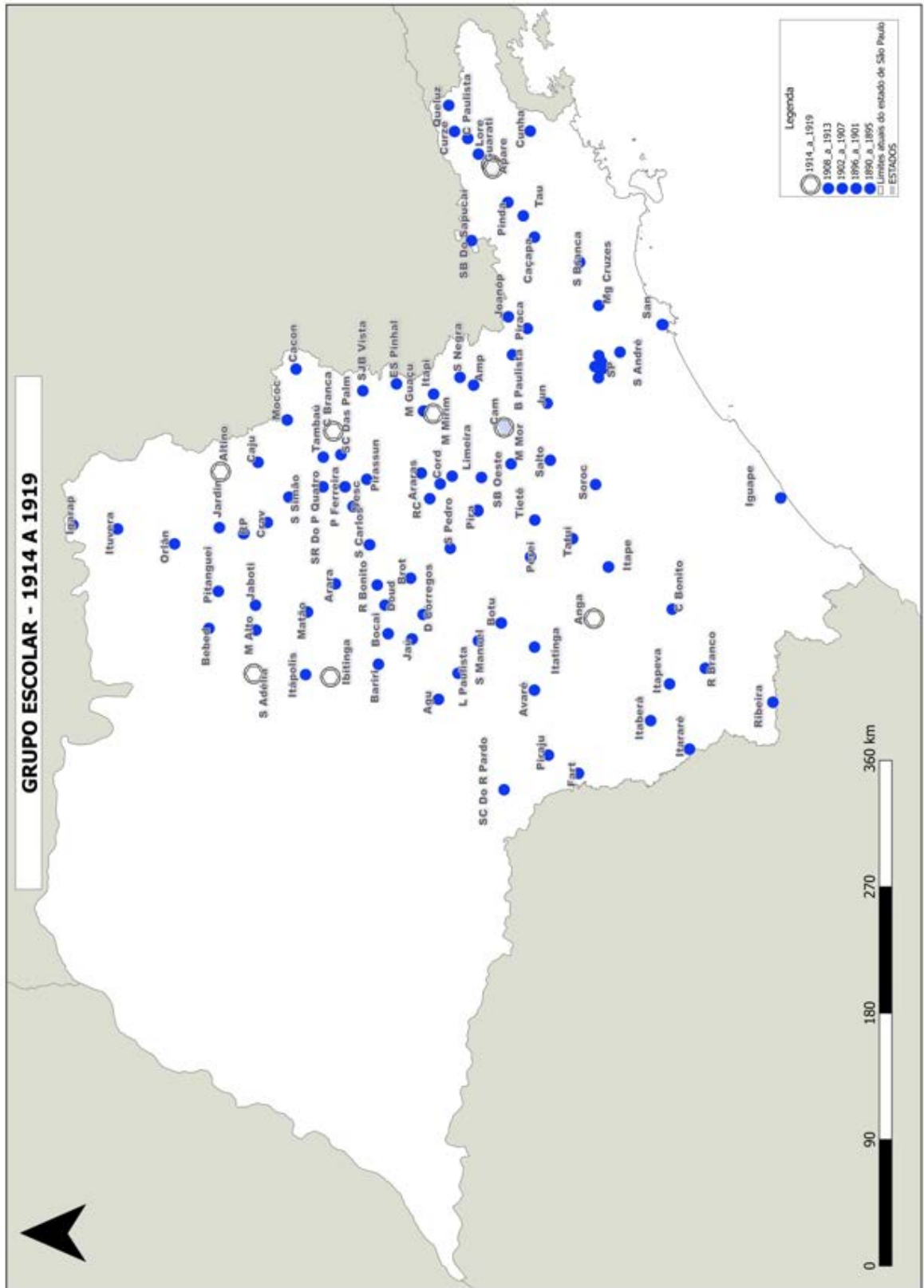
92 Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1907, v.1 t.1. São Paulo: Repartição de Estatística e do Archivo de São Paulo, 1910. v, 349 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=1&opcao=8&busca=2&tipoFiltro=periodo&filtro=%271910%27&descFiltro=1910>. Acesso em: 3 jan. 2023.

Mapas 22, 23, 24, 25 e 26 – Localização dos grupos escolares paulistas entre os anos 1890 – 1920.



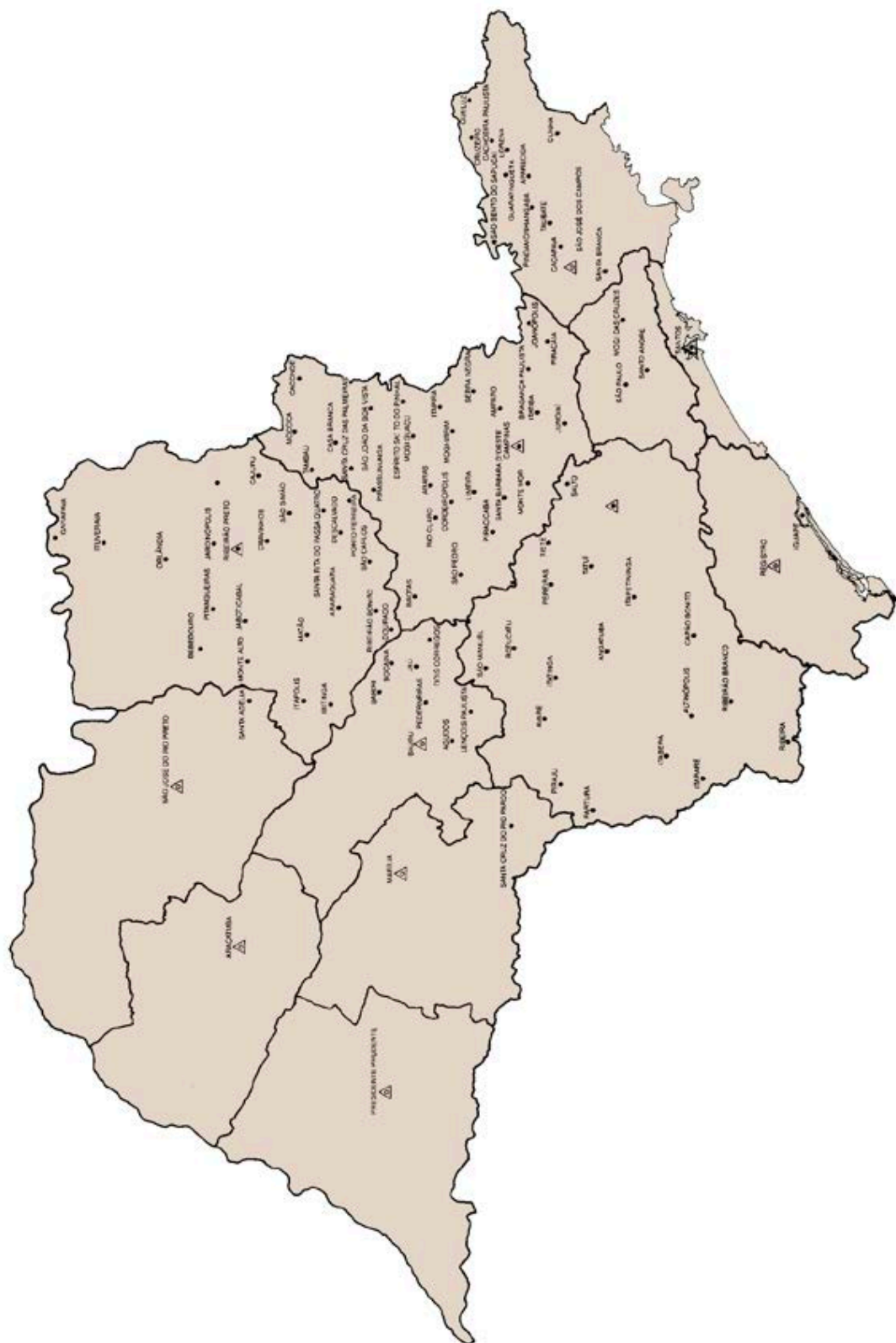






Fonte: Mapas produzidos por Cléber Martins e Rafael Cardoso de Mello, tendo em vista os dados expostos nos trabalhos de SOUZA (1998) e CORRÊA, NEVES e MELLO (1991).

Mapa 27 – Localização dos municípios (1890 – 1920). Edifícios escolares construídos no Estado de São Paulo



Ainda que o mapa das autoras parta de uma divisão administrativa do Estado de São Paulo coerente a data da publicação da obra (CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991), reconhecemos facilmente a ausência dos grupos escolares nas regiões próximas as cidades ali pontuadas como Presidente Prudente, Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba. Há uma menor concentração de escolas na região litorânea e na parte sul do Estado e uma maior aglutinação de indicações de grupos escolares nas regiões do Vale do Paraíba e da franja pioneira.

De fato, a tese de que as mudanças educacionais promovidas pelas reformas da educação republicana nas esferas nacional e estadual contribuíram radicalmente para a consolidação do processo de interiorização de uma malha institucional escolar, estratégica para formação de professores e alunos, modelar diante do que existia na capital, respeitando os interesses das voltagens do centro para a vida e a experiência moderna das semiperiferias e periferias paulistas.

Assim, o modelo da capital partiria para o interior levando consigo as vitórias da civilização e do progresso republicano na normatização da vida social da barbárie, seja ela urbana ou rural. No limite, este projeto de educação republicana revela interesses estratégicos (no léxico certauniano), consonantes com a valorização da simbolização republicana e a supressão dos traços monárquicos, em contexto de dimensões variadas: seja pela imposição da lógica positivista, racional e técnica nas reformas urbanas, materializadas pelos modernos equipamentos urbanos e suas consequências no abafar dos levantes populares e na busca pela eliminação dos miasmas, de epidemias, etc); ou pelos esforços de territorialização dos grupos excluídos e marginalizados, principalmente aqueles que Miskolci e Guimarães denominaram de “outros”, envolvendo a comunidade negra livre e as mulheres somados aos novos sujeitos, os imigrantes.

Coerente a ótica de Habermas (2000), o projeto da modernidade falha e se alimenta de sua falibilidade. Este modelo era pensado a um universo urbano cuja densidade populacional permitisse a distribuição de crianças de idades variadas em salas de aula comuns. Porém, para Maria Gouvêia, Bruna Afonso, Ellen Figueiredo e Priscila Nogueira (2016), ainda que em uma escola com 8 salas, 20 crianças poderiam compor um espaço escolar, “os dados demográficos indicam que, no decorrer do primeiro período republicano, houve um aumento da população rural: em 1920, 70% dos brasileiros viviam no campo” (2016, p.316). A instalação de um modelo educacional urbano para uma sociedade ruralizada impunha uma velocidade de transformação do cotidiano que buscava acompanhar o ritmo dos países desenvolvidos (ou pelo menos, daquilo que se representava como tal). Souza ainda revela que as escolas do interior não

tinham necessariamente professores formados na Escola modelo da capital. Para muitos destes docentes, o espaço da Escola Normal era mítico e as experiências ali, muito distantes (1998, p.59).

Nestas cidades interioranas a experiência de instalação da malha escolar não foi realizada como planejado. Se a escola graduada pressupunha pelo menos quatro anos de duração com cotidiano de ordenação de tempo e espaço que diversas vezes contrariavam tradições de vida colonial como o tempo em que as crianças dormiam, comiam, brincavam e auxiliavam nas tarefas domésticas. Nas palavras da autora, “o projeto republicano de modernização da escola primária defrontou-se com significativos entraves para sua efetivação” (2016, p.316).

O Estado de São Paulo, tão experimentado na longa duração da violência, do genocídio de seus habitantes originários, da ausência do Estado metropolitano nos tempos coloniais ou da Corte nos idos imperiais, esteve longe das cifras dos ciclos econômicos anteriores ao café no século XIX, experimentando após quase quatro séculos de periferização do contexto político e econômico algum destaque nacional. A verve com as mudanças provenientes do ciclo cafeeiro reproduziu o bandeirante que irrompeu o sertão e o indígena como obstáculo de sua sobrevivência. A rápida transformação do cenário dos grupos escolares em duas décadas revela pouca tolerância com as falhas da modernidade, visão de futuro baseada no futuro progressista sem a participação dos elementos da barbárie que comunicam com um passado a eliminar.

É por isso que o modelo dos grupos escolares da capital deveria ser mimetizados fidedignamente por estes sertanejos. Quanto mais a cópia se apresentasse próxima ao “original”, mais a civilização regozijava e celebrava a falácia da modernidade. Mas, seria a cópia, fiel ao modelo?

Vamos agora observar mais proximamente o modelo do grupo escolar da capital paulista e comparar com as materialidades das cidades do interior.

4.3 A interiorização dos grupos escolares: um olhar comparativo entre a capital e o interior

Ao retomarmos a instalação dos grupos escolares na cidade de São Paulo, voltamos nossos olhares a criação da Escola Normal da Capital em 1846, fechada e reaberta por falta de verba para sua manutenção por mais de duas vezes, tendo sido escolhida por Rangel Pestana e Caetano de Campos como escola modelo para a instrução pública da capital e do restante do Estado após a proclamação da República.

A reforma da instrução pública de 1892 e a inauguração da Escola Normal da Praça (futura Caetano de Campos) em 1894 marcam este novo período de instauração da malha escolar republicana. Neste sentido, a morte prematura de Caetano de Campos em 1891 não permitiu que o mesmo promovesse continuação das reformas iniciadas na Escola Normal para o ensino primário. A pesquisa de Ferreira (2015) salienta que seu sucessor foi o médico Cesário Mota Júnior, indicado pelo governador Bernardino de Campos, “responsável pela implantação de um modelo de escola primária graduada conhecida como Grupo Escolar” (2015, p.141).

Enfim, um modelo para todo o Estado. O programa de ensino, a distribuição por anos e por sexo referente as seções masculina e feminina, a presença de exercícios físicos (ginástica), música e canto, trabalhos manuais, calendário com festas escolares e exposição de trabalhos dos alunos são parte do cotidiano destes novos processos de educação institucionalizados (SOUZA, 1998). A partir de 1880, cresceu “a procura pela Escola Normal de São Paulo. As matrículas aumentaram sensivelmente, suplantando a capacidade física do edifício” (MONARCHA, 1999, p.113).

Possuía “excelentes acomodações físicas, salas de aula amplas e arejadas e oficinas para os trabalhos manuais” (SOUZA, 1998, p.57), com boas condições de aeração e de luz graças aos amplos salões, seus corredores e as janelas. Quanto ao programa, a Escola Normal ensinava linguagem, aritmética, geografia, ciências naturais, educação estética, educação dos sentidos, trabalhos manuais e educação física (SOUZA, 1988, p.57). A forma de distribuição do tempo para as atividades também era destacada como elemento importante. “O ensino das matérias era intercalado com marchas, cantos e exercícios ginásticos” (SOUZA, 1988, p.58).

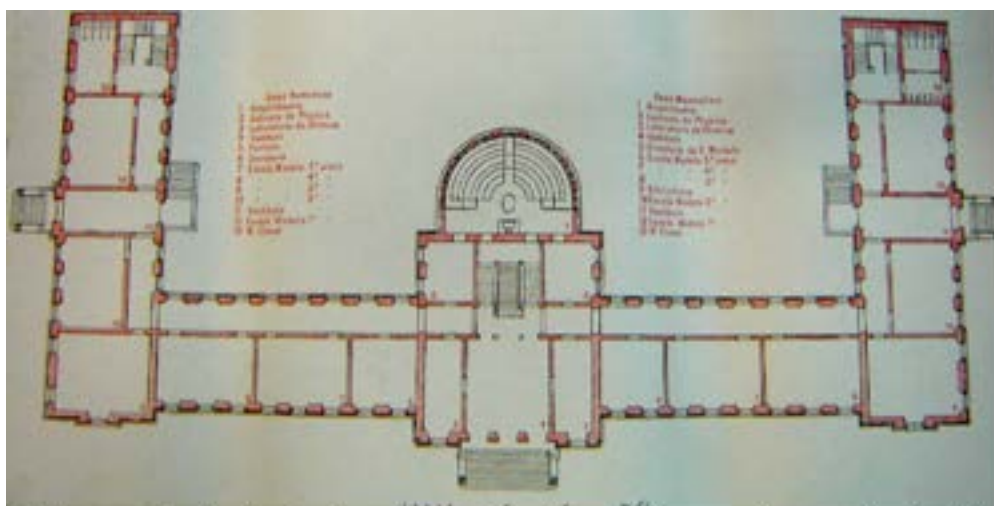
A partir do “Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908” podemos verificar a monumentalidade do prédio:

Figura 84 – Fachada da Escola Normal Caetano de Campos, s/data



Fonte: Daniel Guimarães. Imagem e legenda extraídos de <https://www.educacao.sp.gov.br/conheca-a-historia-do-predio-caetano-de-campos-simbolo-da-educacao-de-sp/> e <https://ieccmemorias.wordpress.com/2022/10/16/o-instituto-de-educacao-caetano-de-campos-visto-por-sp-city/>, ambos com acesso em: 4 jan. 2023.

Figura 85 – Planta com o primeiro desenho da Escola Normal Caetano de Campos em que se apresentam a seção feminina do lado esquerdo e a masculina do direito



Fonte: Imagem e legenda extraídos de <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

A monumentalidade da construção e a racionalidade com que se planejava a experiência educacional na formação dos professores confirmam o modelo cartesiano de natureza positivista do período. A ordem e o progresso emanaram deste “templo” de educação.

A planta ainda nos convida a refletir que a separação das experiências formativas, dividindo alunos e também professores em alas diferenciadas, confirmada pelos horários e aulas igualmente diferentes. A produção do cidadão republicano não significou como sabemos o reconhecimento de direitos iguais aos homens e as mulheres. Cabe lembrar que entre os anos 1890 e 1911, a Escola Normal formou 1.188 professores, sendo 314 homens e 872 mulheres (TANURI, 1979, p. 116 *apud* SOUZA, 1998, p.67), além de oferecer aulas no jardim de infância (estágio para as normalistas).

O relato do diretor da Escola Normal, Gabriel Prestes, em 1896 descreveu o cotidiano dos sujeitos envolvidos na Escola-modelo:

... a ordem dos trabalhos, em suma, é mais ou menos a seguinte:
 Dado o sinal, cinco minutos antes da hora, os alunos formam-se no recreio, por anos e pela ordem dos lugares que ocupam nas salas.
 Os 10 primeiros minutos depois da entrada são ocupados pela chamada, revista de asseio, recitação de máximas morais e canto. O tempo escolar é dividido em dois períodos separados por um recreio de meia hora. O primeiro período é consagrado aos exercícios reputados essenciais e que exigem maior atenção, tais como os exercícios de linguagem e Aritmética. Cada um dos períodos é ainda subdividido em dois outros separados por exercícios de canto ou por marchas, acompanhadas de música ou de canto... (Relatório da Escola Normal Caetano de Campos, apresentado por Gabriel Prestes em 1896. AESP. Biblioteca *apud* SOUZA, 1998, p.58).

De certa forma, a vida das crianças e dos adultos passou, a partir desta institucionalização de uma política dos corpos e das posturas, a tal ética de corporeidade que Rosa Fátima de Souza relatou.

O que o projeto sugere, como vimos, é que se o modelo fosse de fato seguido, todas as escolas deveriam estar em um mesmo tempo dentro destes edifícios escolares. A anulação das diferenças de tempo e espaço (GIDDENS, 1991), lembrada pelo autor a partir do exemplo da unificação dos calendários na modernidade ocidental, reorganizou a lógica da modelagem do tempo nas escolas, dividido e orquestrado segundo lógica homogênea, corroborando cada vez mais nossa perspectiva de integração dos territórios ao sistema-mundo wallersteiniano de formas cada vez mais intensa, simbólica e complexa. Se para Giddens, o esvaziamento do tempo foi condição para o esvaziamento do espaço, o projeto educacional republicano considerava esta “não distância” da capital em direção ao interior como traço da moderna

pedagogia que civilizadamente se espalhou no sertão a partir da instalação dos grupos escolares. Aos poucos, não apenas o controle do tempo, mas das práticas, corpos e pensamentos iam regulando novos paulistas republicanos, dado o teor e a natureza das disciplinas, da obrigação dos uniformes, enfim, da vida institucional escolar como veremos.

Figura 86 – Pátio da Escola Normal Caetano de Campos em 1895



Fonte: À direita e ao fundo a entrada feminina, à esquerda o prédio do Jardim de infância. Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908, p.36. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Figura 87 – Pátio com a entrada masculina da Escola Normal Caetano de Campos em 1895



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908, p.37. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

O projeto propunha uma rotina de alunos enfileirados, normatizados e civilizados. Ao cabo, meninos e meninas caminhariam rotineiramente entre as ruas da cidade repetindo no seu dia-a-dia o hábito de ir da casa a escola e da escola para casa, tal qual futuramente o fariam quando adultos, substituindo o espaço escolar pelo trabalho. E se o projeto encontrasse êxito, o silêncio da escola, premiado pelos olhares afirmativos dos “sábios professores” e “justos diretores”, se reproduzia no futuro, participando da vida de adultos acostumados a “natural” hierarquia da vida desde os primeiros passos e pensamentos.

Atentos aos conceitos de Michel Foucault, lembramos de que a disciplina a normatização são mecanismos de divisão dos sujeitos tanto em sua subjetividade como para com seus pares. Práticas e saberes que atingem pensamentos, rituais e seu corpo, responsáveis pela inclusão ou exclusão da sociedade republicana, por meio de processos de dominação cuja base são binômios de normalidade e anormalidade, exemplificados nos objetos por ele estudado como o louco e o são, o doente e o sadio, o criminoso e o aquele que segue a lei.

Nesta ótica, os saberes e os poderes se vinculam e organizam rede de verdades que autorizam os grupos dominantes a se perpetuarem como governantes. A escola, a ciência e seus agentes (professores e diretores) são produto desta rede de ensino-aprendizagem (conversão) dos ignorantes, doentes pois bárbaros e analfabetos, cujo tratamento e remédio são encontrados na civilização.

A Escola-modelo “Caetano de Campos” merece destaque em nossa análise de interiorização dos processos de educação no sertão paulista dado esta posição, esse saber-poder, como escreveu Foucault. Não pelo que ali aconteceu (ou deixou de acontecer), mas como um mito de modelo civilizacional propagandeado pelas fotografias posadas, pela arquitetura planejada ou ainda pelos relatos de suas práticas cotidianas exemplares que ecoaram, de alguma forma, ao sertão de Ribeirão Preto e região. Portanto, a barbárie sertaneja tinha sua complexidade. Somados àqueles bárbaros da capital paulista, “tortos”, “loucos”, “doentes”, “criminosos” e “ignorantes” que poderiam ser corrigidos pela instituição escolar, devemos ainda somar “caipiras”, “distantes”, “simplórios”, “rurais”, qualidades que engrossavam o couro de uma periférica resistência a civilização e que, de certa forma, se apresentaram como elementos significativos da apropriação desta educação-modelo da capital.

Ainda atentos as imagens das crianças perfiladas e da organização dos pavilhões na Escola-modelo, há que comentar que estes jovens estavam vivendo um ambiente novo e contraditório – separados pela longa duração da divisão sexual, unidos pelo regime republicano, espaço que concomitantemente os homogeneizava e separava, criando uma espacialização da vida que prometia meritocracia pelo esforço individual sustentada pelos benefícios do (e para)

bem-coletivo nas atividades e avaliações (individuais e em grupo), ainda que com as diferenças de gênero apregoadas pelas diferentes disciplinas. No limite, o som do apito da escola-fábrica era o mesmo, o que se trabalhava e aprendia era diferente.

Figuras 88 e 98 – Aulas de ginástica para meninas e meninos. Escola Normal “Caetano de Campos” em 1895 na cidade de São Paulo



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908, p.29-30. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Figura 90 – Aula de costura para as meninas na Escola Normal Caetano de Campos em 1895



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908, p.31. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Figuras 91 e 92 – À esquerda, porão com sala para modelagem (1895) e, à direita, aula de modelagem da Escola Normal Caetano de Campos em 1908



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908, p.31. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Figura 93 – Aula de marcenaria com serra (apenas para meninos) na ENCC em 1908



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908, p.3. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Chama-nos a atenção a presença significativa de imagens de meninos em atividades físicas, notadamente vinculadas a natureza bélica. No álbum de 1908 encontramos diversas atividades desta ordem, espelhando a militarização da República inicial nacional.

Figuras 94 e 95 – A esquerda, sala de armas no porão e, à direita, aula com armas de fogo na Escola Normal “Caetano de Campos” em 1895 na cidade de São Paulo



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908, p.71. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

Figuras 96 e 97 – Evolução militar na aula de ginástica e aula de esgrima na Escola Normal Caetano de Campos em 1895 (exclusiva para meninos)



Fonte: Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908, p.30-31. AESP. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023. A legenda foi extraída do site <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/o-feminino-e-o-masculino-na-escola>, acesso em: 4 jan. 2023, criado especialmente como espaço de memórias da escola.

As imagens revelam que a Escola-modelo produziu ações em direção a esta realidade ordeira e normatizada. Meninos e meninas, professores e professoras foram rapidamente inseridos na lógica da instrução pública. Todavia, Souza pondera a complexidade do arranjo deste projeto instrucional ao pontuar avanços e retrocessos:

Esta racionalização da organização escolar propiciou inúmeros avanços e problemas. O ensino em classe, unidade por excelência da escola graduada, baseado no princípio da pedagogia coletiva de ‘ensinar a muitos como se fossem um só’, resultou em processos de homogeneização num momento em que a pedagogia científica propagava a necessária atenção às diferenças individuais. A classificação dos alunos, outro aspecto constitutivo do ensino em classe, ratificou a seletividade do ensino e a emergência de uma cultura da seleção fundada em critérios de excelência escolar pautadas no mérito individual. Repetência, fracasso escolar e rígido sistema disciplinar são algumas das consequências dessa estrutura organizacional” (1998, p.282).

Como vimos a partir do conceitual de Michel Foucault, é possível considerar que a normatização e regulação dos corpos não ocorreu apenas na vitória dos bons alunos. Democraticamente, a modernidade escolar abraçou a todos, ‘bons’, ‘medianos’ e ‘maus’ alunos, seja pela nota, seja pela frequência, seja pelo comportamento. Os rituais que compuseram o cotidiano escolar ensinaram a todos. Aos alunos de alta performance eram endereçados benefícios e premiações, algumas apenas ao findar da caminhada escolar, em promessas de inserção em formas mais intelectualizadas (racionais) de futuro no mercado de trabalho. Um bom aluno na escola, um premiado cidadão na cidade com salários diferenciados e *status* de médico, advogado ou engenheiro, por exemplo. Àqueles cuja performance no boletim tenha sido medíocre ou inferior ao mínimo necessário para prosseguir com a trajetória acadêmica, a expectativa da repetição do fracasso no campo adulto e na vida pública. Os alunos que seguissem as regras buscando de alguma maneira manter as notas altas, seriam respeitados pelo esforço, mesmo sem excelência máxima.

O que não se pode esquecer é que, independente das notas, todos eram submetidos a um disciplinado e criterioso experimento diário de disciplina e normatização. Tempo, espaço, corpo, pensamento e fé estavam a serviço de uma forjadora experiência escolar. Ao cabo, ao sair da escola, com notas, frequências e comportamentos quaisquer, todas as crianças já teriam se tornado cidadãos e a escola executado sua função – a produção de um sujeito que precisa respeitar a ordem e a hierarquia.

Este campo de falibilidades e fatalidades do sistema que vimos na modelar Escola Normal se repetiu também nas crianças dos outros bairros e nas escolas das demais regiões do Estado. Ao avaliar a instalação das outras escolas para além da cidade de São Paulo, Souza

confirma que o movimento centro-periferia de instalação das escolas na capital ocorreu também no interior, ainda que para a autora, “décadas mais tarde”⁹³. Nas palavras da autora, o movimento ocorre em todo canto, “centro, bairro, periferia, subúrbio: o espaço da cidade é assim recortado por diferenças e identidades sociais. Percepções de identidades que possibilitaram a ainda renitente diferenciação entre escolas de centro e periferia (SOUZA, 1998, p.105).

Esta leitura de Souza nos parece bastante respeitosa as múltiplas formas de recepção da instalação da malha escolar na capital. A escola-modelo e os grupos escolares das áreas centrais (ou próximas ao centro) vivenciaram experiências distintas de institucionalização devido as várias e diversas culturas que ali negociaram o processo de normatização. Por exemplo, o bairro da Luz estava ligado ao comércio a à importância dada ao jardim (Horto Botânico) logo, deve-se imaginar quais experiências e capital cultural estariam disponíveis para os encontros entre a educação formal do Estado e as crianças ali inseridas. Muito diferente, naturalmente, se tomarmos a cultura de traços fabris, como no bairro do Brás, região que viveu forte influência da estação ferroviária em seu desenvolvimento, espaço que era comum a presença de casinhas geminadas, com precárias condições de higiene e ventilação, curiosamente, espaço que recebeu três grupos escolares entre os anos 1896 e 1989 (1998, p.105).

Em outras palavras, o modelo da Escola Normal Caetano de Campos não encontrou regularidade em sua vida prática nos bairros da capital. Ao se dedicar a instalação dos grupos nas áreas interioranas, a autora comentou que “... Apesar de todo esse dinamismo econômico, a vida em muitas localidades do interior de São Paulo, no final do século passado e início deste, conservava aspectos que as semelhavam a uma extensão do mundo rural” (SOUZA, 1998, p.95). É preciso reconhecer que em muitos destes municípios mais da metade da população vivia na zona rural. Souza considera esta condição moderna e reconhece o processo de modernização, porém, sem perder de vista que as fazendas, espaço de produção da riqueza, reorganizaram espaços rurais e também urbanos e, as cidades, por conseguinte, ganharam lentamente certa “fisionomia de meio civilizado: hospitais, jardins, igrejas, escolas, palacetes, casas de comércio, rede de esgoto, estação ferroviária, iluminação, calçamento das ruas, telefones, jornais, fábricas, estalagens, cortiços e, mais tarde, o cinema, o bonde” (1998, p.95).

⁹³ De nossa parte, estranhamos esse posicionamento dado as inaugurações dos grupos-bairro e dos grupos escolares ocorrerem simultaneamente nas duas regiões, ponto bastante curioso para nossa pesquisa. Voltaremos a isso mais adiante.

Há uma imagem importante que este trecho constrói sobre o interior de São Paulo no contexto, interpretado aqui como “ainda que vivo e pujante pelas fazendas de café, seria um território bastante atrasado nos aspectos da urbanização”.

Não se pode afirmar, pelo menos ainda, que a escrita distorça os dados por nós apresentados, porém, creio que podemos repetir o mesmo processo generoso realizado pela pesquisadora quando da análise da espacialização centro-periferia e quando da análise da espacialização das escolas na capital, agora, diante da escala estadual.

Pausando o olhar mais detidamente a complexidade da capital paulista, reconhecemos que as mudanças da urbe foram significativas na segunda metade do século XIX. Em 1860, por exemplo, São Paulo era “... Um pequeno e introspectivo núcleo acaipirado imerso na mesmice entorpecedora”, ou ainda, “... uma cidadezinha imperial” como sugeriu o arquiteto Eudes Campos (2007, p.13).

O “Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-87-1914)” de Militão Azevedo nos oferece uma visão das transformações urbanas da cidade, tomando o exemplo da vista da ladeira do Carmo:

Figura 98 – Ladeira do Carmo e aterrado do Brás (1862)



Fonte: Vista da ladeira do Carmo com algumas edificações; ao fundo, o aterro do Brás (AZEVEDO, 1887, s/p.).

Figura 99 – Ladeira do Carmo (1887)



Fonte: Vista da ladeira do Carmo com várias edificações, uma praça e ao fundo o aterro do Brás (AZEVEDO, 1887, s/p.).

Figura 100 – Ladeira do Carmo (1914)



Fonte: Vista da ladeira do Carmo com uma praça e trilhos de bonde. (AZEVEDO, 1887, s/p.).

As imagens oportunizam algumas mudanças urbanas da capital nas décadas de 1860 a 1900. Os discursos oficiais presentes nas atas da Câmara Municipal trazem discussões sobre as reformas urbanas desde 1840, ainda que, de fato, elas tenham sido postas em prática de forma mais evidente a partir da década de 1860 e 1870. Carlos Monarcha, por exemplo, cita o Códigos de Postura e o ajardinamento público em 1875, a instalação da iluminação a gás tal qual o bonde (entre Sé e Brás) em 1877 como marcos desta mudança (1999, p.65).

Eugênio Egas chancelou estas mudanças e nomeou os gestores responsáveis pelo sucesso da implementação dos modelos civilizacionais tal como as grandes cidades mundiais:

fábricas, fazem-se prédios bons, logradouros da cidade são cuidados; criam-se novos pontos de repouso e embelezamento. Uma febre de progresso rápido, constante e seguro apodera-se dos paulistas. Eles querem que a sua capital seja uma cidade procurada por todos, nacionais e estrangeiros, que se torne um centro, um grande empório de comércio, indústria e arte (EGAS, 1923, p.469 *apud* MONARCHA, 1999, p.63).

Por termos discutido a haussmanização na seção anterior ao avaliarmos o interior em sua experiência de modernização urbana na virada dos séculos XIX-XX, estamos cientes do número significativo de questões sobre estes processos, responsáveis pela produção de debates que compuseram no final da seção anterior, uma visão contraditória, ambivalente e malsucedida tal como Berman, Giddens e Habermas nos conduziram. A mesma leitura deva ser aplicada a realidade central da capital paulista, neste processo vivido décadas antes de Ribeirão Preto e seus vizinhos.

A cidade de São Paulo não passava de algumas dezenas de milhares de habitantes nos anos de 1890 e chegou a quase 240.000 em 1900. Marco Sávio, em “A cidade e as máquinas”, escreve que o graças a economia cafeeira, e “a situação geográfica da capital, entroncamento das duas mais importantes ferrovias do país, fez com que a cidade passasse, num curto espaço de dez anos , por uma explosão demográfica” (SÁVIO, 2010, p.49 *apud* SILVA, 2018, p.19). Logo, os movimento centro-periferia do sistema-mundo estavam impondo a capital paulista desenvolvimento não antes vivido ali. As reformas urbanas eram, portanto, reflexo da vitória da franja pioneira e do complexo cafeeiro, no qual as consequências seria para além das fazendas, os trens, as novas mercadorias, pessoas e ideias.

Daisy de Camargo freia alguns dos impulsos otimistas em nome da modernização urbana da capital. Não obstante, pontua, “a São Paulo do final do século XIX estava longe desse modelo de assepsia. Era ainda uma cidade misturada, que obrigava uma convivência entre negros e brancos, ricos e pobres, damas e mulheres desconsideradas” (2010, p.420).

Convivência que podemos facilmente imaginar como conflituosa. As reformas do centro da cidade, por exemplo, na Praça da Sé na década de 1890 durante a gestão de Antônio Prado e Raimundo Duprat, tinham como objetivo “varrer a geografia do prazer e da embriaguez.” (2010, p.420). Antes das reformas e legitimado por elas, o poder público “vistoriava tabernas e quartos alugados por homens e mulheres considerados de ínfima classe social” (2010, p.420).

De todas os trabalhos que avaliaram a história da cidade de São Paulo nesta lógica periférica, nos chama a atenção o olhar empregado pelo pesquisador Roberto Pompeu de Toledo na obra “A capital da solidão”. Para o autor, a cidade de aspectos caipiras foi sim beneficiada pela ferrovia, firmando-se “núcleo para onde convergiam os trilhos provindos de diferentes partes do interior, e de onde, como entrando agora num funil, desciam a serra” (2003, p.267), porém, não apenas pelas condições impostas pelo complexo cafeeiro. Houve uma “sorte” ou “obra do acaso” (em suas palavras):

A obra do acaso que consolidou São Paulo como principal centro da província foram os surtos de febre amarela que assolaram as cidades rivais enquanto a poupavam. Santos, como de resto o litoral brasileiro em geral, era vítima crônica da doença desde meados do século XIX. No final dos anos 1880, Campinas foi apanhada, e com ela outras cidades do interior. O *Aedes aegypti* viajava nos trens da Inglesa, mas, por algum mistério, não desembarcava em São Paulo. Em 1889, a epidemia que avassalava Campinas levou grande parte dos fazendeiros dali a mudar-se para São Paulo. Outra parte, se não se mudava em definitivo, pelo menos abria uma segunda residência na cidade. Igualmente, fixavam residência em São Paulo — a principal ou, ao menos, uma residência secundária — os comerciantes de Santos de mais prestígio e maiores ambições. Em termos de Brasil, ao iniciar-se a era da estrada de ferro, a cidade ainda ocupava posição desvantajosa. O censo de 1872, o primeiro realizado em âmbito nacional, por iniciativa do governo central, atribuiu-lhe 31.385 habitantes. Era oito vezes menor que a população do Rio (275 mil), três vezes menor que as de Salvador (129 mil) e Recife (116 mil), inferior mesmo a Belém (62 mil), Niterói (47 mil), Porto Alegre (44 mil), Fortaleza (42 mil) e Cuiabá (36 mil), e igual à de São Luís. Mesmo assim, já estava inscrito no céu que, se uma metrópole haveria de surgir, por efeito da riqueza cafeeira, esta seria São Paulo (2003, p.267).

Escrito de outra forma, a capital do Estado de São Paulo continuava a ser território periférico, buscando ocupar posições melhores em relação a civilização europeia. Os mesmos traços de barbárie que a inspetoria da instrução pública destinavam as famílias do interior estavam na apreensão que a civilização europeia tinha da periferia latino-americana. O ciclo de repugnância e vergonha propostos por Norbert Elias como consequência do processo civilizatório se repetiu (e ainda se repete) a cada refazimento dos campos centro-periferia em raios de maior e menor escola.

A visão progressista desta modernização não deve apagar os traços modernos propostos por Berman, Giddens e Habermas. De um lado, podemos ver as fotos de Militão Azevedo ou a escrita de Eugênio Egas representando as transformações urbanas e confirmado o sucesso das mudanças em prol da modelagem paulistana tal qual os modelos centrais desejavam, de outro, Daisy Camargo e Roberto Toledo, por exemplo, lembrando as competências de resistência das tradições periféricas aos diversos e tecnológicos movimentos de apagamentos.

Independente da vertente mais ou menos aderente ao movimento das novidades, importante é destacar que o acirramento das desigualdades e a implementação de formas tecnológicas de controle e gestão andaram juntos, considerando principalmente que as reformas impunham a todos um projeto de civilização, mas não a coletivização de seus benefícios. Renato Perim Colistete (2016) em sua tese de livre docência relembra que no campo da instrução, as famílias mais endinheiradas poderiam (e geralmente o faziam) enviar seus filhos para fora do país ou para escolas particulares em grandes cidades, enquanto as mais pobres não.

No caso da cidade de São Paulo, os mais ricos escolhiam escolas privadas além de tutores para os seus filhos, porém, ao perceber a qualidade dos grupos escolares a partir de 1893, muitos membros das “elites econômicas podiam até mesmo utilizar o sistema público de ensino para seus filhos, sem arcar com o ônus da tributação progressiva sobre rendas e propriedades (2016, p.181).

Colistete (2016) nos permite indagar os usos que as famílias enriquecidas faziam do ensino público (quando de qualidade), oportunizando refletir que poderiam ser melhores ou tão bons quanto a iniciativa privada contextual. Não vamos entrar nesta questão por hora, uma vez que estamos buscando compreender a interiorização do modelo ali instalado na capital. O que nos chama a atenção é que a complexidade paulista nos parece bastante profunda e, portanto, podemos nos aproximar da instalação dos grupos escolares do interior cientes de que sua instalação provocou igualmente ambiente complexo.

A presença de grupos escolares pelo interior é de fato registrada em diversos suportes, revelando sua potência como materialidades urbanas modernas e vitórias da educação republicana. As imagens aqui foram selecionadas diante dos registros encontrados das fachadas, nem sempre relacionados diretamente a data de instalação:

Figura 101 – Grupo Escolar de Santa Barbara (1923)



Fonte: Arquivo CEMUMC/UNESP (Museu da Imigração de Santa Bárbara).

Figura 102 – Grupo Escolar da Villa Rezende, Piracicaba



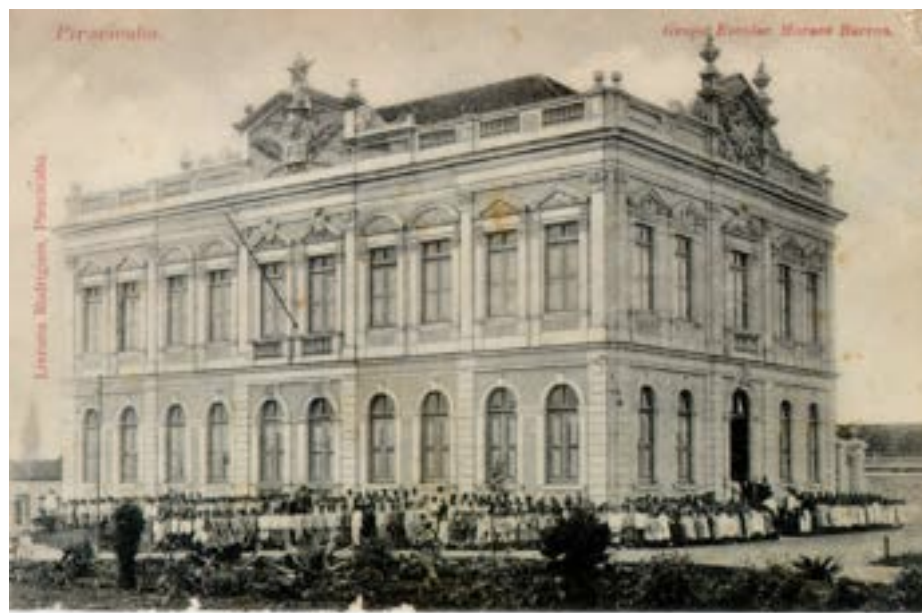
Fonte: Disponível em <https://www.flickr.com/photos/ihgp/albums/72157660114616243>, acessado em 28.05.2021.

Figura 103 – Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Piracicaba



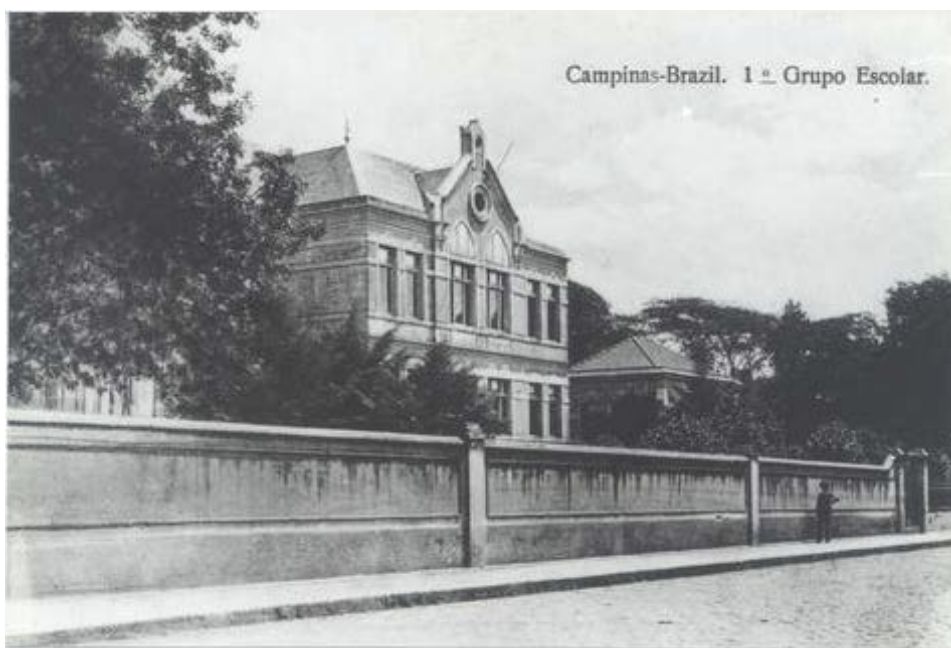
Fonte: Digitalização: Jorge Alexandre Wiendl. Doação: Aparecida Elizabeth Santos Acervo: IHGP. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/ihgp/15724321965/in/album-72157649150389921/>, acessado em 28.05.2021

Figura 104 – Grupo Escolar Moraes Barros, Piracicaba (entre 1890-1920)



Fonte: Grupo Escolar Moraes Barros. Digitalização: Jorge Alexandre Wiendl. Doação: Aparecida Elizabeth Santos Acervo: IHGP. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/ihgp/15539143917/in/album-72157649150389921/>, acessado em 28.05.2021.

Figura 105 – 1º Grupo Escolar, Campinas (década de 1910)



Fonte: Cartão postal com reprodução fotográfica de fachada do 1º Grupo Escolar. No canto direito inferior vê-se um homem. Impresso no verso do cartão postal original: “Cartão Postal. Edição Casa Mascotte”. CMU/UNICAMP. Disponível em <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/am-00-00033-jpg>, acessado em 28.05.2021.

Figura 106 – 2º Grupo Escolar, Campinas (1923)



Fonte: Cartão postal com reprodução fotográfica da fachada de 2º Grupo Escolar “Dr. Quirino dos Santos”, onde vê-se um grupo de crianças. Impresso no verso do cartão postal original: “Cartão Postal. Edição Casa Mascotte”. CMU/UNICAMP. Disponível em <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/am-00-00034-jpg>, acessado em 28.05.2021.

Estes são apenas alguns exemplos de grupos escolares fundados nestes centros urbanos após a instalação da escola-modelo na capital. Impressionam em tamanho e em destaque. Nas imagens raramente encontramos construções próximas, e quando apareciam, perdiam em monumentalidade. Santa Bárbara, Piracicaba e Campinas são apenas exemplos desta interiorização dos grupos escolares.

Do ponto de vista arquitetônico, a conhecida obra “Arquitetura escolar paulista (1890-1920)” de Maria Elizabeth Corrêa, Helia Vendramini Neves e Mirela Geiger de Mello traz informação importante e comum entre estes edifícios. Dos 170 edifícios construídos como grupos escolares entre 1890 e 1920 no território paulista, as autoras identificaram apenas 15 responsáveis pelos seus projetos: Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, Antonio By, José Van Humbeeck, Manuel Sabater, Mauro Álvaro, Capelache de Gusberg, G. B. Maroni, Hercules Becari, João Bianchi, Hypolito G. Pujol Jr., A. Toledo, Carlos Rosencrantz, Alexandre de Batistti, Arthur Castagnoli e Cesar Marchisio, fato revelador de uma repetição da ordem da criação e estética dos edifícios, o que foi chamado pelas pesquisadoras de “projetos padrões”, ainda que, independente deste exercício mimético, havia certa preocupação em varia a fachada do prédio conferindo sua identidade, aproveitando a planta de projetos anteriores, “a autoria do projeto, nesses casos, diz respeito ao autor das fachadas” (1991, p.10).

A lista dos grupos e seus respectivos projetistas segue:

Tabela 11 – Tipologias arquitetônicas dos grupos escolares e das escolas normais paulistas (1893-1919)

Tipologia arquitetônica	Ano	Grupo Escolar e município	Responsável
	1890	Escola Normal da Capital	Ramos de Azevedo
	1893	Escola Modelo da Luz	Ramos de Azevedo
	1894	Grupo Escolar de Jundiahy	Autoria não identificada
Tipologia Botucatu	1895	Grupo Escolar de Botucatu	Victor Dubugras
		Grupo Escolar de Piracicaba	Victor Dubugras
		Grupo Escolar de Espírito Santo do Pinhal	Victor Dubugras
		Grupo Escolar de Araraquara	Antonio By
		Grupo Escolar de Campinas	Autoria não identificada
		Grupo Escolar de Jaboticabal	Autoria não identificada
		Grupo Escolar de Taubaté	Dubugras / Humbeeck
		Grupo Escolar de Araras	Autoria não identificada
		Escola Modelo Preliminar de Itapetininga	Ramos de Azevedo
		Escola Modelo Complementar de Itapetininga	Ramos de Azevedo
	1895	Grupo Escolar do Braz	Ramos de Azevedo
	1895	Grupo Escolar de Santos	Autoria não identificada
	1895	Escola Normal de Itapetininga	Ramos de Azevedo

	1896	Grupo Escolar de Guaratinguetá	Autoria não identificada
Tipologia Itapira	1896	Grupo Escolar de Itapira	Victor Dubugras
		Grupo Escolar de Tietê	Antonio By
		Grupo Escolar de São Manoel do Paraíso	Victor Dubugras
	1900	Grupo Escolar de Jahú	José Van Humbeeck
Tipologia Avaré	1901	Grupo Escolar de Mogi das Cruzes	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de São Carlos do Pinhal	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Limeira	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Ribeirão Preto	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Avaré	Autoria não identificada
Tipologia São João da Boa Vista	1902	Grupo Escolar de São João da Boa Vista	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Rio Claro	José Van Humbeeck
Tipologia Caçapava	1905	Grupo Escolar de Pindamonhangaba	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Caçapava	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de São Simão	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Bragança	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Itatiba	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Santa Bárbara	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Cajuru	José Van Humbeeck
Tipologia Ribeirão Bonito	1908	Escola Mixta de Dourado	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Ribeirão Bonito	Manuel Sabater
Tipologia Iguape	1909	Grupo Escolar de Tatuhy	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Sorocaba	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Mococa	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Iguape	Manuel Sabater
Tipologia São Pedro	1909	Grupo Escolar de São Pedro	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de São João da Bocaina	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Cachoeira	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Brotas	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Mattão	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de São Bento de Sapucahy	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Igarapava	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Belém do Descalvado	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Tambahú	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Lençóis	José Van Humbeeck
Grupo Escolar de Piraju	José Van Humbeeck		
	1909	Grupo Escolar de Palmeiras	Autoria não identificada
Tipologia Mogy Guassú	1910	Grupo Escolar de Mogy Guassú	Humbeeck / M. Álvaro
		Grupo Escolar de Ituverava	Humbeeck / M. Álvaro
		Grupo Escolar de Pereiras	Humbeeck / M. Álvaro
		Grupo Escolar de Itápolis	Capelache de Gusbert
		Grupo Escolar de Orlandia	G. B. Maroni
		Grupo Escolar de Santo André	G. B. Maroni
	1911	Grupo Escolar de Penha de França	Hercules Beccari
	1911	Grupo Escolar de Porto Ferreira	Capelache de Gusbert
	1911	Grupo Escolar de Pitangueiras	João Bianchi
	1911	Grupo Escolar de Queluz	Capelache de Gusbert
Tipologia Faxina	1910	Grupo Escolar de Faxina	Humbeeck / Sabater
		Grupo Escolar de Jardinópolis	Humbeeck / Sabater
		Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo	Humbeeck / Sabater
		Grupo Escolar de Salto do Ytú	Humbeeck / Sabater

		Grupo Escolar de Santa Rita do Passa Quatro	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Dois Córregos	Hercules Beccari
		Grupo Escolar de Serra Negra	Hercules Beccari
		Grupo Escolar de Cruzeiro	Capelache de Gusbert
		Grupo Escolar de Itararé	José Van Humbeeck
		Grupo Escolar de Bebedouro	Humbeeck / Sabater
Tipologia Bariry	1911	Grupo Escolar de Bariry	G. B. Maroni
		Grupo Escolar de Fartura	G. B. Maroni
		Grupo Escolar de Piracaia	Hercules Beccari
		Grupo Escolar de Capão Bonito do Paranapanema	G. B. Maroni
		Grupo Escolar de Cravinhos	Hercules Beccari
	1911	Grupo Escolar de Cunha	Capelache de Gusbert
	1911	Grupo Escolar de Agudos	Autoria não identificada
Tipologia Lorena	1911	Grupo Escolar de Lorena	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Monte Alto	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Ribeirão Preto	Manuel Sabater
Tipologia Braz	1911	Grupo Escolar de Braz	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Santos	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Belemzinho	Hypolito G. Pujol Jr.
	1911	Grupo Escolar de Barra Funda	Manuel Sabater
	1911	Grupo Escolar de Móoca	A. Toledo
Tipologia Guaratinguetá	1911	Grupo Escolar de Guaratinguetá	João Bianchi
		Grupo Escolar de Jahú	João Bianchi
		Grupo Escolar de Liberdade	João Bianchi
		Grupo Escolar de Lapa	João Bianchi
		Grupo Escolar de Sant'Anna	G. B. Maroni
	1911	Grupo Escolar do Carmo	Carlos Rosencrantz
Tipologia Amparo	1911	Grupo Escolar de Amparo	Manuel Sabater
		Grupo Escolar de Campinas	Carlos Rosencrantz
	1911	Escolas Reunidas de Itaberá	Autoria não identificada
	1912	Escola Normal de Pirassununga	Carlos Rosencrantz
Tipologia Ribeirão Branco	1912	Grupo Escolar de Ribeira	Autoria não identificada
		Grupo Escolar de Ribeirão Branco	Alexandre de Battisti
		Grupo Escolar de Santa Branca	Capelache de Gusbert
Tipologia Joanópolis	1912	Escolas Reunidas de São João do Currealinho	Hercules Beccari
		Escolas Reunidas de Monte Mor	Hercules Beccari
	1912	Grupo Escolar de Caconde	Arthur Castagnoli
	1913	Escola Normal de Piracicaba	João Bianchi
	1913	Escola Normal de Botucatu	João Bianchi
	1913	Escola Normal de São Carlos	Carlos Rosencrantz
	1913	Escolas Reunidas de Cordeiro	José Van Humbeeck
	1917	Grupo Escolar de Pederneiras	Carlos Rosencrantz
Tipologia Vila Mariana	1917	Grupo Escolar da Avenida Paulista	Ramos de Azevedo
		Grupo Escolar da Vila Mariana	Ramos de Azevedo
		Grupo Escolar de Perdizes	Ramos de Azevedo
		Grupo Escolar do Bom Retiro	Ramos de Azevedo
	1918	Escola Normal de Guaratinguetá	Cesar Marchisio
	1919	Escola Normal de Campinas	Cesar Marchisio
	1919	Escola Normal de Casa Branca	Cesar Marchisio
Tipologia Aparecida	1919	Grupo Escolar de Aparecida	Cesar Marchisio
		Grupo Escolar de Santa Adélia	Cesar Marchisio

		Grupo Escolar de Altinópolis	Cesar Marchisio
		Grupo Escolar de Angatuba	Cesar Marchisio
		Grupo Escolar de Ibitinga	Cesar Marchisio
		Grupo Escolar de Mogy Mirim	Cesar Marchisio

Observação: A nomenclatura das tipologias foi justificada pela forma com que os documentos foram identificados pelas autoras nas listas de documentos, não caracterizando hierarquia ou priorizando qualquer localidade. Fonte: CORRÊA, NEVES, MELLO, 1991.

O que pareceu ser coerente ao projeto republicano e apontado no parágrafo anterior pode ser confirmado na tabela – a repetição dos projetistas e arquitetos que, de alguma forma, foram autores de diversos edifícios escolares pelo Estado a fora. Um ponto de destaque é a presença de Ramos de Azevedo, engenheiro e arquiteto de formação internacional (Bélgica), sendo responsável pelos projetos de vários edifícios importante em São Paulo como Theatro Municipal, Mercado Municipal, Pinacoteca, além do Mercado Municipal e da Catedral Metropolitana de Campinas, o mesmo autor de algumas dessas escolas e grupos. Na capital, percebemos diversos exemplos (Escola Normal da Capital, Escola Modelo da Luz e os grupos escolares do Braz, Avenida Paulista, Vila Mariana, Perdizes e Bom Retiro), enquanto fora da cidade de São Paulo, apenas identificamos duas escolas em Itapetininga (Escola Modelo Preliminar e Complementar).

Sílvia Ferreira Santos Wolff avalia esta produção criativa de Ramos de Azevedo como uma estética inovadora para os padrões da província paulista. Suas produções caíram no bom grado dos governantes, principalmente no período republicano e o novo tempo de construção de prédios para abrigar a burocracia estatal do regime recém-nascido. O escritório de Azevedo “assina projetos, administra obras, obtem isenção de impostos alfandegários na compra de materiais importados para a realização de um sem número de projetos públicos. Tarefas que obtém, aparentemente, sem inscrever-se em concorrências publicas” (1993, p.94).

Uma das interpretações é de que um arquiteto como Ramos de Azevedo participaria da autoria de projetos grandiosos, por isso, sua presença como autor das escolas normais. Já, com a participação na confecção de projetos de grupos escolares (menores em projeção), apenas percebeu-se sua participação na capital.

Outro ponto que destacamos é a tipologia dessas construções. A normatização e a disciplina deveriam respeitar o máximo da capital e, seus criativos arquitetos foram muito importantes na arte de organizar pelo viés dos traços europeus estes espaços.

Figuras 107, 108 e 109 – Perspectiva dos Grupos Escolares de Botucatu, de Espírito Santo do Pinhal e de Piracicaba, fachadas desenhadas por Victor Dubugras, para a mesma planta tipo



Fonte: Montagem organizada por Ester Buffa (CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991 *apud* BUFFA, 2015, p.135).

Ao observarmos os traços do arquiteto francês radicado no Brasil, Victor Dubugras, por exemplo, notamos os estilos romântico e neogótico. Entre os seus trabalhos podemos citar o atual Museu Municipal de Franca, inaugurado em 1896 como antiga cadeia pública; a Igreja Matriz de Ribeirão Preto em 1901; além de ter participado, a pedido do governador da Bahia, da reconstrução da Faculdade de Medicina de Salvador. Quando chegou ao Brasil em 1891, Dubugras trabalhou no Banco União dirigido por Ramos de Azevedo, para depois lecionar na Escola Politécnica de São Paulo. Na avenida Paulista, projetou os palacetes de Flávio Uchoa e Horácio Sabino em 1902, depois, a estação ferroviária de Maringue, em São Paulo (MIYOSHI, 2021).

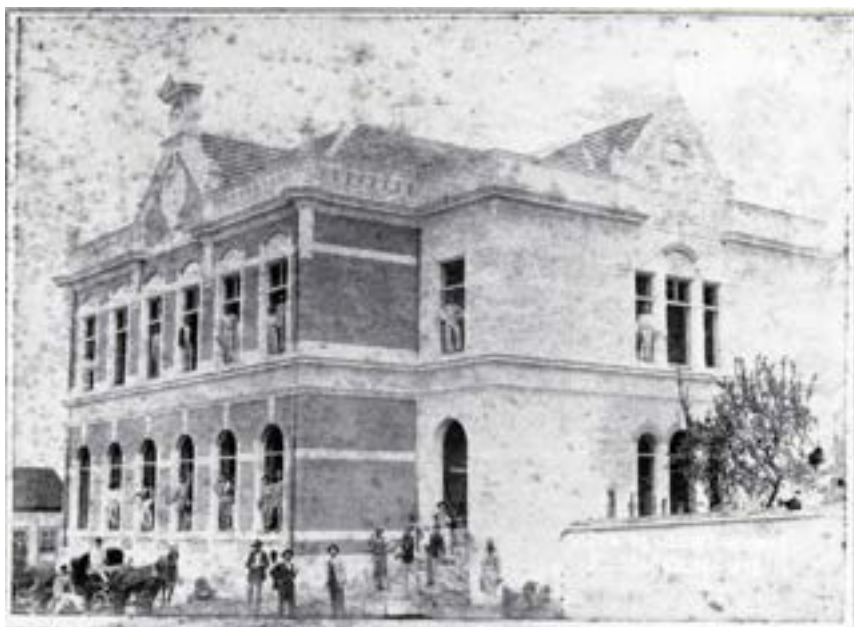
Pois bem, as identificações aqui são muitas e propositivas. As articulações entre os arquitetos Ramos de Azevedo e Victor Dubugras revelam que se conheciam e mantiveram alguma relação – os nomes dos dois figuraram entre os únicos projetistas identificados na autoria durante a primeira década de instalação de grupos escolares. Ao observarmos a rede de relações, estão presentes agentes do poder público e alguns membros da classe empresária. Quanto a Ramos Azevedo, Sílvia Wolff comentou sobre as isenções de impostos que seu escritório recebia para compra de materiais, fato importante que não sabemos se era repetido para outros escritórios de mesmo ofício. Outro contato importante é o de Dubugras com o engenheiro Flávio Uchoa, proprietário da Cia de Força e Luz de Ribeirão Preto e, depois, acionista da Metalúrgica de Ribeirão Preto - homem forte da rede de sociabilidade da família Prado⁹⁴. Dubugras é um fio condutor para pensarmos com os projetos dos grupos escolares estavam entre homens (engenheiros e arquitetos) enfronhados, de alguma maneira, no poder.

⁹⁴ Segundo Valéria Eugenia Garcia, buscando biografar Flávio Uchoa, escreveu: “Segundo Kelly Cristina Magalhães (2011) o engenheiro diplomado, em 12 de abril de 1892, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro,

Wolff ainda escreve que, quando Dubugras realizou seus primeiros projetos, ele o fez com base no modelo da Escola Normal de Campinas (assinado por Ramos de Azevedo) (1993, p.98). Este dado é importante pois revela que nem sempre o modelo da capital era mimetizado ou aplicado como referência principal, como sugeriram Souza (1998) e Corrêa; Neves e Mello (1991).

O grupo escolar de Araraquara fundado em 1895 é exemplo de edificação assinada por Dubugras:

Figura 110 – Grupo Escolar de Araraquara (tipologia Botucatu) em 1898



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.17.

A dimensão do monumental edifício em comparação aos sujeitos é bastante evidente. Neste contexto, podemos imaginar que os teatros e as catedrais rivalizavam com os grupos

descende de uma elite política e intelectual da Capital Federal, filho do Ministro José Ignácio de Mendonça Uchôa. Iniciou sua atividade profissional na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, em seguida trabalhou na Diretoria de Obras Públicas de São Paulo, onde chefiou a 2ª. Divisão da Empresa Água e Esgotos de São Paulo. Foi essa atuação em São Paulo que o inseriu na trama de sociabilidades que atravessava à concessão dos privilégios relacionados às atividades urbanizadoras, ao mesmo tempo em que lhe abriu a oportunidade de se engajar na interiorização dessas práticas, que da capital paulista avançaram por todo Estado de São Paulo. Assumiu a chefia do Escritório Central da Empresa Água Exgottos de Ribeirão Preto, cujo maior acionista era Martinho Prado Júnior. Dessa associação decorrem ainda trabalhos como a ampliação da Empresa de Água e Exgottos para Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, somando-se ao início das obras de calçamento e macadamização. Mais do que uma parceria profissional, Uchôa compartilha com a família Prado laços familiares determinados por seu casamento com D. Maria Evangelina da Silva Prado, filha de Martinico e D. Albertina de Moraes Pinto. Ilumina, assim, os emaranhados interesses familiares, econômicos e políticos que giravam em torno das elites brasileiras” (2013, p.348).

escolares em competição que media quem alcançava, mais alto, o céu. As imagens, a princípio, confirmam os trabalhos aqui inseridos, principalmente de SOUZA (1998) e MONARCHA (1999).

Quanto a José Van Humbeeck, Wolff revelou desconhecer dados biográficos e poucas relações foram estabelecidas – o que para nós se fez como notícia ruim, uma vez que as tipologias arquitetônicas “Avaré”, “São João da Boa Vista” e “Caçapava” foram por ele assinadas e, justamente na primeira está localizada o Primeiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto, e na terceira, o Primeiro Grupo Escolar de São Simão, nossa atenção especial. Apesar disso, a autora propôs avaliar o salto qualitativo de seus projetos de grupos escolares térreos, novidade até então, uma vez que em Azevedo e Dubugras os prédios possuíam dois pavimentos, com corredor central pouco iluminado. Sua solução com o pátio central, produziu escolas simétricas com circulações abertas (1993, p.101).

Em resumo, Wolff definiu Humbeeck como um arquiteto de projetos inteligentes, simples e exequíveis:

Durante esse período ele debruçou-se sobre sua mesa de trabalho e estudou com afinco a arquitetura necessária para as escolas paulistas. Propôs idéias simples e exequíveis, para cuja concepção olhou com muita atenção para os passos já realizados por seus colegas.

Desta forma foi o transmissor da experiência e até o responsável por momentos de inflexão e mudança na trajetória da arquitetura escolar paulista, como o da introdução dos pátios nos prédios térreos. Não foi genial, não se destacou, não transpôs os limites de atuação de um obscuro funcionário público. Mas, trabalho e conhecimento não se produzem apenas com grandes feitos e José van Humbeeck, esse anônimo arquiteto da repartição de obras é uma personagem cuja participação é inquestionável na história da arquitetura escolar paulista (1993, p.102).

Foram ao todo 31 projetos assinados por Humbeeck, dentro deles 8 em coautoria. Grupos escolares em Jardinópolis, Ituverava e Bebedouro, cidades próximas a Ribeirão Preto foram identificadas neste conjunto. Podemos verificar seus traços em grupos escolares em Taubaté e Jaboticabal, para visualização e comparação:

Figura 111 e 112 – À esquerda, o Grupo Escolar de Taubaté e, à direita, Grupo Escolar de Jaboticabal (ambos de tipologia Botucatu), s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, p.20-21.

Em pesquisa no jornal “Correio Paulistano”, encontramos no dia 19 de março de 1910 um indício de contato de Humbeeck com outras personalidades da cidade. Na imagem, podemos encontrar o seguinte:

Figura 113 – Dr. Padua Salles, Washington Luís., Olavo Egydio, Ramos de Azevedo e José von Humbeeck citados no jornal Correio Paulistano, 1910



Fonte: Correio Paulistano, São Paulo, p.1, 19 mar. 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pagfis=17818. Acesso em: 11 jan. 2023.

Na seção “Notas”, o periódico destaca o encontro de Pádua Salles, Washington Luís, Olavo Egydio, Ramos de Azevedo e José von Humbeeck visando exame de projeto para construção da nova penitenciária. Mais uma vez Ramos de Azevedo está presente nesta rede. Nos parece, pelo menos pelo prestígio, pela assinatura dos principais projetos e pela trajetória de sucesso do seu escritório, que Ramos de Azevedo apadrinhou os demais arquitetos para participarem como projetistas destas edificações.

Eddy Stols, Luciana Pelaes Mascaro e Clodoaldo Bueno na obra “Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações” avaliam o campo das relações entre sujeitos destes dois países. Nesta pesquisa, o nome de Ramos de Azevedo aparece de forma interessante, principalmente tocantes ao universo da maçonaria:

No Bulletin du Grand Orient de Belgique desse período pode-se ler como a maçonaria belga seguia com interesse a evolução do movimento maçônico no Brasil, constantemente contestado pela propaganda clerical ultramontana. Por falta de documentos resulta difícil, por enquanto, traçar mais a fundo os vínculos anteriores a 1930. Nessa data, o grande Oriente do Brasil entrou na associação Maçônica Internacional, fundada em Genebra, onde a maçonaria belga sempre foi muito ativa (*Bulletin de l'Association Maçonnique Internationale*, nº 32, 1930, p. 31; nº 34, 1930, p. 4). Outra pista seriam os papéis pessoais de influentes maçons belgas e brasileiros, como o pioneiro do ensino leigo e primeiro ministro da educação Pierre Van Humbeeck (1829-1890), que tinha parentes brasileiros, ou o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que estudou em Gand e manteve boas relações com empresários belgas (2014, p.185).

Ramos de Azevedo era maçom, assim como diversos políticos republicanos no final do século XIX. Este filtro pode nos levar a pensar em novas redes de sociabilidade (SIRINELI, 2003), interesses de grupos e conveniências que reorganizavam a complexa indiferenciação público-privada tupiniquim. Junto a Bernardino de Campos, Campos Sales e Quintino Bocaiúva, por exemplo, compartilhava as reuniões da Loja Maçônica Independência⁹⁵. Poderíamos, em outra pesquisa, reconhecer o campo das tratativas e negociações que facilitariam os negócios de seu escritório junto aos empreendimentos públicos e privados, porém, somos levados a potencializar a leitura das conexões com o belga José Von Humbeeck.

Não foi possível estabelecer parentesco entre José e Pierre Van Humbeeck, ainda que compartilhassem o mesmo sobrenome. O que nos chama atenção é que Azevedo tenha se formado em Gand, universidade belga que lhe permitiu construir relações pessoais e profissionais naturalmente importantes para seu futuro no Brasil. Talvez aí, as conexões

⁹⁵ Para mais informações sobre a Loja maçônica Independência, cf. site oficial disponível em: <https://www.lojaindependencia.org.br/independencia/ilustres.php>. Acesso em: 11 jan. 2023.

políticas tenham ocorrido para o nascimento da criatividade de muitos dos arquitetos dos grupos escolares paulistas. Assim, estes indícios aumentam nossa impressão de que Ramos de Azevedo tenham criado, ao seu redor, uma rede de engenheiros e arquitetos de sua confiança que modelaram “em conjunto”, mesmo com suas particularidades e singularidades, estas edificações.

Não faremos a análise de todos os arquitetos, engenheiros e projetistas da lista, mas ainda há espaço para avaliarmos mais dois nomes: o de Manuel Sabater e de Carlos Rosencrantz. O primeiro, autor do projeto do segundo grupo escolar de Ribeirão Preto e, em conjunto com Humbeeck, em Jardinópolis; já o segundo, identificado como autor de grupos escolares pelas cidades interioranas.

Manuel Sabater, tal como Humbeeck, pouco foi contornado por Wolff. O pouco que foi avaliado pela estudiosa foi o fato de que provavelmente era espanhol e que trabalhou para serviço público paulista entre os anos de 1908 e 1911. Ampliando qualitativamente os projetos de Humbeeck, Sabater cedeu “minúcia aos detalhes, controle compositivo e a articulação de volumes de movimento” (1993, p.102). Alguns exemplos de seus trabalhos podem ser verificados nas cidades de Mococa e Ribeirão Bonito.

Figuras 114 e 115 – Grupos Escolares de Mococa em 1906 e em Ribeirão Bonito em 1909



Fontes: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo - 1908-1909. 1909. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1897-1903/1901-Grupo_Escolar_de_Mococa.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.; Fonte da foto: São Paulo (Estado). Inspeção Geral do Ensino. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo - 1908-1909. São Paulo: Tip. Siqueira, Salles & Cia., 1909. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1905-1910/1909Grupo_Escolar_de_Ribeirao_Bonito.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

Figuras 116, 117 e 118 – Grupos Escolares Lorena, Monte Alto e Ribeirão Preto, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.81.

Wolff salienta que Manuel Sabater foi “um arquiteto eclético e seus projetos apresentam uma linguagem plástica de um léxico heterogêneo... arquiteto que se destaca pela forma como soube dispor com harmonia e expressividade o repertório formal acadêmico.” (1993, p.103), influenciando os profissionais que o seguiram.

Mais uma vez, se voltarmos nossa atenção ao Correio Paulistano, encontraremos algumas citações sobre Sabater. Uma delas em 11 de abril de 1911, em que apresenta a informação da Diretoria de Obras Públicas sobre o pagamento de 1:100\$000 em função da construção do Grupo Escolar de Taquaritinga⁹⁶; outra, curiosa, é que seu registro junto a mesma diretoria foi apenas confirmado pelo Correio Paulistano em 1911⁹⁷.

Por fim, outro nome que a autora destaca é a do arquiteto alemão Carlos Rosencrantz. Criado em São Paulo, estudou em Hamburgo e trouxe sofisticação para os projetos de alguns grupos escolares da capital. Foi também responsável pelos auditórios dos prédios gêmeos em Botucatu e Piracicaba, entre outras edificações em Pirassununga e São Carlos.

Na pesquisa de Wolf, descobrimos que Rosencrantz estudou em Hamburgo e foi considerado importante nome entre os projetistas das edificações escolares paulistas. Em suas palavras, “destaca-se assim como um criador que, não apenas utilizava com finalidade decorativa os recursos técnicos e materiais de que dispunha a construção civil da época, como também controlava com sabedoria as possibilidades de criar volumes ricos e imponentes” (1993, p.106). O grupo escolar de Campinas é referência para seu trabalho.

Em linhas gerais, Wolf credita valor significativo a estes engenheiros e arquitetos diante uma capacidade estética de produzir espaços para a educação paulista – monumentos à

⁹⁶ Correio Paulistano, São Paulo, p.1, 11 abr. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=20893&Pesq=Manuel%20Sabater. Acesso em: 9 jan. 2023.

⁹⁷ Correio Paulistano, São Paulo, p.5, 23 set. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=Manuel%20Sabater&pagfis=22520. Acesso em: 9 jan. 2023.

civilização que ganharam contorno com as imagens aqui citadas. De nossa parte, reconhecemos na rede de sociabilidade construída alguns indícios que reforçam a interpretação do campo político de indiferenciação do público-privado sob a liderança de Ramos de Azevedo e seus parceiros. O modelo da capital, mítico para os professores do interior como expressou Rosa Fátima de Souza, se moldou segundo dupla força: os interesses da Assembleia estadual e a criatividade produzida pelo escritório de “Azevedo e associados”.

Figura 119 – Escola Modelo da Luz, s/data

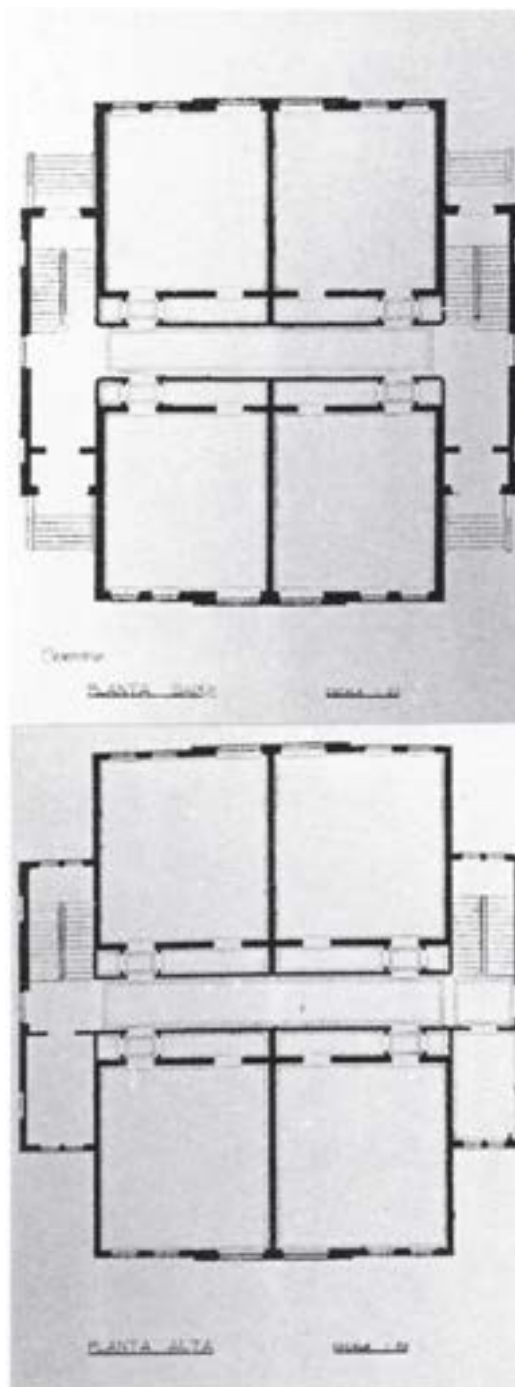


Fonte: Escripório Técnico do Engenheiro Architecto F. P. Ramos D’Azevedo – Album Construções *apud* CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.3.

Quanto a análise das plantas, o número de produções recuperadas para análise é significativo, principalmente pelo trabalho de pesquisa e organização de Corrêa, Neves e Mello (1991). Somados a alguns exemplos encontrados no AESP, em documentos como as “Publicações do Relatório de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”,

registramos algumas plantas e esboços que nos auxiliam a pensar o contorno arquitetônico destes grupos escolares estaduais:

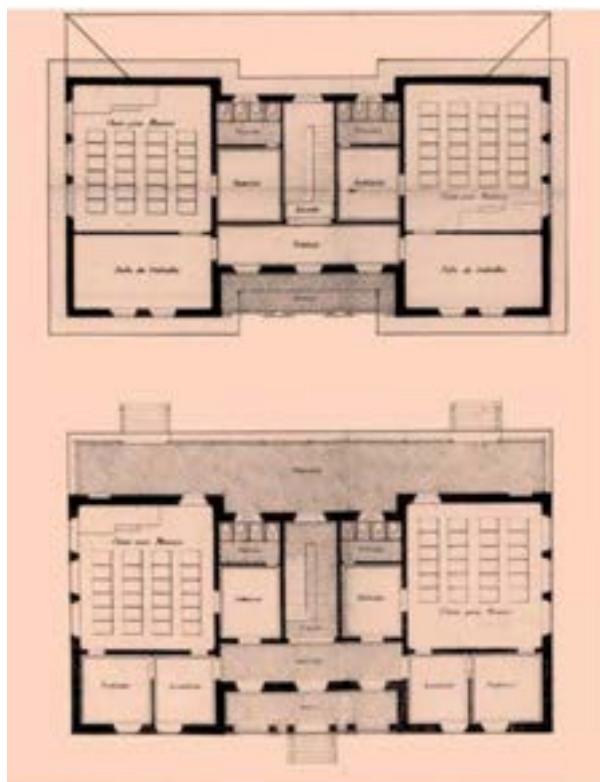
Figura 120 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Campinas, s/data



Obs. Sobre esta imagem, os autores registram que os vestiários se configuram como ambientes fechados e não apenas delimitados por anteparos de madeira, como era comum nessas escolas.

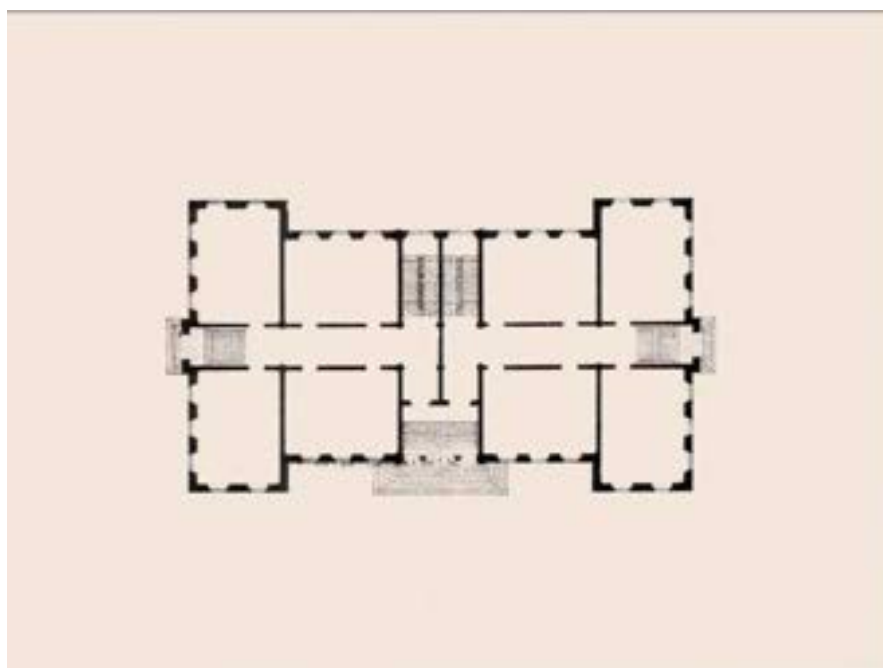
Fonte: Publicações do Relatório de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1895 *apud* CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.19.

Figura 121 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Botucatu, s/data



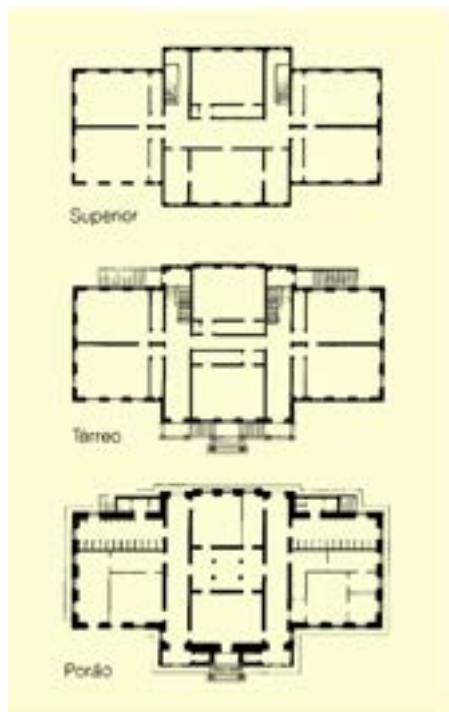
Fonte: Publicações do Relatório de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1894 *apud* CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.5.

Figura 122 – Planta do edifício do Grupo Escolar do Braz, s/data



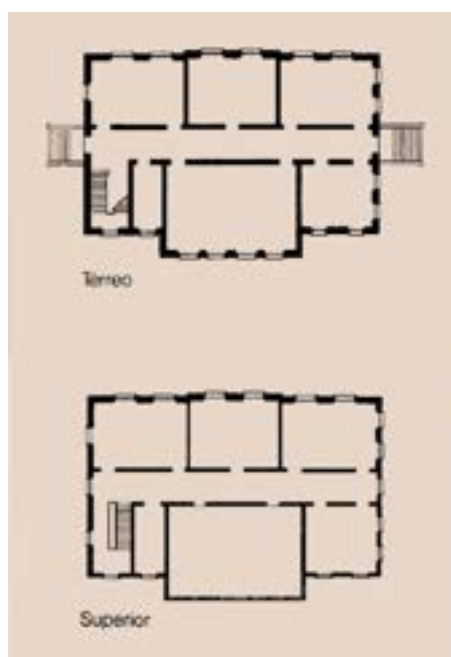
Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.26.

Figura 123 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Iguape, s/data



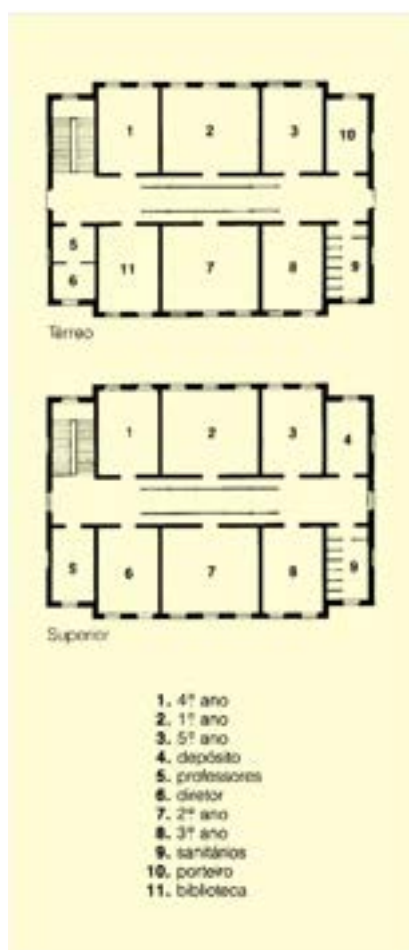
Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.56.

Figura 124 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Santos, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.29

Figura 125 – Planta do edifício do Grupo Escolar de São João da Boa Vista, s/data



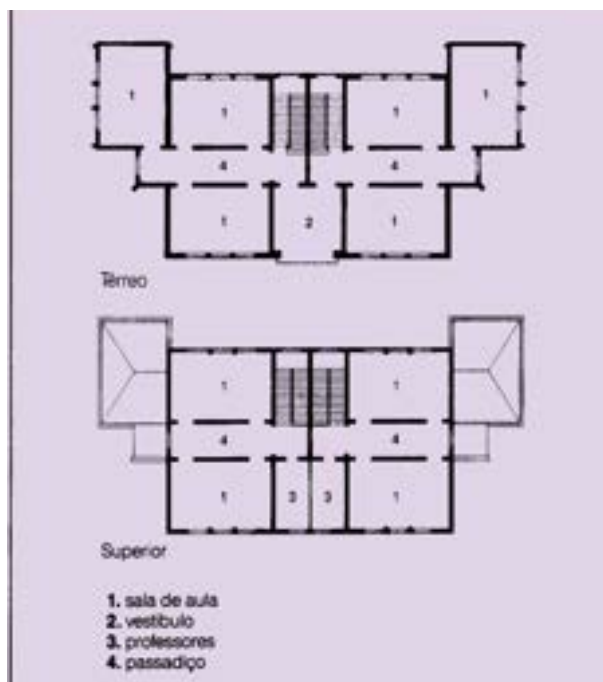
Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO,1991, p.45.

Figura 126 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Amparo, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO,1991, p.38.

Figura 127 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Mogi- Mirim, s/data



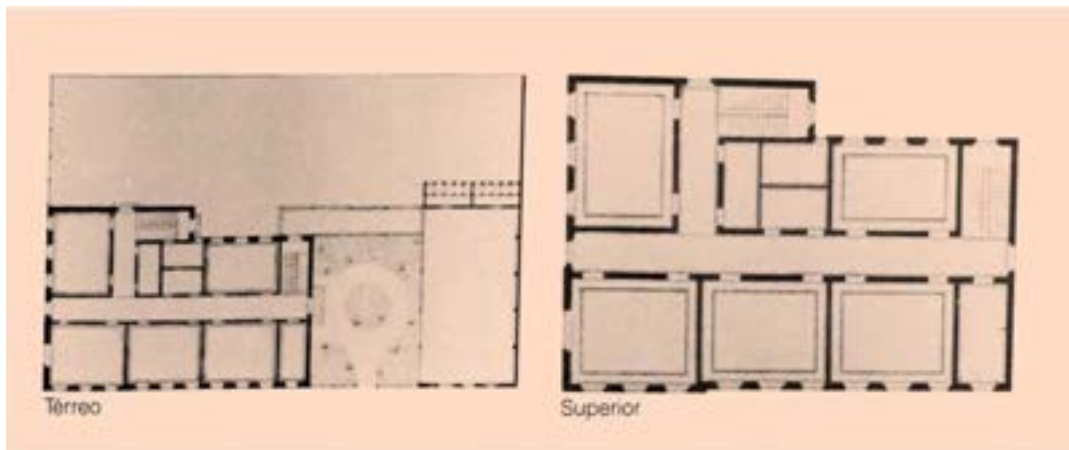
Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO,1991, p.37.

Figura 128 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Itapira, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO,1991, p.34.

Figura 129 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Tietê, s/data



Fonte: Publicações do Relatório de Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1896 *apud* CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.31.

Figura 130 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Guaratinguetá, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.29.

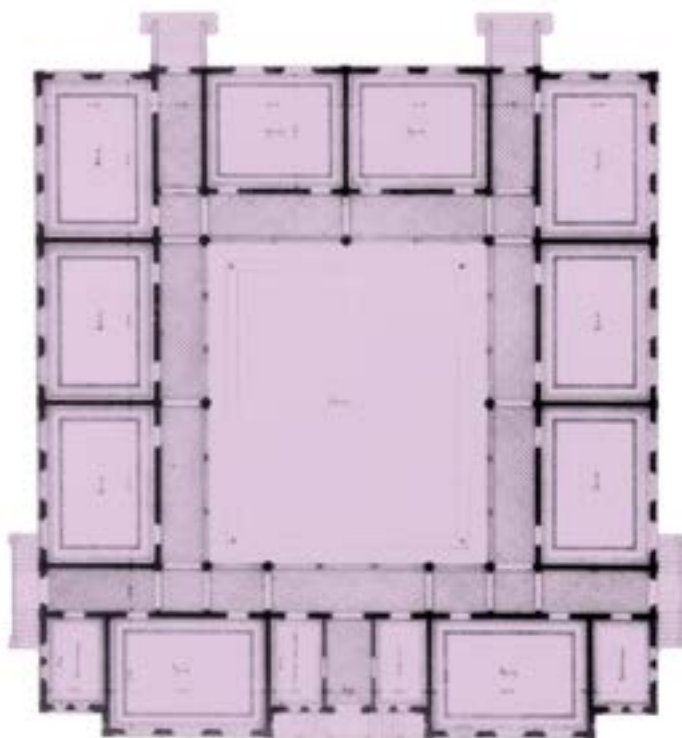
A análise das plantas dos grupos escolares de Campinas, Botucatu, do bairro do Braz, de Iguape, de Santos, de São João da Boa Vista, de Amparo, de Mogi-Mirim, de Itapira, de Tietê e de Guaratinguetá carregam grande semelhança. Ainda que na pesquisa das autoras, as plantas tenham sido assinadas por arquitetos distintos, podemos admitir que as plantas das escolas de Campinas e Santos, de autoria não identificada, são datadas de 1895, mesmo ano em que Ramos de Azevedo e Victor Dubugrás tem suas plantas assinadas para instalação dos grupos escolares do Bairro do Braz e de Botucatu.

As demais plantas dos grupos escolares reproduzem a similaridade dos contornos estruturais. O grupo escolar de Tietê foi instalado um ano depois (1896) e assinado por Antonio By; o de Iguape, de autoria de Manuel Sabater, é de 1909 e o de Guaratinguetá é de 1911, assinado por João Bianchi. Neste ano de 1911, Manoel Sabater é autor da planta do grupo escolar de Amparo. Por fim, o de Mogi-Mirim é de 1919 e assinado por Cesar Marchisio. Ou seja, as mesmas linhas racionalizadas e geométricas que propõe a vida escolar foram produzidas por cabeças diferentes, reforçando a escola como uma reprodução de um ideário da vida urbana moderna.

Neste conjunto de plantas se observa na gestão do espaço interno visando atividades dos cômodos e não presença em espaços de trânsito e movimento dos alunos e professores, até mesmo a construção de pátios centrais. A ausência dos pátios centrais nestas plantas sugere pragmático movimento de aproveitamento dos espaços internos em estratégia que parte da premissa em que todo espaço é importante, porém, inviabiliza-nos a leitura de uma certa correspondência com o modelo institucional previsto nos estudos foucaultianos sobre a arquitetura panóptica dos manicômios, presídios e escolas.

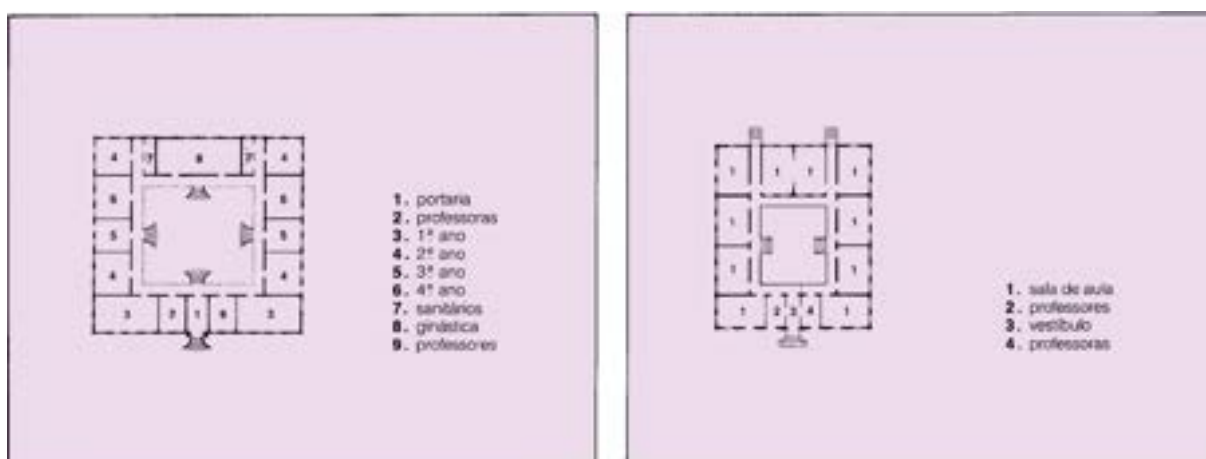
Essa institucionalização da vida materializada nos exemplos destes edifícios de vigilância e punição coloca aos corpos dos sujeitos (loucos, criminosos e crianças e jovens estudantes) a constante presença dos olhos dos diretores estrategicamente posicionados neste pátio central, fiscalizando o cotidiano em todas as salas e cômodos ao mesmo tempo. Esta proposta panóptica foi encontrada em três plantas (da tipologia Iguape em 1909, de Pindamonhangaba e de Caçapava em 1905), como podemos confirmar nas imagens:

Figura 131 – Planta do edifício do Grupo Escolar de Iguape, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.56.

Figuras 132 e 133 – Plantas dos edifícios dos Grupos Escolares de Pindamonhangaba, à esquerda, e Caçapava, à direita, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.47.

Em 1909, Manuel Sabater teria desenhado o projeto desta tipologia Iguape para 10 salas de aula. Segundo Corrêa, Neves e Mello, o modelo foi implantado em alguns municípios, sem alteração de planta e fachadas” (1991, p.56). Já, as plantas referentes aos grupos escolares de Pindamonhangaba e Caçapava foram criadas por José van Humbeeck a partir de um mesmo projeto, “reelaborado ou adaptado de acordo com as necessidades específicas que eram impostas a cada caso” (1991, p.47).

Desta forma, mesmo que em menor número, as plantas destas escolas que assumiram a presença de pátios centrais, podem tê-lo feito diante de escolhas arquitetônicas voltadas a ventilação e luminosidade. Podem também ser resultado das influências arquitetônicas de proposta panótica. O fato é que, ali, os pátios funcionavam de acordo com a vigilância e punição para estes exemplos.

Nas palavras do pensador francês, o “dispositivo panótico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (1999, p.166), invertendo o antigo modelo da masmorra em que o escondido, privado de luz e trancafiado se realizava como dinâmica de regulação da vida por meio das punições. “A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”, finaliza o autor (1999, p.166).

Diante do discurso da luminosidade e da ventilação, elementos que corroboram à proposta médica sanitária da engenharia daquele contexto, estava inserida silenciosamente a lógica panótica, contributiva da constituição de ambientes puros e sadios, responsáveis pela indução dos sujeitos a “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”, como propôs Foucault (1999, p.166). Este panótico, um “zoológico real”, em suas palavras, se torna espaço em que o animal é substituído pelo homem e a distribuição dos corpos via agrupamento específico estabelece diferenças. Por exemplo, os sintomas agrupam os doentes nos hospitais, a percepção do desempenho das crianças a agrupam e qualificam diante de critérios específicos nas escolas, classificando-as de forma rigorosa, distinguindo os preguiçosos e teimosos aos disciplinados e adequados. No caso do mundo industrial, quanto aos operários, o espaço panótico permite aos administradores “anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço, e, se são pagos por dia, calcular seu salário em vista disso” (FOUCAULT, 1999, p.168).

Por isso, a apresentação das plantas e a presença desta racionalidade controladora dos corpos das crianças republicanas, compõe por último um discurso modelar da interiorização dos processos de educação no território paulista vinculados a educação escolar institucionalizada.

Chegamos ao fim desta subseção com a certeza de que os elementos que constituem a interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto são muitos e complexos. Seja pelo viés institucional expresso pelos edifícios escolares, seus ritos e exigências, seja pelo viés dos convites da urbanização e modernização dos centros urbanos e sua cultura civilizada e racional, os homens e mulheres desta região foram rapidamente afrontados com as mudanças aqui caracterizadas.

Não devemos esquecer que os grupos escolares não regeneram a cidade, não resolvem os problemas e a questão social. Eles “chegam” em uma cidade (ou vila) cuja complexidade está dada. Sua implementação parte de um ideário pronto cujo planejamento se articulou entre cabeças viventes nas áreas centrais, arquitetos e engenheiros cuja formação e capital cultural muitas vezes tocam os países centrais do sistema-mundo. Uma vez instaladas, suas contradições e ambivalências se presentificam no choque entre a realidade que se quer construir e aquela que estava ali, muitas vezes e curiosamente, desejosa pela própria novidade predial.

Ainda que a pretensão dos grupos escolares seja uniformizar e homogeneizar as diferenças de cada vila e lugarejo do sertão paulista, a realidade, como veremos à frente, promete obstaculizar bastante a aventura pedagógica desta revolução educacional. A escola instala prédios, currículo, exames, calendário cívico, hierarquias, etc. Mais do que se sobrepor realidades, ela trouxe alguns grupos da sociedade para espalhar a civilização para outros. Crianças se tornariam professores nas ruas e nas casas, tornando-se porta-voz de seus mestres nas casas em que os pais muitas vezes não possuíam o mesmo letramento civilizacional.

Como passo final da tese, passaremos agora a observar a realidade deste movimento de interiorização diante de um laboratório específico: a cidade de Ribeirão Preto, ponto central desta semiperiferia cafeeira paulista.

4.4 – Uma periferia de nuances centrais ou o centro de uma região periférica? Ribeirão Preto e a experiência dos processos de educação no sertão paulista na transição dos séculos XIX-XX.

Penso que devemos começar este último espaço de discussão com a retomada da pergunta de pesquisa – de que forma ocorreu a interiorização dos processos de educação no território nordestino paulista, em especial, em Ribeirão Preto e nas cidades circunvizinhas na transição dos séculos XIX-XX? A recuperação da pergunta sugere refletirmos a conquista dos objetivos até aqui desejados. E, diante do exposto, queremos acreditar que:

- a) É possível identificar na historiografia sobre o campo da interiorização paulista a presença da longa duração da violência e do distanciamento da fiscalização/gestão dos seus governantes. A princípio, nos idos coloniais, descaso metropolitano, transmutado no tempo posterior a independência por uma mudança discursiva que deveria trazer a Corte para o sertão – interiorização da metrópole. Enfim, os caminhos traçados pelo sistema-mundo em direção ao sertão passavam por posições centrais.
- b) As bases deste campo de violências e acaso estiveram alicerçadas em base material construída pela posição periférica na economia-mundo, desde os idos da colonização até meados do século XIX, tempo em que a cidade de São Paulo ainda tímida, dava poucos sinais de urbanização e modernização. A mudança de posição que a cidade viveu de periférica para central, dentro do raio constituído pela economia nacional, se deu com o sucesso da implementação do complexo cafeeiro, instalado nas fazendas do interior da Província, acelerado pelas ferrovias e, então, dinamizado na capital.
- c) Somados, ambos argumentos constituíram condição histórica para avaliarmos a interiorização do território paulista em vetores diversos (populacional, urbano, entre outros) considerando a evolução do século XIX e a transição para o século XX como contexto fundamental da entrada das novas vilas e fazendas da região de Ribeirão Preto nos tempos “modernos”. Na velocidade da ferrovia chegaram a luz elétrica, os imigrantes, os hospitais, as reformas urbanas de ajardinamento público, calçamentos, escolas, teatros, etc. Ancorados no conceitual de Berman, Giddens e Habermas, retiramos o otimismo da poesia dos progressistas para considerar esta experiência dos modernos processos de educação como perversa, na medida em que se realizou contraditória, ambivalente e malsucedida. Portanto, cidades de base religiosa cristã católica, com uso de mão-de-obra escravizada negra, amparadas em práticas econômicas de subsistência e trocas com mercadores do sul de Minas Gerais, estavam muito mais próximas da reprodução de valores coloniais do que mimetizar “francesismos comteanos” e outras modas dos novos tempos.
- d) Ao tomar estes processos de educação como estratégicos e táticos (DE CERTEAU, 1994), percebemos que nem sempre o que se espera do processo civilizatório se realizou na prática, tal qual, foi igualmente importante reconhecer que, para nós, processos de educação foram instaurados tanto na escola como fora dela. Apenas depois de confirmados estes pontos que abraçam nossa compressão de educação,

vimos que o campo das reformas instrucionais no Império nacional esteve mais intimamente ligado com a invenção de uma nação pela eliminação do ‘outro’ feminino e negro, por exemplo, do que propor um país da alteridade pelo respeito a diversidade. Do ponto de vista prático, cada Província buscou, aos “trancos e barrancos”, eliminar seus outros para fundar o “brasileiro” que o Império tanto buscou.

- e) Ao cabo, a República e as reformas instrucionais organizaram o movimento de interiorização amparados em maior racionalização. O movimento era similar quando comparamos o caso paulista em sua lógica centro-periferia, posto que na capital, a construção das escolas normais e grupos escolares respeitaram primeiro o centro para depois encaminharem-se aos bairros menos centrais, já no interior, o modelo da capital deveria ser instalado para acelerar a entrada das famílias no mundo da civilização. Validando esta posição centro-periferia, Rosa Fátima de Souza, Carlos Monarcha (entre outros) foram fundamentais para construção desta imagem do interior rural e atrasado, alvo dos olhares estratégicos do poder central pela instalação dos grupos escolares. A vida da caipirada sertaneja nunca mais seria a mesma.
- f) Por mais que o modelo da capital paulista tenha buscado materializar-se com méritos, a historiografia dos grupos escolares é enfática ao declarar que na própria cidade de São Paulo a implantação de escolas dependeu da relação com a cultura de cada bairro. O mesmo pode ser aplicado, pelo menos em teoria, para as cidades do interior. A proposta é colocar, a partir de agora, essa perspectiva em prática, observando como se deu a interiorização dos grupos escolares em consonância a estes complexos processos de educação modernos, em Ribeirão Preto e nos núcleos urbanos adjacentes.

Estes são alguns dos elementos que, retomados, nos posicionam nesta antessala desta subseção final. Após diversos esforços em combinar fontes primárias com as pesquisas citadas, compreendo que precisamos levar em consideração um breve convite conceitual realizado por Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni antes de observarmos mais atentamente a realidade ribeirãopretana.

Na obra “Micro história e outros ensaios”, os autores recuperaram elementos da história da arte italiana, diante de questionamento sobre as formas de irradiação de estilos artísticos das várias regiões tidas como centrais no continente europeu ao longo dos últimos séculos. Nas palavras dos pesquisadores, ao pensar aquela historiografia a qual se debruçaram para realizar

o trabalho, “... por um período mais ou menos longo este estilo dominou a arte do tempo, tornou-se de facto um estilo internacional, que no centro era um estilo metropolitano e se tornava tanto mais provincial quanto mais atingia a periferia” (GINZBURG, CASTELNUOVO, PONI, 1989, p.06).

Nos interessa esta relação centro-periferia que os autores comentam, haja vista a percepção da tendência dos estudos desta área em observação como as áreas (a princípio reconhecidas como) centrais organizam e produzem as leituras do campo artístico que chegam aos sujeitos da “periferia”. Desta feita, as áreas centrais conduzem a maneira com que sujeitos das áreas periféricas atribuem sentido aos fenômenos artísticos, reproduzindo conceitos, formas e verdades advindas das regiões mais iluminadas artisticamente, ficando apenas secundarizadas e/ou interpretadas como vulgatas tanto na ordem da recepção como da reprodução da arte (GINZBURG, CASTELNUOVO, PONI, 1989, p.06).

Atentos a esta possibilidade de classificação de regiões nobres e menos nobres, ou ainda menos “reconhecidas” pelo campo artístico, os autores passaram a ressignificar o trato centro-periferia, ressignificando os termos diante de análise que evita a perpetuação destes estereótipos calcados em versões explicativas que tomariam tanto o centro como a periferia como desdobramentos empobrecidos de uma certa arte original, melhor, diferenciada, articulada ao poder. Assim, Ginzburg, Castelnuovo e Poni pesquisaram como os sujeitos reorganizaram a vida ao seu meio e modo, negociantes das diversas camadas hierárquicas que ali compreendiam os principados, reinos, cidades e regiões italianas, “antes de aceitar os termos ‘centro’ e ‘periferia’ (e as respectivas relações) na sua complexidade: geográfica, política, econômica e religiosa – e artística...” (1989, p.06).

A discussão é obviamente dedicada a uma realidade específica do trabalho de Ginzburg (*et al*, 1989) – a arte. Cientes das diferenças entre nossas pesquisas, faremos uma apreciação do campo “centro” e “periferia” que usamos na tese até aqui e que, de certa maneira, foi ressignificada pelos historiadores da educação no Brasil. Nos parece que a escolha pelos termos “centro” e “periferia” está longe de interpretar a posição do centro (seja a Europa como modelo civilizacional, seja São Paulo, pela Escola Normal) como unguento por certa modernidade homogênea e vitoriosa, mítica, que tocava o atrasado território distante da periferia. Contudo, a visão de Souza e Monarcha podem ter contribuído para o reforço de certa leitura de separação e distanciamento entre estas mesmas partes, não nos permitindo tecer relações dialéticas entre as fontes do território nordestino paulista e o já desbravado da capital.

Ginzburg (*et al*, 1989) ainda complementam “... Não se trata de difusão, mas de conflito” (1989, p.06). Escrito de outra forma, perguntamo-nos: será que esta silenciosa cilada

da pretensa neutralidade da relação centro-periferia teria sido tomada pelos historiadores da educação? Ao trazê-los para a discussão na tese, estaríamos atentos a interiorização de acordo com as categorias que Wallerstein (1990) propôs (centro-periferia e centro-periferia)?

A leitura que nós fazemos do conceitual de Wallerstein parte da diferenciação do centro e da periferia da economia-mundo capitalista, diante da realidade histórica europeia e daquela materializada nas colônias pelos demais continentes, porém, sem desconsiderar que centro – a Europa, também possuía suas regionalidades. Como ele mesmo escreveu: “O centro dominava a periferia. Mas o centro era tão vasto!” (1990, p. 131).

Aqui traçamos relação direta com a territorialização proposta por Rosa Fátima de Souza e Carlos Monarcha ao avaliar que, apesar da condição central (modelar) da Escola Normal Caetano de Campos, a experiência de instalação da malha escolar na capital paulista dependeu das tradições e culturas que cada bairro construiu ao longo do tempo. Por isso, a escrita de Ginzburg soa propositiva como alerta para não tomarmos o centro e a periferia, nomeados como capital e interior, como realidades homogêneas e relacionais em hierarquia e dependência.

Goldfrank citou seis perspectivas de caracterização do sistema-mundo wallersteiniano: a) o campo dos conflitos que partem da base material, b) a noção de totalidade, c) a transitoriedade das formas, d) as teorias sociais envolvidas, e) a importância econômica da acumulação e suas consequências socioeconômicas, e, por fim, f) a dialética (2000, pp.163-164). Ginzburg (*et al*, 1989) mais uma vez aproximam a leitura empreendida, na medida que enxergam a visão difusionista dos movimentos de interiorização da arte italiana como alheia ao campo dos conflitos.

Esta expansão territorial paulista, inicialmente caranguejeira, lenta e limitada a Coroa, alterada freneticamente pelo complexo cafeeiro no século XIX é, antes de tudo, a expansão do próprio capitalismo. Portanto, de luta de classes. O aumento expressivo do contingente populacional paulista neste contexto revela a alimentação do complexo cafeeiro e, por consequência, de seus problemas. Como escreveu Braudel ao avaliar a história da China e dos Estados Unidos e os seus respectivos crescimentos populacionais: “Todavia, se há uma nova expansão, geral, através do mundo, é porque o número dos homens aumentou. Mais do que uma causa, trata-se de uma consequência” (BRAUDEL, 1970, p.33).

O uso dos termos “centro”, “periferia” e “semiperiferia” foi por nós utilizado reconhecendo, para além da aproximação com o capital, as espacialidades das desigualdades enunciadas, tais como a divisão internacional do trabalho, as formas de governo, as práticas culturais (em especial, os processos de educação), em níveis ou intensidades (voltagens como

escrevemos em vários momentos) que nos autorizaram compreender a dinâmica do movimento das articulações hierarquicamente produzidas entre estes mesmos territórios, reproduzidas e alteradas pelo e para o sistema-mundo. Como escrevemos, as categorias não foram essencializadas, principalmente quando indicamos que a cidade de São Paulo era tomada como “centro” para Ribeirão Preto, mas também “periferia” para os europeus, enquanto as famílias do interior eram representadas como bárbaras e obstáculo de implementação da educação nos relatórios da instrução pública (na capital).

Ao observarmos as imagens e representações produzidas sobre as cidades da região de Ribeirão Preto, não estamos propondo destruir ou manchar a posição “central” que a urbe gozou no capitalismo cafeeiro frente as demais cidades da região, sua complexidade no microssistema-mundo na qual a divisão do trabalho e as perversões do capital se refizeram diante das condições caipiras daquela terra vermelha. Em outras palavras, usamos as categorias “centro”, “periferia” e “semiperiferia” na ciência destes dinamismos.

Ainda de acordo com Wallerstein, relembramos o pesquisador Giovanni Arrighi (1997) ao pontuar a natureza do sistema mundial moderno, em que “a recompensa desigual por esforços iguais e oportunidades desiguais do uso de recursos escassos” (LOURENÇO, 2005, p.183), para prosseguirmos enfim com os processos de educação na cidade de Ribeirão Preto na transição dos séculos XIX-XX e identificamos esta complexa relação dinâmica, não essencializada, moderna, perversa, ambivalente, contraditória de uma periferia de ares centrais. Prontos, portanto, a percepção da interiorização da malha escolar na região de Ribeirão Preto, dada as condições de sua existência no sistema mundial moderno.

Como vimos nos relatórios da inspetoria da Província de São Paulo, a primeira vez que percebemos nos relatórios da inspetoria alguma informação vinculada a cidade de Ribeirão Preto foi em 1878. (SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo no anno de 1878. Francisco Aureliano de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do “Diário de Santos”: Santos, 1879)⁹⁸, contexto em que percebemos a nomeação do professor Francisco C. dos Anjos Garcia para uma escola masculina, a presença de Joaquim José da Silva como inspetor do distrito da cidade, além da composição de um Conselho de Instrução Pública (com Tenente Germano Pereira da Costa, Padre Angelo J. Philidoro Torres e Tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira).

O memorialista local, Rubem Cione, indica que em 1871 o professor Moisés Fernandes do Nascimento recebeu carta pública de instrução para lecionar na cidade de Ribeirão Preto

⁹⁸ No ano posterior, a cidade foi citada no relatório como “Entre Rios”.

(1997, p.207) e, já em 1874, outros dois professores lecionavam em nível de primeiras letras. Em suas obras, Cione destaca primeiramente o casal Bernardino e Eufrásia Prata como professores que deram início a história da educação formal na localidade. Bernardino ensinava para os meninos e Eufrásia para as meninas. Ainda destacou Adelaide Miranda Paixão e Pedro Xavier de Paula como docentes que vieram *à posteriore*, por volta de 1887 (1997, p.211).

Prisco da Cruz Prates, outro memorialista, escreveu que Ana da Cruz Flemming, Manuel Peixoto e José Morais seriam os primeiros professores da cidade, em escolas localizadas nas ruas Américo Brasiliense (próximo a praça 13 de maio), Álvarez Cabral e Amador Bueno, esquina com a rua “do comércio”, respectivamente. Estes ainda foram seguidos por Tolentino Delgado que lecionou na rua Tibiriçá (próxima a praça 13 de maio), Antônio Ragio Nobrega na sua São Sebastião, Hypolito Pujol no Colégio Pujol na Rua General Ozório, José Custódio Bernardino e Silva, à rua Visconde do Rio Branco e Galdino Alves Correia, à rua Duque de Caxias (1983, p.138).

Lúcia Jayme toma a data de 1874 como início de seus estudos acerca da história da educação na cidade. Para a autora, é bem possível que estes professores estivessem lecionando anos antes, dado o fato de que Cione cita a apresentação dos documentos na Câmara Municipal do casal Prata no ano de 1874. Já, quanto a Adelaide Paixão, Pedro de Paula e os demais, a pesquisadora recorda alguns movimentos municipais ocorridos décadas mais tarde, pelos municípios de Ribeirão Preto (artigos em periódicos e leis⁹⁹, por exemplo) que laurearam “Dona Adelaide” como pioneiros na instrução, ainda que não identificada como pública ou privada (JAYME, 2012).

Se formos diretos a instalação do Primeiro Grupo Escolar na cidade, seguindo a cronologia de Rosa Fátima de Souza, saltaremos para 1895, ano de sua criação. Imaginemos que as transformações experimentadas na urbe eram diversas, pois desde o ano de 1883 os trilhos da Mogiana já serpenteavam seus habitantes. Aquela antiga morada colonial onde os cumprimentos e as desavenças rememoravam o sul da Província mineira estava em mudança constante.

Um dos pontos mais importantes deste trabalho é exatamente este – pensar a instalação desta malha escolar institucionalizada, estatal, no bojo das transformações urbanas que estas cidades do interior vivenciaram. Desta forma, convidamos o leitor a retomar o quadro das reformas urbanas registradas pela historiografia, para pensarmos em que medida a

⁹⁹ D. ADELAIDE, a primeira professora de Ribeirão Preto. Diário de Notícias, 24 jun. 1956.; A PRIMEIRA professora de Ribeirão Preto. Diário de Notícias, 26 ago. 1956. APHRP.; Lei Número 654 de 19 de fevereiro de 1958. (JAYME, 2012, p.65).

materialização destes grupos escolares converge para uma coerência de projetos públicos e privados, centrais e periféricos de modernização urbana.

Quadro 13 – Comparativo das iniciativas de transformações urbanas entre São Simão, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jardinópolis, Sertãozinho e Orlândia somada a cronologia da instalação de grupos escolares

	São Simão	Rib. Preto	Batatais	Franca	Jabot.	Jardin.	Orlândia	Sertãozinho
<i>Chegada da ferrovia</i>	1882	1883	1886	1887	1893 (*****)	1899	1901	1904
<i>Ajardinamento</i>		1902	1886 (***)		1905	1904	1914	
<i>Iluminação elétrica</i>		1899	1904	1904	1910	1911	1907	1912(?)
<i>Água encanada</i>		1898	1894	1902	1911	1911	1908	1903
<i>Sistema de Esgoto</i>		1900	1911	1913	1911			
<i>Matadouro</i>		1892	1898	1898 (*)			1910	1903
<i>Mercado municipal</i>		1902	1899	1896				
<i>Teatro (Cine-Teatro)</i>	1890	1897	1890 / 1911 (****)	1874/1 924 (**)	1929	1912	1911/ 1915	
<i>Cadeia pública</i>		1888	1888					
<i>Hospital</i>		1897	1905			1903	1920	1903
GRUPO ESCOLAR	1905	1895 (1902)		1905	1903	1910	1910	1902

Observações: (*) Lei criada em 1898 que exigia que os animais fossem mortos no Matadouro Municipal. Logo, subentende-se que existia um em 1898. (**) Antigo Santa Clara (1874), novo em 1924. (***) Em virtude da visita do Imperador D. Pedro II a região em 1886, já há evidências de exercícios de embelezamento da cidade de Batatais para acolher os olhos do monarca. (****) A cidade de Jaboticabal recebeu os trilhos da Ferrovia Paulista em 1893. (****) Havia na década de 1890 o Teatro municipal, porém com estrutura pouco atraente a elite local, dado o fato de não trazer as peças de Ribeirão Preto. Apenas em 1911 o Santa Clara se tornou este espaço comemorado pela cidade.

Fonte: PAZIANI, 2004; MELLO, 2009; FELLIPINI, 2016; PEREIRA, 1998; DUTRA, 1993; GARCIA, 2008; FERREIRA, 2012; CHIAVENATO, 2006; SOUZA, 1998 e CORRÊA, NEVES, MELLO, 1991.

Os dados revelam a princípio que as cidades receberam seus grupos escolares poucos anos depois da chegada dos trilhos da ferrovia, com exceção de Sertãozinho, beneficiada pela proximidade de Ribeirão Preto, que recebeu o grupo escolar dois anos antes da chegada dos trilhos em seu município. São Simão e Franca, por suas vezes, chamaram atenção pelo viés contrário, posto que foram 23 e 18 anos de espera pelo grupo escolar, respectivamente. Ribeirão Preto, centro da região, aguardou 12 anos, tempo não tão diferente das cidades de Orlândia, Jaboticabal e Jardinópolis que esperaram 9, 10 e 11 anos respectivamente.

Outra interpretação que nos interessa fazer é se estas cidades já haviam constituído um *locus* urbanizado para recebimento destes equipamentos. São Simão possuía um teatro 15 anos antes da instalação do grupo escolar. Franca também, além de apresentar indícios de água encanada e luz elétrica. Jardinópolis já demonstrava por meio de seus jardins públicos e hospital algumas práticas nesta direção. Orlandia, tal qual Franca, luz elétrica e água encanada. Agora, se fizermos a observação contrária e questionarmos se os grupos escolares foram instalados antes dos demais equipamentos urbanos, chegaremos a uma resposta bastante interessante, pois na maioria dos casos, um dos primeiros dados cronológicos de materialidade urbana após a chegada da ferrovia foi, de fato, o grupo escolar.

Em Ribeirão Preto, apenas o matadouro municipal foi instalado antes, todos os demais edifícios ou equipamentos urbanos modernos apareceram depois. Em Jaboticabal, todos. O que nos leva a potencializar a tese de que os grupos escolares foram significativamente o equipamento urbano que realizou função modernizadora na região. Fazendo-se “ver e ser visto”, tal como Rosa Fátima de Souza afirmou.

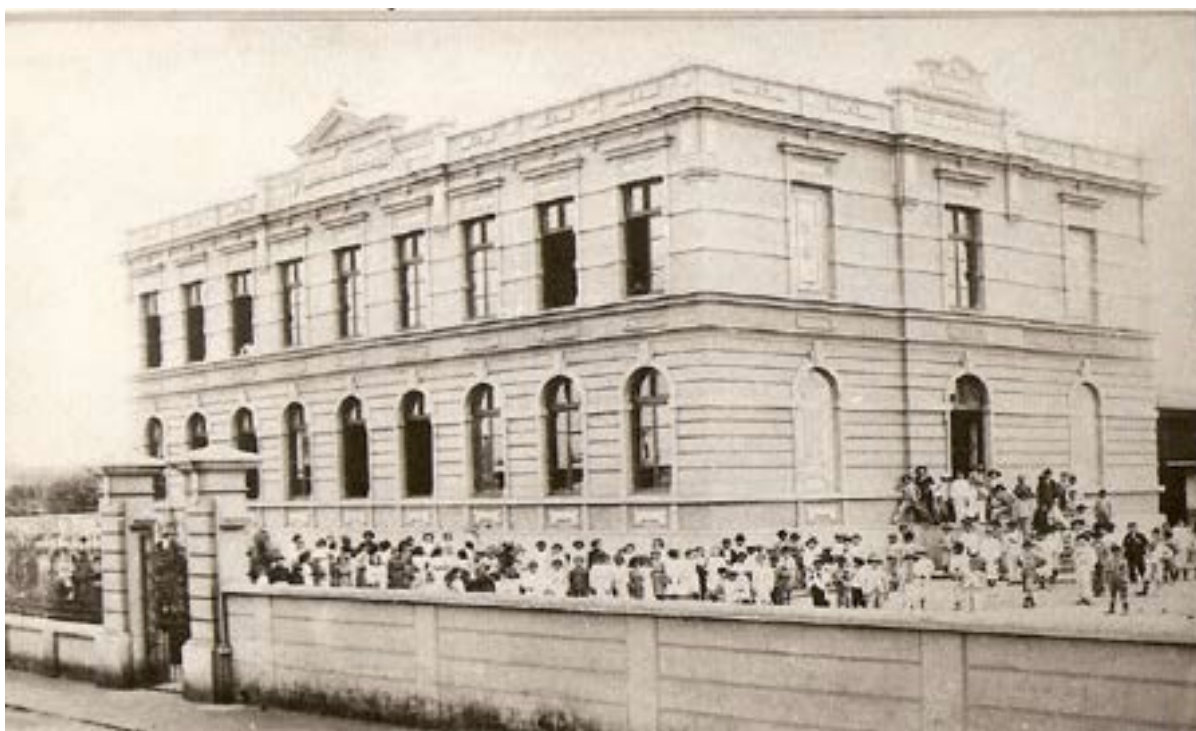
Dona Adelaide, Pedro e o casal Prata foram pioneiros em uma cidade que, muito pouco, tinha de estrutura e densidade urbana. E, mesmo o Primeiro Grupo Escolar, viu-se erguido em 1895 diante de uma cidade sem equipamentos como água encanada, luz elétrica, jardins públicos, teatro e hospital. Não à toa, Rosa Fátima de Souza descreveu a cidade de Ribeirão Preto desta forma:

Ribeirão Preto possuía cerca de 60.000 habitantes no início do século XX. Menos de um terço vivia na zona urbana, dos quais nove décimos eram italianos. O rio dividia a cidade em dois mundos e duas classes sociais: na parte alta, os remediados e ilustres senhores de café vivenciando em casas higiênicas e ventiladas, sobrados e palacetes com água encanada e esgoto. Na parte baixa, nas mediações da estrada de ferro, viviam os pobres, trabalhadores e desempregados em casebres ou amontoados em cortiços sem ar, luz e esgoto. O primeiro grupo escolar dessa cidade foi instalado em 1.7.1895. Inicialmente, essa escola funcionou em prédios adaptados em condições que deixavam muito a desejar. Mas no início do século passou para o prédio próprio construído pelo Estado. Um sobrado de ‘belo e majestoso aspecto’, conforme a descrição do Anuário do Ensino de 1908. Da importância do grupo para a cidade, assim expressava o seu diretor em 1906 (SOUZA, 1998, p.96).

Cione (1997) e Jayme (2012) confirmam este projeto lento e dividido em duas etapas. Ainda que, de acordo com ambos, a situação do Primeiro Grupo Escolar era bastante diferente do modelo da Escola Normal Caetano de Campos. Em 1895, ano de inauguração e início das aulas, o prédio estava longe do exemplo: “As latrinas eram fossas e a água tirada do poço era

servida aos alunos em copos feitos de cabaça ou de casca do coco (alguns pupilos levavam de suas casas canecas de esmalte ou cerâmica)” (JAYME, 2012, p.116). Somente em 1902 o edifício estava à altura dos seus projetistas.

Figura 134 - Primeiro Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1910



Fonte: Denominado posteriormente de Dr. Guimaraes Júnior. Edifício localizado na rua Lafaiete entre as ruas Visconde de Inhaúma e Barão do Amazonas. Projeto do prédio do arquiteto Samuel das Neves. (GONÇALVES, 2012, p.46).

Observando com mais atenção caso a caso, escola a escola, passamos a rever as narrativas que se propõe síntese, confirmando ou ressignificando o escrito anterior. O edifício do Primeiro Grupo Escolar pode não ter sido finalizado em 1895, mas de alguma maneira já organizava suas funções civilizacionais como templos inspirados na capital. Mas, de alguma forma, estas mudanças para adequação feitas em anos (de 1895 até 1902) expressa certa lentidão do sucesso em acompanhar o fluxo da reforma escolar paulista de 1892. A modernidade em Ribeirão Preto, contraditória, ambivalente e malsucedida deu suas caras mais uma vez. Exemplo disso se dá na forma com que os quadros que Souza (1998) e Corrêa, Neves e Mello (1991) apresentam acerca da materialização dos grupos pelo Estado – enquanto o primeiro trabalho analisa a criação proposta na Assembleia da capital, o segundo tomou a inauguração (nas cidades) como referência.

Em outras palavras, a interiorização dos grupos escolares careceu desta condição imposta pelos limites do contexto. Primeiro os políticos envolvidos na escolha dos alvos das novas escolas organizam, idealizam, refletem e imaginam o grupo escolar segundo seus critérios (técnicos e/ou de ordem pessoal), depois de alguns anos ele se transforma em equipamento urbano.

Aos poucos, o prédio do Primeiro Grupo Escolar ganhou contornos “adequados” e cumpriu o dever da civilização. Se, em 1874, a localidade possuía “4 ruas, 6 travessas e 2 largos. Pelo recenseamento de 1873, habitavam-na: 5.552 pessoas, das quais 857 eram escravas” (MIRANDA, 1971, s/p. *apud* SANCHES, 2003, p.06). Em 1902 a cidade aspirava outro cenário em nova complexidade, já revelando, pelo menos em início de instalação, todos os equipamentos urbanos citados no quadro anterior.

Carla Sanches nos recorda que as posturas municipais eram instrumento da Câmara Municipal para controlar a vida dos munícipes, normatizando formas legais de viver, caminhar, transitar, vender e comprar, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Desde 1874 o presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, João Gonçalves dos Santos, já havia apresentado projeto de um Código de Posturas para a urbe e enviado para a Assembleia Legislativa provincial para aprovação. Entre idas e vindas de projetos realizados pelos ribeirão-pretanos, silêncios, autorizações e desentendimentos com a Assembleia Legislativa da capital, foi aprovado em definitivo em abril de 1889 o primeiro Código de Posturas da cidade.

Assim sendo, era de responsabilidade da Câmara “fiscalizar, nivelar e alinhar toda construção feita na cidade. Não se opunha à forma e arquitetura, porém as proporções gerais deveriam ser respeitadas e suas plantas aprovadas previamente” (2003, p.11). Para que o jogo das reformas urbanas fosse “bem experimentado” pela coletividade, as regras deveriam ser muitas e bem específicas:

... às alturas das casas que, quando térreas deveriam ter 4m de altura e, quando sobrado ter 8m; a regularidade e simetria na colocação das portas e janelas, estas com dimensões de 1,75 m de altura por 1,00 m de largura; terrenos abertos para a rua deveriam ser fechados com muros de tijolos, pedra ou parede rebocada e caiada com 2,30m de altura. As estradas teriam 13m de largura, sendo 5m no centro capinado e 4m de cada lado roçado; ruas e travessas deveriam ter 17,60m de largura devendo cair perpendicularmente umas sobre as outras e, as margens dos dois córregos - Ribeirão Preto e Retiro – deveriam deixar no mínimo 17,30m livres para logradouro público (SANCHES, 2003, p.11).

Segundo o historiador e arquiteto Bruno Lucas Silva, muitas destas normas só poderiam ser seguidas mediante condições específicas de construção. No código municipal de Posturas

de 1902 (evolução destas normativas de 1889), percebemos muitas regras impostas a qualquer munícipe caso estejam interessados em construir casas na região central, por exemplo, apresentar projeto assinado por engenheiro, além de conviver com prazos bastante curtos para as empreitas:

Art. 39º - As licenças determinarão praso certo para começo das obras, sendo, no máximo de seis meses para a construcção e reconstrucção de prédios e de dois mezes para as demais obras. [...]. As obras, uma vez começadas, não poderão ser paralygadas por mais de 15 dias, sob pena de incorrerem ao proprietário e o constructor, cada um na multa de 50\$000, que se repetirá de 15 em 15 dias, até o proseguimento. (CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, 1902, p. 21. APHRP).

Como visto, a organização, a fiscalização e a gestão do traçado urbano dependiam da Câmara Municipal e, naturalmente, de seus vereadores. Para aqueles moradores que detivessem condições materiais para arcar com pagamento a engenheiros visando a assinatura nos projetos, além do pagamento da mão-de-obra e do material envolvidos na obra, sem prejuízos com os prazos determinados, aí sim, poderiam construir suas casas e sobrados no perímetro urbano. As regras para construção nas áreas periféricas eram mais brandas, o que nos leva a considerar o óbvio – o Código de Posturas produziu espacialidades urbanas de acordo com o capital que as famílias ribeirãopretanas detinham, no centro os mais ricos, na periferia os “outros” que Guimarães (1998) e Miskolci (2013) nos alertaram ao pensar a invenção da nação. Em outras palavras, a instalação do Primeiro Grupo Escolar na cidade não alterou a estrutura social local, a cidade continuou vivendo seu império de contradições republicanas.

Para Raquel Rolnik (2007), essa função que a legislação tinha (e tem) de regulação do espaço urbano, permitindo ou proibindo certos grupos de usufruírem a cidade como espaço de todos, é histórica e delimitadora de fronteiras entre os próprios moradores locais. “A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação” (2007, p. 13), explica a autora.

Imaginemos a notícia da instalação do prédio do Primeiro Grupo Escolar. Se, na ótica da capital, o Estado estaria invadindo o sertão com ares civilizacionais, tal como a protagonista de “*American Progress*” de Gast (Figura 3, página 46), a visão da Assembleia Legislativa estava distante da realidade ali instalada. Em Ribeirão Preto, como vimos, a recepção foi outra.

Jayme (2012) relata que os esforços para a instalação do grupo escolar vieram de muitos lados. Luiz Pereira Barreto, então deputado estadual, “autorizou a construção do edifício em

8.000 m² de terras doadas por Arthur Diederichsen”, ato que levou a escola a posicionar um busto do “benfeitor” em homenagem.

Os acordos aqui são diversos. E aqui abro alguns parágrafos para avaliarmos os interesses da família “Pereira Barreto” na educação. Luiz Pereira Barreto e seus irmãos, Rodrigo Pereira Barreto e Francisco Pereira Barreto, mudaram da cidade de Resende (Vale do Paraíba) para as terras do nordeste da província, dado os interesses de compra das terras para valorização no contexto da cafeicultura.

Em 1876, Luiz e alguns familiares decidiram conhecer a região em episódio registrado pela historiografia como “Caravana Pereira Barreto”. Ao cabo, checando as fazendas de café na região e projetando futuros econômicos tão férteis quanto a terra ali encontrada seduziam a família de investidores. O baixo preço das terras, dez vezes menor que o valor praticado em Resende (na província do Rio de Janeiro), definiu o endereço do capital da família, levando Luiz a comprar a “Fazenda Cravinhos”, gleba “com cerca de 800 alqueires, por 30 contos de réis, no já município de Ribeirão Preto (futuramente, as terras dariam forma a cidade de Cravinhos)” (FELLIPINI, 2016, p.63), enquanto Rodrigo adquiriu “a fazenda “Santa Maria”, de 14.000 alqueires pela pequena quantia de 160 contos de réis” (2016, p.63).

Após a aquisição das terras, Luiz Pereira Barreto escreveu 7 artigos, publicados em dezembro do mesmo ano que evidenciaram o declínio das terras do Vale do Paraíba e a pujante oportunidade que as terras de Ribeirão Preto ofertavam. Utilizando de sua influência na Corte e nos círculos eruditos, propôs aos companheiros letrados o caminho da luz - e ele, como vimos, estava certo. Ciência, positivismo e especulação imobiliária não se distanciaram no “empreendedorismo” do filósofo Luiz. As terras de Resende, sua terra natal, precisava morrer em seus artigos, para que os negócios da terra roxa pudessem florescer.

Outro destaque aos Pereira Barreto é dado a Rodrigo. Anos depois, em 1888, Rodrigo e seu sobrinho (dois “Pereira Barreto”) ocupavam o cargo de vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto¹⁰⁰. Três meses após tomar posse, Rodrigo propôs algo bastante chamativo – libertar todos os escravos do município!

A exemplo de outras Camaras proponho que esta crie um livro sob a denominação de Livro da Redenção, destinado a receber assignaturas de todas as pessoas que quiserem percorrer para a grandiosa obra da libertação do Município. Sala das Sessões 3 de Agosto, 1887. Dr Rodrigo Pereira

¹⁰⁰ Fellipini ainda destacou: “... Ademais, Rodrigo foi eleito vereador por intermédio de uma situação tendenciosa e conflituosa, revelada entre outras ações como os três cancelamentos das eleições já citadas; o biografado experimentou sua legislatura marcada por embates e rivalidades, tais como a fracassada tentativa de implementação do Código de Postura” (2016, p.102).

Barretto. Posto a votos foi unanimemente aprovado (CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Memória:** as legislaturas municipais de 1874 a 2007. Edição atualizada. v. 01. Ribeirão Preto – SP, 2007, p.26).

Anissa Fellipini destaca que todos os presentes (Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão, Ramiro Pimentel, Manoel da Cunha Diniz Junqueira, Antônio Garcia de Oliveira e Dr. Rodrigo Pereira Barreto) votaram e aprovaram unanimemente. Aliás, todas as votações naquela seção foram votadas da mesma forma, o que sugere pré-reuniões ou conversas anteriores que possivelmente estabeleceram os resultados. Entretanto, a decisão pela libertação generalizada dos negros escravizados um ano antes da Lei Áurea é algo bastante significativo, posto as consequências econômicas e sociais advindas destas mudanças.

Ao avaliar os negócios da família, a autora destaca o plantel de escravos que Rodrigo Pereira Barreto e os demais membros do clã possuíam. Tendo estudado no Largo São Francisco, Rodrigo não acompanhou até então os ventos daquele lugar. Contraditoriamente monarquista assumido, revelou-se articulador de um livro de “redenção” em que conduzia a cidade para o futuro abolicionista¹⁰¹. A interpretação da pesquisadora leva em consideração a potencialização de outra economia – a chegada dos braços imigrantes e a instalação do Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887. De certa forma, a ação da Câmara, discursiva, repetia as muitas falas recuperadas nesta tese e que, portanto, nos parecem evidenciar um padrão no Estado do São Paulo, tanto na capital quanto no interior – o que se fala e o que se faz, não necessariamente se revelam um espelho do outro:

Em sua proposta abolicionista, Rodrigo não indicou como esta deveria ser feita. E, como o livro Redempção se perdeu na história, não pode ser identificado se havia alguma assinatura nele, nem mesmo a de Rodrigo, seu propositor. Portanto, a ação de Rodrigo parece ter ficado em um plano muito mais ideológico do que prático. Apesar de ter agradado alguns, como os vereadores presentes na sessão do dia três de agosto, desagradou outros, não tardando a receber intimidações (2013, p.109).

Retomando o Primeiro Grupo Escolar, há que se questionar o campo das escolhas e decisões políticas que envolveram a instalação do prédio ou a benevolente doação das terras. O que se percebe por meio da historiografia é a pressão de Luiz Pereira Barreto junto ao presidente

¹⁰¹ Toledo confirma esta incoerência como recorrente entre diversos republicanos. “Se o leitor está achando isso estranho, ainda não viu nada. O mais estranho verá agora, ao se dar conta de que os republicanos paulistas, em grande parte, eram, nesta década de 1870 em que nasce o movimento, donos de escravos e adversários da abolição...” (TOLEDO, 2003, p.303). Marra Júnior confirma: “A partir da Lei Áurea surgiram aqueles que José do Patrocínio denominava de ‘republicanos escravocratas’ ou ‘de 14 de maio’, alusão à mudança de atitude de alguns proprietários em relação à monarquia, que desejavam estabelecer, conforme as palavras de Patrocínio, uma república de — ‘agricultores e advogados’” (2019, p.129).

do Estado Rodrigues Alves e o Senador José Alves Guimarães Júnior, para a instalação do prédio indica-nos sua vontade pela valorização das terras próximas as suas, por meio da chegada deste grande equipamento urbano. Lúcia Jayme ainda escreve que “... A escola pública, direito do povo e dever estatal era apresentada como dádiva, benfeitoria de um particular, não decorrente de uma política social” (2012, 116), cercada de pessoalismos, pagamentos de dívidas entre grupos, famílias e clãs. O espetáculo deste teatro estava dado, a luz do dia, nos sorrisos de cada benevolente doação da elite local e registrado pelos jornais locais, subvencionados pelo mesmo generoso grupo de médicos, vereadores e empresários locais.

Existem pesquisas que caminham em consonância a este campo menos crente nas mudanças educacionais republicanas. Fernanda Alvarenga Teles em sua dissertação acerca das mudanças linguísticas promovidas pela interiorização dos grupos escolares no território paulista, propõe que a “falta de preocupação não era apenas do governo, mas também dos diretores do grupo que resumiam seus interesses ao aspecto visual dos edifícios, construindo a ideia da escola como vitrine” (2014, p.125). A questão era estética, ou seja, o importante era fazer o edifício do Grupo Escolar visível, na medida em que as autoridades republicanas “dotavam o espaço escolar de identidade para que a escola cumprisse sua função de condicionar o aluno a obter determinada formação sociopolítica” (2014, p.125).

O importante era “ser visto”, retomando as palavras de Souza (1998). A chegada do Primeiro Grupo Escolar foi cantada em verso em prosa como vitória da civilização. Maria Aparecida Junqueira Gaeta também reforça a pesquisa da professora Rosa Fátima de Souza inserir a imagem com crianças e jovens bem trajados, enfileirados, revelando ser dia mais que especial para a mocidade local – o dia em que a educação moderna chegava ali.

Figura 135 - Inauguração do prédio do 1º Grupo Escolar de Ribeirão Preto José Guimarães Junior (1907)



Fonte: GAETA, 1984, p.08.

A imagem faz menção a inauguração festiva do Primeiro Grupo Escolar da cidade (futuramente Escola Dr. Guimarães Júnior¹⁰², em homenagem ao Senador parceiro de Luiz Pereira Barreto), revelando um dos momentos mais importantes da história local frente ao processo de modernização que a cidade passou. Mesmo sabendo da precariedade dos primeiros anos e dos jogos políticos que envolvem a instalação dos grupos, é inegável pensarmos o quanto a instalação destes espaços mudou a vida de todos os ribeirãopretanos, estando ou não, dentro destes edifícios.

A nomeação do grupo chama a atenção. Na ata da Câmara Municipal de 4 de abril de 1902, consta que:

Foi lida a escritura, de doação de um terreno multado, entre as ruas Visconde de Inhaúma, Lafayette e Barão do Amazonas, que fazem à Câmara Municipal, para nele ser edificado e Grupo Escolar, Tenente-Coronel Arthur Diederichsen e sua mulher D. Adelaide Araújo Diederichsen, passada no 1º Tabelião desta cidade em data de 3 do corrente. Sobre ela pediu a palavra o

¹⁰² Não estranho perceber em na biografia do Senador Guimarães Junior alguns fatos que o aproximam de Luiz Pereira Barreto. De acordo com Rubem Cione: "... Fez parte da dissidência Paulista de 1901, ao lado de seu dileto amigo, Prudente de Moraes, onde foi Secretário-Geral, criando, dirigindo e mantendo o seu jornal, "O Tempo". Foi Vice-presidente e depois Presidente por várias legislaturas do Senador Paulista. Foi presidente da caixa central do Partido Republicano, com Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Glicério e Cesário Mota, no 2º Governo do Dr. Bernardino de Campos. Possuía fazendas de café em Ribeirão Preto, Cravinhos, Franca e Guariba." (1997, p.219). A rede constituída, o uso dos jornais como estratégia comunicativa e a propriedade de terras estão entre os pontos comuns.

dr. João Caetano Alves, e requeria que se inserisse na acta um voto de louvor a esse cavalheiro e se oficializasse ao Governo do Estado, para que fosse dado ao Grupo que se edificasse nesse terreno, o nome de ‘Grupo Escolar Coronel Arthur Diederichsen’, o que foi pela Câmara aprovado. ‘À margem: No caso de ser conservado o outro Grupo’ (*apud* CIONE, 1997, p.219).

A escolha dos nomes das ruas da cidade, dos edifícios, praças e demais logradouros públicos revelam o futuro que aqueles sujeitos gostariam de construir. Como vimos, as ruas de Ribeirão Preto estavam repletas de nomes que, de certa maneira, representavam o ideário republicano. A manutenção do nome “Dr. Guimarães Junior” a despeito dos desejos da Câmara, nos convida a pensar a força com que os interesses centrais se impuseram a periférica localidade. Entre os benevolentes Guimarães Junior e Arthur Diederichsen, portanto, poderíamos sugerir a vitória das homenagens àquele que estava mais próximo do poder central? Não. A modernidade se impôs e ilustrou a ambivalente e contraditória experiência que tentamos desenhar. Para que a voz dos vereadores não fosse silenciada, decidiu-se por construir um busto em homenagem a Arthur Diederichsen visando expô-lo no saguão de entrada da escola. De alguma forma, em algum lugar nesse plano da capital estava a presença de alguém da cidade.

Em linhas gerais, é possível pensarmos uma ordem das coisas. O plano discursivo nascia na Assembleia Legislativa, se transformava em prática e realidade nos acordos de Luiz Pereira Barreto e, assim que possível, checado pelos inspetores de ensino estaduais. Como veremos, esta fórmula se repetiu algumas vezes no futuro.

Em 1908, o “Anuário de Ensino do Estado de São Paulo” indicou a construção de “um sobrado de belo e majestoso aspecto” na cidade (1909, p.246) confirmando, portanto, o sucesso da empreita estadual e, naturalmente, não fez ressalvas, manchando o belo projeto civilizatório como nós aqui insistimos em fazer.

Estes relatórios são produzidos diante de interesses dos envolvidos, tal como qualquer outro documento. Sobre estes inspetores, avaliando o “Anuario do Ensino do Estado de São Paulo” referente ao ano de 1909, é possível verificar o trabalho de gestão da instrução pública por parte dos seus fiscalizadores – os inspetores:

Figura 136 – Resumo das visitas feiras pelos inspetores aos grupos da Capital e do interior, em 1909

N. de ordem	INSPECTORES	Grupos visitados	PESSOAL			Alunos matriculados
			Directores	Professores	Substitutos	
1	Antonio Morato de Carvalho	9	9	84	7	4.032
2	Aristides de Macedo	9	9	64	10	4.032
3	Benedicto A. Corte Brilho	12	12	147	15	5.376
4	Domingos de Paula e Silva	10	10	68	19	4.480
5	Dr. João C. B. Reis Junior	16	16	108	32	7.168
6	José Carneiro da Silva	7	7	49	20	3.136
7	José Monteirol Boanova	14	14	128	23	6.272
8	Miguel Carneiro Junior	15	15	137	7	6.720
9	René de Oliveira Barreto	9	9	156	25	4.032
10	Ramon Roca Dordal	8	8	68	12	3.584
		109	109	976	168	48.852

Fonte: SÃO PAULO. Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Typografia do “Diário Official”. 1910. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Percebemos os nomes daqueles que representavam a interiorização do Estado por meio dos padrões e normas da instrução pública da capital. Antônio Carvalho, Aristides de Macedo, Benedicto Brilho, Domingos Paula e Silva, Dr. João Reis Junior, José Carneiro da Silva, José M. Boanova, Miguel Carneiro Junior, René O. Barreto fizeram, no ano de 1909, 109 visitas a grupos escolares da capital e do interior, sendo observados ao final um total de 109 diretores, 976 professores, 168 docentes substitutos e 48.852 alunos. A quantidade de realidades diferentes e interesses é bastante grande, dado que revela obstáculo para os responsáveis pela perícia.

Em outras palavras, o recém governo republicano representava nos relatórios as vitórias de suas novas escolas. As localidades se beneficiaram com o investimento estadual e faziam, dentro dos seus limites, os esforços para que o projeto ocorresse. A distância se fazia de muitas formas, seja pela formação incompleta ou não adequada dos docentes, seja pela estrutura física destes espaços, como vimos, ainda sim, as práticas da capital e do interior paulista eram muito próximas em sua natureza discursiva e propagandeadora. Era preciso que os grupos dirigentes gritassem a civilização, mesmo quando enlameados com os dois pés na barbárie.

Talvez, assim, possamos ficar mais próximos destas raízes históricas sertanejas paulistas. Enquanto o monarquista Rodrigo Pereira Barreto lidera o movimento de abolição na

cidade e seu irmão fazia *lobby* na Assembleia legislativa com vistas a valorização da região em que possuía terras, os inspetores sabiam o peso com que deveriam fiscalizar ou não os sertões de São Paulo. O resultado: a interiorização da malha escolar institucionalizada republicana na região.

Neste mesmo relatório, se observarmos o número de matriculados nas cidades do interior, poucas são aquelas que apresentam mais de 500 alunos e alunas regularmente identificados como tal. Das 171 localidades listadas, apenas Campinas (1.146 matrículas), Guaratinguetá (887 matrículas), Itapetininga (594 matrículas), Jundiahy (579 matrículas), Piracicaba (629 matrículas), Ribeirão Preto (515 matrículas), São Bernardo (743 matrículas), Sorocaba (680 matrículas) e Taubaté (595 matrículas) chegavam a esta marca. A cidade de São Paulo tinha, por sua vez, 3.192 matrículas.

Estes dados reforçam a posição que estas cidades carregam em suas adjacências regionais, em especial, Ribeirão Preto. Taubaté e Guaratinguetá destacam-se no Vale do Paraíba, Campinas, Jundiahy, Piracicaba, Sorocaba e São Bernardo, na região próxima a capital, talvez Itapetininga um pouco mais distante, mas ainda sim ligada a rota de Sorocaba. Quanto as cidades da região pesquisada, apenas Ribeirão Preto tinha um número tão significativo. Se compararmos com as demais cidades da região, chegaríamos a seguinte situação:

Quadro 14 – Número de matrículas nas cidades da região de Ribeirão Preto em 1909

São Simão	Ribeirão Preto	Batatais	Franca	Jaboticabal	Jardinópolis	Orlândia / Nuporanga	Sertãozinho
352	515	309	39	167	34	160	59

Fonte: SÃO PAULO. Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Typografia do “Diário Oficial”. 1910. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

O avançar da primeira década do século XX, a historiografia sobre estas cidades já demonstrou diversas práticas de ajardinamento público, preocupações com a higiene, instalação de rede de água e esgoto assim como luz elétrica, porém, com dinheiro da Câmara Municipal e muitas vezes feito lentamente dado as insuficientes receitas públicas para tal. Os grupos escolares estavam no plano do Estado, no desejo das cidades, cuja prática estava longe do modelo central.

O jornal ribeirãopretano “A Cidade”, expõe algumas dificuldades educacionais em 1909:

A'S QUINTAS E DOMINGOS

Do dia 4 de Maio em diante as aulas do Grupo Escolar funcionarão das oito horas da manhã ao meio dia. Não pude ainda apprehender qual q razão em que se baseou o sr. Secretario do Interior para exactamente quando começam as manhãs frias e impróprias para ficarem os meninos nas primeiras horas do dia, privados do sol e do exercicio physico, determinar que o horario para aquellas aulas fosse por essa forma alterado. para o verão é este o horário que melhor poderá conciliar o bem estar das creanças e dos professores com os interesses do ensino; mas, no inverno seria muitssimo melhor que os exercicios escolares fossem practicados das dez horas da manhã ás duas da tarde. Accresce que, em geral, nas casas de familia o almoço é servido ás dez horas da manhã e no horario actual além do inconveniente de prender as creanças á sombra nas horas que mais precisam de sol, vem impor modificação na hora costumada do almoço, o que, aliás, não tem grande importancia. Aos poderes competentes pedimos licença para lembrar que, á nosso ver, o melhor horario para o Grupo será o das dez as duas no inverno e das oito as doze no verão. (A Cidade. Ribeirão Preto, 02 mai. 1909, p.1. BN).

Que horário é esse que a escola deseja impor aos alunos, filhos da sociedade ribeirãopretana? O que será que leva o jornal a imprimir crítica a escolha do secretário? Aqui, retomamos o espaço proposto por Ginzburg (*et al*, 1989) na medida em que sugerem verificar não apenas o aceite da implementação das normas centrais, mas o conflito gerado entre aquilo que se propõe regra das regiões de poder e de como as áreas periféricas reagem. Os embates são anteriores a 1909, se lembrarmos os discursos dos relatórios instrução pública provincial. Neles, vimos como as famílias do interior foram transformadas em obstáculo da modernização do projeto instrucional da Província, segundo a posição da inspetoria. E, neste exemplo de embates entre o que o modelo educacional deseja a partir dos discursos das áreas centrais e as ações de natureza obstacular advindas de locais tidos como periféricos que percebemos a contradição entre as partes (BERMAN, 2007), a tentativa de anular o tempo e de homogeneizar os espaços (GIDDENS, 1991), em experiência incompleta e malograda de modernidade (HABERMAS, 2000).

A eliminação das formas locais de gestão do tempo e do espaço não se faz mediante diálogo, mas sim pela normativa central. A hora das crianças acordarem dependerá não mais do clima, da estação do ano, ou pior, da decisão das próprias famílias, mas destes estrangeiros templos de ciência europeia. Elegantemente polido, o autor do texto escreve: “Aos poderes competentes pedimos licença para lembrar que, á nosso ver, o melhor horário para o Grupo será o das dez as duas no inverno e das oito as doze no verão”.

Os novos códigos de vida impostos pelos grupos escolares são intensos. Rosa Fátima de Souza chama a atenção para esta gestão dos tempos pela escola republicana, tais como o

“calendário escolar, determinando o início e o término do ano letivo, as interrupções, a duração do exercício escolar” (1998, p.214). Sobre os horários, a autora salienta que as escolas no curso preliminar deveriam oportunizar suas atividades por 5 horas diárias, “começando no inverno às dez da manhã e terminando às três da tarde, e no verão, começando às nove da manhã e terminando às duas da tarde” (1998, p.214). O que nos permite considerar que a crítica realizada no jornal não estava desarticulada ou alheia ao mundo. Poderia ser muito bem o horário que o grupo escolar seguiu da inauguração até 1907 e, uma possível mudança teria incomodado o autor do texto.

A chegada das crianças estava ligada aos horários de alimentação da época, já que na década de 1870 o almoço era a refeição que se fazia às 7 horas da manhã, o jantar às 11 horas e a ceia por volta das 3 e 4 da tarde. A mudança de horários adiantando os horários “denotava a adoção de um estilo de vida urbano, e o jantar, última refeição do dia, passa a ser servido entre sete e oito horas da noite” (LANNA, 1996, p.14 *apud* SOUZA, 1998, p.216).

Souza ainda pontua que os alunos tinham 30 minutos de intervalo em seus trabalhos e que durante a aula era vedada qualquer forma de interrupção. Aulas todos os dias da semana, exceto domingos, dia do descanso. Segundo o regulamento de instrução pública, cessavam-se as aulas nos dias “24 de fevereiro, 21 de abril, 3 e 13 de maio, 14 de julho, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro, nos dias de Carnaval, na quinta, sexta e sábado da Semana Santa e nos dias entre 8 de dezembro e 6 de janeiro” (1998, p.215). O tempo da escola era, portanto, uma forma de atender o relógio e não a natureza.

Os horários das aulas organizavam as atividades e, no caso de ausências, o tempo do ócio. Durante a aula, o tempo do silêncio e os momentos específicos para a fala. Souza ainda nos recorda de que “... Exercitar, repetir, prestar atenção, fazer fila, etc. são todas formas de expressão do tempo escolar que, além de aprisionar o conhecimento em uma teia de processos de ensino e estratégias de aprendizagem, articulam-se com uma rede disciplinar” (1998, p.222). A autora ainda cita que esta experiência escolar na primeira infância se tornou importantíssima para a configuração dos tempos destes sujeitos, posto que, uma vez cronometrado, controlado e exigido, passa a educar de forma modelar, conformando e prestando-se aos desígnios daquilo que se chamada civilização (1998, p.222).

A educação escolar ensinou as crianças desde o acordar, o alimentar e o se preparar para ir à escola, diante do uniforme e das adequadas vestes até o retornar para as famílias em um certo horário, com tarefas e estudos “para casa”.

Sobre os ritos, Souza comenta que existiam exames periódicos (avaliações orais, escritas e práticas) e premiações, por parte dos professores e inspetores, geralmente livros e

objetos relacionados a educação. As despesas destas premiações eram previstas no documento “Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo” de 1894 (SOUZA, 1998, p.243). E, para finalização do ano escolar, ocorriam as festas de encerramento, comemorações cívicas e exposições dos grupos escolares, a princípio e por um breve período, momentos de propaganda da escola republicana, porém, depois com muito mais intensidade, memórias importantes para as crianças e jovens, extrapolando a realidade escolar e transformando-se em registros importantes da solidariedade das famílias e da própria cidade, consagrando valores como a pátria, a ordem vigente e a moral e os bons costumes (1998, p.259).

Podemos pensar que a experiência aqui relatada se espalhava para as demais escolas da cidade, mesmo que menores e/ou não públicas. São diversas e muitas delas ainda desconhecidas. Entre 1909 e 1918 foram encontradas no jornal “A Cidade” registros de instituições de ensino e ou com vínculos a educação que nos impressionam em números e diversidade: em 1909, de início, o jornal revela que estão abertas as matrículas para o Colégio Furquim (de Aureliano Furquim Leite)¹⁰³, além da apresentação do Externato Paixa Guimarães¹⁰⁴, do Colégio Progresso – Internato e externato para meninas¹⁰⁵, do Externato Santo Agostinho¹⁰⁶ e da “Escola publica para meninas”¹⁰⁷.

Em 1910 identificamos o Colégio Stafford¹⁰⁸, o Collegio Modelo¹⁰⁹, o Collegio Moura Lacerda¹¹⁰, o Externato “Brasil”¹¹¹, a Escola “Alessandro Manzoni”¹¹², a Escola do Povo¹¹³, o Gymnasio Barão do Rio Branco¹¹⁴ e o Collegio Atheneu Demetrio¹¹⁵. Em 1911, o Collegio Rodrigues¹¹⁶. Em 1912, identificamos o Grupo Escolar Italiano¹¹⁷. Em 1913, o Collegio Paulista Luiz de Camões¹¹⁸ e o Collegio Progresso das Ursulinas¹¹⁹. Em 1914, citou-se a abertura das matrículas para a primeira Escola feminina de “Salles”¹²⁰, classificada como escola isolada. Em 1915 a loja maçônica Estrela D’Oeste oferece o gratuitamente o Curso Nocturno

¹⁰³ A Cidade. Ribeirão Preto, 03 jan. 1909, p.2. BN.

¹⁰⁴ A Cidade. Ribeirão Preto, 05 jan. 1909, p.2. BN.

¹⁰⁵ A Cidade. Ribeirão Preto, 09 jan. 1909, p.2. BN.

¹⁰⁶ A Cidade. Ribeirão Preto, 27 jan. 1909, p.2. BN.

¹⁰⁷ A Cidade. Ribeirão Preto, 03 fev. 1909, p.2. BN.

¹⁰⁸ A Cidade. Ribeirão Preto, 05 jan. 1910, p.2. BN.

¹⁰⁹ A Cidade. Ribeirão Preto, 09 jan. 1910, p.2. BN.

¹¹⁰ A Cidade. Ribeirão Preto, 18 jan. 1910, p.2. BN.

¹¹¹ A Cidade. Ribeirão Preto, 19 jan. 1910, p.2. BN.

¹¹² A Cidade. Ribeirão Preto, 19 mar. 1910, p.1. BN.

¹¹³ A Cidade. Ribeirão Preto, 03 abr. 1910, p.2. BN.

¹¹⁴ A Cidade. Ribeirão Preto, 02. set. 1910, p.2. BN.

¹¹⁵ A Cidade. Ribeirão Preto, 31 dez. 1910, p.2. BN.

¹¹⁶ A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1911, p.2. BN.

¹¹⁷ A Cidade. Ribeirão Preto, 31 mai. 1912, p.1. BN.

¹¹⁸ A Cidade. Ribeirão Preto, 26 ago. 1913, p.2. BN.

¹¹⁹ A Cidade. Ribeirão Preto, 25 nov. 1913, p.1. BN.

¹²⁰ A Cidade. Ribeirão Preto, 19 jul. 1914, p.2. BN.

Estrella d'Oeste¹²¹ e também foi identificada a escola feminina do Barracão¹²². Em 1916 percebemos a propaganda da educação católica oferecida pelo Collegio Santa Ursula¹²³, além da primeira escola masculina estadual do bairro do Barracão¹²⁴, do Collegio Rangel Pestana¹²⁵, do Collegio Sampaio¹²⁶ e do Externato Santos¹²⁷. Em 1917 o Collegio Methodista¹²⁸ e, por fim, em 1918 o Externato “Nossa Senhora Auxiliadora”¹²⁹ e a Escola 21 de abril¹³⁰.

Percebe-se no mesmo periódico a força do calendário escolar e as festas comentadas por Souza. Em 1908, no começo do mês de dezembro, os leitores do jornal são chamados ao levantamento dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos do Primeiro Grupo Escolar:

Os trabalhos manuaes que figuraram na Exposição Escolar deste ano attingiram o numero de 730, sendo 683 da secção feminina e o resto da secção masculina.

[...] Não entraram nesse número grande quantidade de cadernos de calligraphia,

Desenho, linguagem, dictado, cartographia e dobramento de papel de todas as classes. Os trabalhos ficaram discriminados da seguinte maneira:

219 do 4º anno feminino,

120 do 3º anno feminino,

85 do 2º anno feminino,

176 do 1º anno feminino B,

83 do 1º anno feminino A,

47 do 3º e 4º anno masculino (desenhos e mappas)

Destacaram-se os seguintes: 4º anno, almofada de velludo, sombrinha, bengala (pyrographada), [...] vestido branco bordado, blusa acolchoada, [...]

3º anno, quadros bordados a seda e gaze, pregadeira, porta cartões, [...]

2º anno, fronha de linho bordada, arte e diversos trabalhos, [...] 1º anno, golas bordadas, lençol bordado, porta camisola, porta toalha bordado a seda, saia e avental, bordados. (EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS. A Cidade. Ribeirão Preto, 06 dez. 1908. *apud* JAYME, 2016, p.129).

Os trabalhos repetem o modelo de divisão de trabalhos para meninos e meninas. Mapas e desenhos para os meninos, bordado, costura e outras atividades atribuídas àquele universo feminino normatizado pelas regras da instrução pública.

Em outro exemplar do “A Cidade”, em um sábado, 25 de novembro de 1917, o jornal avisou que no dia seguinte ocorreria o festival de encerramento do “Collegio Santa Ursula” e,

¹²¹ A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1915, s/p. BN.

¹²² A Cidade. Ribeirão Preto, 01 ago. 1915, p.1. BN.

¹²³ A Cidade. Ribeirão Preto, 16 jan. 1916, p.2. BN.

¹²⁴ A Cidade. Ribeirão Preto, 20 jan. 1916, p.1. BN.

¹²⁵ A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1916, p.2. BN.

¹²⁶ A Cidade. Ribeirão Preto, 18 ago. 1916, p.1. BN.

¹²⁷ A Cidade. Ribeirão Preto, 18 ago. 1916, p.2. BN.

¹²⁸ A Cidade. Ribeirão Preto, 25 nov. 1917, p.1. BN.

¹²⁹ A Cidade. Ribeirão Preto, 01 jan. 1918, p.2. BN.

¹³⁰ A Cidade. Ribeirão Preto, 01 jan. 1918, p.2. BN.

naquele dia, à tarde, a exposição anual dos trabalhos discentes. A notícia terminou com o aviso “No próximo número publicaremos o programa da festa” (A Cidade. Ribeirão Preto, 25.11.1917, p.1. BN). Ou seja, já era corrente na cidade a nova cultura do calendário imposto pela escola, mudando os ritmos das famílias, os assuntos à mesa, nas rodas dos pais (talvez mais provavelmente das mães), das experiências em comum frente a nova mocidade que se apresentava a cidade em transformação.

O mesmo periódico propõe comentários de diferenciação das iniciativas escolares. No caso da “Escola do Povo”, encontramos o seguinte chamado:

ESCOLA DO POVO

Estão abertas as matrículas até o dia 25 de Abril do corrente. Grande externato para as classes pobres, com capacidade para 90 alumnos de ambos os sexos. - Há numerosos logares gratuitos para creanças orphans e desvalidas, que também terão livros de graça. contribuições insignificantes de 5\$, 7\$ e 10\$, por mez segundo a idade. Ensino primario perfeito e real. São os auspícios da “Associação Protectora da Infancia”, rua Tibiriçá, n. 40 e 63.

Director - Moura Lacerda (A Cidade. Ribeirão Preto, 03.04.1910, p.2. BN).

Claramente produzido para as “classes pobres”, o diretor Moura Lacerda está convidando 90 alunos de ambos os sexos, pedindo contribuições “insignificantes” (5\$, 7\$ e 10\$ mensais), oferecendo ensino primário como “auspícios” da “Associação Protectora da Infância”, localizada na Tibiriçá, na área central. Curioso, porque o mesmo Moura Lacerda oferece as classes “mais nobres” ensino pago, como na chamada abaixo:

COLLEGIO MOURA LACERDA

Abrem-se as aulas impreterivelmente a 25 de Janeiro futuro.

O collegio será caprichosamente installado no ponto mais alto e hygienico da cidade, em dois vastos predios á rua Tibiriçá.

Educação integral e curso gymnasial, Linguas, Sciencias e Artes - Methodo de Berlitz

SECÇÃO ESPECIAL para uma classe de 20 alumnas internas.

Internato e Externato - corpo docente idoneo

- Directores - Francisco Galvão de Moura Lacerda. Exlente cathedratico da Escola Normal de São Paulo. D. Isaura Teles Rudge de Moura Lacerda - ex alumna dos collegios “Progresso” e Campos Porto do Rio de Janeiro

-Acham-se abertas as matrículas-

Enviem-se prospectos a quem pedir

Rua Tibiriçá. Ribeirão Preto. (A Cidade. Ribeirão Preto, 18.01.1910, p.2. BN).

O registro para o Colégio Moura Lacerda é mais cuidadoso nos elementos da sedução. Claro, era preciso vender a excelência do ensino para sobrevivência de seu negócio. Os argumentos utilizados foram em prol da localização do ponto em que a escola funcionava

(“ponto mais alto e higienico da cidade, em dois vastos predios á rua Tibiriçá”), educação integral com métodos definidos (Berlitz), classes para 20 alunas, corpo docente idôneo e responsáveis altamente capacitados. O diretor, Francisco de Moura Lacerda, demonstra ter alguma experiência (talvez formação) na Escola Normal da capital e D. Isaura Teles Rudge de Moura Lacerda, apresentada como egressa de instituições de alguma maneira consideradas renomadas, como o “collegio Progresso” e o “Campos Porto” da cidade do Rio de Janeiro.

O quão distante ficava os alunos das duas escolas (Escola do Povo e do Colégio Moura Lacerda), não sabemos. Apenas registramos que a rua Tibiriça foi citada com dois números (40 e 63) identificados como imóveis do mesmo proprietário. O negócio educação demandava, seja por espírito de caridade, seja pelos ganhos sócio-políticos da benevolência, os auspícios de um grupo empreendedor atento ao xadrez da civilização.

O fato é que os jornais locais, mesmo após a instalação do primeiro grupo não se calaram frente a necessidade de novas cadeiras para os alunos de Ribeirão Preto. Tendo em vista que ainda não era ofertado na cidade o ensino secundário público, a pressão da opinião pública e as articulações políticas permitiram a instalação do primeiro Ginásio do Estado em Ribeirão Preto em 1907.

O Ginásio não poderia ser “menor” em seu projeto civilizacional. E, nesse sentido, há um primeiro momento de surpresa pela grande diferença e antecipação da cidade quanto a outras paulistas – em 1907, apenas São Paulo (1894) e Campinas (1896) possuíam edifícios de mesma natureza em todo o Estado.

O memorialista José Pedro de Miranda narra que havia neste contexto um boato de que a região poderia receber mão-de-obra imigrante japonesa, algo que pouco animava a gente ribeirãopretana e seus preconceitos com povos não latinos. “Ninguém admitia gente de raça diferente da origem latina, de língua diferente, de credo diferente, de usos e costumes diferentes, de fisionomia diferente, de alimentação diferente, e até de caras diferente” (*apud* JAYME, 2016, p.117).

Jayme cita a criação do Ginásio “aconteceu um tanto às pressas (espaço tempo de dois meses, desde a primeira solicitação pública até a publicação do decreto assinado pelo Presidente do Estado) e deu-se por acordos políticos entre alguns figurões da sociedade” (2016, p.116-117), confirmando o relato de Miranda. Em outras palavras, a instalação do Ginásio na cidade seria, de acordo com Jayme (2016, p.117) e Miranda (1971, p.75), vitória política de Luiz Pereira Barreto para acalmar os ânimos preconceituosos da cidade, impedindo ações que pudessem trazer japoneses para a localidade, além de avançar em números as instituições escolares em Ribeirão Preto.

Contudo, na prática, o Ginásio iniciou as atividades em um edifício pequeno, alugado pela Câmara Municipal no ano seguinte. O que seria provisório demorou treze anos para concretizar a mudança. Até mesmo os materiais utilizados nas aulas eram emprestados do Ginásio de Campinas. Apesar de tantos “contras”, Jayme aponta que o atraso de mais de década não riscou o brilho da instituição, posto que a sociedade permanecia representando aquele espaço de acordo com seu “alto nível de ensino (se considerarmos o contexto educacional de então)” (JAYME, 2016, p.117).

Ainda sobre o Ginásio, Maria Aparecida da Silva Cabral comenta que, “coube à Congregação do Primeiro Gymnasio da Capital a organização dos programas para o concurso de professores do Gymnasio de Campinas e do de Ribeirão Preto” (2008, p.64), reforçando o campo da hierarquia da gestão pedagógica do estabelecimento por parte das mentes pensantes da região central.

Figura 137 – Primeira sede do Ginásio do Estado, Ribeirão Preto, 1919



Fonte: APHRP. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/arquivo-publico-historico/galeria/fotos-historicas>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Localizado na área central, a sede provisória estava na esquina da rua Cerqueira César com Duque de Caxias. Ali, as aulas foram conduzidas por Augusto Ribeiro de Loyolla, Joaquim Macedo Bittencourt, João Pedro da Veiga Miranda, Renato Jardim, Fabio de Sá Barreto,

Otoniel dos Santos Mota, corpo docente dirigido por Antonio Rodrigues Alves Pereira. Um dado importante a considerar é que este Ginásio foi pioneiro em promover a educação de meninas no Estado (PAZIANI, 2004; SILVA; ROSA, 2017). Em 1920, o prédio novo foi entregue na rua Prudente de Morais.

Figura 138 – Ginásio do Estado, Ribeirão Preto (1935)



Fonte: APHRP.

Ao observarmos os nomes dos docentes citados fica evidente a construção política e a rede de contatos do PRP local. Os professores estavam, também, na Câmara Municipal ocupando cargos de vereança, quando não prefeitos. Importante lembrar de como estes nomes estão relacionados a vida de diversas cidades da região, não apenas de Ribeirão Preto, como Augusto Ribeiro de Loyolla, advogado, maçom, além de Juiz de Paz, recenseador e administrador em Ribeirão Preto, Casa Branca e São Simão. Do ponto de vista político, foi republicano, membro do PPR, vereador na cidade de Ribeirão Preto nas legislaturas de 1902-1904, 1905-1908 e prefeito interino em 1906 da mesma cidade ¹³¹.

¹³¹ Disponível em: <https://www.adonhiramita.org.br/post/loja-amor-e-caridade-membros-séc-xix-augusto-ribeiro-de-loyolla>. Acesso em: 07 abr. 2023.

O médico baiano Joaquim Macedo Bittencourt chegou à região de Ribeirão Preto em contexto conturbado, marcado pela presença da febre amarela (1902-1905). A positiva experiência junto a elite local, em especial, com o chefe do PRP local, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, lhe “conferiu acesso rápido ao universo da elite” (PAZIANI, 2003, p.133). Foi prefeito na cidade de Ribeirão Preto entre 1911 a 1920.

Já, João Pedro da Veiga Miranda foi prefeito da cidade antes de Bittencourt (1908-1909) e vereador nas legislaturas de 1908-1911, de 1911-1914 e 1917-1920. Em 1921, a convite de Epitácio Pessoa, Veiga Miranda ocupou o cargo de Ministro da Marina (Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2001).¹³².

Outros dois nomes que aparecem entre os professores-políticos do Ginásio é de Renato Jardim e de Fábio de Sá Barreto. O primeiro também foi vereador da cidade de Ribeirão Preto nas legislaturas que compreendem o período de 1905 até 1920, prefeito interino da cidade em 1907, renunciando a vereança em 1917 quando ocupou o cargo de Diretor do Ginásio em 1917¹³³. Já o segundo foi vereador em três legislaturas diferentes (1905-1908, 1920-1923, 1923-1926), além de prefeito da cidade do ano de 1936 a 1944.

Ou seja, ministrar aulas no Ginásio do Estado significou, para muitos, gozar de status na cidade e angariar relações sociais que promoviam alianças e compromissos políticos na região.

O Ginásio do Estado, futuramente conhecido como Escola Otoniel Mota, se fazia notar e cumpria a função republicana como já percebemos. Apesar da data posterior (1935), a imagem conserva a fachada e a monumentalidade que se desejava reproduzir no contexto, acompanhando o prédio já instalado do Primeiro Grupo Escolar. Por volta de 1920, esta inauguração já convivía com número significativo de instituições educacionais, e por isso podemos imaginar que o choque causado entre seus transeuntes não fosse o mesmo gerado em 1907.

O período que seguiu entre a inauguração as duas instituições em suas versões improvisadas, anos de 1895 e 1907, respectivamente, foi concomitante ao crescimento da cidade, de instalação de outros equipamentos urbanos, além do exponencial e comentado aumento demográfico. Para muitos autores de críticas nos jornais locais, aquelas 515 matrículas identificadas no relatório da inspetoria em 1909 não eram suficientes, se tomarmos a função do

¹³² Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/arquivo-publico-historico/biografias>. Acesso em: 07 abr. 2023.

¹³³ Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/arquivo-publico-historico/biografias>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Estado junto a educação básica. A matemática (número de crianças da cidade e a quantidade de matrículas nas escolas) não fechava e, por isso, em 1912 o Segundo Grupo Escolar foi criado, com início das atividades dois anos mais tarde (JAYME, 2016, p.116).

Figura 139 - Segundo Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1922



Fonte: Posteriormente, denominado escola Fabio Barreto (GONÇALVES, 2012, p.48).

O Segundo Grupo Escolar foi instalado no mês de setembro de 1912. Atendendo ao campo das homenagens, foi escolhido o nome de Fábio Barreto, nome articulado a uma biografia igualmente política e viva no momento, tal como Guimarães Júnior.

Filho de Cândido Pereira Barreto, Fábio era, portanto, sobrinho de Rodrigo e Luiz Pereira Barreto e chegou na cidade de Ribeirão Preto em 1899 para lecionar no Colégio Spencer e no Ginásio do Estado, além de advogar. Foi membro do PRP e eleito vereador em 1906 e presidente da Câmara Municipal em 1920. Enfim, mais um elemento do clã Pereira Barreto nas terras ribeirãopretanas¹³⁴.

Há uma pequena diferença nesta segunda homenagem, posto que Fábio de Sá Barreto caminhava nas ruas da cidade e interagia com os munícipes, diferente do não tão presente Senador Guimarães Júnior (apesar de viver em São Paulo, era proprietário de fazendas na

¹³⁴

Cf.

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20F%C3%A1bio%20de%20S%C3%A1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

região). Evidência que nos convida a pensar que a presença de Luiz Pereira Barreto e seus irmãos pela condução do futuro de sua família, inserindo o sobrinho no campo das lembranças e homenagens cívicas e o construindo como figura pública de destaque. Ficção à parte, o futuro indica que nossa imaginação pode não ser tão equivocada assim, pois Fábio Barreto ainda seria, depois da instalação do Segundo Grupo Escolar, presidente da Câmara Municipal e vereador da cidade em (1920 até 1926), deputado federal (1926) afastando-se do cargo para ocupar a posição de Secretário do Interior de São Paulo, por fim, prefeito da cidade em 1930.

Não se pode acreditar que colocar o nome em uma escola define o futuro de uma pessoa. O que estamos tentando apresentar é o campo das estratégias de uso do poder público para fins pessoais, articulando as esferas e o dinheiro, estaduais e locais, para os projetos de vida que estes significativos sujeitos da história da educação tiveram.

Nossa interpretação avalia estratégia que naturalmente não se revela claramente nos documentos. Muito menos esteve presente nas discussões dos alunos ou dos populares. Voltemos a perspectiva de Rosa Fátima de Souza e de como estes prédios modificavam de alguma maneira a vida destes sujeitos.

Figura 140 - Igreja Matriz e Largo da igreja entre as ruas General Osório (esquerda), Tibiriçá (direita) e Álvares Cabral (fundo)



Fonte: Foto de João Passig (1904-1905) APHRP (1890-1960, F013) (GARCIA, 2013, p.200).

A vida urbana ainda seguia muitos dos ritmos da vila dos tempos imperiais (coloniais). Na imagem podemos perceber um grupo significativo de crianças vestidas de branco, junto a roupas e adereços religiosos que compõe cenário ritualístico cerimonial diferenciado – talvez a primeira comunhão. O que nos faz lembrar que as crianças não eram apenas ensinadas em casa e nas escolas. Entre a família e o Estado, outros processos educacionais atravessavam a construção do novo cidadão republicano.

Esta vida urbana das pública de crianças e jovens era organizada no largo da matriz, junto a fiscalizadora moral cristã expressa nos olhares fofos dos mais velhos e do reforço das exceções à regra, advindas das pequenas histórias dos transviados corajosos que a desrespeitavam.

Em uma manhã de domingo, o namoro era permitido ainda pelos beliscões e piscadelas, ou seja, nem sempre os novos ventos do século XX impunham rapidamente novas condutas modernos. Por isso, considerar as fachadas escolares e a monumentalidade dos prédios e o poder regulador dos corpos aparecem como instrumentos significativos da construção de futuros modernos para a cidade.

O Primeiro Grupo, o Segundo Grupo e o Ginásio do Estado compartilhavam a área central da urbe ribeirãopretana com diversas escolas, como demonstrado nos artigos do jornal “A Cidade”. Junto a estes edifícios, funcionavam instituições de caráter religioso, geralmente por meio de professoras, muitas das quais habitaram e viveram para a educação feminina fundando instituições como o Colégio Metodista em 1889 (ALMEIDA, 1997), Colégio Santa Úrsula em 1912¹³⁵ e Nossa Senhora Auxiliadora em 1918 (FURTADO, 2001).

Vitor Queiroz Santos, ao avaliar a experiência metodista na cidade de Ribeirão Preto, propôs em sua tese de doutoramento uma antecipação dos movimentos de interiorização por parte destes religiosos. Na década de 1890, a Junta Missionária publicou relatórios enviados pelos missionários da Igreja Metodista Episcopal do Sul (MECS¹³⁶) no Brasil que descreviam os trabalhos realizados em São Paulo. Na edição de 1895, o texto trouxe a seção “Nosso trabalho Ocidental”, primeira vez, segundo Santos, em que apareceu a cidade (2021, p.213):

Esse trabalho, já iniciado como mencionado no nosso último relatório anual, é uma grande promessa. Depois de uma longa e cuidadosa deliberação com todos os irmãos, o bispo nomeou o senhor Manoel Camargo para o comando desse trabalho, com sede em Ribeirão Preto, uma das futuras grandes cidades do estado. Acredito que nossa ocupação nesse centro seja um sábio movimento. Temos os homens e os meios para desenvolver esse campo, o

¹³⁵ Fundado pela Madre Sainte Croix Chretien em 14 de fevereiro de 1912. (CIONE, 1987).

¹³⁶ MECS - Methodist Episcopal Church, South.

qual seria em poucos anos o mais forte na missão. Como um irmão bem disse ano passado, ‘A importância desse campo no Oeste é notada por se tratar da chave para dois dos maiores estados do interior do Brasil – Goyaz e Matto Grosso’. A nova capital brasileira está para ser construída em Goyaz. Os engenheiros do governo já estão trabalhando no projeto. De Ribeirão Preto uma ferrovia já está em operação em boa parte do caminho e está sendo projetada ainda mais longe, o objetivo é conectar com a nova capital proposta. Os jesuítas, olhando em direção ao futuro, já garantiram bons locais e estão se estabelecendo firmemente nas principais cidades do Oeste. Nossa Igreja deveria investir amplamente nessa seção, tendo em vista as futuras possibilidades. Estamos geralmente atrás em tais movimentos. Tivesse nossa Igreja, por exemplo, investido poucas centenas de dólares nacionais (o que seria muito barato) quando seu trabalho começou na cidade de São Paulo, hoje nós teríamos nossa própria Igreja e teríamos economizado exorbitantes aluguéis todos esses anos. Duzendo dólares agora provavelmente compraria um lote em Ribeirão Preto grande o suficiente para uma igreja, um presbitério e uma escola. Daqui há alguns anos, quinhentos dólares dificilmente comprará (Fiftieth annual report..., 1896, p. 57 *apud* SANTOS, 2021, p.213).

A atenção dos metodistas a região, antes mesmo da instalação dos equipamentos urbanos modernos e os próprios grupos escolares, revelam conhecimento significativo da região de Ribeirão Preto. A expressão “uma das futuras grandes cidades do estado” é reveladora nesse sentido. Para além das compras de terras por parte de Luís Pereira Barreto e seus companheiros durante a Caravana de sua família em 1876, vinte anos antes da escrita dos missionários, tem-se a percepção de que estes religiosos estavam atentos para onde estava indo o capital. Em latim, “*ubi capitalismus, ibi missionarii*”, traduz a máxima “onde está o capitalismo, está o missionário”, carrega parte de nosso intento de compreender a interiorização diante da modernidade capitalista e de seus diversos vértices.

Vitor Santos delinea o movimento dos metodistas pelo mundo a partir de conexões internacionais:

Tabela 12 – Simultaneidades transnacionais do trabalho educacional metodista

Região	Local	Conexão	Escola	Inauguração
México	San Luis Potosi	Ferrovia em 1888	Colegio Inglés	1882
	Saltillo	Ferrovia em 1883	Colegio Roberts	1886
	Durango	Ferrovia em 1892	Instituto MacDonnel	1887
	Chihuahua	Ferrovia em 1882	Colegio Palmore	1891
	Guadalajara	Ferrovia em 1888	Institute Colon	1893
	Cidade do México	Ferrovia em 1873	Mary Keener Institute	1897
	Matanza	Cidade portuária	Colegio Irene Toland	1899
Cuba	Havana	Cidade portuária	Candler College	1899
			Colegio Eliza Bowman	1900
			Colegio Buenavista	1920
			Nantziang School	1879

China	Shangai e seu entorno	Cidade portuária; Ferrovia em 1876	Mary Lambuth School	1881
			Anglo-Chinese College	1882
			McTyeire School	1892
			Laura Haygood Normal School	1895
			Palmetto School	1896
			Davidson Memorial Girls' School	1897
			Hayes-Wilkins Bible School	1898
			Virginia School	1901
			Susan Bond Wilson School	1903
Coreia	Seul	Ferrovia em 1899	Ewha College	1886
	Songdo	Cidade portuária	Carolina Institute	1898
			Holston Institute	1903
	Wonsan	Cidade portuária	Mary Helm School	1907
			Lucy Cuninggim School	1900
	Japão	Kobe	Cidade portuária	Theological Training for Women
Kobe Institute				1887
Palmore Women's English Institute				1887
Bible Woman's Training School				1892
Hiroshima		Cidade portuária	Kindergarten Training School	1895
Congo Belga	Wembo Nyama	Acesso via navegação no rio Congo	Hiroshima Girls' School	1887
	Minga		Girls' Home and Educational Work	1918
	Tunda		Girls' Home and Educational Work	1921
Brasil	Piracicaba	Ferrovia em 1877	Girls' Home and Educational Work	1928
	Rio de Janeiro	Cidade portuária	Colégio Piracicabano	1879
	Porto Alegre	Ferrovia em 1869	Colégio Bennett	1888
	Juiz de Fora	Ferrovia em 1875	Instituto Metodista Americano	1889
	Taubaté	Ferrovia em 1876	Instituto Granbery	1889
	Rio de Janeiro	Cidade portuária	Colégio Americano de Taubaté	1891
			Escola do Alto	1892
	Petrópolis	Ferrovia em 1854	Colégio Americano Fluminense	1892
	Ribeirão Preto	Ferrovia em 1883	Colégio Americano de Petrópolis	1895
	Belo Horizonte	Ferrovia em 1895	Colégio Metodista	1899
	Uruguaiana	Ferrovia em 1883	Colégio Isabela Hendrix	1904
	Birigui	Ferrovia em 1912	Colégio Metodista União	1908
Passo Fundo	Ferrovia em 1898	Instituto Noroeste	1918	
			Instituto Metodista de Passo Fundo	1920

	Santa Maria	Ferrovia em 1885	Colégio Metodista Centenário	1922
	Lins	Ferrovia em 1908	Instituto Americano de Lins	1928

Fonte: SANTOS, 2021, p.248.

Os dados nos oferecem uma leitura bastante propositiva quanto ao processo de interiorização da educação metodista no globo, diante da interpretação de como o grupo planejou e executou os caminhos do capitalismo e seus interesses de conversão. Algumas das “grandes cidades” do mundo, como “Cidade do México”, “Havana”, “Seul”, “Hiroshima”, estavam na mesma lista de interesses que Taubaté e Ribeirão Preto, cidades brasileiras do café.

A instalação do Colégio Metodista de Ribeirão Preto (1899) ocorreu no mesmo ano em que os metodistas inauguraram escolas em Matanza (México) e Havana (Cuba), revelando a rede transnacional de investimentos da agremiação e o contexto em que o território se inscrevia nesta atenção religiosa.

Cabe lembrar que a abertura religiosa proposta pela Proclamação da República e a oportunidade que o novo e laico Estado cedia para o mercado de conversão e as novas propostas religiosas que não representavam o Vaticano. O catolicismo, preponderante e vivo entre os brasileiros, respondia ao seu meio e modo, como vimos, a negociação com o novo regime. Em Ribeirão Preto, as discussões que envolveram a construção da Catedral ficaram mais evidentes no ano de 1907, como Freitas comentou (2006). Se os metodistas se espalhavam pelo mundo no final do século XIX, tal como Souza demonstrou, a sua interiorização chocava com a manutenção do império católico no contexto “permissivo” republicano nacional.

Apesar dos interesses pela inauguração da escola em condições ideais, o “Colégio Methodista” funcionou provisoriamente de 1899 até 1914 com diversos problemas estruturais além dos diversos obstáculos evidenciados pelas professoras e diretoras. Santos, por exemplo, escreveu que em 1910, o relatório publicado no *Woman’s Missionary Advocate* indicava perseguição do bispo católico¹³⁷ recém-chegado na cidade (SANTOS, 2021, p.249).

Em episódio curioso, no ano de 1913, quando as professoras metodistas alugavam uma casa à rua General Ozório. Os proprietários, membros do “clube italiano”, aumentaram por quatro vezes em quatro meses seguidos o aluguel do imóvel, chegando a preços impraticáveis na visão das religiosas. Em negociação com os italianos, as metodistas chegaram a um preço

¹³⁷ “Um bispo católico, que recentemente se mudou para Ribeirão Preto, está trabalhando contra a gente e parece que está conseguindo, pois perdemos certo número de alunos devido à sua influência. Nós sentimos que estamos perdendo terreno e continuaremos a perder até que possamos ter um prédio próprio bem equipado” (WMA, jan. 1910, p. 341 *apud* SANTOS, 2021, p.249).

possível, porém, surpreendentemente, descobriram que os proprietários haviam recebido proposta melhor e que teriam pouco tempo para cobrir o valor. O autor descreveu a situação lembrando de que se tratava de grupo que também possuíam escolas e que, portanto, poderiam ainda aproveitar do aluguel do espaço para manter os alunos metodistas na nova empreita comercial escolar. Os conflitos ganhavam muitas frentes, não estranho, portanto, que o relatório da Junta Missionária da Mulher da MECS tenha assumido:

Ribeirão Preto está pedindo por um novo prédio. A situação lá é tensa. A casa que ocupamos há anos foi vendida para um clube italiano que está exigindo um aluguel exorbitante. Os proprietários a desejam no final do presente ano. Nós possuímos um lote bonito e é uma necessidade absoluta construir ou abandonar o trabalho. Esta cidade está no meio da região cafeeira mais rica do mundo. A escola tem controle sobre a comunidade e provou ser uma instituição que salva almas. Deus tem um uso especial para nossas mulheres naquele lugar especial. Como deve a presente emergência ser atendida? Onde podemos esperar receber os vinte e cinco mil dólares necessários para uso imediato? (Third annual report..., 1913, p. 309 *apud* SANTOS, 2021, p.253).

Desta forma, a Comissão de Estimativas do Departamento de Relações Exteriores da Junta Missionária da Mulher viabilizou o dinheiro para construção da escola¹³⁸. E lá estava, o prédio, um ano depois, reproduzindo a fachada e a monumentalidade exigida pela natureza escolar dos seus contemporâneos laicos:

¹³⁸ Considerando que a lei que controla as dotações da Junta Missionária da Mulher obriga anualmente as dotações a ter por base as cobranças do ano anterior; e considerando que o aumento e o crescimento do trabalho e a exigência imperativa de construção nos centros estratégicos do Rio e de Ribeirão Preto e nosso compromisso com o trabalho nessas cidades tornam necessário restringir nossas nomeações em outros lugares para cumprir a lei; e considerando que o trabalho em Porto Alegre é pequeno e distante do centro do nosso trabalho no Brasil; e considerando que a Junta Missionária da Mulher não possui terra nem edifício naquela cidade, e embora nós deploremos a necessidade de cerceamento em qualquer lugar, ainda assim sentimos 256 que a perda em Porto Alegre seria menor do que em outros lugares; Portanto, seja resolvido: 1. Que fechemos a escola em Porto Alegre e apliquemos no prédio de Ribeirão Preto a apropriação normalmente feita para Porto Alegre. 2. Que continuemos o presente trabalho da Igreja Institucional em Porto Alegre (Third annual report..., 1913, p. 428-429).

Figura 141 – Prédio do Colégio Methodista em Ribeirão Preto, 1915



Fonte: SANTOS, 2021, p.259.

A fachada do edifício do Colégio Metodista de Ribeirão Preto não destoava da construção de ares monumentais dos grupos escolares instalados no contexto. Se em 1914 a construção do prédio prometia a marca metodista nas ruas centrais da urbe, ela repetia uma certa regularidade do “*business*” educacional, na lógica da provisoriedade: primeiro se ensaia um prédio improvisado para depois instalar-se adequadamente. Foi assim entre os leigos e nos parece que a questão religiosa não alterou a lógica citada. Lembremos de que o Primeiro Grupo escolar foi criado em 1895 com latrinas-fossas e casca de coco sendo usados como copos, para apenas em 1902 ocupar condições “adequadas”; outro exemplo foi o Ginásio, criado em 1907 e iniciado em casa alugada pela Câmara Municipal e, como vimos, o prédio planejado foi entregue apenas em 1920.

Outro ponto comum, a monumentalidade, não atendia tão claramente os traços das fachadas dos arquitetos que trabalharam no Brasil, citados na arquitetura escolar do Estado. Chama-nos a atenção a presença de contornos novos, maior número de janelas que acompanham um estilo mais sério, sóbrio, próprio de instituições religiosas. Ao pensarmos em modelos metodistas arquitetônicos internacionais, podemos citar a fachada da *Scarritt Bible*

*and Training School*¹³⁹, criada em 1907 como escolas de enfermeiras, missionárias e diaconistas.

Figura 142 – *Scarritt Bible and Training School*, Kansas City, EUA, 1907



Fonte: Biblioteca Pública da cidade de Kansas (The Kansas City Public Library). Disponível em: <https://kchistory.org/image/scarritt-bible-and-training-school-0>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Desta sorte, a experiência metodista empresta outros elementos a modernidade malsucedida ribeirãopretana no âmbito escolar. O fato é que tal condição norte-americana cria circularidade de influências externas no jogo das consequências da interiorização da malha escolar e, desta forma, gerando mundos e possibilidades para a caipirada local.

¹³⁹ Segundo o site da Biblioteca Pública da cidade de Kansas (The Kansas City Public Library), encontramos que a instituição era “... Uma escola para enfermeiras, missionárias e diaconistas em Askew e Norledge, na parte leste de Kansas City, foi estabelecida em 1890 por meio da doação de um terreno no valor de \$ 15.000 e \$ 25.000 em dinheiro do Rev. Nathan Scarritt. Uma soma adicional de \$ 25.000 seria arrecadada pela Junta de Missões Femininas. O Sr. Scarritt ajudou a fundar a Igreja Metodista de Melrose dois anos antes, em 1888. Na dedicação da Scarritt Bible & Training School, The Kansas City Star de 14 de setembro de 1892, observou: A idéia é preparar obreiros cristãos para o lar e campos estrangeiros, dando-lhes, além de um conhecimento religioso, um treinamento prático em medicina e enfermagem, de modo que seus benefícios sejam espirituais e físicos para os desafortunados. A primeira turma de formandos em 1894 contava com cinco pessoas. Em 1924, a escola foi transferida para Nashville, Tennessee, e o nome foi mudado para Scarritt College for Christian Workers.” Disponível em: <https://kchistory.org/image/scarritt-bible-and-training-school-0>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Os anúncios acerca das matrículas da escola são reveladores da vitória da presença do prédio.

Figura 143 - Anúncio do Collegio Methodista em 1918



Fonte: Arquivo do Instituto Metodista de Educação *apud* SANTOS, 2021, p.295

O jornal é local, a proposta moderna da imprensa e o desejo de tomar as necessidades educacionais como produto é internacional. Os desenhos que contornam a chamada, próprios do contexto e bastante presentes nos teatros e demais materialidades da “civilização”, compõe

o cenário artístico da “*Art Nouveau*”, aspiração europeia que se consagrou particularmente na França, ao mesmo tempo em que o edifício recupera arquitetura norte-americana. Enfim, havia um grande esforço no campo discursivo para demonstrar a capacidade local em ser o mundo ao seu modo, esquecendo ou apagando a realidade que insistentemente nos lembrava o contrário. Elucubrações modernas a parte, o prédio estava lá, quase dez vezes maior em altura que as crianças que ali estudavam.

Os católicos se movimentaram igualmente. Outra escola religiosa construída em Ribeirão Preto foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, fundada em 1918. Sua criação é consequência do movimento ultramontanista, conservador em relação a modernização que a sociedade ocidental passou no final do século XIX. Diante da atenção católica as mudanças sociais, se faziam presentes ações de controle e gestão de diversos setores da sociedade, não apenas os religiosos. Por isso, os esforços da intelectualidade católica para a educação das mulheres reivindicavam as referências conservadoras do feminino e de como elas deveriam ser “soldadas” da bandeira vaticana, considerando os valores e a moral da cristandade referentes a família e os “bons costumes”.

Assim, esta educação feminina de marcas católicas não interessava apenas os membros da Igreja Católica, mas passava a ser uma “doutrina educacional de interesse de uma parcela significativa da classe dominante” (MANOEL, 1988 *apud* FURTADO, 2015, p.487), em outras palavras, as famílias articuladas a oligarquia da época. Não nos estranha, por exemplo, o apoio e o estímulo financeiro de boa parte dos coronéis e latifundiários da região para a “vinda das Congregações Religiosas Européias, na segunda metade do século XIX” (MANOEL, 1988 *apud* FURTADO, 2015, p.487).

Na segunda metade do século XIX percebemos diversos grupos católicos de finalidade educacional: Lazaristas, Frades Capuchinhos, Filhas da Caridade, Jesuítas, Irmãs de São José de Chamberry, Salesianos, Filhas de Maria Auxiliadora, Dominicanos, Carlistas, Maristas, etc. A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, em especial, chegou no Brasil em 1892. Fundada no norte da Itália anos antes (1872), guardavam estreita relação com a tarefa dada pelo Papa Pio IX, dar assistência aos filhos dos imigrantes italianos diante da experiência migratória da franja pioneira.

Alessandra Furtado explica que, acompanhando a evolução do ciclo econômico, as “auxiliadoras” iniciaram seus trabalhos no Brasil no Vale do Paraíba em 1892 na cidade de Guaratinguetá. No mesmo ano, outra escola em Pindamonhangaba, pouco quilômetros dali. Curiosamente, percebemos que “essa casa não vingou, porque estava mal localizada; perto da estação, rente com os trilhos da Central do Brasil, o que constituía um perigo para as educandas

e para as visitas” (MARCIGAGLIA, 1995, p. 50 *apud* FURTADO, 2015, p.489), reiterando o campo das dificuldades que marcam a trajetória das iniciativas educacionais até aqui. Somente em 1894 iniciaram seus trabalhos em escola na capital paulista, com resultados pouco satisfatórios.

Um ano depois, o Colégio Auxiliadora chegou a outras áreas do interior a começar pela cidade de Araras (1895)¹⁴⁰ e em 1904 chegaram ao nordeste da província paulista, instalando uma escola feminina em Batatais. Em 1905, as irmãs auxiliadoras estavam em Ribeirão Preto trabalhando na Santa Casa de Misericórdia e, de acordo com Furtado, apenas em 1918 principiaram suas atividades educacional com a construção do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”:

Figura 144 – Foto da fachada do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Ribeirão Preto”, 1918



Fonte: Álbuns de fotografia do “Colégio Nossa Senhora. Auxiliadora” (FURTADO, 2015, p.495).

O Colégio Auxiliadora não foi a primeira iniciativa religiosa católica na cidade. Recordemo-nos do Colégio Santa Úrsula citado no Jornal *A Cidade* em 1916, por exemplo.

¹⁴⁰ Segundo o Boletim Salesiano: “O Instituto Nossa Senhora Auxiliadora de Araras, SP, comemorou nesta quinta-feira, 29 de janeiro, 120 anos de história. Na mesma data, no ano de 1895, a escola foi fundada pelas primeiras irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) que chegaram à região tendo como principal objetivo a educação da juventude, sob inspiração do carisma de Dom Bosco e Madre Mazzarello. Anos antes de sua fundação, em 1895, Bento de Lacerda Guimarães (Barão de Araras) havia construído um edifício para a futura Santa Casa da cidade, mas, conhecendo a história de Dom Bosco, resolveu mudar a destinação do prédio. Dessa forma, criavam-se as condições estruturais para o estabelecimento das Filhas de Maria Auxiliadora na cidade”. Disponível em: <https://www.boletimsalesiano.org.br/materias/acao-social/item/4167-insa-de-araras-completa-120-anos.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Contudo, as iniciativas escolares católicas de grande dimensão predial estão distantes da iniciativa metodista (1899/1914), ou mesmo das construções dos dois primeiros grupos escolares e do Ginásio do Estado. A própria construção da Catedral, iniciada em 1904, revela maior campo prioritário para a difícil e árdua captação dos investimentos destes “malvados” ribeirãopretanos (FREITAS, 2006), ou seja, não nos parece que os ventos das transformações urbanas constituíssem força suficiente para a evolução da força católica local. Ela se fazia no campo das resistências, da longa duração, da persistência dos líderes locais e das práticas cotidianas.

Furtado comenta a inauguração a inauguração do Colégio Auxiliadora e a presença das autoridades:

Na inauguração do Colégio estiveram presentes vários sacerdotes, membros das elites, familiares das alunas. Entre os membros presentes, foi o Bispo Diocesano que iniciou as atividades, benzendo e inaugurando oficialmente a instituição. Alguns representantes das elites e das famílias de alunas participaram dessa solenidade, sobretudo da sessão literário musical, cantando hinos religiosos, proferindo poesias e orações. Muitas das orações e poesias foram proferidas por senhoras pertencentes às elites locais. Contudo, a autorização de funcionamento do Colégio somente foi assinada pelo Diretor Geral de Instrução Pública de São Paulo, Oscar Thompson, em 20 de maio de 1918 (FURTADO, 2015, p.495).

Famílias, elite, sacerdotes católicos, Bispo Diocesano, Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo – os agentes estão dados e a legitimidade constituída. Principalmente adjetivados, em duas oportunidades, com o termo “elite”. A escola instalada na cidade buscava compor discursivamente seu cenário de auxílio e, aproveitava para constituir-se como espaço de legitimação da civilização moral religiosa católica. Atrasadas no tempo e no espaço, as auxiliadoras correram para não perder seu mercado de crianças as demais ordens religiosas.

As crianças ribeirãopretanas são encontradas em diversas situações. Sérgio Fonseca nos relembra que em 1910, periódicos locais identificavam crianças entre os pedintes e moradores de rua, de tal forma que existiam aqueles que consideravam o fato como importante problema social:

CRIANÇAS ABANDONADAS

Constantemente, umas vezes nas primeiras horas da noite e outras pela madrugada, comparecem a esta redacção meninos pobres que, se achando em completo abandono pelas ruas, vêm pedir agasalho para dormir. Noticiando a desoladora e perigosa situação dessas infelizes crianças não temos o intuito de fazer alarde de sentimentos nobres, pois é do mais comensal dever

de caridade dar abrigo aos abandonados muito principalmente crianças. (A CIDADE, 1910, p.1 *apud* FONSECA, 2015, p.466).

As cidades brasileiras do começo do século XX viviam a questão social. Como vimos, a franja pioneira oportunizou velocidades mais ou menos intensas para cada um dos núcleos urbanos recém-aparecidos. A pergunta que muitas destas cidades enfrentavam era o que fazer com as suas crianças desvalidadas? Sérgio Fonseca, escreveu que as respostas foram buscadas em modelos de assistência bastante usuais do contexto europeu, “mas inéditos em terras ribeirão-pretanas do então Oeste Novo. Os modelos? O orfanato, o reformatório e o instituto de puericultura” (2015, p.466).

Quadro 15 – Estabelecimentos ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938

Organizações	Fundação	Finalidade	Natureza	Mantenedor
Santa Casa de Misericórdia	1896 (Ativa)	Assistência Médica e Hospitalar	Particular	Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto
Società de Mutuo Soccorso Unione Italiana	1896	Socorros Mútuos	Particular	-
Società Italiana Pátria e Lavoro	1903			
Sociedad Española de Socorros Mutuos	1904			
Sociedade Beneficente Portuguesa	1907			
Sociedade União Beneficente Syria ⁴	-			
Conferência de São Vicente de Paula	1899	Assistência caritativa aos pobres	Particular	-
- Escola da Sociedade Amiga dos Pobres - Albergue	1905	Instrução Primária Assistência aos pobres	Particular	Sociedade amiga dos pobres
Asilo de Mendicidade “Padre Euclides”	1919	Recolhimentos de mendigos idosos	Particular	-
Asilo de Órfãs “Anália Franco”	1917	Assistência a infância	Particular	Loja Maçônica “Estrela D’Oeste”
Instituto de Proteção e Assistência à Infância	1917	Difusão de cuidados médicos e higiênicos	Particular	-
Patronato Agrícola “Diogo Feijó”	1922 a 1926	Correcional	Público	Ministério da Agricultura

Abrigo de Menores (1944: passou a ser Educandário “Quito Junqueira”)	1938 (ainda ativo)	Criação e formação profissional de meninos pobres e/ou órfãos	Particular	Fundação Sinhá Junqueira

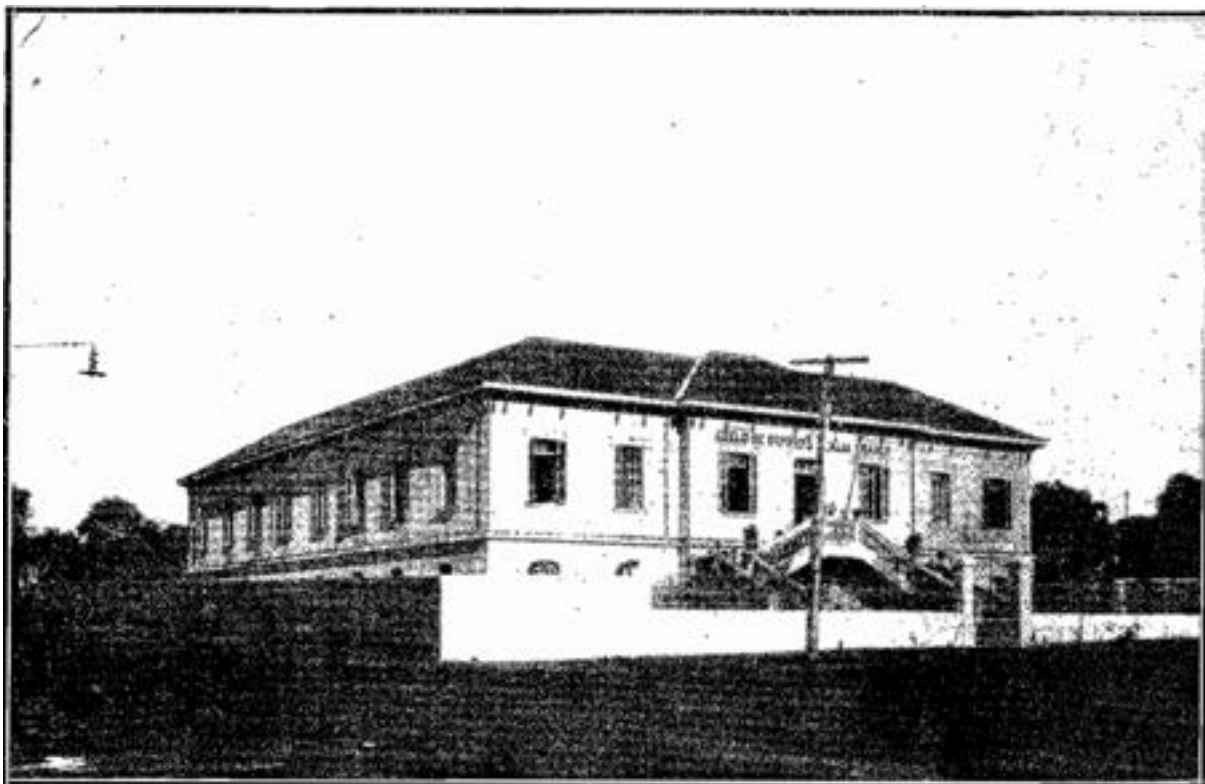
Fonte: FONSECA, 2015, p.473.

Fonseca nos oferece diversas instituições de atenção a infância cujas ações variam desde assistência, seja médica e hospitalar como a Santa Casa de Misericórdia, ou caritativa como o Asilo Anália Franco e a Conferência São Vicente de Paula. Há aquelas que natureza educacional formal, como a Escola da Sociedade Amiga dos Pobres, desejosa de oferecer a instrução primária, mas há também espaços correccionais, tal como o Patronato Agrícola “Diogo Feijó”. Por fim, chama-nos atenção as muitas agremiações particulares de “socorros mútuos”, organizadas, geralmente, com indicações das nacionalidades e culturas a quem estariam dedicadas, italianos, portugueses, espanhóis e sírios. Afinal, os imigrantes eram maioria na cidade de Ribeirão Preto na primeira década do século XX.

As iniciativas privadas são esmagadoramente a maioria, a exceção do patronato agrícola. As datas de fundação corroboram o campo das consequências das transformações que a urbe viveu na virada do século e do crescimento populacional advindo da franja pioneira.

Exemplo deste movimento, podemos citar o Asylo Anália Franco que recebia crianças da cidade e da região. O livro de matrículas do Asilo revela a sua existência como alternativa para as localidades da região, tais como “Sertãozinho, Franca, São Simão, Serrana, Cravinhos, Brodósqui, Batatais e Bebedouro.... a região de algum modo sabia existir uma alternativa para meninas desamparadas que não apenas deixa-las para criar na família de outrem” (FONSECA, 2015, p.478).

Figuras 145 e 146 – Fachada principal e vista geral do Asylo Anália Franca, 1925



Fonte: Relatório 1924/1925. Asylo de Orphans "Analia Franco" da Loja Maçônica "Estrela D'Oeste". Typ. da Casa Beschizza: Ribeirão Preto, 1925, s/p. APHRP.

As meninas acolhidas no Asilo Anália Franco não deixavam a condição existencial de órfãos, porém, ganhavam mais do que os cuidados civis dos responsáveis pelos cuidados. Entre maçons e professoras, a assistência a infância perpassava cuidados higiênicos, com desinfecção sanitária dos dormitórios, doação de três peças de roupas para cada asilada (além de um costume de flanela para o inverno), aulas em diversos níveis de ensino: jardim de infância, ensino primário e secundário e médio (RELATÓRIO, 1924).

No relatório assinado por Tito Lyvio dos Santos referente as atividades do Asilo para o exercício 1924, podemos ainda perceber que das 56 meninas presentes 53 indicavam, a partir de exame de fezes, a presença de ancilostomíase (amarelão), doença causada por vermes cujas consequências eram dor abdominal, diarreia e também anemia. Poucos casos de gripe e alguns significativos casos de “moléstias contagiosas”. Em todos os casos, as meninas eram transferidas para Campinas ou São Paulo, em centros com médicos e hospitais com melhores condições. Para os cuidados que demandavam uso de medicamentos menos complexos, o relatório cita as doações importantes dos farmacêuticos locais. (RELATÓRIO, 1925, p.7).

Quanto as práticas disciplinares, o relatório abriu um tópico especial: “Sahida das asiladas”, em que dedica espaço para comentar a retirada de algumas alunas pelo não cumprimento das normas exigidas ali:

Tendo sido internadas já moças e não se sujeitando à disciplina da casa, tratou a directoria de solucionar o caso, que encontrou, das asiladas Isaura Elisa, Benedicta Santos e Henriqueta. Foram entregues aos cuidados das conceituadas famílias dos snrs. Cel. Francisco Corrêa, Arary Lima Corrêa e Brasílio Arruda.

Achava-se também no Asylo em caracter provisório a menor Alice dos Santos. Como não pudesse permanecer no Asylo, por não querer sujeitar-se á disciplina regulamentar, foi entregue á sua protectora, que a fez internar no Asylo do Bom Pastor, de São Paulo.

Com essas acertadas providencias a disciplina tornou-se excellente.

A disciplina imposta no Asylo não foi caracteriza no relatório. Mas a resposta com que a instituição cedeu a fuga dos comportamentos esperados, a legitimação discursiva dos termos “conceituadas famílias” ou ainda, ao assumir a aluna Alice não quis se sujeitar a disciplina, servem para nós como fortes indícios de que o contexto disciplinas das instituições asilares do começo do século se repetiu ali de forma intensa. Sem pais e responsáveis, as meninas estavam a mercê dos interesses da instituição e daqueles que a organizavam.

Por isso, filantropia e educação se confundem em diversos momentos nos documentos pesquisados, seja na percepção das doações de terreno para implementação dos grupos escolares, seja nas doações de remédios para órfãos do Asilo Anália Franco. De acordo com

Sérgio Fonseca, a “assistência a infância é um campo de interação e negociação entre o público e o privado, entre o poder público e as expressões organizadas da sociedade civil” (2015, p.470). Portanto, ainda que possamos questionar o valor sentimental das ações de benemerência e caridade, questiona o autor se a filantropia exercida e organizada por personalidades públicas, principalmente neste contexto de transição entre os séculos XIX-XX, “não faria parte de uma prática, de uma cultura, talvez, de fazer o bem, de prestar cuidados e serviços aos necessitados que não resultava somente da evasão do estado da assistência pública?” (2015, p.470).

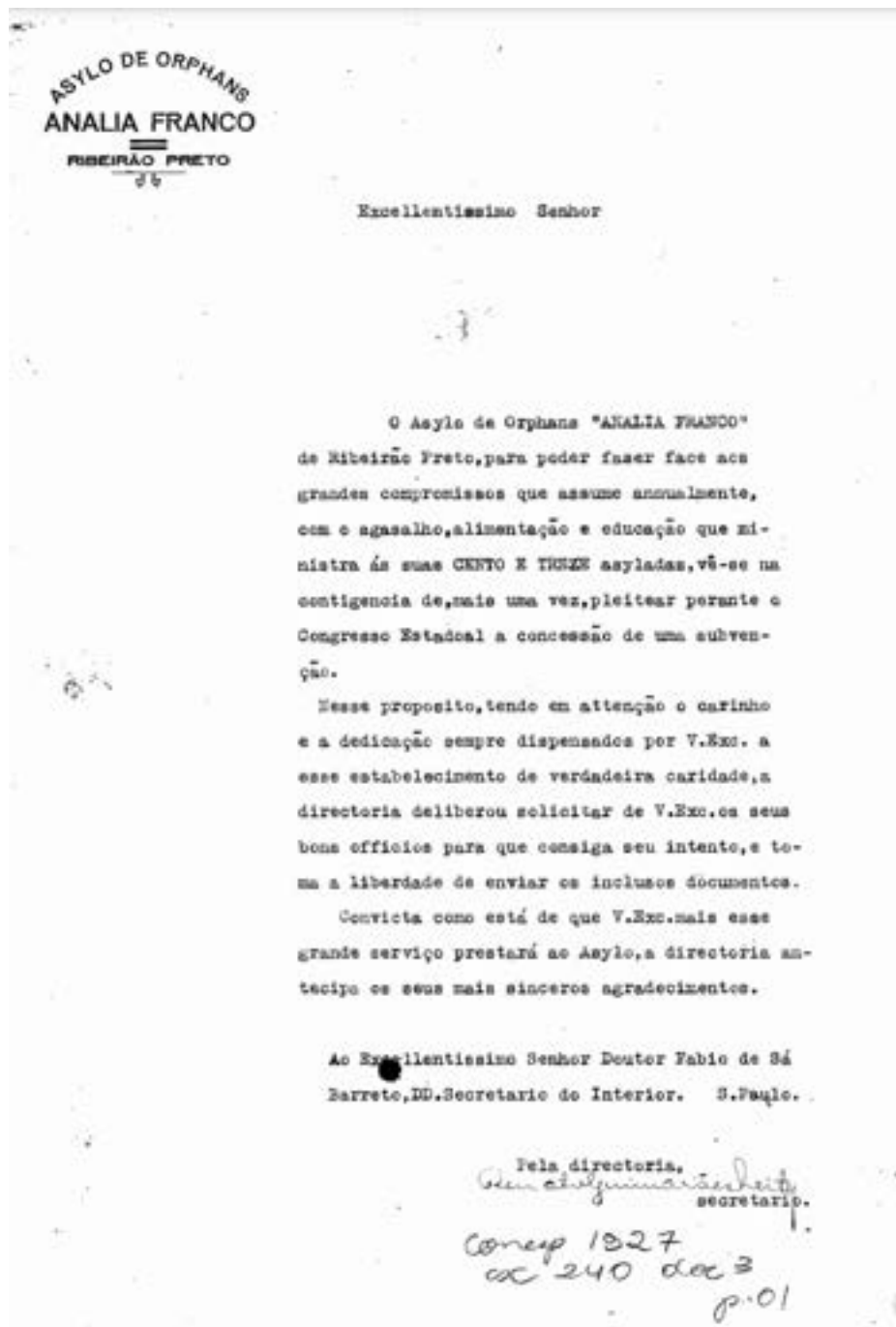
A resposta de Fonseca é propositiva as nossas interpretações. Para o autor, podemos considerar que independente da constatação da evasão estatal, a filantropia seria a tradução prática do interesse de assistir os necessitados enquanto ato civilizatório de parte da sociedade. “Daí que, em combinação, filantropos suprissem a ausência do estado, mas, agissem também sob sua procuração, ainda que tacitamente (FONSECA, 2015, p.470).

Esta ausência do Estado era suplantada pelos benfeitores locais. No relatório do Asylo Anália Franco, encontramos espaço dedicado as doações de empresários e cafeicultores de Ribeirão Preto. Por exemplo, Arthur Diederichsen doou naquele ano 6.500\$000, Flávio Uchoa organizou a doação da energia elétrica para funcionamento dos equipamentos da cozinha, ferro e aquecedores, por fim, D. Anna Junqueira Lobato, 2.500\$000 também lembrada com doação substancial.

Destes três nomes, Arthur Diederichsen já havia sido lembrado na doação de terreno para a construção do Primeiro Grupo Escolar. Este procedimento de doação de bens para civilização e progresso local vai ao encontro das palavras de Sérgio Fonseca, levando-nos a compreender que, de certa forma, estes atos de benevolência entrassem em área cinzenta que convergia ações caritativas e/ou chanceladas pelo poder público local. Como escreveu o autor, a “filantropia seria a tradução prática do interesse de assistir, de legar uma obra, de civilizar uma parte da sociedade. Daí que, em combinação, filantropos suprissem a ausência do estado, mas, agissem também sob sua procuração, ainda que tacitamente” (2015, p.470). Em outras palavras, a filantropia era a língua que os poderosos usavam para se comunicar com sua comunidade, cuja moral cristã era critério para avaliar os mecanismos de resolução nas diversas carências e demandas diárias.

Outros nomes também apareceram quando da leitura do relatório. Ocupando posição de anexos, um documento que parece ser uma requisição de subvenção ao Estado de São Paulo, assinado pelo presidente do Asilo Anália Franco, Renato Guimarães Leite, pode ser avaliado:

Figura 147 – Requisição do Asylo Anália Franco à Fábio Barreto, 1927



Fonte: APHRP.

A requisição produzida pelo presidente da instituição caracterizou parte dos trabalhos (agasalho, alimentação e educação) e a quantidade significativa de 113 alunas nos idos de 1927. Havia, portanto, muito trabalho e legitimidade por parte dos envolvidos no Asilo Anália Franco para solicitar a subvenção ao Estado. Faltava apenas a aval estadual e, naquele ano, Fábio Barreto ocupada secretário do interior do Estado de São Paulo.

Fábio Barreto, o mesmo nome homenageado para o Segundo Grupo Escolar de Ribeirão Preto, havia deixado o cargo de deputado federal (eleito em 1924) para assumir a Secretaria do Interior de São Paulo. Em 1924 elegeu-se deputado federal, permanecendo na Câmara até o final do mandato em 1926 e reelegeu-se em 1927, porém, afastou-se e tomou a Secretaria do Interior de São Paulo. Em 1930, ao voltar a cidade, retomou as atividades como professor do Ginásio do Estado, mas não chegou a finalizar o ano como tal, posto ter sido escolhido como prefeito municipal, reconduzido em várias ocasiões seguidas.

Nos parece que o clã Pereira Barreto se fazia perene no campo político e a educação foi, sem dúvida, espaço de atuação constante em Ribeirão Preto. Seria possível organizar ações educacionais na cidade sem a participação do Pereira Barreto? Os indícios permitem-nos pensar que não e que houve movimentos políticos para que o PRP se materializasse em negociatas de clãs específicos em cidades diferentes. Se o General Glicério era obstáculo em Batatais, os Pereira Barreto eram velocidade para os interesses do partido em Ribeirão Preto.

A filantropia, como ato humano e pouco inocente neste xadrez das escolhas de quais escolas deveriam ser instaladas e em quais lugares deveriam ser construídas, precisa ser reconsiderada, tal como aponta Sérgio Fonseca (2015). De certa maneira, a filantropia pode ser considerada como “laicização da caridade cristã”, tal como expressa Gisele Sanglard (2003), e pode ser vista uma ação complementar a gestão estatal. Sanglard em texto com Ferreira, compreendem a filantropia como consequência da questão social do século XIX, uma vez que os reformadores sociais e filantropos brasileiros teriam se inspirados nos modelos europeus. Seja no velho continente, seja no Brasil, as teorias se encontravam, segundo os autores, na “coexistência entre a assistência pública e privada, e a necessidade de uma ação mais efetiva do Estado” (SANGLARD; FERRIERA, 2014, p.75).

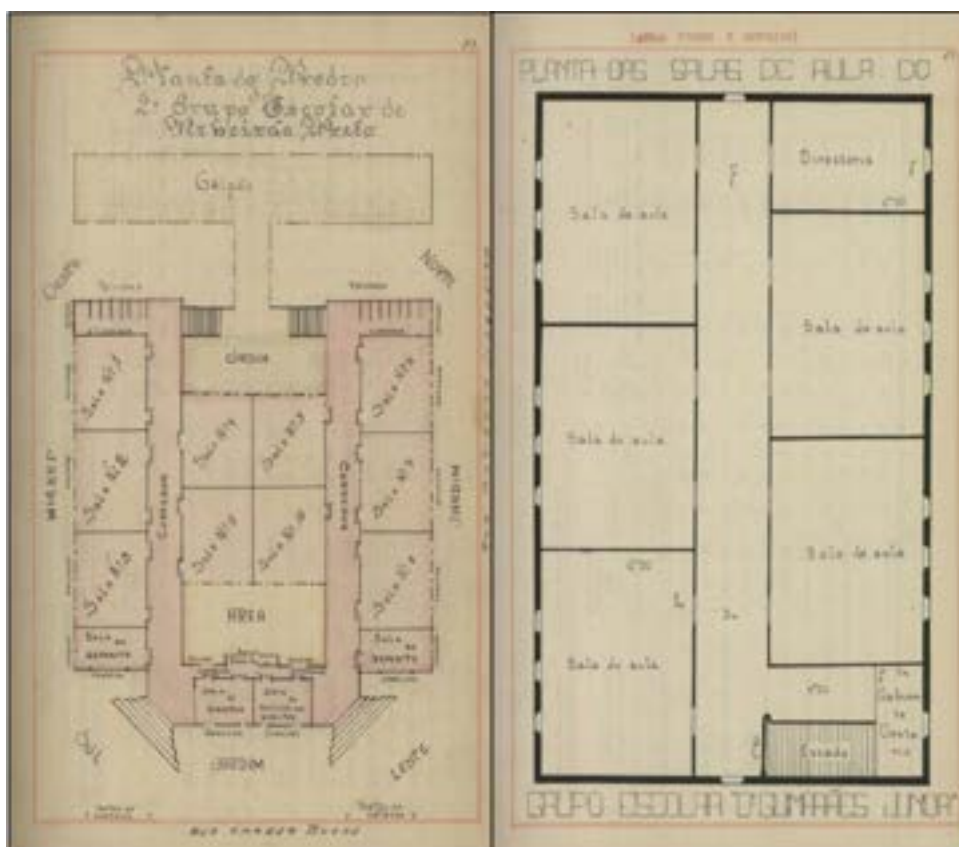
Se tomarmos as palavras de Sanglard e Ferreira como adequadas, alguns médicos e intelectuais como Fernandes Figueira e Juliano Moreira, por exemplo, compreendiam a filantropia como espaço de ação privada na ausência da atenção do Estado. Ações mais “pontuais”, salientam os autores, e não as “mais gerais” (2014, p.75).

De nossa parte, cremos que o colorido das ações filantrópicas merece maior atenção. O capital político da filantropia não se encerrava na responsabilidade social, nas fotos e na possibilidade de uma sociabilidade blindada pela moral cristã. Claro que estes fatores estavam em cena e faziam parte das decisões caritativas, porém, é preciso reconhecer os ganhos financeiros de um pedido de subvenção e gestão de verba estatal para organizar um Asilo, por exemplo. As irmandades e congregações, hospitais, asilos e orfanatos empregavam funcionários e geravam, de alguma forma, circulação de pagamentos, compras de

equipamentos, manutenção, prestação de serviço, etc. A vida econômica proveniente das ações filantrópicas era gestada por interesses para além da moral cristã.

Como vimos, as escolas ensinavam por dentro e por fora. Outro campo de interpretações pode ser realizado a observar o campo arquitetural das escolas, principalmente dos grupos escolares, observando as plantas destes espaços:

Figuras 148 e 149 - Plantas dos Grupos Escolares da cidade de Ribeirão Preto. À direita, o Primeiro Grupo Escolar Guimarães Junior, à esquerda o Segundo Grupo Escolar (s/data)



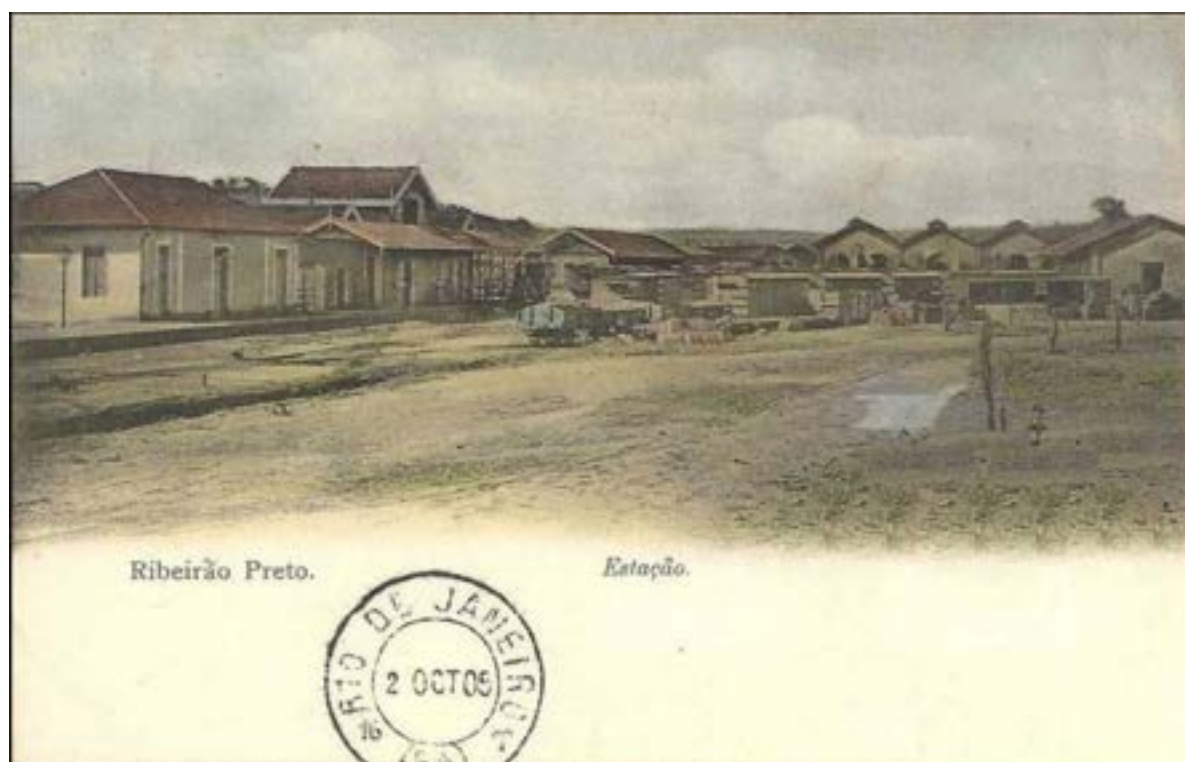
Fonte: JAYME, 2016, p.143.

As fachadas e as plantas são claramente diferentes, porém, guardam entre si elementos de divisão e racionalidade do espaço que confirmam os planos da Escola Normal Caetano de Campos e os moldes da capital. Mesmo que menores em dimensão ou adaptadas e aclimatadas a realidade sertaneja das cidades menores, a percepção da racionalidade e da imposição da ordem é evidente. Logo, estava construída as garantias espaciais desta engenharia da normatização dos corpos e regulação dos pensamentos, em consonância com o planejamento anterior. Nota-se, também, a ausência de pátio central, como parte significativa das plantas citadas.

A história da instalação dos demais grupos segue, mais uma vez a lógica paulistana. O Terceiro Grupo Escolar escapa da região central para ser instalado no bairro da Vila Tibério, de marcas operárias com grande concentração de moradores de ascendência italiana. Com a construção da fábrica da Companhia Antarctica Paulista em 1911 e da Cia. Cervejaria Paulista em 1914, registramos a presença de cerca de 400 operários que davam circulação ao bairro todos os dias. Posicionado do outro lado da linha férrea em relação ao centro, Cláudio Gonçalves admite a grande possibilidade de vermos no perfil dos moradores da Vila Tibério se dividirem entre funcionários da ferrovia ou das indústrias (2012, p.51) e, desta forma, configura-se a expansão urbana de Ribeirão Preto para a zona oeste.

Se no começo do século a área correspondente as proximidades da estação de trem era bastante ausente de equipamentos urbanos, fica evidente que a construção das cervejarias e a chegada da escola confirmam a expansão da cidade para região.

Figura 150 – Cartão postal da Estação e parte do pátio de Ribeirão Preto, entre os anos de 1900 e 1905



Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/fotos/ribeirao9051.jpg>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Figura 151 – Companhia Antártica Paulista em obras, Ribeirão Preto, 1911



FONTE: APHRP; GONÇALVES, 2012, p.52.

O movimento de instalação dos grupos escolares, como vimos em Souza (1998) ocorreu na capital primeiro na região central para depois chegar aos bairros periféricos, da Sé a Lapa, por exemplo, reconhecendo que a realidade de cada bairro impunha vivências diferentes ao modelo educacional. Em números, Souza identificou 21 grupos escolares de 1884 a 1910, apenas na cidade de São Paulo. Este movimento de construção das escolas da capital ocorreu em alguns poucos anos e o mesmo não pode ser percebido nas cidades do interior. Da instalação do primeiro (1902) para o segundo grupo escolar em Ribeirão Preto (1912), cerca de dez anos foram necessários para a vitória dos acordos de Luiz Pereira Barreto com os políticos da capital, e outros dez para a instalação do terceiro em 1920. Entre os grupos, relembramos que no mesmo ano de instalação do prédio definitivo do Ginásio Estadual ocorreu o início da construção do grupo escolar na Vila Tibério. A morosidade do interior acompanhava os limites materiais (e políticos) para a implementação da rede escolar republicana, expressados na voltagem menos intensa que emanava do interior frente a eletricidade do campo decisório político estadual realizado na capital.

No caso do Terceiro Grupo Escolar, Claudio Gonçalves (2012) destacou que não houve doações de terras por parte dos beneméritos cidadãos locais. Houve sim ação direta da prefeitura, por meio de compra de um terreno de propriedade de Antônio da Silva Prado (Resolução nº. 797. Registro de Leis, Resoluções e Pareceres da comarca de Ribeirão Preto, em 28/04/1919 *apud* GONÇALVES, 2012, p.53).

O “Terceiro Grupo Escolar”, assim chamado até a década de 1950, não recebeu nenhum nome vinculado aos grandes homens beneméritos ribeirãopretanos nos seus anos iniciais, talvez porque desta vez realmente não se tenha realizado alguma ação “nessa direção. O fato é que, apenas em 1954 via decreto municipal, a denominação do grupo escolar foi alterada para “Grupo Escolar Sinhá Junqueira”, em homenagem a Theolina de Andrade Junqueira¹⁴¹, membro da família Junqueira reconhecida como benemérita local.

Mesmo que a homenagem tenha ocorrido apenas na década de 1950, a relação política entre Sinhá Junqueira e seu reconhecido amigo Altino Arantes provavelmente realça a regularidade da nomeação laudatória e dos legitimidade dos grupos vitoriosos na localidade. Altino Arantes nasceu na região (na cidade de Batatais) e passou por diversos cargos políticos de expressão, tais como deputado federal (em quatro legislaturas), presidente do Estado de São Paulo (1916-1920). Foi candidato a vice-presidente do Brasil nas eleições de 1950, contexto em que a morte de Theolina Junqueira o surpreendeu com o cargo de presidente da Fundação Sinhá Junqueira, da qual foi, também idealizador.

Mesmo que décadas a frente, a longa duração da benemerência e do uso da rede política fazia de Ribeirão Preto (e da região) um espaço próximo das decisões políticas nacionais. Claro que, pelo menos, para produzir alterações de nome de escolas ou confirmar grupos políticos nas fronteiras de seus membros, alianças e agremiações.

¹⁴¹ Sobre Theolina (1874-1956), ou melhor, “Sinhá Junqueira”, como foi conhecida, constam algumas biografias e estudos. O lugar comum que versa sobre suas ações na cidade de Ribeirão Preto é que foi agente de diversas ações de benemerência ao lado de seu marido Francisco Maximiano Junqueira, o “Cel. Quito Junqueira”. Após a morte de Quito (1938), Sinhá Junqueira teria criado em 1950 a Fundação Sinhá Junqueira dedicada a ações de mesma natureza. Entre os amigos de Sinhá estava o deputado estadual e governador do Estado, Altino Arantes. Cf. <https://www.sinhajunqueira.org.br/a-fundacao/>. Acesso em 12 jan. 2023. Ver também FERREIRA, 2012.

Figura 152 – Terceiro Grupo Escolar, Ribeirão Preto, 1935



Fonte: Posteriormente, denominado escola Sinhá Junqueira. Vista do prédio a partir da Praça Coração de Maria (GONÇALVES, 2012, p.54).

A escola foi construída com sua fachada principal voltada a uma praça (de dimensão semelhante ao próprio edifício, ou seja, um quarteirão) e, buscando no horizonte, a região central da cidade. Sair da escola e vislumbrar o núcleo urbano central deveria fazer parte do projeto civilizacional do terceiro grupo, ainda mais se lembrarmos da realidade da Vila Tibério e de seus potenciais alunos e suas procedências familiares operárias e imigrantes.

Figura 153 – Praça Coração de Maria na Vila Tibério, Ribeirão Preto, s/data



Fonte: À esquerda, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário e, á direita, o Terceiro Grupo Escolar. Foto: Jornal da Vila/Acervo. Acervo pessoal de Cláudio Gonçalves.

Na outra esquina da praça estava uma Igreja católica (Coração de Maria), confirmando as instituições que não deixariam o bairro secundário, solto a ordem republicana e moral, produzidas pelas instituições ali edificadas. O recente espaço urbano era, morosamente, constituído pela urbanização e confirmando a rede de escolas estaduais tal como o planejamento previa.

As escolas foram, portanto, elemento fundante no processo de modernização urbana de Ribeirão Preto. Como equipamento urbano proveniente do Estado, antecipou as demais iniciativas da Câmara Municipal e potencializou os processos de educação em seus diversos matizes modernos, como expresso na seção anterior. Teatro, luz elétrica, sistema de água e esgoto, policiamento e fiscalização das novas normas do Código do Postura, enfim, elementos que configuraram novas formas de ser, pensar e agir, assim como ver e ser visto, constituíram materialidades e imaterialidades modernas contraditórias, ambivalentes e malsucedidas, aclimatadas as regiões e seus limites do possível.

O processo de modernização das cidades do interior não deve desconsiderar o campo das complexidades que envolvem as muitas realidades de cada urbe visitada pelo olhar do pesquisador. Podemos inferir diante do exemplo ribeirãopretano que não houve aqui uma vulgata da experiência paulistana, assim como não seria adequado supor que a experiência paulistana fosse uma pobre repetição da inserção da malha escolar francesa ou inglesa. Tal como as experiências de construção das escolas nestes países centrais, houve uma aclimatação diante das realidades locais respeitosa as condições e limites do possível encontrados em cada contexto, desenvolvidos por cada grupo que tinha, ali, poder para tal.

Se as experiências centrais europeias constituíram bases contraditórias, ambivalentes e malsucedidas de processos de educação, expressos nos diversos movimentos que revelam a frustração da sociedade capitalista no início do século XX, confirmados pelas terríveis guerras mundiais consequências do imperialismos, pode-se com certa tranquilidade afirmar que Rosa Fátima de Souza, Carlos Monarcha e os outros pesquisadores confirmaram a implementação tardia da modernidade capitalista nas terras caipiras da capital paulista e, nós, de nossa parte, fazemos o mesmo com a experiência desta porção de terra da região em função da materialidade ribeirãopretana.

Quanto maior a cidade, maior sua complexidade, óbvio. Portanto, a localidade de São Paulo se viu com grupos escolares e outras instituições de ensino diante de experiências diferentes de apropriação e ressignificação do projeto republicano. Por mais que a Escola Normal Caetano de Campos fosse exemplo para todo Estado não se configurou molde para os

bairros mais distantes da própria cidade, quiçá para as recentes e menos complexas vilas que acompanhavam as ferrovias pelo território paulista.

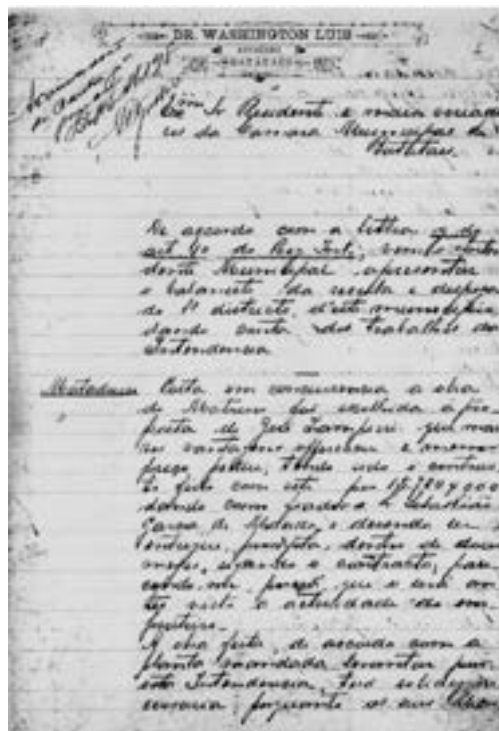
Desta feita, Ribeirão Preto buscava ao seu meio e modo confirmar com centro e, de olho nas cidades vizinhas, confirmava sua evolução a cada década e a cada escola ali construída, acompanhada pelos demais equipamentos modernizadores que, paulatinamente foram se transmutando para shoppings centers e demais materialidades capitalistas.

E as demais cidades do interior? Bem, a historiografia até aqui consultada confirma nossa tese. Alguns exemplos ilustram este campo radial centro-periferia que tentamos buscar. A princípio, Robson Pereira ao pesquisar a cidade de Batatais trouxe a visão do intendente municipal acerca da realidade escolar nos meados de 1898:

É lamentável o estado da instrução, neste município devido á incúria indesculposa, á dissidia animinosa dos poderes estaduaes, a quem está ella confiada. Em todo o município só existem 3 escolas, nesta cidade; duas do sexo feminino e uma do sexo masculino. (...) Não se permitem as rendas municipais que a Câmara assuma por enquanto a obrigação de prover ao ensino, visto os grandes compromissos que tem agora, mas é indispensável que se dirija ao governo estadual lembrando-lhe os seus deveres. Seria bom que o Estado fizesse menos leis e que as applicasse melhor. (...) Nos princípios deste mês recebeu esta intendência um officio do Exm^o. Presidente desta digna corporação [Câmara Municipal], acompanhando uma circular do Exm^o. Sr. Secretario d'Estado dos Negocios Interior de São Paulo, encarregando esta intendência do exercício de funções a que se refere o ... Reg. de 11 de janeiro de 1898, sobre instrução pública. Sem o menor intuito de fazer censuras ou dar conselhos, ponderou esta intendência ao Sr. Presidente, ... que os Presidentes da Câmaras não podem encarregar os Intendentes, ... de exercicio de funcções, porquanto estes não são substitutos ou subordinados daqueles. (RELATÓRIO do Intendente municipal de 1^o abr. 1898, pp. 12-3 *apud* 1998, p.158).

A lembrança das responsabilidades do Estado em cumprir as leis de introdução das escolas precisa ser posta em prática – escreve o autor, e ironizou: “Seria bom que o Estado fizesse menos leis e que as aplicasse melhor”. Ao investigar a autoria do texto ficamos surpresos – trata-se do jovem advogado Washington Luís, ainda com 29 anos de idade, intendente em Batatais no ano de 1898.

Figura 154 - Manuscrito de relatório do Intendente Washington Luís de 1.º de abril de 1898



Fonte: ACMB. Caixa 8 *apud* PEREIRA, 1998, p.161.

Robson Pereira (1998) narra que o contexto, inicialmente favorável ao intendente municipal, passou a mudar de figura após a resposta acima publicada. Os periódicos locais que o apoiavam (A Penna, por exemplo) passaram a exigir maior empenho municipal em relação aos cuidados com a instrução pública. “O Direito”, outro periódico, propôs que a municipalidade teria se “descuidado completamente desse importantíssimo ramo de serviço publico” (O Direito, Batatais, 2 jul. 1898, p.1 *apud* PEREIRA, 1998, p.161). O resultado desta queda de braço ocorreu no mesmo ano. “Devido a falta de recursos e de apoio financeiro do governo estadual, a municipalidade criou, em 1898, por iniciativa própria e de particulares, uma Escola Noturna, para reforçar as já existentes, além de municipalizar o ensino primário...” (A Penna, Batatais, 25 fev. 1900, p. 2 *apud* PEREIRA, 1998, p.162)¹⁴².

Esta não seria a primeira “derrota” da cidade, se lembrarmos do pedido não atendido quando do desejo da instalação do bispado em 1904 por parte do Vaticano. Sem escolas estaduais, a cidade de Batatais ratificou a vivência na periferia do sistema-mundo, secundarizada pela urbe “central” de Ribeirão Preto e pela própria Igreja. Caberia a cidade, ou

¹⁴² Pereira cita que há registros diversos neste periódico que anunciava regularmente a data das matrículas e outras informações sobre o andamento do ano letivo.

melhor, aos seus negociantes e vereadores, articulação para adquirir equipamentos modernos (em especial, no campo escolar).

Maria Stella Teixeira Fernandes Dutra (1993) avaliou as atas da Câmara Municipal de 1892 e identificou tentativa de doação de duas casas (um sobrado e uma casa vizinha) ao governo provincial visando construção de escola, “... Mas esta oferta não foi aceita e a municipalidade continuou a alugar salas de algumas residências, como as de Vicente Datena e do Cel. José Paulino, em 1892, para o funcionamento escolar (1993, p.91).

A iniciativa privada era uma saída, naturalmente. A questão que nasce para nós é, qual rede de sociabilidades Washington Luís possuía em 1898 que aparentemente não foi suficiente para casar interesses locais e estaduais? Não havia, entre os diversos fazendeiros, comerciantes, banqueiros, daquela região, sujeitos “beneméritos” como em Ribeirão Preto? Luiz Pereira Barreto (ou alguém de sua família) não tinha terras próximas a Batatais?

Entre as cidades que foram analisadas no quadro comparativo da cronologia de instalação dos equipamentos urbanos modernos, como São Simão, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, Jaboticabal, Jardinópolis, Sertãozinho e Orlândia, Batatais foi a única que não apareceu no hall daquelas que registraram um grupo escolar do Estado, ainda que o “Anuario do ensino do Estado de São Paulo” de 1910 tenha reconhecido ali 309 matrículas para o ano de 1909, sendo, portanto, a terceira maior em alunos matriculados, perdendo apenas para São Simão (352) e Ribeirão Preto (515).

Se a rede política foi fundamental para tal, como nos parece ensaiar a tese até aqui, a investigação de certos traços biográficos de Washington Luís se faz importante. Natural de Macaé e tendo estudado no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, percebe-se que antes de tudo não pertencia a região. Formou-se em Direito no Largo São Francisco em 1891 e, como advogado, escolheu Batatais para iniciar seus trabalhos, sendo foi eleito vereador em 1897, um ano antes de tornar-se intendente da cidade.

Não nos parece que tenha parentes ou parceiros políticos de forte expressão neste contexto. Nem ele, nem nenhum dos vereadores ali que pudessem usar do expediente local para fins de valorização de suas terras, como Luís Pereira Barreto, por exemplo. O que responderia, em parte, o insucesso da instalação dos grupos.

Após a sua entrada no PRP, elegeu-se deputado estadual em 1904 e novamente em 1912. Secretário de Justiça do Estado de São Paulo em 1906, prefeito da cidade de São Paulo em 1917, presidente do Estado de São Paulo em 1920, Senador (por São Paulo) em 1925 e, por fim, presidente do Brasil em 1926. O que se sabe é que sua vida política deslanchou após a descoberta feira por Bernardino de Campos de um “político jovem, mas experiente para reforçar

a influência do Partido Republicano Paulista (PRP) na capital”¹⁴³ (PEREIRA, 2010; DEBES, 1994). Se tomarmos os termos aqui empregados de sua biografia, podemos inferir que até a agremiação com o PRP e o apadrinhamento de Bernardino de Campos, não havia na rede de Washington pode suficiente para mudar a vida de seus eleitores, amigos e/ou parceiros periféricos de Batatais, porém, uma vez dentro do partido, os limites passaram a ser outros.

Célio Debes, porém, traz informação que propõe resolver a questão da ausência de grupos escolares na cidade em questão. Ao avaliar o cenário político do contexto, escreveu que enquanto na maior parte do Estado as cidades possuíam grupos políticos pró e contra o partido ou o governo estadual em exercício, em Batatais, a “oposição local representava a situação no plano estadual, ao passo que a situação no município se constituía em oposição no âmbito estadual” (1994, p.47). Desta forma, Washington Luís (Intendente Municipal), acabava por liderar a oposição ao Governo do Estado e buscar um nome de peso neste lado da trincheira política. Washington Luís, enquanto Intendente Municipal, se articulou ao grupo do General Glicério (latifundiário contrário ao governo do Estado) e agiu nas eleições federais para a renovação da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado. Os votos em Batatais foram, em sua maioria, direcionados ao grupo do General Glicério, porém, não suficientes no somatório das demais cidades para elegê-los. O resultado, ainda que positivo em Batatais, levou o grupo de Washington Luís a uma dupla derrota: não teria vencido nas eleições e também não teria portas abertas com os governistas para as melhorias urbanas tão necessárias. Encontraríamos, dessa forma, fortes indícios e razão para não existência de implementação de escolas estaduais em Batatais.

Em Sertãozinho, ao acessarmos o documento assinado pelo intendente municipal, Aprigio de Paula Araujo, denominado “Monographia- Município de Sertãozinho” de 1913, encontramos informações específicas sobre o movimento de interiorização das escolas, assumindo com entusiasmo o progresso local:

INSTRUÇÃO

E’ este um dos ramos da administração municipal que tem despertado um interesse palpitante.

A instrução que se propõe a ser no seculo actual a arma poderosa para sustentar a doutrina “a força do direito” entre povos e nações, tem aqui em Sertãozinho tomado um incremento tal que muito recomenda esse povo.

Outras localidades ha que sendo mais antigas, não a possuem no grão em que a possuímos.

¹⁴³ REVISTA APARTES. PORTAL DA CÂMARA DE SÃO PAULO. PERFIL N.12. Washington Luís. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-12-jan-fev2015/rei-da-fuzarca-e-dos-votos/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

E a sua acção na nossa sociedade já se vae fazendo sentir de um modo mais ou menos pronunciado. E' ella que forma as diversas phases da sociedade humana: derribam-se mattas, combate-se as feras; o fogo e o machado vão abrindo clareiras para a vida agrícola ou pastoril e finalmente chega a Instrucção, modificando os costumes e estabelecendo as leis e a justiça. (ARAUJO, 1903, s/p.).

O discurso do intendente revela a entrada da cidade nos novos tempos e celebra a presença da ordem das leis e do direito modelando a vida dos sertanejos sertanezinhos. A escrita, mesmo em 1913, nos chama a atenção pelos excessos estilísticos e grafia menos próxima a capital, o que talvez seja indício de um campo mais periférico e obstacular das tentativas de eliminação de tempo e espaço, como Giddens propôs. Escrito de outra forma, os poucos quilômetros que separam Sertãozinho de Ribeirão Preto poderiam, paradoxalmente, relembrar o atraso do primeiro na “centralidade” vivida pelo vizinho.

Em outra voltagem, Sertãozinho entrou no sistema-mundo e os indícios advindos do campo educacional nos permitem verificar nuances destas transformações morosas. Menos pessoas, menos dinheiro, menos escolas, porém, mesmo discurso de celebração. Se os ribeirãopretanos escreveram que seu teatro fora construído antes mesmo do Municipal da capital, em Sertãozinho, vemos que “... Outras localidades ha que sendo mais antigas, não a possuem no gráo em que a possuímos”. Batatais foi exemplo de cidade que não conseguiu este “grau” de civilização, por exemplo.

O texto ainda convida o leitor a celebrar o progresso pela derrubada das matas e a construção da vida agrícola e pastoril como fases da humanidade, visão etapista comum na transição dos séculos XIX para o XX, embebida do evolucionismo e do cientificismo, como já percebido na seção anterior. O caso o é que, nesta visão, a última etapa da civilização só poderia ser conquistada pela educação: “...finalmente chega a Instrucção, modificando os costumes e estabelecendo as leis e a justiça”, reproduzindo os dizeres nacionais de Rui Barbosa e de outros intelectuais. Nesta mesma linha, o texto prossegue:

Tem Sertãozinho as seguintes casas de Instrucção:
 GRUPO-ESCOLAR – Repartição ou instituição que por conta do Governo do Estado diffunde o ensino a maneira da Villa.
 Funcionando em prédio próprio, doação que a Municipalidade fez ao Estado afim de obter um tal estabelecimento, conta em suas aulas perto de 300 alunos de ambos os sexos.
 Segundo Froebel e Pestalozzi o ensino é ministrado a 10 classes, cada uma ao cuidado de um professor diplomado, sob uma direção.
 Esse predio custou à Municipalidade 50.000\$000, o que vem provar os grandes tentamens da Camara em bem de seus munícipes.
 Ha na villa tres escolhas preliminares particulares com bôa frequência. Além d'essas casas de ensino a Camara Municipal mantém com seas cofres mais 5

escolas em diversos pontos do município, fora do centro. (ARAÚJO, Aprigio R. de Paula. Monographia- Município de Sertãozinho. Typ. Da Gazeta de Sertãozinho. 1903, s/p).

O caso de instalação do grupo escolar em Sertãozinho contou com a doação da Municipalidade, não sendo possível destacar algum político ou “benemérito” cidadão como no caso ribeirãopretano. Pode-se perceber que o intendente abre as contas públicas de tal forma que sabemos os custos para construção do edifício e o reconhecimento do valor da educação para a cidade. Não à toa, estavam ainda presentes na cidade outras três escolas preliminares (particulares) e mais outras cinco mantidas pela Câmara Municipal fora da área central.

Ponto de destaque é o uso das referências científicas a partir dos nomes de Froebel e Pestalozzi, reconhecendo certa gramática pedagógica moderna diante da comunicação de assuntos educacionais. As teorias pedagógicas modernas chegaram, portanto, em todos estes rincões do sistema-mundo, em tempos e velocidades diferentes. A anulação do tempo e do espaço se fazia na homogeneização dos discursos enquanto a aclimatação destas teorias seria naturalmente diferente pelas tradições territoriais e suas singularidades.

Em outro documento de mesmo contexto, “Negócios Municipaes de Sertãozinho” de 1913, apresentado pelo prefeito Joaquim E. de Oliveira Garcez, vê-se uma discussão acerca dos limites da implementação da malha escolar:

INSTRUCÇÃO

Por motivos independentes da vontade da Câmara Municipal, fecharam-se as escolas de fóra do perímetro urbano, que destas recebiam subvenção, e não se proveu nenhuma das isoladas que existem na comarca. Por conseguinte, para as crianças pobres residentes longe do Grupo Escolar e da Escola Maternal “Amor e Luz”, apenas restam 6 estabelecimentos de ensino, todos mantidos a expensas da Municipalidade... (GARCEZ, 1913, p.7).

O discurso de celebração não deve nos levar a desconsiderar os limites do possível. Rosa Fátima de Souza reconhece a função templária destes grupos escolares, análoga as catedrais religiosas que catequizavam os fiéis e que constituíram “templos da civilização” nas cidades brasileiras na transição dos séculos XIX – XX. É certo que o grupo escolar de Sertãozinho tenha contribuído para os processos de educação civilizacionais, principalmente por reconhecermos que sua criação em 1902 ocorreu antes das demais “melhorias urbanas”. Criou-se, em Sertãozinho um brilho de civilização, mesmo que na área rural as escolas fossem fechadas por “motivos independentes da vontade da Câmara Municipal”.

O Grupo Escolar de Sertãozinho, lembrado por Souza (1998) e ausente na pesquisa de Corrêa, Neves e Mello (1991) foi, portanto, parte desta complexa rede de escolas que inseriram o mundo para as crianças da região nordeste do Estado de São Paulo.

Em Jaboticabal, o grupo escolar foi criado em 1895 e chamado de Escola “Cel. Vaz”. Esse grupo escolar foi inaugurado em 20 de setembro de 1903 e instalado em prédio construído por decreto em 1895/97. Segundo dados coletados no CONDEPHATT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), sabe-se que a construção ocorreu em ponto bastante elevado da cidade cuja área contava com 880 metros quadrados, originalmente arborizada e ajardinada, com serviços de água e esgoto. Bem equipada, possuía 8 salas de aula espaçosas e bem iluminadas, “além de uma sala para a diretoria e outra para o almoxarifado. Anexo ao prédio, foi construído um ginásio esportivo, dividido em duas partes, uma para os meninos e outra para as meninas”¹⁴⁴.

Figura 155 – Grupos Escolar de Jaboticabal, s/data



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.81.

Corrêa, Neves e Mello desconhecem a autoria do prédio, ainda que o site do CONDEPHATT indica a possibilidade de ter sido assinada por Ramos de Azevedo.

¹⁴⁴ Cf. <http://www.ipatrimonio.org/jaboticabal-e-e-coronel-vaz/#!/map=38329&loc=-21.247282292012482,-48.27591061592102,13>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Independente da autoria, reconhecemos mais uma vez a monumentalidade da edificação, confirmando a potência das transformações modernas na cidade.

Em outro trabalho, Valeria Garcia oferece imagem que consegue mostrar o Grupo Escolar em relação aos demais edificações e equipamentos urbanos.

Figura 156 – Grupos Escolar de Jaboticabal, s/data



Fonte: BRENHA, 1925 *apud* GARCIA, 2008, p.19.

O jornal local “O Combate”, em 20 de setembro de 1916, escreveu artigo intitulado “Jaboticabal – Impressões de viajante” em que descreve a cidade e seus principais pontos de destaque urbano, convidando o turista (ou forasteiro) a perceber positivamente a urbe como moderna e civilizada. Neste passeio com os olhos, o texto não deixou de pontuar atenção especial ao grupo escolar:

... No alto, sobrepujando a casaria da cidade, com a angulosidade de seus telhados novos no mesmo nível da fimbria da collina, dois edificios se destacam na regularidade quasi rythmica dos demais e parecem encarar-se affrontadamente a distancia, como dois symbolos expressivos de antagonismo vivo, ambos com o eloquente silencio dos seus aspectos severos, ambos semelhantes na arrogancia altiva das suas linhas architectonicas mas diversos na sua representação característica: a Cadeia e o Grupo Escolar – o crime e a redempção (O Combate. Jaboticabal. 20 set. 1916. *apud* GARCIA, 2008, p.19).

Michel Foucault e seus seguidores devem ficar bastantes satisfeitos com a lógica eloquente desenvolvida pelo jornal, pois aproximam os prédios pelas suas importâncias na coesão social, ainda que difiram no aspecto moral, a natureza de suas vigilâncias e punições.

Esse recorte faz parte de um texto em que, no geral, insere Jaboticabal na lógica moderna e civilizada, elogiosa, portanto, aos equipamentos urbanos, a chegada da ferrovia, a ordem e o progresso republicanos. De início, compara e hierarquiza a localidade com as demais no Estado, “deixando atrás de si cidades que, ainda pela circunstância acidental de uma localização privilegiada, conquistaram na nomenclatura dos adjectivos lisonjeiros, títulos que contribuíram para a sua definida colocação na ordem chronologica dos principaes burgos do Estado” (O Combate. Jaboticabal. 20 set. 1916, *apud* GARCIA, 2008, p.19), ou seja, repete o procedimento de Ribeirão Preto e Sertãozinho buscando ocupar, de alguma maneira, posição central nesta corrida pela civilização.

Sabedores de que a identidade é constituída na relação entre o eu e o outro, a alteridade antropológica se realiza constantemente. Não nos é estranho perceber este campo das comparações, uma vez que ele é parte da construção das identidades. O que nos chama a atenção é a regularidade dos critérios de como ela é produzida e, por isso, precisa ser analisada. No afã para “vestirem-se de modernos”, os atrasados paulistas do interior miravam na capital (ou em centros urbanos maiores) como modelo comparativo civilizacional. O curioso é que os caipiras paulistanos fizeram o mesmo com os grandes centros mundiais. Nesta lógica “espelho”, o outro funcionou reforçando o binômio civilizado e bárbaro, impedindo o campo das convivências, tal como outros binômios demonstrados nas escolas (bons e maus alunos), teatros (eruditos e ignorantes), igrejas (céu e inferno) e na própria cadeia (cidadãos de bem, pagadores de impostos e cumpridores da lei de um lado e os criminosos do outro).

Por isso, podemos considerar que as escolas não modernizam ou alteram a cidade sozinhas, assim como não são os únicos prédios de natureza pedagógica nos diversos processos de educação erigidos no palco da vida urbana, seja na capital, seja no interior. Os caminhos em linha reta respeitando a forma de um tabuleiro de xadrez, os jardins públicos, o roteiro previsto das caminhadas entre a casa e a igreja ou da casa ao teatro são circuitos de encontros com fachadas e monumentos que regulam e normatizam corpos e pensamentos.

Essa visão binomial não reforça qualquer posição do sistema-mundo, uma vez que ela pode ser vista nestes exemplos do interior e também na capital. Mais uma vez recorrermos a pesquisas de Roberto Pompeu de Toledo em “A capital da solidão” para comparar as realidades de São Paulo com aquilo que acontecia no interior. Para o autor, um episódio em 1886 em que se descreve a experiência da visita da artista francesa Sarah Bernhardt corrobora seu intento em diminuir a grandiosidade da capital paulista.

Pois bem. Naquele ano, a artista liderava uma companhia que levava espetáculos como *Dama das Camélias* e *Fedra* a diversos países do mundo. No fim da tarde do dia 27 de julho,

vindo de um trem do Rio de Janeiro, desembarcou na Estação do Norte por uma “multidão entusiástica, que a acompanhou até o Grande Hotel, na rua São Bento”. (TOLEDO, 2003, p.396). À noite, na apresentação, o público oferecia a cada fim de ato algum mimo, presente ou homenagem. E, depois de finalizada a apresentação, a atriz foi levada pelo público ao hotel com diversas honrarias:

O delírio corria principalmente por conta dos estudantes da Academia. Eles é que encenavam manifestações como jogar os casacos ao chão, para que a atriz pissasse neles. Ou então desatrelar os cavalos e puxarem, eles próprios, a carruagem em que ela se deslocava pela cidade. Um tio de Oswald de Andrade, num episódio que ficou gravado na legenda da família, invadiu o palco, após um ato, tirou a casaca e de joelhos estirou-a no palco gritando: “Pise aqui, madame! (TOLEDO, 2003, p.370).

Não satisfeito com o exemplo de Sarah, Toledo ainda comenta outra deusa da arte europeia a pisar na capital. Era Isadora Duncan, bailarina norte-americana, e o fato ocorreu em 1916, logo, 30 anos depois.

Acostumada ao frenesi dos estudantes paulistanos, Isadora teria recebido um livro de presente de um “jovem e inquieto um poeta, de corpo roliço. Ele mesmo: Oswald de Andrade, agora já crescido, no esplendor de seus 26 anos.” (TOLEDO, 2003, p.370). A artista, mundialmente famosa e reconhecida com inventora da dança moderna, ao receber o agrado teria convidado Oswald para um jantar no hotel Rotisserie Sportsman, em que estava hospedada. O próprio Oswald registrou suas inseguranças:

Deixei estonteado o teatro, a gente. Perdi-me de novo na cidade. Atravessei o viaduto velho, custei-me a estacar. Um endereço me enlaçava. Àquela deusa tinha me mandado dizer que viesse vê-la. Mas como? Ousaria a temerosa empresa? Quem era eu diante da deidade boêmia e esvoaçante que, em plena decadência bailérica, restaurava a dança e abria para o seu século o prenúncio de um renascimento patético da plástica e do ritmo? Quem era eu, o menino que vivia das sopas de Cerqueira César, para afrontar de perto, sozinho e a horas mortas, o gênio andejo da mulher despida que levava o escândalo de seu espírito e o fascínio de sua carne às cinco partes do mundo? Quem era eu, o filho bem-educado de D. Inês, o rapaz que tinha família em Caxambu o matriculado na lógica do padre Sentroul e no Direito Romano do professor Porchat, para suportar aquele sopro de tempestade shajespeariana!” (ANDRADE, 1976, p.96).

Por fim, Toledo narra que Oswald teria jantado com Isadora, “além da dança e de comida, teve champanha e confidências, os dois ficaram amigos. Que triunfo para um paulistaninho...” (2003, p.317). E Oswald confirmou: “Andávamos de carro por São Paulo

inteira. Ela me fazia descer para pedir flores estranhas nos jardins das casas. Fomos a Osasco e, num por do sol entre as árvores, ela dançou para mim, quase nua” (1976, p.98).

Toledo rompe a cordialidade e o recato da cultura brasileira, comentando a relação de Isadora e Oswald: “Comeu? Não comeu? Comeu. Claro que comeu.” (2003, p.317). E, com as ressalvas próprias da civilização e de escrita acadêmica adequada, continua:

Não, não se pense que o verbo comer, aqui, tenha a acepção crua que, pode-se apostar, já lhe atropela o entendimento, ó devasso(a) leitor(a). É o comer no sentido antropofágico que se invoca aqui. Oswald de Andrade, como se sabe, é o inventor e principal animador do Movimento Antropofágico, cujo Manifesto, publicado em 1928, anunciava, entre outros itens: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.” A antropofagia recomendava comer-se culturalmente tudo o que se apresentasse, para digerir-se em seguida da forma que determinassem o sol e a selva destas tropicais paragens. “Tupy or not tupy , that is the question”, dizia ainda o Manifesto. Talvez, vá lá, leitor(a) concupiscente, Oswald até tenha comido Isadora, naquele outro sentido. Mas o que é seguro é que a comeu no sentido antropofágico, como comeu muitas outras mulheres, homens, instituições, livros, objetos de arte, fatos e filosofias. Da mesma forma, e é por isso que tanto se evocou Oswald de Andrade, nestes capítulos finais, a cidade de São Paulo, numa reafirmação de suas origens índias e mamelucas, dali para a frente se tornaria antropofágica. Seu destino seria devorar muitas influências e nacionalidades, muitos idiomas, métodos, anarquias, políticas, conflitos e costumes, devorar-se a si mesma inclusive, num processo em que o fazer-se e refazer-se seria uma opção e um modo de vida. O importante a notar é que, entre Sarah Bernhardt e Isadora Duncan, a cidade conheceu evolução de não pequeno significado. Bernhardt foi recebida com as extravagâncias caipiras da estudantada. Já Duncan encontrou uma cidade amadurecida a ponto de oferecer-lhe parceiro à altura: um filho da terra capaz de devorá-la (2003, p.370).

Ao pesquisar a região de Ribeirão Preto e a interiorização do sertão além capital, decidimos por contrapor a realidade da cidade de São Paulo as dinâmicas do interior. Ao fazê-lo, entendemos que são diversas as semelhanças entre as duas e que a essa identidade paulista, heterogênea nas voltagens da localização do sistema mundo, não conseguiu anular a condição homogênea em que se contorna a identidade dos paulistas.

Com Toledo nossa pesquisa torna-se também estadual, pois se atenta as consequências da longa duração da Província/Estado de São Paulo também para a capital. Em dinamismo e centralidade diferentes, o menino de Caxambu encontrou Isadora Duncan para antropofagicamente dar continuidade ao movimento moderno de, contraditoriamente, consumir e ser consumido pelo mundo.

Essa caipira capital antropofágica conseguiu condições materiais para estabelecer os medos a inseguranças periféricas paulistas melhores do que o interior. As escolas, exemplo

deste cenário heterogêneo, homogeneiza pelas fachadas, horários, modelos, manuais, professores, enquanto heterogeneiza territórios pela materialização dos provisórios ou inacabados edifícios, ou mesmo pela presença de professores não formados na capital.

Na capital, grupos escolares iguais de experiências diferentes dado a aclimação dos bairros e suas condições heterogêneas. No interior, idem. Neste pequeno mundo que compõe o sertão nordestino paulista, as escolas se diferenciam em quantidade e condições de trabalho situadas em voltagens distintas do circuito cafeeiro, permeadas pelas negociatas dos políticos e seus interesses públicos e privados.

Retomando os exemplos das escolas da região, podemos ver em Orlândia, o desejo de inserir-se na lógica da instrução pública antes mesmo do Estado lhe socorrer.:

Orlândia foi o primeiro município do Estado de São Paulo a sustentar com verbas próprias as escolas municipais de ensino primário. O diretor de obras Francisco Vincelli, que residia em Ribeirão Preto, terminou os trabalhos de construção do Grupo Escolar de Orlândia em 1913, tendo essa escola entrado em funcionamento um ano depois. Durante um certo tempo, foi o único estabelecimento de ensino primário da cidade, possuindo oito salas e atendendo aproximadamente trezentos alunos. (PEREIRA, 2005, p.123).

A modernização urbana da cidade de Orlândia ocorreu de forma bastante singular, basta lembrarmos da discussão promovida na seção anterior levando em consideração a constituição da cidade em detrimento da vizinha Nuporanga. Os equipamentos urbanos modernizadores são contemporâneos ao grupo escolar, ou pelo menos, não tão distantes, como nos demais casos das cidades da região. Isso se deve ao fato de que a cidade já havia se constituído em posterior experiência nuporanguense e tocada pela ferrovia.

Figura 157 – Grupo Escolar, recém construído (Orlândia)



Fonte: ARAÚJO, 1999, p.42.

O fato de Francisco Vincelli, diretor de obras, residir em Ribeirão Preto, pontua mais uma vez a referência da cidade como central na região. Já, a informação de que este grupo escolar tenha sido o único da cidade “durante um certo tempo”, faz pensar que, para Orlândia, a interiorização dos grupos escolares foi mais do que fundamental. E que, tendo famílias enriquecidas pela posse de fazendas de café ou por negócios na urbe, faz-nos questionar a condição de enviar seus filhos para escolas da região (Ribeirão Preto, em especial) ou a própria capital.

Em São Simão, Chiavenato (2006) relata a existência de escola fundada pelo Partido Republicano em fevereiro de 1885. O “Lyceu Republicano” exigia dos seus alunos o uso de vestimenta específica (blusas vermelhas como uniforme e na cabeça barrete de mesma cor), referência aos revolucionários franceses (2006, p.12). Ainda na mesma localidade, o autor cita também o Grupo escolar no bairro de Bento Quirino:

Figura 158 – Turma de 1939 do Grupo Escolar de Bento Quirino (São Simão)



Fonte: CHIAVENATO, 2006, p.55.

Já, quanto ao Grupo Escolar de São Simão, Corrêa, Neves e Mello (1991) descrevem que o pátio interno era “avarandado, com guarda-corpo em ferro, pilares lambrequins de madeira. A integração espacial proporcionada por esse pátio é uma característica marcante dessas edificações” (p.51). Na ausência de imagens do interior desta edificação no contexto, as autoras inserem fotografias atuais do grupo escolar de São Simão, conhecido como “EEPG Simão da Silva”.

Figuras 159 e 160 – Fachada e pátio da EEPG Simão da Silva



Fonte: CORRÊA; NEVES; MELLO, 1991, p.51.

Como vimos nas pesquisas de Corrêa, Neves e Mello (1991), Wolf (1993) e Buffa (2015), as tipologias arquitetônicas variaram ao longo do tempo e poderiam, ou não, aceitar

fielmente os modelos centrais. José van Humbeeck, por exemplo, assinou os projetos do Primeiro Grupo Escolar “Dr. Guimarães Júnior” em Ribeirão Preto e o Grupo Escolar de São Simão. Diferentes, principalmente pela presença do pátio no segundo edifício, são similares na fachada.

Quanto ao pátio central, inevitável não pensarmos na arquitetura panóptica segundo a lógica de Michel Foucault e, como vimos na subseção anterior, esta escolha foi pouco presente entre as plantas observadas.

Recuperando a natureza da inserção da região no sistema mundo (WALLERSTEIN, 1990), as diferenças percebidas nas dimensões dos projetos prediais não anulam a experiência moderna ou diminui sua intensidade, apenas confirma a espacialização de cada localidade nesta voltagem do circuito cafeeiro. Contudo, mesmo urbes que gozavam de certo prestígio econômico e político na região, como Batatais, não conseguiram tirar proveito do dinheiro e do poder de seus representantes, visto os interesses de grupos estaduais. Ou seja, estar na região não bastou para a interiorização da malha escolar. Era necessário estar na região e algo a mais.

4.5 – Consequências da interiorização dos processos de educação em Ribeirão Preto

Ao avaliarmos o “Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto” de 1913, encontramos publicação bastante elogiosa as transformações urbanas dali, denominando a cidade como “Terra de Chanaan”, evolução da antiga “Terra do Ouro”, entre outros exageros típicos dos entusiastas daquele contexto. Curioso perceber a forma com que o documento demonstrou a “pujança” urbana, destacando os prédios de arquitetura moderna, da seguinte maneira:

Existem no município mais de 10.225 prédios, sendo 3.104 na cidade, 199 compreendidos na área suburbana, 165 na vila Bonfim, 6.757 exclusivamente rurais.

Na cidade há 2.818 prédios habitados sendo 30 sobrados, 23 assobrados, com seu porão habitável, e 2.765 terreos.

As recentes construções obedecem aos moldes duma arquitetura de apurado gosto estético.

O Theatro Carlos Gomes é um dos mais primorosos do Estado de São Paulo. Segundo se afirma, esse teatro era o primeiro do Estado antes da inauguração do “Municipal”, da Paulicéia.

Fica situado quasi no centro da praça 15 de novembro (antigo largo da Matriz), emergindo dentre a fresca folhagem dum magnífico jardim.

No mesmo tem se exibindo os mais applaudidos elementos artísticos.

Para levar a êxito a construção dessa obra, que exalta sobremaneira essa cidade, muito contribuiu a bolsa generosíssima do grande benemérito coronel Francisco Schmidt.

Dentre as construções de mais valor são dignas de nota as seguintes: A colossal cathedral, que representa um título de gloria para Ribeirão Preto; Igreja de São José, cujas pinturas do tecto são belíssimas; Mercado Municipal, que é um dos melhores do Estado; Fabrica da Companhia Antarctica Paulista, que é incontestavelmente um edificio de aprimorada arte; Legião Brasileira; Sede da Sociedade Recreativa; Escriptório da Empresa de Força e Luz, Palacio Episcopal; Forum e Cadeia; Santa Casa de Misericórdia; Residencia dos membros da Ordem Agostiniana; Hotel Central; Sede de Sociedade Amiga dos Pobres; Centro Operário São Benedito; Grupo Escolar “Dr. José Alves Guimarães Junior”; etc.

São numerosos os prédios particulares de construção moderna. (Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Officinas Typograficas D’ O Reporter: Ribeirão Preto, 1913, s/p. APHRP).

O longo trecho é revelador de muitas questões. De início, o lugar dos grupos escolares na descrição dos prédios modernos da cidade de Ribeirão Preto em 1913. Enquanto o Primeiro Grupo Escolar foi lembrado apenas em último lugar, dos 16 citados, sequer foram indicados o Ginásio do Estado e o Segundo Grupo Escolar.

Outro elemento indiciário se realiza nos prédios escolhidos para receberem comentários elogiosos, a exemplo maior do teatro Carlos Gomes, da Cathedral e da Igreja São José, além da Fábrica Antarctica Paulista. De todos estes, diferencia-se dos demais a forma com que o texto contornou o teatro, indicando que “segundo se afirma” (ainda que não se tenha fonte da afirmação), “era o primeiro do Estado antes da inauguração do Municipal”, da capital. Bem, de fato o autor não está enganado, o Carlos Gomes é de 1897 e o Municipal de São Paulo de 1911, porém, qual necessidade de tal comparação?

Entendemos primeiro que, uma vez a publicação sendo iniciativa local e mecanismo de publicidade da cidade e dos seus “donos do poder”, a escolha de quem (ou o quê) seria lembrado e esquecido a posteridade indica o jogo de interesses deste grupo e não de agentes externos. Não estranho, por exemplo, a citação do fazendeiro Schmidt como lembrança de benemerência. Outro ponto curioso é indicação da fábrica Antarctica. Se voltarmos as primeiras páginas do “Almanach”, observaremos dado fundamental para essa análise:

Figuras 161 e 162 – Anúncio e propaganda do “Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto” de 1913



Fonte: Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Oficinas Typograficas D' O Reporter: Ribeirão Preto, 1913, s/p. APHRP.

O anúncio escrito indica que o periódico tinha forma de receita clara e um dos seus principais financiadores era a própria Cia. Antarctica, ou seja, a forma com que os escritos revelavam apreço maior ou menor aos equipamentos estava articulada aos interesses econômicos dos “beneméritos” proprietários das edificações.

Não será estranho, portanto, esta rede de esquecimentos vivenciados pela documentação dos arquivos locais para o campo educacional. Se observarmos as fontes produzidas, veremos a instalação da rede escolar estadual como secundarizada perto das dinâmicas de seus grupos de cafeicultores, vereadores, comerciantes e banqueiros caipiras. Enquanto, se tomarmos os escritos provenientes da Assembleia Legislativa do Estado e/ou de instituições externas, a visão se dá mediante gestão externa sobre a realidade interiorana.

Portanto, a interiorização dos grupos escolares pelo Estado de São Paulo respeita a lógica wallersteiniana de centro-periferia, posto a articulação central da capital paulista para escolha das cidades e do momento de instalação dos grupos, porém, também reconhece o campo dos conflitos e circulação de outros elementos (políticos, econômicos, culturais e sociais) no interior, tal como Ginzburg (*et al*; 1989) compreenderam em sua pesquisa sobre arte italiana.

Podemos aqui, antes de findar a seção, reconhecer parte deste campo das complexidades sobre a instalação dos grupos escolares e dos demais processos de educação que os acompanham em Ribeirão Preto.

Primeiro, a longa duração da história paulista e a periferação da região coloca as fazendas que margearam o rio Pardo nas primeiras décadas do século XIX como ausentes de contato com a capital paulista. Mineiros, escravistas, roceiros e pouco articulados ao tempo do relógio, os habitantes destas terras recém-devolutas encontraram em poucas décadas, período compreendido entre 1840 a 1860, a notícia de que o café traria novidades para a economia da região. Não tardou muito para os primeiros especuladores de terras saírem das fazendas e dos municípios do antigo Vale do Paraíba para comprarem barato, loteando as novas áreas que receberiam em breve a franja pioneira. Em 1870, o café estava ali e em 1883, graças a ferrovia, vendido rapidamente para todos os cantos consumidores do mundo.

Estes sujeitos de Ribeirão Preto foram muitos e vários. O rápido e significativo crescimento demográfico e as mudanças da cidade advindas com o ciclo cafeeiro também, porém, não na velocidade do trem. O que recuperamos até agora é que esta longa duração mineira, católica, escravista, de práticas econômicas de subsistência foi absorvida por um plano maior – o republicano, moderno, científico, higienista e racional. Mas, não apenas porque a capital quis e o interior aceitou, até porque São Paulo também tinha sua periférica condição caipira para negociar com os centros europeus. Em Ribeirão Preto, os vereadores, empresários, cafeicultores, comerciantes e demais “homens do poder” estiveram mais preocupados em entrar no bonde do progresso para evitar, a qualquer custo, perder seu capital em tempos em que tudo o que é sólido parecia se desmanchar no ar.

A instalação dos grupos escolares foi um caminho muito propositivo para percebermos isso. Luiz Pereira Barreto investiu na região e usou seu poder de convencimento junto a outros políticos do contexto a fazer o mesmo. Driblou interesses locais destoantes e usou a rede de seus familiares para manter a base política próxima as suas fazendas (e de seus irmãos). A instrução pública era uma necessidade republicana, ninguém ousava dizer o contrário. O como e o quando, seriam moldados diante da *virtú* e da *fortuna* dos envolvidos.

Enquanto isso, como desdobramento da construção dos prédios escolares e das doações incessantes de capital para o “acontecer da modernidade”, a benevolência se transformou em moeda corrente para estes católicos republicanos ribeirãopretanos. A lógica local, contextualizada em uma sociedade branca, misógina, racista, típica da transição dos séculos XIX-XX, convidou a estes sujeitos uma certa regularidade em se estabelecer em grupos para a sobrevivência, pactuando, de tempos em tempos, em rituais de coesão entre maçons,

vereadores, comerciantes, ou mesmo entre partidos políticos, ora abraçando Quinzinho da Cunha, ora Francisco Schmitz.

Por mais que Rosa Fátima de Souza, Carlos Monarcha e outros vejam a interiorização dos grupos escolares como um evento fundamental no processo de modernização das cidades do interior, as evidências aqui levantadas nos permitem desconfiar de que o interior não usava dos mesmos critérios para avaliar as necessidades da Assembléia Legislativa estadual e, tampouco, os obstáculos por ela levantados. Enquanto a capital lutava para representar a nação em sua civilidade, pelo menos na dinâmica do campo representacional, cidades como Ribeirão Preto lutavam para continuar a existir na lógica da economia cafeeira – em nossa interpretação, manutenção do *status quo*.

A análise do sistema mundo permite compreendermos que o interior paulista era composto por regiões articuladas entre si e com a capital, ressignificando a relação internacional centro-periferia, cada uma delas reproduzindo novos microssistemas de mesma natureza como vimos com a região de Ribeirão Preto.

Em outras palavras, nossa pesquisa caminhou para a construção de uma longa duração da ocupação territorial paulista e, nesse percurso, o reconhecimento do campo dos limites da modernização do interior do Estado. Logo, a busca pela instauração da vida moderna, desta busca pela eliminação das diferenças temporais em movimento de homogeneização das diferenças espaciais encontrou significativas resistências. Todavia, as voltagens destas réplicas de microssistemas eram diferentes. Enquanto o litoral e as cidades do sul do Estado se mantinham fiéis ao século XVIII, os cafezais, a cidade e a ferrovia demandavam dos caipiras de Ribeirão Preto um enfrentamento da aventura moderna diferente.

Por fim, cabe reconhecer que os grupos escolares não regeneraram as cidades, não resolveram os problemas e a questão social. Eles chegaram em locais cuja complexidade estava dada. Sociedade que festejou sua chegada, mas também questionou as mudanças bruscas do modo de ser, viver, vestir, falar e pensar. Quando os grupos escolares chegaram, Ribeirão Preto e as cidades adjacentes já existiam, com suas interações e interesses, grupos e contradições. Ainda que os discursos possam trazer certa pretensão de uniformizar e homogeneizar as diferenças sociais, a escola conseguiu com suas tecnologias (currículo, exames, calendário cívico, etc.) produzir novas e poderosas formas de expressão de novos processos de educação, inventando em seu “templo” novos grupos da sociedade para espalhar a civilização para os demais. Por isso, consciente (e não), a interiorização das escolas foi fundamental para a construção de uma nova cidade e de certos valores a se defender como verdades dali para frente

5. Considerações finais

Iniciamos as considerações finais relembando o objetivo central desta tese: compreender o movimento de interiorização dos processos de educação no interior paulista, em especial, na cidade de Ribeirão Preto e região, tanto no seu sentido comum – o escolar, como em outras formas mais complexas – manifestadas na civilização dos corpos, nos códigos de postura urbano, nas definições de “normalidade”, cidadania, moral, etc. na transição dos séculos XIX-XX. E, desta forma, entendemos que não apenas identificamos as causas deste movimento de escolarização republicana paulista, como o cartografamos e o reconhecemos em voltagens e velocidades distintas.

“Nos limites da civilização” foi, portanto, título escolhido para nomear a pesquisa. Ao observarmos a cartografia da instalação da malha escolar paulista e percebê-la em suas características respeitadas ao avanço da franja pioneira, identificamos nas fronteiras do ciclo cafeeiro e nas cidades ali inseridas a presença de um complexo sistema-mundial, representado por elementos urbanos, tecnológicos, racionais, enfim, modernos. A palavra “limite” escolhida no título, a princípio, organiza esta noção territorial e fronteira. Ela coaduna com o exercício de interpretação do movimento de interiorização, dado seu interesse em perceber a direção e a intensidade do avanço das fronteiras e de como o ciclo cafeeiro (em suas fazendas e cidades) organizou mudanças significativas na vida cotidiana destes sujeitos sertanejos de São Paulo.

Entretanto, há um jogo de sentidos na palavra “limite”. Há a presença de um juízo de valor, uma apreciação moral. Até onde pode ir este fenômeno denominado civilização? Os limites éticos da civilização foram contemplados no texto, criticados em sua história (longa duração) e, principalmente, na observação da instalação dos grupos escolares como discurso de “coisa pública”, porém, para fins “privados”.

Se tomarmos os trabalhos aqui estudados em História da Educação no Brasil e de como seus pesquisadores refletiram os limites éticos e morais envolvidos nas decisões nacionais sobre a motivação do “porque, como e a quem ensinar o que”, seja por parte da observação das ações do Estado, seja por parte da iniciativa privada, podemos rapidamente reconhecer que a tese não é, de todo, original. A reprodução de uma educação elitista, marcada pelos valores europeus esteve presente em nossa trajetória social, como vimos entre os pares citados. Estes edifícios escolares da região nordeste do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX significaram a vitória desta exclusão, portanto, levando-nos, ao cabo, a afirmar que os “limites da civilização” podem ser interpretados diante da máxima: “processos de educação – processos de exclusão”.

Contudo, a ambiguidade em civilizar “a todos” torna este exercício de exclusão uma experiência moderna nem sempre tão clara e evidente, uma vez que a homogeneização e eliminação das diferenças esteve presente em diversas iniciativas destes lugares “normatizadores”.

Já, quanto a uma análise mais detalhada dos ganhos desta tese, passamos a observar questões pontuais.

Um dos objetivos da pesquisa foi o de compreender a interiorização como campo conceitual. Ao utilizarmos a teoria e o método da ASM (e sua natureza interdisciplinar), percebemos ganhos diversos da presença de terminologias da Geografia assim como da metodologia cartográfica. A construção de alguns mapas (15 mapas foram fabricados apenas para este exercício) e a utilização de outros (12 mapas oriundos de outros autores) foi fundamental para organizar as informações visuais, viabilizando a percepção da localização, da direção e das intensidades dos movimentos da interiorização demográfica e escolar, prioritariamente.

Desta forma, consideramos nossa interpretação sobre o campo da interiorização como um processo que se organizou em dois momentos: um primeiro articulado as origens do desejo da tomada do sertão, em outras palavras, compreender as motivações dos homens que a desejava, pensado como onde ela foi gestada e de onde ela partiu. Este primeiro momento realizou nas áreas centrais do sistema-mundo, lugar de poder e de iniciativa de expansão de si, que viu no deslocamento de sujeitos e de suas culturas algum benefício próprio. Já, o segundo momento se revelou no resultado da interiorização planejada, na prática historicizada da interiorização propriamente dita. A cada direção, experiência, povoado, cidade, região que a interiorização encontrou, vimos uma realidade diferente daquela imaginada e gestada nas áreas centrais. Por isso, a cidade de Batatais não conseguiu tornar-se sede de Bispado, mas Ribeirão Preto sim, ou ainda, Nuporanga tenha amargado considerar experiências modernas menos intensas que Orlândia, por exemplo.

Tendo em vista o fato de não encontrarmos estudos de mesma natureza, ou seja, envolvidos na interiorização dos processos de educação em uma determinada região, decidimos pela necessidade do debate teórico e pelo cuidado com o campo das justificativas. O que pode ser avaliado como excesso textual, para nós, foi escolha de segurança. Ao findar a tese, esta escolha parece-nos mais acertada que ao princípio (no tempo em que este texto era, ainda, projeto), pois ao mesmo tempo que se realizou diante de coerência epistemológica, também se mostrou adequada aos interesses críticos da análise, ao passo que as mudanças “centro”, “semiperiferia” e “periferia” não organizaram apenas a localização destes grupos escolares no

sistema-mundo e a intensidade da instalação dos novos equipamentos urbanos, mas qualidade e a velocidade do mal sucesso moderno e suas consequências no campo da exclusão social.

A partir disso, ao historicizarmos este movimento de ocupação do território paulista, encontramos como resultado sua natureza lenta e paulatina, respeitosa as entradas no sertão, ora pelo medo europeu do desconhecido, ora pelas limitações impostas pela Coroa. Esta vivência sertaneja caracterizada por um espírito “selvagem” foi protagonizada pela violência das entradas e bandeiras na busca da mão-de-obra cativa indígena ou pela catequese da empresa jesuíta. Ao longo da narrativa apareceram diversos indícios de que a identidade paulista partiu de um passado que ainda guarda relação com este campo de violências e extermínio.

Ainda que em oposição e conflito, as diferenças étnicas compuseram simbioses. A forma com que o território paulista colonial vivenciou sua entrada no sistema-mundo possibilitou movimentação e reorganização internas muitas vezes desarticuladas da Coroa, renegociando os inúmeros conflitos nas dimensões regionais e locais. O resultado da inserção do território paulista no sistema capitalista foi a própria desigualdade social. As regiões centrais integradas ao capitalismo se beneficiaram através das diferentes voltagens, em diversos circuitos que permearam as províncias, sendo o circuito cafeeiro o de maior destaque e força transformadora.

Outro ponto importante a considerar na leitura desta “homogênea” interiorização são as heterogeneidades do circuito. Aceitar tal ambivalência moderna nos levou a reconhecer o campo historiográfico na sua pluralidade de linhas de pesquisa, ciências e instituições. Os nossos recortes, ainda que limitados, foram ricos em exemplos ao identificar as cidades adjacentes a Ribeirão Preto como objetos de estudo. O que nos permite contornar esta região na transição dos séculos XIX-XX como um universo complexo de experiências, um mediterrâneo que é “europeu e africano” ao mesmo tempo.

Uma vez cientes do campo “entre-continente” da região de Ribeirão Preto, Campinas ao sul e Uberaba ao norte podem ser exemplos caipiras desta longa duração. Esta possibilidade interpretativa viva em nosso radar, passou a ser, a partir da segunda metade da pesquisa, partícipe da compreensão dos processos de educação. Desta feita, entendemos que a tese contribuiu significativamente para a ressignificação dos trabalhos que avaliaram a experiência de modernidade e modernização desta região. Considerando e analisando número significativo de fontes (27 mapas, 15 quadros, 12 tabelas e 164 figuras), avaliamos a historiografia da região como organizada diante de linhas de pesquisa e metodologias específicas, o que, naturalmente, impossibilitadas pela construção de uma narrativa que atendesse o campo da complexidade moderna diante de uma “história total”. A nossa pesquisa buscou tocar, minimamente, espaços

sociais, culturais, econômicos e religiosos desta experiência, centralizando a discussão em torno da temática dos processos de educação. A escolha permitiu vislumbrar a complexidade com olhos novos e, por isso, produziu narrativa menos relacionada a uma versão mais atenta aos elementos da modernidade ou desejoso de comprovar o peso das tradições e das permanências da região.

Em outras palavras, sentimo-nos originais na condução de uma narrativa mais atenta ao encontro moderno da experiência vital proposta por Berman (2007). Experiência que ameaça destruir tudo o que somos e sabemos, como escreveu. Os grupos escolares foram recebidos com festa pelas populações do sertão paulista, mas ao mesmo tempo produziram revoluções cotidianas e desautorizações de saberes e poderes familiares. Templos de civilização e antros de laicidade, ao mesmo tempo. O currículo, o calendário e o uniforme compactuam com a experiência moderna pedagógica destes novos edifícios educadores, aproximando tempo e espaço mundiais a realidade das cidades da região, impondo o modelo cotidiano de Londres, Paris, São Paulo e Rio de Janeiro, para Orlândia, Sertãozinho e São Simão, por exemplo. O mundo desembocou rapidamente na vida destas famílias, produzindo efeitos de homogeneização dos comportamentos (GIDDENS, 1991). Por fim, escolas construídas em áreas centrais urbanas receberam público da elite, escolas periféricas viveram experiências de igual natureza. Como vimos, nem todos receberam em igual proporção, a mesma intensidade pedagógica. A empreita ocorre com forças e voltagens distintas, produzindo práticas malsucedidas (HABERMAS, 2000), acirrando as diferenças sociais e provocando novas e mais tecnológicas formas de diferenciação social, logo, de exclusão.

A franja pioneira e a conseqüente ocupação das cidades desta região não apagaram as tradições e as permanências históricas. Ao considerarmos oportuno investigar com mais acuidade a presença mineira na região destacada, estivemos atentos as características movediça e contextual das fronteiras deste território. Ao identificarmos tais características, estivemos mais próximos da percepção de que aquilo que aconteceu na região de Ribeirão Preto nem sempre se desdobrou como vulgata da capital.

Este ponto nos interessa bastante. As pesquisas de Rosa Fátima de Souza (1998) e Carlos Monarcha (1999) são exemplares. Guiam aquilo que os demais pesquisadores, em geral, identificam quanto ao processo de instalação dos grupos escolares nos primeiros anos da República brasileira - templos de civilização criados na capital como modelos a serem implementados nas cidades do interior. Não discordamos. Nossa pesquisa chama atenção para a natureza da recepção destes edifícios, das negociações envolvidas, do dinheiro e do poder que estavam em jogo. Por isso validamos a presença do conceitual “estratégias e táticas” de Michel

De Certeau (1994) além da percepção da circularidade dos discursos que envolviam as decisões educacionais, como nos influenciou Ginzburg (et al, 1989). A partir desta presença reconhecemos o campo de ações destes sujeitos em sua forma de viver o tempo histórico – para eles, nem sempre o “centro” era São Paulo.

Por isso, perguntamos: a chegada dos grupos escolares nas cidades da região é desejo das urbes ou de Luiz Pereira Barreto? A não chegada (ou seu atraso) é devido a incapacidade política dos envolvidos (Washington Luís em Batatais)? Os benefícios são coletivos e/ou pessoais? A tese indica que o discurso de modernidade foi produzido e bem-vindo desde que tenha sido ao mesmo tempo parte dos interesses pessoais (grupais) daquele(s) que se propôs (propuseram) autor(es) dos mesmos.

Assim, a tese esteve a serviço de um compromisso crítico e político – a observação das formas e tecnologias de inclusão dos grupos escolares e suas consequentes técnicas de exclusão. E, para me aproximar melhor desta seara, uso ainda de uma última imagem:

Figura 163 – “*Exclusión*” de Pablo Suárez, 1999



Fonte: Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Pablo-Suarez-muneco-bravo>. Acesso em: 20 abr. 2023.

A escolha da obra “*Exclusión*”¹⁴⁵, produzida em 1999 pelo artista argentino Pablo Suárez (1937-2006), se faz pela relação entre pobreza, tecnologia e exclusão – representada pela figura deste sujeito descamisado que se agarra a porta de um vagão de trem em movimento. Os olhos saltados para fora e o cabelo projetado para trás indicam a rapidez com que o trem se movimenta e o sujeito, desprotegido, busca sobreviver se agarrando a máquina. Dentro do vagão, os demais passageiros ignoram o excluído. No detalhe, o rosto potencializa o drama deste personagem:

Figura 164 – Detalhe de “*Exclusión*” de Pablo Suárez, 1999



Fonte: Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Pablo-Suarez-muneco-bravo>. Acesso em: 20 abr. 2023.

A presença de “*Exclusión*” nestas considerações finais organiza algumas impressões de nossa pesquisa. A longa duração paulista percebida na primeira seção como periférica, excludente e violenta não registrou mudanças tão propagandeadas pela Civilização com as alterações urbanas advindas com o ciclo do café. Os elementos urbanos, a modernidade como vimos, deixaram marcas contraditórias (BERMAN, 2007), aproximando tempo e espaço produzidos como modelo nas áreas centrais do sistema-mundo (GIDDENS, 1991) de forma malsucedida (HABERMAS, 2000).

¹⁴⁵ Exposta no MALBA (Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires).

Logo, os grupos escolares em Ribeirão Preto são compreendidos como vitória da modernidade em sua ação normatizadora, mas não como conquista de uma nova sociedade de ares europeus. Como percebemos, os grupos escolares não regeneraram as cidades, não resolveram os problemas e a questão social. Instalados em espaços cuja complexidade estava dada, oportunizaram valores a serem compartilhados no campo social, elementos que participariam de uma nova significação da realidade, onde negros, judeus, imigrantes, indígenas deveriam ser tratados como iguais (como cidadãos). A falácia do discurso encontrava na realidade dos preconceitos os velhos matizes sociais e de gênero, constituindo contraditoriamente práticas conflituosas em novos e higiênicos discursos de paz.

A interiorização dos grupos escolares participa de um movimento maior – a interiorização da própria modernidade. As consequências da questão social, problema central das cidades industriais europeias, estiveram presentes (em escala periférica e semiperiférica) nas ruas de Ribeirão Preto e das cidades adjacentes. Portanto, enquanto os novos tempos prometiam processos de educação externos a lógica local, promoviam novas e tecnológicas formas de exclusão.

Talvez, para os próximos passos de uma pesquisa que parte destes resultados, possamos potencializar o olhar para os aspectos religiosos e de ordem moral. Os trabalhos aqui consultados nos mostraram muitas entradas de como as sociedades interioranas produziram festas, rituais e atividades de natureza religiosa que legitimavam a entrada de alguns dos valores externos. Nos parece fértil uma pesquisa que investigue as decisões religiosas (em esfera institucional e não institucional) e os processos de legitimação das escolas, dos currículos, dos uniformes, das festas cívicas (sejam laicas ou não) republicanas, etc.

Na pesquisa de Felipe Narita (2017), fica evidente a presença de ilustres “conhecidos e desconhecidos” da política e da intelectualidade do Brasil oitocentista, parte de uma militância intelectual nacional, que pensava a escola como estruturação da nação, responsável direta pela implementação de uma gramática moral que conduziria a todos pelas adequadas condutas e preceitos. Esta estratégia produzia, portanto, coesão social. As pessoas precisavam entender que o Estado organiza a vida, que é apenas no coletivo que podemos encontrar aspectos políticos e sociais que estão para além dos interesses privados (NARITA, 2017).

Outro elemento de ordem religiosa e moral que nos chama a atenção foi incorporado após a leitura dos textos de Sérgio Fonseca – a filantropia (2015). Seja ato humano caritativo e/ou pouco inocente no cálculo de quem deve e quanto deve receber “educação”, foi preciso reconsiderar a benemerência diante das muitas possibilidades do campo da estratégia e da tática (DE CERTEAU, 1994). Seja como “laicização da caridade cristã” (SANGLARD, 2003), seja

como ação complementar a gestão estatal, poderemos ainda questionar mais a presença das ações filantrópicas diante da interiorização dos processos de educação na região estudada. O que não se descarta é a informação de que as irmandades e congregações, hospitais, asilos e orfanatos empregavam funcionários e geravam, de alguma forma, circulação de pagamentos, compras de equipamentos, manutenção, prestação de serviço, etc. A vida econômica proveniente das ações filantrópicas era gestada por interesses para além da moral cristã.

Recupero, ainda, em ocasião da banca de defesa desta pesquisa, as palavras de Felipe Narita, ao considerar o resultado de nossa busca pela interiorização de São Paulo como uma espécie de “alma” de um discurso/“ossatura” da trajetória paulista, já consagrado na literatura. Sua leitura permite-nos avançar sobremaneira no conceitual referente a “interiorização” e, espero, faremos em futuro breve. Outra lembrança que ajuda a finalizar as considerações finais advém da percepção de Marcus Vinícius da Cunha, uma vez reconhecendo que a recuperação das diversas teses e versões do passado aqui apresentadas estiveram a serviço de uma narrativa própria, de um certo “toque pessoal”. Em ambos casos, o resultado da ASM se mostra propositivo e aberto a discussão.

Por fim, a escolha do título “Nos limites da civilização” propõe uma última reflexão. O uso do termo civilização com letra minúscula não se realizou somente pelo respeito as normas da língua. Ao propormos o uso da letra minúscula entendemos que a constituição da cultura e do campo social tal qual historicamente construímos e concebemos pode e deve ser transformado, constantemente, pela força da crítica e da percepção de que presente esta “coesão social” quer produzir. O que se espera é que, no limite, que esta tese possa ser lida e prospere em seus desejos de desconstrução.

Fontes

Censos demográficos e estudos estatísticos

Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1907, v.1 t.1. Repartição de Estatística e do Archivo de São Paulo, 1910. v, 349 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=1&opcao=8&busca=2&tipoFiltro=periodo&filtro=%271910%27&descFiltro=1910>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CABRAL, José Antônio Teixeira. **A estatística da Imperial província de São Paulo: com várias anotações do Tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística.** Tomo I, 1827. São Paulo: Edusp, 2009.

BASSANEZI, M. S. C. B. (*et al*). **São Paulo do passado: dados demográficos.** Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, v. 1, 1998.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

INEP - Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2021.** Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. fac-similada. **São Paulo: Governo do Estado**, p. 127, 1978.

Códigos de Postura

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, 1902. APHRP

Relatórios sobre o estado da instrução pública e de outras naturezas

ASYLO DE ORPHANS “ANÁLIA FRANCO”. Relatório 1924/1925. Asylo de Orphans “Analia Franco” da Loja Maçônica “Estrela D’Oeste”. Typ. da Casa Beschizza: Ribeirão Preto, 1925, s/p. APHRP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1852. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1853. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública provincial no anno de 1853. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1854. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1854. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1855. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1855. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1857. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1856. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia 2 de dezembro: São Paulo, 1857. AESP.

SÃO PAULO. Relatório doo estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1858. AESP.

SÃO PAULO. Relatório do estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Dous de dezembro: São Paulo, 1859. AESP.

SÃO PAULO. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública de S. Paulo 26 de dezembro de 1861. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. 1861. AESP.

SÃO PAULO. Relatórios sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo nos annos de 1862 e 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo em 1863. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. A. Marques: São Paulo, 1864. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da Província de S. Paulo em 1864. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial. s/ano. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre a instrução pública da Província de S. Paulo em 1865. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques: São Paulo, 1867. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo no anno de 1878. Francisco Aureliano de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do “Diário de Santos”: Santos, 1879. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de São Paulo no anno de 1879. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia á vapor do Diário de Santos: Santos, 1880. AESP.

SÃO PAULO. Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de S. Paulo no anno de 1880. Francisco A. de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do - Diário de Santos: Santos, 1881. AESP.

SÃO PAULO. Anuario do ensino do Estado de São Paulo. Typografia do “Diário Oficial”. 1910. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Jornais, revistas, almanaques e demais periódicos

A Cidade. Ribeirão Preto, 02 mai. 1909. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 03 jan. 1909, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 05 jan. 1909, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 09 jan. 1909, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 27 jan. 1909, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 03 fev. 1909, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 05 jan. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 09 jan. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 18 jan. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 19 jan. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 19 mar.1910, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 03 abr. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 02. set. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 31 dez. 1910, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1911, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 31 mai. 1912, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 26 ago. 1913, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 25 nov. 1913, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 19 jul. 1914, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1915, s/p. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 01 ago. 1915, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 16 jan. 1916, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 20 jan. 1916, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 21 jan. 1916, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 18 ago. 1916, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 18 ago. 1916, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 25 nov. 1917, p.1. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 01 jan. 1918, p.2. BN.

A Cidade. Ribeirão Preto, 01 jan. 1918, p.2. BN.

Álbum de fotografias da Escola Normal e Annexas de São Paulo de 1908, p.36. AESP.

Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/escola_normal. Acesso em: 4 jan. 2023.

Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913. APHRP.

ARAUJO, Aprigio R. de Paula. Monographia- Município de Sertãozinho. Typ. Da Gazeta de Sertãozinho. 1903. Disponível em: <http://www.cemm-musc.com.br/conteudo/monographia-municipio-de-sertaozinho-aprigio-de-araujo.html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

AZEVEDO, Militão Augusto de. **Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887).** São Paulo, 1914. Disponível em:

<https://www.docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=FOTOS&pesq=&pagfis=3>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Correio Paulistano, São Paulo, p.1, 11 abr. 1909. BN.

Correio Paulistano, São Paulo, p.5, 23 set. 1911. BN.

COSTA, João Emboaba da (org.). **Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto.** Gráfica Schmidt: São Paulo, 1956.

Diário de Notícias, Ribeirão Preto, s/p. 24 jun. 1956. APHRP.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: Almanak da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Primeiro anno. Typografia Americana: São Paulo, 1873, p. 254-255.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=448370&pagfis=260&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GARCEZ, Joaquim E. de Oliveira. **Negócio municipais de Sertãozinho (1912-1913)**. Case Berchizza: Ribeirão Preto, 1913. Disponível em: <http://www.cemm-musc.com.br/conteudo/negocios-municipaes-1912-1913.html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Leis, decretos e atos

BRASIL DECRETO Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.html. Acesso em: 27 jul. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. REQUERIMENTO Nº 3357/2022. Requer Moção de Congratulação e Aplausos pelo aniversário da AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA AMOR E CARIDADE Nº 313, BENFEITORA DA ORDEM, que completará, em 01 de novembro de 2022, seu sesquicentenário (150 anos de sua fundação). Disponível em: https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NDIwMjIw&texto_original=1. Acesso em: 22 dez. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892**. Reforma a instrução pública do Estado. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa, 1892. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.

Referências

- ABREU, Cristiano Addario. O Brasil republicano durante a transição do ciclo sistêmico de acumulação britânico para o americano: sentido e estrutura. **Anais do VII Colóquio brasileiro em economia política dos sistemas-mundo**. ISBN: 978-85-8328-005-7. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/vii_coloquio_ANAIS_09-12-2013.pdf. Acesso em 28.07.2020.
- _____. **A disputa monetária na Primeira República (1890- 1906)**. Entre papelistas e metalistas: a moeda como projeção e resultado do real. Dissertação de mestrado em História Econômica. USP: São Paulo, 2014.
- ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **Capítulos da história colonial** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 195 p. ISBN 978-85-7982-071-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 29.08.2020.
- ACCO, Marco Antonio. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 4, p. 708-730, 2018.
- ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). Afro-Ásia [en linea]. n.37, p.43-73. ISSN: 0002-0591. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77013085002>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- AKKARI, A. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, Privatização e Descentralização. **Educação e Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. n.74, ano XXII, Abril, 2001, pp.163-190.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um sertanejo e o sertão**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- ALMEIDA, Vasni. **Converter, ensinar e conformar: a missão metodista em Ribeirão Preto (1896-1950)**. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.
- ALMEIDA, Osana. **Uma ponte entre o arcaico e o moderno: José Gabriel de Oliveira e Souza e a modernização urbana de Santa Bárbara**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2003.
- ALMEIDA, Jane Soares de; BOSCHETI, Vania Regina. Devotas e instruídas: a educação de meninas e mulheres no Brasil – fragmentos do passado histórico (1846/1930). **Educação Unisinos**. v.16, n.3, setembro-dezembro de 2012. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.163.04/1199>. Acessado em: 12 set. 2022.

ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – Aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 65–77, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1039>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ALVES, A. J. L. A história da exclusão e a exclusão da história. **Verinotio**. Espaço de interlocução em ciências humanas, n.11, Ano VI, abr.2010.

ALVEZ, Ricardo Barboza **O complexo cafeeiro e a influência do crédito na circunscrição do município de Descalvado (1873-1915)** Dissertação de Mestrado em História. UNESP: Franca, 2012.

AMADO, J. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In SILVA, M. A. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMORIM, G. (org.). **Os desbravadores: personalidades que fizeram história no interior paulista**. Palavra Mágica. Ribeirão Preto, 2001.

ANANIAS, Mauricéia. **A legislação da instrução pública primária na Província de São Paulo: 1834-1868**. Tese de doutorado em Educação. UNICAMP: Campinas, 2005.

ANDRADE, Francisco Ari de. Política, legislação e reforma do ensino imperial: um olhar a partir da experiência da Província do Ceará (1834-1844). **ANAIS DO XXV Simpósio nacional de história – ANPUH**. Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_4b4e9f0c2201c78804f61f4db4cbe70c.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas**. 2. ed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1976.

ANDREIS, Adriana Maria; CALLAI, Helena Copetti. Alicerces às aulas: princípios, conceitos e categorias geográficas. **Revista ensino de Geografia (Recife)** v. 2, n. 3, 2019.

ANDREUCCI, Leonardo Aparecido Belloube. **Denominação de logradouros públicos de Ribeirão Preto - SP: análise comparativa de plantas urbanas do centro da cidade (1874-1932)**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: 2021.

ANUNZIATA, Antonio Henrique Felice. **O patrimônio ferroviário e a cidade: a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Campinas (1872-1971)**. 2013. 3 v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278948>. Acesso em: 21.04. 2021.

AQUINO, Mauricio. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de**

História. São Paulo, v. 32, nº 63, 2012, p. 143-170. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/DN3RqRM77qTpMtnfLwtLqyb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ARAUJO, Karina de. **Orlândia na Belle Époque: um sonho de Coronel**. Monografia de conclusão de curso em História. UNESP: Franca, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à esquerda).

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Veruscha de Sales. **Cinema e sociabilidade nas cidades do café: Franca e Ribeirão Preto (1890-1930)**. Tese de doutoramento em História. PUC, São Paulo, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos A. P.; BRIOSCHI, Lucila Reis. (Org.). **Na estrada do Anhanguera**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BAPTISTA, Bruno Luã; MELLO, Rafael Cardoso de. A miséria em Ribeirão Preto no período da Primeira República com base nas observações dos códigos de postura de 1921 e 1948. **Anais do XIII Encontro de Iniciação Científica do Centro Universitário Barão de Mauá**. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://api3.baraodemaua.br/media/20799/bruno-lua-baptista.pdf?_gl=1*_pjuwom*_gcl_aw*R0NMLjE2NTEwOTMxNzEuQ2p3S0NBandqWm1UQmhCNEVpd0F5blJtRHdxeUtoMDJpb25uNHBKRjdVbG9keHhjNkgxajcwYzM4bFN4b0Z3bkdHRkNEZHJpdjFHcjRob0NidjhRQXZEX0J3RQ..&_ga=2.105009541.785100686.1657637100-1239850560.1612022614. Acesso em: 12 jul. 2022.

BARBI, Rafael José. **Festejos, liberdade e fé: a Irmandade de São Benedito de Itu no século XIX (1861-1888)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2016.

BARBOSA-LIMA, Maria da Conceição; CASTRO, Giselle Faur de; ARAÚJO, Roberto Moreira Xavier de. Ensinar, formar, educar e instruir: a linguagem da crise escolar. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 235-245, 2006.

BASSANEZI, M. S. C. B., BACELLAR, C. de A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19(1), 2013, p.113-129. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/333>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BAUDELAIRE, Charles. **Le Spleen de Paris: pequenos poemas em prosa**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcos Penchel. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1999.

BEM, S. F. **Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas**. Dissertação (mestrado) em Arquitetura e Urbanismo/FAU. Universidade de São Paulo: USP, 1998, pp.35-36.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.391-403, mai/ago 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/vh/a/gmdRjcfKHBmhWKrN3GSSgWx/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20Pastoral%20Coletiva%20de%201890%20representou%20o%20pensamento%20oficial%20da,estado%20Liberal%20instaurado%20pelos%20republicanos. Acesso em: 21 jul. 2022.>

BENEVOLO, Leonardo. **A História da Cidade**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILAC, Olavo. **Vossa insolência: crônicas**. Org. Antonio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BION, Wilfred R. **Bion's Brazilian lectures 2**. Edited by Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editorial Ltda, 1974.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP : Fapesp, 2002.

_____. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)**. **Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura**, 6(1),1995, pp.143-150.

BLOCH, M. **Apologia da história, Ou ofício do historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade. 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000988439>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Trad. de Ana Rabaça. Portugal: Europa-América, 1990.

BOXER, Charles Halph. **A idade de ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. Trad. Nair de Lacerda. 2. ed. rev. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1969. Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/388>, acessado em 13.09.2020.

BRAGA, Bruno Miranda. A cidade, os índios e a belle époque: Manaus no final do século XIX (Amazonas – Brasil). **Rev. Hist. UEG - Anápolis**, v.5, n.1, jan./jul. 2016, p. 103-123.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo**. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Tomo I. São Paulo: Edições Cosmos, 1970.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível (Vol.1).** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII (Vol.2) Os jogos das trocas.** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo. (Vol.3)** Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996c.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. 1.v.** Livraria Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo, 1983.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. 2.v.** Livraria Martins Fontes Editora Ltda, São Paulo, 1984.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Um lugar de memória para a Nação: o museu paulista reinventado por Affonso d'Escragnolle Taunay (1917-1945).** Tese (doutorado) em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1999. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279962>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 7.ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p. 251-294, 1 dez. 2009.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. **O Curso de Bacharelado em Ciências e Letras do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo: um estudo sobre o currículo da Escola Secundária (1894-1913).** Tese de doutoramento em Educação. PUC: São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/10690/1/Maria%20Aparecida%20da%20Silva%20Cabr al.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CAIXETA, Ricardo Lima. **O Estado no sistema-mundo moderno: um estudo sobre permanências baseado na obra de Immanuel Wallerstein.** Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2018.

CALSANI, R. A. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914).** Dissertação (mestrado) em História. Franca, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2007.** Edição atualizada. v. 01. Ribeirão Preto – SP, 2007.

CAMPOS, Eude. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto

de Azevedo, datadas do período 1862-1863. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]**. 2007, v.15, n.1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/KrDTV6HCBwksmNbSZPvgZqp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 9 jan. 2023.

BARBOSA, Ruy. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Typografia Nacional: Rio de Janeiro, 1883. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242356>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

CAMARGO, Daisy de. Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910). **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 419-438. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 9 jan. 2023.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.127, p. 87-128, jan/abr1. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v36n127/a0536127.pdf>. Acessado em 23. fev. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p.39-57, mar. 1981.

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. **A Escola e a República**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

_____. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História de Educação**. v.6, n.1, Jan.-jun., 2006, pp.169-195. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161078007.pdf>. Acesso em: 22. set. 2022.

_____. Regimento interno das escolas públicas da Corte de 1883: uma síntese da educação imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 282-296, mai. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640123/7682>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CASTILHO, Fábio. F. A. Economia Sul-Mineira: O Abastecimento Interno e a Expansão Cafeeira (1870-1920). Programa de Doutorado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Franca. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nª 6 Jan-Jun 2009.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX**. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFOP: Mariana, 2012.

CAUN, Elaine. **O engenheiro Antônio Soares Romeu e a modernização urbana de Ribeirão Preto nos tempos do café (1913-1923)**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2011.

CAVALCANTE, Alberto Rocha. **O projeto inacabado de modernidade de Habermas**. Dissertação de mestrado. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 1999.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. análise de uma herança cotidiana. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 195-241, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2020.

CÉFALO, MATHEUS LUIZ DE SOUZA. A Escola Normal de São Paulo na transição do Império para a República (1880-1890). **Anais Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. (em formato online). PUC São Paulo, 2020. Disponível em: https://encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1600384981_ARQUIVO_a01ba5354964e10bb0f9da9bab2fc902.pdf. Acesso em: 2 jan. 2023.

CHAGAS, Valmir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus, antes, agora e depois?** São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do sertão do rio Pardo a Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982.

CHIAVENATO, J. J. **Coronéis e Carcamanos**. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2004.

_____. **São Simão: a história contada pelo povo**. FUNPEC: Ribeirão Preto, 2006.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. v. 5. Ribeirão Preto: IMAG, 1997.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **An. mus. paul.**, São Paulo, v.21, n.2, p. 11-45, Dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142013000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2020.

CINTRA, Rosana Aparecida. **Italianos em Ribeirão Preto: vinda e vida de imigrantes (1890-1900)**. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS/UNESP. Franca: 2001.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. v.5. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda, 1997.

CLARK, Jorge Uilson. **A imigração norte americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro**. Dissertação de mestrado em História. Faculdade de Educação/UNICAMP: Campinas, 1998.

COLISTETE, Renato Perim. **O atraso em meio à riqueza**. Uma história econômica da educação primária em São Paulo, 1835 a 1920. Tese (Livre Docência). FEA-USP: São Paulo, 2016.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiza da. **“O aprendizado da liberdade”**: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2007.

COMTE, Auguste. **Système de politique positive, ou traité de sociologie, instituant la religion de l’humanité**. 4.vols. Reimpression de l’Edition 1851-1881. Onasbrück: Otto Zeller, 1967.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Hélia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura escolar paulista: 1890-1920**. São Paulo: FDE. Diretoria de obras e serviços, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Osmani Emboaba. **História da fundação de Ribeirão Preto**. São Paulo: Coleção da Revista da História, 1955.

COSTA, Danilo Roberto da. **A sobrevivência de traços da cultura caipira no nordeste paulista**: lembranças do Distrito de Crystaes. Dissertação de mestrado em História: Franca, 2009.

COSTA, William Kleyton. **A controvérsia da modernidade**: uma relação entre o centro excludente e a periferia marginalizada na cidade de Ribeirão Preto (1890-1930). Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2016.

COSTA, Priscila Borba. O Destino Manifesto do povo estadunidense: uma análise dos elementos delineadores do sentimento religioso voltado à expansão territorial. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Universidade Estadual de Maringá, 201, disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/224.pdf>, acesso em 23 de julho de 2020.

CUELLO, Josué Peroni. Cel. Quinzinho da Cunha: poder e modernização no interior paulista. **2º Congresso Sul-Americano de História**, Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2005.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **Educação e política em Ribeirão Preto**: a fundação e os primeiros anos do Ginásio do Estado. Dissertação de Mestrado. (1907-1920). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1988.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

CUNHA, Maísa Faleiros. *Mineiros em terras paulistas: população e economia* **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira** Proceedings of the 14th Seminar on the Economy of

Minas Gerais. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, pp.01-21, Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A127.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. A dinâmica demográfica em Franca/SP, século XIX. **Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum.** UNICAMP, v.6, n.1, p. 115-139, jan./jun. 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI XVIII. **Tempo**, Niterói, v.22, n.39, Apr. 2016, p.1-30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042016000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 Ago. 2020.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/30936/18025/106202>. Acesso em: 7 set. 2022.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A cultura do plural**. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

DE CERTEAU, M. Operação histórica. In: LE GOFF, J; NORA, P. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988, p.17-48.

DEBES, Célio. **Washington Luís: primeira parte (1869-1924)**. Imprensa Oficial do Estado. S.A. IMESP: São Paulo, 1994.

DE TILIO, Rafael. **Casamento e sexualidade em Processos Judiciais e Inquéritos Policiais na comarca de Ribeirão Preto (1871 a 1942): concepções, valores e práticas**. Ribeirão Preto, 2005. 202p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. Trad. Maria Lúcia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo, Alameda, 2005.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **A retórica racialista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)**. Tese de doutoramento em História. Departamento de História. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2020.

DOIN, José Evaldo de Mello. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)**. Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Tese (Livre docência – História), 2001, 2 vols.

DOIN, José Evaldo; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo; PACANO, Fabio. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 2007.

DONADELI, Paulo Henrique Miotto. **Os “inimigos” e os “cidadãos” da República: Direito Penal e controle social (Franca, 1890 – 1902)**. Tese de doutorado em História. UNESP: Franca, 2016.

DORATIOTO, Francisco. O Visconde do Rio Branco: soberania, diplomacia e força. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, 2013. v. 1, p. 263-299. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1-Pensamento-Diplomatico-Brasileiro-Vol1.pdf>. Acesso em 16 jul. 2022.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedec**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04>>. Acessado em 23 de fev.2019.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. Estudo sociológico. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. **A arquitetura de Batatais (1880-1930)**. Dissertação (mestrado) em História. UNICAMP: Campinas, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

_____. **O processo civilizador: Uma História dos Costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 1v.

ELLIS JR., A. Populações paulistas. **Bibliotheca Pedagogica Brasileira**. Serie V, Brasiliana, v. XXVII, Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1934a.

_____. O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano. **Bibliotheca Pedagogica Brasileira**. 2.ed. Serie V, Brasiliana, v. XXXVI, Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1934b.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Constituição Estadual de 1891**. São Paulo, 14 de julho de 1891. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1891/>. Acesso em: 22 de dez. 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. revista, Ed. Globo: São Paulo, 2001.

FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 135-150.

FELLIPINI, Anissa Veronica Santos. **O ímpeto abolicionista na Vila de Ribeirão Preto: Rodrigo Pereira Barretto (1835-1910)**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2016.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). **Revista de Sociologia e Política** [online]. v.25, n.62, pp. 63-91, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256203>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burscell 1825/1829**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória: Rio de Janeiro, 1981.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 237-250, Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Aug. 2020.

FERREIRA, Priscila Fernanda. **As vilas de Jardinópolis: modernidade, urbanização e exclusão numa localidade paulista**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2012.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Educação, escola e trabalho: projetos e Reformas educacionais entre o império e a República brasileira (1878-1909)**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2015.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum: escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888)**. Tese de doutorado em História. UNESP: Franca, 2006.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo. **Os institutos históricos e geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. Campinas: Pontes, 2017.

FERREIRA, Liliane Carneiro S. A ópera no projeto de modernização do Brasil (Rio de Janeiro, 1889-1914). **História**, Assis/Franca, v.37, 2018. Disponível e: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742018000100302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2021.

FERREIRA, Vanderlei Edgar. **Biografia: Theolina Zemilho de Andrade Junqueira (Sinhá Junqueira)**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura deA ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920. **Revista Brasileira de História [online]**. v. 21, n. 40, 2001, pp. 273-276. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000100014>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Rafaela Santos Costa de. Conflitos Territoriais Fronteiriços no século XIX: Contribuições para a formação de Minas Gerais. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 253-264, 2017. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31921>, acesso em 15 de fev. de 2021.

FIGUIREDO NETO, José Paulino. **Entre o novo e o velho: modernidade e reformas urbanas em Nuporanga no início do século XX**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2017.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Política urbana e cidadania: um estudo sobre a cidade no interior paulista**. (Franca, 1890-1996). São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. Um percurso pela longa duração da história da educação: da Europa ao Brasil. In: ASSOLINI, F. E.; LASTÓRIA, A. C. (orgs.) **Formação continuada de professores: processos formativos e investigativos**. Editora Compacta: São Carlos, 2010.

_____. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao este novo. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32549>. Acesso em: 1 fev. 2023.

FONSECA, C. D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. **Humanitas series**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788542303070>, acesso em 21 ago. 2020.

FONCECA, Arrovani Luiz. “O Almanach-Álbum de São Carlos (1916-1917): a cidade no papel. **II Seminário América Latina: Cultura, História e Política**. Uberlândia, 2017.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista**. Casa Branca (1874-1914). Dissertação de Mestrado em História. UNESP: Franca, 2011.

FORNER, Larissa Aparecida. **Francisco Schmidt: o colono que se tornou “Rei do Café”**. Dissertação (mestrado) em História. FFCLH-USP: São Paulo, 2017.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso dado no Collège de France (1975-1976) São Paulo. Martins Fontes, 2005.

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006a.

_____. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. 20ª ed. São Paulo: Vozes, 1999.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto:** mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790- c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, Imprensa e Sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940).** Dissertação de mestrado em Educação. UFU: Uberlândia, 2013.

FRANÇOSO, L. M. Linchaquara – o assassinato dos Brito. **Caderno de campo: Revista de Ciências Sociais**, UNESP-FCLAR, n.19, 2015, pp.61-85.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo:** D. Alberto José Gonçalves. Tese (doutoramento) em História. UNESP: Franca, 2006.

FREITAS, Fabiano Junqueira de. **Estevam Marcolino:** política e modernidade no interior paulista (1889-1914). Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2008.

FREITAS, Ludmila Gomide. **A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)** Dissertação (mestrado) em História. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2006.

FREUD, S. Análise terminável e interminável. *In:* _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 23, pp. 239-287).** Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FUINI, Lucas Labigalini. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEOgraphia**, vol. 20, n. 42, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018: jan./abr. ISSN 15177793 (eletrônico). Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13831>. Acesso em: 03 de ago. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Alessandra Cristina. História de uma instituição escolar católica: o colégio nossa senhora auxiliadora de ribeirão preto no cenário do interior paulista (1918-1944). **Cadernos de História da Educação**, 14(2), 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32550>. Acesso em: 29 mai. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: Almanak da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Primeiro anno. Typografia Americana: São Paulo, 1873, p. 254. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=448370&pagfis=260&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A educação escolar em Ribeirão Preto no início do século XX: imagens e representações. **Ribeirão Preto: a cidade como fonte básica de pesquisa**. Curso de extensão universitária, USP, 1984. Disponível em: https://www.prefeiturarp.usp.br/cultura/CURSODIFUSAO/VOLUME1/09_Maria_Aparecida_Junqueira_Veiga_Gaeta.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

GAIOLI, Fábio Martins. **Nos (des)caminhos sociais: Ribeirão Preto e os Códigos de Posturas (1889-1921)**. Monografia de conclusão de curso de Pós-graduação em “História, Cultura e Sociedade” do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2016.

GALVÃO, A. M., MORAES, D. Z., GONDRA, J. G., & BICCAS, M. DE S. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, 8(1 [16]). 2008, pp.171-234. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38592>. Acesso em: 28 mai. 2021.

GARCIA, Valeria Eugênia. **As tramas e o poder: Jaboticabal (1895-1936) praça, igreja e uma outra história**. Dissertação (mestrado) em Arquitetura e Urbanismo. USP: São Carlos, 2008.

GARCIA, Rodolfo (org). **Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/bibliotecanova/produto/loc_pdf/130/6/obras_do_barao_do_rio_branco_-_volume_vi_b_.efemerides_brasileiras_-_capa_mole. Acesso em: 14 jul. 2022.

GARCIA, Valéria Eugenia. **Do Santo? Ou de quem... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria**. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo. USP: São Paulo, 2013.

GASPAR, Tatiana de Souza. A atuação de Antonio Diederichsen no início do processo de verticalização em ribeirão preto: Edifício Diederichsen (1934-1937) e Hotel Umuarama (1947-1951). In: FARIA, Rodrigo; MIRANDA, Ana Luisa.; RIZZATI, Helena. **Urbanismo e urbanização em Ribeirão Preto** [recurso eletrônico]: história e desenvolvimento. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2022. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/194>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GATI, Hajnalka Halász; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p.1146-1169, set.-dez. 2016. Disponível: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38489/20294>. Acesso em: 12 set. 2022.

GEGNER, Martin. A decadência da cidade européia: tendência social ou repetição de uma figura retórica? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 753-770, set./dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/g7XQny8qHT34XNXjMJvXvsB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. de 2022.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876). **Revista Linhas**. Florianópolis, v.18, n.36, p.64-95, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818362017064/pdf/30602>. Acesso em: 22 set. 2022.

GIL, Natália de Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Maringá, v.21, e.174, 2021. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942021000100133&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 set. 2022.

GINZBURG, Carlo. História da arte. In: _____; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v.7, n.18, Aug. 1993, p.65-137. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141993000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2019.

GOLDFRANK, Walter L. *Paradigm Regained? The Rules Of Wallerstein's World-System Method*. **Journal of World-Systems Research - FESTSCHRIFT FOR IMMANUEL WALLERSTEIN Part 1. VOLUME VI, NUMBER 2, SUMMER/FALL 2000**. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/223>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

GONÇALVES, Cláudio. **A educação e o processo civilizador: um olhar indiciário para a educação em Ribeirão Preto na Belle Époque**. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; AFONSO, Bruna; FIGUEIREDO, Ellen Rose; NOGUEIRA, Priscila Bahiense. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a permanência (Belo Horizonte 1906-1927). **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 311-340, abril/junho 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/40762/pdf_128/. Acessado em: 4 jan. 2023.

GOUVÊA, Flavia Mengardo. **Os imigrantes alemães em Rio Claro: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2011.

GRANDI, Guilherme. **Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961**. Produção Acadêmica Premiada. FFLCH/USP, 2013. Disponível em

http://spap.fflch.usp.br/sites/spap.fflch.usp.br/files/Estado_e_capital_ferrovuario.pdf, acessado em 28.04.2021.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)**. Tese de doutoramento em História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. n.1. 1998, p-05-27. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 7 set. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Coleção tópicos. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HADDAD, Gisele Laura. Nascimento, Morte e Ressurreição do Theatro Pedro II, Palco da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto (SP). **ICTUS-Periódico do PPGMUS-UFBA| ICTUS Music Journal**, v. 12, n. 1, 2011.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas [online]**. v.19, n.2, 2011, p.467-474. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010>. Acesso em 12 set. 2022.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. 1.ed. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HOBSBAWN, E. **Sobre a história**. Companhia das letras: São Paulo, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do sertão. **Revista de História**. v. 28 n. 57. USP. São Paulo, 1964, pp. 69-111. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9196>, acessado em 08.08.2020.

_____. **Raízes do Brasil**. 21.ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1989.

_____. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 1, p. 54-111, 1966.

_____. **Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. **Do Império à República**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990.

IBGE. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2021. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf
. Acesso em: 14 jul. 2022.

INNOCENTINI, Thaís Cristina. **Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições.** Dissertação de mestrado. Escola de Economia de São Paulo/FGV. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação básica 2021.** Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 14 jul. 2022.

JACOMELI, Mara Regina Martins; BARAO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; GONCALVES, Leandro Sartori. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 8, n. 3, p. 32-57, Sept. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602018000300032&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mai 2023.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *In*: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta.** A experiência brasileira (1500- 2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

JAYME, L. R. **Nas sombras das luzes educacionais:** as escolas isoladas em Ribeirão Preto (1890-1920). Monografia de conclusão de Curso. CUBM: Ribeirão Preto, 2007.

JESUS, Déberson Ferreira. Agroindústria da Cana-de-açúcar no Brasil na perspectiva de Análise dos Sistemas Mundo. **Anais do VII Colóquio brasileiro em economia política dos sistemas-mundo.** ISBN: 978-85-8328-005-7. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/vii_coloquio_ANAIS_09-12-2013.pdf, acesso em 28.07.2020.

JORGE, Janes. **O crime de Cravinhos:** oligarquia e sociedade em São Paulo 1920- 1924. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** 5.^a ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto:** da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros da primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA Editora e gráfica, 1996.

_____. **Ribeirão Preto Revisitada.** Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da grande São Paulo:** estudo de geografia urbana. 1968. 2v. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro/SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281312>. Acesso em 11 ago. 2018.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o Município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**: prelúdios. Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1961.

LEITE, Azor Silveira. **Uma História para Matão**. Matão: IMAG, 1992.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p.197-215.

LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério? In: ANGOTTI, E. S. (org.) **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

LERSCH, I. M.; GRIENEISEN, VERA; DIHL, F. Rodolpho Ahrons: o mágico engenheiro a transformar a fisionomia urbana da velha cidade açoriana. **III Seminário urbanismo e urbanistas no Brasil**: urbanistas e urbanismo moderno: trajetórias múltiplas e juízos historiográficos. Recife, 4, 5 e 6 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.lup-ufpe.net.br/3suub/anais/3SUUB_anais.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

LIMA, Olympio. **O crime de Araraquara**. Tipografia da Tribudo Povo: Santos, 1898.

LIMA, Nísia da Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação gráfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da XI Semana de História UFES**. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23114>, acessado em 13/04/2021.

LIMA, Glaura T. N. **As águas que rolaram**: no poder, na urbanização e na modernização de Araxá (1890-1926). Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2001.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros; MARCHIORO, Marcio. As mães precoces e as fronteiras fluidas dos aldeamentos indígenas de São Paulo (1730-1820). **Rev. hist. comp.** ISSN: 1981-383X, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 24-54, 2017. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>, acessado em 08.08.2020.

LIMA, C. C. **Educação para o trabalho**: a escola profissional de Franca. Tese de doutorado em História. UNESP, Franca: 2007.

LIMA JUNIOR, Luís Fernando de. *Marcha à paulista: a expansão da colonização portuguesa do sertão do alto Tietê para o vale do Paraíba (1530-1660)*. **REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS** – Universidade de Taubaté (unitau) – brasil – vol. 3, N. 1, 2010. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/78ae/8c18e269385931a4b5c542920c3f015b6a93.pdf>, acessado em 24.08.2020.

LISSOVSKY, Mauricio. Ócio e cinema na fotografia de Marc Ferrez. **Galáxia** (São Paulo) [online]. n. 45, 2020, p.76-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020347859>. Acesso em: 9 jul. de 2022.

LOPES, Fátima Faleiros. **Memória, História, Educação: trilhas sugeridas por um Almanaque**. Dissertação de mestrado em Educação. UNICAMP: Campinas, 2002.

LOPES, Luciana Soares. **Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. (Coleção Nossa História, n. 1). Fundação Instituto do Livro: Ribeirão Preto, 2011.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: IMPRENSA OFICIAL, Governo do Estado de São Paulo, 2005.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **História econômica e social do Estado de São Paulo 1850 a 1950**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: ^{[[[}notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17; n. 49, junho/2002, pp. 12-29.

MANO, Marcel. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP: Campinas, 2006.

MANTOVANI, Rafael Leite. **Modernizando a ordem em nome da saúde: doenças, política e administração urbana em São Paulo, 1805-1840**. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930). **Econ. soc.**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 263-285, Apr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750-1850**. Trad. da autora. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Algumas contribuições da psicanálise à educação a partir dos conceitos de transferência e discurso. **Educ. rev.**, Curitiba, n.64, p. 35-48, Junho 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000200035&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARQUES, A. P. R. **Crime e violência na Comarca de Araraquara**. Dissertação de Mestrado em História. PUC: Campinas, 2009.

MARQUES, Higina T. **O “Theatro” da modernidade: Mococa na Belle Époque Caipira**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2005.

MARRA JÚNIOR, Saulo Mendonça. **Gazeta de Oliveira: imprensa e representações culturais do progresso e da modernidade nos finais do século XIX**. Dissertação (mestrado) em História. Universidade Federal de São João del-Rei: São João del-Rei, 2019. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoSauloMarra.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales** (V), pp. 95-108. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>. Acesso em: 22 set 2019.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 8, n. 1, p. 25-70, June 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320701996000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2022.

MARTINS, José de Souza. São Paulo: metrópole da modernidade vacilante. **Ponto Urbe** [Online], n.18, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3042>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MARTINS, Antonio Marcos Ventura. **Escravidão e estado: entre princípios e necessidades, São Paulo (1835-1871)**. Tese de Doutorado em História. Franca: UNESP, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélvio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. Impacto da educação colonizada sobre o bem estar de índios, negros e mestiços na Amazônia (Amazonas-Brasil). **RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**. Ano 2, Vol II, Número 2, Jul-Dez, 2018, p. 232-248. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/download/5159/4123/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MATIOLI, Alexandre F. **A teia de poder: O coronel Junqueira e a política da Primeira Republica – Ribeirão Preto de 1889-1932**. Dissertação de Mestrado em História. UFU: Uberlândia, 2014.

MEDIOLI, Cristina Gaoni. O fantasma da Ópera. **Reverso**. Belo Horizonte, v.31, n.57, p.77-80, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2022.

MEIRA JUNIOR, João Alves; BARRETO, Fábio de Sá; MATTOS, Joaquim Camillo de M. **O crime de Cravinhos: razões de recurso e memorial dos recorrentes**. (Tribunal de Justiça de São Paulo). Biblioteca Nacional. Ribeirão Preto: Typografia Selles, 1920.

MELLO, Rafael Cardoso de. **Um “Coronel de saias” no nordeste paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2009.

_____. **Por uma história da exclusão do Nordeste Paulista.** In: MELLO, Rafael Cardoso de (et al). Entre contornos e fronteiras de um lugar social: a contribuição do Curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá. Editora CRV: Curitiba, 2020, p.23-38.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira (et al). Entre o escravismo e a gênese do mercado de trabalho: o processo de ocupação demográfica, Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 – 1870. In: **VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2007, Aracajú - SE. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2007. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/marcelo-s-b-mello-filho_mario-m-s-rodarte_jose-m-santos-juni.pdf, acesso em 17 de fev. de 2021.

MIRANDA, João Pedro. **Ribeirão Preto: de ontem e de hoje.** Ribeirão Preto: Edição da Livraria El Dorado, 1971.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** 1.ed. São Paulo: Anablume, 2013.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: subsídio para a História da Educação no Brasil (1835-1889).** V.2. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1939.

MOLINA, Márcia Maria Castejon. **Jaburus X Gafanhotos: disputas políticas na comarca de Orlandia (1917-1919).** Monografia de conclusão de curso em História. UNESP: Franca, 2001.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTI, Carlo Guimarães. As implicações das epidemias de febre amarela em São Simão (1896 – 1902). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163336_ARQUIVO_AsimplicacoesdasepidemiasdefebreamarelaemSaoSimao.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

MOREIRA, Barbara Gondim Lambert. **Colorido tropical, cenários pitorescos: a cidade oitocentista brasileira na obra de William John Burchell (1825-1830).** Monografia de conclusão de curso em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2014.

MOREIRA, Fabiana Wanderley de S. "A simbologia de procusto e a normalização do Plano Estadual de Educação - PE - 1988-1991". **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 1998, v. 18, n. 3, pp.36-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000300006>. Acessado em: 23 ago. 2022.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo no Século XIX (1822-1889): esboço de interpretação. **Cad. de Pós-Graduação em Arq. e Urb.** São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-16, 2004.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.73-93, June 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2012000100073&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2020.

MÜLLER E OLIVEIRA; Vinícius de Bragança. História, Economia Institucional e Educação: educação básica e diferenças regionais entre as províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco (1835 – 1850). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300807560_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf. Acesso em 21 set. 2022.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas**. Trad. Neil R. da Silva. 1.vol. Editora Itatiaia Limitada: Belo Horizonte, 1965.

MIYOSHI, Alex Gaiotto. Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, SP, n. 12, p. 89–104, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15506>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NARITA, Felipe Ziotti. Religião e construção política do Brasil imperial. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.

NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

NARITA, Felipe Ziotti. **Educação, vida urbana e moralidade: a elaboração do povo e a invenção do social no fim de século brasileiro**. Relatório (Pós-Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Comissão de Pesquisa (CPq), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

NEEDEL, Jeffrey. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, André Lemoine. **A transferência da cidade portuguesa para o Brasil - 1532-1640**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

NOVAIS, Fernando A. *Condições da privacidade na Colônia*. In: MELLO E SOUZA, Laura (org). **Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. (Col. História da Vida Privada no Brasil, v.1). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13-39.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no séc. XIX e sua efetivação na Província da Bahia. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas/SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/antonietta_nunes2_artigo_0.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro. **História**, Franca, v. 27, n. 2, p. 203-222, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

OLIVEIRA, Daniela Duarte de Freitas. **A produção do espaço sagrado na arquitetura contemporânea**: a interpretação da fé católica a partir do séc. XX. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, J. E. F.; NASCIMENTO, I. V. Usos e desusos da genealogia nas pesquisas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

OLIVEIRA, Ênio Sebastião Cardoso de. Caminhos e Descaminhos: O Processo de Ocupação da Região Ao Sul do Vale do Paraíba Fluminense e os Índios Puris Na Ordem Colonial. **Anais do VII Encontro de História da Anpuh-Rio**: entre o local e o global. Instituto Multidisciplinar, UFRJ, Campo Nova Iguaçu, 2016, pp.01-38. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464917059_ARQUIVO_Caminho seDescaminhoIndiosdeCampoAlegre.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 2005.

OLIVEIRA, Lidiany Cristina. **A reforma da instrução pública paulista de 1892**: conflitos e disputas. Tese de doutorado em Educação. UNICAMP: Campinas, 2014.

OURIQUES, Helton Ricardo, & VIEIRA, Pedro Antonio. A condição semiperiférica do Brasil na economia mundo capitalista: novas evidências. *Carta Internacional*, 12(3), 199 - 228. <https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711>.

PACANO, Fábio Augusto. **O forjar da modernidade**: Piracicaba e a Belle Époque caipira (1889-1930). Tese de doutorado em Geografia. UNESP: Rio Claro, 2018.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese de doutorado em História. FFCLCH. USP, São Paulo, 1996.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**. 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; 1979.

PARANHOS, Paulo. *A Passagem Bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais*. **Revista da ASBRAP** nº 11, 2005, pp 11-24. Disponível em http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11_art2.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

PASSOS, M. C.; CHAMPLIAU, R. B. S. O colonizado vai à escola do colonizador: reflexões sobre as imagens em um livro didático da escola colonial francesa na Argélia. **Revista Teias**, v. 11, n. 21, 2010.

PATROCÍNIO, Diego Augusto Lima. **Nos trilhos do desenvolvimento**: a modernidade na cidade de Brodowski. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2019.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Construindo a Petit Paris**: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Tese de Doutorado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

_____. Uma cidade à beira da (des)ordem: representações, práticas e experiências urbanas em Ribeirão Preto (1900-1920). In: PERINELLI NETO, H.; PAZIANI, R. R., MELLO, R. C. **No tempo das cidades: História, Cultura e Modernidade em Ribeirão Preto, SP. (1883-1929)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. Nos tempos da “petit Paris”: a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930). **ESTUDIOS HISTORICOS**. CDHRPyB-Año V. Nº 11. Uruguay, Diciembre, 2013.

_____. Um personagem na belle époque ribeirãopretana: Joaquim Macedo Bittencourt, entre as redes da política e as transformações urbanas na cidade (1902-1920). **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n.1, p. 169-187, 2004.

_____. O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da “modernidade” em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920). *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20591>. Acesso em: 8 abr. 2023.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2002.

PEDROSO, Marialice Faria. **Metáfora da modernidade**: Theatro Municipal Carlos Gomes. Tese de doutorado em História. IFCH. UNICAMP, 2003.

PELLICCIOTTA, M. M. B.; FURTADO, A. L. S. Marcos de formação/transformação da Região Metropolitana de Campinas à luz da história territorial paulista: séculos XVII-XX. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.4, n.3, p.44-63, 2010. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>.

PEREIRA, Robson Mendonça. **O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1893-1900)**. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 1998.

_____. **O prefeito do progresso**: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919). Tese de doutorado em História. UNESP: Franca, 2005.

_____. **Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)**. Editora Unesp, 2010.

PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. **Nas margens da Mogiana**: as repercussões da cafeicultura no município de Orlândia (1901-1940). Dissertação (mestrado) em História. UNESP: Franca, 2005.

PERINELLI NETO, Humberto. **A compreensão plural e diversa da experiência envolvendo a modernidade no interior paulista**: apontamentos sobre o delineamento de um campo historiográfico. In: PERINELLI NETO; PAZIANI; MELLO. **No tempo das cidades**:

História, Cultura e Modernidade em Ribeirão Preto, SP (1883-1929). Paco Editorial: Jundiaí, 2014, p.23-58.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. A construção da cidade burguesa em Franca (SP) entre os anos de 1890–1930. **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-028_PICCINATOJUNIOR.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos – Paris, Rio e Salvador. SciELO – EDUFBA, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788523211912>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PINTO, Luciana de Queiroz. Uma análise sobre a representação do indígena em dois mapas de Diogo Homem, 1558 e 1568. *In*: COSTA, Antonio Gilberto; SANTOS, Marcia Maria Duarte dos. (org.). **Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica** Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG: Belo Horizonte, 2016.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos**: modernidade no sertão paulista. Bauru, SP: Edusc, 2001.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 24. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Preto de outrora**. 3.ed. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirante, 1975.

_____. **Ribeirão Preto e os seus homens progressistas**. 2.ed. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1983.

RANGEL, Alan Wruck Garcia. A concepção de educação na primeira metade do século XIX através do Código Napoleão. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 1, 2019, p. 12-40.

REIS, Márcio Andreza. **O Eldorado dos imigrantes**: a trajetória das famílias espanholas em Ribeirão Preto de 1890-1910. Dissertação de Mestrado em História. FHDSS/UNESP. Franca: 2002.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Rayanne Kételle; DA SILVA, Telma Borges. Histórico da palavra sertão em Grande Sertão: Veredas. **DIACRONIA E HISTÓRIA**. CADERNOS DO CNLF, VOL. XVIII, No 04, p. 67, 2010. Disponível em http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/04/Cad_CNLF_XVIII_04_diacronia.pdf#page=67, acesso em 08.09.2020.

ROCHA, Paula Melani; ZAUITH, Gabriela. A formação do “Novo Oeste

Paulista” e o surgimento dos primeiros impressos. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, p. 211-232, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/3241/3336>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana, e territórios na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

ROMERO Y GALVANIZ, Lucas. **A grandiosa obra de (não) libertação dos negros escravizados do município: Ribeirão Preto e os Pancrácios (03.08.1887)**. Monografia de pós-graduação (lato sensu) em “História, Cultura e Sociedade”. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2016.

ROSA, G. **Grande Sertão: veredas**. 14 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

ROSA, L. O.; REGISTRO, T. C. **Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Editora e Gráfica Padre Feijó Ltda., 2007.

ROSA, Lilian Rodrigues de O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. Tese (doutorado) em História. UNESP: Franca, 2011.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da "estrada dos Goiaes" no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **An. mus. paul.**, São Paulo, v.14, n 2, p. 141-191, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

RÜSEN, J. **História viva: teoria da história, formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendiaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Año 4, n. 7, p. 27-36. oct. 1992.

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-História. **História da Historiografia**, n° 2, p. 27, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>. Acesso em 22.10.2020.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de São Paulo**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SALGUEIRO, H. A. Revisando Haussmann. **Revista USP**, (26), 1995, p.195-205. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i26p195-205>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANCHES, K. Os primórdios da legislação urbanística em Ribeirão Preto: 1874 a 1921. X **Encontro Nacional da Anpur**. Cidade, planejamento e gestão urbana: história das ideias, das práticas e das representações. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 2003.

SANCHES, Thiago. Índícios de comércio no caminho do Anhanguera a partir de meados do século XVIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **Hist. Cienc. saude-Manguinhos [Internet]**. v.3, n.3, set. de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300017>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia. **Estudos Históricos**. v.27. n.53. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/pGxhfrq8GCrNr4GFmNKXKt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Ed. Hucitec, São Paulo – 1996.

SANTOS JUNIOR, Paulo. Das “polacas” e “francesinhas” às “regateiras” e “decantadas”: crítica ao imaginário e historiografia da prostituição da Manaus da Borracha. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 11 Nº 22, jul-dez. de 2019. Disponível em: <file:///Users/rafael/Downloads/10851-Texto%20do%20artigo-32401-1-10-20200120.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTOS, J.; MATOS, M. L.; SANTOS, S. C.; MINKOVES, S. K. **Interpretação Patrimonial: Museu, Cultura e Sociedade**. Universidade de São Paulo, s/data, s/p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5823651/mod_resource/content/0/teatro_municipal_santos_matos_santos_minkoves.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

SANTOS REIS CERQUEIRA, M. H. A Guerra do Paraguai na construção nacional do império. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 19, n. 2, p. 21-36, 30 set. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/11692/114115382>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTOS, Vitor Queiroz. **Educação conectada: interior paulista como parte da missão metodista transnacional entre o final do século XIX e início do XX**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.

SCHIAVON, T. Ferrovias e o processo de identificação e valorização do patrimônio industrial no Brasil. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as paisagens industriais da região Oeste do Estado de São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 197.02, Vitruvius, out. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/6254>. Acesso em 20 jan. 2020.

_____. La "Marche vers l'Ouest" et l'État de São Paulo : moyens de transport et articulations du territoire, **Confins [En ligne]**, 33 | 2017, mis en ligne le 08 janvier 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12540>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História** [online]. v.19, n.37, 1999, pp. 59-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHÜRMAN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. **Textos de História**, Brasília, v. 7, n. 1-2, jan. 1999. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5899/4878>. Acesso em: 7 jan. 2020.

SECRETARIA DA CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. **Filhos do Café** - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna/Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010.

SEVCENKO, N. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: NOVAIS, F. (dir.) **História da vida privada no Brasil: República, da Belle Époque a era do rádio**. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, pp.07-48.

SIGAUD, M. **Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar**. Trad. Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Lei e ordem nas Minas Gerais: formas de adaptação e de transgressão na esfera fiscal, 1700-1733. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v.24, n.40, p.675-688, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752008000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 set. 2020.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenheiros e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **An. mus. paul.**, São Paulo, v.14, n.1, p.81-119, junho de 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, v.35, n.70, p. 87-107, 2015.

SILVA, Henry Marcelo Martins; TOSI, Pedro Geraldo Saadi. Engenheiros e fazendeiros em uma ferrovia de capitais caipiras: a Estrada de Ferro Araraquara e os contornos da grande empresa de serviços públicos na primeira república. **História, Assis/Franca**, v. 39, e2020028, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742020000100208&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA, Edna Maria Lopes da. **Lição de coisas no século XIX e seus rebatimentos para uma educação aberta aos saberes dos educandos**. Tese de doutorado em Educação. UFPB: João Pessoa, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7770/2/arquivototal.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2022.

SILVA, André Luiz Godinho da. **Urbe móvel, urbe mórbida:** automóveis, bondes elétricos e a violenta disputa pelas ruas da cidade de São Paulo (1900-1930). Monografia de conclusão de curso em História. Universidade Federal de São Paulo: Guarulhos, 2018. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/51525/Monografia_Final_Andr%C3%A9_2018%20revisada%20PDF%20imprimir.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 9 jan. 2023.

SILVA, Bruno Lucas da. **O capital e a cidade:** um estudo sobre o código de posturas de 1921 e sua relação com o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. Monografia de conclusão de curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2018.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **Memórias de uma escola:** 110 anos do Otoniel Mota. São Paulo: Fundação do Livro e Leitura, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi [online]**. v.10, n.19. Rio de Janeiro, 2009, p.90-111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HNrcMsqDrKwZcMV46sLCvRt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). Editora Unesp: São Paulo, 1998.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá. v.19, e063, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100504&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 mai. 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Cristiane Aquino de. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 20 - n. 1 - jan-abr 2015, p.146-170. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 12 set. 2022.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de; FURTADO, Alessandra Cristina (orgs.). **História da Educação no nordeste paulista**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SOUZA, Sérgio Luis de. **Fluxos da alteridade:** organizações negras e processos identitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930-1990). Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

SOUZA, Guilherme Ribeiro de. A história da cidade de São Paulo contada por números: um estudo acerca do crescimento populacional da capital paulistana desde a sua fundação até o início do século XXI. **Anais do XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica**. São Paulo/SP. USP, 2020. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Guilherme-Ribeiro-de-Souza.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SOUZA NETO, Marcelo de. O ensino e a reforma provincial de 1845: a Instrução Pública na província do Piauí (1834-1852). **Revista Teias**. v.22, n. 65, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50069/37845>. Acesso em 7 set. 2022.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo. **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações**. . – 1. ed. – São Paulo: Narrativa Um, 2014.

STRASSA, Alessandra Salvador Alexandre. “**Fluxos e refluxos da urbanística anglo-saxônica na obra de Saturnino de Brito: 1882 – 1929**”. Tese de Doutorado em Urbanismo. UNICAMP: Campinas, 2021.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educación y sociedad en la Argentina (1880-1955)**. Compilado por Darío Pulfer. 1ª ed. ampliada. Ciudad Autónoma de Buenos Aires - UNIPE: Editorial Universitaria, 2020. Libro digital.

TEIXEIRA, W. S. **Educação e poder local: A formação do sistema de ensino em Franca e os limites da cidadania (1889-1928)**. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Campinas, uma vila colonial (1774-1822). **Rev. bras. estud. popul.** São Paulo, v.34, n.3, p.567-591, Sept. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000300567&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. Editora Nacional: São Paulo, 1977.

TELES, Fernanda Alvarenga. **O sistema de normas e valores dos Grupos Escolares paulistas: a naturalização da ênclise**. Dissertação (mestrado) em Filologia e Língua Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10042015-114917/publico/2014_FernandaAlvarengaTeles_Vcorr.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina**: diez lecciones iniciales, 1810-1980. 1ª ed. (Biblioteca básica de historia // Dirigida por Luis Alberto Romero) Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

TORRÃO FILHO, Amilcar. A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766). **História**, Franca, v.30, n.1, p.148-173, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 aug. 2020.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a história da Indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: UNESP, 2003.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914. **História**, Franca, v.24, n.2, p. 291-327, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742005000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2021.

VALDEMARIM, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo**: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VARGAS, Claudia Regina. **As várias faces da cidade**: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2008, v. 13, n. 39, pp. 502-516. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMSgtQq6SKHTG/?lang=pt#>. Acessado em: 9 jan. 2023.

VICENTE, João Pedro Aparecido; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estratificação estamental pela via da educação: reflexões a partir da Reforma Leôncio de Carvalho. **Cadernos da FUCAMP**. v.18 n.33, 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1702>. Acesso em: 14 dez. 2022.

VICENTE, Lucas Guimarães. **Entre espelho e fantasia**: a aventura da modernidade de São Paulo à Ribeirão Preto (1920 – 1930). Dissertação de mestrado em História. UNESP: Franca, 2014.

VASCONCELOS, Pedro. De redes a territórios: o Império colonial português. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.o 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 35-54, [dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.002](https://doi.org/10.17127/got/2016.10.002) Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n10/n10a03.pdf> em 20.08.2020

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, Pedro Antonio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 499-527, dez. 2010.

VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosangela de Lima; AMIN, Felipe (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. Filomeno. - São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

VIEIRA, Rosangela de Lima. Economia política dos sistemas-mundo e as novas perspectivas de pesquisas para a história econômica. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**: Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. 1º vol. Porto: Afrontamento, 1990.

WALKER, T. W.; BARBOSA, A. S. **Dos coronéis à metrópole**: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XIX. Trad. Mariana Carla Magri. Ribeirão Preto, SP: Palavra Mágica, 2000.

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em aberto**. Brasília, ano 3, n.23, set/out., 1984.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. As Escolas Públicas Paulistas da Primeira República e seus Arquitetos. **PosFAUUSP**, [S. l.], n. 4, p. 91-106, 1993, p.91-106. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137035>. Acesso em: 10 jan. 2023.

XAVIER, Valêncio. **Crimes à moda antiga**. Ilustrações de Sérgio Nicultchef. São Paulo: Publifolha, 2004.

ZAMBONI, Débora Prado. **A função social e a refuncionalização do território ferroviário da Cia Mogiana em Ribeirão Preto**. Dissertação de mestrado em Engenharia Urbana. UFSCar, 2012.

ZUGNO, Vanildo Luiz. A “Pastoral Coletiva” de 1890: a Igreja católica ante o Estado laico e a liberdade religiosa. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. 2, São Leopoldo: EST, v. 2, 2014. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/222/196>. Acessado em: 18 jul. 2022.